



ESPAÇOS E PODERES NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

**Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata, eds.**



ESPAÇOS E PODERES
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 18

ESPAÇOS E PODERES
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
GONÇALO MELO DA SILVA
SARA PRATA
Editores

Textos seleccionados das II Jornadas Internacionais de Idade Média “Espaços e poderes na Europa urbana medieval” (Castelo de Vide, 5 a 7 de Outubro de 2017) e textos apresentados pela maioria dos docentes da Escola de Outono “Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, 2 a 3 de Outubro de 2017).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Alberto García Porras (Universidade de Granada)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Antonio Malpica Cuello (Universidade de Granada)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Filipa Roldão (Universidade de Coimbra)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)
José Avelino Gutiérrez González (Universidade de Oviedo)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	Espaços e poderes na Europa urbana medieval
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem da capa	“Castelo de Vide”, António Manso / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Colecção	Estudos 18
ISBN	978-989-99567-8-0 (IEM) 978-972-9040-15-3 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	XXXXXX/18
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de abertura 11
António Pita

Apresentação 13
Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata

PARTE I

Reflexões em Torno de Metodologias e Fontes 17

La fabrique de l'espace de la ville. Quelques renouvellements des approches heuristiques et méthodologiques 19
Denis Menjot

História do Urbanismo: investigação, fontes e instrumentos 39
Luísa Trindade

Fuentes de informacion para el estudio de los espacios urbanos 79
Beatriz Arízaga Bolumburu

Sinais multiformes de identidade os arquivos familiares de elites urbanas medievais 101
Alice Borges Gago

Un planteamiento inicial para el estudio de las alcaicerías en ciudades secundarias del Reino Nazarí. El caso de Guadix y Baza 129
María del Carmen Jiménez Roldán

PARTE II

Marcas de Poder no Espaço Urbano 149

La Madinat-al-Hamra como un espacio del poder en Granada 151
Antonio Malpica Cuello

Pouvoirs dans l'espace urbain et espaces des pouvoirs urbains à Bordeaux (XIII^e-XVI^e siècles) 171
Michel Bochaca

La fabrique urbaine d'une petite ville médiévale par l'effet de l'interaction des pouvoirs : le cas de Billom.....	187
<i>Thomas Areal</i>	
Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português	209
<i>Miguel Metelo de Seixas</i>	
Sinais multiformes de identidade: muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV	231
<i>Carla Varela Fernandes</i>	
Poder e arquitetura urbana: a casa-torre no Porto Medieval	253
<i>Silvana R. Vieira de Sousa</i>	
PARTE III	
<i>Intervenções dos Poderes no Espaço Urbano.....</i>	265
Las transformaciones del espacio urbano. Ciudades y villas de la Castilla bajomedieval.....	267
<i>María Asenjo González</i>	
Laisser des traces. empreintes du pouvoir dans l'espace urbain du Saint Empire Romain à la fin du Moyen Âge	311
<i>Gisela Naegle</i>	
Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise.....	337
<i>Arnaldo Sousa Melo</i>	
O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga.....	359
<i>Maria do Carmo Ribeiro</i>	
Las políticas de los concejos portuarios para garantizar el abastecimiento en el Norte de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media. Estudio del caso de Laredo (España).....	381
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385).....	397
<i>Maria Amélia Álvaro de Campos</i>	

Confronto político e ideologias de poder em Braga na Baixa Idade Média: Rebelião, coerção e obediência no último quartel do século XV	421
<i>Raquel de Oliveira Martins</i>	
O poder do tabelionato e da escrita na Lisboa dos séculos XIV e XV	441
<i>Ana Pereira Ferreira</i>	
A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)	465
<i>Mário Farelo</i>	
PARTE IV	
<i>Perspectivas desde a Arqueologia</i>	493
A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas	495
<i>Nuno Mota, Marina Carvalhinhos, Pedro Miranda</i>	
Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna	521
<i>Ana Caessa, Cristina Nozes, Nuno Mota</i>	
Muralha, Tercenas e Judiaria. Evidências arqueológicas medievais na Baixa de Lisboa	537
<i>Artur Rocha</i>	
O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas hortas, entre os séculos XIII e XV	553
<i>Rodrigo Banha da Silva</i>	
“Um poder do outro mundo”: o demónio da Casa da Severa, Lisboa	571
<i>António Marques, Tânia Manuel Casimiro</i>	
Recentes descobertas em Mértola. Breve notícia	589
<i>Virgílio Lopes</i>	
Símbolos e marcas rupestres nas ombreiras e lintéis de portais do Centro Histórico de Castelo de Vide: Contributos para a sua interpretação	599
<i>Sílvia Ricardo, João Magusto</i>	
O Castelo de Alcácer do Sal. Da fortificação islâmica às transformações ocorridas durante o domínio cristão	617
<i>Marta Isabel Caetano Leitão</i>	

Nota de Abertura

As mais antigas referências historiográficas medievais acerca de Castelo de Vide assinalam a sua inclusão nos jogos do poder monárquico. D. Afonso III entrega Portalegre, Arronches, Marvão e a povoação que acabará por denominar-se Castelo de Vide ao seu filho D. Afonso Sanches. A ascensão ao trono de D. Dinis levará à reclamação do seu irmão Afonso Sanches de supostos direitos sobre o mesmo. A resposta do rei será o cerco da povoação de Vide, perante obras de fortificação levadas a cabo por seu irmão, manifestação do seu crescente poder, pela concentração de povoações e territórios nas imediações da Serra de São Mamede. O espaço castelo-vidense permanecerá em mãos de Afonso Sanches até à sua morte, sendo posteriormente objecto de significativas iniciativas desde o poder régio, tanto de D. Dinis como de D. Afonso IV, que reforçam a sua importância militar e socioeconómica. A proximidade com a fronteira castelhana levará, paralelamente, ao desenvolvimento da sua espectacular arquitectura defensiva e a articulação entre a coroa e os seus poderes – civis e religiosos – que, localmente, gerem este território, a sua economia e as suas gentes durante os séculos seguintes.

Este episódio e os eventos subsequentes põem de relevo o papel que a localidade de Castelo de Vide desempenhou neste jogo de forças, como espaço de expressão e consolidação de poderes.

Actualmente, Castelo de Vide é um município que procura preservar e divulgar o seu passado histórico, fortalecendo uma oferta turística baseada no património local, a par com um apoio crescente à investigação científica.

Neste contexto, foi com enorme prazer que a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais organizaram as *II Jornadas Internacionais de Idade Média – Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. O sucesso de duas edições consecutivas reflecte um evento que já ganhou o seu lugar na agenda dos medievalistas europeus e cuja relevância se consolida no programa cultural do município.

A edição de 2017 trouxe também a realização de uma *Escola de Outono*, onde alunos de mestrado e de doutoramento em estudos medievais participaram numa formação ministrada por investigadores provenientes de prestigiadas universidades. Ao acolher especialistas de diferentes contextos e gerações, Castelo de Vide assume-se como uma plataforma de reflexão e debate, fomentando a produção de conhecimento especializado sobre a Europa Medieval.

O presente volume expressa essa mesma vontade, reunindo uma selecção dos textos apresentados nas *II Jornadas* e na *Escola de Outono*, com o intuito de conferir um maior impacto e perenidade a estes dois eventos académicos. Esta publicação, apoiada pela Câmara Municipal, constitui-se como uma obra de referência e consulta obrigatória para a investigação actual sobre a Idade Média, a partir das dinâmicas dos espaços urbanos europeus.

A qualidade dos resultados obtidos são também fruto da união de esforços entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, e ambas instituições merecem congratular-se por conformarem um exemplo louvável de colaboração entre o poder local e o âmbito académico, e que certamente continuará a garantir o sucesso de futuras edições.

Deste modo Castelo de Vide acredita que apoiando este tipo de iniciativas científicas alicerça a base dos conteúdos do futuro.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Muitas iniciativas em torno da História Medieval conhecem uma primeira edição sem continuidade, devido a circunstâncias diversas que nem sempre dependeram da vontade dos seus organizadores. Não aconteceu assim com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, cuja realização se iniciou em 2016. No ano seguinte, associou-se a esta atividade uma *Escola de Outono* destinada a estudantes de mestrado e doutoramento em Idade Média, que glosou o mesmo tema das *Jornadas: Espaços e poderes na Europa Urbana medieval*.

Entusiasticamente apoiadas pela Câmara Municipal de Castelo de Vide, estas iniciativas assumiam-se como um contributo importante para a continuidade do protagonismo atribuído, na NOVA FCSH, desde os anos 80 do século passado, à investigação sobre a cidade medieval. Uma linha que o Instituto de Estudos Medievais (IEM) fez também sua desde a sua fundação em 2002, procurando, no entanto, conferir-lhe uma perspetiva mais interdisciplinar através da presença da Arqueologia, da Literatura, do Direito, entre outros ramos do saber.

No momento em que esta obra vai conhecer a sua divulgação pública já decorreu a segunda *Escola de Outono* e estão iniciadas as *3^{as} Jornadas*. Tornou-se assim possível juntar numa profícua e dinâmica semana de trabalho, em Castelo de Vide, jovens investigadores, especialistas de referência e público em geral, em torno de temáticas de estudo da cidade medieval, promovendo uma aliança entre a investigação, a formação e a divulgação.

Mas, a riqueza dessas atividades só pode ganhar outra expressão e continuidade quando chega aos que não estiveram nelas presentes. Tal só se torna possível através da publicação dos textos apresentados e discutidos. O livro que agora se coloca à disposição do público pretende cumprir esse objetivo. Trata-se da publicação de uma seleção dos textos apresentados na *Escola de Outono: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, e nas 2^{as} *Jornadas Internacionais de Idade Média: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, depois de serem alvo de uma dupla avaliação por pares.

Assim, reúnem-se 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia e o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspectivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das *Jornadas*, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Daí que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou até mesmo, inédito. Mas, esta diversidade de perspectivas e problemáticas, de fontes e conseqüentemente de metodologias, tornam difícil encontrar um só fio condutor para esta panóplia de estudos.

Porém, tornou-se claro que, sobretudo da *Escola de Outono* resultaram textos mais preocupados com a reflexão teórica em torno de conceitos de espaço e do seu uso, uma vez que nesta temática, os limiares entre História Urbana e História do Urbanismo mutuamente se influenciam. E tendo a *Escola* objetivos de formação de estudantes de mestrado e doutoramento, era fundamental promover a análise crítica das metodologias a utilizar perante fontes tão diversas como são as que permitem a aproximação aos estudos da relação entre o poder e o espaço. Uns e outros integram a parte I deste volume denominada *Reflexões em torno de metodologias e fontes*.

As partes II e III qualificadas respetivamente de *Marcas de poder no espaço urbano* e *Intervenções dos poderes no espaço urbano* estão profundamente interligadas

e, de certo modo, completam-se pois, se por um lado se pretende desvendar os distintos aspetos da materialização dos poderes nos contextos urbanos por outro, os autores preocuparam-se em esclarecer de que forma os distintos poderes em presença usaram esse mesmo poder para garantir intervenções sobre os espaços urbanos e as suas vivências bem como tal influenciou a utilização desse mesmo espaço pelas sociedades urbanas.

A IV e última parte é reveladora da importância que a arqueologia urbana medieval adquiriu em Portugal, em anos mais recentes. Intitulada *Perspetivas desde a Arqueologia*, reúne um conjunto de estudos nos quais é evidente o cruzar dos resultados do trabalho arqueológico com a análise documental. Os casos de Lisboa e de Castelo de Vide localidades que, por vicissitudes várias perderam parte da sua memória medieval – Lisboa perdeu a quase totalidade do edificado e da tessitura medieval e, Castelo de Vide sofre de uma muito escassa disponibilidade de documentação medieval – revelam que a arqueologia se pode revelar fundamental para a recuperação e compreensão dos espaços medievais.

No seu conjunto, esta obra disponibiliza aos leitores muito conhecimento novo, muitas pistas de investigação e salienta a importância das perspetivas comparativas e interdisciplinares para melhor caracterizar a articulação entre o espaço e o poder na cidade medieval europeia. Contudo, a cidade medieval é um tema verdadeiramente inesgotável, assumindo um amplo conjunto de temáticas, perspetivas e metodologias, pelo que muitas outras muitas outras poderiam ter sido as temáticas tratadas, as perspetivas seguidas, as metodologias propostas.

Infelizmente, esta obra não permite registar a riqueza dos debates que animaram todas as sessões das *Jornadas* e todas as lições da *Escola de Outono*. Temos a certeza que essas trocas de impressões, essas sugestões, essas críticas e esses comentários foram muito importantes para todos os participantes e constituíram, por certo, importantes achegas para outras investigações. Esse é afinal um dos principais objetivos destas *Jornadas* e desta *Escola de Outono*: contribuir para mais e melhor investigação sobre a cidade medieval.

*

Os editores queriam ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda a sua continuidade no tempo. Na pessoa do seu Presidente Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide o apoio incondicional a todas as nossas propostas que permitiu garantir a

sua realização e assegurar financeiramente esta publicação. Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide a concretização, com muita descrição, mas sempre com a maior competência, dos pequenos e grandes detalhes que garantem o sucesso de um evento. Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.^a Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, esta última através do trabalho do Dr. Ricardo Naito no design e composição deste volume. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado pois, na verdade, é com o seu contributo que se está a implantar um fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que esperamos venha a ter continuidade por muitos e frutuosos anos. E por fim, aos habitantes de Castelo de Vide, a sua hospitalidade especial e generosa tem sido um elemento fundamental no sucesso de todas estas iniciativas.

Lisboa, Setembro de 2018.

Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata

PARTE I
*Reflexões em Torno
de Metodologias e Fontes*

La fabrique de l'espace de la ville.

Quelques renouvellements des approches heuristiques et méthodologiques

Denis Menjot¹

Résumé

Cet article a pour but de présenter quelques approches heuristiques et méthodologiques récentes sur la structuration de l'espace urbain. Elles sont développées essentiellement dans des travaux de chercheurs français et renouvellent l'approche classique de l'espace urbain, de sa formation, de ses transformations et des relations entre les différentes composantes de cet espace.

L'article aborde tout d'abord le thème de la « fabrique urbaine », définie comme le résultat de l'interaction permanente entre société et espace, entre acteurs et espace. Sont ensuite présentés les apports de l'analyse géomatique et des systèmes d'information géographique, de l'approche morphologique que promeut l'archéogéographie et de l'instrument chrono-chorématique, outil qui permet de modéliser les processus de développement dans le temps et de comparer les dynamiques morpho-fonctionnelles.

La ville est composée à l'intérieur et à l'extérieur de la muraille de nombreux espaces hétérogènes économiquement, socialement, juridiquement et politiquement. Ils forment un système urbain. Il faut donc penser « l'urbain », mais comment ? Avec les deux critères sur lesquels se fondent les géographes : la densité démographique et la diversité des activités ? Il faut aussi étudier les relations entre les différents espaces urbains, quartiers centraux, quartiers subalternes et périphéries suburbaines. Que peuvent apporter les travaux des spécialistes des pays du global sud sur l'urbanisme subalterne, défini comme un « espace de différence » ? Ce sont les questions auxquelles l'article tente de répondre dans sa dernière partie.

Mot-clés

Ville; méthodologie; fabrique urbaine; espacio urbain; archéogéographie; périphéries.

¹ Université de Lyon UMR 5648/CIHAM.

La fábrica del espacio de la ciudad. Algunas renovaciones de los enfoques heurísticos y metodológicos.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar algunos enfoques heurísticos y metodológicos recientes sobre la estructuración del espacio urbano, desarrollados en obras de investigadores franceses que renuevan el enfoque clásico del espacio urbano, de su formación, de sus transformaciones y de las relaciones entre los diferentes componentes de este espacio.

Primero, el artículo aborda el tema de la “fábrica urbana”, definida como el resultado de la interacción permanente entre la sociedad y el espacio, entre los actores y el espacio. Luego, el artículo presenta las aportaciones del análisis geomático y de los sistemas de información geográfica, del enfoque morfológico promovido por la arqueogeografía y del instrumento cronocoremático que permite el modelado de los procesos de desarrollo a lo largo del tiempo y la comparación de las dinámicas morfo-funcionales.

La ciudad se compone dentro y fuera de la muralla, de muchos espacios distintos, heterogéneos desde el punto de vista económico, social, legal y político. Forman un sistema urbano. Entonces, tenemos que pensar “lo urbano”, pero ¿cómo? ¿Con los dos criterios en los que se basan los geógrafos: densidad de población y diversidad de actividades? También es necesario estudiar las relaciones entre los diferentes espacios urbanos, barrios centrales, barrios subalternos y periferias suburbanas ¿Qué pueden aportar los trabajos de los especialistas de los países del “global sur” a la planificación subalterna, definida como un “espacio de diferencia”? Estas son las preguntas a las cuales el artículo intenta responder en la última parte.

Palabras clave

Villa; metodología; fabrica urbana; espacio urbano; archeogeografía; periferia.

Les historiens comme les géographes et les sociologues partagent une conviction : la ville est un phénomène global dans lequel se condense l'économique et le social, le politique et le culturel, le technique et l'imaginaire. L'histoire urbaine doit donc embrasser l'ensemble des problèmes qui se posent aux villes, aux hommes et aux femmes qui y vivent et tenter de proposer une interprétation synthétique

et cohérente. Par conséquent, une approche fractionnée qui analyse en priorité un élément unique au détriment des autres manquerait de pertinence de même qu'une approche non diachronique car la ville en tant que phénomène social et spatial, résulte de la rencontre d'une multiplicité de temporalités².

L'histoire urbaine, comme les autres champs de l'histoire, a connu d'importantes évolutions. L'approche érudite n'a pas complètement disparu même si elle avait été très critiquée par des historiens des Annales comme Fernand Braudel ou Jacques Le Goff qui dénonçaient l'histoire de la « petite patrie ». Elle produit des « biographies » urbaines qui servent le tourisme local, alimentent le patriotisme provincial et nourrissent la mentalité localiste, Durant les années 1970-1980 s'est produit un tournant heuristique caractérisé par le rejet de l'espace urbain-prétexte et de l'étude de la ville comme cadre remplacé au profit de la ville comme objet³ ; dans le même temps l'histoire s'est ouverte aux autres sciences humaines : géographie, sociologie, psychologie, littérature et même aux mathématiques et a intégré des réflexions et des instruments de recherche de ces sciences. Ces évolutions se sont accompagnées et ont été suivies par la révolution technique de l'informatique. Celle-ci a bouleversé et continue de bouleverser nos pratiques d'historien car son « outillage » s'est diffusé avec les micro-ordinateurs. Il permet la digitalisation de documents et de travaux publiés et la création de multiples bases de données qui permettent des recherches approfondies et fournit des logiciels de statistiques, de cartographie, d'informations géographiques qui autorisent des analyses sophistiquées de toutes les sources sérielles, quantitatives ou non.

Les historiens et géographes de la ville posent de nouvelles questions et analysent de nouveaux objets avec de nouvelles méthodes. Parmi les nombreux thèmes de recherche défrichés dont il n'était pas question de présenter un panorama complet dans le temps imparti, j'ai choisi pour cette *Escola de Outono/ Formação para mestrandos e doutorandos*, à laquelle les organisateurs m'ont convié, de présenter seulement quelques approches heuristiques et méthodologiques récentes sur la construction des espaces urbains, pensant qu'elles pourraient être utiles aux jeunes chercheurs en master et doctorat présents dans cette école thématique car elles renouvellent l'approche classique de l'espace urbain, de sa formation et de ses transformations.⁴ Je me focaliserai essentiellement, sans souci d'exhaustivité, sur

² LEPETIT, Bernard et PUMAIN, Denyse – *Temporalités urbaines*. Paris: Anthropos, 1993.

³ L'ouvrage de LEPETIT, Bernard – *Les villes dans la France Moderne (1740-1840)*. Paris: Albin Michel 1988 est l'illustration magistrale de ce renouvellement épistémologique et de l'apport des techniques statistiques novatrices comme l'analyse factorielle des correspondances.

⁴ Le modèle en serait la thèse de topographie historique de GAUTHIEZ, Bernard – *La logique de l'espace urbain. Formation et évolution: le cas de Rouen*. Paris: EHESS, 1991, thèse inédite.

des travaux, réalisés par des chercheurs français, pas seulement faute de temps, mais parce qu'ils sont essentiels sur le sujet.

1. La « fabrique de la ville ».

En 2007, Hélène Noizet, publiait une thèse pionnière qu'elle intitulait *La fabrique de la ville*⁵, notion qu'elle avait définie quelques années plus tôt comme « le processus par lequel l'interaction entre société urbaine et ville, dans sa réalité matérielle, espaces et territoires, produit un urbain spécifique en perpétuelle transformation »⁶. Depuis cette parution, en France, plusieurs travaux importants ont été réalisés qui étudient la ville en elle-même comme le produit ou le résultat de l'interaction permanente entre société et espace, entre acteurs et espace⁷ à la différence de nombreuses et bonnes monographies qui se centrent sur les acteurs et leurs actions et dans lequel l'espace est la toile de fond, le cadre du récit historique. La question est donc celle de la construction de l'espace urbain et de ses transformations successives. Il ne s'agit pas de comprendre comment une ville s'inscrit dans le réseau des villes régionales ou nationales, comment elle se situe dans la hiérarchie ecclésiastique, politique, économique... mais d'expliquer la structuration de l'espace urbain, qui ne peut être interprétée en terme de projet social volontaire. L'espace urbain observable sur les plans de topographie historique n'est pas le résultat d'un projet conscient des sociétés, mais celui de leurs choix et de leurs actions, qui ont changé et se sont modifiés au cours des siècles, sur la matérialité urbaine. Ainsi donc, le plan et la morphologie de Castelo de Vide, pour prendre l'exemple d'une petite ville parmi des milliers d'autres en Europe n'est pas le résultat d'un projet conçu, mais plus que la somme des projets et des objectifs des acteurs qui se sont succédés. C'est en ce sens que la ville est un « impensée » selon le mot de Michel Lussault, adoptée par Henri Galinié⁸. Il s'agit donc pour l'historien de construire un objet scientifique centré sur la ville

⁵ NOIZET, Hélène – *La fabrique de la ville. Espaces et sociétés à Tours (IX^e-XIII^e siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007.

⁶ NOIZET, Hélène – “Fabrique urbaine”. In LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel Lussault (Dir.) – *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. 1^e ed. Paris: Belin, 2013, pp. 389-391.

⁷ CLÉMENÇON, Anne-Sophie – *La fabrication de la ville ordinaire. Pour comprendre les processus d'élaboration des formes urbaines, l'exemple du domaine des Hospices civils de Lyon. Lyon-Guillotière. Rive gauche du Rhône. 1781-1914*. Lyon: Université Lyon2, 1999, thèse inédite; LEFÈVRE, Benjamin – *La Fabrique urbaine d'Angers (Maine-et-Loire) du 3^e au 13^e s.* Tours: Université de Tours, 2010, thèse de doctorat inédite en archéologie; SIMON, Gaël – *Espace et société à Vendôme du XI^e au début du XIX^e siècle: fonctionnement et fabrique d'une ville intermédiaire sur le temps long*. Tours: Université de Tours, 2015, thèse de doctorat d'Histoire inédite.

⁸ GALINIÉ, Henri – *Ville, espace urbain et archéologie*. Tours: Maison des Sciences de l'Homme, 2000; trad. *ciudad, espacio urbano y arqueología, la fábrica urbana*. Valencia: Universitat de Valencia, 2011.

en elle-même, définie comme le produit de l'interaction permanente des habitants sur la matérialité de leur espace et sortir de la vision de la matérialité de la ville comme cadre ou support des activités humaines pour faire de cette matérialité un acteur de plein droit.

Dans son essai, Henri Galinié définit trois axiomes pour comprendre la ville et expliquer la formation de l'espace urbain par d'autres moyens que les causalités urbanistiques :

- une ville est un pur produit, elle n'existe pas en soi : chaque société la transforme selon ses nécessités et la structure selon son organisation propre et sa loi sociale ;
- un espace urbain est apte à rendre compte des sociétés qui l'ont successivement occupé et transformé : derrière l'espace, les sociétés ;
- une société n'est pas capable de concevoir un projet destiné à produire de l'urbain⁹.

Cette conception a plusieurs conséquences que Henri Galinié met clairement en évidence. Elle nous conduit à supprimer le déterminisme de nos explications. La ville – ou une espace – comme un quartier par exemple –, de la ville n'est pas un acteur mais un lieu, elle n'agit pas. Il faut donc éliminer du vocabulaire le champ lexical de l'anatomie y de la biologie. La ville n'a pas de coeur, pas d'artères, elle ne naît pas, ne s'endort pas. La forme passive est par conséquent la forme grammaticale qui doit être utilisée pour parler de la ville : la ville ne se transforme pas, ne s'agrandit pas, elle est transformée, elle est agrandie. De la même manière, une ville n'évolue pas, ne se transforme pas dans un meilleur état, elle est transformée par les sociétés pour répondre à leurs nécessités.

La ville est le résultat d'interactions permanentes et dialectiques entre acteurs aux fins multiples qui s'inscrivent dans un espace géographique qu'ils façonnent et qui dans une certaine mesure les influencent. La ville est donc un objet qui se transforme continuellement.

La question qui se pose est : comment étudier un objet qui se transforme continuellement ? Henri Galinié propose la combinaison de deux types d'analyse, une compréhensive et une explicative, qu'il formalise avec les concepts de fonctionnement de la ville et de fabrique urbaine. Dans la démarche compréhensive, nous nous situons au niveau des acteurs en tentant de mettre en évidence les finalités et les conséquences spatiales de leurs actions. Dans la démarche explicative, c'est la structure, ce qui se trouve hors des projets des hommes mais qui les conditionnent ou les influencent.

Quelles sont donc les actions humaines qui se traduisent par des emprises sociales ? Roger Brunet dans son ouvrage *Le déchiffrement du monde*, distinguent

⁹ GALINIÉ, Henri – *Ville, espace urbain...*, p. 77.

cinq actions principales des hommes sur l'espace présentées et mises en relation dans la **figure 1** : l'habiter, se l'approprier, l'exploiter, y faire des échanges et le gérer, fonction centrale assurée par les dirigeants qui ont le pouvoir d'agir sur les autres actions. Chacune de ces actions « produit de l'espace, lui impose des formes et le remodèle¹⁰. Il conviendrait pour les villes médiévales d'ajouter une autre action : se défendre, qui se traduit par la construction d'une muraille dont l'importance est telle qu'elle a longtemps défini la ville d'Ancien Régime, « la muraille fut l'élément le plus important de la réalité physique et symbolique des villes médiévales »¹¹.

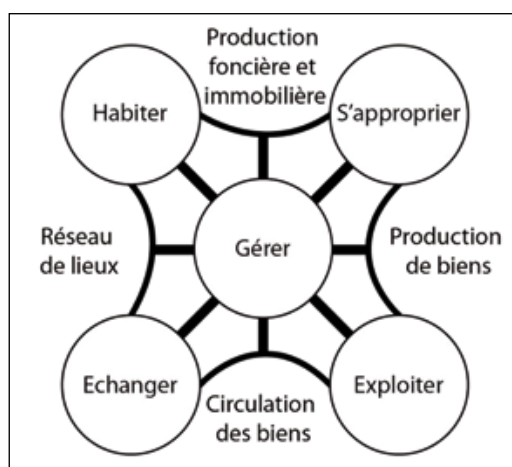


Fig. 1 – Les actions qui produisent de l'espace.

La forme urbaine est donc une donnée construite qui résulte d'un processus complexe d'élaboration et prend différentes formes. Cette constatation a conduit à revisiter la morphologie urbaine dans le contenu théorique et méthodologique de son analyse traditionnelle¹² comme le propose Albert Lévy qui distingue cinq registres et cinq approches que je cite¹³ :

¹⁰ BRUNET, Roger – *Le déchiffrement du monde. Géographie universelle*. Hachette: Paris, 1990, pp. 20-31.

¹¹ LE GOFF, Jacques ; CHÉDEVILLE, André et ROSSIAUD, Jacques – *La ville médiévale*. Tome II de la *Histoire de la France urbaine*, DUBY, G. (Dir.). Paris: Le seuil, 1980, p. 198.

¹² ALLAIN, Rémy – *Morphologie urbaine. Géographie, aménagement et architecture de la ville*. Armand Colin: Coll. U Géographie, 2004.

¹³ LÉVY, Albert – "Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine". *Espaces et sociétés*. Toulouse. N° 122, Vol. 3, (2005), pp. 25-48. Sur le vocabulaire de l'espace urbain, voir GAUTHIEZ, Bernard – *Espace urbain. Vocabulaire et morphologie*. Paris: Editions du Patrimoine, 2003.

L'approche de la forme urbaine comme forme du *paysage urbain*, c'est-à-dire l'espace urbain visuellement saisi dans sa tridimensionnalité et dans la matérialité du bâti et des espaces publics ;

L'approche de la forme urbaine comme *forme sociale*, c'est-à-dire l'espace urbain étudié dans son occupation par les divers groupes sociaux, démographiques, ethniques, les types de famille, ou la distribution des activités et des fonctions dans la ville ;

L'approche de la forme urbaine comme *forme bioclimatique*, c'est-à-dire l'espace urbain étudié dans sa dimension environnementale, comme micro-climat urbain ;

L'approche de la forme urbaine comme *forme des tissus urbains* c'est-à-dire des interrelations entre les éléments composants : parcellaire/viaire/espace libre/ espace bâti, constitutifs de tout tissu ;

L'approche de la forme urbaine comme *forme des tracés urbains* c'est-à-dire les formes géométrique des plans de villes (organique/ géométrique , orthogonal/ radioconcentrique).

Il existe un lien entre les diverses activités sociales et la formation de l'espace urbain, mais ce lien n'est pas mécanique ou causal mais dialectique¹⁴. Cette analyse dialectique entre espace et société ne peut se faire que dans la longue durée pour pouvoir apprécier le poids des décisions prises plusieurs siècles auparavant dans la structure de l'espace urbain que nous pouvons observer actuellement. Il faut donc examiner les actions des différents acteurs (clercs, seigneurs, marchands, pouvoirs publics ...) à différents moments concrets et particuliers de l'histoire de la ville et mettre ces actions en relation avec les caractéristiques de l'espace urbain, c'est-à-dire le parcellaire et le réseau des voies publiques.

L'analyse géomatique et les systèmes d'information géographique sont les outils qui permettent précisément de croiser la morphologie urbaine avec les diverses emprises sociales. L'important projet ANR-ALPAGE de cartographie du Paris ancien en est le modèle emblématique. Comme il avait été présenté sur le site il « visait à mettre en place des outils de travail mutualisés STIC-SHS permettant de développer les recherches concernant l'espace urbain parisien, à savoir des logiciels et un système d'information géographique (SIG) comprenant des couches cadastrales et historiques. C'est une nouvelle approche du milieu urbain, intégrant réellement la dimension spatiale... » Le plus ancien plan parcellaire de Paris (plan Vasserot 1810-1836) a donc été reconstitué dans un SIG avec les diverses emprises sociales : localisation des enceintes, densités socio-économiques, spatialités du pouvoir

¹⁴ LUSSAULT, Michel – *L'homme spatial, la construction sociale de l'espace humain*. Seuil: Coll. La couleur des idées, Paris, 2007.

seigneurial et royal, présence de la noblesse et de l'Eglise à Paris, diversité des activités des habitants qui sont autant de dimensions de la fabrique de la ville bénéficiant d'un éclairage nouveau¹⁵. Ce croisement fait apparaître clairement l'influence des structures parcellaires sur les formes urbaines et montre que la structure matérielle de la ville participe à expliquer certaines modalités la morphogénèse de la ville.

L'archéogéographie apporte sa contribution à l'analyse de la morphologie urbaine. « L'approche el'archéogéographie est celle qui consiste à dire que le document cartographique, notamment parcellaire, a valeur de document, ni plus ni moins, et qu'il n'a pas à être réfuté a priori comme étant idéologique ou plus idéologique qu'un autre, tout en ayant conscience de la difficulté de l'application de ce genre d'analyse lorsqu'il n'y a pas d'autres documents, notamment d'archives, pour l'étayer »¹⁶. Il faut donc analyser le langage des formes, rechercher les objets historiques et choisir des critères pour repérer les trames de la forme urbaine. Les plus couramment utilisés sont les suivants, selon Gérard Chouquer :

1. l'observation de la différence de densité globale du parcellaire ;
2. la recherche des noyaux micro-parcellaires ;
3. la caractérisation polygonale du parcellaire ;
4. la recherche des alignements remarquables ;
5. l'individualisation des lignes d'appui du parcellaire ;
6. l'identification des pattes d'oie ;
7. la caractérisation des orientations dominantes du parcellaire ;
8. la recherche des inclusions d'orientation ;
9. la recherche des baïonnettes dans le tracé des rues ; bayonetas
10. l'identification des formes individuelles ponctuelles ;
11. la lecture des parcelles étroites et allongées ;
12. la lecture des régularités métrologiques du plan.

Gérard Chouquer a appliqué cette analyse au cas de Beja, au sud du Portugal. Les critères lui ont servi à identifier des ruelles médiévales aujourd'hui absorbées par le tissu urbain et à restituer la hiérarchie d'origine islamique probable : *shari*, rue principale ; *durub*, rue secondaire greffée sur la précédente et quelquefois fermée ; enfin, *azikka*, petite voie dans issue, de desserte familiale. C'est ce que traduit le schéma suivant (**figure 2**) qui propose un plan possible pour la ville médiévale de Beja, issu de la lecture et de l'interprétation des formes en relation

¹⁵ NOIZET, Hélène; BOVE, Boris et COSTA, Laurent – *Paris, de parcelles en pixels: Analyse géomatique de l'espace parisien médiéval et moderne* 2013. Plateforme interactive : <http://alpage.huma-num.fr/fr/>

¹⁶ CHOUQUER, Gérard – “La contribution archéogéographique à l'analyse de morphologie urbaine”. *Histoire urbaine*. Paris. N° 34, Vol. 2, (2012), p. 149.

avec la cartographie ancienne de la ville¹⁷. On peut aussi partir d'un plan archéologique, c'est-à-dire d'informations intégralement obtenues par la fouille archéologique pour analyser la morphologie urbaine.

L'instrument chrono-chorématique est un autre outil qui en modélisant les

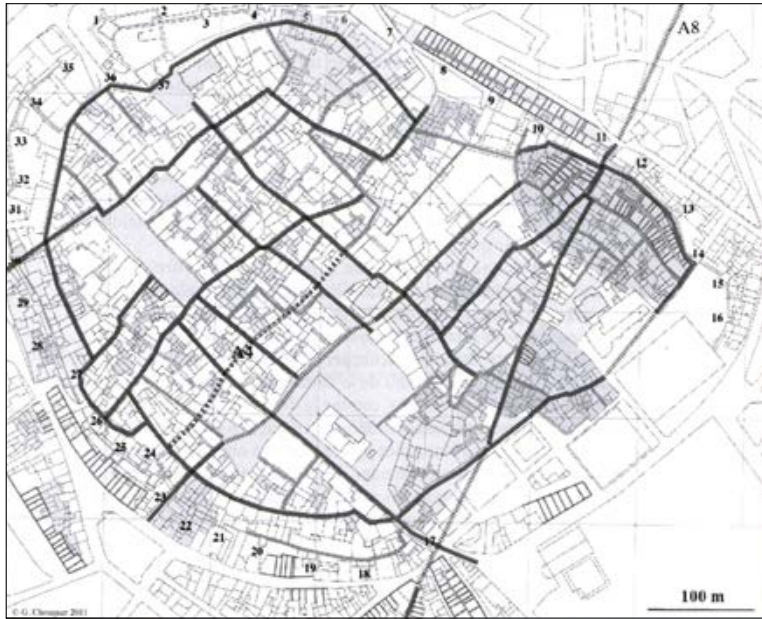


Fig. 2 – Proposition de lecture de la ville de Beja.

processus de développement, permet à la fois de croiser les données fonctionnelles et morphologiques, de se concentrer sur la dynamique d'une localité et de comparer celle-ci avec d'autres dynamiques morpho-fonctionnelles. Elle permet donc la comparaison des fabriques urbaines et par conséquent l'inscription du cas particulier d'une ville dans l'histoire générale des villes d'une zone ou d'un pays. La chrono-chorématique reprend les apports du langage chorématique qui exprime une combinaison particulière de structures élémentaires de l'espace par des modèles graphiques, les fameux chorèmes, représentés au moyen des figures de base de la géométrie (point, ligne, surface)¹⁸. Mais, dans une démarche géohistorique,

¹⁷ CHOUQUER, Gérard – *Morphologie du centre historique de Beja (Portugal, Alentejo)*, étude en 6 parties, 2011 ; www.formesdufoncier.org/index.php?rub=thematiques/espruraux; voir aussi une autre analyse, CHOUQUER, Gérard et GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo – "Le lotissement médiéval de la « vieille ville » de Nice". *Histoire Urbaine*. Paris. N° 42, Vol. 1, (2015), pp. 57-79.

¹⁸ BRUNET, Roger – "La composition des modèles dans l'analyse spatiale". *L'espace géographique*. Paris. Tomo IX, N°4, (1980), pp. 253-265; BRUNET, Roger – "La carte-modèle et les chorèmes". *Mappemonde*. Montpellier. Anné 1986, N° 4, (1986), pp. 2-6; Son idée est de construire des modèles spatiaux adaptables le plus possible à la réalité de l'espace et de fixer des lois générales. Voir aussi, BRUNET, Roger; FERRAS, Robert

elle les combine avec l'analyse temporelle des évolutions des objets géographiques observés pour proposer une frise chrono-chorématique permettant de mettre en avant les héritages de l'organisation actuelle de l'espace, entre particularismes locaux et structures spatiales élémentaires. L'objectif principal de cette approche est d'aller au-delà de la topographie historique pour accéder aux dynamiques de fond, aux structures de la ville¹⁹.

2. Les espaces de l'urbain.

L'espace urbain est composé de plusieurs espaces « fabriqués », mais il est traditionnellement appréhendé sur le mode binaire de l'opposition entre un centre compact et homogène, corseté à l'intérieur des remparts et une périphérie, formée de faubourgs et/ou bourgs satellisés sur laquelle s'exerce le pouvoir du centre.

Les historiens, pas seulement médiévistes, étudient généralement ces différents espaces situés à l'intérieur ou à l'extérieur des murs dans des monographies générales et leur consacrent très rarement des études spécifiques²⁰. Quand ils abordent les quartiers suburbains, ils les étudient comme de petits centres satellites bien identifiés au-delà de la muraille²¹ dans une perspective inter-urbaine et non intra-urbaine de centre à la périphérie, même si certains historiens abordent les inter-relations entre le centre et les faubourgs²². Ils s'intéressent aussi, plus rarement, aux espaces non habités, aux places et aux zones vertes²³.

et THERY, Hervé – *Les Mots de la géographie, dictionnaire critique*. Montpellier, Paris: La Documentation Française, 1992.

¹⁹ A titre d'exemple, on consultera LEFEBVRE, Bastien – “La chronographie ou la représentation des temps de la formation d'un tissu urbain à Tours (V^e-XVIII^e siècle)”. In LAVAUD, S. et SCHMIDT, B. (éd.) – *Représenter la ville*. Bordeaux: éd. Ausonius, 2011, pp. 219-232.

²⁰ JAMBON, Yannick – *Aux marges de la ville moderne. Les faubourgs dans le Royaume de France du XVI^e au début du XIX^e siècle*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2017; SAMSONOWICZ, Henryk – “Le suburbium en Pologne vers la fin du Moyen Âge. L'importance économique et sociale des faubourgs aux XIV^e et XV^e siècles”. *Studia historiae economicae*. N° 13, (1976), pp. 73-82; SAMSONOWICZ, Henryk – “Suburbium’ in the Late Middle Ages: The Economic and Social Importance of Suburbs in East-Central Europe”. *Review (Fernand Braudel Center)*. Binghamton. Vol. 5, N° 2, (1981), pp. 311-324.

²¹ LEHOUX, Françoise – *Le bourg Saint-Germain-des-Prés depuis ses origines jusqu'à la fin de la guerre de Cent ans*. Paris: L'Auteur, 1951; CANEPARI, Eleonora – “An Unsettled Space. The Suburban Parish of San Giovanni in Laterano and Its Inhabitants (1630-1655)”. *Quaderni Storici*. Bologna. N° 1, (2016), pp. 114-131.

²² Comme, mais trop superficiellement, les travaux cités note 19 et dernièrement BÉGHIN, Mathieu – *Organisation et développement du territoire aux abords d'une cité: Amiens et ses faubourgs* et de quelques rencontres scientifiques. *Le périurbain, territoires, réseaux et temporalités*. Amiens: Université de Picardie Jules Verne, 2010, thèse de doctorat inédite.

²³ LEGUAY, Jean-Pierre – *Terres urbaines. Places, jardins et terres incultes dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009; CLARK, Peter; NIEMI, Marjaana et NOLIN, Catharina (ed.) – *Green Landscapes in the European City*. Londres: Routledge, 2016; XANDRY, Catherine – “Le Marais-Vert à Strasbourg. Un espace intra-muros peu urbanisé, treizième-dix-neuvième siècles”. *Archéopages*. Tome 44, (2017).

Les marges et les périphéries, ces zones intermédiaires entre la ville et la campagne ont été longtemps négligés, aussi bien par les historiens des campagnes que par ceux des villes²⁴, et très rarement étudiés en eux-mêmes sous forme de monographies ou d'approches régionales²⁵. Pourtant, elles sont les zones d'extension externe de la population de la ville. Elles existent donc depuis l'Antiquité puisque les villes n'ont cessé de croître, sauf exceptions. Au Moyen Âge, on constate que ces territoires sont assez rarement nommés et que c'est en les nommant que les contemporains leur ont donné une existence officielle, souvent, avec un terme dérivé de celui de 'ville' : *suburbium* en latin, 'sous la ville', ou faubourg (altération de *fors borc* XII^e siècle, latin *foris* « dehors » et *burgus* « bourg »). Dans bien des textes, l'espace *extra-muros* est tout simplement désigné par l'expression *de foras*, « dehors ». Le terme de banlieue, du latin médiéval *banleuca*, *banleuga*, *banliva*, évoque le lien indissoluble avec le centre urbain puisqu'il désigne le territoire d'environ une lieue autour d'une ville sur lequel s'étendait le « ban », du verbe germanique « *bannan* » commander, défendre, un « îlot de droit urbain au cœur de territoires soumis au droit commun » pour reprendre l'heureuse expression de John Gilisen reprise par Michel Bochaca²⁶. Ce n'est que récemment, avec la rapide croissance urbaine, qu'un certain nombre de chercheurs en sciences humaines, majoritairement historiens, mais aussi sociologues ou géographes, ont commencé à interroger la nature et les fonctions de cet espace entre ville et campagne qui renferme les faubourgs attenants à la ville close, des portions de champs situées aux environs immédiats de celle-ci et parfois aussi des villages, parfois embryon de villes nouvelles ; ils ont donc intégré l'idée que cet espace fait partie intégrante du système urbain²⁷.

²⁴ On appellera cependant sous la direction de Dominique Hervier et de François Loyer, le numéro spécial : "La ville entre ruralité et urbanité". *Histoire Urbaine*. Paris. N° 8, (2003).

²⁵ A quelques rares exceptions comme LEGUAY, Jean-Pierre – "Le paysage périurbain au XV^e siècle : l'aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Âge". *Mémoires de la société d'histoire et d'archéologie de Bretagne*. Rennes. N° 67, (1980), pp. 313-329.

²⁶ BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux. Formation d'une juridiction municipale suburbaine (vers 1250-vers 1550)*. Paris: l'Harmattan, 1997, p. 9; TRANCHANT, Mathias – "La constitution de la banlieue rochelaise à la fin du Moyen Âge. Formes d'emprise urbaine sur un espace rural". *Histoire Urbaine*. Paris. N° 8, (2003), pp. 23-40.

²⁷ RIBEIRO, Maria do Carmo et MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana. Cidade et periferia*. Braga: CITCEM, IEM, 2014; BOUFFIER, Sophie; BRELOT, Claude-Isabelle et MENJOT, Denis – *Aux marges de la ville. Paysages, sociétés, représentations*. Paris: l'Harmattan, 2015. On attend la publication des thèses de XANDRY, Catherine – *Organisation d'un territoire aux abords de la ville. Le cas de Metz, Strasbourg et Reims du milieu du Moyen Âge au début de l'époque moderne*. Strasbourg: Université de Strasbourg, 2013, thèse de doctorat inédite, et de BÉGHIN, Mathieu – *Organisation et développement du territoire aux abords d'une cité: Amiens et ses faubourgs* et de quelques rencontres scientifiques: *Le périurbain, territoires, réseaux et temporalités*, Amiens, 2010; *Périurbanisation, créativité et durabilité*, Strasbourg, 2010; *Confins. Figures de l'urbain aux marges de la ville*, Genève, 2010-2011; *Les paysages périurbains, des héritages à une gestion différenciée des territoires*, Blois, 2011; *Agrandir la ville : prévoir, administrer et organiser la croissance urbaine*, Lyon, 2012; *Paysages des franges urbaines : décrire, habiter, gouverner*, Narbonne, 2014; *Portes et faubourgs dans les villes modernes. Lieux, espaces, pratiques sociales*, Aix-en-Provence, 2015.

De fait, la notion de périphérie n'a de sens qu'en relation avec le centre. Pour cette raison des historiens optent pour se référer à la notion de périphérie telle que les géographes la conçoivent, qui à la notion territoriale de ville substitue celle de l'urbain qui forme ainsi « un système sociétal regroupant l'ensemble des géotypes caractérisés par le couplage spécifique de la densité et de la diversité »²⁸. Pour penser « l'urbain », les géographes se fondent sur deux critères : la densité démographique et la diversité des activités qui définissent parfaitement le mode de vie urbain, qui se caractérise par l'intensité des relations sociales²⁹. Ces critères permettent de caractériser les espaces que forment l'urbain à travers l'histoire et aux géographes de l'urbain contemporain de faire la typologie suivante: centre, suburbain, périurbain, méta-urbain et para-urbain et rurbain. L'urbain forme ainsi « un système sociétal » regroupant l'ensemble des types caractérisés par le couple spécifique de la densité et de la diversité³⁰. Cette conception a le mérite de nous amener à penser la périphérie autrement que comme une marge composé de bourgs satellisés, à affiner la typologie des espaces qui composent la ville médiévale et à repenser le rapport spécifique entre les parties et à hiérarchiser l'urbanité de chacune. « Il permet de faire l'hypothèse que la ville peut avoir plusieurs types de centralités et de périphéries »³¹ qui ne sont que des éléments et des moments de la dynamique du centre. Pour cette raison, la matrice analytique des géographes se révèle précieuse pour interpréter les sources médiévales.

Un historien, Boris Bove, a tenté d'appliquer ce type d'analyse à la ville de Paris au XIV^e siècle en fondant sa recherche sur les registres d'impôts dans lesquels figurent les noms, prénoms, adresses et professions des habitants et en l'adossant à projet collectif ambitieux ANR-ALPAGE de cartographie du Paris ancien, présenté ci-dessus. Il arrive à des conclusions tout à fait nouvelles : « la périphérie du Paris médiéval ne coïncide manifestement pas toujours avec le rempart car il existe des périphéries *intra muros*, qui demeurent fossilisées sous forme de *fringe*

²⁸ LUSSAULT, Michel – “Urbain”. In LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel (Dir.) – *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. 2e .d. Paris: Belin, 2013, p. 949. Jacques Lévy ajoute : « ce qu'apporte la ville, c'est la possibilité de rencontres imprévues et improbables, la circulation multidirectionnelle et aléatoire sur un réseau large et dense d'informations multiples. Ce n'est donc pas la quantité brute de mobilité qui caractérise un niveau d'urbanité, mais une mobilité permettant des échanges qui seraient impossibles selon une autre configuration » LÉVY, Jacques – *L'espace légitime, Sur la dimension géographique de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation National de Sciences Politiques, 1994, p. 286.

²⁹ LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel (Dir.) – *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés...*, pp. 1040-1044, renouvelant ainsi l'approche traditionnelle de LEFEBRE, Henri – *La Production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

³⁰ Le sociologue Yves Barel, par une approche tout à fait différente était arrivé aussi à la conclusion que la ville était un système social, BAREL, Yves – *La ville médiévale. Système social, système urbain*. Grenoble: PUG, 1977.

³¹ BOVE, Boris – “Les périphéries de Paris au XIV^e siècle: essai d'application de la théorie géographique aux sources médiévales”. In RIBEIRO, Maria do Carmo et MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana. Cidade et periferia*. Braga: CITCEM, IEM, 2014, pp. 127-147, pp. 2 et 3 de la version en ligne sur HAL.

belt, jusqu'à ce qu'elles soient l'objet de programme de lotissement comme dans l'enclos de Saint-Martin-des-Champs au XVII^e siècle. À l'inverse, on note aussi que les faubourgs au-delà du rempart peuvent avoir des caractéristiques plus urbaines que certaines parties encloses de la ville, en particulier par la diversité sociale qu'appellent des prix fonciers modérés et de grandes parcelles » (figure 3)³².

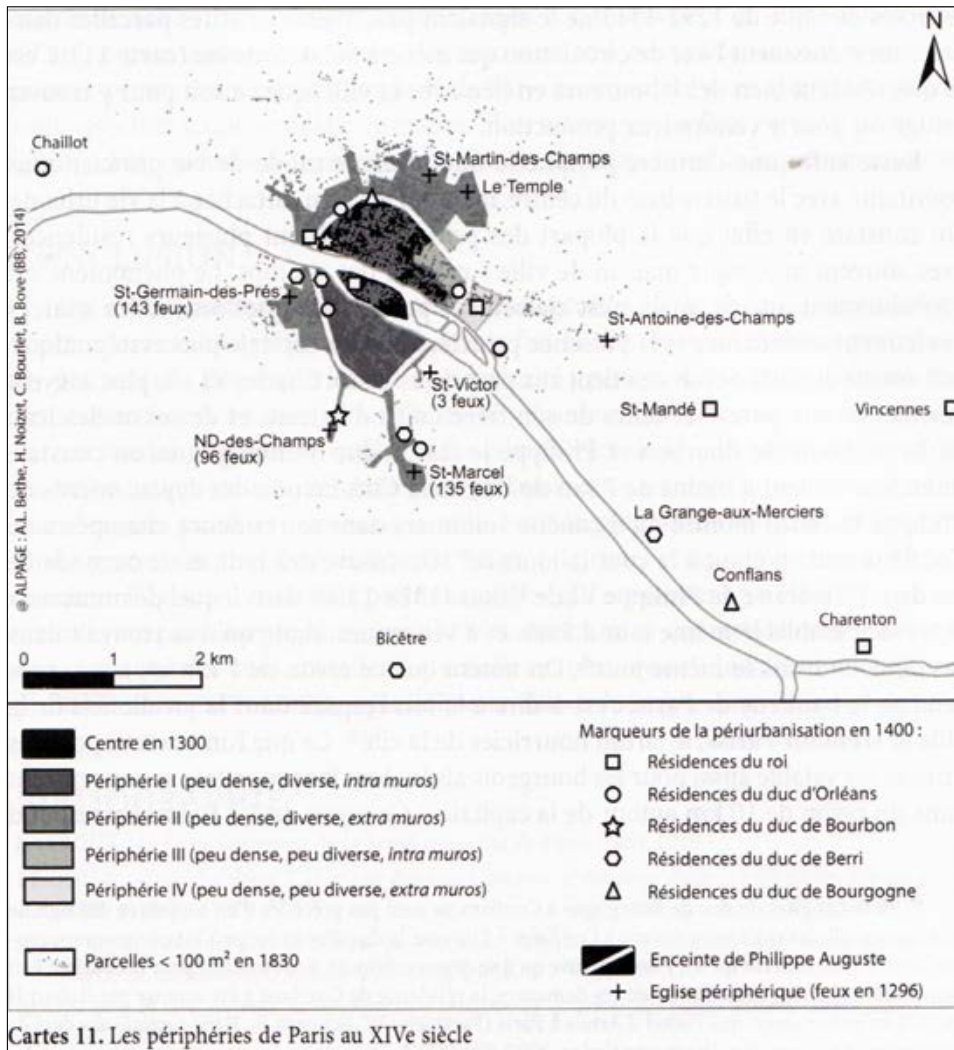


Fig. 3 – Les périphéries de Paris au XIV^e siècle.

³² BOVE, Boris – “Les périphéries de Paris au XIV^e siècle... conclusions Pour ALPAGE, voir note 14.

Récemment, une nouvelle piste de recherche a été ouverte par les travaux des géographes américains qui travaillent sur les villes du « global sud ». Ils ont mis l'accent sur les villes mégapoles fragmentées, les espaces urbains hétérogènes, économiquement, socialement, juridiquement et politiquement et parfois résistants aux élites et à l'autorité, ce qu'ils nomment la *subaltern city*³³. qui s'inscrit dans le courant historiographique des *subaltern studies* initié par Ranajit Guha dans les années 1980. Dans le monde de l'urbanisme subalterne, défini comme un « espace de différence » avec ses propres caractéristiques, les 'périphéries', omniprésentes, sont comme des places d'innovation et d'adaptation, sur la frontière mouvante des structures formelles et informelles des zones d'exception, des *grey zones* où le pouvoir municipal et les résidents se heurtent, se combinent ou s'entendent. Parmi eux Nezar Alsayyad and Ananya Roy ont cherché à montrer que ce modèle transcendait le monde contemporain et pouvait être opératoire pour les périodes antérieures, notamment le Moyen Age avec les enclaves monastiques et seigneuriales, les enclos canoniaux, les citadelles etc...³⁴

Les historiens des époques médiévale et moderne ont mis en lumière non seulement la polycentralité des villes, l'hétérogénéité de la ville dans ses murs, les différents types d'espace urbain, leurs hiérarchies³⁵ mais aussi les usages contestés de l'espace urbain, ce qu'avait aussi souligné des géographes³⁶. Dans un ouvrage qui va paraître, Peter Clark et moi-même proposons de démêler et d'explorer les liens économiques, sociaux, politiques entre les différents espaces urbains, quartiers centraux, quartiers subalternes et périphéries suburbaines, et la façon dont ils participent tous du système urbain et de la vie de la communauté³⁷.

³³ ROY, Ananya – “Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 35, N° 2, (2011), pp. 223-238 ; elle discute les origines et l'évolution du terme « subalterne » dans le contexte urbain. Voir aussi BAYAT, A. – “From «Dangerous Classes» to “Quiet Rebels”: Politics of the Urban Subaltern in the Global South”. *International Sociology*. Vol. 15, (2000), pp. 533-557; SCHINDLER, S. – “Understanding urban Processes in Flint Michigan: Approaching “Subaltern Urbanism” Inductively”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 38, (2014), pp. 791-804.

³⁴ ALSAYYAD, Nezar et ROY, Ananya – “Medieval Modernity: On Citizenship and Urbanism in a Global Era”. *Space and Polity*. Vol. 10, N° 1, (2006), pp. 1-20; ils argumentent que “the medieval city can be seen as a space of competing sovereignties, one that operated through a territorialised logic of association and patronage”.

³⁵ Par exemple, LANTSCHNER, Patrick – *The Logic of Political Conflict Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370–1440*. Oxford: Oxford University Press, 2015. BOONE, M. et HOWELL, M.C. – *The Power of Space in late Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, 2013, qui écrivent p. 2. « within city walls space.... was highly contested. Spaces there became highly differentiated, laden with specific if multiple meanings ».

³⁶ LEVY, Jacques – *L'espace légitime. Sur la dimension géographique de la fonction politique...*

³⁷ CLARK, Peter Clark et MËNJOT, Denis (éd.) – *Subaltern City, Alternative and peripheral urban spaces in the pre-modern period* à paraître chez Brepols en 2018.

Conclusion.

Le concept de fabrique urbaine renouvelle l'approche de la compréhension de l'espace urbain fournissant un cadre conceptuel et théorique pour formuler des questions pertinentes, ainsi qu'un outillage technique pour les résoudre à travers les ressources du numérique du SIG, de la chrono-chorématique et de l'archéogéographie³⁸. L'adaptation de la théorie géographique contemporaine à la ville médiévale a fait la démonstration de son utilité et, par voie de conséquence, de la proximité épistémologique des organismes urbains à travers les âges et donc des méthodes d'analyse. Ces nouvelles approches et nouveaux outils que je vous ai présentés sommairement – mais dont vous pourrez approfondir l'étude avec la bibliographie que j'ai indiquée en note – pourraient vous servir dans vos recherches, dont les fondements doivent rester l'intérêt de la problématique, la rigueur de la critique historique, l'adéquation des méthodes utilisées avec la problématique et la qualité des analyses et de la synthèse.

L'histoire urbaine est riche de bien d'autres approches nouvelles : la gouvernamentalité, la cidadinité et la citoyenneté³⁹, les systèmes de réseaux sociaux⁴⁰, les relations dialectiques entre la Courte et la ville⁴¹, l'environnement, ou encore les dynamiques urbaines⁴².

BIBLIOGRAPHIE

ALLAIN, Rémy – *Morphologie urbaine. Géographie, aménagement et architecture de la ville*. Armand Colin: Coll. U Géographie, 2004.

ALSAYYAD, Nezar et ROY, Ananya – “Medieval Modernity: On Citizenship and Urbanism in a Global Era”. *Space and Polity*. Vol. 10, N° 1, (2006), pp. 1-20.

BAREL, Yves – *La ville médiévale. Système social, système urbain*. Grenoble: PUG, 1977.

³⁸ On pourrait ajouter les reconstitutions des villes en 3D comme Virtual Shanghai ou Visualizing Venice.

³⁹ La distinction entre urbanité, citoyenneté et cidadinité a été formalisée dans le *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés* (J. Lévy et M. Lussault, 2003).

⁴⁰ ORTEGO RICO, Pablo – *Poder financiero y gestión tributaria en Castilla: los agentes fiscales en Toledo y su reino (1429-1504)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2015.

⁴¹ COURBON, Léonard et MENJOT, Denis – *La ville et la Cour*. Turnhout: Brepols, 2015.

⁴² HEIN, Carola (ed.) – *Port Cities: Dynamic Landscapes and Global Networks*. Londres: Routledge, 2011.

- BAYAT, A. – “From «Dangerous Classes» to “Quiet Rebels”: Politics of the Urban Subaltern in the Global South”. *International Sociology*. Vol. 15, (2000), pp. 533-557.
- BÉGHIN, Mathieu – *Organisation et développement du territoire aux abords d'une cité: Amiens et ses faubourgs* et de quelques rencontres scientifiques . *Le périurbain, territoires, réseaux et temporalités*. Amiens: Université de Picardie Jules Verne, 2010, thèse de doctorat inédite.
- BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux. Formation d'une juridiction municipale suburbaine (vers 1250-vers 1550)*. Paris: l'Harmattan, 1997.
- BOONE, M. et HOWELL, M.C. – *The Power of Space in late Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, 2013.
- BOUFFIER, Sophie; BRELOT, Claude-Isabelle et MENJOT, Denis – *Aux marges de la ville. Paysages, sociétés, représentations*. Paris: l'Harmattan, 2015.
- BOVE, Boris – “Les périphéries de Paris au XIV^e siècle: essai d'application de la théorie géographique aux sources médiévales”. In RIBEIRO, Maria do Carmo et MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana. Cidade et periferia*. Braga: CITCEM, IEM, 2014, pp. 127-147.
- BRUNET, Roger – “La carte-modèle et les chorèmes”. *Mappemonde*. Montpellier. Anné 1986, N° 4, (1986), pp. 2-6.
- BRUNET, Roger – “La composition des modèles dans l'analyse spatiale”. *L'espace géographique*. Paris. Tomo IX, N° 4, (1980), pp. 253-265.
- BRUNET, Roger – *Le déchiffrement du monde. Géographie universelle*. Hachette: Paris, 1990.
- BRUNET, Roger; FERRAS, Robert et THERY, Hervé – *Les Mots de la géographie, dictionnaire critique*. Montpellier, Paris: La Documentation Française, 1992.
- CANEPARI, Eleonora – “An Unsettled Space. The Suburban Parish of San Giovanni in Laterano and Its Inhabitants (1630-1655)”. *Quaderni Storici*. Bologna. N° 1, (2016), pp. 113-136.

CHOUQUER, Gérard – “La contribution archéogéographique à l’analyse de morphologie urbaine”. *Histoire urbaine*. Paris. N° 34, Vol. 2, (2012), p. 149.

CHOUQUER, Gérard et GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo – “Le lotissement médiéval de la « vieille ville » de Nice”. *Histoire Urbaine*. Paris. N° 42, Vol. 1, (2015), pp. 57-79.

CLARK, Peter; NIEMI, Marjaana et NOLIN, Catharina (ed.) – *Green Landscapes in the European City*. Londres: Routledge, 2016.

CLÉMENÇON, Anne-Sophie – *La fabrication de la ville ordinaire. Pour comprendre les processus d’élaboration des formes urbaines, l’exemple du domaine des Hospices civils de Lyon. Lyon-Guillotière. Rive gauche du Rhône. 1781-1914*. Lyon: Université Lyon2, 1999, thèse inédite.

COURBON, Léonard et MENJOT, Denis – *La ville et la Cour*. Turnhout: Brepols, 2015.

GALINIÉ, Henri – *Ville, espace urbain et archéologie*. Tours: Maison des Sciences de l’Homme, 2000.

GAUTHIEZ, Bernard – *Espace urbain. Vocabulaire et morphologie*. Paris: Editions du Patrimoine, 2003.

GAUTHIEZ, Bernard – *La logique de l’espace urbain. Formation et évolution: le cas de Rouen*. Paris: EHESS, 1991, thèse inédite.

HEIN, Carola (ed.) – *Port Cities: Dynamic Landscapes and Global Networks*. Londres: Routledge, 2011.

JAMBON, Yannick – *Aux marges de la ville moderne. Les faubourgs dans le Royaume de France du XVI^e au début du XIX^e siècle*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2017.

LANTSCHNER, Patrick – *The Logic of Political Conflict Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370–1440*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LE GOFF, Jacques ; CHÉDEVILLE, André et ROSSIAUD, Jacques – *La ville médiévale*. Tome II de la *Histoire de la France urbaine*, DUBY, G. (Dir.). Paris: Le seuil, 1980.

- LEFEBRE, Henri – *La Production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Bastien – “La chronographie ou la représentation des temps de la formation d'un tissu urbain à Tours (V^e-XVIII^e siècle)”. In LAVAUD, S. et SCHMIDT, B. (éd.) – *Représenter la ville*. Bordeaux: éd. Ausonius, 2011, pp. 219-232.
- LEFÈVRE, Benjamin – *La Fabrique urbaine d'Angers (Maine-et-Loire) du 3e au 13e s.* Tours: Université de Tours, 2010, thèse de doctorat inédite en archéologie.
- LEGUAY, Jean-Pierre – “Le paysage périurbain au XVe siècle : l'aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Âge”. *Mémoires de la société d'histoire et d'archéologie de Bretagne*. Rennes. N° 67, (1980), pp. 313-329.
- LEGUAY, Jean-Pierre – *Terres urbaines. Places, jardins et terres incultes dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009.
- LEHOUX, Françoise – *Le bourg Saint-Germain-des-Prés depuis ses origines jusqu'à la fin de la guerre de Cent ans*. Paris: L'Auteur, 1951.
- LEPETIT, Bernard – *Les villes dans la France Moderne (1740-1840)*. Paris: Albin Michel, 1988.
- LEPETIT, Bernard et PUMAIN, Denyse – *Temporalités urbaines*. Paris: Anthropos, 1993.
- LÉVY, Albert – “Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine”. *Espaces et sociétés*. Toulouse. N° 122, Vol. 3, (2005), pp. 25-48.
- LÉVY, Jacques – *L'espace légitime, Sur la dimension géographique de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation National de Sciences Politiques, 1994.
- LUSSAULT, Michel – “Urbain”. In LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel (Dir.) – *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. 2 ed. Paris: Belin, 2013, p. 949.
- LUSSAULT, Michel – *L'homme spatial, la construction sociale de l'espace humain*. Seuil: Coll. La couleur des idées, Paris, 2007.

- NOIZET, Hélène – “Fabrique urbaine”. In LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel Lussault (Dir.) – *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. 1^e ed. Paris: Belin, 2013, pp. 389-391.
- NOIZET, Hélène – *La fabrique de la ville. Espaces et sociétés à Tours (IX^e-XIII^e siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007.
- NOIZET, Hélène; BOVE, Boris et COSTA, Laurent – *Paris, de parcelles en pixels: Analyse géomatique de l'espace parisien médiéval et moderne* 2013. Plateforme interactive: <http://alpage.huma-num.fr/fr/>
- ORTEGO RICO, Pablo – *Poder financiero y gestión tributaria en Castilla: los agentes fiscales en Toledo y su reino (1429-1504)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2015.
- RIBEIRO, Maria do Carmo et MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana. Cidade et periferia*. Braga: CITCEM, IEM, 2014.
- ROY, Ananya – “Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 35, N° 2, (2011), pp. 223-238.
- SAMSONOWICZ, Henryk – “Le suburbium en Pologne vers la fin du Moyen Âge. L'importance économique et sociale des faubourgs aux XIV^e et XV^e siècles”. *Studia historiae economicae*. N° 13, (1976), pp. 73-82.
- SAMSONOWICZ, Henryk – “Suburbium' in the Late Middle Ages: The Economic and Social Importance of Suburbs in East-Central Europe”. *Review (Fernand Braudel Center)*. Binghamton. Vol. 5, N° 2, (1981), pp. 311-324.
- SCHINDLER, S. – “Understanding urban Processes in Flint Michigan: Approaching “Subaltern Urbanism” Inductively”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 38, (2014), pp. 791-804.
- SIMON, Gaël – *Espace et société à Vendôme du XI^e au début du XIX^e siècle: fonctionnement et fabrique d'une ville intermédiaire sur le temps long*. Tours: Université de Tours, 2015, thèse de doctorat d'Histoire inédite.

TRANCHANT, Mathias – “La constitution de la banlieue rochelaise à la fin du Moyen Age. Formes d’emprise urbaine sur un espace rural”. *Histoire Urbaine*. Paris. N° 8, (2003), pp. 23-40.

XANDRY, Catherine – *Organisation d’un territoire aux abords de la ville. Le cas de Metz, Strasbourg et Reims du milieu du Moyen Âge au début de l’époque moderne*. Strasbourg: Université de Strasbourg, 2013, thèse de doctorat inédite.

XANDRY, Catherine – “Le Marais-Vert à Strasbourg. Un espace *intra-muros* peu urbanisé, treizième-dix-neuvième siècles”. *Archéopages*. Tome 44, (2017).

História do Urbanismo: *investigação, fontes e instrumentos*

Luísa Trindade¹

Resumo

Este texto tem por objetivo sistematizar e refletir sobre os principais tipos de fontes e instrumentos de análise disponíveis na área científica da História do Urbanismo. Vincando o seu carácter essencialmente prático, recorre-se a conjunto alargado de casos concretos, capazes de exemplificar de forma clara os diferentes temas em debate. Em função de uma maior proximidade investigativa, os exemplos usados inscrevem-se maioritariamente no período que abarca os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna, ainda que as conclusões apuradas sejam válidas para muitas outras temporalidades.

Palavras-chave

História do urbanismo; cidade; fontes; ferramentas de investigação.

¹ Universidade de Coimbra | CES.

History of Urbanism: research, data and instruments.

Abstract

This text aims to systematize and reflect on the main sources and research tools available within the scientific field of History of urbanism. Emphasizing its practical nature the analysis is based on a broad set of concrete cases, able to clearly exemplify the different topics in focus. Due to particular research proximity, the examples used are mainly inscribed in a time span from the late Middle Ages to the early Modern Age, although the conclusions are valid for many other temporalities.

Keywords

History of urbanism; city; sources; research tools.

1. Fontes: tipos, potencial e limitações.

São múltiplas e de diferente natureza as fontes essenciais ao estudo da génese e evolução do espaço urbano². Mas, previamente ao seu elenco, importa destacar como a sua utilização obriga não apenas à crítica exaustiva dirigida a cada uma delas, como também ao seu cruzamento e confronto sistemático. Acresce que todas, sem exceção, têm de ser acareadas com o objeto propriamente dito – a cidade atual – fazendo do trabalho de campo e da análise direta uma prioridade metodológica, como veremos no final deste capítulo.

² Entre a bibliografia disponível, veja-se, ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Universidad de Cantabria, 2002; BETRAN ABADÍA, Ramón – “Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad”. In *Aragón en la Edad Media. Paisajes rurales y paisajes urbanos: Métodos de análisis en Historia Medieval. III Seminario de Historia Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1994, pp. 123-156; PASSINI, Jean – “El medio urbano como informador arqueológico medieval”. In *III Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Gobierno de la Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 1993, pp. 89-102; PINTO, Sandra – *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*. Coimbra: Darq. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de mestrado; ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”. *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Nº1 (2005). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 70-109.

Todavia, a própria natureza da cidade determina o uso em paralelo e de forma permanente de um conjunto de representações do próprio objeto que, por isso, funcionam neste âmbito disciplinar, simultaneamente como fontes e ferramentas da análise. É este um imperativo que decorre da multiplicidade de problemas que se colocam à análise da cidade. Vejamos alguns dos principais.

De escala, em primeiro lugar, pela dificuldade em abarcar o todo da materialidade urbana, mesmo que se trate apenas de um sector de cidade. Não o podemos ver num único relance, não o podemos rodear, tão pouco manusear, abarcar ou conter, como fazemos a tantos outros objetos. Pelo contrário. É ele que nos abarca e contém. A relação que o corpo humano estabelece com o objecto urbanístico aproxima-se da que temos com a arquitetura mas exponencia-a, claro (Fig. 1).



Fig. 1 – A escala urbana e as dificuldades de percepção da cidade enquanto objeto de estudo (à esquerda, fotografia de maquete de Los Angeles, 1941, Coleção Tom Zimmerman; à direita, fotografia de Nicholas Sack, *Lost in the City*. London: Hoxton Mini Press, 2015).

Acresce o processo de transformação contínuo a que a cidade está sujeita. Com efeito, à exceção de núcleos abandonados e por isso estagnados no tempo (musealizados ou não), a cidade que estudamos, qualquer que seja o foco cronológico (antiga, medieval ou moderna), é sempre, na prática, contemporânea, no sentido em que está sujeita aos usos da contemporaneidade. Não se trata com efeito de um objeto estático e imutável. Milhares de ações simultâneas, de maior ou menor escala, com mais ou menos impacto, de âmbito público ou privado, fazem da cidade uma realidade em permanente movimento. Objeto de estudo para uns, ela é essencialmente o espaço de vivência quotidiana de milhares de habitantes que são inevitavelmente agentes de transformação.

É este uso da cidade na contemporaneidade que faz com que o que resta de outras épocas não pertença nunca apenas ao passado: na cidade, o passado é sempre ativo no sentido literal da expressão, do que não passou ainda à reforma

e se mantém em atividade, usado no presente, como presente, porventura até sem qualquer associação ao seu passado. E se isso acontece é porque na cidade, ao contrário do que se tornou comum dizer, o património não surge apenas ou essencialmente como um palimpsesto, apagado e reescrito, ou numa sucessão estratigráfica em que as ocupações mais recentes se sobrepõem sistematicamente às mais remotas. Ele evolui e acumula-se em hipertexto³, configurando uma trama em que, aqui e ali, como palavras a azul num texto *on line*, podem constituir duas narrativas distintas: uma que se desenrola num mesmo tempo e num mesmo lugar, a cidade do século XXI, outra que, através da ativação de *links* (um monumento, uma ruína) nos transporta para outros tempos e realidades. O que justifica as diferentes percepções do objeto urbano: se para uns pode ser (também) testemunho do passado, para outros, em maior ou menor grau, é (apenas) matéria do presente, sujeita a toda a pressão e transitoriedade do quotidiano. Por isso, onde alguns veem um documento histórico que querem a todo o custo resgatar à ação destrutiva dos homens e do tempo, estudando-os, patrimonializando-os e, por essa via, prolongar-lhes a vida, outros veem apenas objetos velhos e desatualizados, cuja substituição é inexorável.

A escala, a mutação permanente ou o acumular de tempos vários no presente, o número de atores e autores⁴ são apenas algumas das razões que tornam a cidade complexa. Por estas e outras razões, um historiador do urbanismo tem sempre na sua mesa de trabalho um conjunto de diferentes métodos de representação, abstrações da realidade, que, o ajudam a “dominar” o seu objeto de estudo.

Começamos por uma das mais relevantes: os levantamentos topográficos e cadastrais. Associam à topografia⁵ o cadastro que, de acordo com a própria significação do termo (do grego “*linha por linha*”), é a transcrição gráfica detalhada e rigorosa de toda a propriedade, tal como se encontrava no momento em que foram elaborados: registam a localização, configuração e área de toda a construção e, pelo confronto entre espaços e massas (cheios e vazios do solo), os espaços de uso e domínio público. A importância do parcelário enquanto fonte é particularmente importante por este ser, entre os elementos urbanos, o que apresenta maior persistência no tempo. Com efeito, o desfazamento cronológico na transmissão da propriedade e transformação dos edifícios faz com que, nos

³ ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *Fomos condenados à Cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 69.

⁴ ROSSA, Walter – “História do Urbanismo e Identidade. A arte inconsciente da comunidade”. *História* 27 (2000), p. 43.

⁵ Da evidente importância da topografia, chama-se apenas a atenção para o registo das curvas no processo de compreensão de toda a estratégia do assentamento urbano. Nem sempre, porém, os estudos de História do Urbanismo o contemplam.

seus traços gerais e mais até do que a rede viária ou a própria topografia, registre o tempo longo e permita recuar no processo de estruturação urbana⁶. O cadastro é também crucial na identificação de unidades morfológicas cuja homogeneidade indicia uma instalação conjunta num dado momento e torna evidentes cicatrizes deixadas por acidentes naturais (ribeiras, taludes) ou equipamentos (muralhas, por exemplo) entretanto obliterados, etc.

Dos primeiros levantamentos com indicação do cadastro – realizados com rigor científico no decurso do século XIX⁷ – aos mais recentes métodos aerofotogramétricos⁸, os levantamentos cadastrais desempenham, no âmbito disciplinar da história do urbanismo, um papel idêntico ao que o documento escrito tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de “*decifrar e transcrever*”⁹. Na realidade, o teor da informação que fornecem é único, não podendo ser substituído por qualquer outro tipo de fonte. Para determinados níveis da análise morfológica, como a determinação dos sistemas compositivos e proporcionais das parcelas originais, os levantamentos cadastrais constituem, em rigor, o único recurso possível.

Paralelamente, e com pontos de contacto ao nível da informação veiculada, o investigador dispõe da fotografia aérea que, pela facilidade de acesso, atualização e volume de informação que comporta¹⁰, constitui uma ferramenta insubstituível, especialmente no caso de ortofotomapas. Embora aparentemente idênticos, diferem entre si no rigor e, por isso, no potencial de utilização: o ortofotomapa distingue-se da simples fotografia aérea por ser uma imagem capturada na vertical permitindo, a partir de uma coordenada central, retificar qualquer distorção. Reúne, por isso, as vantagens da fotografia aérea às da cartografia convencional, já que, podendo ser interpretado como uma fotografia, apresenta uma escala

⁶ Trata-se da famosa “lei da persistência do plano” formulada por P. Lavedan (embora tradicionalmente atribuída pela historiografia a Marcel Poete que, na realidade, se limitou a vincular a regularidade de algumas cidades francesas a uma anterior implantação romana. POETE, Marcel – *Introduction à l’Urbanisme. L’évolution des villes. La leçon de l’Antiquité*. Paris, 1929, p. 21; LAVEDAN, Pierre – *Qu’est-ce que l’urbanisme? Introduction à l’histoire de l’urbanisme*. Paris: Hemi Laurens, 1926, p. 91.

⁷ Estes levantamentos cobriram um número restrito de núcleos urbanos, caso de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Viana do Castelo. Veja-se, a título de exemplo, a obra *ATLAS da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direção de Filipe Folque (1856-1858)*. Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000.

⁸ Refira-se a intensa evolução tecnológica registada nas últimas décadas ao nível dos métodos utilizados, desde o levantamento topográfico electrónico ao levantamento taqueométrico e sobre ortofotos.

⁹ PASSINI, J. – “El medio urbano como informador arqueológico...”, p. 91.

¹⁰ Uma consulta rápida aos sites do SNIG – Sistema Nacional de Informação Geográfica e Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) permite uma visão global do conjunto de materiais disponíveis para a análise do tecido urbano de que são exemplo Orto-fotografias digitais de Portugal Continental, fotografia aérea digital em formato raster ou vetorial ou a Informação Matricial (modelos digitais do terreno). Menos rigorosos mas muito práticos, são os programas acessíveis em linha a qualquer utilizador, como o *Google Earth* e o *Google Maps*. Um e outro permitem uma visão detalhada da paisagem urbana, disponibilizando igualmente vistas 3D e a chamada *street View*. O segundo possibilita igualmente a observação alternada de mapas e fotografia de satélite.

constante o que permite a medição direta de ângulos, distâncias e áreas. Por outro lado, comparativamente à informação veiculada pelos levantamentos cadastrais, permite uma compreensão mais imediata da realidade, principalmente quando se trata de fotografia a cores ou a falsa cor, uma vez que a separação dos temas ou dos objetos nelas contidos é mais fácil e rápida. Acresce ainda a forma como reproduz a superfície a três dimensões. Com conhecimentos mínimos de fotointerpretação, consegue-se uma percepção quase imediata do suporte natural, dos usos do terreno, dos cheios e vazios e dos volumes construídos¹¹. De grande interesse para a história do urbanismo português são as coberturas aerofotográficas realizadas entre 1937 e 1960 e disponibilizados pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE). Embora a sua escala não seja indicada para estudos de morfologia, fixaram o aspeto (a mancha, a extensão, a forma geral) das cidades portuguesas antes da construção das grandes infraestruturas territoriais e do crescimento explosivo registado a partir dos anos sessenta, denunciando situações por vezes mais próximas dos séculos XV e XVI do que da atualidade¹².

Se da fotografia aérea passarmos à fotografia em geral, a ideia de chamar a atenção para a sua importância no estudo da cidade é quase redundante, desde logo pelo volume imenso de imagens que, sobretudo a partir do século XX, disponibiliza. São inúmeras as coleções existentes em arquivos e bibliotecas, públicas e privadas¹³. São incontáveis as que existem em linha, à distância de um clique, colecionadas e divulgadas por milhares de pessoas anónimas e que retratam espaços e recantos urbanos há muito desaparecidos ou profundamente transformados. As mais antigas são preciosas e, no seu cotejo com a atualidade, ganha particular relevo a compreensão do ambiente urbano: os imóveis podem ser praticamente os mesmos, a estrutura do espaço público também, mas a imagem global do espaço, decorrente dos diferentes tratamentos/usos, revela-nos

¹¹ Sobre a importância e metodologia da aplicação da teledeteção aérea para o estudo das formas urbanas veja-se MANTAS, Vasco – Teledeteção, cidade e território: Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. I, 3ª Série, 1996, pp. 5-30.

¹² Trata-se dos registos feitos pelos voos de 1937-52 (SPLAL), 1947 (RAF) e 1958-60 (USAF). www.igeo.pt/downloads/file118_pt.pdf [28.06.2018]. Do primeiro voo, realizado pela Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Limitada (SPLAL), existem cerca de 40.000 fotografias. MARQUES, António Manuel Guerreiro; REDWEIK, Paula – “Recuperação radio-geométrica e catalogação digital de coberturas aéreas antigas da zona de Lisboa”. *Boletim do IGeoE* n.º 72, (Novembro 2010), pp. 16-21. Do voo RAF47 obtido pela British Royal Air Force e cobrindo a totalidade do país, existem 12.000 fotografias à escala 1/30000. ROQUE, Dora; REDWEIK, Paula – “Recuperação da cobertura aérea nacional RAF47”. *Boletim do IGeoE*. 72 (Novembro 2010), pp. 16-21.

¹³ Não sendo este o local para as listar, deixam-se apenas alguns exemplos de coleções com interesse para o estudo da cidade em Portugal, hoje praticamente todas disponíveis em linha: Carlos Relvas (Câmara Municipal da Golegã), Mário Novais (Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian), Artur Pastor e Eduardo Portugal, (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa) Mário Tavares, Chicó (Fundação Mário Soares) ou Fotografia Beleza (Espólio Fotográfico Português). Entre os Arquivos, destacam-se o Arquivo Fotográfico da Direção Geral do Património Cultural e o Arquivo do Centro Português de Fotografia.

frequentemente cidades profundamente distantes entre si, aspeto fundamental para a nossa percepção do objeto, numa determinada cronologia. Os passeios e as vias tratadas por oposição a simples terreiros ou a alteração funcional do espaço, são fatores determinantes a vários níveis, caso flagrante nas frentes ribeirinhas, durante séculos apenas locais de trabalho e esteticamente desprezados, espaços de traseiras, para as quais as cidades viravam literalmente as suas costas (Fig. 2).



Fig. 2 – Vista de Alcácer do Sal, com destaque para a zona ribeirinha. Comparação entre fotografia de finais do século XIX e atual.

A procura destas fotografias mais antigas não dispensa a consulta de revistas oito e novecentistas onde a sua publicação, até pela novidade, era uma constante. É justamente na revista *Panorama* que, em 1841, é publicada a cópia de uma das primeiras feitas em Portugal, nesse mesmo ano, reproduzindo a fachada oriental do Palácio da Ajuda em Lisboa¹⁴.

É aliás em publicações como esta que encontramos um outro género igualmente indispensável: a gravura¹⁵. A partir de finais do século XVI e sobretudo até aos inícios do século XX é um dos meios preferenciais de divulgação de cidades¹⁶. Não há melhor exemplo desse uso do que os seis volumes da obra *Civitates Orbis Terrarum*, publicada por Braun e Hogenberg, entre 1572 e 1617, e entre cujas cerca de 530 vistas e plantas de cidades de todo o mundo, surgem Lisboa, Cascais, Coimbra, e Braga. No panorama nacional encontram apenas rival nas panorâmicas realizadas por Pier

¹⁴O texto que a acompanha relata a invenção do daguerreotipo. *O Panorama: Jornal Litterário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Março de 1841.

¹⁵ Para além de *O Panorama* [1837-1868], veja-se o *Archivo pittoresco: semanário illustrado* [1857-1868] ou *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro* [1878-1915], todas disponíveis em linha pela Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt> [consultado 11.06.2018]. Muitas gravuras foram recolhidas e editadas em álbuns temáticos, de que é exemplo a “Coleção de Gravuras Portuguesas”, saída dos prelos entre 1944 e 1972, organizada e editada por João Camacho Pereira, diretor da Revista Latina e integrada no programa de edições de propaganda de turismo dessa mesma publicação. As séries 1ª a 5ª e depois a 7ª e 8ª são dedicadas, respetivamente a “Pôrto e Douro”, “Lisboa”, “País Sul”, “País Norte”, “Ilha da Madeira”, “Portugal” e, de novo um volume dedicado a “Lisboa”. Disponibilizadas em linha pelo *Portal das Memórias de África e do Oriente* da Universidade de Aveiro e do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/CGP.aspx> [consultado 11.06.2018].

¹⁶ As duas primeiras no volume I, de 1572, as duas últimas, com uma outra de Lisboa, no V, de 1598.

Maria Baldi, em 1668-1669, quando acompanhou Cosme de Médicis na sua viagem por Espanha e Portugal¹⁷. Em maior número – Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Setúbal, Lisboa, Santarém, Tomar, Coimbra, Porto, Viana e Caminha – são, sobretudo, representações muito mais fiáveis.

Representações porque a sua função foi exatamente essa: de acordo com a raiz etimológica, representação é a conjugação de duas ações *re e praesens*, ou seja, repetir e tornar presente. Por outras palavras, a *representatio* torna presente de novo, neste caso traz novamente à vista lugares e cidades, retratos de um território. É justamente essa qualidade de vencer distâncias físicas e temporais, de repetir o que já se viu ou ver o que apenas outros viram, vantagens que Braun realçava na introdução à obra *Civitates Orbe Terrarum*, que justifica a dimensão instrumental que tão frequentemente lhe esteve associada.

Na realidade, até que a pintura de paisagem se constituísse em género artístico individualizado, as vistas foram, desde o século XV e em toda a Europa Ocidental, eminentemente corográficas¹⁸, no sentido em que descreviam um local ou região específica. Não admira por isso que as mais antigas que conhecemos, materialmente ou apenas por referência documental, cumpram uma função essencialmente demonstrativa. São debuxos ou pinturas “*fecit ad vivum*” ou, como à época se dizia em português, “*tirado naturall*”¹⁹. Não de memória ou por interposta representação, mas realizadas frente ao objecto físico²⁰, característica normalmente valorizada porque supostamente indicativa de um elevado grau de “precisão”, uma quase garantia de obrigação mimética.

Ora, aspetos como fiabilidade, verosimilhança e objetividade, tanto mais procurados e valorizados pelo investigador quanto o que está em causa é a tentativa de recuperar uma materialidade urbana para a qual os outros tipos de fontes são particularmente omissos ou vagos, introduzem uma discussão fundamental e transversal a toda a análise de fontes gráficas, sejam elas mapas ou vistas: a da sua instrumentalização, da encomenda e do objetivo que presidiu à sua realização, bem como da sua percepção por terceiros. Da sua identificação clara depende toda a leitura que dela possamos fazer pelo que a sua crítica interna é um passo fundamental.

¹⁷ O original pertence ao acervo da Biblioteca Laurenziana (Florença). MAGALOTTI Lorenzo – *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal – 1668-1669*. (Edição e notas Angel Sánchez Rivero, Angela Mariutti de Sánchez Rivero). Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1933.

¹⁸ Do grego *choros*, sítio, local. Na escala de Ptolomeu, cosmografia, geografia e chorografia, a esta última competia fixar e descrever as particularidades de um local específico.

¹⁹ Expressão utilizada em muitos outros idiomas na mesma época: “*au vif*”, “*al vivo*”, “*vere figure*”.

²⁰ Para convencer o observador que a representação fora efetivamente feita *ad vivum*, adoptaram-se vários estratagemas sendo dos mais comuns a inclusão de figuras humanas trajadas de acordo com a região ou a representação do próprio artista no ato de desenhar a cidade.

Na tentativa de compreender a verdadeira natureza da representação pode ser útil o recurso a dois conceitos distintos: o de *urbs* e o de *civitas*²¹. Os dois foram utilizados desde a Antiguidade para nomear a cidade mas focando aspetos diferentes: *urbs* convocando a materialidade física; *civitas* a comunidade humana. Tucídides deixaria escrito que Atenas era o conjunto de atenienses, não as muralhas ou os seus edifícios²². Ideia que, reutilizada por Isidoro de Sevilha nas suas Etimologias²³, atravessaria com grande fortuna toda a Idade Média e Moderna²⁴. Todavia, pese embora a hegemonia da *civitas*, as suas virtudes e valores não deixariam de se refletir na grandeza dos seus edifícios. Mas, apesar desta correspondência – de que a nobreza da *civitas* se espelha diretamente na estatura da *urbs* –, a distinção entre *civitas* e *urbs*, por mais ténue que seja, é fundamental para entender o modo como as cidades foram representadas, ora colocando a tónica na forma corográfica e descritiva, como um retrato particularizado, ora tentando capturar os valores da comunidade, ainda que naturalmente ancorado numa realidade física minimamente reconhecível.

Na verdade, porém, mesmo quando o objetivo foi assumidamente a representação da *urbs*, ou seja, a tangibilidade urbana, e mesmo quando esta foi desenhada presencialmente, o resultado nunca foi – ou pôde ser – uma cópia fiel do que a vista alcançava. Por muito que o seu autor o desejasse e a encomenda o exigisse, a representação não foi nunca uma repetição, capaz de trazer para o presente uma determinada visão passada, tornando visível uma ausência. O desenhar de uma vista ou paisagem é sempre o resultado de um sem-número de escolhas, algumas de relevo e por isso assumidas, outras ínfimas e amiúde inconscientes, por vezes apenas da responsabilidade do autor, por vezes veiculadas ou impostas por outros. E, contudo, o facto de qualquer representação ser uma construção não a torna necessariamente menos “verdadeira”. O colocar da tónica na verdade ou rigor de uma imagem urbana é normalmente o resultado de um posicionamento incorreto, de uma questão mal colocada: a “veracidade” ou verosimilhança é um valor relativo, apenas operativo quando entendido no quadro mais vasto do seu potencial demonstrativo, ou seja, da sua função e dos seus contextos individuais²⁵. Identificá-lo é parte essencial do trabalho do investigador, assumindo como

²¹ Conceitos particularmente discutidos e aplicados por Richard Kagan ao mundo hispânico. KAGAN, Richard – *Urban Images of the Hispanic World, 1493-1793*. Yale University Press, 2000.

²² TUCÍDIDES – *História da Guerra do Peloponeso* (Prefácio Helio Jaguaribe; Tradução Mário da Gama Kury). Brasília e São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 468.

²³ SEVILLA, San Isidoro de – *Etimologías* (Versão espanhola e notas J. Oroz Reta, M. A. Marcos Casquero). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1059.

²⁴ KAGAN, R. – *Urban Images of the Hispanic ...* p. 9 e seg.

²⁵ KAGAN, R. – *Urban Images of the Hispanic...*, p. 9.

premissa que a representação isenta ou neutra do real é uma utopia, e que todas as conclusões dependem de uma correta aproximação à equação intenção/função/percepção.

Dois aspetos particularmente comuns, mas nem por isso devidamente valorizados, ilustram o que atrás foi dito: em primeiro lugar, a necessidade que, perante a complexidade do objecto, o autor da representação sentiu de transmitir o máximo de detalhe e volume de informação, sem com isso comprometer a coerência global do objecto. Assim, tornou-se um artifício corrente a utilização conjunta de mais do que um ponto de vista (ponto a partir do qual se captava a cidade), a par de diferentes angulações ou tipos de visibilidade. O que significa que “a partir do natural” se construía uma imagem outra, capaz de garantir simultaneamente a visibilidade das partes e a inteligibilidade do todo. Na prática, associavam-se numa mesma representação pontos de vista distintos, a voos de pássaro, à cavaleira, oblíqua, perfil²⁶, conseguindo-se pela sua junção um resultado “profundamente real” a partir de uma composição “profundamente falsa”. Um exercício simples, pelo qual o observador tenta posicionar-se no local da tomada da vista, permite facilmente perceber como não se tratou apenas de um, onde o autor e o seu cavalete se posicionaram durante horas, mas da conjugação artificial de vários.

O segundo aspeto refere-se ao porquê da encomenda, ao que na origem ditou a sua execução. O móbil é a chave para a descodificação do processo seletivo que inevitavelmente esteve na base da realização: excluindo ou esbatendo determinados factos em função de outros que, assim realçados, se tornam os grandes protagonistas. Todo o desenho é, ainda que em graus diferentes, temático e retórico (e como tal persuasivo), sobretudo o que resulta de encomenda e obedece a um propósito específico.

Alguns exemplos concretos permitirão visualizar melhor as questões elencadas pelo que, numa articulação direta com o teor da representação – se a *urbs*, se a *civitas* – usaremos, por um lado, representações de carácter essencialmente demonstrativo e utilitário e, por outro, representações eminentemente simbólicas. Importa, porém, sublinhar como até esta distinção é frágil e essencialmente operativa: por muito simbólica que uma imagem seja, não deixa nunca de conter todo um potencial utilitário e demonstrativo, e de conferir a quem a encomenda um poder sobre quem a vê, através da mensagem transmitida.

Do carácter eminentemente utilitário das imagens e remetendo-nos, por questões de maior proximidade investigativa, aos séculos XV e XVI e ao panorama português, são vários os exemplos possíveis, uns apenas conhecidos através de

²⁶ Sobre a terminologia associada aos diferentes tipos de vistas e suas características, cf. KAGAN, R. – *Urban Images of the Hispanic...*, p. 2 e seg.

referências escritas, outros, muito poucos, chegados até nós: as “pinturas de casas de Çafim” que o moço de câmara de D. Manuel tinha entre os seus papéis, o projeto da couraça de Alcácer Ceguer, a “mostra e pimtura” da cerca de Alfaitaes, os desenhos da praça de Elvas, expressamente encomendados por D. Manuel ou a planta “pyntada em pappel” da rua Nova dos Mercadores, de Lisboa, peça com cerca de 6 metros de comprimento²⁷ usada por D. João II e a sua *entourage* no decorrer das obras de calcetamento dessa importante artéria, são, sem exceção, elementos demonstrativos: reproduzindo objetos vários e realidades de escala diversa – edifícios civis, estruturas militares, uma praça, uma rua – têm em comum o facto de servirem de suporte à discussão das soluções a adoptar, acompanhando relatos e vistorias, num vaivém de informação e opiniões várias carreadas por diferentes agentes para a corte, de onde, finalmente, emanava a ordem de execução. E este foi efetivamente um dos principais desígnios da imagem pintada e debuxada, do traço e da mostra. “*Que loguo a mamdes debujar o majs no çerto que poderdes*”²⁸ escrevia D. Manuel acerca da praça de Elvas, denunciando uma prática que a documentação relativa a muitos outros casos, como Vila do Conde²⁹, claramente corrobora.

Para a mesma época, *não há*, porém, exemplo mais elucidativo da funcionalidade do desenho como resposta a uma encomenda específica que o “episódio Duarte de Armas”: o escudeiro de D. Manuel, por duas vezes incumbido pelo monarca para o desempenho de tarefas centrais à administração e definição da estratégia militar do reino: em 1507, no Norte de África; em 1509, na fronteira interior do reino. Se da primeira encomenda apenas se sabe o que Damião de Góis brevemente notícia – que o “*grande pintor*” seguira na armada capitaneada por D. João de Meneses com a missão de traçar e debuxar as entradas dos rios e a situação da terra de Larache, Salé e Azamor³⁰, da segunda, pelo contrário, ficou o Livro das Fortalezas, nas versões de Madrid e Lisboa³¹.

²⁷ Respetivamente, CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999, p. 48; *Projeto de couraça e cubelos em Alcácer-Ceguer*, IAN-TT, Gavetas XV, maço 18, nº 26, fl. 3; VITERBO, F. Sousa – *Diccionario historico e documental dos architectos, Engenheiros e constructores portuguezes*. Vol. III. Lisboa: INCM, 1922, p. 4; CABEÇAS, Mário – *Festas, Urbanismo e Architectura: A Praça Nova de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Trabalho realizado no âmbito do Seminário Estudos de Urbanismo do Curso de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, p. 38; CID, Pedro – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar no tempo de D. João II*. Lisboa, Edições Colibri / Instituto de Historia da Arte da FCSH-UNL, 2007, p. 359.

²⁸ Carta régia de 28 de Outubro de 1514. AHME, *Livro primeiro, das proprias Provizões, Alvarás, Cartas, e ordens Régias*, fl. 581. Publicado por CABEÇAS, *Festas, Urbanismo e Architectura...*, p. 15 e doc. 9.

²⁹ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, p. 593.

³⁰ GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa, 1566-1567. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/14704/3/> [consultado 01.06.14].

³¹ Duarte de Armas e o *Livro das Fortalezas* foram já objecto de inúmeros trabalhos. Na impossibilidade de os referenciar de forma exaustiva, elencam-se apenas alguns dos mais recentes. Para além da edição

O álbum inclui o “retrato” das principais vilas da raia portuguesa, entre Castro Marim e Caminha, num total de 55 povoações, dedicando a cada uma delas duas vistas panorâmicas capturadas a partir de dois pontos cardeais, ou “bandas” diferentes. Em 51 dos casos são acompanhadas da planta do respetivo castelo ou cerca vilã.

Neste caso, se dúvidas houvesse, o objeto e âmbito da encomenda é expressamente declarado pelo próprio autor no primeiro fólio: “*Este livro he das fortalezas que são situadas no estremo de portugall e castella*” e cumpre uma função que anos mais tarde Francisco de Holanda explicaria de forma particularmente sugestiva: “*Sirva-se Vossa Alteza do Desenho da pintura nas coisas da guerra pois esta é vencida se o desenho vai bem desenhado, perdida, se o desenho vai descomposto*”³².

O móbil militar, na realidade, traduz-se em todo a representação. No detalhe de muros, torres, barbacãs e fossos, nas breves notas que especificam alturas, espessuras, bem como na marcação dos mecanismos próprios para o uso de artilharia tais como troneiras, cubelos e barbacãs novas, já adaptados à instalação de bocas de fogo. Esta última seria, porventura, a informação mais relevante, traduzindo o número, estado e localização das fortalezas ainda com valia em caso de guerra. Mas o objectivo militar vai mais longe. Se o que está em causa é o conhecer a resistência de um território, então não basta expor as virtudes e fragilidades das fortalezas: é necessário assinalar as atalaias que complementam a linha defensiva, a relação de cada fortaleza com o território e destas com os castelos do reino vizinho. Os caminhos e as pontes, o seu estado e o tempo que demoram a percorrer ou até mesmo a generosidade ou aridez dos campos, são outros aspetos igualmente tidos em conta. Mas o que releva neste caso é a dimensão e coerência da encomenda, a lógica de álbum enquanto método de recolha sistematizada de um conjunto de informações veiculadas essencialmente de forma gráfica, mas não só³³ (**Fig. 3**) O que patenteia, de forma inequívoca, a

fac-similada de *O Livro das Fortalezas* (versão de Lisboa), trazida a público em 1997 por Manuel da Silva Castelo Branco, com destaque para o estudo introdutório que a acompanha, veja-se PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção da Arquitectura Portuguesa (1150-1550)*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2011. Tese de doutoramento, pp. 562-810; e BARROCA, Mário Jorge – “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas. Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (Coords.) – *Genius Loci: lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM, 2017, pp. 183-206.

³² HOLANDA, Francisco de – *Da Pintura Antiga*. (Ed. Ángel González Garcia). Lisboa: IN-CM, 1984, p. 31. Já anteriormente Maquiavel aconselhava o mesmo. MACHIAVELLI, Niccoló – *A arte da guerra*. David Martelo (trad. estudo, intr. e notas). Lisboa: Sílabo, 2005, p. 159. Também Castiglione, no *Cortesão*, destacava a utilidade da pintura “em especial na guerra para desenhar aldeias, regiões, rios, pontes, penedias, fortalezas e coisas similares, as quais, embora se conservassem na memória [...] não podem ser mostradas aos outros.” CASTIGLIONE, Baldassare – *O Cortesão*. (Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada e Rev. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 75.

³³ Para além das inúmeras notas que acompanham os desenhos, o álbum integra uma “Tavoada” no final, seguindo a tradição dos itinerários escritos que durante séculos guiaram exércitos, peregrinos ou

sua instrumentalização permitindo ao monarca conhecer e, por essa via, mais facilmente defender e dominar – territórios e súbditos. O álbum de Duarte de Armas integra-se num tipo de levantamentos que John Hale³⁴ definiu como “cartografia de defesa”, por oposição à “cartografia de ataque”, bastante mais rara, desde logo porque dirigida a territórios que se pretendiam conquistar. Foi aliás esse primeiro género, orientado para os próprios domínios e incidindo sobretudo em cidades fortificadas ou fortificações costeiras e de fronteira que fez evoluir a cartografia de vocação militar no decorrer da Época Moderna. A utilização cada vez mais intensa e eficaz das armas de fogo, obrigando a uma alteração profunda das estruturas militares, originou uma intensa corrente de registos gráficos entre os monarcas e os seus pintores ou debuxadores, progressivamente substituídos por engenheiros e arquitetos. Sublinhe-se, todavia, que essa mesma cartografia não teve, pelo menos no decorrer do século XVI, um propósito exclusivamente militar, nem constituiu um género claramente individualizado. Pelo contrário, o seu carácter descritivo respondeu de múltiplas formas (território, propriedade, fiscalidade, população, recursos, equipamentos, etc.) ao apetite dos governantes por informação vária, indispensável aos impulsos centralizadores de toda a administração moderna.

Em síntese, quando explicitados os objetivos, os elementos presentes no desenho ganham legibilidade permitindo uma consciencialização do valor que a cada um podemos atribuir. No caso do Livro das Fortalezas, veja-se como o edificado corrente cumpre tão só a missão de reproduzir as manchas de ocupação em torno

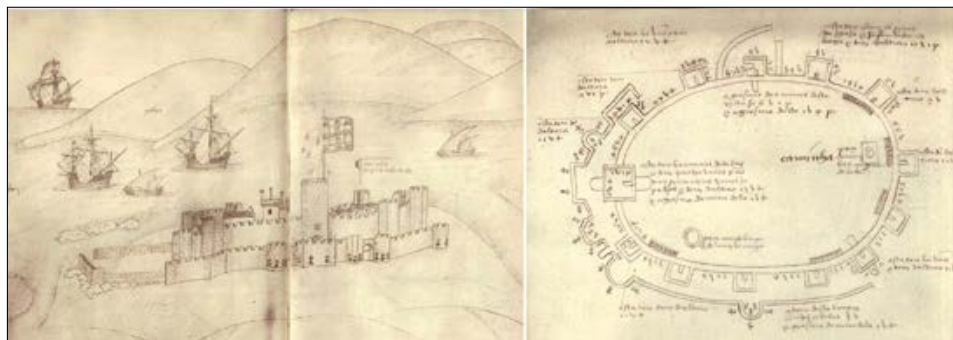


Fig. 3 – Vista e planta de Caminha (pormenor), c. 1509, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 116 e 133v, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/CF/159).

mercadores. A esses registos, chamados de “cartografia escrita”, associava-se a “cartografia oral”, veiculada pelos naturais da região ou por guias e escutas que, antecipadamente, avançavam pelo território. Métodos que continuaram em uso durante muito tempo, sobretudo enquanto os mapas foram pouco precisos.

³⁴ Sobre a relação entre guerra e cartografia é imprescindível a consulta de HALE, John – “Warfare and Cartography, ca. 1450 to ca. 1640”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Volume 3 (Part 1). University of Chicago Press, 2007.

das fortalezas, essa sim uma informação crucial à estratégia militar, sendo por isso genericamente tipificado e como tal de uso limitado na reconstituição do concreto de cada localidade. É, portanto, uma construção codificada, aquela que nos oferece das vilas e castelos do extremo do Portugal quinhentista, mas que satisfaz eficientemente a sua função, trazendo à presença do rei uma realidade distante, que, supostamente, através da sua representação, se torna mais compreensível do que a própria realidade.

Na verdade, este álbum seria apenas um dos primeiros, seguindo-se muitos outros de função idêntica, ainda que dedicados a outros espaços, agora ultramarinos, cuja distância mais agudizava a necessidade de representações desenhadas: “*Eu folgaria de ver o debuxo das principais fortalezas que tenho nessas partes pelo que vos encomendo muito que se lá houver alguma pessoa que o saiba bem fazer me envieis cada uma delas e assim a cidade ou lugar em que estiver*”³⁵. Esta determinação de D. João III em conhecer por debuxos os territórios que a Oriente iam dando corpo ao Império, transformando-os nos “olhos do rei”, na expressão feliz de Jorge Flores³⁶, foi cumprida nos anos seguintes por D. João de Castro e Gaspar Correia³⁷ ou, já no século XVII por Barreto de Resende, Erédia ou Mariz Carneiro³⁸, dando corpo a uma longa genealogia de álbuns de vistas de cidades. Num processo que, aliás, fez da cópia uma prática corrente e legítima. De facto, a autoridade de um mapa ou vista ancorou-se frequentemente na sua fidelidade à representação tradicional, ou seja, às que antes dela estabeleceram uma identidade para um determinado local e, assim, um cânone. Em muitas situações tal foi mais importante do que a tentativa de proximidade ao real³⁹, o que levanta questões de outra natureza ao observador contemporâneo, obrigado a descodificar os tempos do objeto representado e da representação propriamente dita. Reconhecer a existência de um cânone anterior e, idealmente, identificá-lo, permite aferir o hiato ou distância entre os dois momentos em causa e assim compreender o processo de cristalização da imagem.

Mas voltando ao carácter demonstrativo das representações e ao século XVI português, interessa-nos incidir agora sobre um outro género (embora, inevitavel-

³⁵ GARCIA, J. Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*. Autor e Quidnovi. 2009, p. 12.

³⁶ FLORES, J. Manuel – *Os olhos do rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624,1638)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

³⁷ CASTRO, D. João de – *Obras Completas* (Edição crítica Armando Cortesão e Luís de Albuquerque). 4 Vols. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982; CORREA, Gaspar – *Lendas da Índia*. (Dir. Rodrigo José de Lima Felner). Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858-1863.

³⁸ Sobre estes autores e respetivas obras, veja-se GARCIA, J. M. – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia...*

³⁹ BALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe: Measurement, Representation, and Planning”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Vol. 3 (Part 1). Chicago: University of Chicago Press, 2007, p. 691.

mente ele tenha vindo já a ser referido a par com as vistas) que surge e se divulga nessa altura em resposta a uma cada vez maior necessidade e apetência por conhecer, de forma tão rigorosa quanto possível, o território: a planta – ou *plantaforma* como então se dizia – que o desenvolvimento das técnicas de desenho possibilitava⁴⁰, com a mais valia de dar a conhecer a “verdade dos chãos”, como a descreveu Francisco de Holanda⁴¹. Durante muito tempo, com efeito, a encomenda de plantas parece ter estado associada à procura de uma grande proximidade formal ao existente, ao conhecimento da *urbs*, portanto.

Embora o que chegou até nós seja seguramente uma parte ínfima do que terá existido, é o suficiente para indiciar o forte investimento que à época foi feito: Tavira, Lagos e Castro Marim⁴², mas também o Funchal, Sesimbra, Vila do Conde, o castelo Velho da Mina, os oito desenhos dedicados aos Açores, Guimarães e Lisboa⁴³ (Fig. 4).



Fig. 4 – *Planta da cidade de Tavira*, Leonardo de Ferrari, c. 1645 (cópia de um original de 1542-1568). Plantas de diferentes plazas de Espania, Italia, Flandes, los Indias (Atlas do marquês de Heliche), Estocolmo, Krigsarkivet, SE/KrA/0414/0025/0011; *Vila de Sesimbra*, c. 1570. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC.016,08,004on Cartografia; Açores, *A Ilha do Pico*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC.016,09,010on.

⁴⁰ O plano de Imola, realizado por Leonardo da Vinci em 1502, é tido como o primeiro do género.

⁴¹ HOLANDA, F. – *Da Pintura Antiga...*, p. 69.

⁴² Tavira, Lagos e Castro Marim constam da obra “Plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandes y las Indias”, Arquivo Militar de Estocolmo (secção Handritade Kartverk, vol. 25). SÁNCHEZ RUBIO et al. (Eds.) – *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. Mérida: Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004.

⁴³ Todas elas pertencentes à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para uma identificação detalhada veja-se TRINDADE, Luísa – “Desenho: discurso e instrumento”. In ROSSA, W.; RIBEIRO, Margarida C. (Coord.) – *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra, Lisboa, Niterói: Imprensa da Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Editora da Universidade Federal Fluminense, 2015, op. 422-426. Sobre as plantas do Funchal, Sesimbra, Açores e Mina, cf. BUENO, Beatriz Siqueira – *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EdUSP e FAPESP, 2011, pp. 80-82; para Guimarães, cf. FERNANDES, Mário Gonçalves – “As plantas “De Guimarães” e “De Vila do Conde”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *III Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Passado & Presente para o futuro*. Novembro de 2009, Ouro Preto, pp. 1-9. Disponível em http://livrozilla.com/doc/1061156/fernandes_as-plantas--de-guimar%C3%A3es--e--de-vila-do-conde [consultado 06.07.18]. Sobre o desenho de Lisboa, veja-se ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico...”, pp. 76-79.

Todas elas da segunda metade do século XVI⁴⁴ e algumas indiscutivelmente da mão de um mesmo autor, provam o vincado interesse da coroa no conhecimento detalhado do território continental, nas Ilhas Atlânticas e em África, com particular destaque para as cidades e vilas do litoral. Recorde-se como a defesa da costa ocupou lugar central na política de D. Sebastião ordenando, justamente em 1569, a fortificação de todos os portos do reino. O peso determinante que em muitos destes levantamentos tem a componente militar, construída ou a construir, caso do Funchal, Ponta Delgada, Vila Franca, Lagos, Sesimbra e Mina⁴⁵ – onde as velhas cercas medievais, as novas muralhas abaluartadas e as fortalezas surgem bem demarcadas – permite pensar que seriam exatamente a resposta a essa estratégia de *aggiornamento* da capacidade defensiva do reino. Guimarães, todavia, a última a ser identificada e incontestavelmente da mesma mão que desenhou Vila do Conde, obriga a equacionar se o interesse seria apenas esse. Pelo seu número e contemporaneidade não parecem ser levantamentos desconexos mas antes, como o conjunto dedicado aos Açores parece indiciar, o reflexo de uma política sistemática e de uma forte cultura de representação do território. Aliás, as raízes dessa prática poderão, porventura, recuar até à primeira metade do século, a comprovar-se a existência de um mapa de todo o reino realizado ainda antes de 1540⁴⁶, data particularmente precoce no universo europeu⁴⁷ ou dos minuciosos mapas regionais datáveis do reinado de D. João III e que, pelo menos na literatura, deixaram memória (representando, por exemplo, a região de Peniche, Sacavém, Cascais e Sintra)⁴⁸.

Na verdade, até pela forma como a maioria destes levantamentos abarca a escala urbana, e representa em detalhe ruas e edificado, pode pensar-se se não estaria em causa o desejo e a necessidade de fixar as principais cidades e vilas portuguesas, no seu todo⁴⁹. No que constituiria, afinal, o corolário natural desse

⁴⁴ Os planos ortogonais foram relativamente raros no decorrer do século XVI, sobretudo na sua primeira metade. Um elenco dos mais importantes pode ser lido em BALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe...”, p. 686.

⁴⁵ E em tantas outras desaparecidas, como as *amostras* que Luís Dias enviou de Salvador ao rei. ROSSA, Walter – “O Urbanismo regulado”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 386.

⁴⁶ Mapa de Portugal que pode ter servido de carta-padrão ao de Álvares Seco publicado em 1561 e divulgado em 1570, ao ser incorporado no *Theatrum Orbis Terrarum* de A. Ortelius. DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da cartografia em Portugal”. In DIAS, Maria Helena (Coords) – *Os Mapas em Portugal da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, p. 89.

⁴⁷ PARKER, Geoffrey – “Maps and ministers: the Spanish Habsburgs”. In BUISSERET, David (ed.) – *Monarchs, ministers and maps. The emergence of cartography as a toll of government in Early Modern Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, p. 133.

⁴⁸ DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da cartografia em Portugal...”, p. 89.

⁴⁹ Uma das maiores vantagens da representação ortogonal foi a de, adoptando um número infinito de hipotéticos pontos de vista perpendiculares à superfície da terra, captar a forma global da cidade. Ao fazê-lo de forma plana, contudo, obrigava a prescindir da representação em três dimensões, limitação que no século XVI foi contornada através do uso de abas articuladas, como as que vemos, por exemplo, na planta de Guimarães, e que permitem “levantar” o Paço dos duques de Bragança.

eventual intento de representação do território: a seguir ao reino e às regiões, a cidade ou vila. E, de facto, todos os exercícios efetuados sobre eles, num cotejo entre o que representam com o que ainda hoje existe, traduzem essa intenção de um registo formal “preciso”, da materialidade específica e identificadora de um lugar concreto, certamente a resposta a ordens como a que há pouco vimos de D. Manuel, inequívoca no tom e no propósito: “... *que a mandes debujar o majs no çerto que poderdes*”⁵⁰.

Mas neste ponto importa chamar de novo a atenção para um aspeto fundamental e que é válido tanto para os levantamentos de cidades ou de porções mais vastas de território: a necessidade de matizar essa “verdade dos chãos” ou “carácter preciso”, tendo em conta o que Harley apontou como “discurso cartográfico”⁵¹ e Sauer como “eloquência dos mapas”⁵². Na realidade, ao contrário das vistas, onde a subjetividade é normalmente aceite (quase até expectável) os mapas e as plantas, ao serem identificados com processos científicos, fugiram (e fogem ainda) à categoria de objetos retóricos e persuasivos que na realidade também são. Quer a cartografia quer os levantamentos ortogonais foram, durante muito tempo, apanágio das elites dominantes desde logo porque, como argumentava Floriano Dal Buono, autor da vista de Bolonha de 1636, a essência da cidade só podia ser captada por uma imagem que a representasse tal como se vê a partir de um determinado ponto (pictural, portanto); a sua planta, pelo contrário, em toda a sua abstração e carácter científico, estranha à percepção empírica, só poderia interessar a alguém que a quisesse atacar ou construir uma igual⁵³. Os levantamentos planimétricos foram, por isso, mas também pela complexidade da sua realização, quase sem exceção linguagem de poder, transmitindo, de forma quase imperceptível, realidades social e politicamente comprometidas. Quando, depois de reproduzidas, chegaram ao grande público, transformam-se em instrumentos de disseminação e fortalecimento dos valores e crenças que se pretendiam dominantes. Como sublinhou Harley, “*Seeing was believing in relation to the territorial hierarchies expressed in maps*”⁵⁴. Efeitos que, no concreto, se materializam em omissões, distorções propositadas, sublinhados ou, por exemplo, no chamado “síndrome de omphalos”, isto é, na reivindicação de um posicionamento central por parte da entidade representada e promotora da carta.

⁵⁰ Veja-se, supra, nota 27.

⁵¹ HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power”. In HARLEY, J. Brian (author); LAXTON, Paul (Ed.); ANDREWS, J.H. (Introd.) – *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001, p. 54.

⁵² SAUER, Carl – “The education of a Geographer”. *Annals of the Association of American Geographer* vol. XLVI n° 3 (September 1956). Taylor & Francis, Ltd., p. 289.

⁵³ ALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe...”, p. 687.

⁵⁴ HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power...”, p. 62.

A verdade é que, mesmo utilizando métodos matemáticos e científicos, os autores dessas imagens raramente decidiram em plena autonomia, livres de quaisquer constrangimentos. A moldura técnica partilhou sempre o seu domínio com a moldura político-social. Os mapas nunca são descomprometidos, por vezes em aspetos quase tão imperceptíveis quanto a manipulação da escala, o âmbito representado, o tamanho e local onde surgem os símbolos e inscrições que identificam o promotor ou, tão simplesmente, nas cores escolhidas para os diferentes elementos⁵⁵. Mas bastaria um exemplo mais simples: muitos dos levantamentos dos séculos XVII e XVIII⁵⁶ em que o objetivo foi o da representação das estruturas militares, existentes ou a construir, registou-se tudo o resto – quarteirões, ruas – de forma sumária e pouco precisa, tendendo a geometrizar excessivamente a realidade construída. E isso apenas porque tal correspondia a um mecanismo de representação mais rápido. Tudo isso expressa bem a necessidade de uma crítica interna atenta ao mesmo tempo que vinca como o que hoje é para nós uma fonte gráfica foi, e é, instrumento de quem decide, e nesse sentido, instrumento de poder.

Na realidade, muito do que ficou dito a propósito da imagem essencialmente demonstrativa – o carácter utilitário, a capacidade descritiva, o potencial enquanto instrumento de poder – pode igualmente servir à caracterização da representação simbólica – aquela em que potencialmente a *civitas* sobreleva a *urbe*. A distinção entre ambas é sempre ténue e de difícil percepção mas, na tentativa de compreender o móbil da representação, vale a pena investir nessa linha de análise.

Para o espaço e cronologia que temos vindo a usar, Lisboa pode servir de ensaio, até pelo número significativo de vezes que foi representada no decorrer do século XVI⁵⁷. Com efeito, a partir de uma visão do conjunto, percebe-se como, desde a década de 1510, se assiste à consolidação daquela que virá a ser a vista da cidade com maior fortuna, de base corográfica, sem dúvida, mas a que acresce um enorme potencial retórico, a um tempo simbólico e propagandístico. Lisboa a partir do Tejo. Trata-se da vista captada de uma das muitas caravelas fundeadas no estuário do rio, cuja presença é um dos principais traços na caracterização da

⁵⁵ HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power...”, p. 53.

⁵⁶ Veja-se, a título de exemplo, as obras *Topografia da provincia de Entre Douro e Minho, Facsimile de Topographia da Fronteyra, praças e seus contornos, raya seca, costa e fortes da Província de Entre Douro e Minho...*, 1753, Biblioteca Municipal do Porto ou o vasto conjunto recolhido em MATOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1941.

⁵⁷ Para o estudo das diferentes vistas de Lisboa veja-se PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção...*, p. 865 e seg. Não entrando em linha de conta com o álbum de Duarte de Armas, pode afirmar-se que, para esta cronologia, as vistas de cidades portuguesas são raras, exceção feita a Lisboa, que conta pelo menos com 9. Entre as restantes, merecem destaque as vistas de Santarém e Évora, a primeira de António de Holanda e inserida na *Genealogia das Casas Reais de Espanha e Portugal 1530-1534* (Londres, British Library, Ms. 12531/3, fl. 8), a segunda, iluminando o frontispício do foral manuelino da cidade, datado de 1501, e atribuída a Duarte de Armas (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora).

Lisboa Quinhentista, cidade portuária onde, por via fluvial e marítima, confluíam gentes e mercadorias de todo o mundo, velho e novo. Se a colina coroada pelo Paço da Alcáçova, as torres da Sé e os grandes conventos contribuem para a identificação da cidade, o protagonismo é sem dúvida reservado ao contacto da cidade com o rio, fazendo da Ribeira o espaço de referência.

E essa Ribeira seria, a partir de 1505, definitivamente marcada pelo novo Paço Real. De forma geral, em todas as representações, é possível reconhecer a vontade de representar o existente, senão no detalhe, pelo menos em termos de volumes e posição relativas, aspeto que, aliás, permite acompanhar as alterações que vão sendo sucessivamente introduzidas na residência régia⁵⁸. No paço, concretamente no piso térreo do núcleo residencial, situava-se a Casa da Índia e Mina, centro nevrálgico do trato comercial que o rei monopolizava. Ora, como vários autores têm destacado⁵⁹, esse edifício sintetizava, na sua lógica arquitectónica e funcional, a ideia da indissociabilidade entre o império marítimo e comercial e a dinastia de Avis-Beja. O rei de Portugal era, afinal, também Senhor da Conquista, Navegação e Comércio... da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Em síntese, quando a casa do rei literalmente se alicerçava na casa da Índia, e quando o Paço, ou pelo menos a parte mais emblemática – a “ponte” ou “varandas dos paços” – literalmente avançava sobre o rio, num contacto quase físico com caravelas e naus, afirmava-se de forma perene a natureza e geografia do Império e D. Manuel como *dominus mundi*. Tanto quanto o rinoceronte, o elefante, a onça e o cavalo persa que segundo Damião de Góis abriam o cortejo régio nas ruas da cidade⁶⁰, o paço manuelino, na sua ala mais visível e simbólica, cristalizava a escala mundializante do império. Desta feita, a *urbs* transformava-se em *civitas*. E a imagem em puro discurso político.

A captação do posicionamento central de Lisboa no mundo e, por essa via, do carácter cosmopolita das suas gentes, transparece igualmente em outros retratos da cidade igualmente focados nas “zonas quentes”, ribeirinhas ou com elas confinantes. É o caso das pinturas do Chafariz d’el Rey e da Rua Nova dos Mercadores⁶¹ (Fig. 6). Em ambos os casos não se descrevem apenas paisagens construídas. Mais do que os edifícios, releva o concurso das “desvairadas gentes”,

⁵⁸ As diferentes representações do Paço em toda a iconografia de Lisboa do século XVI podem ser vistas em SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002; e GARCIA, J. Manuel (Coord.) – *Lisboa do século XVII: A mais deliciosa terra do mundo. Imagens e textos nos quatrocentos anos do Padre António Vieira*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008, pp. 24-25.

⁵⁹ SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira...*, p. 217; PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção...*, p. 875.

⁶⁰ GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei...*, IV, Cap. 84, fl.105.

⁶¹ A primeira, de cerca de 1570-80, pertence à Coleção Berardo; a segunda, atribuída ao intervalo entre 1570-1619, é propriedade da Kelmscott Manor Collection – Society of Antiquaries of London. JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, K.J.P. (Eds.) – *The Global City. On the streets of the Renaissance Lisbon*. London: Paul Hoberon, 2015.



Fig. 5 – Planta de Guimarães com pormenor das abas móveis que representam o Paço dos Duques e o Castelo. c. 1570, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC.016,09,012on Cartografia.



Fig. 6 – *Chafariz d'el Rey em Lisboa*, autor desconhecido, c. 1570-80, Coleção Berardo; *Rua Nova dos Mercadores*, em Lisboa, autor desconhecido, c. 1570-1617, Londres, Kelmescott Manor Collection - Society of Antiquaries of London.

dos missionários e mercadores estrangeiros, dos escravos, em tão grande número que, como dizia Jan Taccoen, Lisboa parecia “um jogo de xadrez, tantos os brancos quantos os negros”⁶². Em conjunto, são estes atores que persuadem o observador do carácter global de Lisboa.

Na verdade, como estes exemplos comprovam, descobrir a acentuação da *civitas* ou da *urbe* trata-se, no âmbito da análise das fontes, de procurar a tónica mais forte, na expectativa de identificar o móbil que presidiu à sua encomenda e realização. O que não significa, de todo, que uma anule a outra. Note-se como num e noutro dos exemplos usados a materialidade não foi descurada, sendo o cotejo com outras representações dos mesmos objetos prova disso mesmo (**Fig. 5**).

Conscientes dos “perigos” da imagem, da forma como até mesmo as fotografias veiculam inevitavelmente realidades filtradas e dirigidas por quem as produziu ou reproduziu (já para não falar na manipulação intencional através de processos de truncagem, edição ou montagem), o que importa reter é como ela, em qualquer dos seus formatos, é fulcral na investigação em História do Urbanismo.

⁶² Citado por FONSECA, Jorge – “Lisboa de D. Manuel no relato de Jan Taccoen”. In FONSECA, Jorge (Coord.) – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e Edições Húmus, 2015, p. 100.

O mesmo, naturalmente, se passa com fontes de outra natureza, com destaque para os documentos escritos, mas o cuidado que estes exigem é, por regra, um dado adquirido, pelo que a sua crítica interna não será aqui explorada.

Entre os mais importantes para o nosso âmbito, pelo teor da informação que potencialmente veiculam, encontram-se as cartas de foral, os tombos de propriedades, doações, aforamentos, emprazamentos e vendas, livros de vereações, posturas, vistorias, encomendas e documentação vária relativa a obras, censos populacionais ou atas de cortes. Entre descrições de natureza variada, destacam-se os relatos de viajantes, pela curiosidade que normalmente os leva a relatar o que para os habitantes é comum e, por isso, passa despercebido (de que Jan Taccoen, atrás referido é exemplo), bem como as Memórias Paroquiais, pela forma como cobriram a totalidade do território continental português, ainda que a sua qualidade descritiva seja muito díspar, de acordo com os conhecimentos e nível cultural de cada um dos párocos das 4.168 freguesias do país⁶³.

Para além da informação contida em antigos dicionários histórico-geográficos, como o *Diccionario Geografico*, setecentista, da autoria do Padre Luís Cardoso, do *Portugal Antigo e Moderno*, publicado em 1873 por Pinho Leal ou do, já mais recente, *Guia de Portugal*⁶⁴, importa igualmente passar em revista os registos de campanhas de restauro, renovação e ensanche urbanos dos séculos XIX e XX. Neste âmbito, o Sistema de informação para o património Arquitectónico (SIPA), da Direção Geral do Património Cultural, é um instrumento incontornável. Com efeito, a toda a informação descritiva, histórica e bibliográfica acresce, na secção *Arquivos e coleções*, o conjunto de documentos textuais, fotografias e desenhos existentes para cada monumento e sítio, muito frequentemente largas centenas, que retratam detalhadamente a evolução do bem, permitindo consultar o processo de obra e confrontar o antes e o depois da intervenção ocorrida (**Fig. 7**). No âmbito da estrutura urbana importam especialmente os dados que relatam as profundas transformações ocorridas nas zonas envolventes e que, de acordo com a filosofia de

⁶³ Em Janeiro de 1758, Sebastião José de Carvalho e Melo, então Secretário de Estado dos Negócios do Reino, enviava a todos os párocos do reino um interrogatório sobre as respetivas paróquias. As perguntas, para além dos danos causados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, cobriam um âmbito alargado, integrando informação importante para a matéria urbanística (topografia, estruturas militares, casas religiosas, antiguidades, demografia, etc.). O resultado, compilado na altura por ordem alfabética pelo padre Luís Cardoso, num total de 44 volumes, encontra-se disponível *em linha* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4238720> [consultado 11.06.2018].

⁶⁴ CARDOSO, Luís – *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. Disponível em: <http://purl.pt/13938> [consultado 11.08.2018]; LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario geográfico, estatístico, chorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades*. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873. Disponível em: https://archive.org/details/gri_33125005925710 [consultado 11.08.2018]; PROENÇA, Raul (Ed.) – *Guia de Portugal*. Lisboa. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 1924-1969.



Fig. 7 – Fotografias do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (DGPC) registando os diferentes tempos da intervenção nas muralhas de Lagos (1957-1960).

intervenção da época, foram literalmente “limpas” de tudo o que no decorrer dos tempos foi sendo edificado nas proximidades ou justaposto aos edifícios. Por outro lado, são já muitos os conjuntos, aglomerados ou sectores de cidade, para usar a terminologia do próprio portal, que integram o arquivo, disponibilizando, por exemplo, plantas com informação diversa e levantamentos métricos rectificadas dos alçados urbanos, instrumento de enorme valia no estudo da forma urbana⁶⁵.

Entre os muitos problemas que a documentação escrita comporta, destacam-se dois pela forma como sistematicamente afetam qualquer investigador: o primeiro tem a ver com a seleção a fazer no volume imenso de produção escrita, documental ou bibliográfica, que chegou até nós. Onde procurar informação sobre os factos urbanos? Dito de outra forma, o que pode ser posto de lado? Atrás elencaram-se as fontes mais óbvias, que têm forçosamente de ser inquiridas. Mas, inevitavelmente, muitas outras, à partida insuspeitas, poderão ter informação preciosa, inexistente em qualquer outro lado. É que, em última análise, tudo o que diz respeito à ação do homem no espaço urbano, independentemente da natureza política, económica, religiosa ou social do ato, pode, por mais breve que seja a referência, interessar ao estudo da morfologia urbana. Um exemplo: o conjunto de procurações que os concelhos enviaram às cortes de Santarém, em setembro de 1383, pelas quais juravam como herdeiros do trono a infanta D. Beatriz e seu marido Juan I, rei de Castela, documento à partida insuspeito para o estudo da cidade, constitui, afinal, pela inclusão do local em que cada uma das procurações foi assinada, uma fonte insubstituível para a pesquisa sobre a evolução das casas da câmara e, por consequência, da consolidação dos espaços de maior centralidade nas cidades portuguesas medievais⁶⁶.

⁶⁵ Veja-se, a título de exemplo o Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António. [Consultado 11.06.208]. Disponível em www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1296

⁶⁶ Sobre este assunto veja-se TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, pp. 623-624.

Para além desta dispersão, a documentação escrita apresenta um outro problema: o facto de só muito raramente ter tido por objetivo inicial uma intenção descritiva do objeto urbano, pelo que os dados que veicula são insuficientes, com uma informação espacial equívoca e descontínua. Mesmo os tombos ou listagens de propriedades – régias, camarárias ou pertencentes a ordens religiosas e monástico-militares – procuraram responder a questões muito precisas: salvaguardar o domínio real da propriedade, identificar o bem e o detentor do prazo, estipular o foro anual e momento da entrega, zelar pelo bom estado dos imóveis. Tudo o resto, materiais de construção, compartimentação interna, detalhes arquitectónicos, relação com o espaço público ou com os imóveis vizinhos, foram dados quase sempre entendidos como irrelevantes para o fim em causa e, por isso, omitidos. Por outro lado, basta que o património da instituição em causa não obedecesse a uma localização contígua para que a descrição do espaço surja incompleta e a nossa reconstituição seja, inevitavelmente entrecortada por vazios.

Uma fonte crucial no estudo da evolução urbana é a informação veiculada pela arqueologia, constituindo uma ajuda preciosa na leitura de paramentos, sendo o único recurso possível quando os vestígios não se conservam à superfície⁶⁷. No caso português todavia é ainda difícil torná-la um recurso sistemático. Ao contrário do que já vai sucedendo em contexto europeu, onde a arqueologia dirigida a pontos concretos da cidade sucede a investigação e é por ela orientada, em Portugal, as análises urbanas limitam-se, salvo raras exceções, a recorrer a trabalhos arqueológicos já realizados ou em curso – e, por isso, nem sempre incidindo sobre os locais potencialmente mais interessantes – sem que se verifique um verdadeiro trabalho interdisciplinar. Para tal, contribui também o facto de a arqueologia urbana obedecer ainda demasiado frequentemente a intervenções de emergência ditadas por razões alheias à investigação científica, invariavelmente sujeitas a fortes pressões e, sobretudo, a prazos muito curtos. Estuda-se a contrarrelógio, regista-se e enterra-se de novo, nem sempre, infelizmente, precavendo a conservação ou acessibilidade futura. Como sugestivamente escreveu Malpica Cuello, nestes casos, ainda demasiado numerosos, a arqueologia urbana “*se dedica a certificar la muerte y a examinar los cadáveres poco antes de destruidos*”⁶⁸.

⁶⁷ Uma síntese da importância crucial da arqueologia para o estudo da cidade e da metodologia utilizada (por exemplo ao nível das fontes e recolha de informação), pode ler-se em MONTILLA TORRES, Irene – “Criterios para un modelo de intervención arqueológica en ciudades historicas”. In MALPICA CUELLO, Antonio (Dir.) – *Ciudad y arqueología medieval*. Salobreña: Editorial Alhulia, 2007, pp. 47-63.

⁶⁸ MALPICA CUELLO, Antonio – “Sirve la arqueología urbana para el conocimiento histórico? El ejemplo de Granada”. In CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (Ed.) – *Ciudad y territorio en Al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, 2000, p. 25.

Nem tudo, porém, são casos perdidos, sendo já muitos os exemplos de boas práticas⁶⁹. Destes, escolhemos apenas um como exemplo, justamente por ter como foco principal o urbanismo medieval e incidir sobre uma escala urbana: o caso do assentamento original de Vila Real de Trás os Montes, a chamada Vila Velha. Na sequência das campanhas arqueológicas iniciadas em 1996 e de um amplo investimento realizado no âmbito do Programa Polis Vila Real, é agora possível compreender a estrutura urbana inicial pela articulação discursiva montada a partir do museu-centro interpretativo, das estruturas arqueológicas conservadas *in situ* e dos arranjos de alguns dos sectores escavados⁷⁰. Uma prática a servir de exemplo a tantos outros núcleos com potencial idêntico.

Deixámos para o fim a mais importante de todas as fontes, a cidade propriamente dita e o trabalho de campo que qualquer estudo na área da História do Urbanismo exige. Numa obra clássica sobre investigação em ciências sociais e humanas, Umberto Eco chamava a atenção para a importância da escolha de um objeto de estudo fisicamente próximo, por forma a garantir a observação direta⁷¹. E se isso é uma verdade óbvia e válida para qualquer ciência, ganha um peso determinante quando o objeto de análise é a cidade, pela sua própria natureza e complexidade, aspetos que vimos já. Com efeito, se todas as formas de reprodução e representação são essenciais, nenhuma conseguirá substituir o olhar atento e multidireccional do observador *in loco*. Sobretudo porque a observação não é uma tarefa que se inscreva num momento único e preciso do processo investigativo. Idealmente, ela acontecerá tantas vezes quantas as necessárias para que o investigador se familiarize com o objeto, tantas quantas a análise cruzada de todas as outras fontes o exigir pois, na prática, é a partir da cidade existente que todas as demais podem ser aferidas, até porque, em última análise, ela é a única que nunca mente. E se numa primeira fase a observação “livre” pode ser importante, à medida que o estudo avança torna-se obrigatório voltar ao terreno munido de todo um conjunto de dados prévia e detalhadamente preparados. Percorrem-se os espaços lendo as descrições antigas, compara-se o que se vê com o que plantas históricas indicam, procuram-se pontos específicos com base no que as fotografias antigas e aéreas transmitem, confirmam-se dados veiculados por investigadores anteriores,

⁶⁹ Sobre os desenvolvimentos da Arqueologia medieval em Portugal, embora não muito recentes, vejam-se as sínteses de FONTES, Luís – “Arqueologia Medieval Portuguesa”. In *Arqueologia & História (Atas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal)*. 54 (2002). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 221-238; e de FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *Arqueologia medieval em Portugal: duas décadas de investigação. Portugalia. Nova Série Vol. XXVI* (2005). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 149-173.

⁷⁰ Sobre este processo veja-se TEIXEIRA, Ricardo (Coord.) – *Vila Velha – Novas memórias*. Vila Real: Câmara Municipal, 2008.

⁷¹ ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1998.

mantém-se de tudo um registo permanente e detalhado, escrito e fotográfico. É nestes momentos que se confirmam ou descartam as várias hipóteses colocadas, é no terreno, pela observação direta, que se resolvem muitas vezes os problemas mais complexos, que se confirmam medidas⁷², que se percebe o teor e alcance das transformações ocorridas. E, para isso, é também fundamental o inquérito dirigido aos habitantes. As fontes orais são um recurso tanto mais importante quanto a cronologia em foco for mais recente. Mas, na prática, servem qualquer época, desde logo porque são os próprios habitantes que melhor dominam o terreno. São eles que podem abrir as portas e disponibilizar o acesso a espaços ou vestígios que só eles conhecem, como, por exemplo, vãos de portas e janelas, hoje interiores e disfarçados, mas outrora exteriores e, por isso, capazes de esclarecer a evolução da relação entre espaços públicos e privados cheios e vazios. Em tantos casos, são eles que autorizam o uso de uma janela para que possamos obter uma determinada vista, ou a passagem para acedermos ao interior do quarteirão. Em muitas situações são também eles que ouviram contar aos mais velhos, que se recordam de alguma obra ou evento que explica um desaparecimento, que guardam fotografias antigas.

Finalmente, ao olhar treinado e especializado do investigador importa cada vez mais associar os rudimentos de outros saberes fundamentais e complementares. Idealmente, porém, o trabalho de campo deverá ser partilhado com especialistas de áreas afins ou relacionadas, sobretudo arqueólogos, historiadores de arte, arquitetos, engenheiros, geógrafos, etc., prática naturalmente mais fácil quando a investigação decorre no âmbito de um projeto, com recurso formal a equipas interdisciplinares.

2. Instrumentos e práticas de análise.

No exercício de análise do espaço urbano, que resulta da intersecção de múltiplas técnicas e ciências e exige (idealmente) um quadro interdisciplinar de suporte, importa destacar o papel central do desenho. Não se trata agora da cidade desenhada, representada no decorrer do tempo e que funciona para o investigador como fonte de conhecimento, como tivemos já oportunidade de ver, mas da cidade (ou parte de) que se (re)desenha, como instrumento da própria investigação⁷³.

⁷² Apenas a título de exemplo, repare-se como o trabalho de campo é essencial como complemento à leitura dos levantamentos cadastrais e das fotografias aéreas pois uns e outros iludem a dimensão das ruas, estreitando-as em função da largura dos beirados facto que, somadas as duas frentes do edificado, pode resultar numa distorção significativa dos valores reais.

⁷³ Tema particularmente estudado na “Escola de Coimbra” com vários textos a ele dedicados. ROSSA, Walter – “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 425-434.; ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “O desenho

Na verdade, o uso do desenho revela-se uma quase necessidade imperativa em estudos desta natureza face à dificuldade em abarcar o objeto na sua globalidade. A percepção da materialidade urbana implica o recurso a abstrações, a desenhos. E, embora este tenha constituído desde o início da história do urbanismo enquanto área disciplinar uma ferramenta essencial da análise, não pode deixar de sublinhar-se os avanços significativos resultantes dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos das últimas décadas: utilizando uma cronologia lata, pode afirmar-se que a aplicação do CAD (desenho assistido por computador), a partir da década de oitenta, e a convergente disponibilização, em finais dos anos noventa, de levantamentos aerofotogramétricos georreferenciados permite, na atualidade, níveis de rigor inéditos no tratamento da informação, anulando toda a margem de erro que, durante séculos, foi inerente ao processo de representação.

Igualmente importante é a capacidade de síntese (e densidade) do próprio desenho, aspeto que todos já ouvimos vertido na expressão “uma imagem vale mais do que mil palavras”. E se o volume de informação que um registo gráfico pode comportar é imenso, a capacidade expande-se de forma incomensurável quando, em ambiente digital, se torna possível fixar, sobre um único suporte, um número infinito de camadas ou *layers*, permitindo ler informação distinta em simultâneo ou de forma sequencial.

Na esmagadora maioria dos casos, a base desenhada usada nos estudos da forma urbana é o levantamento topográfico e cadastral, cujo potencial informativo vimos já. No âmbito que agora nos interessa, para além de toda a informação que só por si comporta, o registo cadastral assume-se como a base de trabalho mais indicada, por ser a mais completa, rigorosa e por, cada vez mais, ser facilmente acessível em formato digital.

É pois sobre ele que, no decorrer do processo investigativo, de forma simultânea e interativa, se realizam duas operações fundamentais, apenas aparentemente contraditórias: uma de montagem, outra de desmontagem.

No primeiro caso, é no desenho do cadastro que, de forma organizada, se verte ou monta toda a informação mobilizada pelo cruzamento do maior número de fontes disponíveis, do documento escrito ao gráfico (iconografia, cartografia, fotografia), dos dados veiculados pela arqueologia urbana aos recolhidos na própria cidade, no decorrer do trabalho de campo. A soma de todos eles é a

e o conhecimento do urbanismo medieval português”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, B.; SOLÓRZANO TELECHEA J. (Eds.) – *El Espacio Urbano en la Europa Medieval, Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo*. Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 191-207; ROSSA, Walter – “Património urbanístico: (re) fazer cidade parcela a parcela”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 97-131; e ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico...”, pp. 59-79.

reconstituição hipotética que constitui o resultado do nosso estudo, apresentado sobre o cadastro, ainda que, nesse produto final, esbatido e discreto, deixando à cidade da cronologia em foco todo o protagonismo.

O caso da desmontagem⁷⁴ torna-se mais claro se pedirmos emprestado às ciências ditas “duras”, o conceito de *reverse engineering* ou processo de compreender os princípios de funcionamento de um objeto ou sistema, através da análise da sua estrutura e modo de operar. Por outras palavras, inverte-se o processo de produção, desmontando um produto acabado, retrocedendo progressivamente, identificando cada componente e o seu papel, até recuperar o código original, entretanto esquecido. No estudo da cidade pode-se recuar no tempo através do desenho, retirando componentes – bairros, quarteirões, edifícios, ruas – que sabemos serem mais recentes, apagando o que acreditamos não poder ter existido naquele local concreto numa cronologia específica, em função de determinações ou posturas em vigor, redesenhando o que, por descrições ou representações, conhecemos de outra forma ou dimensão, etc. Na prática, ancorados na informação reunida nas fontes depois de devidamente criticadas, manipulamos a estrutura urbana e, através do método regressivo, invertemos o processo de estruturação urbana, recuando até ao momento que nos interessa captar.

O estudo da forma urbana de Chaves resultante do processo de (re)fundação medieval, pode servir de exemplo (**Fig. 8**). De acordo com o que seria um esquema de atuação típico, no interior da cerca, o casario organizava-se em quarteirões rectangulares alinhados ao longo da rua Direita e separados entre si por travessas. Um esquema que nos seus traços gerais se mantém até à atualidade, embora não na totalidade (**Fig. 8a**). Com efeito, o alinhamento dos quarteirões surge hoje interrompido pelo conjunto igreja/prça (**Fig. 8b**) e se aí houve em determinada altura um quarteirão ele reduz-se agora a um edifício em forma de L. Esta hipótese, ou seja, a existência de um quarteirão no lugar da praça, sem ser interceptado pela igreja, encontra suporte em dois argumentos: o primeiro, o facto de na esmagadora maioria das cidades novas portuguesas o templo se situar nas proximidades mas à margem do tecido edificado, não interagindo com o casario e não introduzindo, por essa via, qualquer tensão ou centralidade; em segundo lugar, à data da (re) fundação de Chaves, a praça seria ainda um dispositivo urbano inexistente, só se desenvolvendo a partir de meados do século XIV. Significa isto que a organização do tecido urbano atual parece contrariar o que o conhecimento sobre a matéria indica como provável. O esclarecimento da questão obriga a recorrer às duas

⁷⁴ Técnica que Carlos Coelho designa por “decomposição sistémica” do tecido urbano e que caracteriza como “o artifício de desagregar elementos verdadeiramente indecomponíveis”. COELHO, Carlos Dias (Org.) – *Os Elementos Urbanos*, vol. I. Lisboa: Argumentum, 2013 p. 32.

operações referidas, montagem e desmontagem, com base no cruzamento de fontes de natureza diversa. Vejamos a informação disponível:

1. O templo foi consideravelmente aumentado no decorrer dos séculos seguintes. A informação é veiculada pelo próprio edifício que, na sua feição atual e depois dos restauros efetuados no século XX (**Fig. 8c**), exhibe do lado esquerdo da fachada parte da frontaria românica, composta pelo portal e pela torre que o encimava (**Fig. 8d**). Os vestígios são suficientemente eloquentes para denunciar a reduzida dimensão do templo original, que ocuparia menos de metade do espaço de implantação do atual. O que permite concluir que a igreja original não seria suficientemente longa para colidir com o alinhamento global dos quarteirões (**Fig. 8e**);
2. O espaço hoje configurado em praça da República resulta da supressão de edifícios ou partes consideráveis de um quarteirão (**Fig. 8f**): no topo nascente, a demolição de um imóvel é perfeitamente visível na parede de encosto do prédio contíguo, pelas cicatrizes que deixou, e explica como uma estreita travessa se transformou numa rua com mais do dobro da largura original (**Fig. 8g**); a poente, são várias as fotografias antigas que provam ter sido esse o espaço ocupado pela primitiva Casa da Câmara (**Fig. 8h**), aumentando assim o comprimento do quarteirão que se estendia (pelo menos) até ao enfiamento da porta lateral da igreja (**Fig. 8i**). Ou seja, até 1864, ano em que o edifício foi demolido, a praça ocupava apenas metade do espaço que hoje ocupa (**Fig. 8j**). Para o preenchimento do restante espaço não temos informação suficiente, deixando assim um vazio ou descontinuidade que a nossa hipótese de configuração original do quarteirão se propõe resolver. Ou seja, parte da proposta assenta em dados seguros veiculados pelas fontes, parte decorre do conhecimento e do cotejo com outros núcleos urbanos com origem em processos similares (**Fig. 9**).

A utilização do desenho digital como ferramenta da interpretação histórica, alarga substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo evolutivo, clarificando o que existe ou ensaiando e testando soluções em casos onde as fontes tradicionais (escritas e gráficas) não permitem ir mais longe. Torna possível pôr em evidência determinados elementos considerados chave para a compreensão da forma e do seu desenvolvimento, individualizando-os, limpando o ruído envolvente, reconhecendo unidades morfológicas ou segmentos de cidade cuja homogeneidade referencia uma origem comum ou ritmos e processos de expansão. Revela, por exemplo, alterações da propriedade como a junção ou divisão de parcelas ou a sua

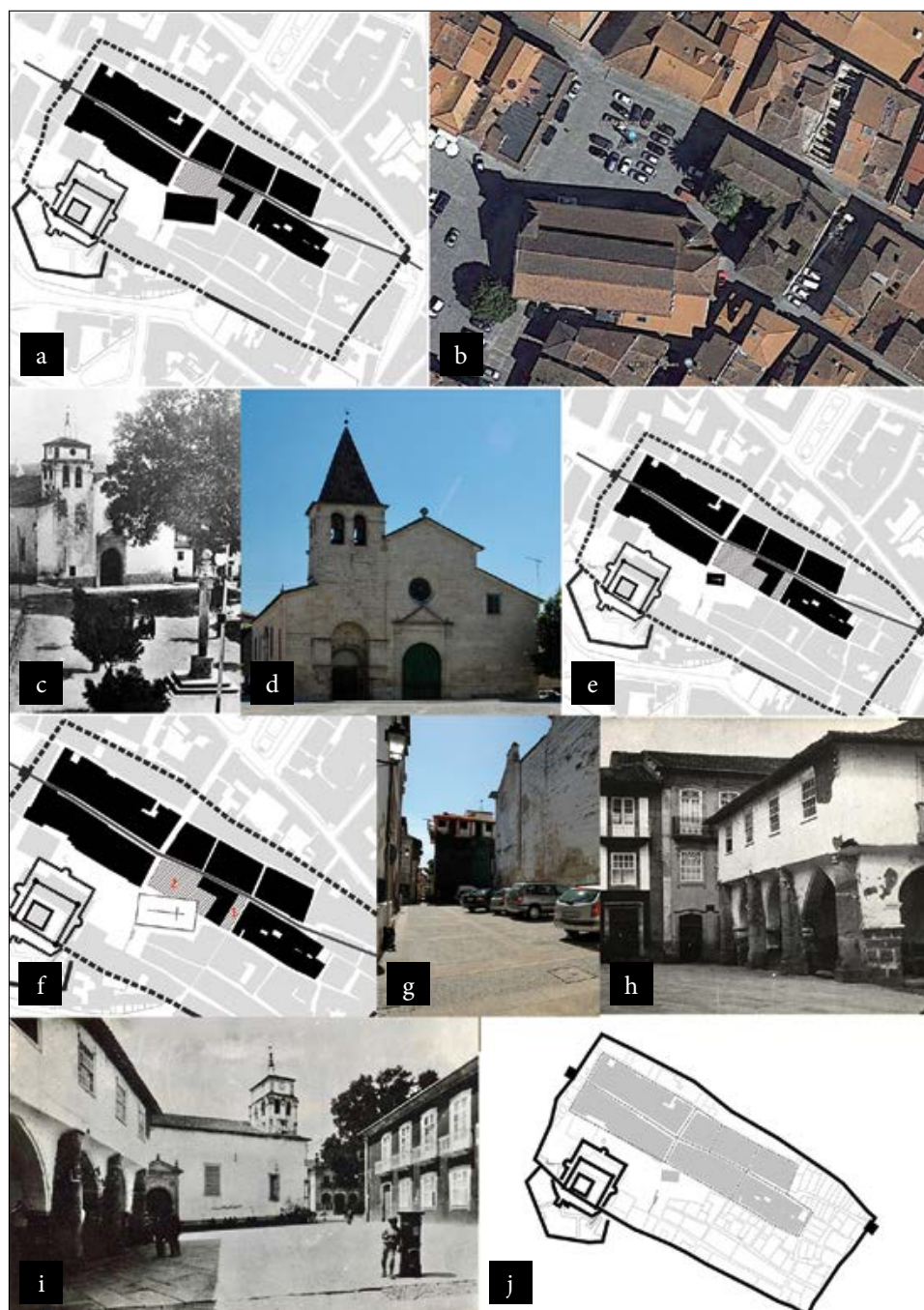


Fig. 8 – Chaves: conjunto de fotografias e desenhos ilustrando o processo de "desmontagem" do processo de evolução urbana.

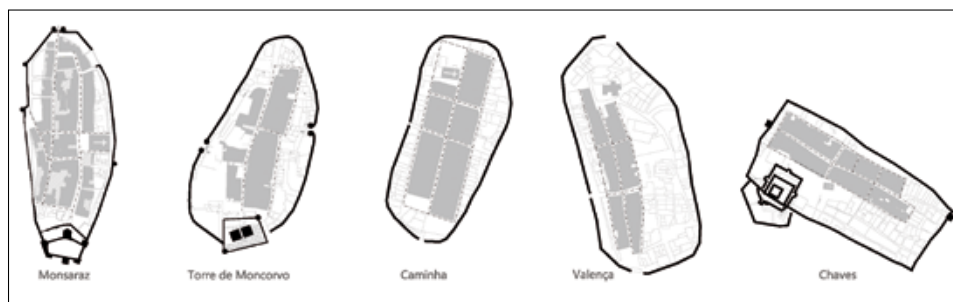


Fig. 9 – Reconstituição hipotética de vários núcleos de fundação nova medieval (TRINDADE, Luísa – Urbanismo na composição de Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013).

expansão sobre o espaço público, ao mesmo tempo que evidencia marcas deixadas por acidentes naturais como as linhas de água ou artificiais, caso das muralhas, que o tempo dissipou. Por outro lado, quando a partir do registo cadastral se consegue identificar o uso de sistemas compositivos proporcionais é possível, a partir da planta, repor alçados e volumes; e quando a esta volumetria se conseguem associar ritmos de fenestração, de intensidade ou repetibilidade de determinados elementos arquitectónicos “montam-se” troços de cidade, potenciando o estabelecimento de paralelos, a identificação de rotinas e métodos, tipos e séries. O desenho em ambiente digital permite sobrepor e ajustar plantas de épocas distintas, levantadas por meios diferentes e de diferente rigor, através da deformação controlada, resolvendo as tão frequentes discrepâncias⁷⁵, tal como permite, a partir da realização de modelos virtuais, uma visão tridimensional, dinâmica e abordável em qualquer escala e

⁷⁵ O processo implica digitalizar a carta histórica e georeferenciá-la. Para isso é necessário conhecer a angulação utilizada, o que é tanto mais difícil quanto antiga for a cartografia em uso. Quando os dados são desconhecidos, a alternativa é identificar pontos de controle (*Ground Control Points – GCPs*), ou seja, um conjunto de pontos comuns à carta antiga e à cartografia atual (também chamados pontos homólogos). Estes, no maior número possível e uniformemente distribuídos por toda a carta, têm de ser necessariamente estáveis no tempo longo, caso de um edifício antigo (para maior exatidão os pontos a recolher deverão ser as esquinas), um acidente natural, etc. A partir destes pontos (pelo menos 4, sendo os outros usados para aferir o rigor da operação) sobrepõe-se o mapa antigo ao atual, através de um processo de distorção (*rubber-sheeting*). Quanto à base atual usada – uma fotografia de satélite – no âmbito da análise formal corrente, a utilização do Google Earth revela-se bastante prática pois, apesar do erro que comporta, permite, em acesso livre, uma grande aproximação à escala do bairro, quarteirão ou parcela. Para estudos rigorosos todavia, é necessário usar cartografia vectorial oficial, como a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Em termos de *software* de georeferenciação, os programas *QGIS Georeferencer plugin*, *ArcGIS*, *AutoCAD Map 3D* e *QGIS Georeferencer* são alguns dos mais utilizados. Sobre esta questão veja-se DÁVILA MARTÍNEZ, Francisco J.; CAMACHO ARRANZ, Elena – Georeferenciación de documentos cartográficos para la gestión de Archivos y Cartotecas. Propuesta Metodológica”. *Revista catalana de geografia*. Institut Cartogràfic de Catalunya. IV época, vol. XVII: 46 (2012) pp. 1-9. [Consultado 05.07.2018]. Disponível em www.ign.es/web/recursos/docs/IGNCnig/CTC-Ibercarto-V-Georeferenciacion.pdf; RUMSEY, David; WILLIAMS, Meredith – “Historical Maps in GIS”. In KNOWLES, Anne Kelly (Ed.) – *Past Time, Past Place: GIS for History*. Esri Press, 2002, pp. 2-17. Igualmente interessante para o potencial da sobreposição de mapas no âmbito da investigação em História do urbanismo é a consulta do conjunto de projetos desenvolvidos por Keith Lilley (School of Geography, Queen’s University Belfast). Disponível em: [https://pure.qub.ac.uk/portal/en/persons/keith-lilley\(e8bce27f-fb88-4bdd-b90f-6d95ad3c1a08\).html](https://pure.qub.ac.uk/portal/en/persons/keith-lilley(e8bce27f-fb88-4bdd-b90f-6d95ad3c1a08).html) [consultado 09.06.2018].

desde qualquer ponto de vista do objeto de estudo, aspeto cada vez mais valorizado na transmissão do conhecimento produzido, tornando muito mais operativo o conhecimento histórico e facilitando o diálogo. E aqui importa referir duas áreas receptoras distintas mas igualmente importantes: as equipas constituídas por técnicos de áreas disciplinares várias (engenheiros, urbanistas arquitetos, topógrafos) que em conjunto com políticos e empreendedores atuam “no terreno”, definindo políticas e estratégias bem como gerindo ações de qualificação e reabilitação urbanas ou de salvaguarda e valorização do património urbanístico; o público alargado que visita núcleos museológicos ou centros de interpretação dedicados a ambientes urbanos desaparecidos ou transformados. É hoje impensável que este tipo de instituições culturais não recorra à sofisticação das novas tecnologias, em resposta às exigências de uma divulgação acessível, interativa e apelativa.

Os resultados da investigação, ao serem também eles expressos em desenho (nas suas diferentes dimensões), permitem criar novas imagens onde as lacunas possam idealmente ser substituídas por continuidades, embora, naturalmente, o resultado seja sempre uma reconstituição hipotética, algo que nem sempre surge inequivocamente enunciado na respetiva legenda. Neste âmbito aliás, considera-se fundamental ilustrar, senão todas, pelo menos as mais importantes etapas que levaram a um determinado resultado, demonstrando o raciocínio seguido (**Fig. 10**). O que pressupõe um enorme rigor na identificação das diferentes categorias dos elementos usados, pois enquanto os *dados* decorrem das fontes e são, em tese, fixos, as hipóteses resultam de um processo interpretativo estando, por isso, sujeitas a alteração ou rejeição. Só esse processo detalhado e sequencial permite que o leitor possa aferir o rigor da análise e interpretação. Só ele autoriza a sua utilização posterior por outros investigadores e, por essa via, o prosseguimento do processo científico.

Em termos práticos opera-se quer através do tratamento da imagem, quer do desenho vectorial. No primeiro caso, o mais elementar, é possível a partir de um conjunto de operações simples como o ajuste do brilho, contraste ou saturação de cor (através do *photoshop*, por exemplo), ou de forma mais complexa pela sobreposição de imagens ou desenho, realçar distinguir e assim reconhecer alguns dos múltiplos dados representados. No segundo caso, o desenho assistido por computador (CAD) proporciona a reconstituição do objecto de estudo em 2 e 3 dimensões, a realidade aumentada⁷⁶ ou a realidade virtual com animação⁷⁷.

⁷⁶ A *realidade aumentada* é uma ferramenta fundamental da investigação: simplificando, trata-se da construção de um ambiente onde o mundo real é combinado com imagens virtuais geradas por computador ou simplesmente desenhadas sobre ele. A realidade é modificada ou mediada por forma a aumentar a percepção do observador sobre um determinado aspeto.

⁷⁷ Veja-se como exemplo Recriação Virtual da Alta de Coimbra pré-1942 [Consultado 31.05.2018]. Disponível em www.youtube.com/watch?v=wPCwEnjLdk.

Particularmente importante é que todo este processo de investigação seja constituído num sistema de informação geográfica (SIG), ou seja, que toda a informação disponível e entre ela a produzida ou desenhada, tenha coordenadas geográficas de referência. De forma simples, trata-se de um sistema que relaciona a informação armazenada em bases de dados de naturezas diferentes (textos escritos, fotografia, cartografia, iconografia, desenhos, vídeos, registos de som, etc.) segundo a sua referência geográfica disponibilizando essa informação nos mais variados suportes designadamente representações geográficas georeferenciadas (como por exemplo o *google earth*, o *maps*, ortofotomapas, etc)⁷⁸. É essa a melhor forma de processar e gerir de forma integrada num único suporte e num número infinito de *layers* toda a informação de que dispomos sobre a evolução do território em estudo. E aqui retomamos um tema já abordado: não no sentido tradicional de palimpsesto, em que a escrita de uma nova camada determina a eliminação aparente da anterior, mas num conceito próximo da hipertextualidade em que, a um mesmo tempo, surgem interconectadas informações de natureza, origem e época diferente. Repare-se que a informação não surge apenas lado a lado mas cruzada entre si. Em síntese, gerar sinergias entre os diferentes materiais e dados, conseguindo-se, no final, que o todo seja bem mais do que a soma das partes.

⁷⁸ ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português... Vários exemplos do uso do desenho como instrumento da investigação podem ser vistos MATTOSO, José (Dir.) – Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo. 4 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. Veja-se, a título de exemplo, o caso de Baçaim [Consultado 13.06.2015]. Disponível em www.hpip.org/Default/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponimica/Localidade?a=567

BIBLIOGRAFIA

- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Universidad de Cantábria, 2002.
- ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas*. Manuel da Silva Castelo Branco (Intr. de). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ Edições Inapa, 1997.
- ATLAS da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direção de Filipe Folque (1856-1858). Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000.
- BALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe: Measurement, Representation, and Planning”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Vol. 3 (Part 1). Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- BARROCA, Mário Jorge – “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas. Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (Coords.) – *Genius Loci: lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM, 2017, pp. 183-206.
- BETRAN ABADÍA, Ramón – “Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad”. In *Aragón en la Edad Media. Paisajes rurales y paisajes urbanos: Métodos de análisis en Historia Medieval. III Seminario de Historia Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1994, pp. 123-156.
- BUENO, Beatriz Siqueira – *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EdUSP e FAPESP, 2011.
- CABEÇAS, Mário – *Festas, Urbanismo e Arquitectura: A Praça Nova de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Trabalho realizado no âmbito do Seminário Estudos de Urbanismo do Curso de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro.
- CARDOSO, Luís – *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. Disponível em <http://purl.pt/13938> [consultado 11.08.2018].

- CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CASTIGLIONE, Baldassare – *O Cortesão* (Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada e Rev. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CASTRO, D. João de – *Obras Completas* (Edição crítica Armando Cortesão e Luís de Albuquerque). 4 Vols. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982.
- CID, Pedro – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar no tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de Historia da Arte da FCSH-UNL, 2007.
- COELHO, Carlos Dias (Org.) – *Os Elementos Urbanos*, vol. I. Lisboa: Argumentum, 2013.
- CORREA, Gaspar – *Lendas da Índia*. (Dir. Rodrigo José de Lima Felner). Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858-1863.
- DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da cartografia em Portugal”. In DIAS, Maria Helena (Coords.) – *Os Mapas em Portugal da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- DÁVILA MARTÍNEZ, Francisco J.; CAMACHO ARRANZ, Elena – Georreferenciación de documentos cartográficos para la gestión de Archivos y Cartotecas. Propuesta Metodológica”. *Revista catalana de geografia*. Institut Cartogràfic de Catalunya. IV época, vol. XVII: 46 (2012) pp. 1-9.
- ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1998.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – Arqueologia medieval em Portugal: duas décadas de investigação. *Portugália*. Nova Série Vol. XXVI (2005). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 149-173.
- FERNANDES, Mário Gonçalves – “As plantas “De Guimarães” e “De Vila do Conde”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *III Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Passado & Presente para o futuro*. Novembro de 2009, Ouro Preto pp. 1-9. Disponível em: http://livrozilla.com/doc/1061156/fernandes_as-plantas-de-guimar%C3%A3es--e--de-vila-do-conde- [consultado 01.06.18].

- FLORES, J. Manuel – *Os olhos do rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624,1638)*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- FONSECA, Jorge – “Lisboa de D. Manuel I no relato de Jan Taccoen”. In FONSECA, Jorge (Coord.) – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e Edições Húmus, 2015, pp. 91-113.
- FONTES, Luís – “Arqueologia Medieval Portuguesa”. In *Arqueologia & História. (Atas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal)*. 54 (2002). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 221-238.
- GARCIA, J. Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*. Autor e Quidnovi. 2009.
- GARCIA, J. Manuel (Coord.) – *Lisboa do século XVII: A mais deliciosa terra do mundo. Imagens e textos nos quatrocentos anos do Padre António Vieira*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008.
- GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa, 1566-1567. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://purl.pt/14704/3/> [consultado 01.06.18].
- HALE, John – “Warfare and Cartography, ca. 1450 to ca. 1640”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Volume 3 (Part 1). University of Chicago Press, 2007, pp. 719-737.
- HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power”. In HARLEY, J. Brian (author); LAXTON, Paul (Ed.); ANDREWS, J.H. (Introd.) – *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001, pp. 52-81.
- HOLANDA, Francisco de – *Da Pintura Antiga*. (Ed. Ángel González Garcia). Lisboa: IN-CM, 1984.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, K.J.P. (Eds.) – *The Global City. On the streets of the Renaissance Lisbon*. London: Paul Hoberton, 2015.

- KAGAN, Richard – *Urban Images of the Hispanic World, 1493-1793*. Yale University Press, 2000.
- LAVEDAN, Pierre – *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction à l'histoire de l'urbanisme*. Paris: Hemi Laurens, 1926.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionario geográfico, estatístico, chorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades*. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873. Disponível em https://archive.org/details/gri_33125005925710 [consultado 11.08.2018].
- MACHIARELLI, Niccoló – *A arte da guerra*. David Martelo (trad. estudo, intr. e notas). Lisboa: Sílabo, 2005.
- MAGALOTTI Lorenzo – *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal – 1668-1669*. (Edição e notas Angel Sánchez Rivero, Angela Mariutti de Sánchez Rivero). Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1933.
- MALPICA CUELLO, Antonio – “Sirve la arqueología urbana para el conocimiento histórico? El ejemplo de Granada”. In CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (Ed.) – *Ciudad y territorio en Al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, 2000, pp. 21-59.
- MANTAS, Vasco – “Teledeteccção, cidade e território: Pax Iulia”. *Arquivo de Beja*. 3ª Série. I (1996), pp. 5-30.
- MARQUES, António Manuel Guerreiro; REDWEIK, Paula – “Recuperação radio-geométrica e catalogação digital de coberturas aéreas antigas da zona de Lisboa”. *Boletim do IGeoE* n.º 72, (Novembro 2010), pp. 6-15.
- MATOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1941.
- MATTOSO, José (Dir.) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo*. 4 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- MONTILLA TORRES, Irene – “Criterios para un modelo de intervención arqueológica en ciudades historicas”. In MALPICA CUELLO, Antonio (Dir.) – *Ciudad y arqueologia medieval*. Salobreña: Editorial Alhulia, 2007, pp. 47-63.

PARKER, Geoffrey – “Maps and ministers: the Spanish Habsburgs”. In BUISSERET, David (Ed.) – *Monarchs, ministers and maps. The emergence of cartography as a toll of government in Early Modern Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, pp. 124-152.

PASSINI, Jean – “El medio urbano como informador arqueológico medieval”. In *III Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Gobierno de la Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 1993, pp. 89-102.

PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção da Arquitectura Portuguesa (1150-1550)*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2011. Tese de doutoramento.

PINTO, Sandra – *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*. Coimbra: Darq. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de mestrado.

POETE, Marcel – *Introduction à l'Urbanisme. L'évolution des villes. La leçon de l'Antiquité*. Paris, 1929.

PROENÇA, Raul (Ed.) – *Guia de Portugal*. Lisboa. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 1924-1969.

Recriação Virtual da Alta de Coimbra pré-1942. [Consultado 31.05.2018]. Disponível em www.youtube.com/watch?v=wPCwEnjLdk

ROQUE, Dora; REDWEIK, Paula – “Recuperação da cobertura aérea nacional RAF47”. *Boletim do IGeoE*. 72 (Novembro 2010), pp. 16-21.

ROSSA, Walter – “História do Urbanismo e Identidade. A arte inconsciente da comunidade”. *História* 27 (2000), pp. 40-47.

ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *Fomos condenados à Cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 59-79.

ROSSA, Walter – “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”. In ROSSA, Walter (Ed.) –

A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 425-434.

ROSSA, Walter – “O Urbanismo regulado”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 361-390.

ROSSA, Walter – “Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 97-131.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, B.; SOLÓRZANO TELECHEA J. (Eds.) – *El Espacio Urbano en la Europa Medieval, Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo*. Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 191-207.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”. *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Nº 1 (2005). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 70-109.

RUMSEY, David; WILLIAMS, Meredith – “Historical Maps in GIS”. In KNOWLES, Anne Kelly (Ed.) – *Past Time, Past Place: GIS for History*. Esri Press, 2002, pp. 2-17.

SÁNCHEZ RUBIO et al. (Eds.) – *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. Mérida: Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004.

SAUER, Carl – “The education of a Geographer”. *Annals of the Association of American Geographer* vol. XLVI nº 3 (September 1956). Taylor & Francis, Ltd., pp. 287-299.

SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SEVILLA, San Isidoro de – *Etimologías* (Versão espanhola e notas J. Oroz Reta, M. A. Marcos Casquero). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

TEIXEIRA, Ricardo (Coord.) – *Vila Velha – Novas memórias*. Vila Real: Câmara Municipal, 2008.

TRINDADE, Luísa – “Desenho: discurso e instrumento”. In ROSSA, W.; RIBEIRO, Margarida C. (Coord.) – *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra, Lisboa, Niterói: Imprensa da Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Editora da Universidade Federal Fluminense, 2015, pp. 401-452.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

TUCÍDIDES – *História da Guerra do Peloponeso* (Prefácio Helio Jaguaribe; Tradução Mário da Gama Kury). Brasília e São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VITERBO, F. Sousa – *Diccionario historico e documental dos architectos, Engenheiros e constructores portuguezes*. Lisboa: INCM, 1922.

Fuentes de información para el estudio de los espacios urbanos

Beatriz Arízaga Bolumburu¹

Resumen

La creación de villas (ciudades) en el Norte de la Península Ibérica, entre los siglos XII al XIV fue un proceso de grandes dimensiones. Entre la costa Cantábrica y el río Duero se crearon alrededor de 230 villas (ciudades). Su implantación en el territorio significó un cambio en la organización del poblamiento, con importantes repercusiones sociales y económicas.

Las informaciones documentales de la época son poco expresivas. Para la comprensión del fenómeno hay que recurrir a documentación del siglo XV y también al trabajo de campo.

Palabras clave

Villas; ciudades; urbanismo; incendios; Cartas de Fundación.

¹ Universidad de Cantabria. España.

Sources of information about the study of urban spaces.

Abstract

The creation of small towns in the north of the Iberian Peninsula between the XII and the XIV centuries was a process of great dimensions. Between the Cantabrian coast and the river Duero were created around 230 small cities. Its establishment in the territory meant a change in the organization of the peopling with important social and economic consequences.

The documentary information of that time is not very expressive. It is needed to resort to XV century documentation and field work to understand this phenomenon.

Keywords

Small towns; towns; urbanism; fires; regional codes of laws.

1. Introducción.

Desde hace muchos años, mi línea de investigación se orienta, prioritariamente, hacia el estudio de la creación de los núcleos urbanos y su urbanismo en el norte de la Península Ibérica. Se trata de un fenómeno de extraordinario alcance, por el impacto que supuso el cambio en la organización del poblamiento tanto en el aspecto espacial, como en el aspecto social y organizativo. Es un fenómeno similar al que se conoce en el Sur de Francia con la implantación de las Bastidas o la creación urbana en Alemania al Este del Rin.

En toda la Cornisa Cantábrica, perteneciente a la Corona de Castilla, se produjo un proceso de urbanización, entre los siglos XII-XIV, sin igual, a lo largo de la Historia. Entre la costa Cantábrica y el Duero se crearon entorno a unos 230 villas. Los sucesivos monarcas, a la vez que dedicaban sus esfuerzos bélicos en la lucha contra el poder musulmán, se ocuparon de reorganizar sus territorios del Norte. Para dicha reorganización y control del territorio recurrieron a la creación urbana, que les permitía: adscribir a la población al poder real, controlar los recursos económicos a percibir y debilitar el poder señorial.

No fueron grandes núcleos urbanos, como los creados en los límites fronterizos, Salamanca, Avila, Segovia etc, sino pequeñas unidades urbanas interconectadas unas con otras de manera que, todas ellas, formaban una malla o red urbana que permitía dinamizar, social y económicamente la región.

Estos núcleos urbanos tienen unas características similares. Se trata de:

- “Villas Nuevas”, con una carta fundacional otorgada por el Rey, que en la mayor parte de los casos ocupan un espacio nuevo, con un hábitat concentrado, diferente al que se conocía en la zona.
- Villas que se nutren, principalmente, de población que habita en las proximidades, de forma dispersa. En ocasiones en las Cartas fundacionales se hacen llamamientos a poblaciones de entornos mas alejados para estimular la ocupación de la nueva villa.
- Villas de tamaño pequeño, con una superficie media cercada de 5 Ha, aunque puede haber villas de 1Ha. y de 20 Ha.

2. Pobreza Informativa.

Quien desee afrontar una investigación, en esta línea, deberá tener en cuenta que las fuentes informativas textuales, tanto concejiles como reales, no son demasiado explícitas a la hora de ofrecernos datos para la comprensión del fenómeno urbanístico.

En relación a la documentación generada por el propio concejo de la villa, podemos decir que adolecen de expresividad en relación a la temática de la implantación urbana. Muy poco se dice de los nuevos espacios elegidos para la nueva población, del diseño urbano, de los repartos de solares y de la construcción de sus viviendas. En definitiva del espacio que va a acoger su nueva vida.

Estas comunidades urbanas no debieron de considerar muy necesario recoger por escrito la forma en la que decidieron establecerse en los nuevos poblamientos, prueba de ello son los escasísimos datos que encontramos en sus archivos municipales. Es posible que al tratarse de comunidades y espacios pequeños se hiciera todo de forma verbal y consensuada de manera que no consideraron necesario dejar un testimonio escrito.

La Documentación concejil normalmente no recoge información directa sobre el terreno en el que se implanta la nueva villa, únicamente el topónimo del lugar o el nuevo nombre con el que se denomina a la población. Respecto al diseño urbano, trazado de calles, implantación de la iglesia parroquial, reparto del

espacio entre público y privado, vivienda urbana etc, no hay gran cosa. Únicamente algunas Cartas de Poblamiento hablan de cómo deben repartirse los solares entre los nuevos y los futuros vecinos.

Las pocas informaciones que nos ofrecen los archivos municipales, salvo las Cartas de Poblamiento, son muy tardías, del s. XV, y la motivación que las genera es la de poner orden en su urbanismo alterado con una construcción desmedida, que han sido las causas, en muchas ocasiones, de destrucciones totales o parciales. Con el ánimo de que no vuelvan a despoblarse las villas tras las destrucciones pavorosas que sufren tras los incendios, los concejos, mas afectados, toman medidas redactando ordenanzas que inciden en la recuperación del espacio público y el control de la construcción. Son estos documentos los que mejor nos informan de cómo fueron las villas en origen y cómo se fueron densificando y degradando. Para evitar en el futuro los desastres sufridos por el fuego, ordenan cómo debe construirse en el interior de las villas, evitando las malas prácticas que las han llevado a su destrucción.

A pesar de la intensidad urbanizadora de los Monarcas Castellanos en los siglos referidos, no se han encontrado, ni en las Cancillerías Reales, ni en la Legislación Real, documentos relativos al establecimiento de modelos concretos de urbanización de los nuevos espacios de hábitat concentrado. Por lo menos, hasta el momento, no se conoce ningún tratado que oriente a los fundadores de las nuevas villas, sobre la forma en la que deben construirse estas nuevas realidades de poblamiento.

Hemos recurrido al Corpus legislativo mas importante de los Monarcas Castellanos, Las Siete Partidas, inspiradas por Alfonso X entre 1252-1284, para tratar de encontrar directrices, programas o diseños de esta reorganización espacial que están llevando a cabo en el Norte Peninsular. Las Siete Partidas, equivalente a una Enciclopedia de Derecho del s. XIII, recoge la legislación antigua y la acomoda a las nuevas leyes. Rastreando por todos los libros y capítulos encontramos de forma muy dispersa algunos temas que podrían referirse al ámbito de las realidades urbanas².

Respecto a los emplazamientos de la ciudad no dice mas que *“el lugar sea sano, e fuerte, e abondado, e de agua e de otras cosas que fueren menester”* (Partida II Tit. CCII Ley XIX). En la mayor parte de los casos se deja bajo la responsabilidad de los nuevos pobladores la elección del espacio, salvo cuando se trata de lugares estratégicos o semi-despoblados.

Define la ciudad como *“todo lugar que es cercado de los muros, con los arrabales, e con los edificios que se contienen en ellos”*. Para la época medieval,

² ALFONSO X EL SABIO – *Las Siete Partidas*. Edit. BOE (Boletín Oficial del Estado). 3 volúmenes, 1999.

los muros son el símbolo de la ciudad, del estatus privilegiado de sus moradores, donde éstos se recogen y protegen de las hostilidades de la tierra abierta (Partida III Tit. XXXIII Ley VI).

La importancia de las murallas va mas allá del valor simbólico, su valor protector es evidente y las califican en las Partidas como “*cosas santas*” (inviolables), tanto los muros como las puertas. “*Santas cosas son llamadas los muros et las puertas de las ciudades et de las villas: et por ende establecieron antiguamente los emperadores et los filósofos que ningun home non los quebrantase rompiendolos, nin foradándolos, nin entrando sobre ellas por escaleras nin otra manera ningun que sea sinon por las puertas tan solamente: et establecieron por pena a los que contra esto ficiesen, que perdiesen las cabezas, porque quien asi entrarse en alguna ciudad o villa non entrarie como home que ama pro et honra del logar mas como enemigo et como malhechor*” (Partida III Titulo XXVIII Ley XV).

Dichos muros, por la importancia que suponían en la defensa de la villa debían de respetarse manteniendo un espacio libre entre ellos y las viviendas: “*Desembargadas e libres deven ser las carreras que son cerca de los muros... de manera que non deben fazer casa, nin otro edificio que los embargue nin se arrime a ellos. E si por ventura alguno quisiere faxer casa de nuevo debe dexar espacio de quinze pies entre el edificio que hace e el muro de la villa o castillo. E esto tovieron por bien los sabios antiguos por dos razones, la una, porque desembargadamente puedan los omes acorrer, e guardar los muros de las villa en tiempos de guerra. E la otra, porque de la alleganza de las casas non viniesen a la villa o al castillo daño ni traición*” (Partida III Tit. XXXII Ley XXII).

El mantenimiento de los muros es una responsabilidad real, pero se delega su construcción y mantenimiento en sus habitantes: “*Ca pues la pro destas labores pertenece comunalmente a todos, guisado e desecho es, que cada uno faga aquella ayuda que pudiere*”. (Partida III Tit. XXXII Ley XX).

Se mencionan también como cosas santas los edificios religiosos, tienen una gran importancia las iglesias y los cementerios. Las iglesias son el centro espiritual de las villas y ninguna obra civil debe hacerles sombra, de ahí la envergadura de las edificaciones religiosas frente a las viviendas comunes. Tampoco deben situarse tiendas junto a ellas porque “*aprovechase los omes todos comunalmente de las iglesias, rogando en ellas a Dios que perdone sus pecados*” (Partida III Tit. XXXII Ley XXIV).

Los cementerios los debe señalar el obispo al consagrar la iglesia y debe reservarse para su destino “*Quarenta pasadas en cada parte si es catedral y treinta para las parroquias, el equivalente a cinco pies de ome mesurado*” (Partida I Tit. XIII Ley IV).

Los caminos públicos están protegidos, obligando a los vecinos a dejarlos “*libres e desembargados*”, prohibiéndose plantar árboles y roturar en sus bordes de manera que no se estrechen.

Las fuentes, plazas y lugares de mercado están también protegidas por la ley, porque todo morador tanto rico como pobre tiene derecho a su uso y disfrute.

Con estas leyes se trata de proteger los espacios públicos urbanos. Otra de las preocupaciones que se percibe en las Partidas es el tema de la salubridad y limpieza de los recintos urbanos. Se permite la captación de agua por medio de pozos y se priorizan las actuaciones conducentes a la limpieza de caños y canalones³.

Dada la escasa información que aporta la legislación Real en relación a la organización y diseño de núcleos urbanos no queda mas remedio que recurrir al trabajo de campo, a la revisión personal de todos los núcleos, a comprender ese documento vivo, aunque transformado, que es la propia villa. Su estudio físico, su cartografía histórica y su imagen histórica, si hay suerte, nos permitirán recuperar la imagen de la ciudad medieval.

El trabajo de campo directo sobre el espacio urbano, nos permitió percibir una relativa homogeneidad de los diseños urbanísticos, en cuanto al trazado urbano de las calles, y el reparto del espacio intramuros en lotes familiares para la edificación de las viviendas. Esta percepción de diseños relativamente homogéneos nos hace pensar en la existencia de normativas concretas a la hora de diseñar las nuevas villas que aparecen entre los siglos XII al XIV. Esta certidumbre, proveniente del análisis espacial, no tiene, hoy día, aportación documental que avale la existencia de uno o varios modelos de diseños urbanos en la corona de Castilla. Sin embargo sabemos que en el siglo XIV, tanto en el reino de Aragón como en territorio Francés, existieron modelos teóricos de organización del espacio urbano.

3. Modelos urbanísticos en otros reinos en el siglo XIV.

A partir de 1300 sabemos que empiezan a encontrarse realidades de urbanización programada con documentación que lo acredita. El primer caso que conocemos son las Ordinaciones de Jaime II para Mallorca en 1300. Los programas de urbanización en el sur de Francia con la creación de Bastidas en la segunda mitad del s. XIV. Y finalmente hay ejemplos teóricos de cómo debe construirse una

³ CAYETANO MARTIN, M^a Carmen – *La Ciudad y el Derecho. El urbanismo en las Partidas*. Madrid: Edit. Annales de H^a del Arte (nº 4), 1994, pp. 65-70.

BONACHIA HERNANDO, J.A. – “La imagen de la ciudad en las Partidas, edificación, seguridad y salubridad urbana”. *Cuadrenos de H^a de España* nº 25-26 (2011-2012), pp. 115-134.

ciudad ideal, en el reino de Valencia, por parte de Eiximenis, en la segunda mitad del s. XIV⁴.

3.1. El caso de Mallorca⁵.

Tras la conquista de Mallorca en 1228 por Jaime I de Aragón, y el reparto consiguiente de la isla entre los participantes en la conquista, en 1300, Jaime II decide urbanizar los territorios reales. Para ello revitaliza los pequeños enclaves de población existentes y crea nuevas villas. Para llevar a cabo con éxito su proyecto establece unas Ordenanzas “Ordinacions” que son muy interesantes. En dicho documento establece la creación de 14 villas de forma que el territorio de la isla quede bien articulado y conectado, pero lo mas interesante reside en el programa y diseño urbanístico.

El Proceso Urbanizador estaba perfectamente organizado. Hay unas personas concretas, propuestas por el monarca para diseñar las nuevas poblaciones, de las que sabemos sus nombres. Uno de ellos era Pere Estur, agrimensor. Estos agrimensores debían elegir el lugar exacto para la implantación de las villas, cuyo tamaño aproximado sería de 20 hectáreas, y su diseño urbanístico se presentaba en forma de cuadrados de 450 metros de lado. Una vez establecido el emplazamiento y el contorno, los agrimensores tenían la responsabilidad de repartir el espacio cercado. Primeramente se trazan las calles, que en este caso son paralelas que se cruzan en ángulo recto. Se diseña la plaza pública, el lugar donde se construirá la iglesia, y el cementerio. Se establecen también los lugares donde deben estar las tiendas de venta de carne y pescado. Las cercas de las villas tienen que tener un muro de por lo menos cuatro palmos, que aunque no es excesivamente gruesa, supone un esfuerzo económico y material para los vecinos que son quienes tienen que encargarse de construirla

Una vez marcado el espacio público se distribuye el espacio destinado a las familias, el espacio privado. Cada población albergaría, aproximadamente, a 100 familias, por tanto se distribuye el espacio en 100 solares. Algunas villas como Petra tiene los 100 solares, pero otras como Sa Pobla tiene algunos solares mas 144. Los solares también serán homogéneos para todas las familias. Son solares grandes de 42 metros de lado, y en ellos debe situarse la vivienda, el huerto y los corrales de la familia.

⁴ VILA Soledad – *La ciudad de Eiximenis. Un proyecto teórico de Urbanismo en el siglo XIV*. Valencia: Edit. Dip. Foral de Valencia, 1984.

⁵ ALOMAR ESTEVES, G. – *Urbanismo regional en la Edad Media: Las Ordinacions de Jaime II (1300) en el reino de Mallorca*. Barcelona, 1976; MAS I FORNERS, A. – “Antiga villa de Manacor è les Ordinacions d’en Jaume II”. In *III Jornades d’estudis locals de Manacor*. Manacor, 2012, pp. 15-32.

Además del asentamiento urbano y del solar que reciben para su instalación, 1 cuartón de solar urbano, el rey otorga también a cada vecino los medios básicos de subsistencia, esto es, la tierra para su explotación directa. Para tierra de labranza, hueros y viñas 5 cuartones. Para alimentar a su ganado y recoger madera y leña, 10 cuartones de monte bajo. Todas estas donaciones reales para estimular la repoblación son muy generosas pero, consciente el rey y sus organizadores de los escasos recursos familiares que pudieran tener aquellos que acudieran de la península a la isla de Mallorca para su repoblación, se les concede un crédito en dinero para ayudarles en los primeros años.

Este proyecto repoblador culmina con el establecimiento de las condiciones que debe cumplir cada familia. La exigencia fundamental es la permanencia en la villa. Tienen que instalarse en la población a los seis meses. Tienen que residir en la villa por lo menos 6 años, para consolidar el proyecto. En esos seis años se establece que deben devolver el préstamo real. Y Finalmente tienen que pagar un censo anual al rey. En principio son unas condiciones muy buenas para quienes no posean tierras, pero deben arriesgarse a abandonar su hogar e instalarse en una isla (Fig. 1).

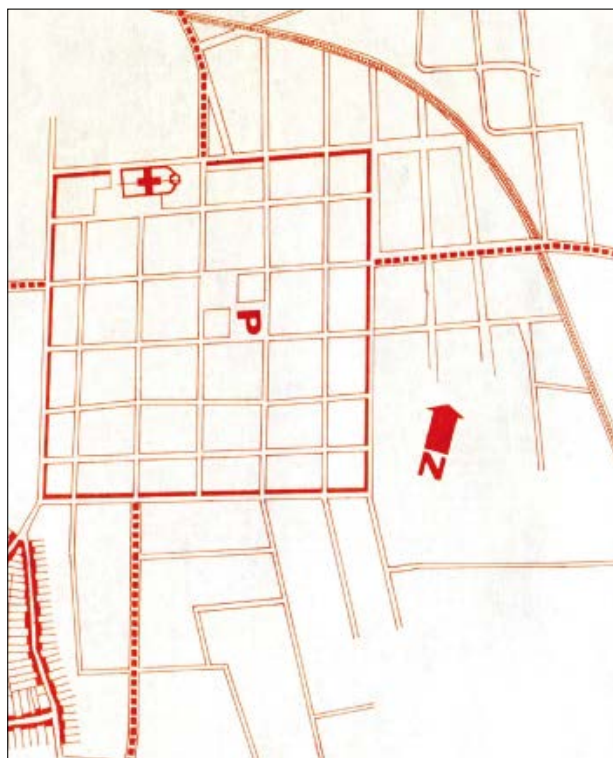


Fig. 1 – Diseño del plano de la villa de Petra en Mallorca, realizado por Alomar.

3.2. El caso de las Bastidas en Francia.

En el sur de Francia se produjo un fenómeno parecido al del Norte Peninsular aunque mas tardío. Desde 1222 a 1373 se crearon 263 Bastidas “villas nuevas” de tamaño medio y pequeño. El proceso de urbanización respondía al interés de los poderes políticos por fijar la población en un territorio y a la necesidad de la población por establecerse en lugares protegidos, ya que el territorio se veía sacudido por los conflictos bélicos de la guerra de los 100 años y por la cruzada Albigense.

Una corporación de geómetras al servicio de señores civiles y religiosos trazaban y diseñaban con la cuerda de trece nudos, la plaza cuadrada, las calles paralelas y los solares homogéneos.

Por centrarnos sólo en una zona, en Agen, al este de Burdeos, el conde de Poitiers decidió crear ciertas Bastidas y a tal efecto encargó el trazado de la planta y el reparto del suelo entre los futuros pobladores a Pons de Maynard, abogado y agrimensor. Este personaje diseña las nuevas villas de forma similar a otras bastidas del entorno. Calles paralelas cortadas en ángulo recto, con gran plaza central e iglesia en una de las esquinas de la plaza. Hay un reparto de solares según dos módulos el grande de 10 metros de fachada por 20 de profundidad y el solar pequeño de 5 metros de fachada por 10 metros de profundidad.

En este caso las Bastidas se nutren con los pobladores del entorno que desean vivir seguros y amparados dentro de una población amurallada que los libre de las convulsiones producidas por las gentes de armas que merodean en la región (Fig. 2).



Fig. 2 – Bastida de Monflanquin, vista aérea.

4. Analisis de la documentación de las villas Vascas.

Se ha revisado pormenorizadamente los documentos fundacionales de las 70 poblaciones del País Vasco y únicamente se han encontrado 7 menciones al espacio intramuros

La primera corresponde a la fundación de Vitoria en 1181. En ella el rey otorga “*carta de donación a todos los pobladores de la Nueva Vitoria, tanto a los presentes como a los futuros...*” y dice también que a “*los antiguos labradores que en el lugar señalado quisieren vivir, tengan independientemente la mitad de las heredades. Vosotros, que sois nuevos, tengais la otra mitad y la dividáis entre vosotros...*”. No dice el documento cómo deben dividir estos espacios en los que se va asentar la villa, pero el tenor de la carta de población señala que todos deben ser iguales y que nadie tendría mas privilegios ni clérigos ni infanzones (Figs. 3 y 4).

Otras dos poblaciones de Alava tienen alguna mención en el reparto de espacios. En la villa de La Guardia creada en 1164 se dice que los solares a repartir deben tener como medida 12 estados de largo y cuatro de ancho que sería (24 m. de largo y 8 m. de ancho). En la villa de Labraza 1196, las medidas son 12 estados de largo por 3 de ancho, que serían (24 m. de largo por 6 m. de ancho⁶).

Hasta comienzos del s. XIV no hay mas referencias. En Guipuzcoa en las villas de Azpeitia 1310 y Azcoitia 1324 se dice en sus documentos fundacionales que “*los solares de los nuevos vecinos se reparta a partes iguales*”⁷.

Al finalizar el s. XIV, cuando está concluyendo el proceso urbanizador, en dos cartas de población, encontramos los datos mas elocuentes.

En la villa vizcaína de Munguía 1376 se dice que los labradores que vayan a poblar la villa que compren los solares por “*precios conbenibles según lo tasaren sobre jura de Santos Evangelios los omes buenos que ovieren de ordenar la cerca de la dicha villa*” estos omes buenos no podían ser vecinos de la villa⁸.

Y en Guipuzcoa, la última villa en fundarse ofrece nuevos datos elocuentes para el tema. En Villarreal de Urretxu en 1383, las disposiciones para el reparto de los solares son muy precisas. Se busca cinco hombres buenos y sin sospecha, que se seleccionan de entre los 24 vecinos peticionarios de la fundación de una villa al rey, y aparecen mencionados, con sus nombres y apellidos, en el documento, y se determina que estos cinco los repartan. “*según uso y costumbre de la tierra de Guipuzcoa de 6 brazadas de ancho y 9 de luengo*”, (12 m de largo por 8 m. de ancho de fachada) y también que repartan los medios solares. Por tanto las medidas que

⁶ GONZALEZ MINGUEZ C. – “El proceso de urbanización de Alava. La fundación de Labraza”. In *Miscelanea Medieval Murciana XXI-XXII* (1997-1998), pp. 133-156, p. 148.

⁷ GOROSABEL P. – *Cosas Memorables de Guipuzcoa*, Tomo IV. Bilbao, 1972, pp. 676-677.

⁸ ITURRIZA Y ZABALA, J. R. – *Historia General de Vizcaya*. Tomo II. Bilbao 1967, pp. 281-285.



Fig. 3 – Plano de Vitoria segundo F. Coello, 1848. Se percibe la forma regular de la villa medieval.



Fig. 4 – Plano de Vitoria en la Edad Media (MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sergio e ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. Santander: Tratamiento Gráfico del Documento, S.L., 2017, p. 47.

aparecen en esta última fundación son las mismas que para las 25 villas que se fundan en el territorio de Guipuzcoa.

Esta noticia aunque escueta ofrece la posibilidad de pensar que si pudo haber alguna política urbanizadora que no ha llegado hasta nosotros. Con estas informaciones se emprendió un trabajo de campo exhaustivo consistente en la revisión de todos los cascos históricos de la Provincia y se pudo comprobar que, en aquellos que no habían sido totalmente destruidos, las medidas de los solares seguían siendo las mismas (12m de fondo por 8 m de ancho a la calle)⁹.

A modo de reflexión final podemos señalar que, aunque la Corona Castellana no dejó relatos documentales sobre cómo quería que fuesen diseñadas sus “nuevas villas”, en el norte peninsular se percibe a través del trabajo de campo y de algunos datos arqueológicos, que también se siguieron normativas repobladoras. Esta afirmación viene avalada principalmente por los diseños de reparto de solares intramuros. La homogeneidad de los solares a repartir entre los nuevos vecinos acredita que se trata de una acción programada. Percibimos en estos casos que diseñan las calles y el reparto de las viviendas los propios pobladores según unas medidas determinadas que se aplican a cada territorio. Además conciben las nuevas villas como lugares de acogida a futuros pobladores y se reservan solares vacíos para “*los que vendran*”.

Como hemos señalado, los documentos fundacionales no aportan mucha información sobre la actuación del Poder Real ni del poder Concejil a la hora de diseñar y controlar la conformación urbana de las nuevas villas del Norte Peninsular. Tendremos que esperar al siglo XV para conocer cómo estaban construidas las villas medievales. Lo podemos hacer, retrospectivamente, a través de la documentación que generan los propios concejos en forma de ordenanzas para evitar los sucesivos incendios y destrucciones. Estas ordenanzas reflejan la realidad del siglo XV, mencionando las transformaciones que han ocasionado o facilitado la propagación de incendios. En dichas ordenanzas se insiste en volver a reconstruir las villas como estaban en origen, de ahí es de donde podemos informarnos. Se insiste en recuperar el urbanismo original y en el mantenimiento de las alturas de las casas. Proponen la novedad de sustituir el elemento constructivo de la madera por la piedra de manera que los incendios no se propaguen. A continuación, en anejo, aportamos Ordenanzas seleccionadas de las villas de Mondragón, Villarreal de Urretxu, San Sebastian, y Guernica.

⁹ ARIZAGA, B. – *Urbanística medieval: Guipuzcoa*. San Sebastián, 1990, p. 162.

ANEXO

Ordenanzas para la edificación de la villa de Mondragón¹⁰

Reunión del Concejo para redactar las Ordenanzas 1489. Aprobadas 1490

En el arrabal de la villa de Mondragón, suso en las casas de Juan Ybanes de Garibay, armero, miércoles dies e nueve dias del mes de Agosto, anno del nascimiento de Nuestro Señor Jesucristo de mill e quatro cientos e ochenta e nueve años, e estando ayuntados en el dicho lugar, el concejo....

Motivos por los que se redactan las Ordenanzas

“Los dichos alcaldes e diputados dixeron: que ellos considerando las continuas quemas ...que avyan ocurrido en la dicha villa, en cien años quatro veces, las tres ultimas en cuarenta años... y las dos ultimas en trece años .. Y habia sido por la falta de la buena edificación, e por la gran peligrosa forma que en los edificios, por alteración de singulares se avyan consentido...

E queriendo arbitrar tan gran perdición, se hace Hordenanza de edificios con mayor sustancia e reparo,...para asegurar ..el gran incendio... y para que las gentes ovyesen esperanza , esfuerzo y corazón para tornar a poblar la dicha villa”.

1. Ordenanza. Sobre las casas altas

“...por ser las casas mucho altas e por no poder subir a lo alto de ellas con rapidez, cuando algún incendio se producía habían visto no poder atajarse el fuego.. a causa de que el fuego saltaba de unas casas altas a otras altas cuando se producía viento quedando otras casas bajas en medio sin incendiarse..

..y como hay en la villa suelos suficientes para habitación, que no suban las casas mas de 19 codos en alto”.

“Hordenanos.. Que ninguno sea osado de levantar casa que no sea toda de piedra, o de tapia, o de ladrillo, mas alto de los 19 codos, midiendo aquellos desde la calle hasta la zapata delantera del techo. Porque de piedra, o de tapia, o de ladrillo puedan levantar la casa quien quiera fasta donde querran, con tal que las pareces de la casa sean tan altas como el tejado”.

3. Ordenanza. Sobre las casas de tabla, madera

“En tiempos pasados todas las casas comúnmente heran hedificadas y cerradas por los lados, e apartamentos de dentro dellas de tablas. E por experiencia se ha visto en las quemas pasadas, después de apoderarse el fuego ser tan poderoso en las dichas tablas, e

¹⁰ 06-02-1490 A. G. SIMANCAS. Cámara de Castilla. Pueblos Leg. 13.

correr tan reciamente que no tardo en acabarse de quemar la villa en dos horas complidas...

Hordenamos que de aquí adelante ninguno pueda edificar en la villa salvo en piedra, o tapia, o ladrillo, o verganazo, y que el tal verganazo sea forrado por ambas partes de barro e con su cal encima. E que ninguna persona ponga tabla de ninguna calidad en las paredes de las casas ni en los repartimientos de dentro, salvo de verganazo, salvo en los sobrados y en las cubiertas de camas o de armarios o escaleras”.

4. Ordenanza. Sobre los suelos de tabla

“Que los sobrados y suelos que se hecharen de tabla dentro de un año hayan de echar su tierra e arcilla encima de tal sobrado de manera que no parezca tabla”.

5. Ordenanza. Sobre los tejados que avanzan sobre la calle

“En tiempos pasados las casas, sobre la calle tenían grandes tejados de manera que las casas de una acera llegaban muy cerca de la otra...

Hordenamos que en las calles solamente puedan sobresalir medio codo en cada sobrado... y en las callejas y cantones sólo medio codo”.

6. Ordenanza. Sobre la ocupación de calles y callejas

“A causa de las muchas quemas los edificadores han ocupado muchas calles e callejas,. Hordenamos que de aquí adelante ninguno sea osado de hedificar syn que descubran los fieles del concejo los cimientos de las quemas pasadas”.

7. Ordenanza. Sobre la ocupación de calles y callejas

“Los hedificadores pasados habían ocupado mucho las callejas de la dicha villa...

Hordenamos e mandamos que de aquí adelante cualquiera que hedificare sobre los dichos muros avya de facer una pared de piedra de alto de dos codos por donde los dichos fieles les señalaren,.. e que no tengan ocasión de tornar a ocupar la calle pública”.

9. Ordenanza. Sobre la ocupación del camino de Ronda

“..En tiempos pasados alrededor de la villa solia haber entre la cerca y las casas ronda franca, ...aquello se ha ocupado por los edificadores sacando sus casas sobre la dicha cerca de la villa.

Hordenamos que ninguno sea osado de edificar sobre la cerca de la villa....pero de cal y canto puedan subir cuanto quisieren ...y que las vigas del tejado no salgan mas de un palmo fuera de la cerca. En caso de querer subir mas, que toda la edificación y el tejado queden dentro de la cerca”.

10. Ordenanza. Sobre las torres encima de las puertas de la villa

“Algunas torres del muro de la villa que estaban sobre los portales, por estar ocupados y edificados, cuando se prendió el fuego se cayeron sobre los portales de manera que ocuparon la salida y entrada de las gentes...

Hordenamos que de aquí adelante ninguno ocupe ni edifique las dichas torres ...que las dejen sin ocupación alguna”.

12. Ordenanza. Sobre los mostradores de las tiendas

“Que las tiendas e tableros en la calle puedan salir una vara castellana.. e si le quisieren poner pendis en somo , sea de tres codos e non mas”.

13. Ordenanza. Sobre la prohibición de fraguas y hornos en la villa

“Queriendo evitar tan conocido peligro, hordenamos que de aquí adelante no aya forno ny fragua de ninguna suerte en la dicha villa dentro de sus muros, e los que hoy son dentro que en un año los pongan fuera.

E que los plateros puedan tener dentro de la villa fraguas de su oficio en tal que lo pongan entre paredes de cal y canto y su capilla encima”.

17. Ordenanza. Sobre las paredes medianeras en piedra

“..E porque muchos vecinos de la villa desean edificar de piedra para amparo de sus haciendas, y a causa de ser los solares estrechos para edificarlos de piedra en su suelo e por no querer ayudarlo el vecino aldeaño a partirle la mitad del suelo no se edifica en piedra. Hordenamos que cualquier que quisiere hedificar en piedra, que los dueños de los solares aldeaños sean tenidos de dar al tal edificador la mitad del suelo de la pared que hay entre los dos e paguen la pared a medias. O le venda el suelo”.

Ordenanzas para la edificación de San Sebastian de 1489¹¹**120. Que no se hagan casas y edificios sin licencia del regimiento**

“Otrosy ordenamos e mandamos que ninguna nin algunas personas non sean osados de edificar cimientos en la calle, de casas ni de otros edificios, en la dicha villa, por quanto algunas personas, en deservicio de las altezas de los reyes nuestros señores e en daño del bien público de la dicha villa, han fecho algunas casas e edificios tomando de las calles.

Por evitar tal, mandamos que de aquí adelante ninguna persona non sea osada de edificar casas nin otros edificios algunos syn que antes lo notifiquen a los alcaldes. E los rregi-

¹¹ ANABITARTE, B. – Colección de documentos historicos del Archivo Municipal de la M.N. y M.L. ciudad de San Sebastian 1200-1895. San Sebastian, 1895.

dores de la dicha villa e ellos vayan sobre el lugar e los señalen dónde se ha de edificar, de manera que el tal edificio se haga cada uno en lo suyo e non en lo de la república”.

121. Que no se hagan en las calles escaleras de piedra ni madera

“Otrosy ordenamos e mandamos que ninguno ni algunos de aquí adelante non hagan en las calles escaleras de piedra ni de madera en ninguna de las calles de la dicha villa, so pena que luego, dentro de ocho días, a su costa, sean tenidos de las desfacer e quitar”.

122. Que no se pongan dala ni trompa en las calles

“Otrosy ordenamos e mandamos que ninguno ni algunos non pongan dala nin trompa en la calle si no fuere para agua limpia de los tejados. so pena de veinte doblas”.

124. Sobre el dar de los vinos e sidras al tiempo del fuego

“Otrosy ordenamos e mandamos que si el fuego se encendiere en alguna casa de la dicha villa, que los que tienen vinos e sidras sean tenidos de las dar para matar el fuego. E que el concejo sea tenido a las pagar mediante juramento del dueño de las [dichas] sidras e vinos.

E que si algunas casas se derrocaren por atajar el fuego e asegurar la villa, que el concejo sea tenido de las pagar a los dueños cuyas eran”.

126. Que las mujeres e mozas acudan con agua al fuego.

“Otrosy ordenamos y mandamos que todas las mujeres y moças, cada una con su herrada de agua, acudan al fuego e que ningun non salga de casa sin herrada, so pena de çient maravedís a cada vna por cada vez

128. Que durante el fuego no usen de llaves para abrir las puertas

Otrosy ordenamos e mandamos que los que tienen las llaves de los portales non sean osados de abrir a ninguno para entrar ni salir cuando el tal fuego /fuere, mas que acuda luego con las dichas llaves a los alcaldes e regidores...”

129. Sobre el pegar o poner la candela

“Otrosy ordenamos e mandamos que ninguno nin algunos non sean osados de pegar candela a pared saluo en candelero que tengan la palma de fierro, so pena de çient maravedís a cada vno por cada vegada”.

130. Que cualquier que tuviere casa sobre la cerca la repare

“Otrosy ordenamos e mandamos que cualquier que tuviere casa sobre la cerca de la villa,

cada uno a su propia costa repare el tal muro cada e cuando fuere menester, so pena de mil maravedís. E cualquier que lo non hiciere pague de pena mil maravedís. E que los oficiales o cualquier de ellos le requieran e manden que lo haga. E si después de requerido lo non repararen dentro en un mes, que pague la dicha pena doblada e que non salga nin entre por encima de las cercas”.

131. Que no salgan ni entren por encima de las cercas

“Otrosy ordenamos e mandamos que ninguno ni algunos sean osados de salir nin entrar en la dicha villa por encima de las cercas synon por las puertas reales e públicas, /so pena de tresyentos maravedís a cada vno por cada vez”.

132. Que ninguno que tuviere casas sobre la cerca no tengan llaves de puerta

“Otrosy ordenamos e mandamos que ninguno que viva sobre cerca non tenga llave de portal alguno, so pena de mil maravedís. E que los alcaldes e regidores e sacramenteros que lo consintieren paguen cada uno mil maravedís por cada vez”.

133. Como o a quien se han de dar las llaves de portales

“...E que los alcaldes e regidores que asi las recibieren las den las dichas llaves de portales e postigos a personas fiables. E que los tales a quienes las dieren cierren las dichas puertas e postigos desde el Ave María fasta el día, e las non abran en el dicho medio tiempo syn liçençia de los alcaldes e regidores, salvo en tiempo de la vendimia, e entonces poniendo buena guarda, salvo la puerta del Poyuelo, que es e sea a cargo de los sacramenteros de la abrir e guardar, so pena de mill maravedís a cada uno que lo / contrario ficiere. E que el tal dar e entregar de las llaves a las tales personas se haga por ante el escribano fiel e ante testigos, de manera que se sepa contra quién haber recurso”.

Ordenanzas de prevención contra el fuego de Villarreal de Urretxu 1537¹²

58. Ordenanza. Sobre que no guarden pajas ni linos

“Ordenamos que ninguna persona sea osada de tener en la villa y sus arrabales lino por majar ni paja de trigo ni de centeno fuera de las camas en mallas de xerga. Las pajas y que tuvieran necesidad puedan guardar en las arcas y en las cubas.

59. Ordenanza. Sobre que no anden por las calles con manojos ardientes

“Algunas personas andan por sus casas e por las calles desta villa e sus arrabales con tizonos ardiendo e con manojos de paja.

¹² Archivo Municipal de la villa de Villarreal de Urretxu – B.1.1.10

Ordenamos que ningunas personas sean osadas de traer en sus casas y en ajenas manojos ardientes ni tizonos fuera del hogar”.

60. Ordenanza. Sobre los hornos

“Ordenamos que ninguno pueda hacer horno de pan cocer dentro en la dicha villa y en sus arrabales, ni en tres estados alrededor de las casas, ni en lugar peligroso”.

61. Sobre las herradas y recipientes de agua

“Ordenamos e mandamos que todos los vecinos tengan herradas (cubos) en sus casas y en la noche las tengan llenas de agua”.

62. Ordenanza. Sobre las candelas

“Ordenamos que de aquí adelante ninguna persona sea osada en la villa ni en sus arrabales de pegar candelas a las paredes de poste o tabla ni echarlos en los sobrados, salvo en candeleros de hierro o de metal”.

63. Ordenanza. Sobre como avisar del fuego dando apellido

“Ordenamos que si en alguna casa de la villa o sus arrabales se encendiere fuego en cama o sobrado o en otra parte peligrosa, que el dueño de la casa de voces e apellido, de manera que los vecinos oigan”.

64. Ordenanza. Sobre el revestimiento de los fuegos

“Ordenamos que las espaldas de las cocinas del fogar hayan de hinchir (revestir) de barro o de cal, de manera que de ello no venga peligro de fuego”.

67. Ordenanza. Sobre la ceniza y brasas de carbón

“Ordenamos que de aquí adelante ninguna persona eche dentro en las casas de la villa ni en sobrado dellas carbón caliente recién hecho, salvo en el suelo de tierra firme, ...hasta tres días e se enfrie bien”.

Ordenanzas de Prevención contra el fuego de la villa de Guernica 1490¹³

65. Ordenanza. De cómo socorrer cuando hay fuego en la Villa

“Yten hordenamos que si por ventura, lo que Dios no quiera, acaeciēre fuego en la dicha villa cualquier nuestro vezino o vezina de la dicha villa vaya alla a matar el tal fuego e

¹³ ARIZAGA, B.; RIOS, M.L; DEL VAL, I. – La villa de Guernica en la Baja Edad Media a través de sus ordenanzas. San Sebastian, 1986, pp. 199-233.

que esten ende fasta que del todo sea apagado el fuego, e que vayan en esta manera: los hombres con asadas e garabatos o tiospetre, e las mugeres e mocas con herradas e masquezos e calderas, e que sean tenudos de llebar agoa del rio e fuentes fasta que amiten el tal fuego, e luego que ovyeren la voz sean tenidos de ir todos sin detenymiento alguno so pena de quatroçientos maravedis la meytad para los oficiales e la otra meytad para el conçejo, e que la casa do acaecièere el tal fuego los moradores della luego echen apelidos e abran las puertas de la casa e non fagan ynpedimyento alguno so pena de mill maravedis repartidos como de suso e de ser desterrados al que tal ympedimyento fiziere o cerrare las dichas puertas por un año desta merindad de Busturia”.

70. Ordenanza. Sobre que no saquen ropa ni bienes en tiempo de fuego.

“Yten hordenamos que por quanto al tiempo que algun fuego se enciende en la villa muchos vecinos della dexando de yr a matar van a sus casas a sacar los bienes que en ellas tiene por do se enciende e se apodera mas el fuego e porque todos bayan a matar les mandamos que ninguno sea osado de sacar ropas ni bienes algunos salvos de las ocho casas primeras, las quatro de los dos lados e las dos de enfrente e las dos traseras so pena de cada seiscientos maravedis”.

71. Ordenanza Sobre los Veladores de noche

“Yten hordenamos que los veladores cada noche hayan de andar por las quatro calles de la dicha villa de continuo, e sean tres personas mayores fasta media noche e otras tres después de media noche, e cada vezque dixeren vela sean obligados de decir que hora es porque los que obieren de trabajar o madrugar sepan que hora es”.

72. Ordenanza. Sobre la revisión de las casas por pajas e linos, etc.

“Yten hordenamos e mandamos que por quanto la dicha villa suele estar en peligro de fuego por haber en ella mucha paja e hierba e linos cogida, e por no catar las casas a menudo, hordenamos que los nuestros alcaldes e regidores e fieles e preboste e jurados hagan pregonar cada año en fin del mes de julio que limpien las casas e non las tengan con pajas ni otras cosas vedadas e dado el pregon dentro de quinze dias sean obligados a andar a catar e las caten bien e diligentemente en el mes de octubre, e si fallaren qualesquier pajas o hierba o linos o otras cosas semejantes que los dueños de las tales casas los que en ellas moraren deban pagar cada sesenta maravedis por cada vez”.

BIBLIOGRAFIA

Fuentes documentales

Archivo Municipal de la villa de Villarreal de Urretxu

B.1.1.10

06-02-1490 A. G. SIMANCAS. Cámara de Castilla. Pueblos Leg. 13

Fuentes impresas

ALFONSO X EL SABIO – *Las Siete Partidas*. Edit. BOE (Boletín Oficial del Estado). 3 volúmenes, 1999.

ANABITARTE, B. – *Colección de documentos históricos del Archivo Municipal de la M.N. y M.L. ciudad de San Sebastián 1200-1895*. San Sebastián, 1895.

Estudios

ALOMAR ESTEVES, G. – *Urbanismo regional en la Edad Media: Las Ordinacions de Jaime II (1300) en el reino de Mallorca*. Barcelona, 1976.

ARIZAGA, B. – *Urbanística medieval: Guipuzcoa*. San Sebastián, 1990, p. 162.

ARIZAGA, B.; RIOS, M.L.; DEL VAL, I. – *La villa de Guernica en la Baja Edad Media a través de sus ordenanzas*. San Sebastián, 1986.

BONACHIA HERNANDO, J.A. – “La imagen de la ciudad en las Partidas, edificación, seguridad y salubridad urbana”. *Cuadrenos de Hª de España* nº 25-26 (2011-2012), pp. 115-134.

CAYETANO MARTIN, Mª Carmen – *La Ciudad y el Derecho. El urbanismo en las Partidas*. Madrid: Edit. Annales de Hª del Arte (nº 4), 1994, pp. 65-70.

GONZALEZ MINGUEZ C. – “El proceso de urbanización de Alava. La fundación de Labraza”. In *Miscelanea Medieval Murciana XXI-XXII* (1997-1998), pp. 133-156.

GOROSABEL P. – *Cosas Memorables de Guipuzcoa*, Tomo IV. Bilbao, 1972.

ITURRIZA Y ZABALA, J. R. – *Historia General de Vizcaya*. Tomo II. Bilbao 1967, pp. 281-285.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sergio; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. Santander: Tratamiento Gráfico del Documento, S.L., 2017

MAS I FORNERS, A. – “Antiga villa de Manacor è les Ordinacions d'en Jaume II”. In *III Jornades d'estudis locals de Manacor*. Manacor, 2012, pp. 15-32.

VILA Soledad – *La ciudad de Eiximenis. Un proyecto teórico de Urbanismo en el siglo XIV*. Valencia: Edit. Dip. Foral de Valencia, 1984.

Sinais multiformes de identidade *os arquivos familiares de elites urbanas medievais*

*Alice Borges Gago*¹

Resumo

O “Arquivo Almada e Lencastre Bastos” que se encontra depositado na Biblioteca Nacional de Portugal desde 1974 é composto por milhares documentos produzidos, recebidos e preservados por diversos grupos familiares entre os séculos XIV e XX. Nele podemos encontrar os arquivos de algumas famílias portuenses tardo-medievais e modernas, os quais nos permitem, por um lado, traçar os seus percursos sociais, implantação territorial e por outro tentar compreender as suas atitudes face à constituição e gestão dos arquivos familiares. Pretende-se ainda reflectir sobre o interesse e contributo que o estudo deste tipo de arquivos pode trazer para a escrita da história das elites pré-modernas portuguesas.

Palavras-chave

Arquivos; famílias; elites; pré-moderno; Porto.

¹ Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/101022/2014). Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. alicegago@gmail.com

Multiform signs of identity: the medieval urban elites family archives.

Abstract

The “Almada and Lencastre Bastos Archive”, deposited since 1974 in the National Library of Portugal, holds thousands of documents produced, received and preserved by a few local, middle rank late medieval and modern noble families between the 14th and 20th century. The study of this archive allows us to trace their social paths, territorial implantation and understanding their attitudes towards the constitution and management of family archives. It is also intended to reflect about the way these families were projected in their archives and on the interest and contribution that the study of such archives can bring to the writing of the history of the late medieval and modern Portuguese elites.

Keywords

Archives; families; elites; pre-modern; Oporto.

1. Introdução.

De entre os milhares de documentos que constituem o “Arquivo Almada e Lencastre Bastos” (ALB), depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, produzidos e preservados por diversos grupos familiares entre os séculos XIV e XX, destacámos os pertencentes a três famílias tardo-medievais portuguesas, os quais nos permitem, por um lado, traçar os seus percursos sociais e a sua implantação territorial na cidade e por outro tentar compreender as suas atitudes face à constituição e gestão dos arquivos familiares, os significados e usos que lhes foram atribuídos no funcionamento da(s) Casa(s) e na construção da sua memória e identidade. Por fim pretende-se ainda reflectir sobre o interesse e contributo que o estudo deste tipo de arquivos pode trazer para a escrita da história das elites pré-modernas portuguesas.

2. O fundo Almada e Lencastre Bastos – breve (e necessária) história custodial.

O fundo Almada e Lencastre Bastos, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal desde 1974, abarca cronologicamente os séculos XIV a XX, deve a sua denominação ao apelido do último proprietário, João de Almada de Lencastre Bastos, que o vendeu ao Estado português. Este fundo integra dois cartórios: o dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei² e o dos Condes da Feira, da sua segunda titulação³. Após ter falecido sem descendência, em 1827, Miguel Pereira Forjaz Coutinho⁴, Conde da Feira desde 1820⁵, transmitiu a sua irmã, Maria Joana da Câmara Forjaz Coutinho, todos os bens e arquivo, o qual foi reunido no cartório de Souto del Rei por via do casamento desta com o terceiro visconde, João José de Almada Velho e Lencastre.

O ALB manteve-se na família até que, em 1957, João Almada de Lencastre Bastos pretendeu vender o arquivo de que era proprietário⁶. Por ordem das entidades competentes na área, foi criada uma comissão para o avaliar e propor um valor de compra, a qual apenas se veio a concretizar em 1974, pela Biblioteca Nacional, já após a morte do proponente. Pela consulta do processo de aquisição do ALB sabemos que este se encontrava desorganizado e espalhado por três locais: Avenida de Roma⁷, Encarnação⁸ e Palacete de Santo Amaro⁹.

² Cujo primeiro titular foi Francisco de Almada e Mendonça, e posteriormente reconhecido no seu sobrinho, António José de Almada e Melo e nos descendentes deste, até ao quarto titular. SILVA, José Martins da – “Vila Nova de Souto de El Rey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de)”. *Revista de Ex-Libris Portugueses*. Porto. Vol. 10, (1917), pp. 146-152; PINTO, Pedro – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, p. 309; ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil, bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 2ª ed. Vol. 3. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989, pp. 516-517.

³ A primeira representação do título de Conde da Feira havia terminado com o falecimento, em 1700, sem descendência, de Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Meneses e Silva, pelo que a tentativa de recuperação do título pelos seus parentes originou um longo processo, que incluiu, entre outras diligências, a forja de vários documentos, numa tentativa de justificar a pretensão ao título. PINTO, Pedro – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...”, pp. 310-311; CONCEIÇÃO, Pedro da – *Allegação practica, & juridica sobre a posse, e successam do titulo, e Casa da Feira, contra os senhores procuradores da coroa, & infantado, a favor de D. Alvaro Pereyra Forjaz Coutinho*. Lisboa Occidental: na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo, 1720.

⁴ FUENTE, Francisco de la – *D. Miguel Pereira Forjaz, O organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

⁵ 13 de Maio de 1820. PINTO, Pedro – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...”, p. 310.

⁶ ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274; *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

⁷ Casa de João de Almada e Lencastre Bastos: 190 maços, entre caixas e livros, deu origem à série “Avenida de Roma”, daqui em diante *Roma*.

⁸ Recolhimento da Encarnação, onde residia Maria José de Almada e Lencastre de Sousa Teles, prima de João de Almada e Lencastre Bastos: 10 maços com 19 pacotes e livros, deu origem à série ANTT, devido ao facto desta documentação ter estado na Torre do Tombo entre 1961 e o ano da venda, a pedido da proprietária.

⁹ Residência de Isabel Teresa de Jesus e Melo, tia de João de Almada e Lencastre Bastos: 11 caixotes, 230 maços, caixas, pastas e livros, deu origem à série “Encarnação”, daqui em diante *Enc*. Esta parte foi

Na Biblioteca Nacional o arquivo foi recentemente organizado pelas técnicas, de forma a poder ser consultado pelos investigadores. No entanto, devido a contingência de recursos¹⁰, apenas foram desempacotados os maços originais e colocados em capilhas (individuais apenas nas caixas com a cota ANTT) e caixas novas, com atribuição de “nova cota” aos maços que estão sumariamente descritos nas guias de remessa.

O ALB possui como instrumentos de descrição as listagens (muito genéricas) dos maços pertencentes a Maria José de Almada Teles, a Isabel de Melo¹¹ e a João Almada e Lencastre Bastos; um catálogo prévio, elaborado e publicado por Pedro Pinto¹², que apenas cobre as primeiras seis caixas da série ANTT e que completámos durante o ano de 2016 no âmbito da realização de tese de doutoramento em curso. No que se refere a outros instrumentos de descrição, de referir que fazem parte do arquivo vários inventários antigos, dos quais destacamos o de 1835¹³ e o de 1836¹⁴, mandados fazer pelo quarto visconde de Vila Nova de Souto del Rei, António José de Almada Melo Velho de Lencastre e referente ao seu cartório e outros dois (“original”¹⁵ e reformulado¹⁶), datados de cerca de 1825, pertencentes ao cartório do Conde da Feira¹⁷. Pela análise da documentação compulsada, podemos afirmar que os dois cartórios, apesar de reunidos na mesma família a partir de 1827, mantiveram cotas e sistemas de arrumação diferentes, uma vez que os inventários de 1835 e 1836 não incluem a documentação do cartório do Conde

recolhida posteriormente do Retiro da Encarnação. Pensamos que por morte de Isabel Teresa de Jesus, em 1970, sem descendentes directos (filhos), a documentação tenha sido herdada pela sua sobrinha Maria José de Almada e Lencastre Teles, falecida em 1992, que a vendeu com a outra parte que já possuía, uma vez que João de Almada e Lencastre Bastos também não teve filhos. Esta hipótese carece de ainda de confirmação, uma vez que a pasta do processo de aquisição do ALB não informa como terão começado os trâmites de compra do mesmo, e não nos foi possível consultar, até ao momento, no arquivo da BNP, eventuais trocas de correspondência anteriores ao processo de compra. BNP, *Processo compra Almada Lencastre Basto*, doc. n. n..

¹⁰ MARTINS, Lúcia de Azevedo; SILVA, Ana Cristina de Santana; FERREIRA, Teresa Duarte – “O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX...*, p. 526. As autoras referem o desinvestimento na descrição documental de que foram alvo os arquivos de família.

¹¹ ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

¹² PINTO, Pedro – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto...”, pp. 307-341.

¹³ BNP, *ALB, Roma*, pac. 116, cx. 116, liv. 192.

¹⁴ BNP, *ALB, Enc.*, pac. 40, cx. 40, liv. 21.

¹⁵ BNP, *ALB, Enc.*, pac. 27, cx. 271, liv. h (vol. 1) e liv. b (vol. 2), o terceiro volume não foi encontrado.

¹⁶ BNP, *ALB, Roma*, pac. 111, cx. 111A, n.º 178, Índice antigo da casa dos Condes da Feira. c. 1822.

¹⁷ Os inventários de 1835 e 1836, assim como o referente ao Morgadio de Freiriz e Penegate, datado de 1821, foram estudados e presentes na exposição decorrente do projecto EXPL/EPH-HIS/0178/2013 – “Inventários de arquivos de família, séculos XV-XIX: de gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno” cujo catálogo foi publicado em 2015. GAGO, Alice Borges – “Serving the Counts of Feira in the 19th’s: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge”. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (Eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, pp. 83-88, 150, 162-163.

da Feira. A produção de inventários decorrente da organização e reorganização de cartórios de numerosas famílias nobres¹⁸, teve o seu golpe final com a profunda alteração política, económica e social que o fim do sistema vincular¹⁹ veio trazer às famílias detentoras de bens vinculares, levando a que muitos deles deixassem de ter qualquer utilidade de prova de bens e mercês que lhes deu origem e que garantiu a sua integridade durante vários séculos.

3. Um “arquivo de arquivos”.

Com foi dito acima, o ALB é constituído por milhares de documentos produzidos, conservados e tornados em “arquivo” por diversos grupos familiares, entre os séculos XIV e XX. Só através da sua inventariação sistemática pudemos identificar a documentação referente a um vasto conjunto de famílias pré-modernas pertencentes às elites de várias localidades portuguesas como Monção, Ponte de Lima, Guimarães, Lisboa e Porto, que até então conhecíamos de outros fundos depositados em arquivos nacionais, distritais, municipais. Estes não eram, no entanto, os documentos que foram produzidos e conservados pelos seus produtores ou destinatários e pelos seus familiares ao longo de séculos: os arquivos familiares. É precisamente sobre estes últimos que a arquivística e alguns historiadores têm vindo a chamar a atenção nos últimos anos, num movimento que é conhecido pelo *tournant documentariste*, sendo um dos seus principais percursos Joseph Morsel²⁰. Esta nova perspectiva de olhar os arquivos tem sido aplicada, entre outras, pelas historiografias francesa²¹, espanhola²² e pela portuguesa²³, com o objectivo de “estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em

¹⁸ Como os da Casa de Bragança, Condes de Povolide, Casa de Melo, entre tantos outros. PÁSCOA, Marta – *O código 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. S. l.: Fundação Casa de Bragança, 2015, pp. 53-57; RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX...*, pp. 614-617.

¹⁹ COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XVI, Nº 61-62, (1980), pp. 111.

²⁰ MORSEL, Joseph – “Du texte aux archives: le problème de la source”. *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*. BUCEMA [Em linha]. Hors-série n.º 2, (2008), pp. 1-26.

²¹ *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^e-XXI^e siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010.

²² GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.

²³ ROSA, Maria de Lurdes – “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Vol. 9, (2009), pp. 9-42; SILVA, Armando Malheiro da – “Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, 1997, pp. 51-106.

documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, as [...] “práticas arquivísticas” [...] complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendendo as mudanças a que o tempo a sujeitou”²⁴, perspectiva de investigação que tem dado origem a diversos estudos²⁵.

Partindo do corpus documental do ALB, procurámos traçar o percurso social das famílias nele presentes, o qual foi caracterizado, genericamente, por uma ascensão social progressiva, particularmente impulsionada pelo serviço à corte²⁶ e a grandes casas senhoriais, como a dos Duques de Bragança e Viseu ou, ainda, aos órgãos de poder camarário²⁷; por estabelecerem laços matrimoniais entre elementos de famílias da mesma origem social²⁸ ou da mesma área geográfica, o que contribuiu para reforçar e alargar redes de poder; pelo investimento dos seus rendimentos na aquisição de património fundiário, quase sempre nas imediações dos seus locais de residência ou de implantação vincular, o que lhes ofereceu importantes acrescentos aos bens de raiz, engrossando a riqueza familiar, transmitida por via de dote ou herança²⁹ e ainda, por terem adoptado o

²⁴ ROSA, Maria de Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. XXX, (2017), p. 550.

²⁵ De entre os quais destacamos os trabalhos em Arquivística Histórica de NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016. Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica, policopiada; e de SOUSA, Maria João d’Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Lisboa: FCSH-UNL, 2017. Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica, policopiada.

²⁶ Como Duarte Pacheco Pereira, ver: CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. *Anais de História de Além Mar*. Lisboa. Vol. XIII, (2012), pp. 221-332.

²⁷ Sobretudo na vereação da cidade. Sobre o papel dos vereadores veja-se: COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”. *O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal, 1993; MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local. A vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Porto: Afrontamento, 2003.

²⁸ Situação que encontra paralelo noutras famílias portuenses. RAU, Virgínia – “Os Brandões do Porto. Uma fortuna do século XV”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. Vol. XXII, fasc. 3-4 Set. Dez., (1959), pp. 654-684; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quincentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal e Arquivo Histórico, 1997.

²⁹ A doação ou herança de uma propriedade era frequentemente acompanhada da documentação com ela relacionada, como nos refere Pero Vaz da Praça, escudeiro em Monção, no seu testamento em 1500: “e Mando ao dito meu ireo e testamenteiro *que* depois que Eu falecer da vida prezente que elle com Grimaneza Pereyra minha mulher, e com os juizes desta dita villa, e com dous ou tres homens bons, e com Françisco de pias Tabalião fação inventario de todas as escrituras que estão em minha caza, e as que

modelo reprodutivo vincular, na sequência da evolução e posterior consolidação da posição social adquirida.³⁰ Este processo originou um crescimento do volume documental (contratos de compra, venda, empraçamento e autos de posse de propriedade, assim como mercês, dotes ou contratos matrimoniais, instituição vincular, testamentária) o que levou à necessidade de criação de mecanismos de controle da informação, uma vez que os documentos eram utilizados como provas de posse, defesa de direitos, partilhas de bens, habilitação a heranças e morgadios, em suma, utilizados na gestão do património e da casa, pelo que era necessário acesso e recuperação facilitada dos mesmos.³¹ Assim, a partir do século XVI, a fundação de morgadios levou a que o descendente nomeado para os herdar, enriquecer e gerir tivesse particular atenção na preservação da documentação (e logo à partida dos documentos (re)fundacionais de morgadios, originais ou cópias) pelo que a elaboração de inventários constituiu uma etapa fundamental na estruturação das famílias das elites iniciada no referido século com a “criação dos institutos vinculares e sobretudo no contexto político saído da Restauração –, e que contribui de forma determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em Setecentos”³². Verificamos, por isso, que a produção de registos escritos e a sua arquivagem constituíram uma prática comum às famílias aqui em estudo, conscientes do seu valor probatório, administrativo³³ mas também

pertençerem aqueles que eu feito tenho algumas Duaçoens de meus bens lhas entreguem para sua goarda e outras que a mi pertencerem goardara o ditto meu ireo e testamenteiro”. ALB, *ALB, Enc.*, cx. 32, cap. 2.

³⁰ Numa fase inicial, a herança foi distribuída pela totalidade dos membros do grupo familiar, não distinguindo filhos primogénitos de secundogénitos, a partir do momento em que a posição social das famílias adquiriu certa dimensão, estas passaram a valorizar a transmissão do património em torno de um só sucessor. CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”. In CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (Org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS, Universidade de Évora / Universidade de Múrcia, 2010, p. 65; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular”. In JIMÉNEZ, Francisco Chácon; FRANCO, Juan Hernandez (Eds.) – *Familia, poderosos y oligarquías*. Murcia: Universidad de Murcia, 2001, pp. 19, 33.

³¹ ROSA, Maria de Lurdes – “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX...*, pp. 580-582; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. [s. l.]: Edição de autor, 2013, p. 27; DE VIVO, Filippo – “Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650)”. *Archival Science*. [Em linha]. Vol. 10, n.º 3, (2010), pp. 231-248; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – “Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista”. In ANDÚJAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J. P. (Coord.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. [Almería]: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 137; HEAD, Randolph C. – “Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe”. *Archival Science*. [Em linha]. Vol. 7, n.º 4, (2007), p. 320.

³² RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – “A criação das Gavetas...”, p. 614.

³³ Como o livro de contas que Pantaleão Carneiro deu aos filhos órfãos de sua irmã Brites Carneira ou outro de apontamento de foros, datados de 1535-1543. BNP, *ALB, Enc.*, pac. 17, mç. 94, cx. 17A, cap. 1; Roma, pac. 82, n.º 095 (5-8), cx. 82III, cap. 6, doc. 12.

de memória³⁴, constituindo um sinal identitário das elites, assim como o são a onomástica e a heráldica³⁵, ou a tumulária³⁶.

Tendo em linha de conta as premissas acima elencadas, de entre as várias famílias representadas no acervo, destacámos três pertencentes à elite portuense: as famílias Machucho, Valadares Carneiro e Delgado (**Fig. 1**).

4. Os Machucho.

Considerámos a família Machucho a partir do casamento de João Galdes Machucho, contador da cidade do Porto durante o reinado de D. João I³⁷, com Leonor Vasques (m. 1423³⁸). Em 1401, João Galdes escambou com a câmara do Porto um pedaço de terra fora da porta do Olival para que nele fosse construído uma praça e uma rua³⁹. Em troca a câmara deu-lhe um serrado junto ao olival⁴⁰, para que nele pudesse fazer umas casas. Tendo tomado posse do terreno, João Galdes pediu ao tabelião que lhe desse um “estromento” desse contrato⁴¹, o qual

³⁴ São vários os autores que chamam a atenção para a importância da conservação organizada dos documentos na formação e imposição sociológica dos grupos sociais. MORSEL, Joseph – “En guise d’introduction: les chartriers entre ‘retour aux sources’ et déconstruction des objets historiques”. *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIII^e-XXI^e siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 17-18; MORSEL, Joseph – “Sociogenèse d’un patriciat: La culture de l’écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500”. *Histoire Urbaine*. Paris. Vol. 35, (Décembre 2012), pp. 83-106; NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo. Representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Gijón: Trea, 2003, pp. 62-64; COELHO, Maria Helena da Cruz – “A escrita no mundo urbano”. *História (São Paulo)*. São Paulo, Vol. 34, N^o 1, (2015), p. 27.

³⁵ Vejam-se: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV). In *Actas do 3^o Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 27-33; MORSEL, Joseph – “En guise d’introduction: les chartriers...”, p. 22. No que se refere à heráldica, Miguel Metelo de Seixas afirma que as manifestações heráldicas, como os arquivos, serviram “cada qual a seu modo, como instrumentos de construção, renovação, confirmação e manutenção da identidade e da memória pessoal e familiar”. SEIXAS, Miguel Metelo de – “A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX...*, p. 456.

³⁶ A título de exemplo podemos referir os vários os elementos da família Carneiro sepultados na Sé do Porto, na Igreja de S. Francisco e na Misericórdia da mesma cidade. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – “A fundação de capelas no Convento de S. Francisco do Porto: devoção e memória”, in *Os Franciscanos no mundo português. III. O legado franciscano. Actas do VI seminário internacional Luso-Brasileiro (Ponte de Lima, 4 a 6 de outubro de 2012)*. Porto: CEPSE, 2013, pp. 464-465.

³⁷ BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 80.

³⁸ João Galdes foi ainda casado com Inês Sanches (fl. 1401) e Isabel Vasques (fl. 1431). BNP, *ALB, Enc.*, cx. 42, cap. 6; *Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 1, doc. 3; *Roma*, cx. 104, cap. 4; “Vereações”. *Anos de 1401-1449*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980, p. 59.

³⁹ BNP, *ALB, Enc.*, cx. 42, cap. 6. O documento refere que o mesmo terreno esteve prometido a Mestre Moisés para servir de cemitério a judeus. O contrato de escambo vem referido na acta de vereação de 10 de Dezembro de 1401. “Vereações”. *Anos de 1401-1449...*, pp. 58-61.

⁴⁰ “junto ao muro que vai da rua direita da judiaria para o muro junto ao campo”. BNP, *ALB, Enc.*, cx. 42, cap. 6.

⁴¹ “Vereações”. *Anos de 1401-1449...*, p. 61.

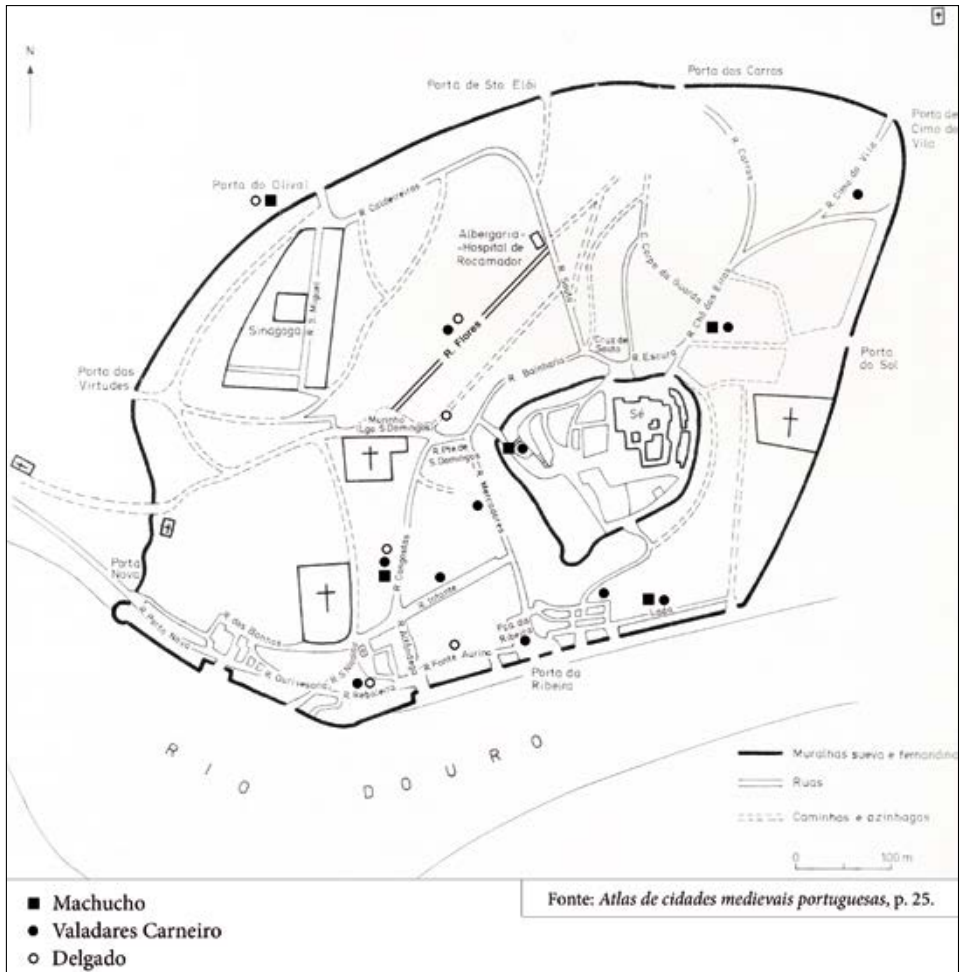


Fig. 1 – Propriedade urbana das famílias Machucho, Valadares Carneiro e Delgado (séculos XV-XVI).

se encontra no ALB. Anos mais tarde sabemos que o contador do rei, então já viúvo de Leonor Vasques, sua segunda mulher, tinha uma casa na Rua de Congostas, foreira à albergaria de Rocamador⁴². A casa pertencera a Leonor e ao seu primeiro marido, o mercador João Sousa, o qual, por sua vez, a tinha comprado ao Mosteiro de Vairão em 1389⁴³. Entre 1403 e 1421 a casa esteve emprazada a Afonso Eanes, cambador⁴⁴. Nesta época confrontava com o hospital de Martim de Barcelos,

⁴² Sobre a propriedade urbana deste hospital, veja-se DUARTE, Luís Miguel – “Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamador de 1498”. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (Coord.) – *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, pp. 167-182.

⁴³ O casal estava casado em 1403 – BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 1, doc. 2.

⁴⁴ BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 1, doc. 4.

com eixido de Vasco de Cubas, com rua pública e com casa de Diogo Gomes, o qual toma o seu emprazamento em 1431⁴⁵. Nessa data as confrontações referem a albergaria do Salvador, a viela que ia para a mesma, a rua pública por diante e por trás o rio da vila.

João Geraldês e Leonor Vasques tiveram três filhos⁴⁶: Senhorinha Anes (m. 1453⁴⁷), casada com João Gonçalves, alcaide pequeno do Porto⁴⁸; Leonor Anes, casada com Gil Carneiro⁴⁹ e João Anes Machucho, casado com Maria de França.

Do património imobiliário de Senhorinha Anes, viúva à data de sua morte, sabemos que foi partilhado entre os seus irmãos e que era constituído por um casal em Josim, lugar da freguesia de Guifães, e no Porto por uma casa na Rua Chã⁵⁰ e uma cavalaria na Cidade⁵¹.

De Leonor Anes e Gil Carneiro falaremos mais adiante quando analisarmos a família Carneiro. Quanto a João Eanes Machucho, mercador e escudeiro do Infante D. Pedro⁵², selador dos panos da Alfândega do Porto⁵³, residia em 1474, com sua mulher, Maria de França⁵⁴, na Rua Chã, rua onde tinha mais umas casas⁵⁵. Para além destas, possuía outras na Rua da Porta do Olival, campo e rossio no Olival, junto à Judiaria, na Praça e Rua de S. Miguel, das quais fez carta de partilhas em 1460 com a Câmara do Porto⁵⁶ e ainda uma casa na Rua de Congostas, das quais

⁴⁵ BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 1, doc. 3.

⁴⁶ Segundo Pedro de Brito o casal João Geraldês e Leonor Vasques teve ainda uma outra filha, Inês Anes, que casou com João Afonso, o qual herdou o cargo de contador do rei como dote. BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 80.

⁴⁷ BNP, *ALB, Enc.*, cx. 1, cap. 3 e cx. 51B, cap. 1 (duas cópias em pergaminho).

⁴⁸ BNP, *ALB, Roma*, pac. 70, n.º 049, cx. 70A, cap. 3.

⁴⁹ Ver adiante a biografia da família Carneiro.

⁵⁰ A Rua Chã, também conhecida por Rua Chã das Eiras, ficava entre a Porta da Vandoma da primitiva cerca e a Rua de Cimo de Vila. SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal, 1988, vol. I, p. 84.

⁵¹ BNP, *ALB, Enc.*, cx. 1, cap. 3 e cx. 51B, cap. 1.

⁵² COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”..., pp. 143-144.

⁵³ BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, cap. 3.

⁵⁴ Maria de França era irmã de João de França, morador na Rua Nova, picheleiro, mercador e escudeiro do rei, o qual desempenhou vários cargos na vereação do Porto entre 1460 e 1488. Eram filhos de Mestre Janim Berim, judeu, picheleiro, vereador entre os anos de 1429-1459 e de Maria Anes, sua segunda mulher (fora casado em primeiras núpcias com Catarina Rodrigues, filha de Mestre Rogel, sapateiro). Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. IV, doc. 2 e 57; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”..., p. 148; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *Projeção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, Tese em Ciências Sociais e Humanas, policopiada, p. 672; DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo 1459-1481*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, policopiada, p. 219; MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. Braga: Universidade do Minho, 2009. Tese de Doutoramento em História – Área de Conhecimento Idade Média, policopiada, vol. I, p. 261, vol. II, pp. 160-161; SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula – *A rua nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2010. Dissertação em História Medieval e do Renascimento, pp. 120, 123, 124, 125.

⁵⁵ BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, cap. 3.

⁵⁶ BNP, *ALB, Enc.*, cx. 42, cap. 6.

fez emprazamento em 1469. Ao casal pertenciam ainda umas casas na Ribeira do Porto, na Rua da Lada, ao pé da mancebia⁵⁷, que foram emprazadas por Maria de França em 1494. O casal teve quatro filhos: Brites Anes de França, casada com Fernão de Valadares, Isabel de França⁵⁸; João de Barros⁵⁹ e Pero Anes Machucho⁶⁰, chantre da Sé do Porto⁶¹.

Pelo casamento de sua filha, Brites Anes de França, com Fernão de Valadares, ocorrido cerca de 1480, João Anes Machucho dotou-a com umas casas (de herança) nas Aldas⁶² e outras foreiras ao Hospital de Rocamador e que se situavam na Rua das Congostas, nas quais residia, em 1484, João de França, soqueiro⁶³. As casas da Rua das Congostas partiam com a rua do hospital, como se recolhe de uma carta de emprazamento que Fernão de Valadares fez das mesmas em 1490⁶⁴. Este casal teve por filho João de Valadares, casado com Ana de Azeredo, como veremos adiante.

Pero Anes Machucho teve dois filhos: Helena de Araújo⁶⁵ e António Machucho (fl. 1504-1538), desembargador da Casa da Suplicação⁶⁶ e abade de S. Tiago de Piães⁶⁷, instituidor de uma capela na Misericórdia do Porto⁶⁸ e nela sepultado⁶⁹, que irá dotar com o seu património: um terço de umas casas onde residia, na Rua Chã⁷⁰, e uma propriedade em Massarelos, para a qual nomeou por testamenteiro o seu primo João de Valadares⁷¹.

⁵⁷ BNP, *ALB, Enc.*, pac. 42, mç. 1, cx. 42, cap. 2.

⁵⁸ Mãe de Maria Nunes, casada com o escudeiro Rui Gramacho e de Florência Dias, freira em Santa Clara do Porto. BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, doc. 8; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 80.

⁵⁹ Pai de Filipa de Barros (casada com Paio Correia, escudeiro fidalgo do Marquês de Vila Real) e de Briolanja Barros (casada com o bacharel Diogo Gonçalves, por sua vez pais de João de Barros, autor da obra “Espelho de casados”). BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, doc. 8; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, pp. 80-81; SILVA, Innocencio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. X, Lisboa: 1883, p. 189.

⁶⁰ Pedro de Brito refere um outro Pedro Eanes Machucho, chanceler da correição de Entre-Douro-e-Minho, casado com Constança de Azeredo, filha de Álvaro Rodrigues de Azeredo, escudeiro e juiz no Porto em 1464. Estes tiveram uma filha, Inês de Azeredo, casada com Diogo Homem Carneiro e um filho também chamado de Álvaro Rodrigues de Azeredo, cavaleiro, pai de Ana de Azeredo casada com João de Valadares. BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 81.

⁶¹ BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, cap. 3.

⁶² BNP, *ALB, Enc.*, cx. 9, cap. 4.

⁶³ O documento não diz se este João de França é o tio de Beatriz Anes. Refere que em 1480 quando João Eanes Machucho fez o contrato de dote, residia nessa morada Miguel de França, ataqueiro e que em 1484 era João de França que habitava a casa. BNP, *ALB, Roma*, cx. 83III, cap. 1, doc. 6.

⁶⁴ E com a viela que ia para o hospital dos soldados. BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 1.

⁶⁵ BNP, *ALB, Roma*, pac. 108, n.º 169, cx. 108, cap. 4.

⁶⁶ ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 19, fl. 136; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias – “Ministros do Conselho Geral do Santo Ofício”. *Memória. Revista anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa. Nº 1, (Abril de 1989), p. 105.

⁶⁷ ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 22, fl. 32.

⁶⁸ Onde, ainda em 1587, se cumpriam os legados. BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. vol. I. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, p. 260.

⁶⁹ BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia...*, vol. I, p. 183.

⁷⁰ Que lhe havia sido doado por sua tia Beatriz de França em 1522. BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, cap. 3.

⁷¹ BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, cap. 3.

Dos locais de implantação da família Machucho⁷², situados nas ruas tradicionalmente reconhecidas como sendo ocupadas pela elite portuense, nas Congostas, Rua Chã, na Ribeira⁷³ e na Rua Nova⁷⁴, destacamos ainda o terreno escambado junto à porta do Olival, em 1401, que decisão camarária, conjugada com promoção régia, destinou à traça de uma nova rua e praça, testemunho do alargamento da cidade pela urbanização do morro do olival, como refere Arnaldo de Sousa Melo⁷⁵. No que se refere à caracterização social da família Machucho, verificamos que se trata de uma família que pertenceu à elite portuense, tendo vários dos seus membros ocupado cargos de confiança régia no reino, em casas nobres e na governação da cidade do Porto. Alguns dos seus elementos ligaram-se por matrimónio com famílias de proeminência social e económica do Porto nos séculos XV e XVI – os França, os Figueiroa, os Pamplona, os Valadares e os Carneiro, também elas ligadas ao poder camarário, onde exerceram, entre outras, funções na vereação, para além de desenvolverem actividades comerciais. Uma outra estratégia social dos Machucho foi colocar membros da família junto do poder eclesiástico, como sucedeu a Pedro Eanes Machucho, chantre na Sé, e ao seu filho, António Machucho, que chegou a ser desembargador da Casa da Suplicação e dos Feitos da Fazenda. Foi aliás este o último membro da família a usar o apelido, o qual já se tinha perdido nos seus tios e primos.

5. Os Valadares Carneiro.

O primeiro elemento da família documentado no ALB é Fernão de Valadares, escudeiro da casa real, escrivão dos contos⁷⁶ e companheiro de D. João II numa campanha militar em África⁷⁷. Viveu na Rua Chã e foi casado com Brites de França, filha de João Eanes Machucho e Maria de França, como mencionámos atrás.

O filho de ambos, João de Valadares (m. 1542), foi moço de câmara do rei D. Manuel⁷⁸ e mais tarde cavaleiro fidalgo da casa real⁷⁹, exerceu vários cargos na

⁷² Veja-se mapa no final do artigo.

⁷³ José Ferrão Afonso refere várias obras de enobrecimento destas ruas ocorridas durante os séculos XV e XVI. AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2000, pp. 70, 77.

⁷⁴ Em que viviam alguns elementos da família França, como referimos atrás.

⁷⁵ MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades de Braga e Porto (séculos XIV a XVI)”. In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord.) – *História da construção – os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 117-118 e bibliografia citada.

⁷⁶ Desde 1486. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, doc. 1.

⁷⁷ O mesmo dá conta as ordens régias de embarque de 5 de Maio de 1488 e de 1489. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 555-557; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 76.

⁷⁸ ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 39, fl. 63v.

⁷⁹ ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 39, fl. 64; liv. 38, fl. 33-33v.

cidade do Porto, como o de escrivão⁸⁰ e chanceler da correição de Entre-Douro-e-Minho⁸¹, escrivão de ver o peso⁸² e recebedor das sisas dos panos da cidade do Porto⁸³. Para além destes cargos públicos, foi ainda testamenteiro do seu primo António Machucho. Casou com Ana de Azeredo (m. 1575), filha de Álvaro Rodrigues de Azeredo⁸⁴ e de Constança Soares. Da propriedade urbana do casal sabemos que João de Valadares trazia arrendada, entre os anos de 1526-1549⁸⁵, do Hospital de Rocamador uma casa na Rua de Congostas, e que Ana de Azeredo residia, em 1575, na Rua das Flores, ano em que instituiu uma capela na Sé do Porto⁸⁶.

O casal teve quatro filhos: o primogénito, Luís de Valadares, feitor em Achem em 1549⁸⁷ e falecido em África onde servia uma comenda⁸⁸, casou com Vitória Carneiro⁸⁹, com a qual teve uma filha, Ana Carneira⁹⁰; o secundogénito, Álvaro de Valadares, vereador da câmara do Porto em 1577⁹¹, tesoureiro da Bula de Cruzada

⁸⁰ ADP, *Convento de S. Francisco*, Liv. 1, fl. 63v.

⁸¹ Cargo que exerceu após a morte de seu sogro, Álvaro de Azeredo, ocorrida cerca de 1515. ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 39, fl. 63-63v, 64v.

⁸² ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 39, fl. 64.

⁸³ ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 39, fl. 63v.

⁸⁴ Escudeiro, chanceler e contador dos feitos e custas, inquiridor da correição da comarca de Entre-Douro-e-Minho, falecido entre 1508 e 1510, ano em que foi nomeado o seu genro João de Valadares nos mesmos cargos. ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 39, fl. 64v; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”..., pp. 127-128

⁸⁵ BNP, *ALB, Roma*, cx. 69, cap. 2.

⁸⁶ O documento refere que nela residia com três criados e um cavalo. BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 2.

⁸⁷ ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 55, fl. 169.

⁸⁸ Em 18 de Abril de 1553, Luís de Valadares encontrava-se em Ceuta onde faleceu num confronto entre mouros e as tropas de D. Pedro de Meneses, capitão da cidade, também nele falecido. O documento indica erradamente a mulher de Luís como Isabel Carneira, que se encontrava grávida e que o casal tinha já uma filha. Colocava-se a hipótese de que a criança a nascer, se fosse do sexo masculino, receberia os ofícios que o seu pai detinha (chanceler, escrivão e promotor de justiça, inquiridor, contador e distribuidor da comarca e correição da cidade do Porto), nascendo menina, os cargos seriam concedidos ao marido da filha mais velha do casal, já então nascida. No ALB não temos qualquer referência a Isabel Carneira como mulher de Luís de Valadares, o qual casara em 1551 com Vitória Carneiro. O testamento de Ana de Azeredo, de 1575 refere que este fora para África, deixando a sua mulher Vitória com uma filha, e que esta tinha mandado vir da aldeia uma ama e uma moça de serviço, que estiveram na casa da sogra, por 1500 reais durante ano e meio. A dívida não foi paga a Ana de Azeredo, pelo que esta indica no seu testamento que a dívida tem de vir a colação dos bens. BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 2; ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 56, fl. 207.

⁸⁹ Filha de Francisco da Rua, feitor na Flandres em 1529-1532 e de Isabel Carneira, filha de Vasco Carneiro, o moço. LEITE, António Pedro de Sousa – “Francisco da Rua, feitor de Portugal em Flandres”. *Armas e Troféus*. Lisboa. III série, t. VI, n.º 2 (1977), pp. 170-176; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, pp. 34-37 e quadro Carneiros I.

⁹⁰ Ana Carneira foi dotada do morgadio “do Paço de Valadares” aquando do seu casamento com Francisco de Sousa de Almeida, a cuja família foi parar o morgadio. BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, pp. 76-77.

⁹¹ BNP, *ALB, Roma*, pac. 81, n.º 091, cx. 81A, cap. 5.

em 1578⁹², cavaleiro da Ordem de Cristo, com tença⁹³, provedor da Misericórdia do Porto em 1585⁹⁴, juiz da dízima do pescado⁹⁵, procurador nas cortes em 1581⁹⁶; Brites de Azeredo, solteira, instituidora de um vínculo⁹⁷ e Inês de Azeredo, freira no convento de Santa Clara⁹⁸.

Álvaro de Valadares casou com Antónia Carneira, filha de Pantaleão Carneiro e Filipa Moreira, de que falaremos adiante. Tiveram por filhos João de Valadares Carneiro (m. 1636⁹⁹), o primeiro a usar o duplo apelido; Pantaleão Carneiro, que seguiu vida religiosa¹⁰⁰; Fernão de Valadares Carneiro, escudeiro¹⁰¹; e quatro filhas, todas freiras, duas no convento de Santa Clara (Beatriz e Bernarda)¹⁰² e as outras (Ana e Maria) no de S. Bento de Ave Maria¹⁰³. O casal fez testamento em 1597, e através dele sabemos que possuíam casas na Rua das Flores, Praça da Ribeira, Rua do Buraco da Lada, Rua dos Mercadores, uma loja na travessa do Colégio Velho e umas casas na Travessa do Hospital na Rua de Cimo de Vila¹⁰⁴.

O primogénito do casal, João de Valadares Carneiro, foi juiz das dízimas do duque de Bragança¹⁰⁵, assim como administrador da capela instituída por sua avó paterna, Ana de Azeredo, e da capela instituída por sua prima Maria Carneiro¹⁰⁶. Casou por duas vezes, primeiro com Maria Soares¹⁰⁷, de quem teve três filhos:

⁹² Talvez por essa razão recebeu, em 1587, de Catarina, moça solteira, filha de Gonçalo Anes, tanoeiro, moradora em Mourilhe, uma carta de quitação do dinheiro que seu irmão Bastião Nogueira havia entregue a Álvaro de Valadares antes de ir na jornada com D. Sebastião. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 572; pac. 110, n.º 174, cx. 110, cap. 3.

⁹³ Tença de padrão anual de 20.000 reais e hábito da Ordem de Cristo, de 29 de Agosto de 1581. AMARAL, Luís Carlos e SILVA, Maria João Oliveira e (Org.) – *Pergaminhos de uma coleção particular*. Porto: CITCEM, Afrontamento, 2016, pp. 49-52; BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 567.

⁹⁴ BNP, *ALB, Roma*, pac. 74, n.º 061, cx. 74, cap. 5.

⁹⁵ Em 1572 e 1584. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 573; pac. 86, n.º 105, cx. 86A, cap. 3.

⁹⁶ BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 595.

⁹⁷ BNP, *ALB, Enc.*, pac. 26, n.º 009, cx. 26, cap. 9.

⁹⁸ BNP, *ALB, Roma*, pac. 83, n.º 099, cx. 83III, cap. 2; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 76.

⁹⁹ BNP, *ALB, ANTT*, cx. 19, doc. 17.

¹⁰⁰ BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 77.

¹⁰¹ Embarcou para a Índia em 1597 na nau S. João, tinha apenas 18 anos. REGO, Rogério de Figueiroa – “Soldados da Índia séc. XVI – Notícias genealógicas e biográficas”. *Ethnos, revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. Lisboa. Vol. II, (1942), p. 161.

¹⁰² BNP, *ALB, ANTT*, cx. 19, doc. 1248.

¹⁰³ BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 77.

¹⁰⁴ BNP, *ALB, Roma*, cx. 59, doc. 35, fl. 473-568.

¹⁰⁵ BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 598; pac. 81, n.º 091, cx. 81A, cap. 3.

¹⁰⁶ Veja-se nota 128, adiante. BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 76.

¹⁰⁷ Filha do licenciado Francisco Soares e Brites Mendes de Vasconcelos, sobrinha do mestre-escola na Sé do Porto Manuel Soares. BNP, *ALB, Roma*, pac. 60, n.º 006, cx. 60, fl. 344 a 349; pac. 74, n.º 061, cx. 74, cap. 5; pac. 81, n.º 091, cx. 81A, cap. 4.

Álvaro, Manuel¹⁰⁸ e Beatriz de Azeredo, freira em Santa Clara¹⁰⁹ e em segundas núpcias com Catarina Pereira, de quem teve Luís de Valadares Carneiro¹¹⁰.

Foi pelos casamentos de Luís e Álvaro de Valadares que os Valadares se ligaram à família em torno da qual se gerou o maior número de ligações matrimoniais entre as famílias com maior importância social do Porto nos finais do século XV-XVI, os Carneiro. No caso do ALB, consideramos esta família a partir de Gil Carneiro, cavaleiro¹¹¹, filho de João Carneiro, vereador do Porto em 1442¹¹², e casado com Leonor Anes Machucho, como foi atrás mencionado. O casal, que residia na Rua Formosa, teve seis filhos: o primogénito, Diogo Pires Carneiro (m. 1515¹¹³), Afonso Carneiro, Martim Carneiro, João Pires Carneiro, Gomes Carneiro e Isabel Carneiro¹¹⁴.

Diogo Carneiro foi criado da duquesa D. Isabel de Viseu, serviu o duque de Bragança, D. Fernando, “desde moço”¹¹⁵ até se casar com Maria Vieira, filha do mercador Lopo Vieira¹¹⁶, ocupou vários cargos na governação da cidade¹¹⁷. No que se refere a propriedade urbana, sabemos que no ano de 1528 Maria Vieira residia na Rua dos Mercadores¹¹⁸.

O casal teve oito filhos, sendo o primogénito Martim Carneiro¹¹⁹, seguindo-se Pantaleão Carneiro, cavaleiro da casa de Bragança¹²⁰, escrivão da câmara em 1548¹²¹,

¹⁰⁸ Foi numa armada do general D. António de Alarcão, contra a vontade do pai, tendo levado 96 mil reais, uma abotoadura e um trecelim de ouro. BNP, ALB, ANTT, cx. 19, doc. 17.

¹⁰⁹ BNP, ALB, ANTT, cx. 19, doc. 17.

¹¹⁰ Casado com Ana do Amaral, filha de João Soares do Amaral e de Sebastiana Vieira, e bisneta de Baltasar Delgado, a qual trará à família diversos bens vinculados, nomeadamente os de Roque Tavares do Amaral (escrivão da câmara do Bispo de Coimbra, D. João Soares), seu avô paterno e de Gaspar Monteiro (procurador de João de Valadares Carneiro) seu avô materno. Fundou uma capela na Sé do Porto que ostentava o seu brasão (um xadrez com dois carneiros) e um letreiro: “Aqui jaz Luís de Valadares Carneiro, fidalgo da casa de S. Majestade, cavaleiro comendador da Ordem de Cristo, ano de 1681”. A família continuou com a descendência deste: o seu filho João Valadares Carneiro, casado com Margarida Machado da Silva Sotomaior, terá uma filha, Mariana Luísa de Valadares, que casará com Francisco Furtado de Mendonça Meneses. O filho destes, João Manuel de Meneses, casará com Maria Rosa Meneses e serão os avós de Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira em 1820. BNP, ALB, Enc., pac. 1, n.º 059, cx. 1, cap. 6; Roma, pac. 81, n.º 091, cx. 81A, cap. 3; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 209.

¹¹¹ Encontra-se sepultado em S. Francisco junto ao altar dos reis. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – “Diogo Lourenço e Gil Carneiro – a propósito da antiga casa n.1 da Rua Escura”. *O Tripeiro*. Porto. Ano II, n.º 7, (1946), p. 155.

¹¹² BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 35.

¹¹³ BNP, ALB, Roma, cx. 81A, cap. 1, doc. 2.

¹¹⁴ BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, quadro Carneiros III.

¹¹⁵ BNP, ALB, Roma, pac. 60, n.º 007, cx. 60A, doc. 2, fl. 22-37.

¹¹⁶ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”..., p. 159.

¹¹⁷ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”..., p. 131.

¹¹⁸ BNP, ALB, Enc., pac. 42, mç. 95, cx. 42B, cap. 4.

¹¹⁹ À data de morte de seu pai tinha 27 anos. BNP, ALB, Roma, cx. 81A, cap. 1, doc. 2.

¹²⁰ BNP, ALB, Enc., pac. 44, mç. 137, cx. 44A, cap. 2.

¹²¹ VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de – *Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada apresentada à p. 37.

juiz dos direitos reais e das dízimas do pescado no Porto¹²², e guarda mor da saúde em 1551¹²³. Este casou, cerca de 1529, com Filipa Moreira¹²⁴. Do seu património imobiliário, sabemos que em 1528 habitava uma casa na Rua dos Mercadores (que a sua mãe lhe havia dotado com reserva de usufruto, casa que era foreira à conezia do Abade de Paranhos¹²⁵), que no mesmo ano emprazou umas casas com eixido que havia comprado na Rua Chã¹²⁶, e que tinha umas casas na Ribeira, que sua mulher trouxera em dote¹²⁷. Dos restantes sete irmãos de Pantaleão Carneiro, serão as irmãs que irão estabelecer casamentos com elementos de diversas famílias das elites do Porto: Inês Carneira com Francisco de Figueiroa¹²⁸, Leonor Carneira com João Álvares de Pamplona¹²⁹, Beatriz Carneira com Fernão Soares de Albergaria¹³⁰, Isabel Carneira com João Álvares Riscado, Maria Carneira, com Diogo Garcez¹³¹.

Do vasto património imobiliário da família¹³², para além de propriedade urbana nas ruas que a família Machucho também ocupou (Congostas, Chã, Ribeira), destacamos a sua implantação na, então, recente rua das Flores, rasgada por ordem de D. Manuel no início do século XVI, rua mais larga e rectilínea e tornada zona enobrecida da cidade, onde vão habitar as elites urbanas¹³³.

¹²² BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 694.

¹²³ SOARES, Edite Rute dos Santos Bentos – *O concelho portuense em 1551*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada, p. 86.

¹²⁴ Em 1537 estava casado com Leonor Fajoa. BNP, *ALB, Enc.*, pac. 42, mç. 1, cx. 42, cap. 2; pac. 44, mç. 137, cx. 44 A, cap. 2.

¹²⁵ BNP, *ALB, Enc.*, pac. 42, mç. 95, cx. 42B, cap. 4.

¹²⁶ BNP, *ALB, Roma*, cx. 70, cap. 3.

¹²⁷ BNP, *ALB, Enc.*, cx. 42, cap. 2.

¹²⁸ Procurador da cidade em 1534, o casal teve vários filhos, entre os quais: Ana Carneiro, instituidora de morgadio em conjunto com sua mãe, em 1592 e Cristóvão de Figueiroa, aio de D. João I, duque de Bragança, faleceu solteiro em 1574. BNP, *ALB, Enc.*, pac. 1, mç. 59, cx. 1, cap. 4; *Roma*, cx. 58A, doc. 44, fl. 293-295; BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 104.

¹²⁹ João Álvares Pamplona, vereador em 1537, filho de João Álvares e de Maria Vaz Pamplona (instituidores de uma capela na igreja de S. Domingos do Porto em 1525), irmão de Gonçalo Álvares Pamplona, procurador da cidade do Porto em 1513 e neto de Álvaro Afonso Dinis, vereador no Porto em 1428. Casou com Leonor Carneiro, da qual teve cinco filhos: Gaspar Pamplona, vereador nos anos de 1559, 1566 e 1576; Baltazar Carneiro; Beatriz Carneiro Pamplona; Maria Carneiro, instituidora em 1542 de uma capela com o vínculo de sua terra de umas casas que seu pai fizera na Rua dos Mercadores (que deixou em sucessão a seu irmão Gaspar, e por morte deste foi entregue a João de Valadares Carneiro, seu primo, em 1580) e uma outra filha (de identidade desconhecida) casada com Jorge Pires de Altaro. BNP, *ALB, Enc*, pac. 1, mç. 59, cx. 1, cap. 5; GAYO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. t. XXII. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Afonso, 1940, pp. 76-77; MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal)*. Tomo III, Vol. I, Porto: Livraria Fernando Machado, 1945, pp. 52-55.

¹³⁰ Pela partilha, em 1536, dos bens do casal entre os seus filhos, sabemos que residiam na Rua dos Mercadores e que possuíam “um pano de armar velho com figuras”. BNP, *ALB, Roma*, cx. 60A, doc. 4, fl. 69-80.

¹³¹ Boticário na cidade, instituíram uma capela em S. Francisco no ano de 1542. BNP, *ALB, Enc*, pac. 44, n.º 137, cx. 44A, cap. 1; *Roma*, pac. 81, n.º 091, cx. 81A, cap. 1, doc. 2.

¹³² Veja-se mapa no final do artigo.

¹³³ AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI...*, p. 119; DUARTE, Luís Miguel e AMARAL, Luís Carlos – “Os homens que pagaram a Rua Nova. Fiscalidade, sociedade e organização territorial do Porto quatrocentista”. *Revista de História*. Porto. Vol. VI, (1985), pp. 7-96; OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço*

Em súmula, alguns elementos masculinos pertencentes à família Valadares estiveram ligados às casas de Bragança e Viseu, tendo-se implantado no Porto, onde ocuparam cargos na vereação da cidade. Os mesmos consorciaram-se matrimonialmente, em finais do século XV com a acima referida família Machucho e na segunda metade do século XVI com elementos da família Carneiro, a qual por sua vez já se encontrava ligada aos Machucho desde meados do século anterior. Verificamos assim que as alianças matrimoniais estabelecidas pelos Valadares e Carneiro tiveram um caracter endogmico e que constituíram uma forma de manuteno de poder e não dispersão da fortuna familiar alcançada num evidente processo de ascensão social. Por outro lado, e como notou Pedro de Brito¹³⁴, a família Carneiro foi a que gerou o maior número de ligaes matrimoniais entre as famílias com maior importância social do Porto nos finais do século XV-XVI, cidade onde os seus membros desempenharam vários cargos concelhios, o que lhes proporcionou grande influência a nível social e económico. Valadares, Carneiros e Machuchos estão ainda unidas pelo facto de vários dos seus elementos terem instituído vínculos em diversos mosteiros da cidade, os quais foram transmitidos aos familiares, nomeando testamenteiros entre as famílias, o que demonstra uma clara percepo de preservao da memória familiar.

6. Os Delgado.

No que se refere a esta família, a primeira notícia no ALB refere-se ao testamento de Margarida Afonso realizado em 1532¹³⁵, casada com Egas Vaz, cidadão do Porto, mercador, morador na Rua Ch, que desempenhou vários cargos camarrios¹³⁶. Através do seu testamento sabemos que teve pelo menos uma filha, casada com João Delgado¹³⁷, fidalgo da casa do infante D. Fernando¹³⁸, que foram os pais de Baltasar Delgado (fl. 1526-1592¹³⁹), João de Sousa (m. 1536), mercador¹⁴⁰ e Pedro de Sousa (m. 1533¹⁴¹), a quem Margarida Vaz, av dos mesmos, deixou um legado¹⁴².

urbano do Porto. Condies naturais e desenvolvimento. 1 vol. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 1973, pp. 243-245.

¹³⁴ BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 36.

¹³⁵ Egas Vaz é o segundo marido de Margarida Afonso. BNP, ALB, Roma, pac. 58, n.º 002, cx. 58A.

¹³⁶ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”..., p. 134.

¹³⁷ BNP, ALB, Roma, pac. 58, n.º 002, cx. 58A.

¹³⁸ Filho de D. Manuel I. Para além do serviço a este rei e a seu sucessor em Safim, serviu às ordens do Duque de Bragança na tomada de Azamor, com o Duque de Linhares, D. António de Noronha, em Mamora, no ano de 1515. BNP, ALB, Roma, pac. 58, n.º 001; cx. 58, fl. 669, 671-676.

¹³⁹ BNP, ALB, Roma, pac. 58, n.º 002, cx. 58A, fl. 411-416; pac. 60, n.º 007, cx. 60A, fl. 685.

¹⁴⁰ Faleceu na ilha das Flores, cerca de 1536. BNP, ALB, Roma, pac. 60, n.º 007, cx. 60A.

¹⁴¹ Residia na ilha das Flores, onde faleceu, cerca de 1533. BNP, ALB, Enc., pac. 1, m. 59, cx. 1, cap. 7.

¹⁴² BNP, ALB, Roma, pac. 60, n.º 007, cx. 60A, fl. 700-707.

Baltasar Delgado, cidadão do Porto, bacharel e advogado e morador na Rua das Flores, foi confrade e tesoureiro na Misericórdia do Porto em 1575-1576 e seu provedor em 1581-1582¹⁴³. Cerca de 1526¹⁴⁴ casou com Isabel Eanes de Brito (fl. 1569-1576¹⁴⁵), com a qual teve vários filhos: o primogénito, Baltasar Delgado, o moço¹⁴⁶; António Delgado, jesuíta no Colégio do Espírito Santo em 1578¹⁴⁷; Ana Delgado, que casou com Roque Tavares do Amaral em 1569¹⁴⁸; Maria Delgado (fl. 1552-1553) e Laura Delgado (fl. 1552-1553), freiras em S. Bento do Porto¹⁴⁹; Joana Delgado (fl. 1563), freira em Santa Clara¹⁵⁰; Isabel Delgado. Teve ainda um outro filho, Gaspar Delgado, que pelo testamento do pai de 1592, sabemos que havia cerca de 36 anos que tinha ido para as Índias de Castela e nunca mais deu notícias¹⁵¹. O casal possuía propriedade rural na ilha Terceira¹⁵² e no continente várias propriedades urbanas no Porto, nomeadamente na Rua de Congostas¹⁵³, na Rua das Flores¹⁵⁴, na Rua da Reboleira¹⁵⁵ e na Rua da Biquinha¹⁵⁶. Após a morte de Baltasar Delgado, ocorrida a 22 de Setembro de 1592¹⁵⁷, algumas destas propriedades urbanas foram transmitidas em legado testamentário ao seu filho

¹⁴³ Serviu ainda o rei em Mazagão e Tânger. BNP, *ALB, ANTT*, pac. 29, cx. 1, doc. 1252; *Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 671-676; BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia...*, vol. I, p. 404, 415, 420-422.

¹⁴⁴ BNP, *ALB, Roma*, pac. 60, n.º 006, cx. 60, fl. 253-256.

¹⁴⁵ BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 002, cx. 58A, fl. 408-410.

¹⁴⁶ Baltasar Delgado (fl. 1598-1607) serviu o rei nas armadas das ilhas, desempenhou o cargo de almotacé no ano de 1554 e de procurador da cidade em 1553. Casou com Susana Soares, filha de Cristóvão Gonçalves Peixoto e Mécia Vaz Soares. No Porto o casal possuía várias casas nas ruas da Fonte da Ourina, junto à Porta do Olival, nas Congostas, para além de possuírem outras propriedades fora da cidade: um prazo em Boelhe, um couto em Entre-os-Rios, o casal do Outeiro e um casal em Fânzeres. BNP, *ALB, Enc.*, pac. 1, mç. 59, cx. 1, cap. 7; pac. 26, cx. 26A, cap. 1; pac. 42, mç. 95, cx. 42B, cap. 4; *Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 671-676; pac. 58, n.º 002, cx. 58A, fl. 402-407; pac. 70, n.º 048, cx. 70, cap. 4; pac. 83, n.º 099, cx. 83 III, cap. 2; pac. 108, n.º 169, cx. 108, cap. 3. BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista...*, p. 206; MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana...*, t. III, v. I, p. 363.

¹⁴⁷ Data em doou o que lhe pertencia da legítima de sua mãe a Maria e Joana Delgada, suas irmãs. BNP, *ALB, Roma*, pac. 60, n.º 006, cx. 60, fl. 370-373 e 381-390.

¹⁴⁸ Em 1589 o casal subenfiteticou umas casas na rua das Congostas. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 002, cx. 58A; pac. 83, n.º 099, cx. 83 III, cap. 2.

¹⁴⁹ BNP, *ALB, Roma*, pac. 60, n.º 006, cx. 60, fl. 257-267.

¹⁵⁰ BNP, *ALB, Roma*, pac. 60, n.º 006, cx. 60, fl. 211-214.

¹⁵¹ BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 002, cx. 58A, fl. 413.

¹⁵² Uma fazenda e 200 ovelhas. 1551. BNP, *ALB, Enc.*, pac. 1, mç. 59, cx. 1, cap. 7.

¹⁵³ Emprazada em 1533. Em 1563 deu licença a Marcos Gonçalves, sapateiro, para poder vender uma casa (a mesma?) com eixido nessa rua, a Manuel Gonçalves, sapateiro. Para além desta trazia, em 1571, uma casa aforada ao rei, na mesma rua. BNP, *ALB, Roma*, pac. 70, n.º 048, cx. 70, cap. 3; pac. 83, n.º 099, cx. 83 III, cap. 1 e 2.

¹⁵⁴ Em 1537 trazia emprazado de Diogo da Cunha e Maria Aranha, um pardieiro com portas e eixido, cujo directo senhorio era o Bispo do Porto. Mais tarde as casas pertencerão a João de Valadares Carneiro. BNP, *ALB, Roma*, pac. 70, n.º 048, cx. 70, cap. 3.

¹⁵⁵ Compradas em 1553 a Gaspar Fernandes, morador no Porto. BNP, *ALB, ANTT*, pac. 148, cx. 19.

¹⁵⁶ Arrematadas em 1588 e subenfiteticadas em 1590. BNP, *ALB, Enc.*, pac. 42, mç. 1, cx. 42, cap. 1.

¹⁵⁷ Foi sepultado junto ao esteio, acima do altar de Nossa Senhora da Silva, na Sé do Porto. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 002, cx. 58A, fl. 411-416.

Baltasar Delgado de Abreu, nomeado seu herdeiro e testamenteiro, como a casa da Rua das Flores e a da Rua da Biquinha¹⁵⁸.

A existência, quer de documentação relacionada com a detenção de património urbano, quer com documentação de carácter particular, como diversas cartas de quitação¹⁵⁹, cadernos de apontamento de dívidas¹⁶⁰ ou ainda de cadernos de apontamentos de despesas com familiares¹⁶¹ e outras, comprova a utilização corrente e práticas de conservação de documentação por parte de Baltasar Delgado, e que chegaram aos nossos dias, decorrente das suas relações familiares e da sua atividade como advogado e responsável de vários cargos na Misericórdia do Porto. Com efeito, o exercício destas atividades proporcionaram à família a manutenção de um certo estatuto socioeconómico, que lhe garantiu a realização de ligações matrimoniais, para si e seus descendentes, com famílias da mesma categoria social e a designação de cargos na administração da cidade para o seu primogénito. Quanto aos filhos segundos, alguns foram encaminhados para a vida militar e outros para a eclesiástica, dispersos por várias congregações – jesuítas, clarissas, beneditinas.

7. Conclusão.

Concluimos por este estudo que as famílias das elites urbanas do Porto aqui elencadas apresentam um conjunto de sinais identitários comuns: o estatuto económico e social – a fortuna da família Machucho parece dever-se ao cargo de contador da cidade e aos benefícios eclesiásticos, como o de chantre da sé, ligando-se à família França, de origem mercantil; a família Valadares, ligada às casas de Bragança e Viseu implantou-se no Porto, onde os membros do sexo masculino ocuparam cargos importantes na vereação da cidade, ligou-se por via matrimonial à família Machucho e já na segunda metade do século XVI com elementos da família Carneiro. Esta foi a família em torno da qual se gerou o maior número de ligações matrimoniais entre as famílias com maior importância social do Porto nos finais do século XV-XVI, cidade onde desempenharam vários cargos concelhios, o que lhes proporcionou grande influência a nível social e económico. Estas famílias estabeleceram relações familiares entre si, por via

¹⁵⁸ BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 002, cx. 58A, fl. 411-416. Veja-se mapa no final do artigo.

¹⁵⁹ 1543, 1555 e 1584. BNP, *ALB, Roma*, pac. 113, n.º 184, cx. 113 A, cap. 1; pac. 110, n.º 174, cx. 110, cap. 3 e *ANTT*, pac. 29, cx. 1, doc. 1250, respectivamente.

¹⁶⁰ Livro de apontamento de dívidas de Baltasar Delgado. 1567-1577. BNP, *ALB, Roma*, pac. 104, n.º 159, cx. 104, cap. 5.

¹⁶¹ “Livro dos dotes que tenho dado a minhas filhas freiras e o que gasto com elas para levarem em conta”. 1552-1590. BNP, *ALB, Roma*, pac. 106, n.º 165, cx. 106 A, cap. 4.

de casamentos, por vezes endogâmicos, num evidente processo de ascensão social. Une-as também o facto de vários dos seus elementos terem instituído vínculos em diversos mosteiros da cidade, os quais foram transmitidos aos seus familiares, nomeando testamenteiros entre as famílias, o que demonstra uma clara percepção de preservação da memória familiar. Para essa preservação em muito contribuiu também a criação de documentação e a sua conservação em arquivo. Os documentos acompanharam não só as heranças, mas também os dotes matrimoniais. A preservação documental dos arquivos nas famílias que os criaram fez com que estas e os seus elementos possam agora ser melhor conhecidos, com recurso aos documentos por si produzidos e conservados, o que nos permite descobrir novos dados e renovar o conhecimento que já tínhamos deles, até aqui apenas possível com recurso aos acervos “institucionais”. Estas fontes permitem-nos conhecer o seu património móvel e imóvel, e no caso deste, perceber a propriedade urbana, como uma pública forma de poder e através dela, sentir a evolução da cidade.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital do Porto

Convento de S. Francisco, livro 1.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Pergaminhos, liv. IV.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelarias régias

Chancelaria de D. João III – livros 19, 22, 39, 55 e 56.

Arquivo do Arquivo, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo

Lencastre Bastos.

Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 329, proc. 274.

Biblioteca Nacional de Portugal

Processo compra Almada Lencastre Basto, pasta única.

Arquivo Almada e Lencastre Bastos

ANTT – caixas 1 e 19.

Encarnação – caixas 1, 9, 26, 26 A, 27 I, 32, 40, 42, 42 B, 44 A e 51 B.

Avenida de Roma – caixas 58, 58 A, 59, 60, 60 A, 69, 70, 70 A, 74, 81 A, 83 III, 86 A, 104, 106 A, 108, 110, 111 A, 113 A e 116.

Fontes impressas

AMARAL, Luís Carlos; SILVA, Maria João Oliveira e (Org.) – *Pergaminhos de uma colecção particular*. Porto: CITCEM, Afrontamento, 2016.

CONCEIÇÃO, Pedro da – *Allegaçam practica, & juridica sobre a posse, e successam do titulo, e Casa da Feira, contra os senhores procuradores da coroa, & infantado, a favor de D. Alvaro Pereyra Forjaz Coutinho*. Lisboa Occidental: na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo, 1720.

GAYO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. t. XXII, Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1940.

MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal)*. 12 vols. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-1498.

“Vereações”. *Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. Porto: Câmara Municipal – Gabinete de História da Cidade, 1937.

“Vereações”. *Anos de 1401-1449*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980.

Estudos

AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2000.

BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. vol. I. Porto: SMCP, 1997.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. [s. l.]: Edição de autor, 2013.

BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*, Porto: Câmara Municipal e Arquivo Histórico, 1997.

BRITO, Pedro de – “As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno”. In CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (Org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS, Universidade de Évora / Universidade de Múrcia, 2010, pp. 193-216.

CARVALHO, Andreia Martins de e PINTO, Pedro – “Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. *Anais de História de Além Mar*. Lisboa. vol. XIII (2012), pp. 221-332.

COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XVI, Nº 61-62, (1980), pp. 111-131.

- COELHO, Maria Helena da Cruz – “A escrita no mundo urbano”. *História (São Paulo)*. São Paulo. Vol. 34, nº 1 (2015), pp. 16-34.
- COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – “Vereação” e “Vereadores”. *O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal, 1993.
- COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *Projeção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, Tese em Ciências Sociais e Humanas, policopiada.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”. In CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (Org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS, Universidade de Évora / Universidade de Múrcia, 2010, pp. 47-75.
- Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^e-XXI^e siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010.
- DE VIVO, Filippo – “Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650)”. *Archival Science*. [Em linha]. Vol. 10, Nº 3, (2010), pp. 231-248.
- DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – “Os homens que pagaram a Rua Nova. Fiscalidade, sociedade e organização territorial do Porto quatrocentista”. *Revista de História*. Porto. Vol. VI, (1985), pp. 7-96.
- DUARTE, Luís Miguel – “Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamadour de 1498”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coord.) – *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, pp. 167-182.
- DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo 1459-1481*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, policopiada.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias – “Ministros do Conselho Geral do Santo Ofício”. *Memória. Revista anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa. Nº 1, (Abril de 1989), pp. 101-163.

- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – “Diogo Lourenço e Gil Carneiro – a propósito da antiga casa n.1 da Rua Escura”. *O Tripeiro*. Porto, Nº 7, Ano II, (1946), pp. 154-155.
- FUENTE, Francisco de la – *D. Miguel Pereira Forjaz, O organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.
- GAGO, Alice Borges – “Serving the Counts of Feira in the 19ths: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge”. In ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (Eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, pp. 83-88, 150, 162-163.
- GARCÍA ASER, Rosario e LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – “Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista”. In ANDÚJAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J. P. (Coord.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. [Almería]: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, pp. 139-210.
- HEAD, Randolph C. – “Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe”. *Archival Science*. [Em linha]. Vol. 7, Nº 4, (2007), pp. 317-329.
- LEITE, António Pedro de Sousa – “Francisco da Rua, feitor de Portugal em Flandres”. *Armas e Troféus*. Lisboa. III série, Tomo VI, nº 2 (1977), pp. 170-176.
- MACHADO, Maria de Fátima – *O central e o local. A vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Porto: Afrontamento, 2003.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

- MARTINS, Lígia de Azevedo; SILVA, Ana Cristina de Santana; FERREIRA, Teresa Duarte – “O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, pp. 523-533.
- MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades de Braga e Porto (séculos XIV a XVI)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord.) – *História da construção – os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 99-128.
- MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. 2 vols. Braga: Universidade do Minho, 2009, Tese de Doutoramento em História – Área de Conhecimento Idade Média, policopiada.
- MORSEL, Joseph – “En guise d’introduction: les chartriers entre ‘retour aux sources’ et déconstruction des objets historiques”. *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIII^e-XXI^e siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 9-34.
- MORSEL, Joseph – “Du texte aux archives: le problème de la source”. *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre. BUCEMA* [Em linha]. Hors-série n.º 2, (2008), pp. 1-26. <http://journals.openedition.org/cem/4132> [consultado em 21 Dezembro 2017].
- MORSEL, Joseph. – “Sociogenèse d’un patriciat: La culture de l’écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500”. *Histoire Urbaine*. Paris. Vol. 35, (Décembre 2012), pp. 83-106.
- NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo. Representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Gijón: Trea, 2003.
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016, Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica.

- OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. 2 vols. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 1973.
- PÁSCOA, Marta – *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. S. l.: Fundação Casa de Bragança, 2015.
- PINTO, Pedro – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, pp. 307-341.
- RAU, Virgínia – “Os Brandões do Porto. Uma fortuna do século XV”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. Vol. XXII, fasc. 3-4, (Set. Dez. 1959), pp. 654-684.
- REGO, Rogério de Figueiroa – “Soldados da Índia séc. XVI – Notícias genealógicas e biográficas”, *Ethnos, revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. Lisboa. Vol. II, (1942), pp. 141-194.
- RODRIGUES, Abel, SILVA, Armando Malheiro da – “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, pp. 597-650.
- ROSA, Maria de Lurdes – “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Vol. 9, (2009), pp. 9-42.
- ROSA, Maria de Lurdes – “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, pp. 571-596.

- ROSA, Maria de Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. XXX, (2017), pp. 547-586.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – “A fundação de capelas no Convento de S. Francisco do Porto: devoção e memória”. In *Os Franciscanos no mundo português. III. O legado franciscano. Actas do VI seminário internacional Luso-Brasileiro (Ponte de Lima, 4 a 6 de outubro de 2012)*. Porto: CEPES, 2013, pp. 464-465.
- SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula – *A rua nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, Dissertação em História Medieval e do Renascimento, policopiada.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória”. In ROSA, Maria de Lurdes (Org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, 2012, pp. 449-462.
- SILVA, Armando Malheiro da – “Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, 1997, pp. 51-106.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. 2 vols. Porto: Câmara Municipal, 1988.
- SILVA, Innocencio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. X, Lisboa: 1883.
- SILVA, José Martins da – “Vila Nova de Souto de El Rey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de)”. *Revista de Ex-Libris Portugueses*. Porto. Vol. 10, (1917), pp. 146-152.
- SOARES, Edite Rute dos Santos Bentos – *O concelho portuense em 1551*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)”. In *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 27-33.
- SOUSA, Maria João d’Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica.
- VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de – *Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548*. Porto: 2001. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil, bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 2ª ed. 3 Vols. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989, pp. 516-517.

Un planteamiento inicial para el estudio de las alcaicerías en ciudades secundarias del Reino Nazarí *El caso de Guadix y Baza*

*María del Carmen Jiménez Roldán*¹

Resumen

Este texto presenta dos ejemplos, Guadix y Baza, ciudades de segundo rango en el Reino Nazarí, pero de las que, gracias a las descripciones de los autores árabes, sabemos que jugaban un destacado papel en el entramado comercial del reino. Tanto es así, que en alguna ocasión se ha planteado la existencia de una posible alcaicería en cada una de estas ciudades.

La importancia de las alcaicerías como espacios de comercio ha sido ya tratada. Sabemos que eran espacios propiedad de los reyes nazaríes. Tras la conquista del reino siguieron manteniendo esta importancia, aunque tan solo las de las tres ciudades principales del reino: Granada, Almería y Málaga. Poco es lo que conocemos de estos espacios en ciudades de menor tamaño.

El objetivo de este texto es revisar que se ha escrito hasta el momento sobre las mencionadas alcaicerías de Guadix y Baza y plantear las líneas de trabajo para conocerlas más a fondo.

Palabras clave

Alcaicerías; ciudades; Granada; Guadix; Baza.

¹ Universidad de Granada.

An initial approach for the study of the alcaicerías in secondary cities of the Nazari Kingdom. The case of Guadix and Baza.

Abstract

This text presents two examples, Guadix and Baza, cities of second rank in the Nazari Kingdom, but of which, thanks to the descriptions of the Arab authors, we know that they played an outstanding role in the commercial fabric of the kingdom. So much so, that on some occasion has been raised the existence of a possible alcaicería in each of these cities.

The importance of the alcaicerías like spaces of commerce has already been treated. We know that they were spaces owned by the Nasrid kings. After the conquest of the kingdom they continued maintaining this importance, although only those of the three main cities of the kingdom: Granada, Almeria and Malaga. Little is what we know of these spaces in smaller cities.

The objective of this text is to review what has been written so far about the mentioned alcaicerías of Guadix and Baza and propose the lines of work to know them more thoroughly.

Keywords

Alcaicerías; cities; Granada; Guadix; Baza.

1. Introducción.

En la configuración urbana de cualquier ciudad islámica encontraremos multitud de espacios comerciales y artesanales. Entre esos espacios destacan una serie de áreas de mayor complejidad tanto formal como institucionalmente hablando. Esas otras áreas son las alhóndigas, cuyo análisis fue brillantemente realizado por Remie Constable² y las alcaicerías, de las que contamos con el ya clásico artículo de Torres Balbás sobre las mismas³ y del que poco más se ha avanzado⁴, pese a tener noticias

² REMIE CONSTABLE, Olivia – *Housing the Stranger in the Mediterranean World: Lodging, Trade and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

³ TORRES BALBAS, Leopoldo – “Alcaicerías”. *Al-Ándalus*. Madrid. Nº XIV, (1949), pp. 431-455.

⁴ CARRIAZO RUBIO, M^a del Carmen – “Una frontera dentro de la ciudad: comercio y convivencia en la alcaicería”. In TORO CEBALLOS, Francisco; RODRÍGUES MOLINA, José (Coords.) – *III Estudios de frontera. Convivencia, Defensa y Comunicación en la Frontera*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2000. pp. 203-217. CARRIAZO RUBIO, M^a del Carmen – “Las alcaicerías de Sevilla: Evolución y pervivencia de un espacio islámico”. In *Andalucía Medieval: actas del III Congreso de Historia de Andalucía*. Córdoba: Publicaciones obra social y cultural Cajasur, 2003. pp. 139-152.

de bastantes alcaicerías a lo largo de la historia de al-Ándalus (Sevilla, Granada, Córdoba, Jaén, Málaga, Almería, Vélez-Málaga, Jerez de la Frontera, Valencia, Palma de Mallorca, Toledo, Calatayud, Cuenca, Huesca, Teruel y Zaragoza).

Comenzaremos por realizar una breve definición sobre el término alcaicería así como las principales características que de este espacio conocemos. Este breve análisis queremos realizarlo desde dos perspectivas diferentes: una formal-descriptiva ciñéndonos al espacio en sí, y otra como institución, es decir, definiendo el papel económico que jugaba esta área dentro de los diferentes espacios comerciales y artesanales.

Resulta complicado conocer la procedencia del término alcaicería. Si seguimos a Torres Balbás encontramos que la palabra “*deriva de un adjetivo griego que dio origen al latino Caesareae, a través del bizantino Kaisareia, abreviación de mercado imperial o cesáreo, institución de Estado, a diferencia del fundaq, propiedad con frecuencia de particulares*”. También destaca el hecho de que algunos autores hayan señalado la influencia que esta edificación tiene de la gran basílica cubierta y cerrada fundada por un emperador romano en Antioquía, así como otra semejante en Alejandría⁵.

Ya sea de origen griego o romano, la alcaicería en el mundo islámico se trató del espacio comercial por excelencia. Urbanísticamente este espacio adoptó diferentes formas. Gran parte de los primeros ejemplos son edificios de planta cuadrangular o rectangular con patio central. Constituye un gran problema definir concretamente en cuanto a su uso estas primeras edificaciones del islam porque el repertorio arquitectónico era limitado (la forma mencionada) lo que dificulta no solo la diferenciación dentro de las tipologías de edificios con una actividad económica concreta sino que incluso cuesta diferenciar entre las edificaciones con un carácter económico o no, o si esa edificación es privada o pública⁶. En otras ocasiones la alcaicería se ha identificado en una calle, como es el caso de las alcaicerías por Mu’awiya (661-680) la Dar al-Nuqsan y la Dar al-Qatiran, ambas se caracterizan por ser dos edificios dotados de pórticos/soportales⁷. Y, por último, también podía constituir un barrio comercial formado por un conjunto de calles a la que se abrían multitud de pequeñas tiendas, ejemplificado en el caso de al-Ándalus en la alcaicería granadina.

En general ya adopte una forma o otra, la alcaicería se caracteriza por ser un espacio comercial céntrico (generalmente lo encontramos en los alrededores de la mezquita mayor), cerrado y vigilado debido a ser el lugar de almacenamiento

⁵ TORRES BALBAS, Leopoldo – “Alcaicerías...”, p. 431.

⁶ REMIE CONSTABLE, Olivia – *Housing the Stranger...*, pp. 53-55.

⁷ CHALMETA, Pedro – *El zoco medieval. Contribución al estudio de la historia del mercado*. Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes y Fundación Cajamar, 2010, pp. 187-196.

y venta de productos de lujo (seda, lino, alfombras, tejidos bordados, pieles, especias, metales preciosos, etc.). Esta última característica ha sido utilizada como el elemento diferenciador entre este espacio comercial y cualquier otra agrupación de tiendas que se pudiera dar en cualquier ciudad islámica. Sin embargo me gustaría incidir más en que ese aspecto diferenciador no solo se debe a que estas mercancías se almacenaban y comerciaban en este espacio, sino que también en el interior del mismo se encontraban las aduanas de las respectivas mercancías, por lo que debemos añadir la condición fiscal de este espacio como el verdadero carácter diferenciador con respecto a otros espacios comerciales.

Esta condición fiscal la podemos observar en uno de esos autores que líneas más arriba comentábamos que vinculan el origen de la alcaicería al periodo romano: “...porque los romanos cuando conquistaron el África, tenían en cada ciudad una aduana donde recogían los géneros de comercio. Sucedió que durante los alborotos populares la muchedumbre se dirigía a robar los efectos preciosos de la aduana, y para remedio de esto un emperador de los césares mandó que en cada ciudad hubiese un lugar cerrado donde se encerrasen las mercaderías de la hacienda pública y las de los honrados comerciantes, a fin de que éstos tuviesen seguras sus propiedades”⁸. Este fragmento nos muestra como la alcaicería, o su precedente romano, fue creada como modo de protección de cierta aduana.

Reparemos brevemente el caso de Granada para observar las características mencionadas. Se trata de la alcaicería mejor conocida, ya que existen varios trabajos dedicados exclusivamente a la misma, como son, el ya mencionado de Torres Balbás así como los de Seco de Lucena⁹ o Garzón Pareja¹⁰, y otros más recientes como la memoria de licenciatura de Carriazo Rubio¹¹ o el libro de Garzón Cardenete¹².

Situada al sur de la mezquita mayor, en un amplio solar donde ya se han podido constatar actividades comerciales y/o artesanales desde el siglo XI, continuadas en época almohade y nazarí cuando Yusuf I creó la alcaicería¹³. Es un área con una forma predominantemente rectangular, que se encuentra dividida en dos mitades por la calle de los Sederos, también denominada como calle Real de

⁸ MADDOZ, Pascual – *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Tomo VIII. Madrid: Imprensa del Dicionário Geográfico-histórico de d. Pascual Madoz, 1847, p. 507.

⁹ SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “Notas de Arqueología granadina”. *Cuadernos de la Alhambra*. Granada. Nº 6, (1970), pp. 51-68.

¹⁰ GARZÓN PAREJA, Manuel – “Una dependencia de la Alhambra: la Alcaicería”. *Cuadernos de la Alhambra*. Granada. Nº 8, (1972), pp. 65-76.

¹¹ CARRIAZO RUBIO, M^a del Carmen – *La alcaicería de Granada. A propósito de la visita de Pedro de Arévalo en el año de 1552*. Memoria de Licenciatura. Sevilla, 2000.

¹² GARZÓN CARDENETE, Jose Luis – *Real sitio y fuerte de la Alcaicería de Granada*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2004.

¹³ MALPICA CUELLO, Antonio – “La expansión de la ciudad de Granada en época almohade. Ensayo de reconstrucción de su configuración”. *Miscelánea Medieval Murciana*. Murcia. Vol. XXV-XXVI, (2001-2002), pp. 67- 116, espec. p. 97.

la alcaicería o calle de los Reyes. Dicha calle se encontraba cerrada a ambos lados por dos de las nueve puertas de acceso con las que contaba este barrio, la del lado norte conocida como la puerta del Sagrario o de las Cadenas y en el extremo sur por la denominada como puerta de los Reyes (Fig. 1).

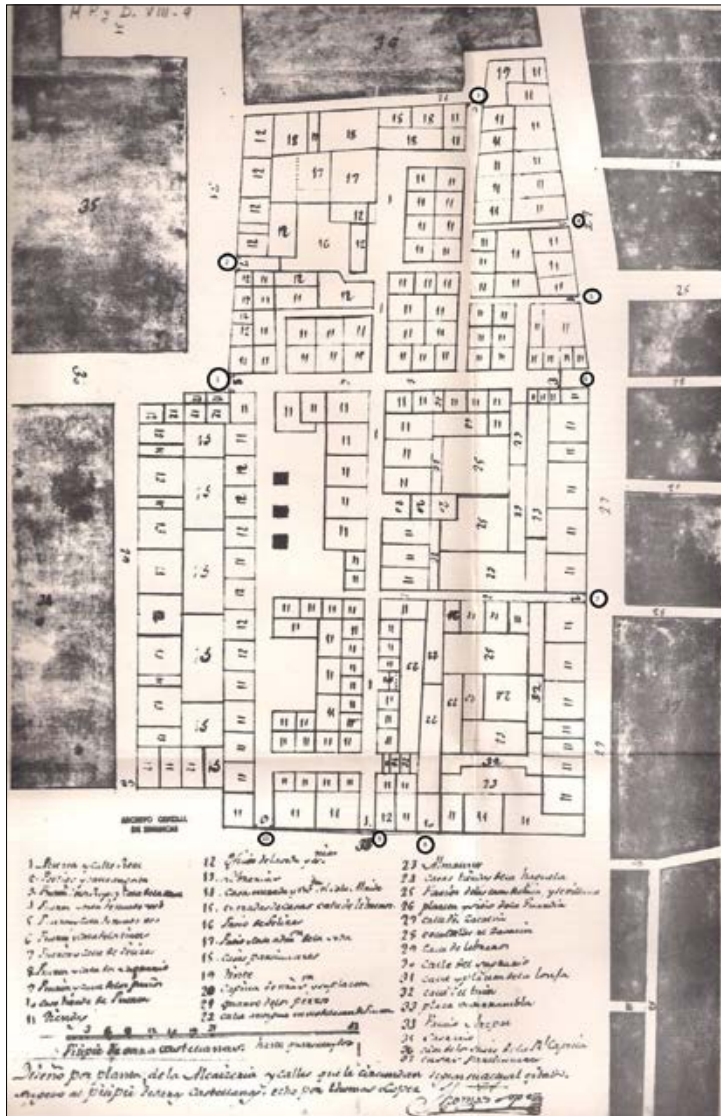


Fig. 1 – Plano de la alcaicería de Granada realizado por Tomás López – 1787 (SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – *La Granada Nazarí del siglo XV*. Granada: Patronato de la Alhambra, 1975, p. 65). Puertas: 1- del Sagrario, 2- de los Gelves, 3- de los Tintes, 4- de nuevo uso, 5- de nuevo uso, 6- de los Reyes, 7- Postigo y calle angosta, 8- casa-tienda de puerta, 9- Real, 10- de los Paños.

La parte que quedaba a oriente tenía tres puertas de acceso, cada una situada en uno de los lados (puerta de los Gelices, de los Tintoreros o del Tinte, de los Tapiceros y Alfombristas). Entrando por la mencionada puerta de los Gelices nos situamos en la calle y plaza del mismo nombre donde tenía su centro la actividad sedera. Así encontramos la aduana de la seda, una propiedad de unos 50 m² situada en el centro del espacio dedicado a esta actividad y rodeado de las tiendas destinadas a la venta del producto¹⁴. Junto a esta zona la especiería en la que ubicamos la aduana, una alhóndiga y varias tiendas en su entorno¹⁵. Sobre este área dedicada a la especias conocemos por la documentación del siglo XVI que había tiendas tanto en el interior como en el exterior de lo que era considerado el recinto de la alcaicería¹⁶. Como hemos podido observar al mencionar las puertas una de ellas recibía el nombre de tapiceros y alfombristas, por lo que es muy posible que esta actividad se encontrara en el interior del recinto.

En el extremo occidental de la alcaicería encontramos cuatro puertas que daban acceso al mismo (puerta de los Lineros y Traperos o puerta de los Paños, puerta Real o de la Mezquita y de los Quincalleros o casa-tienda de puerta, la cuarta era una puerta pequeña). De la primera de estas puertas partía una calle con los mismos nombres y que terminaba en la calle principal de la alcaicería, en su recorrido debemos situar en el margen izquierdo la guardia, el cuarto de los perros así como varios almacenes. En el margen derecho, en la parte superior debemos situar la actividad relacionada con el lino así como su aduana¹⁷ de características similares a las vistas para la aduana de la seda y, al igual que en los casos anteriores, rodeada de las tiendas dedicadas a la venta de este producto, en la parte inferior se encontraría la aduana y tiendas empleadas en la venta de paños¹⁸.

Por último y para terminar la descripción de este espacio poco sabemos de la actividad desarrollada en el área restante pero posiblemente aquí se situaban tanto los calceteros como los plateros.

Veamos ahora los otros casos.

¹⁴ FERNÁNDEZ GARCÍA, María Dolores – *La renta de la Hagüela*. Memoria de licenciatura. Granada: 1985. pp. 126-128. A.M.G., Lib 603, fol. 122v.

¹⁵ FERNÁNDEZ GARCÍA, María Dolores – *La renta...*, pp. 130-133.

¹⁶ SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – *La Granada Nazarí del siglo XV*. Granada: Patronato de la Alhambra, 1975, p. 68. FERNÁNDEZ GARCÍA, María Dolores – *La renta...*, pp. 130-133.

¹⁷ GALERA MENDOZA, Esther; LÓPEZ GUZMÁN, Rafael – *Arquitectura, mercado y ciudad. Granada a mediados del siglo XVI*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2003, p. 123.

¹⁸ FERNÁNDEZ GARCÍA, María Dolores – *La renta...*, p. 78.

2. Guadix.

Guadix es una ciudad situada en el altiplano granadino en la confluencia de las rutas que se dirigen por una parte hacia el Levante y desde el Valle del Guadalquivir hacia Almería. Esta ubicación como punto de encuentro de dos rutas destacadas, junto con la riqueza agrícola de la comarca de la que era y es centro, ha provocado que a lo largo de la historia esta ciudad tuviera un papel relevante comercial y económicamente hablando, especialmente durante el reino nazarí. Sin embargo la investigación no ha avanzado lo necesario en ese aspecto.

En la segunda mitad del siglo XV la ciudad se encuentra completamente configurada (**Fig. 2**). Contaba con una alcazaba situada en la zona más alta del recinto urbano, mezquita mayor, baños en la calle que unía la alcazaba con la mezquita, cementerio, dos recintos amurallados¹⁹, así como diversos espacios artesanales y comerciales.

Generalmente cuando acudimos a estudiar la ciudad islámica nuestro primer paso es la consulta del correspondiente repartimiento. Sin embargo en el caso de Guadix este se ha conservado solo en parte, debido a que el archivo municipal fue pasto de las llamas durante la Guerra Civil.

C. Asenjo Sedano en su momento realizó una tesis doctoral, utilizando los pocos documentos conservados de esta época²⁰ así como algunos provenientes del Archivo General de Simancas, en la cual hizo la reconstrucción de la ciudad islámica y las transformaciones realizadas tras su conquista. Precisamente en esta obra su autor afirma la existencia de una alcaicería en la ciudad a pesar de que ni en los documentos conocidos hasta el momento como las evidencias materiales nada decían²¹. Según este autor se ubicaría entre la mezquita mayor y la plaza de Bib-Almazan, dado que es el núcleo comercial de la ciudad, así como el hecho de que durante el repartimiento las tiendas de esta zona fueran otorgadas a personajes destacados de la nueva sociedad que comenzaba a habitar en la ciudad.

Partiendo de esta afirmación muchos investigadores han seguido defendiendo la existencia de una alcaicería en la medina accitana, sin avanzar en la investigación. Sin embargo, López de Coca pone en duda tal afirmación al no contar con base documental o material alguna²².

¹⁹ ASENJO SEDANO, Carlos – *Guadix la ciudad musulmana del siglo XV y su transformación en la ciudad neocristiana del siglo XVI*. Granada: Excelentísima Diputación Provincial, 1983, pp. 76-77.

²⁰ Parte de estos documentos fueron editados posteriormente por ESPINAR MORENO, Manuel; ÁLVAREZ DEL CASTILLO, M^a Angustias; GUERRERO LAFUENTE, M^a Dolores – *La ciudad de Guadix en los siglos XV y XVI (1490-1515)*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1992.

²¹ ASENJO SEDANO, Carlos – *Guadix la ciudad musulmana...*, pp. 80-81.

²² LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, José Enrique – “La seda en el reino de Granada (siglos XV y XVI)”. In *España y Portugal en las rutas de la seda. Diez siglos de producción y comercio entre Oriente y Occidente*. Barcelona: Servei de Publicacions Universitat Autònoma de Barcelona, 1996, pp. 33-57, espec. 42.



Fig. 2 – Plano de Guadix (RAYA PRAENA, Inmaculada; BURGOS JUÁREZ, Antonio; FERNÁNDEZ-ARAGÓN SÁNCHEZ, Ignacio; LIZCANO PRESTEL, Rafael; PÉREZ BAREAS, Cristóbal – *Carta Arqueológica municipal de Guadix*. Sevilla: Junta de Andalucía-Consejería de Cultura, 2003. p. 14).

Por otro lado recientemente se ha publicado un artículo de la profesora Adela Fábregas en la cual apunta a la posible existencia de la mencionada alcaicería. Mediante un elaborado razonamiento que deja abierto al surgimiento de futuras investigaciones que confirmen o desmientan sus ideas. Así la citada investigadora sitúa a Guadix dentro del entramado comercial que el reino nazarí, siendo uno de los mercados regionales que actuaban como “*bases de desarrollo de una cierta dinámica especulativa para la obtención de beneficios a gran escala*”²³. El ejemplo

²³ FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “El mercado interior nazarí: bases y redes de contactos con el comercio internacional”. *Hispania*. Vol. 77, Nº 255, (2017), pp. 69-90, espec. 78-79.

de Guadix es presentado como “base de operaciones del mercader extranjero y nodo articulador del mercado interior al servicio de la comunidad internacional”²⁴ si bien como la propia autora señala “hasta ahora las pruebas de esa faceta comercial de la ciudad de Guadix han permanecido ocultas”²⁵.

Siguiendo esta línea podemos aportar nuevos datos referentes a Guadix tanto como base de negocios internacional así como otros relativos a la citada alcaicería. En lo referente a los negocios de mercaderes extranjeros la investigación en el Archivo Municipal e Histórico de Protocolos Notariales de Guadix (A.M.H.P.N.G.) ha proporcionado una interesante información. Se mencionan cinco mercaderes de origen genovés: Felipe Çigala, Bartolomé de Vares, Jacome y Pedro Gentil y Tomás de Sevilla. El elevado número de referencias de los mismos en el primer volumen de protocolos notariales conservado (1496-1499) nos hacen pensar en la importancia que estos sujetos tuvieron en el desarrollo comercial de la ciudad²⁶. Su actividad se centra en la venta de textiles (pañós²⁷, frisas²⁸, terciopelos²⁹) así como de especias³⁰ (azafrán³¹) y cereales³², y en la compra principalmente de seda hilada³³, aunque también hay algunas menciones de lana³⁴. El hecho de que parte de estas mercancías pertenezcan al grupo que en la época era considerada de lujo como son los textiles o las especias nos hacen pensar en la posible existencia de un espacio donde realizar las transacciones de este tipo de objetos.

Por otro lado la información extraída de este primer volumen nos señala algunos de los detalles sobre cómo se producía el contacto entre los mercaderes genoveses y los productores de seda. Como ya se señalara en su momento³⁵

²⁴ FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “El mercado interior nazarí...”, p. 79.

²⁵ FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “El mercado interior nazarí...”, p. 80.

²⁶ Sin olvidar el carácter temporal que tenía la estancias de los mercaderes genoveses en la península ibérica. GIRÓN PASCUAL, Rafael María – *Las Indias de Génova: Mercaderes genoveses en el reino de Granada durante la Edad Moderna*. Granada: Universidad de Granada, 2012, Tesis doctoral (inérita), pp. 65-66. Disponible en: <http://0-hera.ugr.es.adrastea.ugr.es/tesisugr/21762168.pdf>

²⁷ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 2, fol. 1r, 7r; doc. suelto n° 3, fol. 10v; doc. Suelto n° 10, fol. 4r, 4v, 6r, 14r; doc. Suelto n° 12, fol. 10v, -r, 16v; doc. Suelto n° 13, fol. 5v, 6v

²⁸ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 12, fol. 8r; doc. suelto n° 14, fol. 15v, doc. suelto n° 24.

²⁹ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 13, fol. 1r.

³⁰ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 3, fol. 10v; doc. suelto n° 10, fol. 5v.

³¹ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 12, fol. 6r, 7v.

³² A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 3, fol. 2r; doc. suelto n° 4, fol. 6v; doc. suelto n° 10, fol. 1v, 6r.

³³ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 2, fol. 1r, 2v, 9v; doc. suelto n° 3, fol. 9r; doc. suelto n° 4, fol. 7v; doc. suelto n° 10, fol. 8v, 9r, 12v; doc. suelto n° 12, fol. 1r, 11v, 17v; doc. suelto n° 13, fol. 4v, 15v; doc. suelto n° 14, fol. 7r, 10r; doc. suelto n° 19; doc. suelto n° 21.

³⁴ A.M.H.P.N.G., XV-1 n°1, Protocolo de Alonso de las Casas, doc. suelto n° 13, fol. 1v, 17v.

³⁵ FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “La integración del reino nazarí de Granada en el espacio comercial europeo”. *Investigaciones de Historia Económica (Universidad Complutense de Madrid)*. Madrid. N° 6, (2006), pp. 11-40, espec. 31.

generalmente la compra de seda se hacía a través de intermediarios como podemos ver en el siguiente ejemplo:

*“Este día Mahoma el Valori, veçino del arrabal de esta çibdad, que deve e a dar e pagar a Felipe Çigala, o a quien su poder oviere, una libra de seda, joyante, buena, pesada con la pesa morisca desta çibdad, por razón que gelo pagó a Benaxara, a preçio que con él se conçertó, el qual le pago, del qual se dio por contento, etc.”*³⁶

Benaxara es el que recibe el dinero por parte de Felipe Çigala mientras que es el mismo Benaxara el que entrega la seda de Mahoma el Valori al mencionado genovés. Sin embargo también observamos como por otra parte en multitud de ocasiones el mismo productor era el que comerciaba con el mercader genovés.

Relacionados con dos memoriales, conservados en el A.M.H.P.N.G., enviados por el concejo a los Reyes Católicos solicitando respuesta y soluciones a diversas cuestiones, una de ellas referida a recuperar por el bien de la ciudad y sus rentas el marchamo de la seda que esta ciudad tenía en tiempo de los reyes moros³⁷, existen dos documentos en el Archivo General de Simancas (A.G.S.) fechados en 1529, en los cuales el concejo vuelve a insistir en la misma petición y que en esta ocasión también realiza ciertas averiguaciones fiscales.

El primero de los documentos es la petición realizada desde el concejo para que se restituya la alcaicería de la ciudad. Entre los motivos que alegan se encuentra: las costas que suponen vender la seda en otros lugares, ventas que se realizan por un precio menor perjudicando a los vendedores, la presencia de la alcaicería en Guadix sería beneficiosa para la hacienda real o al recaudador general de la renta, del cual la ciudad se vería recompensada ya que supondría una manera de aliviar el despoblamiento de Guadix³⁸.

El segundo de los documentos recoge el informe con el conjunto de las averiguaciones fiscales que la ciudad de Guadix elaboró a través del procurador Alonso de Baeza³⁹. Son las respuestas de siete testigos:

- Manuel de Ubeda, vecino de la ciudad⁴⁰
- Alonso de Benjafar, cristiano nuevo, vecino de la ciudad⁴¹

³⁶ ESPINAR MORENO, Manuel – *Guadix en noviembre y diciembre de 1496. Sociedad y Economía*. Granada: Método Ediciones, 2000, p. 143.

³⁷ ESPINAR MORENO, Manuel; ÁLVAREZ DEL CASTILLO, M^a Angustias; GUERRERO LAFUENTE, M^a Dolores – *La ciudad de Guadix...*, pp. 72-77.

³⁸ A.G.S., CCA, LEG. 198-114.

³⁹ A.G.S., CCA, LEG. 195-20.

⁴⁰ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 6r-7r.

⁴¹ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 7v-8v.

- Alonso de Bazan, alguacil de la villa de Abla⁴²
- Hernando de Medina, bachiller y vecino de la ciudad⁴³
- Francisco Perez de Barradas, comendador y caballero de la orden de Santiago, vecino de la ciudad⁴⁴
- Rafael Cano, cristiano nuevo vecino de la villa de Jerez del Marquesado del Cenete⁴⁵
- Hernando de Mendoza, vecino de la ciudad⁴⁶,
a las siguientes preguntas⁴⁷:
 - *“...sy conocen al conçejo justiçias e regidores desta dicha çibdad de Guadix e sy sabed questa çibdad de Guadix siendo de moros mucho tiempo antes que se ganese de los reyes católicos de gloriosa memoria, tuvo e poseyó marchamo y alçayçeria donde se vendía toda la seda que a esta çibdad se traya a vender. Saben los testigos porque lo vieron e oyeron a sus pasados y antiguos que la dicha çibdad de Guadix tuvo y poseyó el dicho marchamo y alçayçeria de tiempo inmemorial. Digan lo que saben e oyeron decir”*
 - *“sy saben questa dicha çibdad de Guadix después que se ganó de los moros y es de cristianos tuvo e poseyó el dicho marchamo y alçayçeria de la dicha seda y sy que despojada la dicha çibdad de Guadix del dicho marchamo y alçayçeria fue porque los arrendadores de de la dicha seda por evitar decosta sacaron por condiçion en el arrendamiento que no oviese mas de tres alçayçerias en todo este reyno de Granada que son Granada y Málaga y Almería y syn esta çibdad se le quyto y no se le bolvió fue porque no tuvo persona que lo procurase y favoreciesen como las dichas çibdades. Digan lo que saben”*
 - *“sy saben questa çibdad de Guadix tiene de vecindad mill e quynyentos vezinos los myll e dozientos de cristianos nuevos y el resto de cristianos viejos la qual dicha çibdad está muy destruyda y despobladas muchas casas caydas y destruydas. Digan lo que saben”*
 - *“sy saben que sy a esta dicha çibdad de Guadix se le bolviese el marchamo y alçayçeria de la seda que solía tener se poblaría de mucha jente de cristianos viejos de questa çibdad tiene mucha necesidad a cavsa de la ver ella la mayor parte de cristianos nuevos y ay mucha necesidad que la dicha çibdad se pueble de cristianos viejos. Digan lo que saben”*

⁴² A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 8v-10r.

⁴³ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 10r-11r.

⁴⁴ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 11r-12r.

⁴⁵ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 12v-13r.

⁴⁶ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 13r- 14r.

⁴⁷ A.G.S., CCA, LEG. 195-20, fol. 4r-5r.

- *“sy saben quel dicho marchamo sería muy útil y provechoso a esta çibdad por razón de lo suso dicho y porque en ella ay muy poco trato de mercaderes y sy el dicho marchamo y alcayçeria estuviesen en la dicha çibdad de Guadix la dicha çibdad se nobleçeria de jentes y tratos e de ofiçios de que sus majestades ferian mucho mas servidos. Digan lo que saben”*
- *“sy saben que tinyendo esta dicha çibdad el marchamo y alcayçeria sus majestades serán mucha más servidos e sus alcavalas y rentas serán mucho más avmentadas por razón de a ver el dicho trato en esta dicha çibdad según dicho es”*
- *“sy saben que a causa de llevar desta çibdad de Guadix e de otras partes de su tierra y comarca a vender la dicha seda a la çibdad de Granada siendo como es el camyno desde esta dicha çibdad de Granada muy fragoso y peligroso de salteadores e moros de allende a donde sean muerto y prendido muchos cristianos y se los an llevado allende e los an tomado la dicha seda e lo que llevan y tinen. Digan lo que de lo suso dicho saben”*

Todos los testigos y sus respuestas son favorables a la existencia de la alcaicería y marchamo en tiempo de moros así como a su continuación en los primeros años tras la conquista, además de señalar como la población se ha visto disminuida por la no presencia de la mencionada institución y como sería beneficioso ante la dificultad del camino que une Granada y Guadix así como a la corona y sus recaudadores.

Pero además de todo esto debemos de tener en cuenta la presencia de dos alhóndigas en la ciudad. Las alhóndigas son, entre otras muchas funciones, el lugar de estancia de los mercaderes provenientes de otros lugares. Las dos existentes en Guadix fueron otorgadas a la iglesia tras su conquista, una situada fuera de la puerta de Baçamarín⁴⁸, en ocasiones mencionada como mesón⁴⁹; y la segunda, en la plaza de la ciudad⁵⁰, la denominada como plaza de Bibalmazán. Esta plaza se halla en un ángulo de la muralla, en un emplazamiento similar al que actualmente se encuentra la plaza de la Constitución.

⁴⁸ ASENJO SEDANO, Carlos – *Repoblación, mercedes y reparto de propiedades en el Guadix reconquistado por los Reyes Católicos*. Guadix: Diócesis de Guadix-Baza, 2010, p. 56.

⁴⁹ ASENJO SEDANO, Carlos – *Repoblación, mercedes...*, p. 64.

⁵⁰ ASENJO SEDANO, Carlos – *Repoblación, mercedes...*, p. 55.

3. Baza.

Baza se encuentra en el extremo noreste de la provincia de Granada. Definida como encrucijada de caminos debido a su ubicación estratégica entre tierras de las actuales provincias de Jaén, Almería, Murcia y Granada, destaca tanto por sus actividades agrícolas como ganaderas. Se trata de una zona de paso tal y como lo demuestran no solo las numerosas torres y castillos que protegen el territorio⁵¹, sino lo que en el repartimiento se mencionan como mesón⁵² que junto con la alhóndiga de la ciudad⁵³ son testimonios de ese tráfico de personas así como de mercancías.

Al igual que en el caso de Guadix, a finales del siglo XV, antes de ser conquistada la ciudad de Baza aparece totalmente conformada (Fig. 3). Una característica a destacar es el hecho de que la medina era el único espacio amurallado de la ciudad, en cambio los arrabales se defendían mediante el sistema de casas muro, o al menos así nos los cuentan los cronistas que acompañaron a los Reyes Católicos

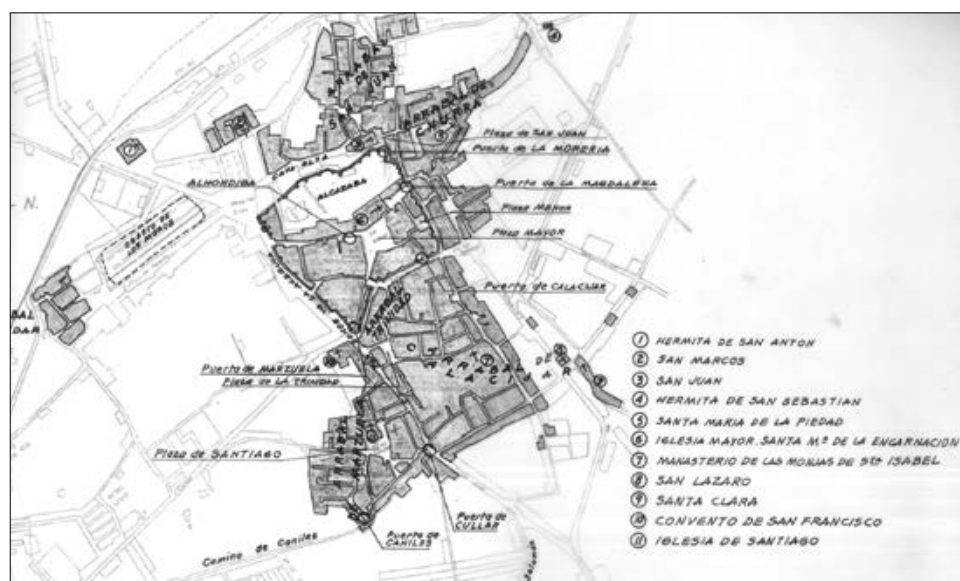


Fig. 3 – Plano de Baza (MIRALLES LOZANO, Mª Eulalia – *Repartimiento de Baza*. Murcia: Universidad de Murcia, 1988, vol. 2).

⁵¹ MALPICA CUELLO, Antonio – *Las últimas tierras de al-Ándalus*. Granada: Consorcio para la Conmemoración de la Fundación del Primer Milenio del Reino de Granada y Editorial Universidad de Granada, 2014, p. 334

⁵² MIRALLES LOZANO, Mª Eulalia – *Repartimiento de Baza*. Murcia: Universidad de Murcia, 1988, Tesis doctoral (inédita), vol. 1, p. 208; vol. 2, p. 110 (mesón en Zújar).

⁵³ MIRALLES LOZANO, Mª Eulalia – *Repartimiento...*, vol. 1, pp. 124-128.

durante la guerra de conquista⁵⁴. En el interior de la medina encontramos tanto la alcazaba como la Mezquita Mayor, hornos y tiendas. Estos dos últimos también los hallamos en el conjunto de los arrabales que rodeaban al núcleo principal de la ciudad. También existían varios baños, el cementerio, etc.⁵⁵

En lo que se refiere a la posible existencia de la alcaicería, en la relación inicial que se efectúa en el repartimiento de Baza de las casas, tiendas y otros bienes que fueron dados tanto a la iglesia mayor como al resto de iglesias destaca el siguiente fragmento:

*“Dierónse a las dichas iglesias cinco tiendas en la plaça Menor dentro de la çibdad e por el derecho que las dichas iglesias tenían en el Alcaçeria frontero así como entran por la puerta de la çibdad eçebto la tienda en que está Pedro de Cordoua”*⁵⁶

Es la única mención encontrada hasta el momento tanto en el repartimiento como en el resto de documentación consultada. Se ubicaría si seguimos a la editora del repartimiento en las cercanías de la puerta de la Magdalena que podemos identificar con el topónimo “puerta de la ciudad” que aparece en el fragmento, ya que se trataba de la principal puerta de acceso a la medina.

Francisco Tristán la ubica en *“una calle que comunicaba esta plaza [Menor] con la Mayor, que simplemente sería un ensanchamiento en dirección a la puerta del arrabal de Marzuela (Santiago)...En esta calle de la Plaza Mayor, nos encontramos con la alcaicería...”*⁵⁷

Según esto la alcaicería de Baza se ubicaría en el interior de la medina, siendo una de las calles principales que cruzaba dicho espacio desde la puerta de la Magdalena hasta la puerta que comunicaba con el arrabal de Marzuela (**Fig. 3**), de esta forma el propio recinto amurallado de la medina actuaría como protección

⁵⁴ PULGAR, Hernando del – *Crónica de los señores Reyes Católicos don Fernando y doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1780, p. 339. Disponible en www.cervantesvirtual.com/obra-visor/cronica-de-los-señores-reyes-catolicos-don-fernando-y-dona-isabel-de-castilla-y-de-aragon--2/html/ffbd03a2-82b1-11df-acc7-002185ce6064.html

⁵⁵ TRISTÁN GARCÍA, Francisco – “De Basta a Baza”. *Péndulo. Papeles de la Bastetania*. Baza. Nº 2, (2001), pp. 38-69. TRISTÁN GARCÍA, Francisco – “Las carnicerías bastetanas y la política del conejo (1489-1568)”. *Péndulo. Papeles de la Bastetania*. Baza. Nº 4, (2003), pp. 137-178. RUBIO CINTAS, Angel; REYES MARTÍNEZ, Antonio; PÉREZ ASENSIO, Manuel – “El cementerio medieval islámico de la Alameda de Baza: documentación escrita y arqueológica”. *Péndulo. Papeles de la Bastetania*. Baza. Nº 6, (2005), pp. 41-62. CASTILLO FERNÁNDEZ, Javier – “Nuevos datos en torno a la ubicación de la judería de Baza y de sus baños árabes”. *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección de hebreo*. Granada. Nº 47, (1998), pp. 57-74.

⁵⁶ MIRALLES LOZANO, M^a Eulalia – *Repartimiento...*, vol. 2, p. 14.

⁵⁷ TRISTÁN GARCÍA, Francisco – “De Basta...”, p. 45.

de las mercancía y cada una de las puertas como elemento de control y entrada tanto a la ciudad como a la alcaicería.

Existe un dato interesante y a tener en cuenta. En el mencionado repartimiento cuando se realiza recuento de los bienes a repartir había 126 tiendas “*que pagauan tributo al rey moro dos o tres o quatro dinares cada mes*”⁵⁸. Teniendo en cuenta que en total se contabilizan 185, 40 de ellas en el interior de la medina, las tiendas pertenecientes a los reyes nazaríes supondrían más de dos tercios del conjunto. Además de señalar el cada vez menos indudable interés del emirato por el aspecto comercial⁵⁹, podría suponer la pertenencia de algunas de estas tiendas a la citada alcaicería.

Contrario al caso de Guadix, Baza no ha conservado protocolos notariales de los primeros años tras la conquista, estos son a partir de 1510 en adelante y por tanto nos muestran una realidad más acorde con lo que será la vida comercial y económica en la Edad Moderna que con la existente en la Edad Media⁶⁰.

4. Conclusiones.

Son pocos los datos que manejamos para poder establecer una definición de alcaicería y sobre todo de su papel como espacio comercial en las ciudades islámicas, sin embargo, se pueden extraer algunos datos que con un desarrollo futuro ayuden a conocer más adecuadamente esta institución.

En cuanto a su génesis, contamos con el fragmento sobre el origen romano de la alcaicería en la que nos indica como la función principal de esta era proteger la aduana. También disponemos del estudio ya citado de Remie Constable sobre las alhóndigas donde podemos observar como las edificaciones del siglo XI y XII tienen innumerables funciones (alojamiento, almacenamiento, seguridad, pago de impuestos, regula la distribución de ciertos productos...) ⁶¹. Sin embargo destaca el hecho de que a partir del siglo XIII y hasta el XVI las alhóndigas van perdiendo algunas funciones que son usurpadas por otros espacios comerciales, quedándose éstas únicamente con las de alojamiento, almacenamiento y en algunos casos de

⁵⁸ MIRALLES LOZANO, M^a Eulalia – *Repartimiento...*, p. 8.

⁵⁹ FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “Actividad comercial de los reyes nazaríes y su implicación con los representantes del gran comercio occidental a finales de la Edad Media”. *Studia histórica. Historia medieval*. Salamanca. N^o 25, (2007), pp. 171-190.

⁶⁰ CRESPO MUÑOZ, Francisco J. – *El notariado de Baza (Granada) a comienzos de la Edad Moderna. Estudio y catálogo de los protocolos notariales (1510-1519)*. Granada: Universidad de Granada, 2007, Tesis doctoral (inédita). Disponible en: <http://0-hera.ugr.es.adrastea.ugr.es/tesisugr/16734397.pdf>

⁶¹ REMIE CONSTABLE, Olivia – *Housing the Stranger...*, pp. 68-74.

compra-venta de productos⁶². Es precisamente en estos momentos, al menos en al-Ándalus, cuando las alcaicerías adoptan ese carácter fiscal y control de ciertos productos que habían perdido las alhóndigas, y que estas no recuperaran hasta la conquista cristiana⁶³, formándose dos tipologías de edificios comerciales cada con una función.

En los ejemplos analizados podemos observar esto más detalladamente. El caso de la ciudad de Granada vemos como la alcaicería se desarrolla en torno a las cuatro aduanas identificadas, alrededor de las cuales se ubican también las tiendas dedicadas a la venta del producto en cuestión. En el caso de Guadix cuando la ciudad solicita en un primer momento la vuelta de la alcaicería, lo hace utilizando la palabra *marchamo*, empleado como sinónimo de aduana de la seda, sólo posteriormente mencionan ambos términos. Esto es indicativo de la importancia y necesidad de la existencia de una aduana para que podamos hablar de alcaicería.

La presencia de estas aduanas en ciudades de pequeño tamaño no solo en Guadix y Baza, aquí analizadas, sino también en otros ejemplos como el de Vélez-Málaga, se encuentran directamente relacionadas con la producción agrícola de la zona. En los casos estudiados en este artículo son comarcas con una destacada producción sedera, mientras que el ejemplo de Vélez-Málaga es un área dedicada a la producción de frutos secos. La necesidad de control de ambas explotaciones, su producción así como su venta, es una de las causas a tener en cuenta para la presencia de estas alcaicerías en estas ciudades, pero también para su mantenimiento en época cristiana como ocurre en Vélez-Málaga⁶⁴, o para reclamar su reinstauración como sucede en Guadix.

⁶² REMIE CONSTABLE, Olivia – *Housing the Stranger...*, pp. 239-241.

⁶³ TRILLO SAN JOSE, Carmen – “Modificaciones castellanas en la ciudad de Granada al final de la Edad Media. El control del comercio”. *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*. Granada. N° 7, (1993), pp. 27-40.

⁶⁴ ARROYAL ESPIGARES, P.J.; CRUCES BLANCO, E.; GUTIÉRREZ CRUZ, R.; MARTIN PALMA, Mª T. – *Diplomatario del Reino de Granada. Registro General del Sello 1504*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2010. N° 179, pp. 463-465.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes publicadas

ARROYAL ESPIGARES, P. J.; CRUCES BLANCO, E.; GUTIÉRREZ CRUZ, R.; MARTIN PALMA, M^a T. – *Diplomatario del Reino de Granada. Registro General del Sello 1504*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2010.

PULGAR, Hernando del – *Crónica de los señores Reyes Católicos don Fernando y doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1780. Disponible en www.cervantesvirtual.com/obra-visor/cronica-de-los-senores-reyes-catolicos-don-fernando-y-dona-isabel-de-castilla-y-de-aragon--2/html/ffbd03a2-82b1-11df-acc7-002185ce6064.html

Estudios

ASENJO SEDANO, Carlos – *Guadix la ciudad musulmana del siglo XV y su transformación en la ciudad neocristiana del siglo XVI*. Granada: Excelentísima Diputación Provincial, 1983.

ASENJO SEDANO, Carlos – *Repoblación, mercedes y reparto de propiedades en el Guadix reconquistado por los Reyes Católicos*. Guadix: Diócesis de Guadix-Baza, 2010.

CARRIAZO RUBIO, M^a del Carmen – “Una frontera dentro de la ciudad: comercio y convivencia en la alcaicería”. In TORO CEBALLOS, Francisco y RODRÍGUES MOLINA, José (coords.) – *III Estudios de frontera. Convivencia, Defensa y Comunicación en la Frontera*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2000. pp. 203-217.

CARRIAZO RUBIO, M^a del Carmen – *La alcaicería de Granada. A propósito de la visita de Pedro de Arévalo en el año de 1552*. Memoria de Licenciatura. Sevilla, 2000.

CARRIAZO RUBIO, M^a del Carmen – “Las alcaicerías de Sevilla: Evolución y pervivencia de un espacio islámico”. In *Andalucía Medieval: actas del III Congreso de Historia de Andalucía*. Córdoba: Publicaciones obra social y cultural Cajasur, 2003. pp. 139-152.

- CASTILLO FERNÁNDEZ, Javier – “Nuevos datos en torno a la ubicación de la judería de Baza y de sus baños árabes”. *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección de hebreo*. Granada. Nº 47, (1998), pp. 57-74.
- CHALMETA, Pedro – *El zoco medieval. Contribución al estudio de la historia del mercado*. Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes y Fundación Cajamar, 2010.
- CRESPO MUÑOZ, Francisco J. – *El notariado de Baza (Granada) a comienzos de la Edad Moderna. Estudio y catálogo de los protocolos notariales (1510-1519)*. Granada: Universidad de Granada, 2007, Tesis doctoral (inédita). Disponible en: <http://0-hera.ugr.es.adrastea.ugr.es/tesisugr/16734397.pdf>
- ESPINAR MORENO, Manuel; ÁLVAREZ DEL CASTILLO, M^a Angustias; GUERRERO LAFUENTE, M^a Dolores – *La ciudad de Guadix en los siglos XV y XVI (1490-1515)*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1992.
- ESPINAR MORENO, Manuel – *Guadix en noviembre y diciembre de 1496. Sociedad y Economía*. Granada: Método Ediciones, 2000.
- FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “La integración del reino nazarí de Granada en el espacio comercial europeo”. *Investigaciones de Historia Económica (Universidad Complutense de Madrid)*. Madrid. Nº 6, (2006), pp. 11-40.
- FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “Actividad comercial de los reyes nazaríes y su implicación con los representantes del gran comercio occidental a finales de la Edad Media”. *Studia histórica. Historia medieval*. Salamanca. Nº 25, (2007), pp. 171-190.
- FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “El mercado interior nazarí: bases y redes de contactos con el comercio internacional”. *Hispania*. Vol. 77, Nº 255, (2017), pp. 69-90.
- FÁBREGAS GARCÍA, Adela – “Las industrias y los mercados rurales en el reino de Granada”. In Navarro Espinach, Gerardo, Villanueva Morte, Concepción (Coord.), *Industrias y mercados rurales en los reinos hispánicos (siglos XIII-XV)*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2017, pp. 63-92.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, María Dolores – *La renta de la Hagüela*. Memoria de licenciatura. Granada: 1985.

GALERA MENDOZA, Esther; LÓPEZ GUZMÁN, Rafael – *Arquitectura, mercado y ciudad. Granada a mediados del siglo XVI*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2003.

GARZÓN PAREJA, Manuel – “Una dependencia de la Alhambra: la Alcaicería”. *Cuadernos de la Alhambra*. Granada. Nº 8, (1972), pp. 65-76.

GARZÓN CARDENETE, Jose Luis – *Real sitio y fuerte de la Alcaicería de Granada*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2004.

GIRÓN PASCUAL, Rafael María – *Las Indias de Génova: Mercaderes genoveses en el reino de Granada durante la Edad Moderna*. Granada: Universidad de Granada, 2012. Tesis doctoral (inédita). Disponible en: <http://0-hera.ugr.es.adrastea.ugr.es/tesisugr/21762168.pdf>

LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, José Enrique – “La seda en el reino de Granada (siglos XV y XVI)”. In *España y Portugal en las rutas de la seda. Diez siglos de producción y comercio entre Oriente y Occidente*. Barcelona: Servei de Publicacions Universitat Autònoma de Barcelona, 1996, pp. 33-57.

MADOZ, Pascual – *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Tomo VIII. Madrid: Imprensa del Dicionário Geográfico-histórico de d. Pascual Madoz, 1847.

MALPICA CUELLO, Antonio – “La expansión de la ciudad de Granada en época almohade. Ensayo de reconstrucción de su configuración”. *Miscelánea Medieval Murciana*. Murcia. Vol. XXV-XXVI, (2001-2002), pp. 67- 116.

MALPICA CUELLO, Antonio – *Las últimas tierras de al-Ándalus*. Granada: Consorcio para la Conmemoración de la Fundación del Primer Milenio del Reino de Granada y Editorial Universidad de Granada, 2014.

MIRALLES LOZANO, M^a Eulalia – *Repartimiento de Baza*. Murcia: Universidad de Murcia, 1988, Tesis doctoral (inédita).

RAYA PRAENA, Inmaculada; BURGOS JUÁREZ, Antonio; FERNÁNDEZ-ARAGÓN SÁNCHEZ, Ignacio; LIZCANO PRESTEL, Rafael; PÉREZ BAREAS, Cristóbal – *Carta Arqueológica municipal de Guadix*. Sevilla: Junta de Andalucía-Consejería de Cultura, 2003.

REMIE CONSTABLE, Olivia – *Housing the Stranger in the Mediterranean World: Lodging, Trade and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RUBIO CINTAS, Angel; REYES MARTÍNEZ, Antonio; PÉREZ ASENSIO, Manuel – “El cementerio medieval islámico de la Alameda de Baza: documentación escrita y arqueológica”. *Péndulo. Papeles de la Bastetania*. Baza. Nº 6, (2005), pp. 41-62.

SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “Notas de Arqueología granadina”. *Cuadernos de la Alhambra*. Granada. Nº 6, (1970), pp. 51-68.

SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – *La Granada Nazarí del siglo XV*. Granada: Patronato de la Alhambra, 1975.

TORRES BALBAS, Leopoldo – “Alcaicerías”. *Al-Ándalus*. Madrid. Nº XIV, (1949), pp. 431-455.

TRILLO SAN JOSE, Carmen – “Modificaciones castellanas en la ciudad de Granada al final de la Edad Media. El control del comercio”. *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*. Granada. Nº 7, (1993), pp. 27-40.

TRISTÁN GARCÍA, Francisco – “De Basta a Baza”. *Péndulo. Papeles de la Bastetania*. Baza. Nº 2, (2001), pp. 38-69.

TRISTÁN GARCÍA, Francisco – “Las carnicerías bastetanas y la política del concejo (1489-1568)”. *Péndulo. Papeles de la Bastetania*. Baza. Nº 4, (2003), pp. 137-178.

PARTE II
*Marcas de Poder
no Espaço Urbano*

La Madinat-al-Hamra como un espacio del poder en Granada

*Antonio Malpica Cuello*¹

Resumen

A partir de una serie de reflexiones sobre lo que significa el poder y su encarnación en el Estado, en este caso la dinastía nazarí, señalamos la conformación de la ciudad palatina de la Alhambra y su organización a lo largo de un dilatado período. Por eso mismo podemos establecer los puntos de partida de su formación y las claves que quiere expresar para su significación ideológica y su implantación como sociedad islámica.

Palabras clave

Alhambra; Urbanismo; Reino Nazari; Poder; Estado.

¹ Universidad de Granada.

The Madinat-al-Hamra as a space of power in Granada.

Abstract

Starting with a series of reflections on what power means and its incarnation in the State, in this case the Nasrid dynasty, this paper approaches to the conformation of the palatine city of the Alhambra and its organization over time. It was possible to establish the starting points of the construction of Alhambra and to understand its ideological meaning and the role in Islamic society.

Keywords

Alhambra; Urbanism; Nasrid Kingdom; Power; State.

0. Introducción.

A nadie se le escapa que la Alhambra, que es una ciudad, por tanto un asentamiento, en primer lugar, es asimismo un espacio para el ejercicio del poder y para su manifestación y representación. Antes de seguir adelante, será oportuno hablar de lo que entendemos por poder.

Al hablar del poder, ¿queremos referirnos al Estado o a otra cosa? El concepto de poder es lo suficientemente amplio y, en consecuencia, difuso, o mejor inconcreto, como para referirlo a posiciones personales o interpersonales, que se fundamentan en el ejercicio efectivo de unas relaciones jerárquicas. Es el caso de la acción paterna sobre los hijos, que puede ir más allá en determinadas sociedades en las que el parentesco es extenso y los lazos de sangre determinantes. Este poder es con frecuencia más coactivo que coercitivo. La fortaleza de ese parentesco genera relaciones que suplen a las propiamente del Estado con la sociedad. Se da sobre todo en formaciones sociales que no han culminado su aparición, en que apenas está enunciado. De todas formas, pasar de una sociedad sin Estado a otra en la que está formalizado y que, por tanto, no hay ya marcha atrás, sino que está consolidado, no es una operación sencilla ni instantánea, aunque pueda haber un momento crucial y definitivo.

Cuando se está gestando el grupo social que va a configurar los poderes estatales, se detectan acciones de manera nítida, que pueden comprobarse arqueológicamente. Pero no es solo en ese momento, en que aparece con claridad, sino que se marcan las bases y se establece la expresión de ellos.

Hay que partir de un hecho precedente. Cada sociedad basa su armazón en un conjunto material, porque el trabajo humano es el punto de partida. Cuando este se organiza a partir de la apropiación del excedente productivo, acción social forzada por las diferencias de clases y sostenida por el ejercicio de un poder coercitivo, por tanto ya estatal, lo hace desde un enfrentamiento antagónico, mantenido y reforzado constantemente. Para ello es preciso que quede claramente expreso por un consenso, en el que las manifestaciones del poder tienen un papel fundamental.

Lo que nos interesa ahora es reconocer las expresiones del Estado, máximo detentador del poder, y su reconocimiento a partir de la arqueología, es decir, de los restos materiales del pasado que han quedado en el paisaje, por debajo o por encima del suelo que pisamos. El reconocimiento de esos vestigios permiten articular un sistema de conocimiento que nos permitirá entender qué es el Estado y cómo se organiza².

No cabe duda de que el Estado se forma a partir de una clase o de un bloque hegemónico que se apropia del excedente productivo generado por la sociedad, esencialmente por las clases subalternas, y que redistribuye según el orden establecido. Ese orden precisa de una hegemonía y de un consenso que lo mantiene y amplifica. El poder político se refiere a la capacidad de utilizar el aparato (o aparatos) del Estado, generado en el proceso de creación de este, para cumplir los objetivos, más o menos expresos, de la clase dominante. Por lo tanto hay que reconocer la existencia de diversos tipos de Estado, dependiendo de la organización económica sobre la que el Estado se levanta creando una superestructura que es de diferentes entidades. Por supuesto que ideológica. Así pues, cada Estado ha de disponer de una cohesión ideológica en un doble sentido. Por un lado tiene que buscar el consenso de la clase dominante y de los grupos que participan en la configuración del Estado, es decir, ha de elaborar los principios creadores y que deben mantener el bloque hegemónico de poder; por eso, la contención de estos dentro de los principios en que se mueve es inexcusable. Por otro, con respecto a la sociedad a la que se superpone, que es tanto como decir que ha de estar legitimado, a veces se puede incluso decir que está sacralizado. Es, pues, necesaria

² Hemos reflexionado sobre estos temas en MALPICA CUELLO, Antonio – “Arqueología del saber y arqueología del poder. Acerca de la ciudad palatina de la Alhambra”. In GARCÍA PORRAS, Alberto (Ed.) – *Manifestaciones materiales del poder en al-Andalus*. Granada, 2016 (en prensa).

una jerarquización bien clara y permanente que no se pueda romper fácilmente. En la cúspide del Estado, por tanto del poder político, si no se ha desarrollado aún un Estado muy complejo, en el que intervienen grupos de muy distinto carácter, con intereses económicos determinados, tiene que haber un personaje en buena medida sacralizado. De ahí la contradicción entre la sacralización del poder y la realidad de la contingencia de quienes lo detentan genera problemas de muy diferente tipo. El culto a la muerte entra a veces en el mito del eterno retorno y lo aclara y perfila.

Son muchas reflexiones que se han de hacer y que ahora solo podemos tratar de pasada, porque se debería establecer un verdadero tratado sobre tales cuestiones, y ahora solo podemos esbozar un resumen.

Dentro de él hay que señalar los componentes de la sociedad nazarí, que es una manifestación concreta de la andalusí y, por tanto, de una sociedad tributario-mercantil. En tal caso tenemos la presencia de dos componentes sustanciales:

- las comunidades campesinas, conformadas en base a la producción agrícola, organizada principal, que no únicamente, a partir del establecimiento de una agricultura irrigada altamente productiva, y unos principios de corresponsabilidad en el uso de los recursos, por tanto, con una cohesión social amparada, en gran medida de forma ficticia, en lazos familiares extensos, y
- el Estado, que, según ha señalado P. Guichard³, no puede entender como era en el Occidente Medieval, que dio lugar al Estado moderno, porque no es posible hablar de un aparato institucional. Tampoco es una organización compleja y claramente jerarquizada, como se aprecia en el Estado bizantino, pues en ese caso los aparatos estatales estaban configurados verticalmente, desde la cúspide hasta la base. Hay que confesar que el aparato bizantino se deja sentir, como el persa, en el mundo islámico, pero se expresa con sus propias ideas, como puso de manifiesto. M. Barceló⁴. Hubo, pues, un Estado en al-Andalus. Era un conjunto de funciones políticas, administrativo-fiscales y jurídico-religiosas. No cabe duda de que son indispensables y por eso se presentan como legales ante la *umma*, con el fin de que esta necesita una protección y cohesión. Ese principio va a permitir en la concepción sunní, en su versión malikí, suplantar y en buena medida confundir Estado, o la cabeza del mismo, y comunidad de creyentes gracias a las directrices doctrinales del Islam. Por eso, se cede al poder político, que en su cúspide está personalizado,

³ GUICHARD, Pierre – *Al-Andalus frente a la conquista cristiana: los musulmanes de Valencia, siglos XI-XIII*. Valencia, 2001.

⁴ BARCELÓ, Miquel – “El califa patente: el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder”. In *Estructuras y formas de poder en la historia*. Salamanca, 1991, pp. 51-72.

la capacidad fiscal, hablando siempre de impuestos legales, la de administrar justicia, bien que por delegación, asegurar el culto, que puede llegar a imponer los principios doctrinarios, etc. Las diferencias entre los suníes y los chiíes están en este punto bien claras.

No hay que olvidar que el Estado se mueve siempre entre los límites de la legitimidad y de la necesidad, hasta el punto de ser considerado una institución usurpadora y corruptora de la comunidad, por tanto, se considera a veces como puramente transitorio.

Pero es que, además, el poder queda simbolizado en una persona, paulatinamente aislada de la sociedad sobre la que se impone, que está revestida de una cierta representación religiosa⁵.

1. Las formas de poder y estatales.

Con los nazaríes entramos en un período de retroceso territorial del Islam peninsular, reducido a su mínima expresión política. Es en ese momento cuando se aprecia con claridad las contradicciones que aparecen en la propia expresión del Estado y del ejercicio del poder.

Ante todo se manifiesta especialmente de puertas hacia adentro, con un progresivo alejamiento de la persona del emir, lo que determina que aparezca de vez en cuando, en fechas determinadas y en espacios concretos. Así entronca con la idea de un ser especial, defensor de la doctrina islámica, capaz de conducir a la *umma* por el camino de la perfección, como ya se plantea en determinados casos.

El poder estatal tiene como base la ciudad, pero no se puede decir que esta sea una creación mecánica de él. Más aún se establece en un espacio reservado, el palatino, en el caso de la ciudad creada por y para el poder. Los escenarios del poder no son únicos y no siempre se desarrollan en ellos con igual intensidad.

La identidad religión/Estado es una ecuación en la que se produce la mayor usurpación existente, ya que la interpretación de la misma está dentro del propio poder. Sus símbolos y manifestaciones lo recuerdan perfectamente, como se aprecia en el techo de Comares, que tan magníficamente estudió D. Cabanelas⁶.

⁵ Hay una abundante bibliografía sobre el tema, pero recomendamos, además de la lectura del citado libro de GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus frente a la conquista...*, especialmente los capítulos XIII a XV; la obra de LAMBTON, Ann - *State and Government in medieval Islam*. Oxford, 1981.

⁶ CABANELAS RODRÍGUEZ, Dario O.F.M. - *El techo del Salón de Comares en la Alhambra. Decoración, policromía. simbolismo y etimología*. Granada, 1988.

El emir se convierte en un jefe en todos los sentidos de la *umma*, cercano incluso a la divinidad, no en sentido descendente, sino ascendente, ya que sus virtudes y su conocimiento de la religión, como teniendo en cuenta sus buenos actos, le permitían encontrar el camino que lleva hacia Dios y conducir a los que lo quisiesen hacia Él. Es una expresión mística cercana al sufismo. Pero, al mismo tiempo, no dudaba en echar mano de las armas para defender al Islam y a sus fieles, como asimismo se enfrentaba a los problemas derivados de la práctica de la ortodoxia islámica, yendo contra los infieles y contra quienes no llevaban una conducta acorde con las enseñanzas del Profeta. Es lo que expresan determinadas autoridades políticas supremas.

Así lo vemos en el califa almohade Ya'kub al-Mansur, que gobierna de 1184 a 1199. Recogemos las referencias que nos da Th. Bianquis:

Le troisième calife [almohade], Ya'kub al-Mansur (1184-1199/580-595) exprima assez naïvement l'inutilité du juriste, "d'un côté. dit-il, il y a le *Coran* et la *Sunna* (...), de l'autre, il y a le sabre. (pour exterminer ceux qui voudraient se référer soit au *ra'y*, soit à l'*idjma'* malikites)"⁷.

Se trata de un principio de gobierno anclado In el Islam y en la práctica de un poder que no quiere dar más explicaciones de sus actos. Sin embargo, las acciones tienen un significado más evidente, en el que la justificación principal radica en la defensa de la religión, de la que se hace intérprete él mismo.

Es similar a lo que nos relata Ibn al-Jatib sobre el emir nazarí Isma'íl I (1314-1325):

Fue riguroso con los herejes y con los que cumplen mal con las obligaciones religiosas. Un día se hablaba en presencia suya acerca de los fundamentos de la religión, y dijo: "los fundamentos de la religión son para mí: "Di El es el Dios único" y esta, y señaló su espada⁸.

El conjunto palatino, en nuestro caso, la Alhambra, es donde principalmente se escenifica y representa todo ese entramado filosófico y político que rige una sociedad cada vez más estabilizada, pero al mismo tiempo más amenazada. Así, en el emirato nazarí, en su período más brillante, cuando la presión feudal es menos

⁷ BIANQUIS, Thierry – "Le monde musulmane du IX^e/III^e siècle au XV^e/X^e siècle". In GARCIN, J.C. et al. – *États, sociétés et cultures du monde musulman médiéval. X^e-XV^e siècle*. Tome 2. Paris: Sociétés et cultures, 2000, pp. 5-81, concretamente pp. 25-26.

⁸ IBN AL-JATIB – "Al-Lamha al badriyya fi dawla al-nasriyya" (texto traducido por Casciaro Ramirez, José María). In *Historia de los Reyes de la Alhambra*. Granada, 1998, p. 88.

directa, o sea, en los reinados de Isma'íl I, Yusuf I y Muhammad V, o sea, el abuelo, el padre y el hijo, se establecen y desarrollan esos principios, no sin sobresaltos y contradicciones, como se detecta en el asesinato en la mezquita mayor de Yusuf y la deposición de Muhammad. Y eso sin olvidar que el propio Isma'íl fue llevado al poder por una revuelta.



Fig. 1 – Conjunto de la Alhambra desde San Miguel Alto.

Así, la coherencia del poder esté sujeta a esos vaivenes y precisa, incluso en los momentos más elevados de la concepción del poder del sultán, tal vez por eso mismo, una cohesión de la que participan de una u otra manera el bloque hegemónico. Más que de revueltas populares hay que hablar de desequilibrios palatinos. Lejos de la percepción de la *umma* estas disputas adquirieron siempre el carácter de enfrentamientos en la misma corte y de quienes participan de la administración y del gobierno, teniendo una expresión religiosa, aunque fuese realmente política.

La permanente necesidad de dar coherencia y cohesión al bloque hegemónico no se extiende mecánicamente a su conjunto, sino que parte del emir y se distribuye a través de sus agentes religiosos principalmente, pero también fiscales y jurídicos, al conjunto de la sociedad, marcando un principio islámico total. En esa línea hay que interpretar la creación por Yusuf I de la Madraza, de la que hemos hablado *in extenso* en otro lugar, dando cuenta de los trabajos arqueológicos allí realizados y de su significación para el conjunto de la ciudad de Granada y del programa constructivo llevado a cabo para conseguir una recentralización urbana⁹. Así pues, la acción de los emires mencionados no acaba en la Alhambra, como queda dicho, ni siquiera en la ciudad de Granada, sino que llega a otros núcleos urbanos y va más allá de ellos, con el programa constructivo de las fortificaciones fronterizas.

⁹ MALPICA CUELLO, Antonio; MATTEI, Luca (Eds.) – *La Madraza de Yusuf I y la ciudad de Granada*. Granada, 2015.

Signos de la expansión territorial del poder real los tenemos en la erección de la denominadas Puertas de la Justicia, como ya señaló M. Ación¹⁰ y en la epigrafía y otros elementos simbólicos (la llave y la mano, por ejemplo).

Sin duda la culminación de toda esa actividad viene dada por la reorganización del conjunto palatino en tiempos de Muhammad V. Como ha escrito E. García Gómez: “Todos los datos de que disponemos son afluentes de una misma convicción: la idea que de la Alhambra tenía Mohammed V era grandiosa, total y unitaria”¹¹.

Es evidente que la denominada arqueología del poder es en realidad la del Estado, y el poder de este se representa en escenarios diferentes y de manera diversa, porque la intensidad es variable. De todo ello se deriva que la manifestación tenga fines muy distintos. Así, cuando el emir o el califa acude a la mezquita lo hace para mostrar que es el defensor del Islam y un buen creyente, el primero de todos, pero su aparición es semioculta, porque se ampara en la maqsura. Con todo, vemos cómo aprovechando que Yusuf I fue a orar con motivo de la fiesta de la ruptura del ayuno (*ayd al-fitr*) en la mezquita mayor de la Alhambra fue asesinado, pese al carácter religioso y, por tanto, inviolable de que gozaba. Más adelante volveremos sobre estas cuestiones, porque merecen ser revisadas más a fondo y con detenimiento, ya que sostienen las contradicciones más visibles de esa concepción del poder, que sostiene al Estado.

2. La Alhambra, escenario del poder.

La Alhambra, en tanto que escenario del poder, como tal ciudad palatina, asentamiento de los poderosos, comienza en el siglo XIII, con el establecimiento de la dinastía nazarí al llegar Muhammad I a la ciudad de Granada y establecerse en ella, en concreto en la Colina Roja, en donde quedaría el núcleo fundamental de la sede del poder. Antes fue alcazaba unida a la madina granadina por un tramo de muralla, que en la parte por donde desciende a esta y, por tanto, al río Darro, forma una coracha. En consecuencia, el conjunto de la alcazaba se integra en el sistema defensivo urbano y en la misma estructura de la ciudad. La coracha lo demuestra, ya que usa la Puerta de la Compuerta o Bab al-Difaf como elemento sustancial que le provee de agua al remansarla¹².

¹⁰ ACIÉN ALMANSA, Manuel – “La fortificación en al-Andalus”. *Archeologia medievale* 22 (1995), pp. 7-36.

¹¹ GARCÍA GÓMEZ, Emilio – *Foco de antigua luz sobre la Alhambra. Desde un texto de Ibn al-Jatib*. Madrid, 1988, p. 80.

¹² MALPICA CUELLO, Antonio – “Un elemento hidráulico al pie de la Alhambra”. *Cuadernos de la Alhambra* 29-30 (1993-1994), pp. 77-89.



Fig. 2 – Restos de la coracha de la Ahambra sobre el río Darro.

Hay huellas aun visibles de esa primera construcción, que se aprecian en el frente norte de la actual estructura de la Alcazaba alhambreña y la llamada Torre de la Sultana, en el sur. Son construcciones en tapial hormigonado y que apenas levantan de la línea del adarve. Se distinguen de las posteriores, más grandes y elevadas, en tapial calicastro.

Ciertamente la primera Alcazaba se adaptó al espacio siguiente, el que conformó el conjunto urbano al servicio de la zona palatina. Así la puerta de entrada, la de las Armas, transformó el espacio anterior. Con todo, las torres bajas y la coracha continuaron. El agua que se almacenaba en aljibes traída de fuera por medio de sucesivas cargas y por recogida de la lluvia, pasó a venir desde el primer periodo nazarí, por la Acequia Real, que fue la primera obra proyectada, junto con el dibujo del recinto, y que mostraba el deseo de crear un nuevo asentamiento permanente.

Todo ello quedó definido desde el primer reinado, pero seguramente hubo que llegar el reinado del emir Muhammad III, cuando se definió la ocupación global del conjunto, pues no se puso en valor urbanísticamente de manera definitiva hasta entonces. Los hitos que se aprecian con él nos hablan de ese propósito. Veamos. La Puerta del Vino, aunque reformada en su fachada este, guarda memoria de su construcción en tiempos de dicho emir. Asimismo, levantó los baños anejos a la mezquita mayor y tal vez esta. Creó probablemente el Palacio de El Partal, que sirve de referencia entre la ciudad amurallada y la almunia del Generalife, obra quizás también suya.

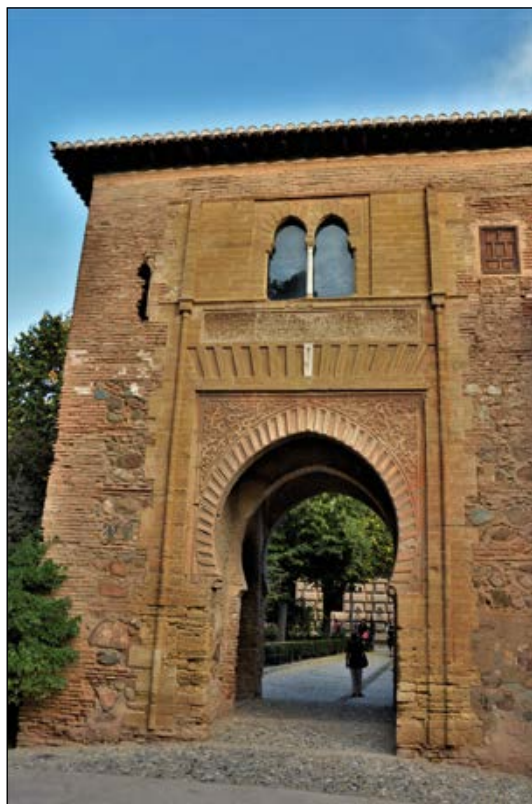


Fig. 3 – Fachada este de la Puerta del Vino.



Fig. 4 – El Partal.



Fig. 5 – Almunia del Generalife.

De ese modo, las áreas quedaron plenamente diseñadas. La militar estaba separada de la civil por la citada Puerta del Vino, que a su vez marcaba el hito esencial de la calle principal de la Alhambra, la Calle Real Alta. En la cumbre de la colina se situaba la aljama y unos baños a su servicio. Esta se hallaba entre la parte urbana propiamente dicha y la que será la zona palatina, quedando como zona neutral entre una y otra. Se construyó un área periurbana con el Generalife. Todo ello seguía unas líneas claramente impuestas por elecciones precedentes.

Dos son las que se aprecian. Por un lado la preexistencia de la Alcazaba, que era la Nueva, probablemente desde el último rey zirí, en que ya existía, y que siguió denominándose así. Ese rincón que forma el espolón occidental del conjunto obligó, lógicamente a relacionarse con la ciudad de Granada e hizo necesario ocupar su retaguardia, extensa y en una elevación constante hacia el este y el norte.

La segunda es el trazado de la Acequia Real. El hecho que fuese por la cresta de la colina indica la previsión de ocupar toda ella, pues usaba la línea de máxima pendiente con lo que era posible proveer de agua a todo el espacio que se quisiera ocupar.

Hay una tercera cuestión que se puede considerar. La parte norte se enfrentaba a la sede del antiguo poder y, por tanto, tiene su lógica que en ella se concentrase el área palatina, ofreciendo la imagen del nuevo poder, el nazarí.

Podemos continuar haciendo una lectura que, aunque contiene elementos materiales, se inserta en la focalización del Estado y sus protagonistas en el gobierno del emirato.

El conjunto palatino es donde principalmente se escenifica y representa todo ese entramado filosófico y político que rige una sociedad cada vez más estabilizada, pero al mismo tiempo más amenazada. Así, en el emirato nazarí, en su período más brillante, cuando la presión feudal es menos directa, o sea, como ya queda dicho, en los reinados de Isma'íl I, Yusuf I y Muhammad V se establecen y desarrollan esos principios, no sin sobresaltos y contradicciones, como se aprecia en el ya mencionado asesinato en la mezquita mayor de Yusuf y la deposición de Muhammad V. No olvidemos que el propio Isma'íl I fue llevado al poder por una revuelta interna que llevó al poder a la rama cognática de los nazaríes. En efecto, el emir llegó al ejercicio del poder de una manera poco *habitual*, pues era descendiente por línea materna del segundo rey granadino, Muhammad II. Eso explica que la zona propiamente palatina fue definiéndose a partir de un palacio, quizás el de San Francisco, pero también otro que apenas se ha podido entrever, dado que se construyeron los hoy visibles encima de él, y de la creación de la *rawda* o cementerio real, en donde el primero que fue enterrado fue Muhammad II y, luego, su nieto y constructor Isma'íl I.

Sin duda la culminación de toda esa actividad viene dada por la reorganización del conjunto palatino en tiempos de Muhammad V. Como ha escrito E. García Gómez: “Todos los datos de que disponemos son afluentes de una misma convicción: la idea que de la Alhambra tenía Mohammed V era grandiosa, total y unitaria”¹³.

Es evidente que la denominada arqueología del poder es en realidad la del Estado, y el poder de este se representa en escenarios diferentes y de manera diversa, porque la intensidad es variable. De todo ello se deriva que la manifestación tenga fines muy distintos. Así, cuando el emir o el califa acude a la mezquita lo hace para mostrar que es el defensor del Islam y un buen creyente, el primero de todos, pero su aparición es semioculta, porque se ampara en la maqsura. Con todo, vemos cómo aprovechando que Yusuf I fue a orar con motivo de la fiesta de la ruptura del ayuno (*ayd al-fitr*) en la mezquita mayor de la Alhambra fue asesinado¹⁴, pese al carácter religioso y, por tanto, inviolable de que gozaba. Su proximidad a los otros fieles lo hizo posible, pero, sin duda, sobre todo, la más que posible complicidad de quienes tenían que guardarlo y protegerlo.

Esta idea de un emir accesible no debe engañarnos, seguramente era buscado para ser depuesto por asesinato. Con ello se quiere decir que la inseguridad parte de las revueltas cortesanas, incluida la misma familia reinante. Es, por tanto, hasta cierto punto normal que se preservara y rodease de las personas más fieles y que

¹³ GARCÍA GÓMEZ, Emilio – *Foco de antigua luz sobre la Alhambra...* p. 80.

¹⁴ IBN AL-JATIB – “Al-Lamha al badriyya fi dawla al-nasriyya...”, p. 120.

sus manifestaciones fuesen ante el círculo en que se apoyaba más que frente a un público expectante que a veces alcanzaba a verlo en ocasiones muy concretas.

Si en la mezquita, lugar sagrado por excelencia en el Islam, no aseguraba la permanencia de los detentadores del poder, menos lo hacía el palacio. Y. Porter lo define en contraposición de ambos: “Le palais, symbole et lieu du pouvoir, construction civile et dynastique, ne jouit pas de la protection que l’accordera plus volontiers à des édifices religieux”¹⁵.

Cabe pensar que, por tanto, el ejercicio del poder, fundamento del Estado, precisaba de consensos a partir de la cohesión del grupo dominante y de prácticas políticas que siempre están mediatizadas por los doctores en religión y predicadores. De ahí que haya un empeño manifiesto de los gobernantes en mostrarse como verdaderos defensores del Islam, a veces contra los propios hombres de leyes y de religión. La búsqueda permanente de una preeminencia por parte de quienes gobiernan y de quienes los apoyan cristalizó en la fundación de centros de enseñanza religiosa, como las madrasas, en donde se formaban los ulemas y alfaquíes, dentro de una tendencia religiosa concreta amparada y promovida por el emir o califa. Es una institución que intenta homogeneizar las interpretaciones del Islam. De ahí que fuese tan importante la creación de la granadina, la Madrasa Yusufiyya, por el emir más implicado en el control de la religión y revestido de un carácter místico, como se demuestra en el florecimiento del misticismo, capaz de sublimar una realidad que presentaba un creciente deterioro de la *umma*, con un florecimiento de la economía de intercambio y una destrucción imparable de los lazos originales en que se basaba la sociedad.

Los escenarios del poder se desarrollan según planes predeterminados, como hemos tenido ocasión de mostrar en un trabajo por ahora inédito¹⁶. No obedecen, como se ha dicho con frecuencia, solo al capricho de los príncipes:

De plus, ces édifices sont souvent dus au caprice personnel d’un prince; de ce fait, les éventuels successeurs du prince auront tendance à ignorer ou à transformer les résidences de leur prédécesseur. Ces facteurs justifient – du moins en partie – que le palais soient, d’une manière générale, beaucoup moins bien conservés que les édifices religieux¹⁷.

¹⁵ PORTER, Y. – “La production artistique”. In GARCIN, J.C. et al. – *États, sociétés et cultures du monde musulman médiéval. X^e-XV^e siècle*. Tome 2. Paris: Sociétés et cultures, 2000, pp. 275-324, concretamente p. 279.

¹⁶ MALPICA CUELLO, Antonio – “El Palacio de los Leones y la configuración del espacio palatino de la Alhambra”. In *Leones y Doncellas. Un viaje cultural contemporáneo Granada/Sevilla. Patio de los Leones/Patio de las Doncellas. Intercambios y préstamos artísticos y humanísticos a fines de la Edad Media*. Granada-Sevilla, 2016 (en prensa).

¹⁷ PORTER, Y. – “La production artistique...”, p. 279.

En términos similares se ha expresado L. Torres refiriéndose a la Alhambra:

Se engaña el que piense encontrar en la Alhambra una organización unitaria que responda a un plan conjunto, una idea directriz que haya presidido a la concepción arquitectónica, como en las grandes construcciones occidentales. Los palacios musulmanes se forman por yuxtaposición de diversas partes, sin atender a más consideraciones que a la forzosa del relieve del suelo y a las necesidades del momento. La célula inicial es el patio rectangular, con pórticos sobre columnas en los lados menores, sala transversal con entrada por cada uno de ellos y alcobas en sus extremos, y, cuando la topografía o la existencia de una huerta lo permite, una torre saliente al fondo. Naves de habitación cierran los costados¹⁸.

Sin embargo él mismo plantea la existencia de una planta tipo y una cierta organización, por tanto, en la ciudad palatina, que hemos ido desvelando en sus etapas constructivas¹⁹.

Es obligado que la arqueología ponga de relieve esa y otras cuestiones. Entre ellas la contradicción que se observa entre un espacio aparentemente construido hacia el interior, no hacia el exterior, al contrario de lo que se observa en el contiguo Palacio de Carlos V.

En rigor no es tanto así, porque al menos el juego de volúmenes de la fachada norte de la Alhambra deja entrever que hay una gradación en las construcciones, con un espacio destacado, señalado por la torre de Comares, en contraste con aquellas otras que se perciben al exterior, pero que no dejan ver lo que hay dentro en ningún caso. Y digamos, que si bien antes pudo percibirse en segunda línea Leones, siempre estaba un tanto alejado de la muralla que define exteriormente la Alhambra.

La jerarquización del área palatina comienza con los accesos al Mexuar, su situación precedente a los palacios propiamente dichos, con un punto de contacto entre ambos complejos, que es lo que nos ha quedado del Mexuar. Continúa con la imponente construcción de Comares, obra de Yusuf I, que encierra todo un simbolismo religioso e ideológico de primera magnitud, como lo entendió y prolongó su hijo, Muhammad V. Para finalmente entrar en el recóndito mundo de Leones, e ir más allá, con la Rawda, espacio reservado y privado a todas luces, precedida de la qubba que hay a la salida de Leones, símbolo del poder del sultán y de su debilidad al mismo tiempo, porque enuncia la muerte como meta final, pese a todo el poder. La sala de los Reyes, con sus pinturas, abunda en esa idea. La gran contradicción entre un poder importante y la realidad de una vida contingente.

¹⁸ TORRES BALBÁS, Leopoldo – *La Alhambra y el Generalife*. Madrid, 1953, p. 35.

¹⁹ MALPICA CUELLO, Antonio – *La Alhambra ciudad palatina nazarí*. Málaga, 2007.



Fig. 6 – Palacio de Comares, espacio central del poder nazarí en la Alhambra.

Sería preciso formular una idea sobre todo ello. La necesidad de mostrar un poder poco ostentoso al exterior es un signo de fortaleza, que no de debilidad, para hacer gala de la magnificencia de un sultán preocupado por el bienestar de su pueblo, no exhibiendo una carácter potente, no de riqueza, al contrario de lo que ocurre en el interior de la construcción, en donde el poder es cotidiano y debe ejercerse en un paulatino alejamiento, un *nolli me tangere*, imprescindible para su condición de ser piadoso, magnánimo, cercano a los designios de la divinidad, no participando de ella, como ocurría en otras sociedades, sino mostrando la capacidad de ascender a los cielos, a la morada de Allāh, según reza en el simbolismo del techo de Comares²⁰.

Aparte de los escenarios están los objetos, nos referimos a los ajuares, pero también a las decoraciones, que tienen un fuerte simbolismo y un lenguaje que solo está para los iniciados, para darles cohesión y expresar la necesidad de una conformación y mantenimiento del bloque hegemónico.

El análisis de los objetos que conforman los ajuares no es posible hacerlo, porque habría que referirlo a casos concretos y, en el de la Alhambra, es toda una investigación por llevar a cabo. Baste con señalar, por ejemplo, la importancia de los jarrones y de la numerosa cerámica que se producía y existía en la ciudad palatina.

Solo nos limitaremos a decir la importancia que tiene la posesión de objetos exóticos, aunque no solo. La tesis doctoral de J. Ortega²¹ lo ha destacado, refiriéndose a un espacio que incluso podríamos pensar que es marginal, la taifa de Albarracín, mostrando la importancia de medir la capacidad productiva propia a través de la posibilidad de adquirirlos y mostrarlos.

²⁰ CABANELAS RODRÍGUEZ, Dario O.F.M. – *El techo del Salón de Comares...*

²¹ ORTEGA ORTEGA, Julián M. – *La Dawla Raziniyya. Súbditos y soberanos en la taifa de Santa María de Oriente. Siglo V H./XI d. C.*, Universidad de Zaragoza. Tesis doctoral, 2015.

Sin duda, la lectura desde la dimensión del poder de la ciudad palatina no nos exime de hablar desde una perspectiva más material. debe señalarse la evolución de la misma desde su consideración de asentamiento.

Se ha de considerar que la vida en la Alhambra se completa con la del Generalife, en donde se cumple el principio de recreo junto a la productividad de campos irrigados.

Todo ello explica el crecimiento, no tanto poblacional, cuanto económico. A la precisión de abastecer industrias que servían al conjunto palatino hay que sumar las necesidades agrícolas, lógicamente, y el gasto preciso para actividades humanas imprescindibles entre las cuales destacan las higiénicas, como la instalación y el uso de los baños, entre otras.

Por eso la dinámica agrícola y artesanal, sin olvidar las otras, aunque sin maximizarlas, obliga a una expansión, aun por medir en su verdadera dimensión, que el sistema hidráulico pone de manifiesto. Se observa primero la creación de un canal subterráneo, como si de un *qanāī* se tratase, pero que tiene un recorrido inverso. En efecto, tomando el agua de la Acequia Real tras pasar por el Generalife, va por un túnel debajo de tierra, con dos pozos de aireación de trecho en trecho, hasta llegar a otro más profundo que sirve para sacar el agua con una noria, en un espacio superior, que permite irrigar no menos de 1,5 ha. La operación de sacar el agua con animales termina en un gran albercón, de una belleza importante, pero de una grandísima utilidad, porque recoge el agua que riega las huertas de más abajo, que ahora se ponen en producción.

Más tarde hay una expansión de la propia Acequia Real, que conserva su nombre original en el tramo bajo, en tanto que el más alto pasa a llamarse Acequia del Tercio. Sirve para regar más allá del recinto y conduce el agua hasta la parte sur de la colina, los Mártires, la Antequeruela y Torres Bermejas, aunque no podemos precisar por ahora el ritmo como se hizo.

De lo que parece que no cabe duda es que se advierte una transformación en todo el conjunto de huertas que está por analizar a fondo, pues los trabajos no han hecho sino empezar. Encontramos en la última etapa la creación de una verdadera factoría agrícola al servicio de los intereses del emir y su corte, no solo para su autoabastecimiento, sino quizás también para ofrecer productos en el mercado, cada vez con más mercancías que eran codiciadas por los mercaderes extranjeros. Pero como decimos es un trabajo a realizar y una hipótesis a desarrollar.

Ahora bien, si hubo un cambio en la configuración de las huertas, como se ha documentado, no es menos cierto que lo tuvo cambiar en el sistema de provisión de agua. Conectar uno con otro sería importante para dimensionar las transformaciones detectadas y definir con justeza el proceso que se vislumbra.

Más allá de las construcciones rurales señaladas encontramos otras que abundan en la idea de expansión rural y, en cierto sentido, también urbana. Nos referimos a los espacios de almunias, como Dar al-'Arusa²², en la elevación superior, que se sirve, según todos los indicios del albercón del Cerro del Sol, que consigue el agua de un sistema parecido al de albercón de la zona baja ya señalado. Generó un poblamiento en esa área, con terrazas de cultivo por debajo de la construcción. No podemos olvidarnos de los Alijares y los restos que hoy vemos en el actual cementerio municipal de San José de Granada. Se refiere al periodo central del reino en adelante, con una evolución bien medida que hace que la vida urbana y la rural se imbrique en un todo en donde la sociedad andalusí, en su vertiente nazarí, aparezca con toda su identidad.

3. Conclusiones.

En suma, la Alhambra y el Generalife formaron un conjunto que surge a mediados del siglo XIII, con la instauración de la nueva dinastía, querida por la sociedad granadina, y que fue pleno desde mediados del siglo XIV en adelante, con una evolución que estaba prevista en sus inicios y que le confirió un carácter único, identificado con las creencias que sostenían ese poder islámico, aunque con elementos de contradicción apreciables.

El crecimiento de la ciudad pone de manifiesto la existencia de un plan para dotarla de unos contenidos que nos muestran la existencia de una estructura urbanística al servicio del poder del Estado, bajo la égida, aunque no firme en su totalidad, del emir, el conductor de la religión y de la sociedad. Así, la Alhambra cobra un papel destacado en el conjunto del reino y se conforma como un espacio único e incluso irreplicable. La concepción del poder la impregna y la hace sobrevivir tras la conquista castellana. Cuenta con una lógica detectable.

Por tanto el debate ha de conducirse a partir de una discusión que ponga de relieve la necesidad de dotar de una racionalidad propia a las construcciones que se fueron levantando de acuerdo con un ritmo que contenía el código de la arquitectura implantada, más allá incluso de las funciones y en base al discurso que se quería hacer explícito. De ese modo, será posible entrar en una explicación en la que expresión material sea importante y, al mismo tiempo, nos informe de las necesidades expresivas para que el poder se pueda reconocer sin grandes dificultades.

²² TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Dār al-'Arusa y las ruinas de palacios y albercas granadinas situadas por encima del Generalife”. *Al-Andalus XIII* (1948), pp. 185-203.

BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, Manuel – “La fortificación en al-Andalus”. *Archeologia medievale* 22 (1995), pp. 7-36.
- BARCELÓ, Miquel – “El califa patente: el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder”. In *Estructuras y formas de poder en la historia*. Salamanca, 1991, pp. 51-72.
- BIANQUIS, Thierry – “Le monde musulmane du IX^e/III^e siècle au XV^e/X^e siècle”. In GARCIN, J.C. et al. – *États, sociétés et cultures du monde musulman médiéval. X^e-XV^e siècle*. Tome 2. París: Sociétés et cultures, 2000, pp. 5-81.
- CABANELAS RODRÍGUEZ, Dario O.F.M. – *El techo del Salón de Comares en la Alhambra. Decoración, policromía. simbolismo y etimología*. Granada, 1988.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio – *Foco de antigua luz sobre la Alhambra. Desde un texto de Ibn al-Jatib*. Madrid, 1988.
- GUICHARD, Pierre – *Al-Andalus frente a la conquista cristiana: los musulmanas de Valencia, siglos XI-XIII*. Valencia, 2001.
- IBN AL-JATIB – “Al-Lamha al badriyya fi dawla al-nasriyya” (texto traducido por Casciaro Ramírez, José María). In *Historia de los Reyes de la Alhambra*. Granada, 1998.
- LAMBTON, Ann – *State and Government in medieval Islam*. Oxford, 1981.
- MALPICA CUELLO, Antonio – “Un elemento hidráulico al pie de la Alhambra”. *Cuadernos de la Alhambra* 29-30 (1993-1994), pp. 77-89.
- MALPICA CUELLO, Antonio – *La Alhambra ciudad palatina nazarí*. Málaga, 2007.
- MALPICA CUELLO, Antonio – “Arqueología del saber y arqueología del poder. Acerca de la ciudad palatina de la Alhambra”. In GARCÍA PORRAS, Alberto (Ed.) – *Manifestaciones materiales del poder en al-Andalus*. Granada, 2016 (en prensa).

MALPICA CUELLO, Antonio – “El Palacio de los Leones y la configuración del espacio palatino de la Alhambra”. In *Leones y Doncellas. Un viaje cultural contemporáneo Granada/Sevilla. Patio de los Leones/Patio de las Doncellas. Intercambios y préstamos artísticos y humanísticos a fines de la Edad Media*. Granada-Sevilla, 2016 (en prensa).

MALPICA CUELLO, Antonio; MATTEI, Luca (Eds.) – *La Madraza de Yusuf I y la ciudad de Granada*. Granada, 2015.

ORTEGA ORTEGA, Julián M. – *La Dawla Raziniyya. Súbditos y soberanos en la taifa de Santa María de Oriente. Siglo V H./XI d. C.*, Universidad de Zaragoza. Tesis doctoral, 2015.

PORTER, Y. – “La production artistique”. In GARCIN, J.C. et al. – *États, sociétés et cultures du monde musulman médiéval. X^e-XV^e siècle*. Tome 2. Paris: Sociétés et cultures, 2000, pp. 275-324.

TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Dār al-‘Arusa y las ruinas de palacios y albercas granadinas situadas por encima del Generalife”. *Al-Andalus* XIII (1948), pp. 185-203.

TORRES BALBÁS, Leopoldo – *La Alhambra y el Generalife*. Madrid, 1953.

Pouvoirs dans l'espace urbain et espaces des pouvoirs urbains à Bordeaux (XIII^e-XVI^e siècles)

*Michel Bochaca*¹

Résumé

Aux XIII^e et XIV^e siècles, le développement de la commune de Bordeaux s'accompagne d'une dilatation de l'espace *intra muros*, qui passe de 32 à 175 hectares. La cohabitation de la municipalité avec les pouvoirs déjà en place, laïques et ecclésiastiques, est parfois difficile. Au gré des conflits avec les juridictions voisines ou concurrentes, le maire et les jurats de Bordeaux assoient progressivement leur autorité sur la ville et sur les campagnes environnantes.

À partir de la seconde moitié du XIV^e siècle, le rôle clé de Bordeaux dans la défense du duché d'Aquitaine permet à la municipalité de jouir de larges pouvoirs en matière de justice, de police et de fiscalité sur la ville et sa banlieue, en contrepartie de son attachement à la cause anglaise. Après la conquête française (1453), passé une période de défiance, la commune récupère ses prérogatives, voire les accroît, mais en les exerçant désormais sous l'étroite surveillance des représentants du roi de France. La commune disposant d'une large autonomie à l'époque des Plantagenêts se transforme en une « bonne ville », relais du pouvoir royal, préalable à la mue de Bordeaux en une capitale provinciale à l'époque moderne.

Mots-clés

Pouvoirs urbains; espaces urbains; Bordeaux; Moyen Âge.

¹ Université de La Rochelle, UMR 7266 Lienss. mbochaca@univ-larochelle.fr

Powers in the urban space and space from urban powers in Bordeaux (13th-15th centuries).

Abstract

In the 13th and 14th centuries, the development of the Bourdeaux's commune was accompanied by a dilation of the intra walls space, which expanded from 32 to 175 hectares. Sometimes it was difficult the cohabitation of the municipality with the powers already established, secular and ecclesiastical. At the mercy of conflicts with neighboring or competing jurisdictions, the mayor and juries of Bordeaux were gradually establishing their authority over the city and the surrounding countryside.

From the second half of the 14th century, Bordeaux played a key role in the defense of the Duchy of Aquitaine, which allowed the municipality to enjoy wide powers of justice, police and taxation on the city and its suburbs. After the French conquest (1453), and after a period of distrust, the commune recovered its prerogatives, even increases them, but now the exercising of them is supervised by the representatives of the King of France. The commune enjoyed of great autonomy at the time of the Plantagenêts and it was transformed into a "bonne ville", related to the royal power, before the moult of Bordeaux into a provincial capital in Modern times.

Keywords

Urban powers; urban spaces; Bordeaux; Middle Ages.

1. Introduction.

Tenant de la géographie historique ou géohistoire, Charles Higounet se plaisait à dire que l'histoire se déroule dans le temps mais aussi dans l'espace². Au-delà de la simple localisation géographique, la prise en compte de la dimension spatiale des phénomènes constitue une problématique en soi. En associant étroitement le terme « pouvoirs » et l'expressions « espace urbain », la thématique du colloque s'inscrit au moins en partie dans cette ligne historiographique.

² HIGOUNET, Charles – "La géohistoire". In SAMARAN, Charles (Ed.) – *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, La Pléiade, 1961, pp. 68-91.

Bordeaux, choisi à titre d'exemple, est la seule ville du Bordelais³ disposant de sources écrites, archéologiques et monumentales à même de nous renseigner sur les rapports entre pouvoirs et espace urbain. Les lacunes documentaires rendent l'approche malaisée pour les autres villes du diocèse⁴. En vertu de l'adage « à tout seigneur, tout honneur » nous nous centrerons sur la ville principale, que nous verrons s'affirmer comme une capitale provinciale à la fin de la période étudiée.

Par « pouvoirs urbains », nous entendons les institutions, laïques et ecclésiastiques, détentrices d'un pouvoir de commandement supérieur, en premier lieu celles qui étaient dépositaires de l'autorité publique (ban). La notion d'« espace urbain » englobera la ville *intra muros* et ses faubourgs. Une première combinaison des deux expressions clés de la thématique conduit à analyser la présence des pouvoirs dans l'espace urbain (typologie, distribution spatiale). Mais il est aussi possible s'interroger sur les espaces contrôlés par les pouvoirs ayant leur siège dans la ville, ce qui conduit à déborder de la ville close et des faubourgs pour prendre en compte les territoires périurbains soumis à leur juridiction. Enfin, le fait de travailler sur la longue durée, du XIII^e au milieu du XVI^e siècles, permet de mesurer des évolutions, dans le cas présent, l'affirmation du pouvoir municipal au détriment des autres pouvoirs qui lui étaient antérieurs.

2. Géographie des pouvoirs dans l'espace urbain de Bordeaux.

En 1565, à l'occasion de la venue de Charles IX, Élie Vinet, principal du Collège de Guyenne, composa à l'intention du roi un petit ouvrage sur *L'Antiquité de Bourdeaux*⁵. Il l'accompagna d'une vue à vol d'oiseau de la ville, expurgée du bâti afin de mieux faire ressortir les édifices remarquables qui en constituent la « substantifique moelle », si l'on peut ainsi paraphraser son illustre contemporain, Michel de Montaigne (**Fig. 1**)⁶. Parmi ceux-ci figurent les bâtiments à partir desquels les principaux détenteurs de pouvoirs exerçaient leur autorité sur la ville et autour d'elle. La planimétrie est loin d'être exacte, mais le portrait de ville est suffisamment réaliste pour servir de support à une analyse spatiale⁷.

³ Le Bordelais constituait un pays, au sens ancien du terme, disposant de coutumes propres. À défaut de connaître les limites de ce ressort territorial, nous avons retenu les contours du diocèse de Bordeaux, avec lequel il coïncidait approximativement.

⁴ BOCHACA, Michel – *Villes et organisation de l'espace en Bordelais (vers 1300-vers 1550)*. Paris, Les Indes savantes, 2015.

⁵ VINET, Élie – *L'antiquité de Bourdeaux, présentée au Roy le treziesme jour d'avril, l'an mille cinq cens soixante cinq*. Poitiers: Enguilbert de Marnef, 1565.

⁶ Archives municipales de Bordeaux, XL-B 19, gravure sur bois (24 cm x 15 cm).

⁷ Nous avons préféré cette vue à une autre, de peu antérieure, reproduite par Antoine du Pinet et qui présente une forte distorsion planimétrique liée à la juxtaposition de plusieurs angles de prises de vue. Voir

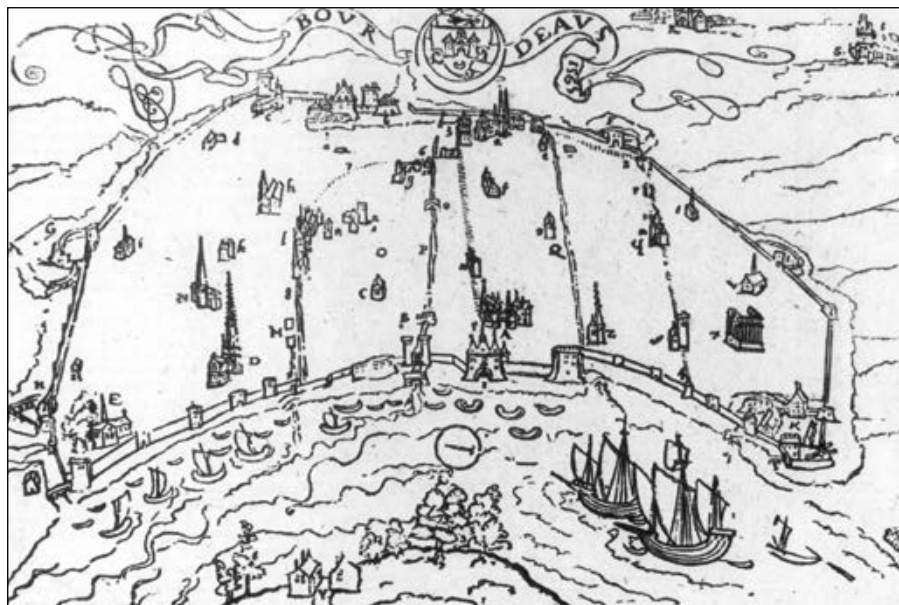


Fig. 1 – « Bordeaux 1565 », d'après Élie Vinet.

1.1. Un espace urbain muré portant la marque de sa dilatation progressive du IV^e au XI^e siècle.

La représentation des trois enceintes successives met en relief les grands ensembles topographiques qui se sont constitués au fil des étapes du développement urbain, du IV^e au XIV^e siècle (Fig. 2)⁸.

Au centre, la forme quadrangulaire, marquée aux angles : 3, 2, 4, 5, correspond au réduit fortifié de 32 hectares, à l'abri duquel les habitants de Burdigala se replièrent au IV^e siècle et où la population du haut Moyen Âge resta confinée jusqu'au XII^e siècle. Les historiens contemporains la désigne aujourd'hui sous l'appellation générique de *castrum*. Pour Élie Vinet, humaniste féru d'Antiquité, il s'agit de « l'antienne & première ville de Bourdeaus », comme cela est indiqué dans la légende.

: BOCHACA, Michel – “Le vif pourtrait de la Cité de Bourdeaulx’ d’après le livre des Plantz, Pourtraictz et Descriptions de plusieurs villes et forteresses d’Antoine du Pinet: représentation d’une capitale provinciale vers 1560”. *Nouveau bulletin de la société internationale des amis de Montaigne n° spécial Montaigne et sa région* (2008), pp. 3-18.

⁸ Pour le détail du développement topographique de Bordeaux voir: ÉTIENNE, Robert – *Bordeaux antique*. Bordeaux, Fédération historique du Sud-Ouest, 1962; HIGOUNET, Charles (Dir.) – *Bordeaux pendant le haut Moyen Âge*. Bordeaux, Fédération historique du Sud-Ouest, 1963; RENOARD, Yves (Dir.) – *Bordeaux sous les rois d'Angleterre*, Bordeaux: Fédération historique du Sud-Ouest, 1965; BOUTRUCHE, Robert (Dir.), *Bordeaux de 1453 à 1715*. Bordeaux : Fédération historique du Sud-Ouest, 1966. LAVAUD, Sandrine (Dir.) – *Atlas historique de Bordeaux*. Bordeaux: Ausonius, 2009.

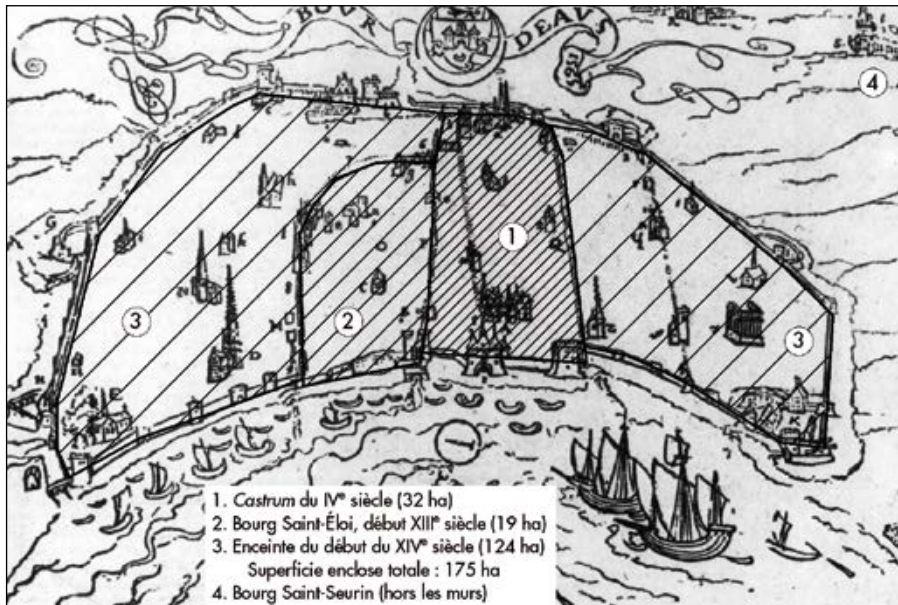


Fig. 2 – Les enceintes successives de Bordeaux (IV^e-XIV^e siècles).

Signalé sur la vue par les chiffres 6, 7, 8, 9, ainsi que par la mention : « première creue de ladite ville » dans la légende, le bourg Saint-Éloi est le résultat de la croissance des XI^e-XII^e siècles. Bloquée au nord par proximité de la Palu de Bordeaux, zone humide insalubre, la poussée s'exerça vers le sud, où le peuplement se structura autour de trois pôles : les églises Saint-Éloi (I) et Sainte-Colombe (C), et le Marché (O). Au début du XIII^e siècle, les faubourgs se convertirent en un bourg de 19 hectares avec la construction d'une nouvelle enceinte.

Alors que l'essentiel de l'enceinte antique et la portion ouest de celle du XIII^e siècle avaient disparu, la grande enceinte du XIV^e siècle est toujours en élévation à l'époque d'Élie Vinet. Les quelque 5000 mètres de circuit de la muraille, jalonnée de tours, sont représentés. Si les portes Saint-Julien (G), Dijéaux (F) et Saint-Germain (L) sont encore défendues par une barbicanne semi-circulaire, le présence d'un « boulevard » à l'avant de la porte Sainte-Croix (H) témoigne d'adaptations tenant compte des progrès de l'artillerie. Cet important accroissement porta la superficie totale à 175 hectares. La forme oblongue du tracé montre comment la ville épouse la courbure du fleuve à l'est et la croissance plus importante au sud qu'au nord est perceptible en dépit des distorsions planimétriques.

Seuls demeuraient hors les murs le faubourg Saint-Seurin (R), le Palais Galien, vestiges de l'amphithéâtre gallo-romain (S), et le petit faubourg qui avait commencé à se former autour de l'église des Chartreux dans la seconde moitié du XV^e siècle (T).

1.2. La distribution spatiale des pouvoirs dans l'espace urbain (XV^e-XVI^e siècles).

Le fait de circonscrire la notion de pouvoirs urbains à l'exercice d'une forme d'autorité publique, permet de ramener le nombre de détenteurs à cinq à la fin du Moyen Âge et au début de l'époque moderne (Fig. 3).

Trois correspondent à des institutions ecclésiastiques. Il s'agit respectivement de l'archevêque de Bordeaux et du chapitre cathédral Saint-André, installés à l'angle sud-ouest du *castrum*, de l'abbaye de Sainte-Croix, à l'extrémité sud de l'enceinte du XIV^e siècle, et du chapitre Saint-Seurin, établi dans un faubourg, hors les murs, au nord-ouest. À partir des années 1240, les archevêques de Bordeaux déléguèrent leurs pouvoirs de justice à l'official⁹. Celui-ci exerçait, en lieu et place de l'archevêque, un contrôle sur les clercs et les biens ecclésiastiques. À l'égard des laïcs, il était compétent en matière matrimoniale, testamentaire et de tutelle des mineurs. Il authentifiait les actes privés par apposition de son sceau et se prononçait à titre gracieux sur de menues affaires. En 1301, pour limiter la concurrence avec les autres juridictions, le sénéchal de Gascogne interdit à tout laïc d'assigner un autre laïc devant l'officialité, sous peine de 65 sous d'amende.

Les quartiers canoniaux de Saint-André et de Saint-Seurin ainsi que celui occupé par les moines de Sainte-Croix disposaient du privilège de sauve-té. Cela en faisaient des enclaves juridiques aux limites desquelles s'arrêtaient les pouvoirs des justices laïques. Leurs limites médiévales sont mal connues. D'après les croix plantées en 1761, la sauve-té de Saint-André formait un enclos rectangulaire confronté au sud et à l'ouest par l'ancien mur romain, au nord par la Devèze et à l'est par la rue Porte-Basse (actuelle rue de Cheverus)¹⁰.

Au début du XIII^e siècle, à la faveur de la construction de la deuxième muraille dont il fut le promoteur, le pouvoir municipal s'établit près de l'église Saint-Éloi, où il fit édifier l'Hôtel de Ville, dans l'espace compris entre le double mur d'enceinte, tandis que le beffroi communal : la Grosse-Cloche, surmontait la porte Saint-Éloi qui le joutait. Le maire et les jurats y tenaient leurs assemblées. Les officiers municipaux, à commencer par le clerc de la ville, y exerçaient leurs activités. L'édifice abritait les archives municipales et une prison Non loin de là, un hôtel, la « mairerie », servait de résidence de fonction aux maires. Choisis par le roi d'Angleterre puis par le roi de France, ou par leur représentant à Bordeaux, les maires n'étaient pas tous issus des rangs des bourgeois.

⁹ BOCHACA, Michel – “Les origines de l'official de Bordeaux”. *Mémoire de Guyenne* 2 (1991), pp. 57-59. BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux. Formation d'une juridiction municipale suburbaine (vers 1300 - vers 1550)*. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 13.

¹⁰ BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux...*, p. 13.

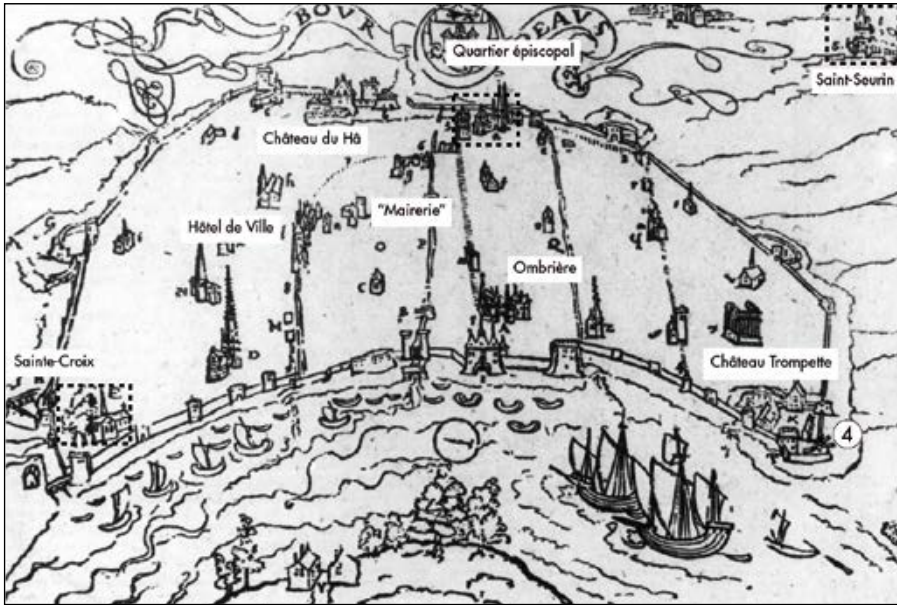


Fig. 3 – Les sièges de juridictions dans Bordeaux vers 1500.

Le Palais de l'Ombrière, était le siège de l'administration ducale à Bordeaux depuis le XII^e siècle. Le sénéchal de Gascogne, le connétable de Bordeaux, le juge des appels de Gascogne, le prévôt de Bordeaux et leur personnel respectif s'y trouvaient rassemblés et y exerçaient leurs attributions. Les officiers du roi de France s'y installèrent à l'issue de la première conquête de 1452 et, de façon définitive, après la reprise de la ville en 1453. Leur nombre grossit à partir de 1462 avec la création du parlement de Bordeaux.

Le Fort du Hâ et le Château Trompette, construits après la révolte de 1452-1453, symbolisent la mise en tutelle de Bordeaux par le pouvoir royal¹¹. Occupant le flanc ouest et l'extrémité nord de l'enceinte du XIV^e siècle, sur laquelle ils prenaient appui, leur fonction était avant tout militaire¹². Ils tenaient la ville en respect avec leurs canons et leur garnison, et assuraient aux gens du roi le contrôle de deux points d'entrée et de sortie, à la manière de la Bastille à Paris ou du Château-Neuf à Bayonne. Le château Trompette jouait en plus un rôle de surveillance et de défense du port.

¹¹ Le Château Trompette a été démoli à la Révolution (actuelle place des Quinconces).

¹² BOCHACA, Michel; FAUCHERRE, Nicolas – “*Tenir en brisde et subgection les habitants d'icelle ville*”: la construction des châteaux du Hâ et de Tropoyte à Bordeaux sous Charles VII et Louis XI”. In *Château et ville*. Bordeaux: Ausonius, 2002, pp. 53-64.

2. L’empreinte des pouvoirs urbains sur la ville (XV^e-XVI^e siècles).

2.1. La monumentalité du pouvoir : l’exemple du roi et de la municipalité.

L’affirmation des pouvoirs dans la ville passe par une forme de monumentalité de l’autorité dont ils étaient les détenteurs. La cathédrale Saint-André, d’une part, et les églises Sainte-Croix et Saint-Seurin, d’autre part, participaient de ce processus, mais leurs fonctions religieuses primaient. Les édifices associés au pouvoir royal et au pouvoir municipal étaient investis de fonctions de représentation beaucoup plus univoques (Fig. 4).

Emblème de la commune représenté sur son sceau et sur ses armes, la Grosse-Cloche fut mise en chantier au XIII^e siècle. Fortement remaniée au milieu du XV^e siècle, elle arborait une fleur de lys au sommet de son clocheton central, comme

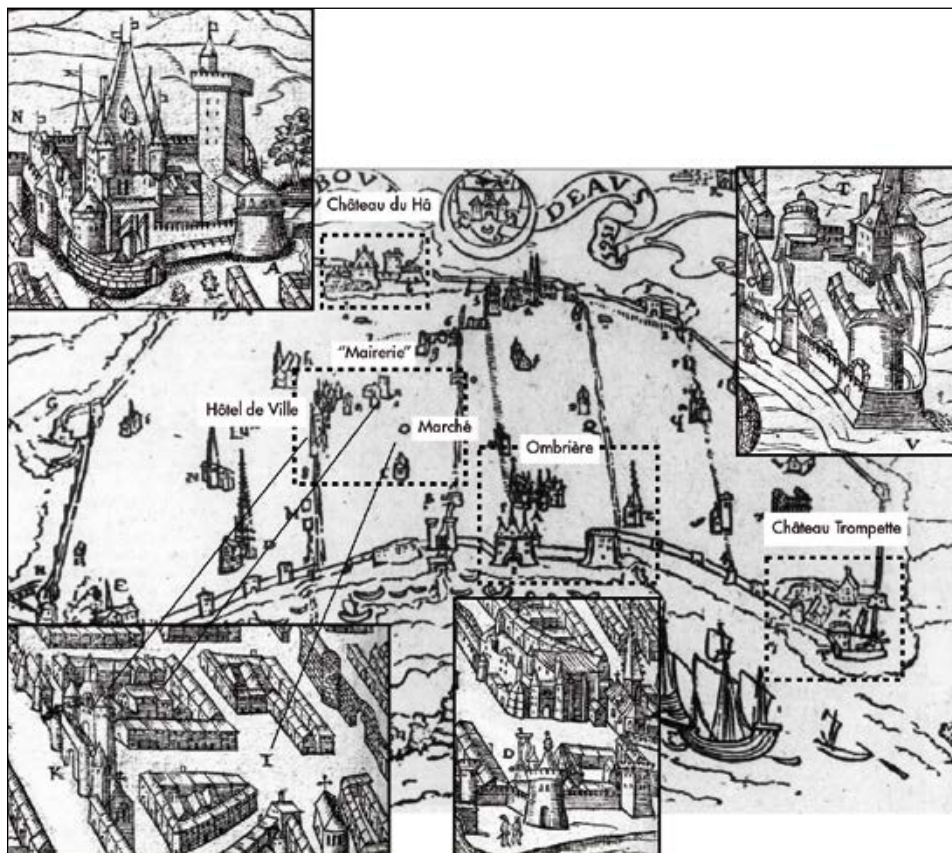


Fig. 4 – La monumentalité du pouvoir royal et municipal dans Bordeaux : édifices remarquables.

marque de fidélité au roi de France (**Fig. 5**)¹³. La Porte du Calhau, mise en chantier en 1493 ou 1494 par la municipalité pour renforcer ce secteur de rempart, affichait elle aussi les symboles du pouvoir royal¹⁴. Les décors, aujourd'hui restaurés, présentent les armes de France du côté de la ville (écu à trois fleurs de lys, entouré du collier de l'ordre de saint Michel tenu par deux anges) et, vers la Garonne, une statue en pied du roi, figuré en empereur, avec sceptre et globe (**Fig. 5**). L'édifice adopte un style architectural introduit après la conquête française et dénommé « à la guise de France » : toiture à forte pente, couverte d'ardoises ; rampants à crochets surmontant les lucarnes.

La présence pouvoir royal se marque de manière propre par la présence de plusieurs édifices. Aujourd'hui disparu, le palais de l'Ombrière est connu par des plans et des vues de l'époque moderne¹⁵. Vers la Garonne, il prenait appui sur une tour de l'enceinte gallo-romaine et sur un donjon rectangulaire (18 x 14 m), construit 40 mètres en avant de l'enceinte du IV^e siècle, mentionné pour la première fois en 1096. Une courtine flanquée de deux tours reliait les deux ouvrages. La grande salle s'adossait à la section médiane de ce mur, enveloppée par un dédale de pièces distribuées autour de cours intérieures. Le tout formait une masse compacte, qui dominait les maisons alentour. En avant du Palais, vers le fleuve s'ouvrait la place de l'Ombrière, sur laquelle le pouvoir se mettait en scène : exécutions capitales¹⁶, ventes aux enchères des biens saisis.

Cette monumentalité du pouvoir royal apparaît sur le plan accompagnant l'ouvrage d'Élie Vinet. Elle est plus encore magnifiée sur le portrait de Bordeaux d'Antoine du Pinet (vers 1560), avec la représentation amplifiée du palais de l'Ombrière et des châteaux Trompette et du Hâ par rapport aux autres édifices de la ville, les vestiges antiques (Piliers de Tutelle et Palais Gallien) mis à part¹⁷. Elle s'affiche aussi sur les monuments à travers les représentations des armes du souverain et de celles de la ville. Une verrière de Saint-Seurin, aujourd'hui déposée, associait les armes de Bordeaux (trois léopards d'Angleterre en chef, Grosse-Cloche, flots chargés d'un croissant de lune symbolisant le coude de la Garonne faisant office de port) et celles du roi d'Angleterre (**Fig. 5**). Ce dernier, écartelé de France moderne (trois fleurs de lis posées 2 et 1), permet de dater l'ensemble

¹³ Suite à la révolte de 1548, le connétable de Montmorency fit dépendre le bourdon et décoiffer les tours. Le campanile et la toiture en poivrière datent de la reconstruction entreprise après l'incendie de 1755.

¹⁴ ROUDIÉ, Paul – *L'activité artistique à Bordeaux, en Bordelais et en Bazadais de 1453 à 1550*. Bordeaux : Sobodi, 1975, t. I, pp. 247-249.

¹⁵ Archives municipales de Bordeaux, X-U-7, dessin du milieu du XVIII^e siècle, et X-U-9, plan du XVIII^e siècle.

¹⁶ On constate la présence d'une potence érigée au milieu de la place sur le plan d'Antoine du Pinet (milieu du XVI^e siècle) et sur un dessin du milieu du XVIII^e siècle (Arch. municipales de Bordeaux, X-U 7). Sur ce dernier, le Palais est totalement entouré de maisons qui ont pris appui contre le mur oriental.

¹⁷ BOCHACA, Michel – « "Le vif pourtraict de la Cité de Bourdeaux" ... »

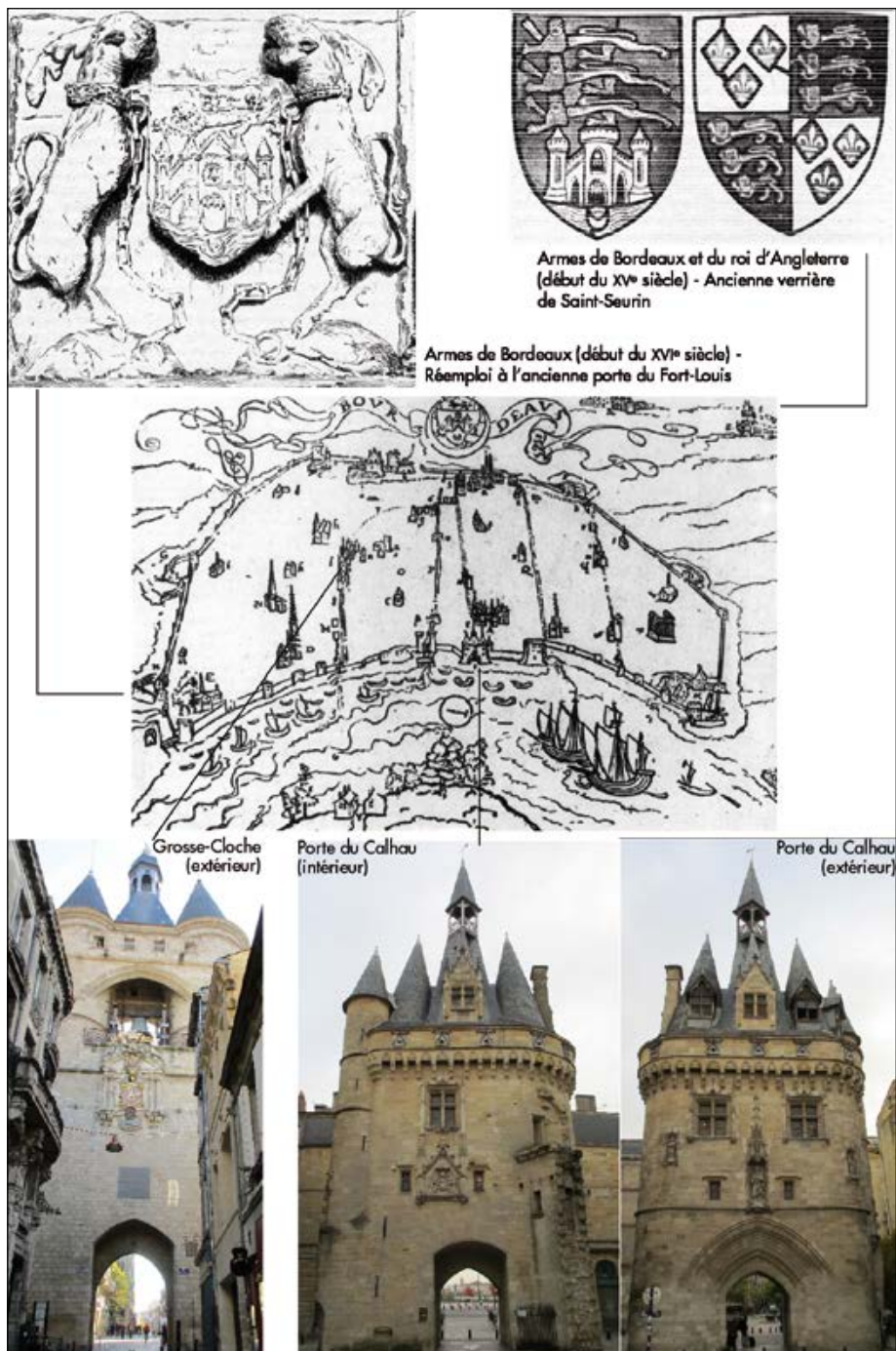


Fig. 5 – Les emblèmes du pouvoir royal et municipal à travers Bordeaux : armes et décors sculptés (dessins : M. Meudre de Lapouyade, *Les armoiries de Bordeaux*, *op. cit.*, pp. 18 et 27 ; clichés : M. Bochaca).

du début du XV^e siècle. En revanche, les armes de Bordeaux sont semblables à celles datant du XIV^e siècle, trouvées enfouies rue des Augustins et exposées aujourd'hui au Musée d'Aquitaine. Le changement de domination au milieu du XV^e siècle s'est accompagné d'une évolution des représentations dont témoignent les armes datant des environs de 1530 provenant de la démolition de la porte est du Fort-Louis¹⁸. Deux cerfs, affrontés et enchaînés, soutiennent l'écu qui porte en chef trois fleurs de lis et le léopard de Guyenne, surmontant la Grosse-Cloche, avec bourdon et herse, baignée par les flots, chargés d'un croissant de lune.

2.2. Des espaces urbains régis par le pouvoir municipal.

Si l'on met à part les sauvetés de Saint-André, de Sainte-Croix et de Saint-Seurin, qui formaient des juridictions enclavées relevant d'un pouvoir ecclésiastique, le reste de l'espace urbain *intra muros* était soumis à la juridiction du maire et des jurats de Bordeaux, auxquels il faut ajouter les abords immédiats de la ville (proches campagnes, port).

Même si les limites des jurades nous échappent, le découpage administratif de Bordeaux en douze circonscriptions différait de l'encadrement ecclésiastique en quinze paroisses urbaines et suburbaines, dont les contours étaient à peu près connus et qui servaient d'ordinaire à localiser les personnes et les biens dans la ville (**Fig. 6**).

Les espaces publics (principales rues et places, murailles, portes et fossés, puits, cours du Peugue et de la Devèze dans leur traversée de la ville) avaient le statut de communaux (*padouens* en gascon), qui conférait un droit d'usage aux habitants de Bordeaux. Au nom de la communauté, la municipalité exerçait sur ces espaces des pouvoirs de police (réglementation, surveillance) et de justice (poursuite des infractions) par délégation de l'autorité du roi-duc, durant la période anglaise, puis du roi de France à partir du milieu du XV^e siècle¹⁹. Les compétences du maire et des jurats s'étendaient aussi aux activités qui s'y pratiquaient, en particulier sur le Marché du bourg Saint-Éloi qui jouait un rôle important dans l'approvisionnement quotidien (boucherie, poissonnerie, paneterie). Hors de la ville *intra muros*, le maire et les jurats avaient acquis des compétences sur les proches campagnes à travers la banlieue mais aussi sur le port au terme d'une longue lutte, commencée dès le milieu du XIII^e siècle, avec deux juridictions concurrentes,

¹⁸ Il s'agit d'une réutilisation, la porte ayant été construite en 1676. Bien qu'appartenant à un même ensemble, les deux blocs n'étaient pas accolés, contrairement à la présentation qui en est faite au Musée d'Aquitaine.

¹⁹ BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux...* pp. 115-158.

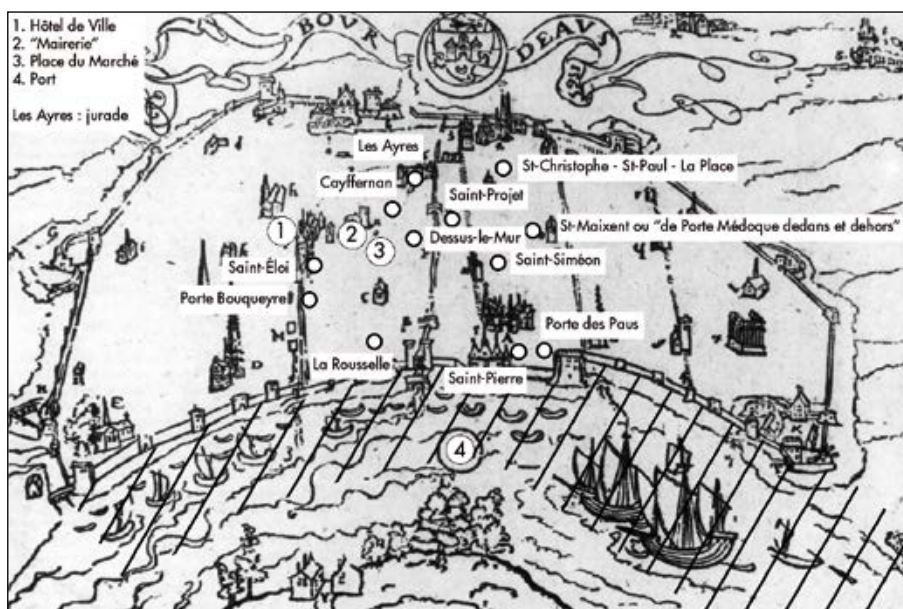


Fig. 6 – Jurades et espaces du pouvoir municipal à Bordeaux (XV^e-XVI^e siècles).

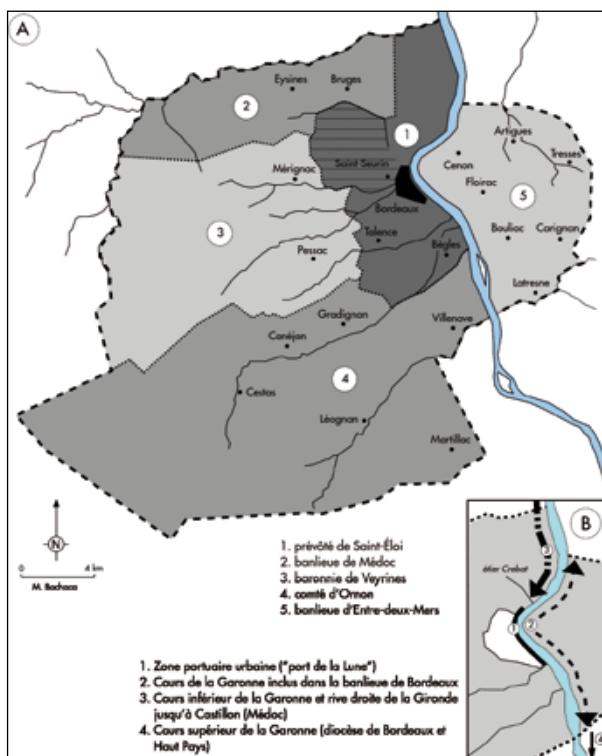


Fig. 7 – La contrôle municipal sur les espaces périurbains : la banlieue et le port.

le chapitre Saint-Seurin et le prévôt de Bordeaux, représentant local du pouvoir ducal (Fig. 7)²⁰.

Outre le maintien de l'ordre et le respect de la réglementation communale dans les lieux publics, la municipalité y mettait en scène la pratique quotidienne de son pouvoir. Le pilori se dresse sur la place du Marché. Les trompettes de la ville procédaient aux cris publics aux principaux carrefours, selon un itinéraire qui nous est malheureusement inconnu. Les visiteurs en charge du contrôle régulier de certaines activités ainsi que les jurats et les officiers de la ville envoyés enquêter, surveiller ou lever les impôts dus à la commune étaient les instruments du contrôle municipal, tout autant que les manifestations visibles de celui-ci²¹.

3. Conclusion.

À la fin du XV^e et au début du XVI^e siècle, la municipalité de Bordeaux représentait le principal pouvoir qui s'exerçait sur le ville close et sur ses abords immédiats (banlieue, port). Acquisées pour partie durant la période anglaise, ces larges attributions en matière de police, de justice et de finance furent confirmées et même élargies par les rois de France après la conquête de 1453. Cette importante délégation de pouvoirs eut cependant un prix. Elle s'accompagna d'une mise en tutelle plus étroite par la monarchie, Bordeaux se convertissant alors en une « bonne ville »²², relais du pouvoir royal. Ce contrôle par délégation s'exerçait en premier lieu sur l'espace urbain, sur la population qui y résidait et sur les activités qui s'y pratiquaient.

²⁰ BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux...* pp. 41-113.

²¹ BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux...*, pp. 115-158. BOCHACA, Michel – “La fiscalité municipale en Bordelais à la fin du Moyen Âge”. In MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (Dir.) – *La fiscalité des villes au Moyen Âge (Occident méditerranéen)*, Toulouse : Privat, 1999, t. 2, *Les systèmes fiscaux*, pp. 83-101 (91-94 et 96-99).

²² CHEVALIER, Bernard – *Les bonnes villes de France du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Aubier, 1982.

BIBLIOGRAPHIE

- BOCHACA, Michel – “Les origines de l’official de Bordeaux”. *Mémoire de Guyenne* 2 (1991), pp. 57-59.
- BOCHACA, Michel – *La banlieue de Bordeaux. Formation d’une juridiction municipale suburbaine (vers 1300 – vers 1550)*. Paris: L’Harmattan, 1997.
- BOCHACA, Michel – “La fiscalité municipale en Bordelais à la fin du Moyen Âge”. In MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (Dir.) – *La fiscalité des villes au Moyen Âge (Occident méditerranéen)*, t. 2 – Les systèmes fiscaux. Toulouse: Privat, 1999, pp. 83-101.
- BOCHACA, Michel – “Le vif pourtraict de la Cité de Bourdeaulx’ d’après le livre des Plantz, Pourtraictz et Descriptions de plusieurs villes et forteresses d’Antoine du Pinet: représentation d’une capitale provinciale vers 1560”. *Nouveau bulletin de la société internationale des amis de Montaigne*, n° spécial *Montaigne et sa région* (2008), pp. 3-18.
- BOCHACA, Michel – *Villes et organisation de l’espace en Bordelais (vers 1300-vers 1550)*. Paris: Les Indes savantes, 2015.
- BOCHACA, Michel et FAUCHERRE, Nicolas – “Tenir en brisde et subgection les habitants d’icelle ville’: la construction des châteaux du Hâ et de Tropeyte à Bordeaux sous Charles VII et Louis XI”. In *Château et ville*. Bordeaux: Ausonius, 2002, pp. 53-64.
- BOUTRUCHE, Robert (Dir.) – *Bordeaux de 1453 à 1715*. Bordeaux: Fédération historique du Sud-Ouest, 1966.
- CHEVALIER, Bernard – *Les bonnes villes de France du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Aubier, 1982.
- ÉTIENNE, Robert – *Bordeaux antique*. Bordeaux: Fédération historique du Sud-Ouest, 1962.
- HIGOUNET, Charles – “La géohistoire”. In SAMARAN, Charles (Ed.) – *L’Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, La Pléiade, 1961, pp. 68-91.

HIGOUNET, Charles (Dir.) – *Bordeaux pendant le haut Moyen Âge*. Bordeaux: Fédération historique du Sud-Ouest, 1963.

LAVAUD, Sandrine (Dir.) – *Atlas historique de Bordeaux*. Bordeaux: Ausonius, 2009.

MEAUDRE DE LAPOUYADE, Maurice – *Les armoiries de Bordeaux*. Bordeaux: Imprimeries Gounouilhou, 1913.

RENOUARD, Yves (Dir.) – *Bordeaux sous les rois d'Angleterre*, Bordeaux: Fédération historique du Sud-Ouest, 1965.

ROUDIÉ, Paul – *L'activité artistique à Bordeaux, en Bordelais et en Bazadais de 1453 à 1550*. 2 Vols. Bordeaux: Sobodi, 1975.

ROUXEL, Marcel – *La compétence de la cour des jurats de Bordeaux*. Bordeaux: Imprimerie Brière, 1949.

TRABUT-CUSSAC, Jean-Paul – *L'administration anglaise en Gascogne sous Henry III et Edouard I de 1254 à 1307*. Genève: Librairie Droz, 1972.

VINET, Élie – *L'antiquité de Bourdeaux, présentée au Roy le treziesme jour d'avril, l'an mille cinq cens soixante cinq*. Poitiers: Enguilbert de Marnef, 1565.

La fabrique urbaine d'une petite ville médiévale par l'effet de l'interaction des pouvoirs : *le cas de Billom*

*Thomas Areal*¹

Résumé

La petite ville médiévale de Billom a la particularité d'accueillir en son sein de nombreux détenteurs d'un pouvoir. L'évêque de Clermont est le seigneur du lieu, dont la communauté d'habitants dispose d'une représentation par voie consulaire. Le roi de France accorde la protection à la ville, faisant d'elle une "Bonne Ville", tout en plaçant aussi sous sa sauvegarde l'église collégiale Saint-Cerneuf, véritable contre-pouvoir au sein de la localité face à l'évêque, seigneur temporel. L'étude des interactions entre ces différents acteurs, durant la seconde partie du Moyen Âge (XI^e-XV^e siècles), démontre qu'ils ont modelé la ville de Billom et son espace. L'objectif est d'analyser comment ententes, négociations ou luttes ont façonné l'espace urbain de cette petite ville, à l'aide des sources qui nous sont parvenues.

Mots-clés

Petites villes ; Auvergne ; Luttes de pouvoir ; Évêque ; Espace urbain.

¹ Doctorant en Histoire médiévale, Université Clermont Auvergne / Centre d'Histoire "Espaces et Cultures".

The urban factory of a small medieval town by the effect of the interaction of powers: the case of Billom.

Abstract

The small medieval town of Billom has the feature of hosting many power holders. The bishop of Clermont is the lord of the place, whose community of inhabitants has a consular representation. The King of France grants protection to the city, making of it a “Bonne Ville”, while also placing under its protection the collegiate church Saint-Cerneuf, a real counter-power inside the locality in front of the bishop-lord. The study of the interactions between these different actors, during the 11th-15th centuries, shows that they shaped the city of Billom and its space. The goal is to analyze how agreements, negotiations or struggles have shaped the urban space of this small town, using sources that have reached us.

Keywords

Small towns; Auvergne; Power struggles; Bishop; Urban space.

Billom² est aujourd’hui une petite ville de 4600 habitants environ, à l’est de Clermont-Ferrand. Ville-dortoir de la métropole, elle est aussi membre d’un Pays d’Art et d’Histoire au sein duquel est vanté et patiemment mis en valeur son riche passé historique, marqué particulièrement par la période médiévale. Écartée par l’historiographie régionale de la triade urbaine auvergnate médiévale que constituent Clermont, Riom et Montferrand, Billom fait partie des rares autres lieux à présenter un contexte urbain fort pouvant être étudié.

De nombreuses interrogations ont été soulevées dans le cadre d’une recherche doctorale menée sur le territoire rural dans lequel se trouve la ville de Billom³. La notion même de ville a dû être explorée et analysée, ce qui avait donné lieu à un premier essai de synthèse il y a cinq ans, lors d’un colloque à Prague⁴. L’objectif de

² France, département du Puy-de-Dôme, arrondissement de Clermont-Ferrand, chef-lieu de canton.

³ AREAL, Thomas – *Des archives au terrain : entre Allier et Livradois. Dynamiques et contrôle des populations dans la basse Auvergne médiévale à la fin du Moyen Âge (milieu XIII^e siècle-milieu XV^e siècle)*. Université Clermont Auvergne / Centre d’Histoire “Espaces et Cultures”: thèse de doctorat en cours.

⁴ AREAL, Thomas – “Petite ville est devenue bien grande. Le cas de Billom en Auvergne au bas Moyen Âge”. In COSTA, Adelaide Millán da (éd.) – *Petites villes européennes au bas Moyen Âge : perspectives de recherche*. Lisbonne: Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 31-49.

cette nouvelle synthèse est de voir comment les pouvoirs, en interagissant entre eux au sein de la ville médiévale de Billom, l'ont façonnée, que ce soit de manière purement physique, en ce qui regarde le développement morphologique de la localité, mais aussi d'un point de vue plus abstrait, en agissant sur son image. Il convient dès lors de citer les acteurs et pouvoirs impliqués : l'évêque de Clermont, seigneur de la ville, le chapitre collégial Saint-Cerneuf, le pouvoir royal et la communauté des habitants. Tous agissent, plus ou moins fortement, au sein de l'espace urbain billomois, pourtant difficile à cerner avec une précision définitive. La majeure partie de leurs interactions va dans le sens d'un développement de la localité, mais il existe aussi des cas plus retors d'opposition et de jeux de pouvoir ; les uns et les autres doivent être explorés pour que puisse être envisagée globalement la situation des pouvoirs dans le contexte urbain de Billom.

1. Une ville ou deux villes ?

La question pourrait paraître étrange, puisque le plus souvent posée à propos de grands organismes urbains⁵, alors qu'il s'agit ici du cas d'une petite ville médiévale. Mais la question peut être posée de manière tout à fait légitime, tant les sources peuvent laisser l'historien perplexe sur ce cas. Plusieurs documents font état d'une division à Billom, entre deux parties de la ville, parfois même sous l'appellation de "ville" pour chacune de ces parties. Le plus souvent, cette situation s'explique par l'existence d'une "vieille" et d'une "nouvelle" ville, mais le cas de Billom concerne deux agglomérations au développement parallèle.

1.1. À l'origine.

Sur les deux rives du ruisseau de l'Angaud se sont développées deux agglomérations qu'il est possible de qualifier, dans un premier temps, de "villages ecclésiastiques". En médiévistique, ce terme sert surtout à noter une différenciation avec le village castral, qui apparaît ensuite en lien avec le phénomène d'*incastellamento*, puis supplante le modèle ecclésial, mais aussi à distinguer ces villages des habitats ruraux plus dispersés⁶.

⁵ FRAY, Jean-Luc – "Introduction". In FRAY, Jean-Luc; PAULY, Michel; PINHEIRO, Magda; SCHEUTZ, Martin (Éds.) – *Urban Spaces and the Complexity of the Cities*. Bonn – Weimar – Wien : Böhlau Verlag, 2017 (Städteforschung, vol. 97), pp. 161-167.

⁶ BAUDREU, Dominique; CAZES, Jean-Paul, – "2.4 Les villages ecclésiastiques dans le bassin de l'Aude". In FIXOT, Michel; ZADORA-RIO, Élisabeth (Dir.) – *L'environnement des églises et la topographie religieuse des campagnes médiévales. Actes du III^e congrès international d'archéologie médiévale, Aix-en-Provence, 28-30 septembre 1989*. Caen: Société d'Archéologie Médiévale, 1994, pp. 80-97. Sur l'emploi de ce terme

Les deux collines situées à l'ouest et à l'est du cours d'eau supportent en effet chacune une église, qui concentre autour d'elle un habitat plus ou moins fourni. À l'est, se trouve l'église Saint-Loup, connue dans les sources comme ayant été une église "privée" ou église féodale. La première mention de cet édifice concerne sa donation par Maurice de Montboissier, issu d'un lignage seigneurial du Livradois voisin, au monastère clunisien de Sauxillanges durant le XI^e siècle⁷. Sur l'autre rive, à l'ouest, se trouve l'église Saint-Cerneuf, auparavant dédiée à la Vierge. Elle change de dédicace après le transport à Billom des reliques de saint Cerneuf, jardinier originaire de *Sirmium* en Pannonie (actuelle Hongrie), mort au début du IV^e siècle⁸. Cette cohabitation de deux églises avec agglomération d'habitat, à cinq cents mètres l'une de l'autre, génère rapidement des conflits entre les religieux. En 1095, avant l'ouverture du concile de Clermont, le pape Urbain II somme l'évêque auvergnat Durand de résoudre un conflit entre les moines clunisiens de Saint-Loup et les chanoines de Saint-Cerneuf, ces derniers devant déguerpir après avoir envahi et ravagé l'église Saint-Loup⁹. Par la suite, les prélats clermontois vont s'intéresser de plus en plus fortement à Billom et tenter de s'y installer durablement. En 1056 il est question d'une résidence billomoise de l'évêque de Clermont, qui a donc ainsi posé un premier pied dans la localité¹⁰. Il finit par y poser le second en 1131 : en échange de la restitution de plusieurs églises à l'Ordre clunisien, l'évêque Aimeri obtient de la part des moines le contrôle de l'évêché sur l'église Saint-Loup¹¹.

1.2. La charte de franchises, comme un trait d'union.

Un siècle plus tard, les évêques de Clermont se définissent comme seigneurs de Billom. C'est en cette qualité que plusieurs d'entre eux octroient des franchises

par les médiévistes, et sa réception et son rejet, voir les articles récents suivants : LAUWERS, Michel, – "Circuit, cimetière, paroisse. Réflexions sur l'ancrage ecclésial des sites d'habitat (VII^e-XII^e siècle)". In BULTOT-VERLEYSSEN, Anne-Marie; YANTE, Jean-Marie – *Autour du "village", établissements humains, finages et communautés rurales entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles)*. Louvain: Université Catholique de Louvain – Publications de l'Institut d'Études Médiévales, 2010, pp. 301-324 ; ZADORA-RIO, Élisabeth – "Les approches morphologiques des agglomérations: essai d'historiographie". In GAUTHIEZ, Bernard; ZADORA-RIO, Élisabeth; GALINIÉ, Henri – *Village et ville au Moyen Âge : les dynamiques morphologiques*. Tours: Presses de l'Université François Rabelais, 2003, pp. 13-27 (spécialement les pages 17-18).

⁷ *Cartulaire de Sauxillanges (Chartularium Celsinianasense)*. Éd. Henri Doniol. Paris: Dumoulin, 1864, chartes n° 477 et 478.

⁸ *Les petits Bollandistes. Vies des Saints*, t. 2 : du 27 janvier au 23 février. Éd. Paul Guérin. Paris: Bloud et Barral, 1876, p. 626-628.

⁹ *Cartulaire de Sauxillanges...*

¹⁰ *Preuves de la maison de Pagnac. Recueil de documents pour servir à l'histoire des anciennes provinces du Velay, Auvergne, Gévaudan, Vivarais, Forez (IX^e-XVIII^e siècle)*. Éd. Antoine Jacotin. Paris: Leroux, 1898-1906 ; ici, voir vol. I, n°23, p. 67: "residentes co ... in sede sua quae dicitur Bilom ...".

¹¹ BnF, coll. de Bourgogne 80 / 218 : "aecclesiam de Sancto Lupo cum omnibus ad eam pertinentibus dederunt".

aux habitants au moyen d'une charte. Une version originale de celle accordée en 1281 par Guy de La Tour, prélat clermontois de la fin du XIII^e siècle (1250-1286), nous est parvenue¹². Dès l'*incipit*, l'évêque rappelle qu'il ne fait que poursuivre un mouvement initié par ses prédécesseurs depuis la fin du XII^e siècle, qui avaient déjà, "*cum bona memoria*", concédé des franchises. Le pouvoir épiscopal est donc solidement installé à Billom, et se sert de cette charte de franchises pour développer la localité et tenter d'en faire une véritable ville, un vrai pôle urbain issue de la réunion des deux villages ecclésiastiques cités précédemment. En début de charte, il est question des habitants des "villes" de Billom et de Saint-Loup, ce qui renvoie aux deux villages. Puis rapidement, la manière de définir l'entité urbaine à laquelle sont accordées des franchises change, par l'évocation de "la ville de Billom", entité dans laquelle est incluse la "ville" de Saint-Loup ("*dicta villa Billomi in qua etiam intelligimus villam sancti Lupi*").

Le prélat créé aussi par l'instrument de cette charte de franchises un nouveau pouvoir, certes inféodé au siège épiscopal, mais désormais acteur de la vie billomoise : les consuls. En effet, la communauté des habitants est autorisée par la charte à élire annuellement six consuls pour la représenter et gérer les affaires de la ville (ainsi pour le prélèvement de taxes, des avis sur la défense urbaine, la communication avec les officiers de l'évêque). Les deux foyers de peuplement n'en formeraient désormais plus qu'un, avec un statut et des droits tout à fait spécifiques, accordés par l'évêque-seigneur. Cette attitude va dans le sens d'une prise en main ferme de la gestion de ce qui est devenue une véritable seigneurie épiscopale de Clermont à l'est de la ville cathédrale¹³. Et c'est autour de la ville de Billom que les évêques de Clermont vont organiser cette gestion, d'où leur volonté d'en faire un pôle urbain d'importance.

Pour conclure sur cette charte de franchises, il faut nuancer le propos. Il faut rappeler que dans le cas auvergnat, la charte de franchises ou le consulat ne font pas automatiquement du lieu en bénéficiant une ville, comme le disait Jean-Luc Fray en 2009 : "*l'octroi d'une charte de franchise n'est en rien une marque de caractère urbain [...] Ce qui est vrai des chartes de franchises l'est aussi de consulats, qu'il est abusif d'assimiler à une institution urbaine*¹⁴". Tout en gardant cela à l'esprit, il conviendrait d'être moins catégorique malgré tout dans le cas de Billom. Il n'est sans doute pas possible de parler fermement dans les siècles précédents de "ville"

¹² Archives départementales du Puy-de-Dôme (désormais AD63) 3 G Armoire 2 Sac A / 11.

¹³ Voir l'étude proposée de SÈVE, Roger – "La seigneurie épiscopale de Clermont des origines à 1357". In *Revue d'Auvergne*, t. 94/2. Clermont-Ferrand: Société des Amis des Universités de Clermont, 1980.

¹⁴ FRAY, Jean-Luc – "Ni communes, ni consulats : les villes de la France centrale dans les derniers siècles du Moyen Âge". In PAULY, Michel; LEE, Alexander (Dir.) – *Libertés et citoyenneté urbaines du Moyen Âge à nos jours Actes du colloque 2009 de la Commission internationale pour l'histoire des villes (Luxembourg, 2009)*, Trèves: 2015, pp. 149-161.

à Billom, au sens de “grande agglomération urbaine”. L’octroi de cette charte de franchises est une étape très importante, voire fondatrice, de la qualité urbaine de Billom au Moyen Âge, qui enclenche un processus d’acquisition d’autres caractères proprement urbains.

1.3. Une fusion inachevée.

Le mariage des deux quartiers n’est jamais acté intégralement. Plusieurs actes font ressortir une distinction pouvant s’opérer entre les deux anciens villages. Les fortifications évoquées dans la charte de franchises à la fin du XIII^e siècle sont celles du quartier Saint-Cerneuf, centre administratif de la ville de Billom. Ceci laisse à l’extérieur de l’enceinte toute l’agglomération implantée autour de Saint-Loup, mais aussi un autre faubourg au sud-ouest, celui de Saint-Saturnin, dépendant aussi de Billom. Gabriel Fournier évoque pour la fin du Moyen Âge une fortification développée pour protéger la totalité de l’agglomération, mais à une date inconnue¹⁵. Des traces physiques et odonymiques (fortifications du “Boulevard Saint-Roch”, tracés de la “Rue des Fossés” et du “Boulevard de la Porte Neuve”) suggèrent que ce projet a été mené, sans pouvoir confirmer l’érection d’une enceinte définitivement close à son terme.

Cette situation peut amener les différents pouvoirs à s’affronter sur la question de “la ou les ville(s) de Billom”. La première moitié du XV^e siècle livre deux cas parlants. Entre les années 1406 et 1408, les consuls et habitants de Billom s’opposent aux bouchers de Saint-Loup et autres faubourgs du lieu¹⁶. Saint-Loup est ramenée au rang de faubourg, et les consuls, agissant normalement pour l’ensemble de la ville de Billom, rappellent que les bouchers de Saint-Loup ne peuvent vendre leur viande que sur une place (“*platea*”) spécifiquement prévue à cet effet, car ils ne sont pas du bourg clos (“*burgi clausi*”). Il ressort de ces deux actes, produits par les juges du Parlement de Paris, que Saint-Loup n’est pas encore compris totalement dans le système de fortifications, et qu’une ségrégation peut s’opérer selon l’origine. En 1438 cette fois, ce sont les religieux de Billom qui s’affrontent pour un différend entre Saint-Cerneuf et Saint-Loup. En effet, la ville unie s’est développée de part et d’autre du ruisseau de l’Angaud, et de nouvelles implantations d’habitats ont eu lieu dans des espaces autrefois ruraux. Le chapitre de Saint-Cerneuf, desservant la paroisse homonyme, s’oppose alors au curé de

¹⁵ FOURNIER, Gabriel – *Les villages fortifiés et leur évolution. Contribution à l’histoire du village en Auvergne*, plusieurs volumes. La Sauvetat: Association des forts villageois, 2010-2015, notice “Billom”, pp. 64-67.

¹⁶ AN X^{1a} 54 f^o11 r^o et X^{1a} 55 f^o264.

Saint-Loup sur les limites des deux paroisses urbaines billomoises¹⁷. Le cas est d'autant plus cocasse que ce curé, Simon Grasdepain, archiprêtre de Billom, est un chanoine de Saint-Cerneuf. Cette opposition révèle surtout des velléités de prise de contrôle et de pouvoir de la part du chapitre sur les terres situées à l'est de l'Angaud, pour récupérer la *cura animarum* des nouveaux installés et la manne financière qui peut y être attachée. La paroisse de Saint-Loup est lésée face au chapitre, dont le pouvoir local est très important.

Le cas billomois part d'une première interrogation complexe, qu'il n'est pas possible d'ignorer lorsqu'on étudie les pouvoirs à l'œuvre dans cette ville. A partir de deux villages ecclésiaux, les évêques de Clermont ont voulu faire une ville par la force du droit. Dans la pratique, les différents acteurs et pouvoirs maintiennent parfois cette distinction issue des premiers temps du Moyen Âge. Ce qui ne va pas empêcher de Billom de se développer et d'acquérir fermement un statut urbain dans les deux derniers siècles du Moyen Âge.

2. Un développement et un façonnement urbain encouragés par les différents pouvoirs.

Le développement de Billom résulte de l'action des différents pouvoirs dans leur domaine respectif. Directement ou indirectement, dans l'intégralité de la ville définie par la charte ou en des points bien précis, leurs actions façonnent et modèlent le profil urbain de la ville. Un véritable centre administratif se crée et polarise autour de lui diverses implantations. Billom bénéficie durant le Moyen Âge d'une renommée pour ses activités économiques, mais aussi par le poids de plus en plus important que la ville acquiert dans son espace et au-delà.

2.1. Au centre du quartier Saint-Cerneuf : le complexe canonial et épiscopal.

C'est autour de l'église Saint-Cerneuf que se développe le cœur de la ville de Billom. Cette église, d'implantation ancienne, érigée par la suite en collégiale, trône au sommet d'une petite colline à l'ouest de l'Angaud. Mais la place qu'elle occupe dans l'espace urbain est encore plus grande si on considère tout le complexe canonial qui se développe à son entour. Peu de vestiges ont subsisté de cet état ; seule reste aujourd'hui l'ancienne salle capitulaire au sud-est, devenu tribunal de paix dans des périodes plus récentes. Le cadastre napoléonien de Billom permet néanmoins de se faire une idée de l'organisation du complexe durant la période médiévale.

¹⁷ AD63 5 F 24 / 2.

En effet, le plan dressé en 1834 permet de constater la survivance de certains bâtiments canoniaux à ce moment-là¹⁸. Un plan géométral de la ville, issu d'un fonds privé, donne encore plus d'informations quant au bâti, et représente même encore le cloître¹⁹. Autour de ce dernier se trouvent à l'est la salle capitulaire et un autre bâtiment, alors qu'à l'ouest subsistaient encore trois bâtiments distincts. Il reste un vide au nord, laissant l'ancien cloître ouvert, là où devait se trouver auparavant une autre église, dédiée à Saint-Jacques²⁰. Le complexe canonial occupe donc la majeure partie du sommet de la butte sur laquelle est installée la collégiale, en reproduisant le schéma d'un complexe cathédral/épiscopal, comme il existait sans aucun doute à Clermont²¹.

Et comme dans la ville du siège épiscopal, l'évêque avait aussi à Billom une demeure dans lequel il pouvait résider lors de ses séjours billomois et où devaient œuvrer plusieurs de ses officiers et agents. Sans doute en lien avec la mention primaire dans l'acte de 1056, il est fait mention dans plusieurs actes concernant Billom d'une "*domus*" ou d'un hôtel épiscopal²², voire d'hôtels pour la charte de franchises²³. Il est même question d'un nom pour cet hôtel, qui se trouve dénommé, en langue vulgaire, "*l'Evesquellerie*"²⁴. Sa localisation est connue puisqu'il est localisé comme étant "*contigu et touchant de ladite eglise de saint Cerneuf*". Hypothétiquement, il pourrait se trouver au nord-ouest de l'église, où se maintient un bâtiment après la Révolution française nommé "la prison". L'îlot de bâtiments au nord-ouest pourrait correspondre à cet hôtel épiscopal, sans doute composé de plusieurs hôtels. En son sein, l'évêque installe ses officiers, sa cour de justice séculière et une cour notariale²⁵.

Cette implantation sur le haut de la colline a aussi organisé le développement de l'habitat autour de ce complexe. Elle a surtout conditionné et polarisé le déplacement urbain billomois. Des murailles qui entouraient le quartier Saint-Cerneuf subsistent aujourd'hui deux portes en élévation : une située rue des Boucheries, sur les quais marchands de l'Angaud, et l'autre rue de l'Évêché, ouvrant au sud sur le faubourg Saint-Saturnin. Ces deux rues marquent le cheminement dans Billom d'un axe nord-sud, passant par Saint-Cerneuf. Pour

¹⁸ AD63 51 Fi 117, plans disponibles en ligne sur le site des AD63 ; consulter la section C.

¹⁹ Plan géométral de Billom, fonds privé, établissement scolaire Notre-Dame à Billom.

²⁰ AD63 12 G 5 / 9 : "*ecclesiam sancti Jacobi prope nostrum maiorem ecclesiam juxta claustrum nostre dicte ecclesie situatam*"; voir aussi AD63 12 G 5 / 26 ; AD63 12 G 5 / 31.

²¹ SIMON, Hippolyte (Dir.) – *La grâce d'une cathédrale, Clermont-Ferrand*. Strasbourg: La Nuée bleue, 2014, notamment pp. 324-325.

²² AD63 1 G 156 f°5 v° et f°61 r° ; AD63 12 G 2 / 140 ; AD63 12 G 5 / 8w ; AD63 12 G 5 / 8ad.

²³ AD63 3 G Armoire 2 Sac A / 11.

²⁴ AD63 1 G 25 / 12.

²⁵ AD63 2 E 0200 ; 5 F 23 / 4 ; 1 G 156 f°5 v° ; 1 G 156 f°101 r° ; 12 G 4 / 149l ; 12 G 4 / 174 ; 12 G 5 / 8y ; 12 G 5 / 8ad ; 12 G 5 / 32

l'axe ouest-est, une porte devait se trouver à l'ouest face à l'entrée de la collégiale, qui pourrait correspondre à la porte dite "de la Lanterne" citée en 1483²⁶. À l'est, il faut s'intéresser plus particulièrement à la rue de l'Étezon²⁷. L'odonyme, issu de l'ancien auvergnat "estazo(n)", désigne un petit local artisanal ou commercial²⁸. Cette rue étroite et en pente est sans doute un des axes principaux de la vie billomoise à la période médiévale, reliant le centre administratif de la localité aux quais de l'Angaud, qui accueille les activités économiques de la ville.

2.2. Une ville tournée vers l'activité économique.

L'une des hypothèses sur l'origine du toponyme de Billom serait qu'il dériverait de deux termes d'origine celte, "Bilio_" (arbre sacré) et le suffixe "_magus", qui désigne le champ puis le champ de foire. Dans sa fondation même et le nom qu'elle porte, la ville est marquée par son rôle économique au sein du territoire qu'elle occupe.

La force de Billom réside dans sa position stratégique au carrefour de plusieurs axes routiers, et au cœur d'un territoire que les géographes qualifient de "pays coupé"²⁹, puisqu'il voit se rejoindre et se mêler la plaine de la Limagne et la moyenne montagne, avec les Monts du Livradois. Ce territoire est marqué par des pratiques multiples de mise en valeur de la terre : agriculture céréalière intensive en plaine, dans les terres fertiles et irriguées, viticulture sur les nombreuses collines et reliefs, activités agropastorales en montant dans la moyenne montagne. Les évêques-seigneurs de la ville ont d'ailleurs su tirer parti de cette localisation et de l'attraction économique autour de la ville de Billom. Dans la charte de franchises de Guy de La Tour, plusieurs articles prennent des dispositions fermes mais aussi "libérales" par rapport aux activités de commerce et à la production dans la ville de Billom³⁰. Il est précisé que tout habitant peut vendre ou acheter du blé, du vin ou d'autres choses quand il le souhaite (*Item homines villae possunt vendere et emere bladum et vinum et res alias quandocumque voluerint*) et vendanger quand bon lui semble (*vindemias praedictas suo nomine facere libere, et sine requisitione nostra vel bajuli nostri qui est modo*). Les dispositions sont aussi très attentives aux questions de quantité et de respect des mesures, que ce soit en rappelant l'existence d'une grande carte ferrée ou en fixant les amendes pour tout faussaire. Enfin, l'évêque

²⁶ AD63 12 G 2 / 126.

²⁷ AD63 12 G 5 / 8 f°31 ; AD63 1 G 26 / 103.

²⁸ CHAMBON, Jean-Pierre – "Coup d'œil sur les noms de lieux de Mezel", article à paraître, issu de la conférence donnée à Mezel le 31 janvier 2014.

²⁹ DELASPRES, Jean – "La région de contact entre la Limagne et le Nord Livradois", *Revue géographique alpine*, vol. 35, num. 35-3, Paris: Armand Colin, 1947, pp. 523-569.

³⁰ AD63 3 G Armoire 2 Sac A / 11.

précise les prélèvements auquel il peut procéder sur les marchandises échangées lors des marchés et foires, comme par exemple pour le blé, avec le prélèvement d'une coupe pour toute carte vendue (une carte valant trente-deux coupes), un taux peu élevé donc.

Le marché est au centre de l'attention des pouvoirs. La localité accueille chaque lundi un marché, où viennent s'échanger les denrées produites dans l'*Umland* proche, mais aussi des foires annuelles. En plus de toutes les mesures précédemment détaillées, la charte de franchises rappelle que tout homme ayant déposé ses biens à Billom est, lui et ses biens, sous la protection de la justice de l'évêque-seigneur ("*Item concedimus quo omni homo qui in villa prædicta rem suam miserit, ut ipse dum in ea fuerit, sit securus, et res ejus segura*"). Toutefois, des actes du 15^e siècle révèlent qu'il a fallu faire intervenir le pouvoir royal pour relancer la fréquentation et la bonne rentabilité du marché. Ainsi, en 1441, les habitants de Billom expriment, sans doute par l'intermédiaire de leurs consuls, que l'état du réseau routier autour de la ville de Billom est dans un état catastrophique : "[...] les chemins et passages dentour ladite ville et entree dicelle sont telement rompuz fonduz et effondrez que sans grant meschief peine et dangier on ny puet aller ne venir [...]"³¹. Le roi Charles VII ordonne qu'une aide soit levée, par exemple sur les animaux qui paissent dans les pâturages épiscopaux, sur la farine produite à Billom ou le vin importé en ville. Les finances collectées doivent servir à réparer les voies, pour permettre la venue des marchands. En 1484 et 1488, le roi Charles VIII rappelle que Charles VII avait affranchi le marché hebdomadaire de Billom et que Louis XI avait maintenu ce privilège. Il demande à ses officiers de poursuivre en 1488, rappelant que les habitants ont demandé de renouveler l'affranchissement dès Pâques 1484³².

Au-delà de ces considérations textuelles et des privilèges et droits qui sont accordés par des actes du pouvoir royal, il est aussi nécessaire de rappeler que dans la ville, plusieurs équipements permettent la tenue de ces échanges économiques. Il est question plusieurs fois du grenier épiscopal, dont l'activité de stockage devait s'étendre au-delà de la simple centralisation de cens perçus dans la seigneurie épiscopale, et dont la localisation pourrait être liée au nom du "quai Grenette" en bord de ruisseau³³. Il faut aussi renvoyer à la rue de l'Étezon évoquée ci-dessus et insister sur les nombreuses mentions de fours dans les actes, sans plus de précision sur leur utilité et leurs productions³⁴. La microtoponymie livre l'existence au XV^e

³¹ AD63 12 G 4 / 173.

³² AD63 12 G 4 / 172.

³³ AD63 1 G 155, 1 G 156 et 1 G 157.

³⁴ Trois fours sont clairement nommés dans des registres de comptes épiscopaux (AD63 1 G 156 et 1 G 157) "de Saint-Cerneuf", "de Saint-Loup" et "de la Crole".

siècle d'un marché aux bœufs ("*Merchadial bovum*³⁵"), tandis que l'odonymie actuelle évoque aussi "le Creux du Marché" et le "marché aux chanvres", sans lien avéré avec la période médiévale, comme pour la mesure à grains, sans doute datable du 16^e siècle. Enfin, de nombreux marchands sont identifiés dans les actes, se revendiquant originaires de la localité billomoise ou affirmant y tenir boutique et commerce.

Les deux pouvoirs judiciaires et donc décisionnaires, l'évêque-seigneur et le roi, prennent tous deux des mesures pour favoriser le développement économique de la ville de Billom. Cette volonté n'est pas dénuée d'intérêt, puisque les deux partis en tirent des bénéfices substantiels, grâce aux divers droits et taxes qui peuvent être prélevés sur les hommes et les denrées produites ou échangées. Cela conduit aussi à des aménagements physiques dans le treillis urbain, avec des mentions de divers équipements liées à ces activités économiques.

2.3. Une véritable reconnaissance urbaine hors les murs.

Au-delà de cet état de centre administratif d'importance et de carrefour économique de rang élevé au sein de l'Auvergne médiévale, Billom peut aussi compter sur une véritable reconnaissance comme ville en Auvergne mais aussi à l'échelle plus large du royaume.

Cela a déjà été évoqué, l'obtention du consulat ne fait pas forcément la ville. Mais c'est en raison de sa qualité de ville que Billom envoie en 1308 deux de ses consuls participer aux États Généraux convoqués par le roi Philippe IV à Tours³⁶. Quelques dizaines d'années plus tard, Billom est officiellement une des "Bonnes Villes d'Auvergne". Au sein des treize entités dénombrées pour la basse Auvergne, elle est souvent citée parmi les premières dans l'ordre d'importance, après Clermont, capitale épiscopale, Riom, capitale royale de la terre d'Auvergne, et Montferrand, capitale comtale puis possession royale. Cette institution des Bonnes Villes, présente dans toute la France, symbolise la montée en puissance des communautés urbaines, qui se réunissent pour décider du devenir de leurs contrées, ou de leur soutien au pouvoir royal. Elles sont souvent fortifiées, et bénéficient de la protection royale ou du gouvernement par un représentant du roi, installé dans la ville³⁷. Billom remplit ces critères, avec des fortifications pour une bonne partie de la ville. La présence de sergents royaux est avérée par quelques mentions au détour des actes. Il faut supposer qu'un édifice de la ville doit les

³⁵ AD63 2 E 0200.

³⁶ AN J 415 / 196.

³⁷ CHEVALIER, Bernard – *Les bonnes villes de France du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

accueillir, à moins que cela ne se fasse au sein de l'hôtel épiscopal. Car ce statut va de pair avec celui de fief de l'évêché de Clermont, qui est de droit régalien, ce qui resserre encore plus les liens qui unissent la ville de Billom au pouvoir du roi de France.

En intégrant cette catégorie particulière, Billom prend de l'importance grâce au statut accordé par le pouvoir royal. En raison de cette appartenance au corps des Bonnes Villes, Billom est impliquée dans la Guerre de Cent Ans en participant activement aux réunions qui vont fixer et payer les aides fournies au roi, comme en témoignent par exemple les registres de fouage de Jean de Berry, duc de Berry et d'Auvergne, à la charnière des XIV^e et XV^e siècles³⁸. Le 20 octobre 1415, la communauté urbaine billomoise affiche publiquement son soutien au roi de France en prêtant un serment de fidélité, sous l'autorité et le pouvoir des consuls. De nombreux chefs ou représentants des plus importantes familles de Billom, "*faisant la plus grant et saine partie de ladite ville*", défilent les uns après les autres pour jurer sur les Évangiles. Ils promettent, en tant qu'habitant de la ville de Billom, fidélité au roi de France et de respecter la paix voulue par le roi entre tous ses sujets³⁹.

Les interactions et les agissements des pouvoirs durant les derniers siècles du Moyen Âge ont donc favorisé un développement urbain certain de la ville de Billom. Autour de l'église Saint-Cerneuf s'est installé le cœur administratif de la localité et des territoires environnants. En contrebas et par la suite dans l'étendue du territoire de la ville, les activités économiques sont favorisées, par des décisions soit de l'évêque-seigneur ou par celles du pouvoir royal. Enfin, par son développement et la renommée qu'elle pouvait tirer de son statut de ville de rang administratif et économique élevé, la ville de Billom a aussi su affirmer son urbanité dans un espace plus large que son propre territoire. Elle agit à l'échelle du royaume de France, en tant que Bonne Ville, alors que le royaume connaît les troubles liés à la Guerre de Cent Ans.

Mais tout ne peut pas fonctionner de manière parfaite dans des relations entre divers détenteurs de pouvoirs, surtout quand une concurrence s'installe et envenime la situation. Et s'il est aisé de montrer comment l'action des pouvoirs a permis à Billom de se développer et de devenir un pôle urbain de haut rang dans son territoire, il est tout aussi facile de montrer ce que cela peut donner lorsque les pouvoirs ne travaillent pas en harmonie.

³⁸ AD63 5 C 184 ; dans ces registres, Billom est mentionnée plusieurs fois comme participant aux réunions des Bonnes Villes qui fixent l'aide et les modalités de prélèvement de celle-ci sur la basse Auvergne.

³⁹ AN J 832 / 11.

3. Quand les pouvoirs se déchirent.

S'il fallait nommer le contre-pouvoir à Billom, ce serait sans aucune hésitation le chapitre collégial de Saint-Cerneuf, tant ce corps ecclésiastique a pu agir contre les autres pouvoirs. Mais il ne faut toutefois pas négliger le positionnement parfois ambigu du pouvoir royal lorsque celui-ci doit s'ingérer dans les affaires billomoises.

3.1. Le chapitre collégial, le principal contre-pouvoir.

Au sein de Billom, les chanoines et le corps qu'ils forment doivent définitivement être considérés comme un contre-pouvoir face aux autres détenteurs d'une quelconque autorité. Le recrutement de ce chapitre est tourné soit vers des cadets des familles environnantes de petite et moyenne noblesse, soit vers des membres de lignages bourgeois billomois. Mais dès lors que ces personnes deviennent des chanoines, qu'ils font corps au sein du chapitre, l'intérêt supérieur de l'institution semble transcender leurs origines.

Très tôt, le chapitre affirme son caractère d'exception au sein de l'ensemble urbain qu'est en train de devenir Billom. Dès la fin du XII^e siècle, le chapitre obtient la protection royale auprès de Philippe II, pour préserver à la fois ses membres et ses biens⁴⁰. Il est aussi curieux de noter que lors de l'octroi de la charte de franchises, le chapitre collégial n'est mentionné qu'une seule et unique fois, dans un article qui porte – ironie – sur le règlement d'injures ou de querelles. C'est en effet régulièrement le type de relations que les chanoines et le chapitre dans son ensemble vont avoir avec les différents détenteurs du pouvoir. Il est pourtant notoire que les prélats clermontois doivent prêter le serment de protéger eux aussi le chapitre, comme le fait par exemple Étienne Aubert en 1342, alors nouvellement élu à la cathèdre clermontoise⁴¹. Mais dans la réalité des faits, les chanoines agissent régulièrement pour saper l'autorité des autres détenteurs de pouvoirs urbains. Les habitants sont contestés dans leur droit de vendange en 1346, alors que la charte de franchises, accordée par les évêques-seigneurs, leur garantissait ce privilège, rétabli à nouveau rapidement⁴². Le XV^e siècle voit les affrontements atteindre leur paroxysme. Le cas de la redéfinition des limites entre les paroisses de Saint-Loup et Saint-Cerneuf, évoqué auparavant, apparaît dérisoire face aux actions intentées en justice par le chapitre contre les évêques de Clermont, particulièrement Martin

⁴⁰ AN JJ 59 / 519.

⁴¹ AD63 1 G 16 / 13.

⁴² AD63 12 G 4 / 140 ; AD63 12 G 4 / 170.

Gouge (1415-1444) et Jacques de Comborn (1445-1474). Plusieurs mémoires de compilation pour aller en justice devant les Parlements royaux nous sont ainsi parvenus, où de nombreux actes sont vidimés pour pouvoir défendre le point de vue d'un parti ou de l'autre⁴³. Les oppositions portent surtout sur les notions de juridiction et d'exercice du droit au sein de la ville de Billom contre les hommes mais aussi les biens mobiliers et immobiliers du chapitre collégial. À la lecture des différents actes, le point de vue du chapitre collégial apparaît de plus en plus clair. Le corps ecclésiastique, composé d'hommes avec un statut spécifique, souhaite que ce statut d' "exception" puisse s'étendre à leurs propriétés et leur établissement. Le chapitre collégial Saint-Cerneuf défend un statut d'enclave au sein de l'unité urbaine billomoise. Cette notion est bien illustrée par le témoignage d'un sergent épiscopal venu effectuer un contrôle dans la collégiale. On lui refuse l'entrée en arguant de son impuissance légale en ces lieux et en le traitant au passage de "villain merdeux⁴⁴". L'étude plus précise de ces registres laisse aussi transparaître que derrière les luttes de pouvoir se trouvent finalement des problèmes entre quelques personnes. L'opposition quasi permanente entre le chapitre collégial et l'évêque seigneur mentionnée dans ces mémoires pour une bonne partie du XV^e siècle révèle la haine que se vouent deux hommes de pouvoir, l'évêque Martin Gouge et le doyen Michel de la Grange. Cette précision, afin de rappeler que derrière tout pouvoir institutionnel, il ne faut pas négliger les hommes qui le détiennent.

3.2. Le pouvoir royal, tantôt arbitre, tantôt agitateur.

Le contre-pouvoir que le chapitre collégial Saint-Cerneuf représente face au seigneur-évêque n'hésite pas à lancer des procédures en justice devant les Parlements royaux, pour défendre sa position et contester le pouvoir seigneurial épiscopal.

Le roi de France doit souvent jouer le rôle d'arbitre dans ces conflits qui minent la ville. Il agit en tant que protecteur du chapitre d'une part, au sein d'un évêché régalien et dans une Bonne Ville d'autre part. Mais derrière ce rôle, il faut se demander si le pouvoir royal n'est pas parfois un agitateur, voire le responsable de la situation si particulière de Billom. Présent physiquement par l'intermédiaire de sergents à Billom, le roi de France peut mandater facilement à Billom un officier administratif et judiciaire de haut-rang pour juger mais aussi interagir avec les pouvoirs "locaux". Il s'agit du bailli de Saint-Pierre-le-Moûtier, un officier rattaché

⁴³ Évêque de Clermont : AD63 1 G 25 / 12 ; chapitre Saint-Cerneuf : AD63 12 G 4 / 149 et AD63 12 G 5 / 8.

⁴⁴ AD63 1 G 25 / 12.

à un bailliage fondé en 1360 et installé dans une petite localité du Nivernais⁴⁵. Au-delà du mandement territorial judiciaire propre de son siège, cet officier est surtout responsable de la juridiction sur les exempts d'Auvergne. Il peut juger toute personne, établissement ou institution dépendant du roi, par hommage, mise sous protection ou rattachement. L'évêque de Clermont, en tant que prélat d'un diocèse régalien, est un exempt. Le chapitre Saint-Cerneuf de Billom, placé sous protection royale, est un exempt. Billom, en tant que Bonne Ville, fait aussi partie des exempts. Par cette situation, créant de multiples enclaves juridiques au sein de la ville de Billom, le pouvoir royal crée différents corps sur lesquels il peut agir. Il peut surtout s'immiscer aisément dans les affaires de la localité, puisque les exempts font appel eux-mêmes au bailli de Saint-Pierre-le-Moûtier pour venir les aider à défendre leur cause. Ainsi en 1453 comme en 1456, des lieutenants du bailliage viennent surveiller la confection des registres de copies d'actes – ces mémoires de compilation évoqués précédemment – pour défendre les prétentions du chapitre⁴⁶.

Tout n'est donc pas idyllique à Billom. Le chapitre Saint-Cerneuf agit comme un véritable contre-pouvoir au sein de l'espace urbain contre les pouvoirs. Pour réussir au mieux cette sape, il fait souvent appel au pouvoir royal, le pouvoir protecteur. Sous couvert d'intervenir pour pacifier la situation, les officiers royaux agissent à leur tour et s'ingèrent à Billom, ce qui crée une situation complexe, particulièrement lorsqu'il est question de l'aspect juridique.

4. Conclusion.

La ville de Billom a donc été façonnée et développée par plusieurs pouvoirs, à l'œuvre à divers niveaux et dans divers domaines. L'histoire même de la ville démontre que l'acquisition de ce statut ne s'est pas fait sans accroc, et qu'il a parfois même pu être remis en cause par les pouvoirs censés pourtant le supporter ou le défendre. Il est en revanche possible d'affirmer le lien entre les différents pouvoirs à l'œuvre et la prise d'importance de la ville au sein de son territoire. Henri Galinié, dans son ouvrage sur Tours, évoque des "*critères urbains reconnus que sont les facteurs politique (siège d'organes de contrôle de la population), économique (concentration d'activités) et démographiques (importance de la population)*"⁴⁷.

⁴⁵ DURYE, Pierre – *Le bailliage de Saint-Pierre-le-Moûtier de sa création au milieu du XVI^e siècle*, thèse de l'École des Chartres, 1943.

⁴⁶ AD63 12 G 4 / 149 (1456) et AD63 12 G 5 / 8 (1453).

⁴⁷ DUFAY, Bruno – "Galinié H. (Dir.), *Tours antique et médiéval. Lieux de vie, temps de la ville. 40 ans d'archéologie urbaine*". In *Revue archéologique du Centre de la France*, tome 47, 2008.

Dans cette version plus restreinte des critères de la centralité de Christaller⁴⁸, Billom remplit aisément les deux premières conditions. Les différents pouvoirs à l'œuvre dans Billom y sont aussi installés, et contrôlent la population urbaine, mais aussi pour certains un territoire plus vaste (l'évêque et sa seigneurie épiscopale). Le facteur économique a été abondamment développé. Billom est un lieu majeur d'activités économiques en Auvergne, avec un fort intérêt des différents pouvoirs pour permettre le bon déroulement de celles-ci. Le troisième critère transparait aussi un peu dans cette synthèse, avec l'existence d'une communauté d'habitants, représentés par des consuls, qui deviennent de fait un pouvoir, toutefois mineur. Quantifier la population de Billom est impossible, par défaut de sources, mais il est possible d'imaginer une localité fortement peuplée, qui doit se développer dans les espaces autrefois "ruraux" entre les deux anciens villages ecclésiastiques. Il faut donc oser parler aussi d'une certaine importance de la population. Mais la présence et surtout l'action de plusieurs pouvoirs conduisent forcément à des tensions. Le chapitre collégial doit même être directement qualifié de contre-pouvoir dans cet ensemble, tant son action semble aller à rebours face aux avancées des autres. Le pouvoir royal lui-même n'a pas une position unilatérale et doit être perçu, sinon comme un agitateur, au moins comme une cause des tensions existantes, causées entre autres par les situations d'enclaves générées à Billom.

Le cas de cette petite ville de Billom ne doit malgré tout pas être considéré comme unique, ni être sorti de son contexte pour être étudié de manière monolithique. Billom s'insère dans un espace plus vaste, l'Auvergne médiévale, dans laquelle le tissu urbain existe et doit être comparé⁴⁹. Ce maillage urbain est entouré d'un espace rural tout aussi important pour l'étude du cas urbain, comme le rappelle Laurence Bucholzer-Rémy : "*Celui qui veut étudier des réseaux de villes ne peut faire abstraction de l'espace dans lequel s'inséraient leurs membres*"⁵⁰. Si cette

⁴⁸ La théorie de la centralité est proposée par le géographe allemand Walter Christaller dans sa thèse: *Die zentralen Orte in Süddeutschland*, Iéna: Fischer, 1933. Elle a été importée aux études historiques, entre autres dans HIGOUNET, Charles – "Centralité, petites villes et bastides dans l'Aquitaine médiévale". In POUSSOU, Jean-Pierre; LOUPES, Philippe (Dir.) – *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours. Actes du colloque international de Bordeaux (25-26 octobre 1985) en hommage à Georges Dupeux*. Paris-Bordeaux: CNRS, 1987, pp. 41-48. Des études d'histoire urbaine s'appuient ainsi sur ce concept christallérien (par exemple FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine. Réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006), modèle qui reste toutefois critiquable (par exemple RADEFF, Anne – "Réfutation du système des lieux centraux de le pays de Vaud (Suisse) au Moyen Âge". In FRAY, Jean-Luc; CORNU, Pierre; FOURNIER, Patrick (Éds.) – *Petites villes en montagne de l'Antiquité au XX^e siècle. Europe occidentale et centrale*, Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 39-54).

⁴⁹ Voir par exemple les travaux sur Riom ou Montferrand: TEYSSOT, Josiane – *Riom, capitale et bonne ville d'Auvergne : 1212-1557*, Nonette: Créer, 1999; "Montferrand et Riom, XII^e-XV^e siècle". In GAUTHIEZ, Bernard; ZADORA-RIO, Élisabeth; GALINIÉ, Henri – *Village et ville au Moyen Âge...*, pp. 97-109.

⁵⁰ BUCHOLZER-RÉMY, Laurence – *Une ville en ses réseaux : Nuremberg à la fin du Moyen Âge*, Paris: Belin, 2006, p. 17.

synthèse s'est contentée de brosser le portrait de Billom et des pouvoirs à l'œuvre dans la ville, il aurait été tout aussi intéressant d'ouvrir les portes de la ville et de parcourir l'*Umland*, voire poursuivre jusque dans l'*hinterland* pour examiner comment les situations urbaines se transposent à la campagne. Il conviendrait aussi de faire des comparaisons avec d'autres espaces médiévaux voyant se développer des petites villes au gré des actions des pouvoirs à l'œuvre⁵¹. Ainsi serait apporté un nouveau grain à moudre pour qui voudrait s'intéresser à l'histoire urbaine, au travers du cas de cette ville de Billom, qu'il est de plus en plus difficile de qualifier simplement de "petite ville".

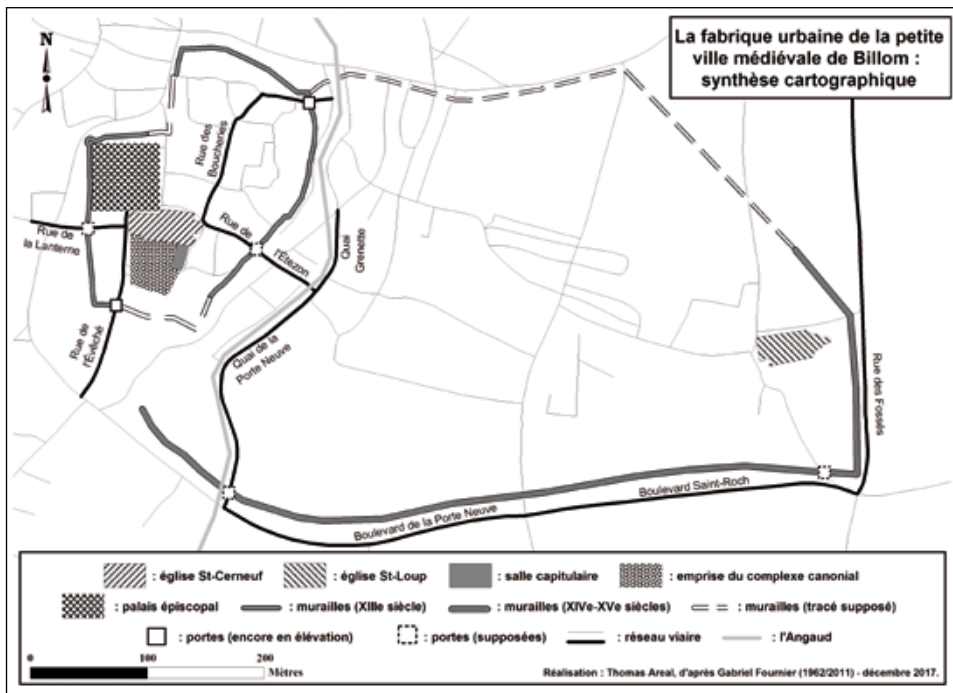


Fig. 1 – La fabrique urbaine de la petite ville médiévale de Billom : synthèse cartographique.

⁵¹ À titre d'exemple, le travail de FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine...*

BIBLIOGRAPHIE

Sources manuscrites

Archives départementales du Puy-de-Dôme (Clermont-Ferrand)

5 C 184 : Registre de fouages réalisés à la demande de Jean, duc de Berry et d'Auvergne – 1399 (n.s.) / 1406.

2 E 0200 : Vente d'une maison à Billom, comme conséquence d'une obligation de 11 livres par feu Mathieu Debat, de Billom, au profit des héritiers de feu André Juglar, quand vivait notaire – 3 décembre 1427 (vidimus de 1460).

5 F 23 / 4 : Lettres par lesquelles les habitants de Chauriat reconnaissent devoir deux setiers de froment et 4 gélines à l'évêque de Clermont pour un terrain sis à Chauriat – 5 juillet 1429 (vidimus du 20 mars 1447 (n.s.)).

5 F 24 / 2 : Lettre de l'auditeur des causes de l'évêque de Clermont relatives au différend qui s'était élevé entre le chapitre de Saint-Cerneuf et le curé de Saint-Loup de Billom touchant les limites des deux paroisses – 20 février 1438 (n.s.).

1 G 16 / 13 : Serment prêté par Étienne Aubert, évêque de Clermont, au chapitre de Saint-Cerneuf de Billom – Billom, 2 février 1342 (n.s.).

1 G 25 / 12 : Mémoires à propos de la juridiction de l'évêque dans la ville de Billom, contre les prétentions du chapitre – XV^e siècle.

1 G 26 / 103 : Hommage par Hugues du Crest, de Billom, pour une maison et diverses redevances à Billom – 6 mai 1308.

1 G 155 : Comptes des revenus de l'évêché – 1316/1319.

1 G 156 : Livre de comptes des terres de l'évêché – 1377/1390.

1 G 157 : Registre de comptes et de dépenses présenté par Guillaume Larodde, chancelier de la cour séculière de Clermont, et autres (compte du greffe de la cour séculière et du domaine temporel de l'évêque) – 1389/1399.

3 G Armoire 2 Sac A / 11 : Guy de la Tour, évêque de Clermont, complétant les libertés déjà octroyées par ses prédécesseurs, accorde une charte de franchises aux habitants de Billom – 16 septembre 1281.

12 G 2 / 126 : Vente au profit du chapitre – 9 mars 1483 (n.s.).

12 G 4 / 140 : Instrument par lequel il apparaît que le juge de Billom ne pouvait déterminer les vendanges sans le consentement du chapitre – 18 octobre 1346.

12 G 4 / 1491 : Serment, par deux sergents de la cour séculière de l'évêque à Billom, de respecter les libertés et franchises de l'église et du chapitre Saint-Cerneuf – 27 mars 1370.

12 G 4 / 170 : Privilège pour la ville de Billom de vendanger quand bon leur semblera, accordé par Guy, évêque de Clermont, et confirmé par le roi – entre 1340 et 1350.

12 G 4 / 172 : Lettres de Charles VIII confirmant les franchises du marché du lundi accordées à la ville de Billom par ses prédécesseurs (4 pièces) – 1484 (n.s.) /1488 (n.s.).

12 G 4 / 173 : Lettres du roi Charles VII portant permission de lever le droit de leyde pendant 5 ans pour être employé aux réparations des voies de la ville de Billom – 1^{er} octobre 1441.

12 G 4 / 174 : Supplique des consuls pour et au nom de la ville par laquelle ils supplient le chapitre de leur accorder le clocher pour placer une horloge – 9 janvier 1438 (n.s.).

12 G 5 / 8 : Registre regroupant des copies d'actes, privilèges et titres, concernant la juridiction civile et criminelle du chapitre de Billom (XIII^e s. à 1439 (n.s.)) – 1453.

12 G 5 / 9 : Acte relatif à la vicairie de la chapelle Saint-Jean de l'église Saint-Jacques de Billom – 8 janvier 1302 (n.s.).

12 G 5 / 26 : Succession de Robert Archet comme vicaire de la vicairie fondée en la chapelle sainte-Agathe de l'église Saint-Jacques de Billom – 5 février 1381 (n.s.).

12 G 5 / 31 : Clause testamentaire d'un membre du chapitre – 3 septembre 1407 ou 12 mars 1408 (n.s.).

12 G 5 / 32 : Vente au profit du chapitre de Billom – 4 mars 1428 (n.s.).

51 Fi 117 : Cadastre napoléonien de la ville de Billom ; planche : "section C de la ville" – 1834.

Archives Nationales (Paris)

J 415 / 196 : Pouvoir donné à deux députés de Billom pour se rendre aux États généraux à Tours – Billom, 28 avril 1308.

J 832 / 11 : Acte de prestation de serment de fidélité au roi par les consuls et habitants de Billom (original, parchemin scellé) – 20 octobre 1415.

JJ 59 / 519 : Philippe Auguste mande à ses prévôts et baillis d'Auvergne de protéger le chapitre de Billom et ses biens qu'il a pris sous sa protection – Paris, octobre 1194.

X^{1a} 54 f^o11 r^o : Procès entre les habitants de la paroisse Saint-Loup de Billom et les consuls et habitants de la ville close de Billom, au sujet du droit des bouchers dans les deux quartiers de la ville – 17 décembre 1406.

X^{1a} 55 f^o264 : Procès entre les habitants de la paroisse Saint-Loup de Billom et les consuls et habitants de la ville close de Billom, au sujet du droit des bouchers dans les deux quartiers – 24 mars 1408.

Bibliothèque nationale de France (Paris)

Coll. de Bourgogne 80 / 218 : Aimeric, évêque de Clermont, pour rétablir la paix entre lui et l'abbé de Cluny, cède à ce monastère toutes les églises sur lesquelles ils étaient en désaccord, et toutes les églises que l'abbaye possédait au moment du concile de 1095, ou que ce concile lui avait accordé ; en échange, Cluny rend l'église Saint-Loup de Billom à l'évêque de Clermont – Clermont, 21 septembre 1131.

Sources imprimées

Cartulaire de Sauxillanges (Chartularium Celsinaniense). Éd. Henri Doniol. Paris: Dumoulin, 1864.

Preuves de la maison de Polignac. Recueil de documents pour servir à l'histoire des anciennes provinces du Velay, Auvergne, Gévaudan, Vivarais, Forez (IX^e-XVIII^e siècle). Éd. Antoine Jacotin. Paris: Leroux, 1898-1906.

Études

AREAL, Thomas – “Petite ville est devenue bien grande. Le cas de Billom en Auvergne au bas Moyen Âge”. In COSTA, Adelaide Millán da (Éd.) – *Petites villes européennes au bas Moyen Âge : perspectives de recherche*. Lisbonne: Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 31-49.

BAUDREU, Dominique; CAZES, Jean-Paul, – “2.4 Les villages ecclésiastiques dans le bassin de l'Aude”. In FIXOT, Michel; ZADORA-RIO, Élisabeth (Dir.) – *L'environnement des églises et la topographie religieuse des campagnes médiévales. Actes du III^e congrès international d'archéologie médiévale, Aix-en-Provence, 28-30 septembre 1989*. Caen: Société d'Archéologie Médiévale, 1994, pp. 80-97.

BUCHOLZER-RÉMY, Laurence – *Une ville en ses réseaux : Nuremberg à la fin du Moyen Âge*. Paris: Belin, 2006.

CHEVALIER, Bernard – *Les bonnes villes de France du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE Amélia Andrade; TENTE, Catarina (Éds.) – *O papel das cidades na construção da Europa medieval*, Lisbonne: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 87-118.

- DELASPRE, Jean – “*La région de contact entre la Limagne et le Nord Livradois*”. *Revue géographique alpine*, vol. 35 (35-3). Paris: Armand Colin, 1947, pp. 523-569.
- DUFAYĚ, Bruno – “Galinié H. (Dir.), *Tours antique et médiéval. Lieux de vie, temps de la ville. 40 ans d'archéologie urbaine*”. In *Revue archéologique du Centre de la France*, tome 47, 2008.
- DURYE, Pierre – *Le bailliage de Saint-Pierre-le-Moûtier de sa création au milieu du XVI^e siècle*. Thèse de l'École des Chartes, 1943.
- FOURNIER, Gabriel – *Les villages fortifiés et leur évolution. Contribution à l'histoire du village en Auvergne*, plusieurs volumes. La Sauvetat: Association des forts villageois, 2010-2015, pp. 64-67.
- FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine : réseaux urbains et centralité au Moyen âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006.
- FRAY, Jean-Luc – “Ni communes, ni consulats : les villes de la France centrale dans les derniers siècles du Moyen Âge”. In PAULY, Michel; LEE, Alexander (Dir.) – *Libertés et citoyenneté urbaines du Moyen Âge à nos jours Actes du colloque 2009 de la Commission internationale pour l'histoire des villes (Luxembourg, 2009)*. Trèves, 2015, pp. 149-161.
- FRAY, Jean-Luc – “Introduction”. In FRAY, Jean-Luc; PAULY, Michel; PINHEIRO, Magda; SCHEUTZ, Martin (Éds.) – *Urban Spaces and the Complexity of the Cities*, Bonn – Weimar – Wien: Böhlau Verlag, 2017 (*Städteforschung*, vol. 97), pp. 161-167.
- HIGOUNET, Charles – “Centralité, petites villes et bastides dans l'Aquitaine médiévale”. In POUSSOU, Jean-Pierre; LOUPES, Philippe (Dir.) – *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours. Actes du colloque international de Bordeaux (25-26 octobre 1985) en hommage à Georges Dupeux*. Paris-Bordeaux: CNRS, 1987, pp. 41-48.
- LAUWERS, Michel, – “Circuit, cimetièrre, paroisse. Réflexions sur l'ancrage ecclésiastial des sites d'habitat (VII^e-XII^e siècle)”. In BULTOT-VERLEYSSEN, Anne-Marie; YANTE, Jean-Marie – *Autour du “village”, établissements humains, finages et communautés rurales entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles)*, Louvain: Université Catholique de Louvain – Publications de l'Institut d'Études Médiévales, 2010, pp. 301-324.

- RADEFF, Anne – “Réfutation du système des lieux centraux de le pays de Vaud (Suisse) au Moyen Âge”. In FRAY, Jean-Luc; CORNU, Pierre; FOURNIER, Patrick (Éds.) – *Petites villes en montagne de l'Antiquité au XX^e siècle. Europe occidentale et centrale*, Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 39-54.
- SÈVE, Roger – “La seigneurie épiscopale de Clermont des origines à 1357”. In *Revue d'Auvergne*, t. 94/2. Clermont-Ferrand: Société des Amis des Universités de Clermont, 1980.
- SIMON, Hippolyte (Dir.) – *La grâce d'une cathédrale, Clermont-Ferrand*. Strasbourg: La Nuée bleue, 2014.
- TEYSSOT, Josiane – *Riom, capitale et bonne ville d'Auvergne : 1212-1557*. Nonette: Créer, 1999.
- TEYSSOT, Josiane – “Montferrand et Riom, XII^e-XV^e siècle”. In GAUTHIEZ, Bernard; ZADORA-RIO, Élisabeth; GALINIÉ, Henri – *Village et ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*. Tours: Presses de l'Université François Rabelais, 2003, pp. 97-109.
- ZADORA-RIO, Élisabeth – “Les approches morphologiques des agglomérations : essai d'historiographie”. In GAUTHIEZ, Bernard; ZADORA-RIO, Élisabeth; GALINIÉ, Henri – *Village et ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*. Tours: Presses de l'Université François Rabelais, 2003, pp. 13-27.

Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português

Miguel Metelo de Seixas¹

Resumo

Tradicionalmente, os estudos heráldicos incidem na dimensão simbólica dos sinais que se propõem analisar. Considerando, porém, a natureza destes sinais enquanto formas de auto-representação e de comunicação visual, é possível e proveitoso estudá-los não apenas na sua dimensão abstracta, mas também ou sobretudo no seu uso concreto. Cada manifestação plástica de determinadas armas encerra nela própria uma carga referencial específica, que se prende, entre outros factores, com a escolha da sua localização, definidora de destinatários, observadores e comentadores da mensagem heráldica. A presente comunicação propõe uma reflexão comparativa sobre as escolhas de localização de pedras de armas nas cidades medievais portuguesas, abrangendo uma tipologia heráldica específica: as armas dos próprios municípios. Pretende-se, assim, mostrar de que forma a heráldica municipal portuguesa foi usada para a demarcação e apropriação simbólica do espaço urbano durante o período medieval.

Palavras-chave

Heráldica; Representação do poder; Espaço urbano; Municípios Portugueses; Idade Média.

¹ IEM-NOVA FCSH.

Municipal heraldry and symbolic appropriation of urban space in medieval Portugal.

Abstract

Heraldic studies focus traditionally on the symbolic characteristics of the signs that they proposed to analyse. Considering, however, the nature of these signs as forms of self-representation and visual communication, it is possible and profitable to study them not only in their abstract dimension but also or especially in their concrete use. Each plastic manifestation of a heraldic emblem contains within it a specific referential charge, which depends, among other factors, on the choice of its location, which defines recipients, observers and commentators of the heraldic message. This paper proposes a comparative reflection on the location of monumental arms in Portuguese medieval cities, focusing in a specific heraldic typology: the municipal arms. It is intended, therefore, to show how municipal emblems were used for the demarcation and symbolic appropriation of the Portuguese urban space during the Middle Ages.

Keywords

Heraldry; Representation of power; Urban space; Portuguese Municipalities; Middle Ages.

No balanço que publicou acerca dos estudos sobre as cidades medievais portuguesas, Amélia Andrade assinalou as significativas lacunas historiográficas que se fazem sentir neste campo, apontando algum confinamento à erudição local, com a proliferação de monografias porventura eruditas, mas geralmente desprovidas de perspectivas gerais e de problematizações. Contudo, como aponta esta autora, a história urbana revela-se um terreno particularmente propício para o questionamento heurístico, sobretudo na medida em que se observe que “tout ce qui se passe dans un décor urbain peut être considéré comme de l’histoire urbaine”². Neste sentido, o presente texto pretende fornecer um contributo para

² ANDRADE, Amélia Aguiar – “La ville médiévale au Portugal. Perspectives et tendances”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (Ed.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: IEM, 2013, p. 155.

a problematização de uma questão que, até agora, pouco tem atraído a atenção dos estudiosos: a relação entre heráldica e espaço urbano, na esperança de abrir, assim, perspectivas que sirvam como influxo de possível renovação quer para a história urbana, quer para a heráldica.

Alguma historiografia mostrou-se já preocupada com o estudo da “marcação” das cidades pelo poder, assinalando a importância de se estabelecer “une description cartographique des empreintes du pouvoir sur la ville pour tenter de reconstituer le mouvement qui les y a laissées” e procurando “définir une rhétorique de la puissance à partir du marquage de la ville par les pouvoirs urbains, et tenter d’y mesurer les parts respectives de la communication, de la persuasion, de l’intimidation ou de la propagande – que celle-ci soit implicite ou explicite”³. Os instrumentos para a marcação simbólica do espaço urbano são diversificados, agindo ora de maneira complementar, ora antagónica uns aos outros. A própria organização urbanística pode incluir desde logo tal instrumentalização, igualmente patente na arquitectura e com recurso a um conjunto de *media* que assumem tipologias, escalas, intensidades e formas comunicacionais muito variadas, geralmente de natureza visual, mas que podem ter outras componentes, como a auditiva (basta pensar na importância dos sinos para a vida urbana medieval).

Já foi estudado o papel que as epígrafes, ou seja, a escrita, desempenharam neste tipo de marcação; Armando Petrucci assinalou que a cidade medieval deixou de constituir-se enquanto o “corpo escrito” que ela havia sido durante a Antiguidade e que voltará a ser, em parte, a partir do Renascimento⁴. Conforme aponta este autor, a perda de relevância (relativa, não absoluta) da escrita para a marcação do espaço urbano medieval deve-se em grande medida à queda abrupta dos índices de alfabetização das populações urbanas. Neste enquadramento, outros códigos de comunicação visual acabaram por assumir a proeminência antes detida pelas epígrafes para a definição e a apropriação simbólica do espaço urbano. A heráldica foi, sem dúvida, um deles. Estranhamente, contudo, tal relação colhe fraco reflexo na historiografia.

É certo que as recentes reformulações epistemológicas de que a heráldica tem sido alvo desde meados do século XX procuraram, entre outras coisas, combater algumas das limitações heurísticas que haviam, até então, dominado este saber. Uma dessas limitações reporta-se ao carácter fundamentalmente abstracto atribuído aos sinais heráldicos: estes costumam ser analisados nos seus aspectos

³ BOUCHERON, Patrick – “Introduction générale”. In BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Ed.) – *Marquer la ville*. Paris: Publications de la Sorbonne, École Française de Rome, 2014, pp. 10-11.

⁴ Veja-se, por todos : PETRUCCI, Armando – *Jeux de lettres. Formes et usages de l’inscription en Italie, XI^e-XX^e siècles*. Paris: EHESS, 1993.

tipológicos e no seu valor simbólico, como se pudessem ter valor e ser entendidos fora do seu contexto histórico. Mais ainda, o próprio sinal heráldico é considerado de forma independente das suas manifestações plásticas, na medida em que estas apenas reenviam para o arquétipo de cada emblema (o *brasão*), de que constituem imagens mais ou menos exactas. As limitações deste género de abordagem foram evidenciadas por toda uma geração de heraldistas⁵.

A importância da contextualização das manifestações heráldicas não se prende apenas com a sua situação na cronologia e inclusão em determinada época e sociedade: também se reporta ao espaço físico em que tais emblemas se inserem. Dessa contextualização complexa depende o entendimento circunstanciado dos emblemas heráldicos. Nesse sentido, as mesmas armas não têm forçosamente sentido idêntico em cada uma das suas manifestações plásticas, ainda que estas sejam coevas e rigorosamente iguais na sua tipologia. A mensagem de cada manifestação varia também em conformidade com a sua localização espacial, na medida em que a heráldica serve essencialmente como código de auto-representação e de comunicação visual. Assim entendido e usado enquanto acto comunicacional, o emblema heráldico coaduna-se com uma série de outras codificações semânticas para exprimir, consubstanciar e projectar uma determinada imagem daquele que o gerou (ou daquele para quem foi gerado). Essa imagem não funciona como abstracção, mas como acto comunicacional concreto, com o seu emissor, os seus destinatários, observadores e, eventualmente, comentadores. Cada manifestação estabelece, assim, uma relação intrínseca com o espaço em que se encontra.

Essa relação é válida para o espaço construído, no qual a heráldica desempenha funções cujo carácter possui contornos complexos, muito mais vastos que a dimensão simplesmente identificativa que grande parte dos estudos tende a associar-lhe. Tal complexidade foi estudada com particular acuidade para a relação entre heráldica e espaço sagrado na Idade Média: Laurent Hablot assinalou o carácter intrínseco que se estabeleceu, a partir do século XIII, entre o fenómeno de *heraldização do espaço sagrado* e o de *sacralização da heráldica*⁶. Esta mesma problematização já foi estudada no caso português com evidência da sua aplicabilidade desde o século XIII até ao período tardo-medieval⁷. Igualmente

⁵ Cfr. PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris: Bordas, 1979; PASTOUREAU, Michel – *Les Armoiries*. Turnhout: Brepols, 1998; SAVORELLI, Alessandro – “L'araldica per la storia: una fonte ausiliaria?”. In PAOLI, Maria Pia (Ed.). *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell'età moderna*. Roma: Carocci editore, 2013, pp. 289-315; MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

⁶ HABLOT, Laurent – “L'héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?”. In AURELL, Martin (Ed.) – *Actes du colloque Chevalerie et Christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 211-233.

⁷ Veja-se, em particular, SEIXAS, Miguel Metelo de e PORTUGAL, João – “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”. In REDOL, Pedro e GOMES, Saul António (Ed.). *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Município da Batalha, 2012, pp. 27-

se entreviram as potencialidades de analisar o uso da heráldica como expressão de poder no espaço edificado por soberanos, em particular no que se prende com os locais de exercício do poder⁸. Essa mesma relação entre heráldica e espaço foi considerada, no caso português, como essencial para a caracterização da arquitectura nobre, tanto no que se refere à presença de armas no exterior como no interior dos edifícios associados às linhagens nobiliárquicas⁹.

Foi também evidenciado o papel que os emblemas heráldicos desempenharam na apropriação simbólica do espaço nas suas formas abstractas de representação, nomeadamente na cartografia, nos roteiros geográficos e corográficos, e noutros instrumentos de mapeamento do território¹⁰. Em certa medida, os armoriais (ou seja, os conjuntos de emblemas heráldicos representados de forma unificada, seja em manuscritos, códices, rolos, seja em desenhos, pinturas, esculturas, com o intuito de representar determinadas comunidades) afiguram-se comparáveis com as roteiros cartográficos e geográficos, porquanto constituem instrumentos de projecção visual, parcial ou integral, do mundo e da ordem que, na óptica dos autores, destinatários e observadores, lhe estava – ou deveria estar – subjacente¹¹.

Escasseiam, porém, as abordagens específicas do fenómeno heráldico na sua relação com o espaço urbano medieval¹². Os casos que mais parecem ter atraído a

-63; e SEIXAS, Miguel Metelo de – “Art et héraldique au service de la représentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 285-309.

⁸ Os estudos pioneiros neste campo cabem a Christian de Mérindol, cuja obra de síntese é: MÉRINDOL, Christian de – *Images du royaume de France. Décors monumentaux peints et armoiries, art et histoire*. Pont-Saint-Esprit: Conseil général du Gard, 2013. Pode colher-se uma síntese desta problematização em HABLLOT, Laurent – “Le décor emblématique chez les princes de la fin du Moyen âge : un outil pour construire et qualifier l'espace”. In LIÉNARD, T. et alii. – *Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentation*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, pp. 147-165. Recentemente, o projecto “In the Service of the Crown. The use of heraldry in royal political communication in Late Medieval Portugal”, com sede no IEM-NOVA FCSH e na Universität Münster, organizou dois colóquios sobre o tema, cujas actas serão publicadas. Cf. HILTMANN, Torsten; SEIXAS, Miguel Metelo de (Ed.) – *Heraldry in Medieval and Early Modern State-Rooms. Towards a typology of heraldic programmes in spaces of self-representation*. Münster: Thorbecke, no prelo; e SEIXAS, Miguel Metelo de e HILTMANN, Torsten; PORTUGAL, João António (Ed.) – *State-Rooms of Royal and Princely Palaces in Europe (14th-16th c.)*. Spaces, Images, Rituals. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, no prelo.

⁹ Uma primeira tentativa de caracterização geral do fenómeno, ainda que para o período pós-medieval, pode ser consultada em SEIXAS, Miguel Metelo de – “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (Ed.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores*. Lisboa – Rio de Janeiro: Instituto de História da Arte/Universidade Nova de Lisboa, Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 86-109.

¹⁰ Vejam-se sobretudo as reflexões de SAVORELLI, Alessandro – “Atlanti simbolici dello spazio politico. I portolani e il 'Libro del Conocimiento de todos los Reinos' (s. XIV)”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 105-140.

¹¹ Cf., para o caso português, SEIXAS, Miguel Metelo de – “Overseas elements in Portuguese armorials from the Modern Era”. *e-journal of Portuguese History*. Vol. 15, Nº 2, (2017), pp. 1-29.

¹² O tema foi objecto de um colóquio, cujas actas aguardam publicação: HABLLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (Ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo.

atenção dos estudiosos dizem respeito às manifestações efémeras, nomeadamente as que se ligaram ao cerimonial das entradas régias nas cidades¹³. Alguns estudos vieram fornecer pistas de problematização a partir de levantamentos regionais ou locais. Avultam, neste sentido, as investigações com base em casos italianos e franceses, compreendendo análises de monumentos cívicos específicos¹⁴ ou das sedes de poder comunal em geral¹⁵. Contudo, inexistem levantamentos gerais que permitam avaliar o fenómeno em toda a sua extensão¹⁶. Tal asserção verifica-se mesmo nos casos em que foi realizado um inventário minucioso da heráldica municipal presente na totalidade de uma região, como na província italiana das Marche: embora tal arrolamento abranja a totalidade das fontes observáveis, num trabalho de grande envergadura e erudição, a verdade é que as fontes recenseadas não são cotejadas com a ocupação do espaço¹⁷. Salientam-se os resultados obtidos pelo projecto de investigação “Armma – Armorial Monumental du Moyen-âge”¹⁸, iniciado com a região de Poitou-Charentes, os quais permitiram uma primeira abordagem crítica na qual Matteo Ferrari procurou sistematizar a informação recolhida no terreno, complementando-a com fontes documentais, a fim de fornecer uma visão de conjunto sobre o uso da heráldica na apropriação do espaço na cidade de Poitiers¹⁹. Assim, as conclusões deste estudo permitiram “montrer à quel point les lieux et les édifices liés aux pouvoirs séculiers regorgeaient de signes héraldiques. Isolés ou insérés dans des compositions plus vastes, ils étaient l’instrument d’une mise en signe de l’espace, qui était à la fois officielle – puisqu’elle émanait d’une décision des autorités politiques – et publique – puisqu’elle s’adressait à toute la collectivité et, plus en général, à tous ceux qui parcouraient la ville”. Tal abundância não excluía uma intensa emulação entre as

¹³ Veja-se o trabalho pioneiro de ALVES, Ana Maria – *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

¹⁴ Citem-se os estudos exemplares de BORGIA, Luigi – *Gli stemmi del Palazzo d’Arnolfo di San Giovanni Valdarno*. Firenze: Cantini Edizioni, 1986; e GADO, Francesca Fumi Cambi (Ed.) – *Stemmi nel Museo Nazionale del Bargello*. Firenze: Associazione Amici del Bargello, 1993.

¹⁵ BULTÉ, Cécile – “Emblématique royale dans les hôtels de ville du Val de Loire 1440-1510”. In SALAMAGNE, Alain (Ed.) – *Hôtels de ville. Architecture publique à la Renaissance*. Rennes: Presses Universitaires François Rabelais, 2015, pp. 189-205.

¹⁶ Cf. SAVORELLI, Alessandro – “Araldica e araldica comunale: una sintesi storica”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 253-274.

¹⁷ CARASSAI, Mario; CONTI, Antonio; FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro – *Le Marche sugli scudi. Atlante storico degli stemmi comunali*. Fermo: Andrea Livi Editore, 2015.

¹⁸ <http://base-armma.edel.univ-poitiers.fr/>

¹⁹ FERRARI, Matteo – “Héraldique et ‘mise en signe’ de l’espace urbain en Poitou au Moyen-Âge”. In HABLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo. Agradeço ao autor a leitura deste texto, que me foi facultada ainda antes da sua edição, bem como as numerosas e úteis informações bibliográficas que me forneceu.

entidades heráldicamente representadas no espaço urbano, antes pelo contrário: a análise de Ferrari permite fazer sobressair a ligação do património analisado aos sucessivos equilíbrios políticos vividos na cidade, com a presença das armas do rei de França, do duque de Anjou, do município de Poitiers e, por vezes, as insígnias pessoais ou familiares do próprio *maire*, numa relação sempre hierárquica usada para estruturar e definir o espaço em que o poder se exerce.

Essa mesma conclusão é corroborada por Anne-Laure Connesson na tese que dedicou à escultura heráldica florentina tardo-medieval. Naturalmente, neste caso, a multiplicidade dos actores e a variabilidade das relações que estabelecem entre si tornam o equilíbrio político mais intrincado que no exemplo francês, o que se traduz inevitavelmente numa maior diversidade de tipologias heráldicas presentes no espaço público. Contudo, a autora sugere que esta diversidade pode ser analisada de forma unitária, graças ao recurso ao conceito de *heráldica cívica* para definir as armas diversificadas que figuram em lugares públicos, expressivas, quando lidas em conjunto, de uma identidade comum composta pela articulação complexa (e mutável) de forças e de actores políticos. A flutuação destes conjuntos heráldicos permitia precisamente exprimir a variação dos equilíbrios políticos que governavam a cidade. Daí a sua aplicação preferencial ao espaço central constituído pela praça principal, e ao palácio comunal que aí se erguia: “L’identité civique devait pouvoir se construire et se montrer dans l’espace public, sur la place de la cité. La façade des palais communaux comme support d’exposition d’armoiries remplit donc parfaitement ce rôle”²⁰.

A partir do levantamento que fez da escultura heráldica florentina, completado com o de outras manifestações artísticas e patrimoniais coevas, Connesson aponta para a o papel estruturante – e não meramente decorativo e identificativo – desempenhado pela heráldica nos edifícios públicos: “Si l’accumulation d’écus armoriés sur les façades des palais publics tend à remodeler l’architecture du bâtiment, leur présence à l’intérieur des édifices délimite et définit les espaces où le pouvoir s’exerce, contribuant ainsi largement à sa mise en scène. Les armoiries colonisent les lieux de passages comme les portes, les escaliers et les cours intérieures mais également les différentes salles du pouvoir civique où les emblèmes envahissent parois et plafonds”²¹. Deste modo, as funções práticas e

²⁰ CONNESSON, Anne-Laure – *L’héraldique sculptée à Florence. 1400-1530*. Amiens: Université de Picardie – Jules Verne, 2016, Tese de doutoramento em História da Arte, policopiada, vol. I, pp. 107-108. Agradeço à autora ter-me facultado a leitura da sua tese. Uma primeira abordagem crítica ao fenómeno da heráldica na arquitectura cívica toscana pode ser consultada em GADO, Francesca Fumi Cambi – “Stemmi ed emblemi nella decorazione degli edifici”. In RESTUCCI, Amerigo (Ed.). *L’architettura civile in Toscana*. Civesello Balsamo: Silvana Editoriale, 1995, pp. 401-441.

²¹ CONNESSON, Anne-Laure – *L’héraldique...*, p. 119.

simbólicas revelam-se indestrinçáveis umas das outras na articulação que tecem entre heráldica, arquitectura e espaço público.

Em Portugal, o mesmo tema foi estudado por Carlos Caetano na sua tese de doutoramento sobre as casas da câmara e a monumentalização do poder local num amplo leque cronológico (séculos XIV a XIX). Debruçando-se sobre a tipologia dos edifícios sedes do concelho, o autor aponta a existência de três componentes essenciais – sala de audiências, câmara das vereações e cadeia – que podiam ser complementadas por uma série de componentes facultativas como espaços de abrigo, armazenamento, troca e comércio, administrativos, residenciais, de assistência e devoção²². Contudo, a composição estrutural das casas da câmara não as distinguia forçosamente das demais, pelo que o autor salienta a necessidade da presença de dois tipos de elementos identitários: o sino (com sua torre ou campanário) e o brasão²³. Este último desempenhava, na óptica de Caetano, um papel primordial na caracterização do edifício camarário: “a casa do concelho, que era essencialmente uma casa como as outras, era *também*, enquanto casa do concelho, uma casa diferente das outras, pois quase sempre ostentava um ou, mais raramente, dois brasões nobilitadores na sua fachada”²⁴. Luísa Trindade assinalou, não obstante, a emulação que as casas da câmara estabeleceram com os paços senhoriais, cujas fórmulas arquitectónicas tenderam a imitar, sobretudo no período tardo-medieval²⁵. Tal imitação levava a que os edifícios camarários passassem a ostentar amiúde “elementos da iconografia paçã, como os coroamentos ameados, as pedras de armas ou a adopção da torre”²⁶.

Ao contrário do que sucedia em França e Itália, a tipologia heráldica presente nas construções camarárias portuguesas reduzia-se a duas modalidades: as armas reais e as municipais. As primeiras revelavam-se como presença quase indispensável, articulando-se por vezes com as segundas, sempre numa expressão hierarquizada: “Todos os brasões, reais, concelhios ou “mistos” (os que justapõem ou combinam as armas do Concelho e as do Reino) suscitam ou repõem a questão da *presença nobilitante e quase obrigatória dos brasões na arquitectura e*

²² CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (séculos XIV a XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, Dissertação de doutoramento em História da Arte Moderna, policopiada, pp. 335-390.

²³ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, pp. 390-410.

²⁴ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, p. 402.

²⁵ TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 209-228.

²⁶ TRINDADE, Luísa; CABRAL, Caroline Aragão – “Um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila”. In TORRAS, Begoña Farré (Coord.) – *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014, p. 350.

equipamentos concelhios. Com efeito, o brasão real (muito mais que o do concelho) tanto integra a generalidade das fachadas das casas da câmara, [...] como surge em elementos e em pormenores arquitectónicos e decorativos, realizado nos mais variados materiais e aplicado nas mais diversas circunstâncias”²⁷.

Daí a importância da presença da pedra de armas no edifício usado como sede do poder concelhio: não como simples ornamentação ou ostentação (embora estes efeitos pudessem ser também desejados e alcançados), mas sim com um certo carácter de epifania. Mais do que para identificar, a pedra de armas servia para transformar a construção em sede simbólica da autoridade municipal. A heráldica detinha, neste sentido, um carácter performativo: o edifício, quaisquer que fossem as suas dimensões, a sua história, o seu enquadramento, era por ela nobilitado e podia, assim, tornar-se lugar de memória colectiva.

Daí decorria a importância da escolha do lugar que o elemento heráldico viria a ocupar no edifício camarário: o critério de visibilidade revelava-se primordial, somando-se-lhe outros factores simultaneamente práticos e simbólicos, como a centralidade e a elevação, ou simplesmente a articulação com factores urbanísticos como o enfiamento de ruas e a valorização do efeito de perspectiva (mesmo que, para tanto, fosse necessário colocar a pedra de esquina, num cunhal)²⁸. De uma forma geral, nota-se também, no exterior, a preferência por espaços de transição: mais uma vez, conjugam-se nesse âmbito os aspectos simbólicos e práticos de delimitação do espaço público. Os aspectos simbólicos prendem-se com factores compreensíveis: cabia à heráldica anunciar a transição espacial, fornecendo ao transeunte uma indicação concreta do limite que se encontrava prestes a transpor e da autoridade que se exercia no espaço adiante. Os aspectos práticos, por vezes menosprezados, não eram de somenos: a aposição dos sinais autárquicos exprimia visualmente a correspondência entre o espaço e uma série de direitos, prerrogativas e regalias que competiam àquele concelho; tais sinais permitiam, em suma, anunciar o regime jurídico e administrativo próprio que competia à entidade que geria o município.

Deste modo, a heráldica municipal constituía, num certo sentido, o correspondente visual do foral: da mesma forma que este condensava a relação da comunidade com o poder central, servindo de factor de definição identitária, assim as armas municipais resumiam num sinal visual a idiosincrasia da mesma comunidade.

²⁷ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, p. 738.

²⁸ Saliente-se que, ao contrário do que por vezes se assevera, a colocação de pedras de armas em cunhais ou esquinas não tinha qualquer significado simbólico. Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “O significado das pedras de armas de esquina”. *Olisipo*. II Série, N° 13, (2000), pp. 145-148.

Daí resultou, igualmente, a relação peculiar que se estabeleceu entre os sinais municipais e a heráldica régia: tal como o foral se reportava a uma autoridade central que se assumia como superior na sua relação com o poder local, assim as armas municipais se conjugavam amiúde com as reais, numa relação hierárquica inequívoca. Esta exprimia-se pela colocação das armas reais em posição sempre mais honrosa que as insígnias municipais: ora num plano mais elevado, ora à dextra heráldica (esquerda do observador). Mas havia ainda outras estratégias complementares de valorização das armas reais em relação às municipais²⁹. Uma delas consistia na duplicação ou multiplicação dos sinais régios, cuja profusão assinalava a primazia do poder do rei sobre os restantes. Outra residia na escolha de figurar os emblemas dentro de um escudo, como se vê invariavelmente no caso dos sinais régios, ou fora dele, como é amiúde o caso das insígnias municipais. Uma última forma de valorização hierárquica recorria à conjugação das armas reais com a empresa do monarca reinante, expediente a que se começou a recorrer na segunda metade do século XV e que proliferou no reinado de D. Manuel I.

Mais do que uma simples lembrança, a presença da heráldica régia e municipal realizava, portanto, o que se poderia chamar de *acto performativo visual*: a sua existência concreta invocava e criava, a um tempo, a especificidade do poder municipal legitimamente exercido sobre o território por elas marcado. E sobre a comunidade que nele vivia ou circulava. Da mesma forma que o selo concelhio servia de instrumento legitimador da documentação emanada do município ou por este confirmada, assim as expressões patrimoniais das armas municipais, apostas em objectos e lugares de memória colectiva, facultavam a legitimidade do exercício do poder pelos agentes concelhios no conjunto do espaço urbano abrangido.

Tal expressão não se reportava apenas à invocação abstracta da legitimidade do poder: as armas, usadas como marcadores espaciais, assinalavam também que o espaço assim delimitado se subordinava a um regime jurídico-administrativo específico, inclusive na sua dimensão fiscal. A presença das armas encontra, neste sentido, dois paralelos interessantes.

Em primeiro lugar, estes mesmos limites e a sua especificidade política eram assinalados mediante recurso a inscrições. Os letreiros, contudo, apresentavam, numa sociedade predominantemente analfabeta, a desvantagem de ser decifráveis por um número muito mais reduzido de observadores. Seria interessante comparar a colocação de epígrafes e de pedras de armas, quer para verificar quando umas e outras se usam separadamente ou em articulação, quer para observar o comportamento de ambas no que respeita à ocupação e definição simbólica do espaço.

²⁹ Facto já assinalado por HABLLOT, Laurent – “Le décor emblématique...”, pp. 151-152.

O segundo paralelo diz respeito à presença de padrões de medida, por vezes junto das portas de acesso aos espaços urbanos: tal como o reino se pautava pela diversidade de identidades político-administrativas dos seus concelhos, assim os sistemas de medidas apresentavam uma notória diversificação. Num e noutro caso, tanto os sinais heráldicos como a representação das unidades de medição em vigor naquele espaço marcavam a especificidade comunitária e activavam o seu enquadramento jurídico-político, por via do agente legítimo que era o poder municipal, subordinado à autoridade régia. Por vezes, um e outro sistema fundiam-se: assim, as unidades ponderais, entregues à guarda da câmara, eram carregadas com a heráldica régia, por vezes completada com a municipal.

A presença dos sinais heráldicos do concelho tinha por epicentro, como é natural, o edifício sede da câmara. Mas podia prolongar-se por outros espaços urbanos, em diversos edifícios ou equipamentos de tutela concelhia³⁰, nomeadamente estruturas e equipamentos de abastecimento de água (poços, cisternas, chafarizes, fontes, lavadouros, privadas); espaços de armazenamento, recolha e abrigo (celeiros públicos, currais do concelho); espaços de transformação para-industrial (matadouros, fornos do concelho); espaços públicos de sociabilidade e de comércio (campos da feira, poiais alpendrados, campos da bola e jogos da pela, espaços para as corridas de touros, alpendre do concelho, açougues, casas de ver-o-peso e casas dos almotacés); espaços de acolhimento (residência do juiz de fora e corregedor, estalagem do concelho); espaços de saúde, assistência e devoção (gafaria e casa de São Lázaro, casa da roda dos expostos, capelas e ermidas de São Sebastião); equipamentos de representação, justiça e punição (pelourinho, forca).

A reconstituição da presença da heráldica municipal nas cidades medievais portuguesas vê-se, contudo, dificultada por questões heurísticas de base. A ausência de um inventário geral do património heráldico medieval português constitui um primeiro – e sério – óbice³¹. Os escassos inventários locais e regionais, por outro lado, nem sempre abrangem todas as tipologias heráldicas, uma vez que muitos se concentram exclusivamente na heráldica de família. Deve outrossim assinalar-se que, dada a sua dimensão eminentemente política, tanto a heráldica régia como a municipal foram costumeiramente objecto de apagamento, transformação ou substituição³². Não obstante estas ressalvas, é possível colher alguns exemplos

³⁰ Para a enumeração destes edifícios e equipamentos, segue-se a tipologia proposta por CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, pp. 166-230.

³¹ Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 509-558.

³² Para se ter uma ideia do grau que tais transformações podem alcançar, atente-se no exemplo estudado por Luigi Borgia: para o palácio comunal que estudou, este autor encontrou referências ao total de 700 pedras de armas, das quais subsistem hoje 250. BORGIA, Luigi – *Gli stemmi...*, p. 25.

significativos de heráldica municipal aposta em edifícios ou equipamentos de tutela concelhia nas aglomerações urbanas portuguesas da Idade Média, como a fonte gótica de Atouguia da Baleia e a fonte das Figueiras em Santarém; o chafariz dos Canos em Torres Vedras e o do Andaluz em Lisboa; a ponte de Alcorce em Santarém; a casa de ver-o-peso de Elvas; ou os pelourinhos de Penela e de Chaves.



Fig. 1 – Alpendre do paço da audiência, Estremoz (fotografia Miguel Metelo de Seixas).



Fig. 2 – Pedras de armas reais e municipais, com epígrafe, no chafariz do Andaluz, Lisboa (réplica do Museu de Lisboa, fotografia José Avelar).



Fig. 3 – Marco de delimitação com armas municipais de Lisboa (Museu de Lisboa, fotografia José Avelar).



Fig. 4 – Pedras de armas reais e municipais a enquadrar imagem sacra na porta de Almedina, Coimbra (fotografia Paulo Almeida Fernandes).



Fig. 5 – Pedras de armas reais e municipais no chafariz dos Canos, Torres Vedras (fotografia Jorge Seixas).

No caso dos pelourinhos, deve salientar-se a sua importância simbólica, dada a primordialidade do *topos* da justiça como cerne de qualquer poder legítimo na Idade Média, em ligação forçosa com uma dimensão transcendente: daí, por um lado, a costumeira figuração de elementos religiosos e cósmicos na decoração destes equipamentos; e, por outro, a sua centralidade no espaço urbano, onde tomavam lugar no largo principal, geralmente em frente ao edifício camarário. Por isso, também, a presença heráldica mais usual nos pelourinhos é a das armas reais, figuradas evidentemente no lugar mais honroso, uma vez que toda a justiça emana do monarca, que age em nome de Deus. O facto de se ter difundido, desde muito cedo, a interpretação cristológica das quinas (relacionadas com as cinco chagas de Cristo) justificava e exprimia visualmente um conceito de justiça cuja aplicação se reportava, nestes espaços e instrumentos concretos, a uma dimensão transcendental e legitimadora. A presença secundária e subordinada das armas municipais nos pelourinhos colhe paralelo nas demais tipologias heráldicas que, noutros exemplares, partilham igualmente estes espaços com as armas reais³³.

Não obstante a importância dos pelourinhos, os casos mais correntes de presença das armas municipais fora dos paços do concelho parecem verificar-se nas muralhas que cercavam as povoações. Nestas, as pedras de armas soem estar colocadas nos espaços de entrada no aglomerado urbano ou no respectivo castelo, como na porta de Estremoz em Borba, na porta de Almedina em Coimbra, na porta de Atamarma em Santarém, na porta dos Castelinhos de Leiria ou na porta de São Sebastião em Olivença. Note-se que a presença das insígnias municipais nas portas muralhadas tende a criar no transeunte uma definição nítida da sua penetração no espaço urbano, em que a heráldica se associa à arquitectura, sendo completada pelo urbanismo na medida em que, em muitas povoações, o eixo viário principal corria desde a porta principal até ao castelo, passando pelo largo onde se situavam o edifício camarário e o pelourinho. Aqui, o transeunte poderia reencontrar a mesma mensagem visual já observada na porta inicial, ou seja: as armas municipais, identificadoras do concelho, em consonância com as armas reais. Pois em todos os casos enumerados para a presença em portas da muralha, bem como nos que se referem aos edifícios e equipamento de tutela concelhia, a

³³ É o caso, por exemplo, da heráldica de família, como as armas dos Sousas no pelourinho da vila do Prado; da heráldica eclesiástica, como as armas da Ordem de Avis no pelourinho da vila de Fronteira; ou da emblemática pessoal, como o rasto, empresa da rainha D. Leonor, no pelourinho da vila de Óbidos. Cf., respectivamente, SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João António – “A sombra dos príncipes...”, pp. 27-63; SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Heráldica no concelho de Fronteira*. Fronteira: Universidade Lusíada, Câmara Municipal de Fronteira, 2002, pp. 123-124; SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – “As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor”. In VARELA, Alexandra (Ed.) – *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, pp. 23-38.

subordinação dos sinais municipais à heráldica régia mantém-se como princípio inabalável³⁴. Note-se que a importância simbólica das fortificações teve outrossim consequências heráldicas assinaláveis: castelos, torres e muralhas constituem as figuras mais correntes na heráldica municipal portuguesa da Idade Média³⁵. O que reflecte sem dúvida uma afirmação da capacidade militar concelhia, mas pode corresponder também à imagem que as urbes concebem e privilegiam de si próprias enquanto espaços delimitados por um perímetro defensivo.

A questão da delimitação concreta e simbólica do espaço por meio da heráldica também se verificava nos marcos usados para definir os limites em que se exercia o poder concelhio. Conhecem-se, por exemplo, as disposições tomadas por D. João II no sentido de mandar colocar uma série de marcos junto da barra do Tejo, para efeitos de delimitação do território lisboeta³⁶. Mais uma vez, não se tratava de uma medida expressiva apenas da legitimidade da autoridade política concelhia, mas também de um instrumento concreto de activação de direitos fiscais, em ligação directa com o respectivo foral³⁷.

A apropriação espacial pela heráldica não se confinava necessariamente, porém, ao território: podia ter também uma dimensão sonora. Os sinos funcionavam, como já foi assinalado, como um dos elementos identitários fundamentais dos concelhos, uma vez que desempenhavam uma função simbólica e prática da maior relevância na organização da vida comunitária. Em consequência, a aposição de emblemas heráldicos nos sinos revelava-se lógica, não apenas como marca de posse ou de encomenda, mas também com um carácter apotropaico³⁸. Por isso, seria expectável que os sinos concelhios fossem marcados com os sinais heráldicos respectivos; essa prática, ainda não comprovada para as entidades municipais, encontra-se documentada e estudada, por exemplo, para as comunidades religiosas e para as povoações submetidas a determinados senhorios³⁹.

³⁴ O carácter exclusivo da presença de sinais régios e concelhios só é aliás quebrada, tanto quanto se saiba no actual estado de conhecimento das fontes, pela pedra de armas da porta de São Sebastião em Olivença, a qual apresenta, além das armas régias e do sinal falante do concelho (uma oliveira), um escudo com as armas do alcaide Pero Lourenço do Rego. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. II, tomo 2, pp. 1313-1320 e vol. III, p. 453, est. CLIII-A, n.º 1.

³⁵ SAMEIRO, Pedro – “A Heráldica Autárquica em Portugal”. *Almansor*, Nº 4, (1986), pp. 77-117.

³⁶ CID, Pedro de Aboim Inglez – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 174-175.

³⁷ SEIXAS, Miguel Metelo de – “Art et héraldique...”, p. 297.

³⁸ Cf. ERMINI, Giampaolo – “La campana del Palazzo del Popolo di Orvieto (1316)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 109-125.

³⁹ Atente-se, assim, no sino com as armas de D. Berengária Aires no mosteiro de Almoester e no sino com as armas de D. Vasco da Gama na torre da vila da Vidigueira, sede do condado que lhe foi atribuído. Cf., respectivamente, MENDES, Tiago Sousa e HENRIQUES, António de Castro – “Feguras & Sinaes III.

O conjunto das manifestações aqui arroladas deixa de fora, contudo, muitas outras que existiriam nas povoações medievais portuguesas. Não apenas pelas limitações heurísticas atrás referidas, mas também por causa da abrangência do fenómeno heráldico na Idade Média. Os emblemas heráldicos revestiam, com efeito, uma infinidade de objectos móveis, parte dos quais se viam aplicados, precisamente, na delimitação do espaço urbano. O caso mais evidente é o das bandeiras. Juntamente com a matriz sigilar, a bandeira constituía um elemento simbólico por excelência do concelho; ao contrário daquela, porém, esta podia desdobrar-se num número praticamente ilimitado de exemplares. Diversas fontes documentais revelam a importância de que se revestiam as bandeiras e assinalam a atenção prestada à sua exibição, manutenção ou perda⁴⁰. Não há dúvida de que elas eram usadas não somente nas ocasiões solenes da vida comunitária (como as entradas régias ou as aclamações) mas também na vida corrente do município. Por vezes, podiam consubstanciar-se em manifestações mais fixas, como era o caso das grimpas ou cataventos heráldicos⁴¹. Naturalmente, as bandeiras desempenhavam um papel especial em tempo de guerra, tanto na identificação da hoste concelhia como na delimitação do espaço submetido à autoridade do município. É reveladora, neste sentido, a descrição que Fernão Lopes fornece das 77 torres que guarneciam as muralhas de Lisboa por ocasião do cerco movido pelo rei João I de Castela em 1384: “Avia em estas torres muitas lamças darmas e bacinetes, e doutras armaduras, que rreluziam tamtas que bem mostrava cada huma torre per ssi que abastante era pera sse deffemder. Em muitas dellas estavom troons bem acompanhados de pedras, e bamdeiras de sam Jorge, e das armas do rreino e da çidade, e doutros alguuns senhores e capitães que as poinham nas torres que lhes eram emcomendadas”⁴². Esta narração permite verificar duas realidades a que já se aludiu. Em primeiro lugar, a inextricabilidade das dimensões simbólica e prática na aplicação da heráldica ao espaço urbano: além da função de marcação das fortificações citadinas, as bandeiras serviam para assinalar a atribuição concreta dos sectores de defesa da cidade. Para além de uma funcionalidade conguaçadora, anímica, que o cronista igualmente lhes assigna. Em segundo lugar, a articulação

Heráldica no Mosteiro de Almoester”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 83-104; SEIXAS, Miguel Metelo de; OLIVEIRA, Humberto Nuno de – “As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI”. *Tabardo*. N.º 1, (2002), pp. 31-56.

⁴⁰ Estas questões são válidas tanto para a Idade Média como para a Moderna. João Pinto Ribeiro, magistrado intimamente ligado ao movimento da Restauração de 1640, produziu uma interessante reflexão em torno do simbolismo político das bandeiras municipais. Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*. N.º 1, (2006), pp. 189-206.

⁴¹ Como os que ornavam os paços do concelho de Setúbal: “duas grinhas com suas bolas de cobre e bandeyras e auitos de samtiago”. TRINDADE, Luísa – *Casas da Câmara...*, p. 224.

⁴² LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 1990, vol. I, p. 223.

constante entre heráldica régia e concelhia, aqui interpolada com a heráldica senhorial ou de família.

Esta última observação aponta para a necessidade de uma reflexão comparativa, em diversos sentidos. Antes de mais, o fenómeno de definição do espaço urbano pela heráldica concelhia deve ser estudado em confrontação com as outras tipologias heráldicas que aí se encontram igualmente representadas: a heráldica régia em primeiríssimo lugar, pois, como se viu, ela insere-se de forma intrínseca na expressão do poder municipal em Portugal; mas a heráldica de família, eclesiástica, religiosa, corporativa ou até mesmo imaginária, além da emblemática para-heráldica (as empresas). Todas elas dialogam no espaço urbano, cuja definição e hierarquização promovem em simultâneo, numa relação complexa que somente um estudo aturado permitirá resgatar.

A reflexão comparativa também se impõe no sentido de cotejar os exemplos portugueses com os de outras realidades políticas. Partindo dos casos italianos e franceses já referidos, será interessante notar, à partida, algumas características próprias da configuração heráldica portuguesa, nomeadamente o predomínio absoluto do binómio armas régias/municipais (com prevalência hierárquica e numérica das primeiras), só excepcionalmente caldeado com outras tipologias. Também se pode depreender, por conseguinte, que a marcação heráldica do espaço urbano português funcionava menos por aglutinação que por contraste, revelando de forma nítida o predomínio hierárquico do rei e dos municípios enquanto órgãos complementares de soberania (sem desprimor da prevalência política do primeiro sobre os segundos). Profundamente alterado pela reforma manuelina dos forais, que levou amiúde à menorização – por vezes mesmo ao desaparecimento – das antigas armas municipais em favor das régias, esta marcação inscreve-se, contudo, na longa duração. Em pleno século XIX, ela seria ainda recordada e reconstituída no momento-chave de redefinição nacional que foi a aclamação de D. Pedro V, em 1855, no âmbito do movimento da Regeneração: as arcadas do Terreiro do Paço foram decoradas de uma ponta à outra com um friso das armas das cidades do reino e ultramar, com o fito de criar um espaço simbólico que representasse o conjunto de povos e territórios com os quais o monarca estabelecia, no seu advento, um pacto político mútuo baseado numa tradição apresentada e sentida como imemorial, complemento indispensável da dimensão propriamente constitucional da legitimidade do soberano⁴³.

Em conclusão, o tema da relação entre heráldica e apropriação simbólica do espaço urbano medieval abre um campo de estudo que se antevê vasto e

⁴³ SEIXAS, Miguel Metelo de – *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011, pp. 47-86.

interessante nas suas variadas ramificações. Tal campo situa-se na encruzilhada de diversas vertentes da história (política, institucional, social, cultural) com a história da arte, mas também com os estudos urbanísticos. O presente texto não apresenta uma visão integral da função espacial da heráldica municipal nas cidades medievais portuguesas, apenas pretende lançar uma série de interrogações e de pistas que poderão ser depois postas à prova. Porque, para ir mais além, seria indispensável o levantamento exaustivo das fontes patrimoniais e documentais, bem como uma dimensão comparativa quer com outras tipologias heráldicas, quer com fenómenos similares em outros Estados.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ana Maria – *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – “La ville médiévale au Portugal. Perspectives et tendances”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (Ed.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: IEM, 2013, pp. 145-156.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 4 vols.
- BORGIA, Luigi – *Gli stemmi del Palazzo d’Arnolfo di San Giovanni Valdarno*. Firenze: Cantini Edizioni, 1986.
- BOUCHERON, Patrick – “Introduction générale”. In BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Ed.) – *Marquer la ville*. Paris: Publications de la Sorbonne, École Française de Rome, 2014, pp. 9-19.
- BULTÉ, Cécile – “Emblématique royale dans les hôtels de ville du Val de Loire 1440-1510”. In SALAMAGNE, Alain (Ed.) – *Hôtels de ville. Architecture publique à la Renaissance*. Rennes: Presses Universitaires François Rabelais, 2015, pp. 189-205.

- CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (séculos XIV a XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, Dissertação de doutoramento em História da Arte Moderna, policopiada.
- CARASSAI, Mario; CONTI, Antonio; FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro – *Le Marche sugli scudi. Atlante storico degli stemmi comunali*. Fermo: Andrea Livi Editore, 2015.
- CID, Pedro de Aboim Inglez – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- CONNESON, Anne-Laure – *L'héraldique sculptée à Florence. 1400-1530*. Amiens: Université de Picardie – Jules Verne, 2016, Tese de doutoramento em História da Arte, policopiada.
- ERMINI, Giampaolo – “La campana del Palazzo del Popolo di Orvieto (1316)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 109-125.
- FERRARI, Matteo – “Héraldique et ‘mise en signe’ de l'espace urbain en Poitou au Moyen-Âge”. In HABLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (Ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo.
- GADO, Francesca Fumi Cambi – “Stemmi ed emblemi nella decorazione degli edifici”. In RESTUCCI, Amerigo (Ed.). *L'architettura civile in Toscana*. Civisello Balsamo: Silvana Editoriale, 1995, pp. 401-441.
- GADO, Francesca Fumi Cambi (Ed.) – *Stemmi nel Museo Nazionale del Bargello*. Firenze: Associazione Amici del Bargello, 1993.
- HABLOT, Laurent – “L'héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?”. In AURELL, Martin (Ed.) – *Actes du colloque Chevalerie et Christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 211-233.

- HABLOT, Laurent – “Le décor emblématique chez les princes de la fin du Moyen âge : un outil pour construire et qualifier l’espace”. In LIÉNARD, T. *et alii*. *Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentation*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, pp. 147-165.
- HABLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (Ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo.
- HILTMANN, Torsten; SEIXAS, Miguel Metelo de (Ed.) – *Heraldry in Medieval and Early Modern State-Rooms. Towards a typology of heraldic programmes in spaces of self-representation*. Münster: Thorbecke, no prelo.
- MENDES, Tiago Sousa; HENRIQUES, António de Castro – “Ffeuras & Sinaes III. Heráldica no Mosteiro de Almoester”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 83-104.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.
- MÉRINDOL, Christian de – *Images du royaume de France. Décors monumentaux peints et armoiries, art et histoire*. Pont-Saint-Esprit: Conseil général du Gard, 2013.
- PASTOUREAU, Michel – *Les Armoiries*. Turnhout: Brepols, 1998.
- PASTOUREAU, Michel – *Traité d’Héraldique*. Paris: Bordas, 1979.
- PETRUCCI, Armando – *Jeux de lettres. Formes et usages de l’inscription en Italie, XI^e-XX^e siècles*. Paris: EHESS, 1993.
- SAMEIRO, Pedro – “A Heráldica Autárquica em Portugal”. *Almansor*. N^o 4, (1986), pp. 77-117.
- SAVORELLI, Alessandro – “Araldica e araldica comunale: una sintesi storica”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 253-274.

- SAVORELLI, Alessandro – “Atlanti simbolici dello spazio politico. I portolani e il ‘Libro del Conocimiento de todos los Reinos’ (s. XIV)”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 105-140.
- SAVORELLI, Alessandro – “L’araldica per la storia : una fonte ausiliaria?”. In PAOLI, Maria Pia (Ed.). *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell’età moderna*. Roma: Carocci editore, 2013, pp. 289-315.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Art et héraldique au service de la représentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L’Arme Segreta. Araldica e Storia dell’Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 285-309.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 509-558.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*. Nº 1, (2006), pp. 189-206.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “O significado das pedras de armas de esquina”. *Olisipo*. II Série, Nº 13, (2000), pp. 145-148.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (Ed.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores*. Lisboa – Rio de Janeiro: Instituto de História da Arte/Universidade Nova de Lisboa, Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 86-109.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Overseas elements in Portuguese armorials from the Modern Era”. *e-journal of Portuguese History*. Vol. 15, Nº 2, (2017), pp. 1-29.

- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – “As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor”. In VARELA, Alexandra (Ed.) – *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, pp. 23-38.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Heráldica no concelho de Fronteira*. Fronteira: Universidade Lusíada, Câmara Municipal de Fronteira, 2002.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; HILTMANN, Torsten; PORTUGAL, João António (Ed.) – *State-Rooms of Royal and Princely Palaces in Europe (14th-16th c.). Spaces, Images, Rituals*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, no prelo.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; OLIVEIRA, Humberto Nuno de – “As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI”. *Tabardo*. Nº 1, (2002), pp. 31-56.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João – “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”. In REDOL, Pedro; GOMES, Saul António (Ed.) – *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Município da Batalha, 2012, pp. 27-63.
- TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 209-228.
- TRINDADE, Luísa; CABRAL, Caroline Aragão – “Um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila”. In TORRAS, Begoña Farré (Coord.) – *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014, pp. 348-358.

Sinais multiformes de identidade: *muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV*

Carla Varela Fernandes¹

Resumo

Durante o século XIV alguns indivíduos das elites urbanas de Lisboa preocuparam-se com as suas memórias póstumas, mandando, para tal, erguer túmulos monumentais, lápides decoradas ou, ainda, capelas funerárias de maior ou menor imponência. Não obstante ser perceptível, através de alguma documentação que chegou até nós, a existência de uma noção de pertença a um grupo social diferente e poderoso por parte destes homens e mulheres, a verdade é que as suas escolhas de âmbito funerário desenvolvem-se na senda do que a nobreza já habitualmente fazia, em especial no que se refere às iconografias dos jacentes e da decoração das arcas tumulares. Em quase nada se distinguem das opções iconográficas da nobreza portuguesa desses tempos e dos tempos anteriores, em especial os indivíduos que escolheram a Catedral de Lisboa para lugar de repouso eterno, à exceção dos conteúdos das epígrafes que os acompanham e que os referem como “cidadãos de Lisboa”. Neste momento, e face ao surgimento, nos últimos anos, de vários estudos sobre as elites urbanas, assim como diferentes questões que captaram a minha atenção relativamente aos seus sepulcros, julgo que estes merecem ser revisitados, repensados e rerepresentados neste breve estudo.

Palavras-chave

Túmulo medieval; lápide medieval; elites urbanas; capela funerária, catedral de Lisboa.

¹ Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH.

Multiform signs of identity: many doubts and some hypotheses about the sepulchers of the urban elites in the 14th century Lisbon.

Abstract

During the fourteenth century, some individuals of Lisbon urban elites worried in advance about their posthumous memories, ordering monumental tombs or decorated tombstones and, in some cases, funerary chapels of greater or lesser magnificence. Notwithstanding being perceptible through some documentation that came to us, of the existence of a notion of belonging to a different and powerful social group on the part of these men and women, the truth is that his choices of funerary scope develop in the path of what the nobility already habitually did, especially with regard to the iconographies of the effigies and the decoration of the tombstones. They are hardly distinguishable from the iconographic options of the Portuguese nobility of those times and of the earlier times, especially the individuals who chose the Cathedral of Lisbon as an eternal resting place, with the exception of the contents of accompanying epigraphs and which refer to them as “citizens of Lisbon “. At this time and in the view of the emergence in recent years of various studies on urban elites, as well as different issues that have caught my attention regarding their tombs and tombstones, I think they deserve to be revisited, rethought and resubmitted in this brief study.

Keywords

Medieval tomb; medieval tombstone; urban elites; funerary chapel; Lisbon cathedral.

O *corpus* ainda existente da escultura tumular pertencente a membros das designadas elites urbanas de Lisboa, em particular do século XIV, deverá corresponder, imaginamos, a um número inferior ao que de facto existiu. Os túmulos e as lápides medievais, desaparecidos dos diferentes templos da cidade, ora sobre os escombros e incêndios provocados por diferentes terremotos, em especial pelo grande sismo de 1755, ora por abandono e/ou reutilização, foram sucumbindo ao passar dos séculos. É verdade que não há, até ao momento, dados documentais suficientes para reconstituirmos o quadro original dos enterramentos deste grupo social lisboeta na referida centúria, sendo este assunto um campo ainda a aguardar mais investigações e mais resultados.

Em 2001, quando estudei o conjunto escultórico tumular medieval da Sé de Lisboa, sabia-se menos sobre algumas personagens que aí foram inumadas do que sabemos hoje, em virtude dos resultados de estudos parcelares desenvolvidos por diferentes historiadores e que, aos poucos, vão aclarando muitas das sombras que, naquela altura, ainda dificultavam mais o entendimento destas memórias funerárias.

Nas últimas décadas, o próprio conceito de “elites urbanas” alcançou um terreno mais sólido no debate historiográfico, no âmbito e biografias, como dos estudos sobre a heráldica que lhes está associada. Algumas dessas novidades são acrescentadas neste volume por outros historiadores, pelo que apenas me vou centrar nas suas memórias tumulares, na análise das iconografias, das características formais e estilísticas, interrogando-as, tanto quanto obras de arte anónima o permitem.

Começo pelo caso mais conhecido e naturalmente mais emblemático, em virtude da grandiosidade das suas acções e obras, bem como do interesse que a própria figura, ainda enigmática², sempre suscita: Bartolomeu Joanes.

Este constitui um exemplo muito interessante de um rico-homem (ou cavaleiro-vilão) que investiu, de forma sistemática, concertada e com grande aparato, na construção da sua memória póstuma. O investimento visou tanto a construção de uma mensagem e de uma imagem destinada ao Além e com vista à salvação da alma alicerçada em abundantes legados pios e na construção de uma capela sob o orago de S. Bartolomeu, como de uma memória social destinada à sociedade em que este poderoso cidadão de Lisboa se inseria (onde também se conta a construção da capela funerária, e, sobretudo, do túmulo e de duas epígrafes [Fig. 1]).

² SOUSA, J.M.C – Incrições Sepulcrais da Sé de Lisboa. 2-Ed. revista e aumentada. Lisboa, (1927) 1935, p. 24; e BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa. 862-1422. Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II: Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 1497.



Fig. 1 – Túmulo de Bartolomeu Joanes. Ca. 1325-1326. Autor não identificado. Capela de S. Bartolomeu, Catedral de Lisboa. Foto: ©ADF/DGPC/ José Pessoa.

O testamento de Bartolomeu Joanes, que não cabe aqui analisar com detalhe, constitui um dos mais extensos e generosos testamentos que se conhecem da documentação portuguesa do século XIV, particularmente pródigo em obras pias e em informações que dão uma perspectiva muito aproximada da extensão do poder deste indivíduo na sociedade lisboeta. De qualquer forma, apenas sabemos da sua notoriedade e poder através do texto do testamento redigido somente dias antes da sua morte, e não através de documentos anteriores que dêem conta de diversos momentos da sua vida. Este estranho silêncio já havia sido notado anteriormente³.

Paralelamente, e através do seu poder económico e das boas relações com o cabido e com a própria corte de D. Dinis (como o mesmo não deixou de mencionar no respectivo testamento), dispôs dos meios e da condição social que lhe permitiram a autorização para a construção de capela funerária anexa à catedral de Lisboa, assim como a construção de um monumental túmulo para última morada, acompanhado da já referida e extensa epígrafe destinada ao mesmo espaço funerário.

Na análise desta memória sepulcral, a capela e o túmulo não devem ser dissociados porque ambos constituem um todo uno, e que correspondeu à vontade pessoal do encomendador/doador. No âmbito deste estudo específico, por questões de delimitação dos temas a tratar e do limite do texto, vou centrar a análise nos aspectos relativos ao túmulo e remeto as questões sobre a construção da capela

³ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 1497.

de S. Bartolomeu e suas características arquitectónicas para outros estudos já existentes⁴. Apenas chamo a atenção para a importância da onomástica para a compreensão do que, nesses anos, se tornava muito perceptível na dedicação de capelas e/ou igrejas e mosteiros. A capela funerária do rico mercador e à qual se referiu no testamento “(...) *A qual capela tenho por bem e mando que seja intitulada e chamada de São Bartolomeu, por cujo nome eu sou chamado. (...)*”⁵ foi dedicada a este santo apóstolo porque esse era o nome do instituidor. Da mesma maneira, outro homem das elites urbanas lisboetas, de nome Estêvão Domingos⁶, e sua mulher Mor Dias, instituíram em 1305 capela funerária no claustro da Sé, sob o orago de Sto. Estêvão⁷. Em anos próximos, também exemplo o orago de um mosteiro cisterciense, mandado construir por vontade do rei D. Dinis (também para seu lugar de sepultura), que foi dedicado a S. Dinis pela mesma razão.

No caso do túmulo de Bartolomeu Joanes, e como elemento fundamental à construção da sua memória, o que esta obra afirma, claramente, é que aquele que ali se encontra inumado foi um cavaleiro. Essa percepção torna a sua memória visual enganosa, se consideramos apenas a existência de cavaleiros pertencentes à classe da nobreza. Mas, talvez não seja tão enganadora assim, se abrirmos o nosso campo de entendimento à existência de um outro tipo de nobilitação, um outro tipo de reconhecimento social que, a partir de meados do século XIII, mas, em especial, durante o século XIV, passou a ser conferido também aos membros mais destacados das cidades, precisamente das elites urbanas. Estes, tanto podiam estar ligados ao mundo das transações comerciais (em especial as que se realizavam com o exterior, como era o caso de Bartolomeu Joanes), quer às leis, à administração ou ao ensino, ou seja, algumas pessoas que também frequentavam ou “gravitavam” em torno dos ambientes das cortes régias, também elas, cada vez mais urbanas,

⁴ Cito apenas alguns dos contributos mais relevantes: PITT, Thomas – *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760). Observations in a tour to Portugal and Spain (1760)*, introd. dir. científ. e coord. Maria João NETO; Transcr. Bernardo SÁ-NOGUEIRA; Trad. Pedro FLOR. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006, p. 114; FONSECA, Martinho da – *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschinni*, Lisboa, 1912, p. 25; CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, anot. SILVA, Augusto Vieira da, 2.ª ed. Rev. e ampl. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938, pp. 57-60 e 85-95; DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994, pp. 105-106; PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 386; ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In JORGE, Ana Mª Jorge; RODRIGUES, Ana Mª (Coords.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Círculo de Leitores, 2000, pp. 463-464; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa: Presença, 2002, p. 58.

⁵ TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e – *A Heráldica Medieval na Sé*. Lisboa: Ramos Afonso & Moita, 1984, p. 40.

⁶ Sobre os dados biográficos de Estêvão Domingos, Cf. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...* pp. 1284-1285.

⁷ FERNANDES, Paulo Almeida “A capela de Sto. Estêvão na Sé de Lisboa”, in FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta (Coords.) – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Lisboa: EGECAC, 2017, pp. 144-149.

assim como dos cabidos das catedrais. Foi essa a situação de Bartolomeu, nomeado almoxarife de Lisboa por D. Dinis⁸.

Presume-se que terá feito fortuna nas transações comerciais que levou a cabo no país e no estrangeiro. A este respeito, mas também para melhor se compreender que gosto estilístico pode ter influenciado as encomendas artísticas deste homem, importa citar mais um excerto do seu testamento, que me parece elucidativo dos muitos lugares onde comerciava e até onde tinha bens: “(...) *tão bem os móveis como os de raiz, em qualquer expressa maneira e coisas que possam ser achadas. Assim em Portugal como em França e em Flandres, como em outros quaisquer lugares ou lugar*”⁹. Não sabemos que outros lugares ou lugar se refere, mas a referência explícita à França e à Flandres são do maior significado para o que aqui se analisa.

Não foi, porém, a memória social de rico mercador que quis perpetuar de si, mesmo que tenham sido esses excepcionais meio financeiros que lhe proporcionaram o acesso ao templo mais relevante de Lisboa para seu eterno descanso e onde “desenhou” um projeto de construção semi-idealizada da sua memória.

Teve a preocupação e o poder de mandar fazer, para si, uma capela funerária, à maneira do que a nobreza de linhagem fazia desde o século XII, com a criação de panteões familiares associados a importantes mosteiros. No seu caso, por ausência de descendência, Bartolomeu mandou construir a capela para si e deixou a possibilidade de nela se sepultarem os seus *companhês*. Uma decisão inédita e que constitui mais um elemento diferenciador e interessante do seu testamento. Na verdade, em séculos anteriores, um templo como a catedral de Lisboa seria interdito ao enterramento deste homem no seu interior ou à construção de uma capela funerária intercomunicante com o interior da catedral (a nave lateral norte). Mas Bartolomeu Joanes era não só de um outro tempo, como estava entre os mais ricos desse mesmo tempo, seguramente um dos mais ricos da sua cidade. A impressionante quantidade (e valor pecuniário) das benfeitorias que fez através de doações para construção de obras de caridade (o hospital, por exemplo) ou para auxiliar os mais desfavorecidos da sua cidade, assim como dotar os templos da mesma (em particular à Sé), tornavam esta personagem digna de tal favor: dispor do espaço correspondente a dois tramos junto à nave norte da igreja catedralícia para construir a sua capela.

Alguns aproveitaram a generosidade de Bartolomeu e deixaram-se levar pela vontade de partilhar a última morada com aquele de quem haviam sido companheiros (de profissão, os *companhês*). Sepultado numa das primeiras

⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 710

⁹ TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e – *A Heráldica Medieval...*, 53.

capelas exentas e anexas ao corpo de uma catedral, Bartolomeu Joanes afirmava assim o seu poder como cavaleiro vilão e, todos os que nessa capela se sepultavam, gozariam, também, do prestígio do seu instituidor.

Nos meados do século XIII e no século XIV, e em meios urbanos de grande importância como foi Lisboa, estes homens assumiram-se, nos seus gestos, mas também na imagem e na memória que construíram, como seguidores das pautas modelares que os cavaleiros da nobreza antiga lhes forneciam. Por isso, Bartolomeu Joanes, ao invés de criar para si uma imagem diferenciada, com símbolos novos, que expressasse o orgulho na classe socioprofissional a que pertencia, mandou representar-se no túmulo que para si foi construído com a imagem de um insigne cavaleiro. Como sublinhou José Mattoso “Frequentando a corte, não admira que imitasse os nobres”¹⁰. Tal como já havia sublinhado Mário Barroca, a presença da espada embainhada, disposta ao correr do corpo, as esporas calçadas e os escudos heráldicos a decorar a arca (repete o mesmo brasão cinco vezes) revelam a predisposição e a intenção de se conotar com os modelos típicos da Nobreza do século XIV¹¹.

Nenhum elemento aqui presente distingue claramente este monumento funerário (e a pessoa nele inumada) do túmulo, por exemplo, do cavaleiro Lopo Fernandes Pacheco, também sepultado na mesma catedral umas décadas mais tarde, em capela situada no deambulatório (capela de S. Cosme). Homem da grande nobreza de corte e o mais próximo do rei Afonso IV, apresenta-se num jacente com trajes talares (de cortesão), a espada junto ao corpo, embainhada e com correia à sua volta, os pés calçados com borzeguins e dotados de esporas e o cão, símbolo masculino por excelência aos pés do jacente. Também foi esta a imagem que ficou patente no túmulo que o almoxarife de D. Dinis na cidade do Porto, João Gordo, mandou lavar e, ainda com mais pujança cavaleiresca, a imagem global da encomenda artística com fins funerários que um possível familiar de Bartolomeu Joanes¹², e sua mulher (Domingos Joanes e Domingas Sabachais), cerca de uma vintena de anos mais tarde mandaram fazer em Oliveira do Hospital: capela funerária e respectiva decoração, túmulos do casal, um retábulo, uma imagem de altar de Nossa Senhora e a imagem (“retrato”) equestre de Domingos. Todos estes elementos, conjugados, concorrem para projectar a integração deste indivíduo no universo cavaleiresco (ao qual certamente já pertencia).

¹⁰ MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 123.

¹¹ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 1497.

¹² A possível ligação familiar entre as suas personagens já foi equacionada por LIMA, Henrique Linhares de – *Vultos e Sombras Medievais (achegas para um estudo histórico-genealógico)*. Separata de *Olisipo*. Lisboa, 1948, pp. 103-121; por CORREIA, Vergílio – *Obras. Estudos de História da Arte – Pintura e Escultura*. Vol. III. Coimbra: Universidade, 1953, p. 162; e mais recentemente por BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 1497-1498.

A juntar à sua imagem de perfeito cavaleiro, Bartolomeu Joanes não descurou outro atributo importante para demonstrar a sua condição de nobilitado urbano: a arca tumular é inteiramente decorada com grandes escudos com as armas dos Joanes, apenas separados por bandas de elementos vegetalistas entrelaçados. As dimensões que assumem estes brasões no preenchimento do campo escultórico (três na face longa e apenas um em cada topo), é bem revelador da importância que conferia a estes símbolos distintivos. Nenhum santo, anjo ou clérigo foi aqui representado, como é tão habitual nesse tempo, e que revelavam, acima de tudo, preocupações com o destino e salvação da alma. Aqui, apenas o jacente, com o gesto das mãos unidas em prece sobre o peito, aludem à religiosidade deste homem e às suas esperanças para o Final dos Tempos.

Para Bartolomeu Joanes, assim como depois o Conde de Barcelos, D. Pedro Afonso (filho ilegítimo de D. Dinis), a preocupação centrou-se, no que respeita às memórias visuais póstumas, na construção da memória social e menos na dimensão espiritual. Em ambos os túmulos não há lugar a cenas religiosas, mas apenas de carácter profano¹³ e grandes escudos heráldicos num, e apenas escudos e faixas decorativas noutra. A quantidade de obras pias e de doações deveriam ser suficientes para garantir o acesso ao reino dos céus, por isso, Bartolomeu preocupou-se com a perpetuação da sua imagem para a sociedade daqueles que lhe sobreviveram e dos que constituiriam as gerações futuras. Não fosse a grande lápide com inscrição desenvolvida, colocada na parede sobre o túmulo, e a inscrição que corre no rebordo da tampa tumular, que o identificam e onde se auto designa como “honrado cidadão de Lisboa” apelando, assim, para a singularidade da sua posição entre os seus pares, e facilmente julgaríamos estar na presença de um cavaleiro¹⁴.

Mas reparemos noutra característica do túmulo de Bartolomeu Joanes, acerca do qual se desconhece a identidade e a origem do escultor, sabendo apenas que constitui uma novidade entre nós. Todos os autores que analisaram e escreveram sobre este túmulo são unânimes em defender a relação existente entre os seus aspectos formais e os da escultura francesa do século XIII, correspondente à fase do Gótico Idealista, caracterização expressa essencialmente no vestuário e na plástica do rosto.

Para além das suas proporções correctas e do harmonioso jogo de volumes, é a cabeça, profundamente idealizada e bela, que aproxima esta estátua jacente da

¹³ Mesmo que, no caso do Conde de Barcelos, as cenas ditas de carácter profano aí representadas (caça ao javali) tenham, necessariamente, também, uma dimensão religiosa. Cf. FERNANDES, Carla Varela – *Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia (séculos XII a XIV)*. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de doutoramento, pp. 527-545.

¹⁴ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 559, 560, 645.

estatuária francesa de Duzentos, a qual já foi comparada por diversos autores com o *Beau Dieu* de Amiens, ou com o *Cristo* do portal Sul da Catedral de Chartres, e, em minha opinião mais aparentado com o *Cristo em Majestade* da *Porta do Sarmental* da Catedral de Burgos, datada de 1230, reflexo da escultura francesa de tradição clássica, e atribuída ao *Mestre do Beau Dieu de Amiens*¹⁵.

Estas semelhanças são, de facto, evidentes, ainda que desfasadas no tempo e revelam não apenas a migração das formas artísticas medievais, muito para além dos centros irradiadores, mas também o apego a figurinos que privilegiam a beleza física idealizada por parte de quem encomendou, ou o fascínio que esta exerceu sobre quem executava as obras, num processo que quase se poderia dizer intemporal. É muito provável que o rosto do jacente original do túmulo de D. Dinis não andasse muito longe desta estética e deste grau de idealização. Apesar de ambos terem morrido em datas muito próximas, e de Bartolomeu ser frequentador da corte de D. Dinis, ao ponto de fazer uma doação para missas por alma do casal régio (Dinis e Isabel), a verdade é que nada sabemos sobre os escultores que trabalharam para o rei e para o mercador.

Mas em torno da sepultura de Bartolomeu Joanes e na sua capela outras sepulturas de homens das elites urbanas lisboetas foram aí colocadas (e com sua autorização testamentária) e outras, ainda, individualizam-se em diferentes espaços da catedral, em particular no claustro, obra arquitectónica realizada entre os finais do século XIII e a primeira década da centúria seguinte, pensada, desde o início para fins sepulcrais¹⁶.

Importa referir que alguns destes homens que aqui se sepultaram foram definidos através da mesma designação, como é exemplo “Mestre Lopo cidadão de Lisboa e tesoureiro del Rei”. Isto é, cidadãos de Lisboa, cuja importância, para além dos bens materiais decorria, cada vez mais, dos lugares que ocupavam, na esfera municipal ou junto da corte.

Entre os *companhons* de Bartolomeu Joanes, Lourenço Anes tem ainda a arca sepulcral (já sem tampa), decorada com escudos heráldicos e legenda epigráfica. Preferiu sepultar-se na capela de S. Lourenço, no claustro (lugar onde a arca foi exumada) e não na capela funerária de S. Bartolomeu, talvez em sinal de individualização da sua memória póstuma. Não foi o único deste grupo de cidadão lisboetas trecentistas abastados.

¹⁵ FERNANDES, Carla Varela – Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa. Lisboa: IPPAR, 2001, p. 108.

¹⁶ FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura ‘cheia de imperfeições’?”. *Murphy* 1 (2006). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 27-30.

Mas outros *companhons*, como Martim Vicente, parecem ter feito essa opção, ainda que a documentação existente não o confirme e a inscrição da lápide, já muito gasta, não permita inferir sobre essa possibilidade. Certo é que esteve colocada no chão, a atestar o grau de desgaste da pedra e da sua esculturação. Nesta capela sepultaram-se, também, Giral de Santarém e outro (anónimo) de que restam fragmentos lapidários¹⁷. O caso de Giral de Santarém é particularmente interessante devido à inscrição epigráfica que se pode ler no fragmento da sua tampa de sepultura, já que este, apesar de ter preferido a capela da Misericórdia em vez da de S. Bartolomeu, fez questão de referir Bartolomeu Joanes no seu último depoimento escrito, assim como a condição de seu mercador e a profissão (mercador de Lisboa) : [...] / [...]RAL ...:RAL : D€ SA(n)TAREM : M(er)CADOR : D€ LIXBOA : A Q(uem) : D(eu)S : PerDOE : E COMPAN/ HO(m) : DE B(ar)TOLAMEU : I(o)H(ann)IS : E PA / S(s)ou : NA F(r)EGUESIA : DA MADALENA : E : PASSOU : EN O MÊS : DENA : E(ra)¹⁸. Não tendo grande interesse artístico, dada a inexistência de elementos decorativos extra inscrição, revela-se um documento muito relevante para o estudo das sepultura das elites urbanas de Lisboa no século XIV, permitindo perceber um pouco mais do tecido social feito de muitos “fios” que se ligam.

A lápide de Martim Vicente é conhecida desde 1927¹⁹, sendo referido o seu conteúdo iconográfico e a identificação da figura aí representada como sendo um “procurador na Audiência dos Vigários de Lisboa”, compadre e testamenteiro de Bartolomeu Joanes. A tese é confirmada por M. Barroca, com alusão a dois documentos em que Martim Vicente foi referido. Um terceiro documento revela que este homem, *companhom* de Bartolomeu Joanes era também mercador de Lisboa.

Fixemo-nos na sua desgastada mas muito interessante lápide. Estreita e alta, tem todos os bordos definidos por estreita moldura, destinada à colocação da inscrição e/ou decorações. Na verdade, o bordo só foi parcialmente esculpido com caracteres para a identificação do defunto e não há quaisquer sinais de se ter prolongado pelos restantes lados. Nele está escrito: EST(A) SEPULTURA HE DE MARTIN VICENTE [...] ²⁰. Como veremos, na comparação com outras lápides semelhantes, em especial as que foram realizadas em França, todas incluíam este tipo de moldura e com inscrições mais extensas para a colocação dos epitáfios (Fig. 2).

¹⁷ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 2004-2005.

¹⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 2004-2005.

¹⁹ SOUSA, Cordeiro de – *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. 2-Ed. revista e aumentada. Lisboa, (1927) 1935, p. 31.

²⁰ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 2002.



Fig. 2 – Lápide sepulcral de Martim Vicente. Meados do século XIV. Prov. da capela de S. Bartolomeu, actualmente na Capela da Misericórdia, Catedral de Lisboa. ©ADF/DGPC/ José Pessoa.



Fig. 3 – Lápide sepulcral de Hugues de Libergier (†1263).

Prov. da igreja Saint Nicaise de Reims. Catedral de Reims. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

Ora, esta pequena inscrição pode bem ter sido feita *a posteriori*, por outro lapicida diferente daquele que esculpiu, com relevo inscrito, a moldura exterior, a figura do defunto e as microarquitecturas que a envolvem. A hipótese fundamenta-se na raridade da fórmula tão sucinta quando o campo da moldura permitia a esculturação de muitos mais caracteres, como tantas e tantas vezes ocorre noutras lápides do mesmo tipo como são exemplo algumas que referirei mais adiante.

Por não constituir um peso muito acrescido (como seria um túmulo), ou seja, por ser mais facilmente manejável e transportável, é possível que esta lápide tenha sido feita em França, onde esta tipologia obedecia, desde o século XIII, a modelos

estandardizados (em Portugal são raros os exemplos de lápides com relevo inscrito e sublinhadas com tinta preta; conhecemos, para o século XIV, a da abadessa 1.^a de Odivelas, e poucas mais) e trazida depois para Portugal, onde, então, se gravou a identificação do defunto, com economia de palavras. Na realidade, este tipo de importações não nos deverá surpreender, apesar do silêncio das fontes escritas a este respeito, já que as trocas comerciais entre estes países existiam (e Martim Vicente era do mesmo grupo profissional/social de Bartolomeu Joanes) e forçosamente implicariam produtos que não são habitualmente mencionados pelo facto de constituírem excepções relativamente aos que eram mais transacionados. A vinda de uma lápide numa embarcação não constituiria, certamente, motivo de particular interesse e não nos deve estranhar que possa nunca ter sido sequer mencionada em algum documento. De qualquer forma, sublinho, trata-se de apenas de uma hipótese.

Apesar do muito melhor estado de conservação que podemos observar na famosa lápide do não menos famoso arquitecto da desaparecida igreja de Saint Nicaise de Reims, Hugues de Libergier (†1263) e se tentarmos (com algum esforço devido ao desgaste da lápide do cidadão lisboeta) comparar alguns elementos que na lápide de Martim Vicente são comuns com a do arquitecto francês, talvez nos seja mais fácil perceber que se justifica a colocação desta hipótese para a origem da lápide portuguesa.

Repare-se no nicho triangular (gablete) enquadrado por artificiosa e estreitas torres com pináculos que se sobrepõem – 4 de cada lado. Dentro do gablete, abre-se um arco apontado e, dentro desse, um arco trilobado. Entre o vértice do gablete e o arco apontado, um trilóbulo que acrescenta o gosto da arquitectura gótica para estas duas sugestões de edifício que emolduram as figuras dos defuntos (**Fig. 3**).

É provável que, no caso de algumas lápides, onde o desenho das micro-arquitecturas é mais complexo e delicado, a inspiração venha dos manuscritos iluminados, onde esta gramática decorativa abunda, mas, aqui, o que foi esculpido corresponde uma tipologia de enquadramento arquitectónico para a figura do defunto ao centro da lápide, formalmente aceite entre os artistas e os clientes e que é comum tanto à lápide do arquitecto de Saint Nicaise de Reims como à de outras figuras laicas cujas lápides se guardam hoje, por exemplo, no Musée National du Moyen Âge, Thermes de Cluny (Paris). São os casos do fragmento de lápide de Pierre Hugon, da 2.^a metade XIII e proveniente da Abadia Saint-Denis, da lápide de Jean de Plonc[...] do 3.^o quartel do século XIII, ou o fragmento de lápide de Reinaldo de Ur, exumada nas escavações efectuadas na igreja de Saint-Benoit, Paris, datada do 3.^o quartel do século XIII, e que ilustram bem a repetição de uma tipologia, apenas com irrelevantes variantes.

A tendência generalizada nestes tempos e neste tipo de sepulturas, é a de representar as personagens como vivos, ou melhor, como bem-aventurados, acompanhadas, ou não, de atributos que identifiquem a sua profissão ou condição social. No caso de Martim Vicente, não se vislumbram atributos iconográficos reveladores da sua profissão, e trata-se, claramente, de uma figura idealizada, estereotipada, que poderia servir ao enterramento deste mercador, como de outra personagem qualquer que não fosse religiosa. Do ponto vista estilístico, reflecte muito bem o gosto por certo tipo de fisionomias em voga nestes anos, em especial em França e em Inglaterra, e em particular por este modelo de cabeleiras, fartas e aneladas que apenas deixam ver as orelhas); a túnica é longa, de mangas largas, e a terminar em pregas pesadas que apenas deixam ver o desenho dos pés, envoltos em sapatos bicudos e tecido, como na representação do arquitecto francês de Saint Nicaise, e que são tão característicos da segunda metade do século XIII e da 1.^a metade do XIV.

1. Mulheres das elites urbanas.

Na Catedral de Lisboa, em concreto na capela da Misericórdia, repousa o túmulo de *ua boa dona de Lisboa* (como se lhe referiu o Conde D. Pedro), isto é, uma mulher rica de Lisboa. Margarida Albernaz ou Alvernaz. Pertencente a uma família de ilustres da urbe lisboeta, foi estudada recentemente por Miguel Martins (como os restantes membros da família) que concluiu que os “Alvernazes, família que, ao longo do período de pouco mais de cem anos, dificilmente pode ser dissociada da História de Lisboa, facto, por si só, revelador da sua importância” (Fig. 4).

D. Margarida, foi casada com o almirante-mor de D. Dinis, Nuno Fernandes Cogominho, que havia casado em primeiras núpcias com Aldara Vasques Pimentel. O casamento com D. Margarida Alvernaz terá ocorrido antes de 1307 e sabemos, para além da compra de terrenos que ambos fizeram, que foram os instituidores da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta (actual Capela da Misericórdia), na Sé de Lisboa. Como já havia notado J. A. Sottomaior Pizarro e Miguel Martins²¹, a escolha deste local para a fundação da capela não será estranha ao facto de D. Nuno ter um irmão, Gonçalo Fernandes Cogominho, cónego da Sé de Lisboa.

²¹ PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, pp. 63-64; e MARTINS, Miguel Gomes – “Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 6 (2002). Lisboa: Câmara Municipal, pp. 11-12.

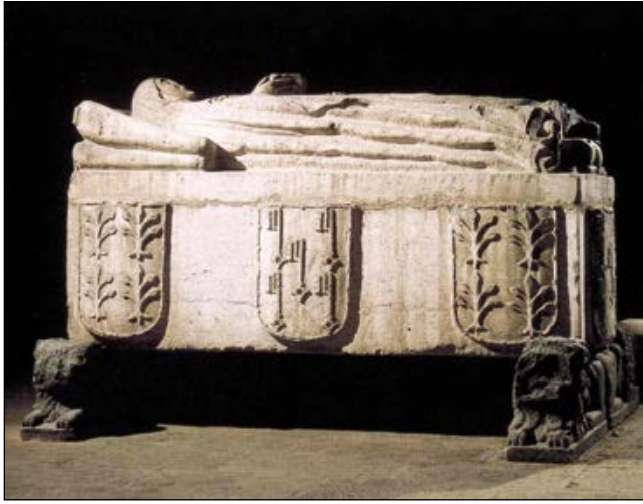


Fig. 4 – Túmulo de D. Margarida de Alvernaz (†depois de1327). XIV. Capela da Misericórdia, Catedral de Lisboa. Foto: ©ADF/DGPC/ José Pessoa.

É, de facto, a maior capela funerária do claustro e desconhecemos onde e se recebeu aí o túmulo monumental de Nuno Fernandes Cogominho (falecido em 1316), pois não há quaisquer vestígios do mesmo²².

Margarida Alvernaz terá falecido depois de 1327 e foi sepultada, muito provavelmente, à semelhança de Nuno Fernandes Cogominho, na capela que com ele havia comprado ao cabido da catedral lisboeta para destinar a fins sepulcrais, entre 1290-1300, passando a chamar-se de Nossa Senhora da Piedade, em vez de Nossa Senhora da Terra Solta (actual capela da Misericórdia)²³.

De acordo com um gosto, com uma estética que também corresponde a motivações ideológicas, caracterizadores da teatralidade dos túmulos monumentais de leigos na Catedral de Lisboa, o túmulo desta dama também apresenta a arca decorada apenas com tema heráldicos nas quatro faces: grandes escudos dos Alvernazes e dos Cogominhos, uma vez mais, afirmando a família a que pertencia e a família daquele que foi o seu marido. Esta mesma opção é que podemos observar no túmulo de uma mulher de condição nobre, D. Maria de Vilalobos, na capela de S. Cosme (no deambulatório), onde os escudos da sua linhagem se alternam com os dos Pacheco (a linhagem do marido). O que as distingue é uma questão de relevância linhagística. É que Maria Vilalobos era neta (mesmo que bastarda) do rei Sancho IV de Castela, corria-lhe sangue real nas veias, e foi a última mulher

²² FERNANDES, *Memórias...*, p. 82

²³ FIGUEIREDO; Ana Paula – *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa. Abordagem Cripto-Histórica*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de Mestrado, pp. 45-46.

do nobre mais proeminente da corte de D. Afonso IV (Lopo Fernandes Pacheco), enquanto Margarida Alvernaz era uma mulher rica, cidadã de Lisboa e que foi, por sua vez, casada com um nobre da corte de D. Dinis, como atrás se mencionou. Mas, do ponto de vista imagético, e se desconhecêssemos as origens familiares de uma e de outra, a avaliar pelas memórias visuais que quiseram deixar de si, diríamos que ambas eram mulheres da nobreza portuguesa de meados do século XIV. Este é apenas mais um exemplo que vem demonstrar como o conceito de “nobreza”, nesse complexo século XIV, era mais fluído, mais abrangente, do que alguma vez havia sido.

No túmulo de Margarida Alvernaz devemos atentar no livro de orações sem epígrafe (talvez tenha existido originalmente um texto pintado e que desapareceu), mas em especial no rosto desta dama, tratado verdadeiramente como o de uma defunta, embora o gesto da leitura do livro contrarie esta ideia. Não aparenta a serenidade vivente de Maria de Vilalobos, nem da dita infanta D. Constança²⁴ que repousam em capelas não muito distantes no espaço da catedral. A tipologia do rosto da senhora de Alvernaz é a que iremos encontrar noutra jacente feminino, mas fora dos muros catedralícios. Também na linha das restantes mulheres sepultadas na Sé em sepulcros que contemplam figuras jacentes²⁵, a defunta é representada como uma bem-aventurada que aguarda o dia do Juízo Final no sossego e decoro da leitura do seu livro de horas (assim o imaginamos, por comparação com outros exemplos coevos). Pela posição em que o livro está colocado podemos conjecturar que não se prestava com facilidade à leitura, mas antes era símbolo de religiosidade e do recato da dama viúva.

Aos pés apresenta um pequeno cão doméstico, atributo da condição feminina (símbolo de fidelidade), tal como podemos ver nas sepulturas de muitas mulheres da nobreza e da família real nesse século XIV.

Deve também assinalar-se um certo ar de inacabado, ou de pouco polido que este túmulo apresenta, o que poderia não corresponder exactamente ao seu aspecto original, uma vez que ainda é possível ver partes que conservam o preparo destinado a receber os pigmentos das tintas com que este moimento foi policromado.

Na igreja do antigo convento de S. Domingos de Lisboa subsistem apenas dois túmulos dos que integravam uma capela destinada ao enterramento de membros da família Palhavã²⁶, outro dos apelidos já identificados como pertencentes às

²⁴ FERNANDES, Carla Varela, *Memórias...*, pp. 61-72, com bibliografia anterior.

²⁵ À excepção de uma mulher anónima sepultada num muito deteriorado sarcófago na capela de Santo Aleixo (Cf. FERNANDES, Carla Varela – *Memórias...*, pp. 73-80).

²⁶ MARTINS, Miguel Gomes – *A família Palhavã (1253-1357): Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval*. Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXII (1997-1998),

elites de Lisboa no século XIV e, também eles, interessados em agruparem-se num espaço funerário que fosse o espelho do peso social e económico dos Palhavã na Lisboa desse tempo. As catástrofes que assolaram este tempo (terramoto, incêndios) fizeram com que esta ideia de *loci sepulcrale* conjunto da referida família sofresse vicissitudes várias, chegando apenas dois túmulos até nós. O mais antigo data de 1306 e guarda os restos mortais dos fundadores da referida capela de S. Domingos: Martim Pires Palhavã, a sua mulher D. Maria e a sua filha Teresa, com óbitos entre 1317 e 1335. D. Maria Soares, a última dos três elementos familiares a falecer, terá mandado edificar a capela e contribuído para a conclusão de alas conventuais, como o claustro e o parlatório, e ainda para o financiamento da construção do campanário. Trata-se um sarcófago sem jacente, apenas com inscrição epigráfica.

A outra sepultura data de 1343 e pertence a D. Sancha Pires, mulher de João Anes de Palhavã, que, tal como Bartolomeu Joanes, também escolheu a fórmula “cidadão de Lisboa” para se auto-designar. Neste túmulo, e contrariamente ao que vimos nos anteriores, podemos encontrar uma inscrição, em unciais gravadas na face do monumento em questão, dispostas em cinco legíveis linhas:

:AQUI : IAZ : DONA : SANCHA : MOLHER :/ : QUE :FOY :DE :
 DON : IOANE : ANNES : PA :/ :LHA :VAA :QUE : DEUS : PERDOE :
 : HE : P :/: AS(s)OU : XI :DIAS :DE :NOVENBRO : DA :/ :ERA
 : DE :MIL : CCC : LXXX : I : ANOS : P(ate)r : N(oste)r :²⁷

O túmulo impressiona pela simplicidade da arca, pela pedra (líoiz) muito polida, e, em especial, pelo jacente que representa D. Sancha, originalmente em gesto de oração (com as mãos juntas, hoje desaparecidas) e com um rosto muito marcado pelo fâcies da morte (**Fig. 5**). Lembra, indubitavelmente, o rosto de Margarida de Alvernaz, com as bocas com lábios descendentes, os olhos que sugerem ter sido pensados para estarem fechados, a cabeça e o queixo coberto com os véus das mulheres viúvas. Parece ter havido a transferência de modelo de uma para a outra, embora o tempo que separa a morte de ambas as mulheres (cerca de 20 anos), dificulte a atribuição dos dois trabalhos ao cinzel de um mesmo escultor, ainda que não seja impossível, o que justificaria uma semelhança tão grande entre ambas (**Figs. 6 e 7**).

Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras/ Instituto de História Económica e Social, (1999), pp. 35-93.

²⁷ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 1651. (Aqui jaz Dona Sancha, mulher de D. João Anes Palhavã. Que Deus lhe conceda perdão, que a sua alma descanse em paz. Décimo primeiro dia de Novembro da era MIL: CCCLXXXI. PN (Pater Noster).



Fig. 5 – Túmulo de D. Sancha Pires. C. 1343.
Igreja do Convento de S. Domingos de Lisboa. © José Avelar.



Fig. 6 – Rosto do jacente de
D. Sancha Pires.



Fig. 7 – Rosto do jacente de
D. Margarida de Avernaz.

2. Conclusão.

Chegada aqui, é momento de concluir que, com os dados disponíveis, é hoje possível termos uma ideia mais aproximada da realidade que me propus tratar. Não só conhecemos melhor o número (mesmo que estimado) das sepulturas e das tipologias preferidas por esta classe social emergente na Lisboa do século XIV, mas também conseguimos perceber que houve uma preferência pela catedral da cidade como lugar de memórias póstumas, em especial o seu claustro. Se a construção da capela de Bartolomeu Joanes constituiu um notável acontecimento

para a afirmação social dos membros deste grupo socioprofissional, a verdade é que verificamos, desde cedo, que o claustro da Sé deverá ter sido projectado desde logo com vista a receber sepulturas de nobres, mas, e cada vez mais, de famílias ricas de Lisboa, de que já demos aqui vários exemplos, chegando-se ao século XIV com a venda por parte do cabido da sua sala de reuniões (sala do capítulo) para receber as sepulturas do casal Cogominho e Alvernaz. Se especularmos um pouco mais sobre esta tendência, que parece ter deixado presença na maioria das capelas claustrais, também a sepultura de uma mulher não identificada (e já aqui citada), num arcossólio da capela de Santo Aleixo pode, eventualmente, ser de uma senhora das oligarquias urbanas e que, pela análise estilística de alguns elementos que ainda se conserva, propomos uma cronologia que se baliza nas primeiras décadas do século XIV²⁸. O facto de, na mesma capela, na parede fronteira, estarem sepultados dois bispos (impossíveis de identificar, devido ao estado avançado de degradação), pode significar, simplesmente, a permeabilidade dos bispos e do cabido lisboeta à cedência de espaços para sepultura dos ricos e poderosos da cidade no claustro da Sé, a troco de benesses pecuniárias.

Neste sentido, pode concluir-se que a catedral, símbolo religioso máximo do poder da Igreja nas cidades, servia melhor os propósitos da construção de memórias póstumas para homens e mulheres das elites urbanas de Lisboa, mesmo que alguns tenham também optado por casas do clero regular, mas, das ordens Mendicantes, isto é, de ordens religiosas de vocação também mais urbana. Estas tendências, demonstradas partir dos estudos artísticos, são apenas mais um elemento a juntar à história da afirmação das cidades, que, em Portugal, é sensível partir de meados do século XIII e durante o século XIV.

Neste estudo muitas questões ficam, invariavelmente, sem respostas conclusivas, escondidas sob o nevoeiro obscuro da documentação conhecida que ainda não é suficientemente esclarecedora para dar respostas a muitas das dúvidas que nos inquietam. Avança-se lentamente, cada vez com mais suporte interdisciplinar, com a convicção de que muito ainda se pode vir a descobrir, a repensar e a reposicionar no futuro.

²⁸ A análise formal, material e estilística daquele túmulo, em particular do jacente, já a fizemos anteriormente (FERNANDES, Carla Varela, *Memórias...*, pp. 73-80), mas apenas agora, e após os mais recentes estudos sobre o claustro (FERNANDES, Paulo Almeida – *O claustro da Sé de Lisboa...*”; e VILLAMARIZ, Catarina Madureira – “As Sés de Lisboa e Évora e a importância dos *Experimentalismos* nos claustros”. In VAIRO, Giulia Rossi; MELO, Joana Ramoa (Coords.) – *Os Claustros no Mundo Mediterrânico. Séculos X-XVIII*. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 71-85), nos parece possível equacionar tratar-se de uma senhora de uma família abastada e não de uma nobre. Do que se conserva, não se vislumbra a presença de qualquer brasão, mas, e com os desastres que esta capela sofreu, incluindo um poderoso incêndio, não será descabido equacionar que alguma pintura que o túmulo pudesse ter tido originalmente apresentasse símbolos heráldicos identificativos da tumulada.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, anot. SILVA, Augusto Vieira da, 2.^a ed. Rev. e ampl. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938.
- CORREIA, Vergílio – *Obras. Estudos de História da Arte – Pintura e Escultura*. vol. III. Coimbra: Universidade, 1953.
- DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994.
- FERNANDES, Carla Varela – *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*. Lisboa: IPPAR, 2001.
- *Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia (séculos XII a XIV)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de doutoramento.
- FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura ‘cheia de imperfeições’?”. *Murphy 1* (2006). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 18-69.
- “A capela de Sto. Estêvão na Sé de Lisboa”. In FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lúcia; BUGALHÃO, Jacinta (Coords.) – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Lisboa: EGEAC, 2017, pp. 144-149.
- FIGUEIREDO, Ana Paula – *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa. Abordagem Cripto-Histórica*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de Mestrado.
- FONSECA, Martinho da – *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschinni*. Lisboa, 1912.
- LIMA, Henrique Linhares de – *Vultos e Sombras Medievais (achegas para um estudo histórico-genealógico)*. Separata de *Olisipo*. Lisboa, 1948.

MARTINS, Miguel Gomes – *A família Palhavã (1253-1357): Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval*. Separata da *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXII (1997-1998). Coimbra, Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras/ Instituto de História Económica e Social, 1999, pp. 35-93.

— “Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 6 (2002). Lisboa: Câmara Municipal, pp. 10-43.

MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa*. Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

PITT, Thomas – *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*. *Observations in a tour to Portugal and Spain (1760)*, introd, dir. científ. e coord. Maria João NETO; Transcr. Bernardo SÁ-NOGUEIRA; Trad. Pedro FLOR. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In JORGE, Ana M^a Jorge, RODRIGUES, Ana M^a (Coords.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-505.

SOUSA, J. M. C – *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. 2-Ed. revista e aumentada. Lisboa, (1927) 1935.

TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e – *A Heráldica Medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: Ramos Afonso & Moita, 1984.

VILLAMARIZ, Catarina Madureira – “As Sés de Lisboa e Évora e a importância dos *Experimentalismos* nos claustros”. In VAIRO, Giulia Rossi; MELO, Joana Ramôa (Coords.) – *Os Claustros no Mundo Mediterrânico. Séculos X-XVIII*. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 71-85.

Poder e arquitetura urbana: *a casa-torre no Porto Medieval*

*Silvana R. Vieira de Sousa*¹

Resumo

Nesta breve reflexão sobre a casa-torre na cidade do Porto em período medieval, pretende-se elencar e analisar alguns exemplos desta tipologia habitacional dentro dos limites do centro histórico desta cidade, recorrendo para esse fim a material de investigação acedido em contexto de estágio curricular em âmbito de mestrado, bem como a leituras próprias dos edifícios em questão. Paralelamente, tenta-se desenvolver a ideia da própria organização urbana medieval da cidade do Porto, bem como a questão, tida como central, da construção em altura em contexto urbano medieval, a par do uso de certos materiais e de disposições construtivas no que toca a este tipo de arquitetura civil, capaz de se evidenciar como marca de poder construtivo e arquitetónico.

Palavras-chave

Arquitetura medieval; casa-torre; Porto.

¹ Mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Doutoranda em História da Arte na Universidade de Évora. CHAIA/UE, HERITAS – Estudos do Património.

Power and urban architecture: the tower-house in the Medieval Porto.

Abstract

In this brief reflection on the tower-house in the city of Porto in the medieval period, it is intended to list and analyze some examples of this housing typology within the limits of the historical center of this city, using for that purpose research material accessed in the context of curricular internship in the scope of master's degree, as well as to own readings of the buildings in question. At the same time, we try to develop the idea of the medieval urban organization of the city of Porto, as well as the central question of construction in height in a medieval urban context, along with the use of certain materials and constructive dispositions to this type of civil architecture, capable of evidencing itself as a mark of constructive and architectural power.

Keywords

Medieval architecture; tower house; Porto.

1. Notas introdutórias: a casa medieval urbana.

Os espaços de habitação do período medieval permanecem ainda, em parte, por desvendar e compreender, mas é aceite que estes espaços não seriam entendidos como hoje, apenas como um espaço privado e familiar. Neste sentido, a imagem da casa medieval surge como um local onde várias facetas da vida privada e pública se encontram, variando consoante a sua localização (urbana ou rural²) e o estatuto socioeconómico de quem a habita e constrói (ou manda construir). Talvez possamos dizer até, que possuir uma casa é algo distintivo, já que nem todos a podiam ter³ – refiram-se os criados que viviam em anexos da casa que serviam e aprendizes de mesteres que habitavam nas oficinas dos seus mestres.

² Sílvio Conde, ao longo dos seus vários trabalhos sobre a casa medieval, define muito bem estes dois pólos: a casa rústica surge como um núcleo de empresa agrícola, e a casa urbana como sede de múltiplos mesteres. Destaca-se o seguinte: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Porto: CITCEM, 2011.

³ ESTEVAN, Maria Luz Rodrigo – “La Vivenda Urbana Bajomedieval: Arquitecturas, Conflictos Vecinales y Mercado Inmobiliario (Daroca, Siglo XV)”. *STVDIVM. Revista de Humanidades* 11 (2005). Universidad de Zaragoza, p. 39.

O facto da vivência do mundo medieval ser realizada, na sua maioria, fora de casa e se passar pouco tempo dentro dos espaços de habitação indica por sua vez a importância dos anexos como os lagares, lojas, celeiros, palheiros ou currais, sendo que frequentemente, estes encontram-se no rés-do-chão da casa (como no caso da loja, local para comércio) ou nas traseiras do lote (como o quintal, local para hortas e instalação de animais⁴), demonstrando uma realidade onde a ruralidade vivia paredes meias com o mundo citadino. Esta permeabilidade entre os dois mundos é evidente, mais que não seja no facto de que, mesmo uma cidade sendo profusamente habitada, ela continha sempre em si espaços não urbanizados/habitados que serviam para aí se proceder ao cultivo de produtos, como hortas, vinhas ou olivais⁵.

A localização do terreno das próprias casas a construir condiciona desde logo as suas medidas e disposição construtiva, já que no meio urbano é a tipologia dos lotes que as define, o que leva à construção em altura e ao acrescento de sobrados e consequentemente de divisões. Este aspeto não se aplicará, contudo, ao mundo medieval rural, onde a falta de espaço que se poderia evidenciar na cidade não acontece, podendo os seus proprietários anexar ou construir de raiz divisões ao espaço central/original – dando origem aos chamados “assentamentos de casas” ou união de vários edifícios -, não havendo necessidade da construção em altura. Sobre esta questão da construção em altura e formas atorreadas, há cuidados a ter já que, em contexto urbano, uma casa-torre não deve ser sinónimo de casa senhorial, como acontece frequentemente no espaço rural, e sendo o Porto o palco desta breve reflexão, mais força dá a esta afirmação, quer pela interdição de nobres na cidade⁶, quer pela variedade de construções de burgueses e eclesiásticos, e não de nobres. Assim, é importante perceber que a construção em altura nas cidades medievais não se relaciona apenas com as chamadas casas-torre (que normalmente associamos a casas de famílias nobres⁷), mas sim com a elevada procura de terreno, o que leva a que em cidades como o Porto a solução passe por se construir em altura com vários andares acima do rés-do-chão, além de que, a relação entre a casa (em particular a sua fachada) e a rua, é outro dos aspectos diferenciadores

⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 86.

⁵ GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 237.

⁶ Apenas a partir de 1502, no reinado de D. Manuel, parece surgir uma “janela de oportunidade” que permitirá à nobreza construir casas e residir no Porto.

⁷ BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1998). Coimbra, p. 57.

face à casa medieval rural⁸, recaindo na fachada um maior cuidado construtivo e revelando um local onde se introduzem elementos que cativem o olhar.

No entanto, duas características gerais distinguem as casas-torres urbanas da casa dita corrente: a pedra que se utiliza no total da habitação, e não apenas no piso do rés-do-chão, distingue a primeira da segunda, mesmo que esta última seja construída em altura já os pisos superiores são, quase sempre, em taipa ou material semelhante⁹. Mesmo nesta cidade, onde a pedra seria de obtenção e transporte fácil, através das pedreiras que existiam ao seu redor e do Rio Douro, esta era ainda um material caro (procedendo-se muitas das vezes à sua reutilização em novas construções¹⁰), sendo também um material que oferecia algum grau de dificuldade de trabalho e manuseamento, sendo para isso necessário as mãos calejadas de pedreiros. À utilização da pedra em toda a superfície do edifício, junta-se outro elemento de identificação geral que vemos amiúde em casas-torre, a utilização de merlões e ameias.

O Porto surge aqui como uma exceção, já que, para a sua utilização, sabemos existir a necessidade de autorização por parte do senhorio eclesiástico¹¹, relacionando-se com a já referida interdição da habitação ou permanência prolongada de nobres na cidade, e notando-se por sua vez, a carga simbólica de poder que estruturas como estas carregavam¹². Embora alguns edifícios que se irão referir de seguida apresentem coroamento deste tipo, isto acontece apenas com adições estruturais em período moderno.

2. Algumas casas-torre do Porto medieval: Rua de Baixo, Mercadores, Reboleira e Beco do Forno Velho.

Passemos agora a exemplos concretos – localizados na zona ribeirinha da cidade – e à sua breve descrição e análise. Para conhecer a evolução da zona ribeirinha

⁸ CONDE, Manuel Silvío Alves – “A Casa...”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, p. 58.

⁹ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: s.n., 2017, projecto de estágio de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/105968>, p. 33, fig. 5.

¹⁰ AFONSO, José Ferrão – *A Imagem tem de saltar: a Igreja e o Porto no Século XVI, 1499-1606. Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013, p. 263.

¹¹ AFONSO, José Ferrão – *A imagem tem de saltar...*, p. 261.

¹² Citando a passagem da inquirição régia ao senhorio do Porto, datada de 1339: “Item, todos aquellos que fezerem casas na dita cidade, que sejam de pedra, nom porram em ellas ameas sem lecença do senhorio da jgreia. (...)”. In *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum*, vol. I, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade: Porto, 1899, p. 40.

(zona baixa), é necessário entendê-la na sua relação com a zona da Sé (zona alta).¹³ A posterior expansão da cidade para os arrabaldes a partir do século XIII, originou a ocupação da zona ribeirinha, impulsionada pelo surgimento e estabelecimento das Ordens Mendicantes¹⁴ no Porto, dando uma nova dinâmica à cidade, colocando-a com dois pólos de atividade, no que diz respeito a ações de carácter mercantil, construtivo ou social. A ocupação desta zona revelou também os conflitos entre a Coroa e o Bispado, agravados pela construção de casas na Rua da Alfândega por D. Afonso IV a partir de meados do século XIV, e na Rua Nova (atual Rua Infante D. Henrique) por D. João I, dando início à construção do património régio na cidade do Porto¹⁵ e funcionando como o primeiro passo na aquisição de poder territorial na cidade do Porto por parte da Coroa.

A Torre do Barredo ou Torre da Rua de Baixo¹⁶, encontra-se entre a Rua de Baixo e a Viela do Buraco, com o N.P. 5, na zona do Barredo. Esta zona, juntamente com o espaço envolvente da Sé do Porto, foi uma das primeiras a receber intervenções por parte do CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira / Barredo), que funcionou sensivelmente entre 1974 e 2003, e que depois expandiu a sua ação para outras zonas da cidade e atuou em muitos dos edifícios que vemos hoje¹⁷. Esta casa-torre surge como uma das construções mais antigas deste tipo na cidade, podendo remontar ao século XIII, apresentado uma estrutura em granito, dividida em cinco pisos e com fachadas para duas ruas. Na fachada voltada para a Rua de Baixo, contém, ao nível do rés-do-chão, um vão de entrada retangular e um de iluminação quadrangular, apresentando no piso superior (1º piso) um portal de acesso em arco de volta perfeita elevado por escadas laterais, e um vão de iluminação quadrangular. Sobre este piso encontram-se duas mísulas de cunho possivelmente contemporâneo, que

¹³ Consulte-se a planta do Porto (séculos XIV e XV), com o mapeamento das zonas gerais que compunham a cidade disponível em: RIBEIRO Maria do Carmo; MELO Arnaldo Sousa – "A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval". *Medievalista*. [Em linha]. N° 12, (Julho-Dezembro 2012). Disponível em: www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html [consultado 02.01.2018].

¹⁴ A fundação do Convento de S. Domingos do Porto teve lugar em 1239, por iniciativa de Sancho II, e a construção das fundações do convento de S. Francisco iniciou-se em 1245.

¹⁵ MARQUES, José – "Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo". Separata da *Revista de História*, vol. III (1982). Porto: Centro de História da Universidade do Porto, p. 75.

¹⁶ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 75, fig. 67.

¹⁷ O CRUARB apresenta trabalhos na área do urbanismo e renovação patrimonial desde 1974, sendo que estes trabalhos caracterizam-se por políticas de reenquadramento social, procurando fixar a população portuense no local onde nasceram. Um entendimento geral do trabalho desenvolvido por este organismo e quais as suas principais preocupações e diretrizes, pode ser encontrado na obra comemorativa dos 25 anos do CRUARB – *Porto Património Mundial. CRUARB, 25 anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Edição da Câmara Municipal do Porto, 2000.

antecedem o 2º piso com dois vãos de iluminação – um quadrangular e outro, mais pequeno e possivelmente mais antigo em arco –, e o 3º e último desta fachada com mais dois vãos de iluminação quadrangulares semelhantes aos anteriores referidos, claramente de uma cronologia posterior ao período medieval. Do outro lado do edifício, na fachada voltada para a Viela do Buraco, é possível encontrar uma parte da casa mais marcada por renovações e acrescentos posteriores, repetindo a organização de vãos, andares e colocação de mísulas da fachada contrária, apresentando apenas um desnível face à Rua de Baixo o que faz com que, desse lado, o edifício apresente mais um piso visível, com mais dois vãos de iluminação quadrangulares.

Outro ponto de interesse na zona ribeirinha da cidade do Porto encontra-se na Rua dos Mercadores, que formou no período medieval, juntamente com a Rua da Bainharia e a Rua Escura, um dos principais eixos de ligação entre a vila baixa e a vila alta. Conhecida por conter um grande número de casas-torre neste mesmo período, possuía isenção de aposentadoria, à semelhança do que acontecia com a Rua Chã, dada por D. Fernando e confirmada por D. João I¹⁸. Estendia-se ao longo da zona extramuros primitiva, começando perto da Porta da Vandoma e indo até à Praça da Ribeira e ao Rio Douro, sendo assim um arruamento escolhido por muitos mercadores para aí construírem as suas casas e estabelecimentos de comércio, tornando esta rua numa zona com bastantes habitações próprias, construídas de raiz, maioritariamente em pedra (do rés-do-chão aos pisos superiores) pelos seus moradores e não apenas arrendadas, como se verificava noutros arruamentos da cidade – o facto de os proprietários serem os residentes, leva a que a documentação de possíveis aforamentos e emprazamentos seja mais escassa e, conseqüentemente, seja mais difícil perceber a evolução da ocupação medieval nesta zona. Na casa com o N.P. 156-158¹⁹ encontramos uma casa-torre sobre a qual existe alguma informação que merece ser referida. A retirada do reboco aquando de um projecto de remodelação do edifício em 2004²⁰, permitiu ver o que se escondia por trás deste, encontrando-se no 3º andar da parede de meação norte, junto ao teto, uma “pingadeira” e ainda, no 4º andar da fachada posterior, duas aberturas que poderão ser possíveis fornos, já que seria nestes espaços superiores traseiros que ficariam as cozinhas, devido ao receio de incêndios. Sobre o mesmo

¹⁸ CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: CMP/ CRUAR/CH, 1996, p. 160.

¹⁹ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 71, figs. 56-57.

²⁰ BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – “Porto Património: ‘A descoberta arquitectónica do ano’”. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XXXV:6 (junho de 2016), pp. 173-175. Este artigo tem continuação no número seguinte: BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro”, *O Tripeiro*. 7ª série. Ano de XXXV:7 (julho de 2016), pp. 215-217.

imóvel há nota da existência de um pedido de licenciamento camarário com o nº 506, em nome de António Pinto Rezende²¹, aprovado a 20 de Setembro de 1866, referindo-se a troca de janelas góticas geminadas do quarto e último andar por vãos retangulares simples, aspeto que ainda hoje se mantém.

A Rua da Reboleira, que sofreu um corte ao redor de 1870, aquando da abertura da Rua Nova da Alfândega, apresenta mais dois exemplos de interesse²². A casa com o N.P. 55 apresenta ao nível da cave, voltado para a Rua do Outeirinho, estruturas medievais que poderão remontar ao século XIV, e na fachada voltada para a Rua da Reboleira permanecem ainda os portais e janelas de finais da Idade Média, e que, devido à sua simetria, poderão indicar o aglutinamento de dois lotes pré-existentes com vista a conceber um espaço uno maior²³. Os andares superiores apresentam-se visivelmente transformados, possivelmente nos séculos XVII e XVIII, e os merlões que coroam o edifício, por exemplo, poderão remontar a esta periodização. No edifício seguinte, com o N.P. 59, do outro lado do cruzamento da Rua do Outeirinho com a Rua da Reboleira, encontramos uma outra casa-torre, atualmente sede de um serviço social²⁴. Trata-se de uma outra provável construção do século XIV, com a estrutura praticamente intacta, em particular os vãos de iluminação e pano murário, apresentando, contudo, a fachada voltada para a Rua da Reboleira bastante modificada por intervenções do período moderno. Todo o edifício apresenta aparelho de granito e é rematado, à semelhança do que acontece com o N.P. 55, com merlões, acrescentados, muito possivelmente, em período moderno.

Entre a Rua de S. João, Rua do Infante D. Henrique (antiga Rua Nova dos Ingleses e Rua Nova/Formosa) e o Beco do Forno Velho, encontramos um conjunto de lotes de grande sensibilidade arqueológica, segundo apontam relatórios aos quais tivemos acesso na instituição de acolhimento²⁵. Num pequeno artigo de Manuel Luís Real e Rute Reimão, publicado na revista *Olaria*²⁶, apresenta-se uma

²¹ Disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal do Porto: *Livro das Plantas de Casas*, nº35, pág. 193.

²² SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, pp. 73-74, figs. 63, 64, 67.

²³ LOZA, Rui Ramos; REAL, Manuel Luís (Coords.) – *Porto a Património Mundial. Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993, p. 162.

²⁴ O espaço foi renovado em 1997, pelo Arquiteto António Moura, para aí se instalar um Lar de Idosos. Há ainda referência a um contrato de 1688 na página do SIPA dedicada a este imóvel, entre o proprietário de então, Pedrossen, e um mestre-pedreiro chamado Manuel Mendes, no entanto, não conseguimos comprovar a existência do mesmo, pelo que apenas o referimos em nota.

²⁵ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 79, fig. 78; p. 81, figs. 80 e 82.

²⁶ REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – “As Origens da produção de Faiança na cidade do Porto”. In *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. Barcelos: Museu de Olaria, 1996, p. 85.

imagem do que terá sido esta zona antes da abertura da Rua de S. João no século XVIII (que levou ao encanamento do Rio da Vila), com base numa planta de finais do século XVIII, no estudo da propriedade a partir dos impostos da décima de 1731 e das expropriações para a abertura dessa rua, entre 1762 e 1772, permitindo assim uma visão do terreno e do seu parcelamento, mais próxima da cronologia que estudamos, deixando ver também a lembrança de alguns alinhamentos medievais. No local onde hoje se encontram as instalações de um estabelecimento hoteleiro voltado para a Rua Infante D. Henrique com o N.P. 1, além de partes dos seus lotes, principalmente ao nível do rés-do-chão, apresentarem material que poderá remontar ao período medieval – como lajeados e parte de pano murário –, encontraram-se as fundações de uma casa-torre, entretanto desaparecida. Uma outra estrutura relativa a fundações de uma segunda casa-torre, também foi encontrada, mas desta vez no Beco do Forno Velho, num lote que recebe atualmente o restaurante desse mesmo estabelecimento hoteleiro, e que permanece parcialmente visível na sala de refeições.

3. Outros espaços de interesse: Escadas do Recanto e Rua Chã.

Faz-se ainda referência apenas a mais dois exemplos, que, embora não se possam classificar, com certeza, casas-torre, são definitivamente espaços de interesse dentro da arquitetura civil medieval do Porto²⁷. No cruzamento das Escadas do Recanto com a Calçada do Forno Velho, e voltada para a Rua Nova da Alfândega, encontramos o que é hoje em dia um edifício escolar, pertencente ao Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas. A escola conserva, num dos seus quatro lotes, mais um exemplo de interesse para o nosso trabalho. O lote em questão, sem número, apresenta uma estrutura semelhante a uma casa-torre em contexto urbano, com cantaria de granito exposto (com exceção da fachada voltada para as Escadas do Recanto com granito pintado), apresentando o lote relativamente estreito e medianamente profundo, com duas fachadas principais: uma voltada para a Calçada do Forno Velho e outra para a Rua Nova da Alfândega. Na fachada voltada para a Calçada do Forno Velho, surge um vão de entrada em arco apontado e outro de iluminação quadrangular ao nível do rés-do-chão, e um vão de iluminação também quadrangular no piso imediatamente superior. Na fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega, e aproveitando o desnível de terreno que aqui existe, esta apresenta pelo menos mais um piso. Surgem aqui dois

²⁷ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 87, fig. 99 e 100; pp. 88-89, fig. 103 e 104, respectivamente.

vãos de entrada, um em arco apontado semelhante ao da outra fachada, e outro com padieira tripartida, juntamente com três níveis de vãos de iluminação nos pisos superiores. As duas janelas do 2º piso desta fachada apresentam um possível rearranjo das pedras e também um possível cunho quinhentista. No 3º piso, o material construtivo surge trabalhado de forma ligeiramente diferente, indicando um possível acrescento, ou reconstrução, desse mesmo piso.

O último exemplo desta breve análise encontra-se na Rua Chã. Aquando da obra de remodelação de dois lotes contíguos (N.P. 87 e 89), e sendo possível aceder a este local na companhia dos responsáveis da obra em contexto de estágio curricular de mestrado, foi posta a descoberto o que poderá ser uma casa do século XV. Esta casa tem fachada voltada para a Rua Chã mas não está alinhada com este arruamento (situação relativamente comum na Idade Média), e apresenta uma outra fachada nas traseiras, local onde se encontram atualmente vestígios do que terá sido uma ilha do período contemporâneo. Esta construção, que se crê ser do período medieval, surge absorvida e no interior de dois lotes contemporâneos, apresentando uma entrada voltada para uma viela ou rua mais antiga, entretanto desaparecida, do lado oposto à atual Rua Chã. No seu interior é visível, numa das paredes divisórias voltada para a atual Rua Chã, uma parede em *fachwerk*²⁸, ainda não datada. Esta técnica construtiva de materiais leves, mais comum na Alemanha, Inglaterra, Suíça e países ao redor do Danúbio, tem paralelo com outras consideradas mais “portuguesas”, como o tabique²⁹, mais utilizado nas casas com sobrados salientes, e a taipa³⁰, mais utilizada na construção de paredes e divisórias. Além dos aspetos construtivos de aparência medieval, e não só, visíveis no imediato, a localização desde objeto de estudo corrobora parcialmente o porquê de se o considerar uma casa gótica, já que a própria Rua Chã possui uma longevidade considerável, passando por um incêndio em finais do século XIV, possivelmente devido a construções maioritariamente em taipa, sendo também uma rua com isenção de aposentadoria, e, portanto, apetecível para a construção de casas. As suas formas técnicas e construtivas, e o facto de sabermos que em 1408 a Câmara ordenou a abertura da Porta dos Carros para o transporte da pedra para reconstrução das casas³¹, poderá indicar, ainda que numa esfera conjectural, que esta poderá ser uma das casas reconstruídas em pedra, pós-incêndio.

²⁸ Revestimento por sectores, construído em madeira e materiais leves; parede composta por barrotes verticais, horizontais e oblíquos, formando uma armação com padrões geométricos, cujos vazios se preencham com tijolos ou outros materiais semelhantes.

²⁹ Parede feita de tábuas grosseiras, não ultrapassando os 3cm de largura, dispostas ao alto, pregadas nas extremidades aos barrotes do soalho. Técnica comum para revestimentos de sobrados salientes.

³⁰ Junção de terra crua comprimida, com cofragem de madeira; para construção de paredes e divisórias.

³¹ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999, p. 102.

4. Considerações finais.

A arquitetura que observamos hoje, como forma de arte que se pratica, ocupa e vive, será sempre uma forma de olhar para o passado. O caso da cidade do Porto não é diferente, e aqui a memória do período em que a identidade do burgo portugalense se define é ainda bastante notória, e também parte fundamental na manutenção do carácter de uma urbe em permanente mutação. Os exemplos que foram referidos ao longo deste texto e que existem atualmente na cidade, são, todos eles, construídos em material pétreo, prolongando-se no tempo e chegando até aos dias de hoje, sendo aceitável acreditar que não é só a construção em altura que define uma casa “rica” e ostensiva no Porto, mas sim o material, e se hoje somos levados a crer que toda a construção em altura é representativa de prestígio, talvez seja porque só a boa construção sobreviveu.

Embora muitas das fachadas dos edifícios atuais do Porto correspondam a cronologias mais avançadas do que a medieval, certo é que muitos deles reaproveitam bases e estruturas prévias, e mesmo quando não são as estruturas que sobrevivem, é o lote, a delimitação de terreno, que serve de base para um outro edifício. Material de construção e localização do terreno surgem assim como marcas de poder efetivas na construção de uma casa-torre urbana, que se junta à dimensão que estas poderiam ocupar (refletindo-se, por exemplo, na junção de dois lotes de terreno contíguos), e mais ainda, à sua capacidade de permanecer e adaptar-se ao avançar do tempo. Os exemplos que são elencados ao longo do texto são apenas uma pequena amostra do panorama da arquitetura civil habitacional medieval da cidade do Porto, e embora as cronologias que se referem sejam sempre aproximadas e alargadas, faltando uma localização no tempo mais precisa (já que não temos provas documentais concretas para o efeito), estes serão, ainda assim, pontos de partida para o estudo da sua materialidade e também, para o entendimento da camada social com que se relaciona, isto é, com quem habita o espaço.

Com efeito, a casa-torre medieval, como todas as construções habitacionais, revela-se como um espaço doméstico construído e como um produto social que criado para a sociedade³². Embora seja obrigatório usar de cautela nestas matérias, não raras vezes analisamos o passado com olhos do presente, mas a necessidade primária de abrigo, de casa, é algo de transversal em todas as cronologias, e é isso, também, que faz dela um repositório das nossas vivências, nas suas mais diversas vertentes.

³² GUTIÉRREZ LLORET, Sonia – “Casa y Casas: reflexiones arqueológicas sobre la lectura social del espacio doméstico medieval”, in *La Casa Medieval en la Península Ibérica*, Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2015, p. 19.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

Corpus Codicum Latinorum et Portugalsiumeorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum. Volume I. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1899.

Estudos

AFONSO, José Ferrão – *A Imagem tem de saltar: a Igreja e o Porto no Século XVI, 1499-1606. Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1998). Coimbra, pp. 39-103.

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – “Porto Património: A descoberta arquitectónica do ano”. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XXXV:6 (junho de 2016), pp. 173-175.

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro”. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano de XXXV:7 (julho de 2016), pp. 215-217.

CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: CMP/CRUAR/CH, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Porto: CITCEM, 2011.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – “A Casa”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 54-75.

- CRUARB (Ed.) – *Porto Património Mundial. CRUARB, 25 anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.
- DIÉZ JORGE, M^a Elena; NAVARO PALAZÓN, Julio – *La Casa Medieval en la Península Ibérica*. Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2015.
- ESTEVAN, Maria Luz Rodrigo – “La Vivenda Urbana Bajomedieval: Arquitecturas, Conflictos Vecinales y Mercado Inmobiliario (Daroca, Siglo XV)”. *STVDIVM. Revista de Humanidades* 11 (2005). Zaragoza: Universidad de Zaragoza, pp. 39-74.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999.
- GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996.
- LOZA, Rui Ramos; REAL, Manuel Luís (Coords.) – *Porto a Património Mundial. Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.
- MARQUES, José – “Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo”. Separata da *Revista de História*, vol. III (1982). Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – “As Origens da produção de Faiança na cidade do Porto”. In *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. Barcelos: Museu de Olaria, 1996, pp. 79-85.
- SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: s.n., 2017, projecto de estágio de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/105968>

PARTE III
*Intervenções dos Poderes
no Espaço Urbano*

Las transformaciones del espacio urbano. *Ciudades y villas de la Castilla bajomedieval*¹

María Asenjo González²

Resumen

El impacto del comportamiento humano también se refleja en el urbanismo y las ciudades cambian su aspecto a lo largo del tiempo. Esos cambios, asociados al uso cotidiano del espacio de la ciudad, partían de un modelo urbano atomizado, en el que se fueron imponiendo nuevas formas colectivas de vida y responsabilidad que marcaron una nueva concepción del uso y la funcionalidad espacial. Murallas, calles, plazas, fuentes y demás aportaciones irían creando la dimensión urbana del espacio que se impondría a los usos grupales de las comunidades originarias. Otra consecuencia de la proyección de los cambios urbanos en el plano de la ciudad fue conectada a la transformación social y a las formas de vida aristocrática que adoptaron los grupos de la oligarquía urbana. Sobre esa ciudad bajomedieval se reelaborarían los primeros modelos urbanísticos de los humanistas, que aportaban una nueva forma de pensar la ciudad y de valorar los asuntos de convivencia, sociabilidad e infraestructuras de nuevos modelos de convivencia pensados para los ciudadanos.

Palabras clave

Ciudades; Historia; Castilla; Baja Edad Media; Urbanismo.

¹ Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto HAR2013-44014-P, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad y dirigido por María Asenjo González, desde la Universidad Complutense de Madrid.

² Universidad Complutense de Madrid.

Changes in Urban Space. Towns and Cities of Castile in Late Middle Ages.

Abstract

The human behavior has an impact in urbanism and the cities are changed the layout in the new design. Changes must be associated with the daily life in urban space but they draw big transformations in the city. One of the most important related to the gradual change from the collective organization of urban settlers to some new forms of different social groups. The use of urban space changed because the work and merchant activities demands localization and the maintenance of walls, streets, places and fountains facilities lead to the public urban aspect. The social transformation alters also the use of urban space when the aristocratic groups choose a neighborhood to live and the oligarchic groups controlled a part of the city. Finally, the late medieval city was the ideal setting for the urban humanistic utopias and the new form to know urban models as spaces for citizens living together.

Keywords:

Cities, History, Castile, Late Middle Ages, Urbanism.

1. Introducción.

Las ciudades son espacios de proyección de necesidades, afinidades y rivalidades que marcan el trazado urbano y lo adaptan a las pautas de convivencia de sus habitantes y de los poderes que se ubican en ellas. En el curso de los siglos, los espacios urbanos se moldearon y transformaron a medida que las sociedades urbanas modificaban sus prácticas económicas y sus usos sociales y políticos. Eso transformó el aspecto de las ciudades al incorporar estructuras y construir hábitats con criterios variables y acordes a sus prioridades sociales y culturales. Ciertamente, la apariencia de las ciudades medievales del Occidente cristiano presenta semejanzas en su desarrollo urbanístico que dentro de su originalidad permiten reconocer afinidades. Pero no conviene homologar informaciones

sin realizar un análisis previo, ya que las localizaciones y emplazamientos de viviendas, recintos amurallados, edificios religiosos o palacios, en las ciudades, responde por lo general a necesidades y circunstancias del particular desarrollo histórico de las sociedades urbanas que habitaron en ellas. Si bien, en el curso de los siglos bajomedievales, se observan tendencias en el proceder urbanístico, que permiten evidenciar afinidades entre unas ciudades y otras.

En términos generales, en el desarrollo urbanístico se impuso la urgencia de lo colectivo a la hora de decidir el uso del espacio y de construir en él las formas arquitectónicas que atendían a razones de seguridad, abastecimiento de agua, el uso religioso y devocional, la producción, etc, pero también se ubicaron en ellas edificios distinguidos como catedrales, iglesias, palacios, etc, que dieron una particular impronta al aspecto urbano. Así, la caracterización urbana, que percibimos en tantas ciudades, se entiende como resultado de una cultura o de una civilización y expresan de una manera admirable la fusión entre la ciudad de piedra y la ciudad vivida, de particular resultado para cada ciudad y ha ido transformándose en el curso del tiempo. Por eso, las ciudades muestran en el tejido urbano las evidencias de una existencia cambiante con las cicatrices de los cambios, que afectaron a la historia de sus habitantes.

En los estudios urbanos, la Corona de Castilla ofrece un ejemplo casi único de amplitud y variedad en el desarrollo y proyección de modelos urbanos, en un largo período que arranca con el avance de la Reconquista y abarca el centro peninsular, se proyecta hacia Andalucía y Murcia, las islas Canarias y América. Una proyección urbana que preservó y cambió elementos urbanísticos, en la medida en que se consideraron útiles al poder monárquico, a los poderes urbanos y a sus habitantes para dar lugar a ciudades magníficas en las que la proyección y el trazado urbano acabarían imponiéndose, siguiendo los modelos inspirados por los urbanistas del renacimiento³.

Para abordar la cuestión nos centraremos en el territorio de la Castilla central, en un marco cronológico que abarca desde el primer período de existencia, tras la repoblación cristiana, hasta fines del siglo XV, cuando ya apuntan nuevos retos y se perfilan las formas de la ciudad humanística. Los modelos de las ciudades de Extremadura: Segovia, Soria, Ávila o Salamanca ofrecen la originalidad de sus demarcaciones conocidas como *collaciones*, sobre las que más tarde surgirían las *cuadrillas*, que agrupaban a varias collaciones, y en cuyos recintos se perfilarían barrios y calles. Modelos urbanos de interés que se acoplaban a pautas de carácter defensivo o fueron condicionadas por estar en vías de tránsito.

³ MEDIANERO FERNÁNDEZ, José María – *Historia de las formas urbanas medievales*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

Pero el urbanismo en Castilla tuvo también la particularidad de la herencia musulmana, que desde 1085 incorporó ciudades que quedaron preservadas, al menos en sus edificios más señeros y construcciones defensivas y que se mantuvieron en uso y también su urbanismo singular bajo el dominio cristiano. Pero las pervivencias e innovaciones de las ciudades conquistadas dejaron traslucir las nuevas exigencias y modos de vida del nuevo dominio cristiano y las formas de hábitat reflejaban las circunstancias sociales y políticas de los pobladores, tal y como prueban los edificios religiosos y palacios que se levantaron en ellas. También existen ejemplos de urbanismo de nueva creación como fue el caso de Ciudad Real, fundada por Alfonso X, en 1255, o las “polas” y villas nuevas de la costa cantábrica, en ese mismo reinado.

Sobre los asentamientos iniciales fueron realizándose cambios e innovaciones que prueban que, en los siglos XIV y XV, la sociedad asimilaba nuevas formas y valores que introducían nuevos referentes de uso y diferenciación del espacio, basados en la exención y el privilegio. Circunstancias que contribuyeron a modelar el espacio urbano con la localización de barrios de exentos, calles con privilegios para sus vecinos, junto a otras diferencias que marcaban el estatus social. Además, las necesidades de gestión y el gobierno precisaban de demarcaciones que fueron referencia de organización política, jurídica, fiscal y militar. Tal es el caso de las *cuadrillas*, demarcaciones que agrupaban a varias *collaciones* en muchas de las ciudades castellanas, o de los adarves, que lotificaban y demarcaban el espacio interior respecto al mantenimiento y defensa de la muralla de Toledo. En otra dimensión, desde la percepción del poder, se observa el interés por el espacio de la ciudad como escenario de propaganda política, tan útil a las ambiciones de la monarquía autoritaria y a ellas responden algunas de las grandes obras arquitectónicas y urbanísticas de los Reyes Católicos y de los primeros Austrias.

Por último, cabría señalar que esa percepción útil del espacio se combina, a fines del siglo XV, con los primeros modelos de ciudades planificadas, en las que se proyecta la reflexión de arquitectos y urbanistas acerca de la ciudad ideal, al estilo del modelo que Filarete utilizó con su *Sforzinda* o los tratados de Vitruvio que anticipan el modelo urbano del renacimiento. De tal modo, que el despliegue de opciones en la concepción de la ciudad pudiera ser el paradigma de lo urbano, sujeto a nuevos valores y ambiciones sociales, tal y como se percibía en las instancias conceptuales de los artistas del humanismo italiano, que tanto influjo tuvieron en la Europa de los siglos XVI y XVII.

2. La ciudad y el control del territorio.

Es sabido que el origen de las ciudades castellanas, que aparecen en el curso del siglo XI, se asocia al avance reconquistador realizado en el marco ideológico de recreación “neogótica”, que buscaba recuperar el emplazamiento y la funcionalidad de las antiguas *civitates* y sedes diocesanas⁴. Así, los monarcas asturleonese, leoneses y castellanos procedieron a favorecer esa recuperación, entre los siglos IX al XIII, con la concesión de fueros y privilegios que aseguraban los derechos de los pobladores y salvaguardaban sus libertades. De ese modo, se facilitaba el acceso a la explotación agropecuaria del territorio, al tiempo que los pobladores se dotaban de un órgano común que les ayudaría en la defensa de sus tierras de asentamiento y en la solución de los conflictos internos. Ese órgano de gobierno local era el *concilium*⁵.

2.1. Pervivencias urbanas: las collaciones.

La funcionalidad urbana de los primeros enclaves se sustentaba sobre prioridades marcadas por las necesidades defensivas del grupo y el control territorial. Los pobladores habían llegado en grupos de estructura familiar, en los que los lazos de sangre eran la trama fundamental de cohesión interna, junto a otras formas de integración, en las que los lazos de dependencia y encomendación iban abriéndose paso. Eran las *collaciones* urbanas las que articulaban y agrupaban a los grupos de pobladores, y lo hacían englobando tanto a los vecinos de la ciudad como a los de la tierra. De ese modo, se hacía posible que un emplazamiento urbano, ya fuera villa o ciudad, dominara el extenso territorio que controlaba su concejo. Un modelo de asentamiento que resulta mejor conocido en los ejemplos de Soria, Segovia o el de Ávila en el siglo XIII, lo mismo que otras villas de la llamada Extremadura, pero sabemos que las collaciones eran conocidas por las ciudades del norte del Duero y su carácter funcional en la vida urbana se documenta en casi todas las urbes del reino⁶.

⁴ GAUTIER-DALCHE, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (Siglos IX-XIII)*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

⁵ CARLE, María del Carmen – *Del concejo medieval castellano-leonés*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1968.

⁶ El modelo de las collaciones sirvió para reorganizar los espacios de las ciudades conquistadas al Islam, que mantuvieron el emplazamiento y la localización. La relación entre las collaciones urbanas y el territorio fue puesta de manifiesto en el trabajo de MANGAS NAVAS, José Manuel – *El régimen comunal agrario de los concejos de Castilla*. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1981. Una síntesis de la formación urbana en Castilla en: GAUTIER-DALCHE, Jean – *Historia urbana de León y Castilla...* Ver también nuestro trabajo: ASENJO GONZALEZ, María – “Nacimiento y planificación de la ciudad medieval”. In ANDREOTTI, Gonzalo Cruz y PEREZ JIMENEZ, Aurelio (coords.) – *De la aldea al burgo: La ciudad como estructura urbana y política en el Mediterráneo*. Málaga: Univ. de Málaga, 2003, pp. 313-370.

Desde esa perspectiva de análisis de la articulación social, lo que encontraríamos en Castilla no serían formas de dominación y de encuadre socio-espacial equiparadas a las que se han definido para la sociedad urbana en un marco feudal, caracterizadas por la dependencia personal y las formas extraeconómicas de dominación, sino las relacionadas con sociedades poco jerarquizadas, que desde las ciudades aseguraban su supervivencia en el territorio más o menos extenso que controlaban. Eso explica, en parte, que no encontremos una fuerte presencia señorial, ni laica ni eclesiástica, anterior al siglo XIV en la mayor parte del reino, ni que tampoco aparezcan formas de dominación asociadas a la explotación agraria, ni basadas en la dependencia personal, que permitan sugerir que las ciudades surgieron en un marco de desarrollo claramente feudal.

En cualquier caso, el modelo de las collaciones urbanas lo encontramos perviviendo todavía en el siglo XV como base articuladora del poblamiento urbano y jugando un papel fundamental en la organización del espacio para diferentes funciones hasta fines del Antiguo Régimen.

En los planos de las ciudades podemos observar la localización de esas collaciones, en el emplazamiento de las antiguas iglesias en las que se reconocen los vecinos. Ahora bien, la localización de las iglesias no presupone la existencia de una población permanente asentada en la ciudad, ya que hasta el siglo XIII muchas de las villas y ciudades con sus recintos amurallados sólo tendrían una población reducida con carácter estable, que se multiplicaba en determinadas épocas del año, coincidiendo con fiestas, reuniones del concejo y otras celebraciones de carácter laico o piadoso. En esos momentos acudirían los pobladores de la tierra que se ubicarían en la villa, al amparo de la advocación de la iglesia de su collación, de la que se reconocían miembros⁷. Ante este panorama de lenta sedentarización en el espacio urbano, cabe que nos preguntemos si esas eran verdaderas ciudades, o bien parecían lo que los viajeros árabes expresaban al contemplar los recintos amurallados, que describían como algo similar a un conjunto de aldeas⁸.

⁷ No en vano las collaciones se mantuvieron como referencia de encuadre parroquial por encima de la delimitación del barrio. También eso explicaría la funcionalidad del perímetro amurallado de Soria que abarcaba 400 hectáreas para una población que ni siquiera a fines del siglo XV superaría los 5.000 habitantes. ASENJO GONZALEZ, María – *Espacio y sociedad en la Soria Medieval. Siglos XIII-XV*. Soria: Exma. Diputación de Soria, 1999, p. 591 y ss.

⁸ En el siglo XII, el geógrafo árabe Idrisi comparaba las ciudades de Avila y Segovia con unas aglomeraciones de aldeas, pobladas no por hombres que hubiesen llegado solos, sino por grupos humanos a los que se había atribuido un emplazamiento y que vivían reunidos alrededor de una iglesia. Citado por GONZALEZ GONZALEZ, Julio – “La Extremadura castellana al mediar el siglo XIII”. *Hispania*. Madrid. Nº 127, (1974), pp. 265-464; IDRISI (ca.1100-1166) – *Geografía de España*, Valencia: Anubar, 1974.

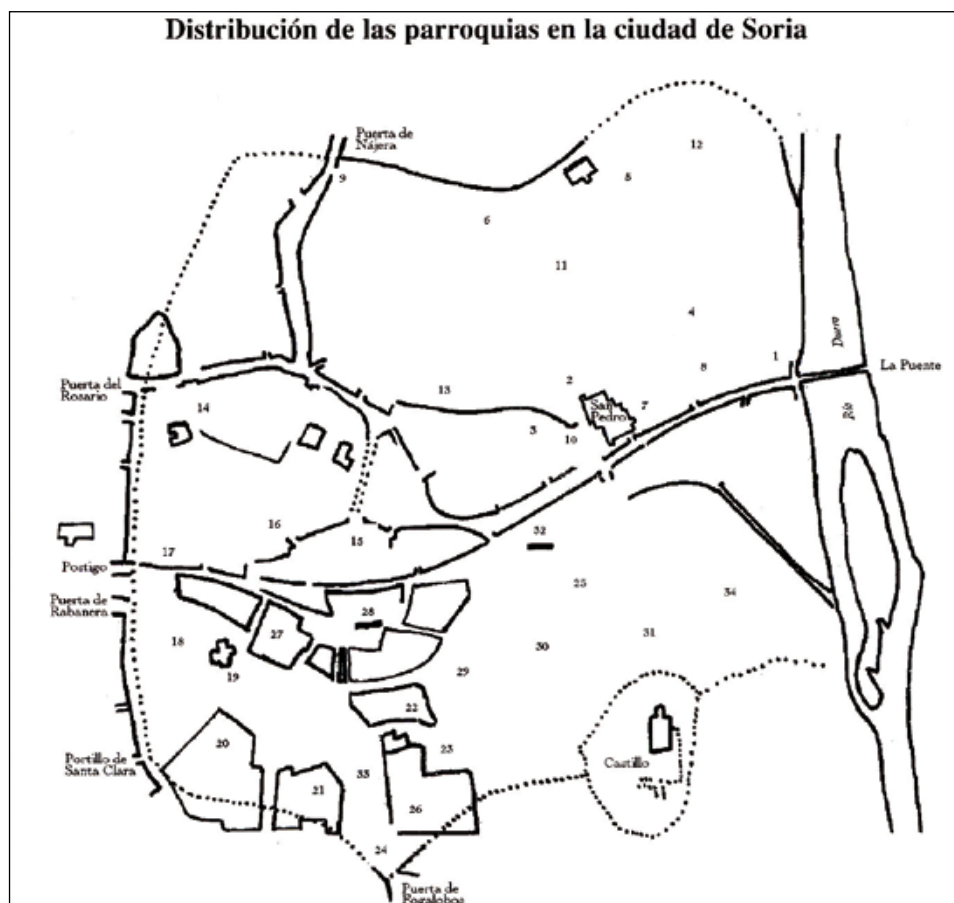


Fig. 1 – Plano de la ciudad de Soria en 1270 con la localización de las iglesias de collaciones.

A pesar de estas circunstancias de origen, podemos decir que las *collaciones* se construyeron sobre argumentos equivalentes a los que sabemos que sirvieron de soporte y origen de las ciudades en la Europa medieval⁹, ya que, sin querer establecer una prioridad absoluta en la enumeración de los diferentes factores que influyeron en el origen urbano, se puede decir que serían tres: en primer lugar, contar con excedentes productivos para alimentar a una población establecida en el medio urbano. Segundo, desarrollar actividades productivas relacionadas con la artesanía y el comercio y, por último, verse los vecinos acogidos e integrados

⁹ Ver los trabajos de CARTER, H. – *An Introduction to Urban Historical Geography*. Londres: Hodder Arnold, 1983; VVAA – *Paesaggi urbani dell'Italia padana nei secoli VIII-XIV*. Bologne: Cappelli Editore, 1988; PASTOR DIAZ DE GARAYO, E. – "Aproximación a la estructura del poblamiento alavés a finales del siglo XIII". In *Congreso de Historia de Euskal Herria*. Vol. 2: *Instituciones, economía y sociedad (siglos VIII-XV)*. San Sebastián: Txertoa, 1988, pp. 509-533.

en la estructura política y social del enclave. Circunstancias que hacían posible la supervivencia en un emplazamiento determinado.

Pero quizás la diferencia fundamental del origen urbano en Castilla es la importancia del control del territorio que cada villa o ciudad llevaba anejo y esa razón fundamental concitaba el interés de los vecinos de las collaciones repartidos entre la ciudad y las aldeas de la demarcación. Las motivaciones no eran sólo defensivas sino también estructurales dado que la actividad agropecuaria de los pobladores buscaba los espacios más productivos y adecuados. Se comprende así el desigual reparto de los vecinos de las collaciones más centrados en las aldeas de la Tierra de Soria que en la villa, tal y como nos muestra el gráfico de reparto de la población, donde figuran las 35 collaciones (Ver gráfico y plano de la ciudad de Soria).

2.2. Las collaciones y sus iglesias.

Las iglesias de las collaciones eran la referencia de localización de sus miembros, que se reconocían en la devoción religiosa a su patrono protector, la preservación de la memoria de sus familiares muertos y en la solidaridad del grupo. En cuanto a su funcionamiento eclesiástico y a las prerrogativas que sobre ellas mantenían sus patronos, cabe asegurar que se equipararían a las “iglesias propias”, que abundaban en el período altomedieval, anterior a la aplicación de la Reforma Gregoriana, y que en Castilla se mantuvieron habida cuenta de la lenta y desigual implantación de la Reforma¹⁰. Las ciudades y villas como **Sepúlveda** con quince iglesias de collaciones, **Ávila** con diecinueve, **Segovia** con treinta y cuatro, **Soria** con treinta y cinco, nos hacen sospechar que no se trataría de simples parroquias vecinales dedicadas a la atención espiritual de los vecinos, ya que su número a esos efectos resultaba desproporcionado. Se comprende que la percepción de ese espacio urbano fuese la de un urbanismo fragmentado en núcleos de agrupamiento organizadas en torno a una iglesia y que fuesen tantos como collaciones, pero además incluía a los vecinos de las aldeas de la Tierra o demarcación territorial asociada a la urbe.

¹⁰ Sobre iglesias propias: FACI LACASTA, Javier – “Estructuras sociales de los reinos cristianos (s. VIII-XI). La iglesia propia en la España de los siglos VIII al XIV”. In GARCÍA DE VILLOSLADA, R. (Ed.) – *Historia de la Iglesia en España. La Iglesia en la España de los siglos VIII al XIV*. Madrid: Editorial Católica, 1982, pp. 118-139. La tardía instauración de la Reforma en: LINEHAN, P. – *History and the Historians of Medieval Spain*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1993, p. 255 este autor subraya la lenta incorporación de Castilla al cumplimiento de la norma canónica de la exogamia, a tenor de lo que reflejan documentos y crónicas sobre los matrimonios de los reyes. También subraya la falta de estudios sobre la familia castellana: p. 252, not 26. Acerca de la transformación parroquial: LOPEZ ALSINA, Fernando – “La reforma eclesiástica y la generalización de un modelo de parroquia actualizado”. *La Reforma Gregoriana y su proyección en la cristiandad Occidental. Siglos XI-XIII*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2006, pp. 421-450.

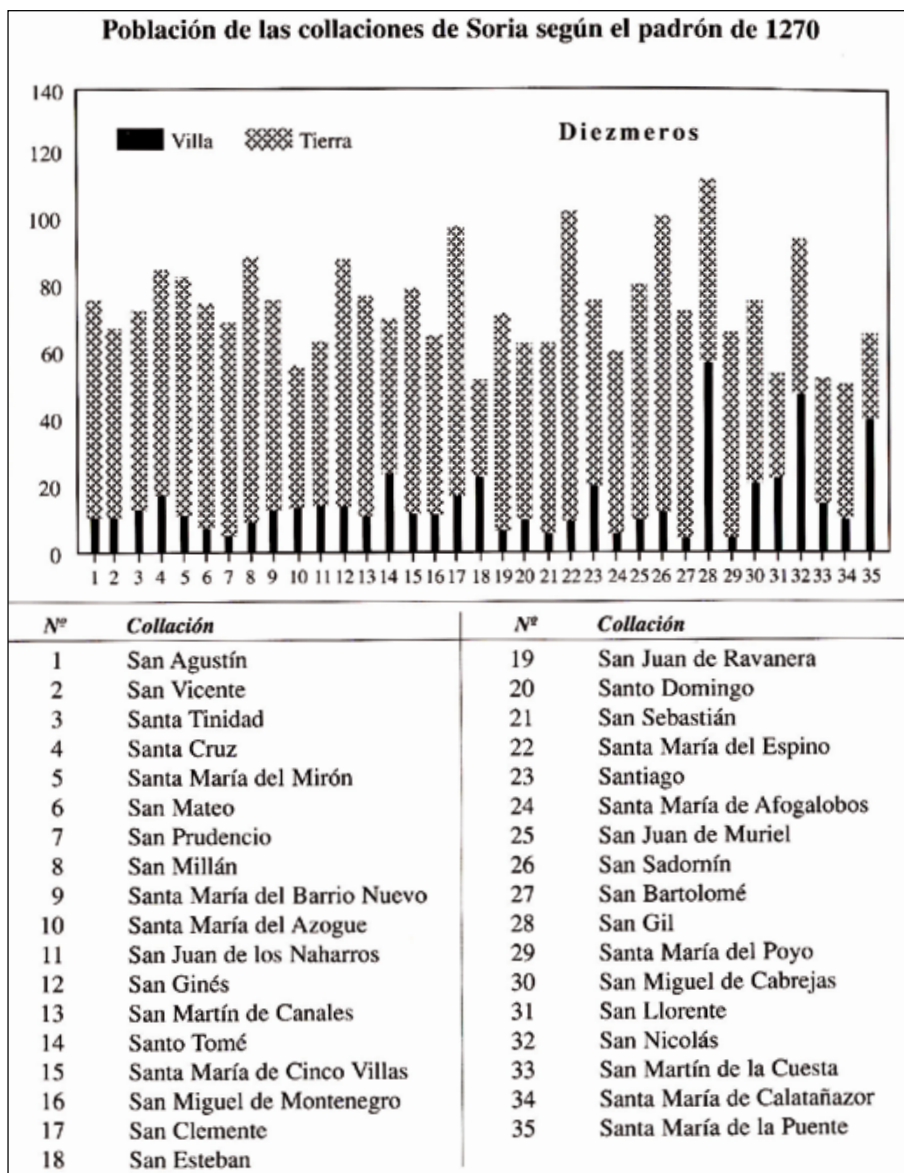


Fig. 2 – Vecinos de las collaciones de Soria, repartidos entre la villa y su Tierra (1270).

Las ciudades del norte del Duero también tenían collaciones, como Valladolid, aunque no podemos documentar su estructura y origen. El número de collaciones de Valladolid era de 14, casi tantas como las iglesias que se repartían por el interior y el exterior del recinto amurallado. Es posible que en el siglo XIII hubiese las siguientes collaciones: San Miguel y San Julian, que habían sido las originarias y que se encontraban en el origen del propio enclave urbano, la Antigua, San Martín,

San Nicolás, La Magdalena, San Esteban, San Salvador, Santiago, San Llorente, San Benito el Viejo, San Pedro, San Juan y San Andrés¹¹.

En definitiva, el modelo de ciudad estructurado en collaciones resulta aparentemente peculiar, si bien sabemos que se adaptaba a las necesidades sociales del período. No obstante, interesa destacar que ese modelo tuvo proyección hacia otras zonas más meridionales, a medida que avanzaba la conquista y ocupación cristiana de territorios. Así ocurrió en Toledo, que fue la primera ciudad musulmana en caer casi intacta en manos de los cristianos con una parte de su población. Allí, numerosos musulmanes habían huido, pero su falta la completaron los mozárabes de las proximidades que llegaron hasta allí para refugiarse junto a pobladores castellanos. A la población musulmana se la mantuvo, habida cuenta de su papel fundamental en la vida económica, y fueron autorizados a quedarse, a conservar sus bienes, sus instituciones y su mezquita. El rey se hizo con el Alcázar, restableció el arzobispado y la primacía de Toledo, con lo que pasó a ser una fortaleza clave de la estructura del sistema defensivo cristiano, al sur de la cordillera Central, al tiempo que una capital religiosa y un mercado muy importante. La principal innovación de los cristianos fue reorganizar la ciudad en *collaciones* o en barrios-parroquias. Cada grupo étnico recibió un barrio y preservó su derecho particular. Así, los castellanos, que así se denominaba a los vencedores, recibieron veintiuna collaciones y un fuero en 1101 que les garantizaba que les garantizaba su derecho consuetudinario y tener su *sayon*. Los francos recibieron una parroquia hasta comienzos del siglo XIII con un fuero y una jurisdicción propia, que les permitían tener un juez (alcalde). También los mozárabes trataban de preservar su identidad en el espacio urbano y en particular su derecho, su lengua (el árabe puesto que ellos eran bilingües) y el viejo rito visigodo. Ellos residieron en seis collaciones y recibieron un fuero y una jurisdicción propia en 1101. Se les concedió como derecho el *Fuero Juzgo*, traducción del viejo *Liber Iudiciorum*, con un alcalde propio. Además, en el recinto urbano se ubicaron dos juderías y una morería. A pesar de esa diversidad de orígenes, cabe concluir que se produjo una paulatina mozarabización de la población toledana, ya que los recién llegados tuvieron que adaptarse a un derecho nuevo y una nueva lengua, aunque no al rito religioso¹².

¹¹ Relación tomada de RUCQUOI, Adeline – *Valladolid en la Edad Media*. 2 vols. Valladolid, Junta de Castilla y León, 1987, vol. 2, pp. 557, Plano de la villa. No se ha considerado Santa María la Mayor por su carácter abacial de Canonjía de Canónigos regulares.

¹² GONZALEZ GONZALEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*. Madrid: Univ. Complutense, 1975, vol. 1, pp 75-80; LADERO QUESADA, Miguel Angel – “Toledo en la época de la frontera”. *Anales de la Universidad de Alicante*. N° 3, (1984), pp. 71-98 y “Toledo y Córdoba en la Baja Edad Media. Aspectos urbanísticos”. *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos en Madrid*. Madrid. N° 30, (1998), pp. 181-220; IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “Los judíos de Toledo en el contexto de la ciudad”. *Espacio, tiempo y forma. Série III Historia Medieval*. Madrid. Tomo 6, (1993), pp. 79-102.

El término *barrio* equivaldría entonces al espacio de asentamiento de cada grupo de pobladores y se constituía a partir de una o de varias collaciones.

Toledo se constituyó como resultado de la unión de sociedades diferentes, tres de origen cristiano y dos aljamas, pero los fueros concedidos tras la reconquista fueron derogados lo mismo que su confirmación. Sólo conservamos un documento de 1118, emitido por Alfonso VII, que tampoco es la fusión de los tres fueros primitivos, sino una concesión que reconocía privilegios comunes a las tres comunidades. No obstante, a pesar de la oposición de los castellanos que se consideraban perjudicados por la incorporación de otros pobladores procedentes de Castilla la Vieja, acabó por imponerse el *Fuero Juzgo*, emanación de la autoridad real frente a los fueros consuetudinarios tradicionales. Pero sabemos que el modelo de las collaciones urbanas también se llevó hacia el sur, hasta las ciudades de Andalucía¹³. Ahora bien, ya en el siglo XIII, las collaciones surgidas de la repoblación cristiana eran estructuras de encuadre y asentamiento que agruparían a los pobladores del enclave, y en ellas las afinidades de parentesco ya no jugarían un papel determinante.

No obstante, las iglesias de las collaciones seguían proporcionando el referente de localización para los vecinos y moradores que daban sepultura en ellas a sus ancestros, localizados en los cementerios anejos, y cuya ubicación urbana reforzaba los lazos de cohesión del grupo a partir del culto cristiano. Se constituían en referente de localización y en torno a ellas se asentaban las viviendas permanentes, que caracterizaron el primer tejido urbano. También las advocaciones religiosas a las que estaban dedicadas recuperaban en las ciudades y villas el culto a los santos y las efemérides particulares, que serían objeto de fiestas y celebraciones.

Durante el reinado de Alfonso X (1252-1284), las condiciones favorables a un surgimiento de nuevas villas, en el norte peninsular, se vieron favorecidas por los privilegios y concesiones reales¹⁴. Una buena parte del tejido urbano de este espacio más septentrional se construía así tardíamente sobre un territorio en el que destacaba una fuerte señorialización, que afectaba particularmente a las ciudades. Así, en Galicia, las ciudades episcopales quedaron bajo la tutela de los obispos que además mantenían otras tantas villas en el territorio y las de realengo fueron entregadas a tenentes, que eran nobles poderosos en la Corte y en

¹³ COLLANTES DE TERAN, Antonio. – *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y sus hombres*. Sevilla: Exmo. Ayuntamiento de Sevilla, 1977.

¹⁴ RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio – “Poblamientos y cartas pueblas de Alfonso X y Sancho IV en Galicia”. *Homenaje a D. Jose María Lacarra en su jubilación del profesorado*. Vol. III. Zaragoza: Anubar, 1977, pp. 21-61 y GONZALEZ MINGUEZ, Cesar – “A propósito del desarrollo urbano del País Vasco durante el reinado de Alfonso X”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. Vol. 27, N° 1, (1997), pp. 189-214.

la región, y que aspiraban a convertirlas en sus señoríos solariegos. Las pocas villas de realengo que se mantuvieron se vieron sujetas a las presiones de la nobleza gallega que intervendrá en sus gobiernos en calidad de corregidores, pertigueros o regidores¹⁵.

3. La estructuración del espacio urbano en los siglos XIII al XV.

En ese período, el interior de los recintos amurallados experimentaría cambios que paulatinamente darían paso a la estructura más o menos definitiva de calles y plazas. En el siglo XV ya encontramos perfilada esa organización, mientras que el período de desarrollo de estos cambios presenta un seguimiento desigual en las diferentes villas y ciudades de los distintos reinos. Tal es el caso de la villa de La Coruña, en el reino de Galicia, donde se aprecia la despoblación de la ciudad vieja a favor del arrabal, lo cual podría estar relacionado con la sobrepoblación del recinto urbano desde la segunda mitad del siglo XIV¹⁶.

A partir de la construcción inicial de aglutinamiento de villas y ciudades, en las que el peso de los grupos de pobladores era la clave del asentamiento, los estímulos hacia la nueva articulación de la ciudad pasarían por dos argumentaciones fundamentales. En primer lugar, la desarticulación de los grupos de origen, en la medida en que las nuevas condiciones de desarrollo económico, de acumulación de riqueza y de jerarquización interna permitiesen la salida de los miembros masculinos y femeninos del grupo. Esa lenta transformación de la estructura social conllevaría nuevas formas de agrupamiento y ubicación en el seno de la ciudad que le aportaría un nuevo carácter. De ahí surgirían los barrios dedicados a la práctica de determinados oficios, antes de que la agrupación por niveles de fortuna y estatus social hiciera su aparición en las formas urbanas. No podremos olvidar la transformación relacionada con el uso religioso y asistencial del espacio urbano. Así, la presencia de edificios religiosos de las órdenes nuevas o la de los centros asistenciales se unía al espacio de la enseñanza universitaria. Esa demarcación de los espacios que imprimiría carácter a los núcleos urbanos

¹⁵ FERREIRA PRIEGUE, Elisa – “El poblamiento urbano en la Galicia medieval”. In SOLORZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz (Eds.) – *El fenómeno urbano medieval entre el Cantábrico y el Duero. Revisión historiográfica y propuestas de estudio*. Santander: Asociación de jóvenes historiadores de Cantabria, 2002, pp. 367-420, p. 370.

¹⁶ BARRAL RIVADULLA, Dolores – *La Coruña en los siglos XIII al XV. Historia y configuración urbana de una villa de realengo en la Galicia medieval*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1998. pp. 93.

a medida que la dinámica de su desarrollo se iba perfilando sobre el urbanismo hasta dejar huella¹⁷.

El modelo urbano de las primeras collaciones conoció también una transformación en la baja edad media asociada al ejercicio del gobierno y la gestión urbana que tuvo que adaptarse, en un período en el que las collaciones urbanas ya habían perdido razón de ser. Ello conllevó la transformación del modelo administrativo urbano y la aparición de las *cuadrillas*. Nuevo referente de localización espacial que reordenaba el suelo urbano agrupando collaciones. De ese modo, la ciudad se articuló en cuadrillas que eran demarcaciones de vecindad en las que se incluía a varias collaciones, que facilitaban las tareas de recaudación, gobierno y gestión, al tiempo que se encargaban de otras actividades festivas y lúdicas en la ciudad. Su número variaba de unas ciudades a otras, si bien en el caso de Valladolid sabemos que todavía eran 15 en 1503¹⁸. Las cuadrillas eran demarcaciones más concisas dentro de la villa, que agrupan a los vecinos y se utilizaban en la gestión urbana. Se conocen bien a través del padrón de alarde de 1503, en donde se mencionan quince cuadrillas¹⁹.

Pero lo curioso es que en algunas ciudades como Segovia las cuatro cuadrillas no son distritos de demarcación, sino que se definen agrupando collaciones (**Fig. 3**). Algo similar ocurre en el caso de Soria, donde resulta muy difícil situar la demarcación de las mismas a fines del siglo XV²⁰.

Pero la tendencia disgregadora que acompañaba las nuevas situaciones de reubicación de los vecinos de la ciudad y sus moradores se veía modificada al actuar otros referentes que potenciaban la responsabilidad en el mantenimiento de los servicios y elementos comunes o la de los lazos de dependencia que les mantenía vinculados a otros emplazamientos. Además, en las ciudades, desde su origen se mantenía esa potenciación de los elementos comunes, entre los que se encuentran: el recinto de la muralla, el abastecimiento de agua y la limpieza de los espacios públicos urbanos.

¹⁷ LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jean – *L'Urbanisme au moyen âge*. Geneve: Arts et métiers graphiques, 1974; VIGUEUR, J.C.M. – *Structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII^{ème}-XVI^{ème} siècles)*. Rome: Ecole Française de Rome, 1989.

¹⁸ ALVAREZ BEZOS, Sabina; CARRERAS ZALAMA, Agustín – *Valladolid en época de los Reyes Católicos según el alarde de 1503*. Valladolid: Univ. de Valladolid, 1998, p. 55.

¹⁹ ALVAREZ BEZOS, Sabina; CARRERAS ZALAMA, Agustín – *Valladolid en época de los Reyes...*, pp. 44 y ss. Otros autores dan catorce como número de las cuadrillas de Valladolid: RUIZ MARTÍN, Felipe – “Disensiones en Valladolid en vísperas de las comunidades de Castilla. (El Palacio del Conde de Benavente: ¿Fortaleza o mansión?”. *Cuadernos de Investigación Histórica. Seminario “Cisneros”*. Madrid. N° 2, (1978), pp. 443-458. p. 444.

²⁰ ASENJO GONZALEZ, María – *Espacio y sociedad...*, op. cit., 587 y ss.

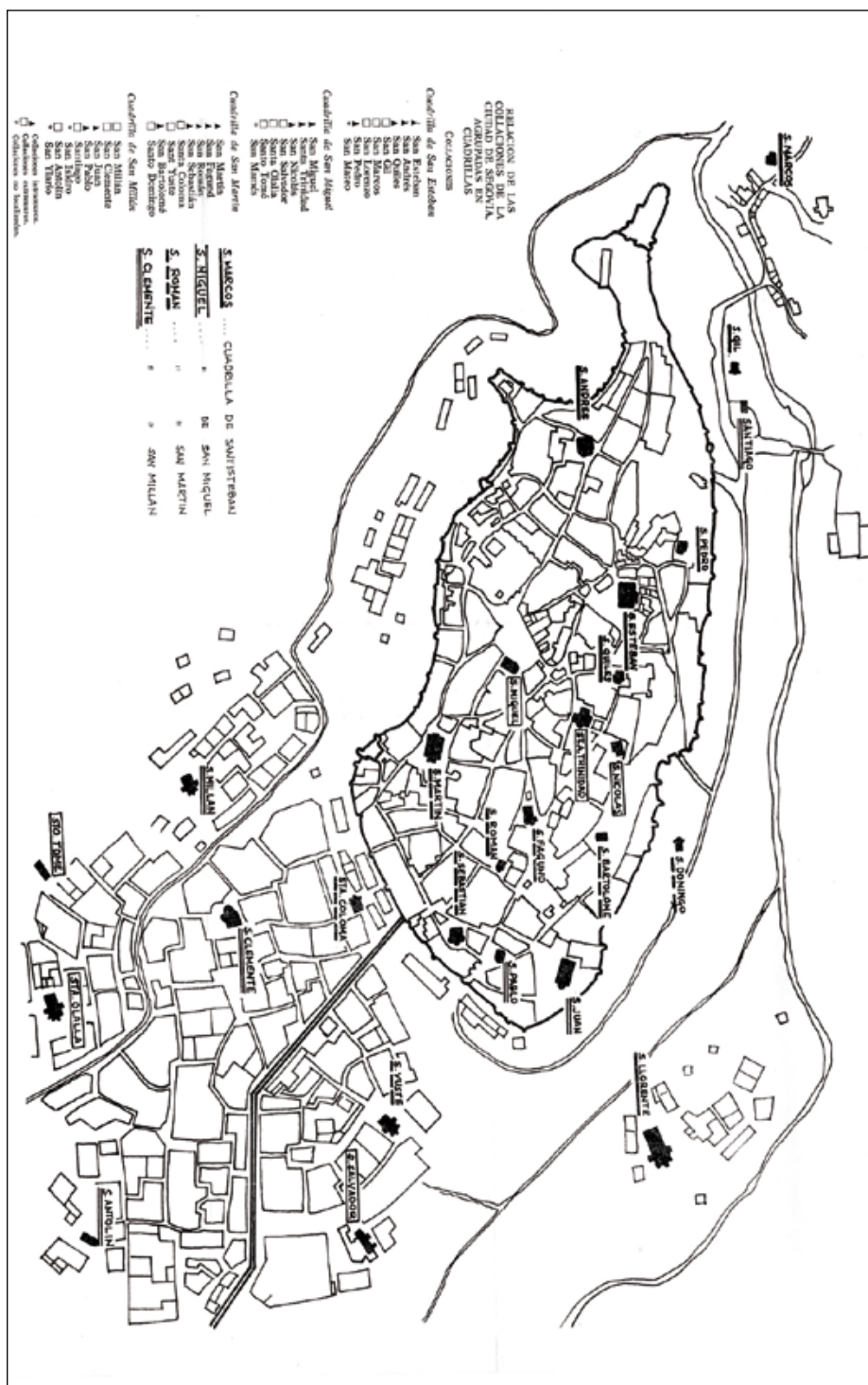


Fig. 3 - Collaciones y cuadrillas de la ciudad de Segovia a fines del siglo XV.

4. La presencia de los grupos privilegiados.

Las ciudades contaban con la presencia de las jerarquías naturales que regían las primeras estructuras de asentamiento. Apenas conocemos a estas jerarquías salvo por las referencias documentales que hacen suponer una estrecha vinculación a los grupos de origen que les reconocía como “señores” y “boni homines”. Las peculiaridades de una organización social y política, asociada al avance militar frente al Islam, explican que las ciudades en Castilla no estuviesen dominadas por grupos de mercaderes o artesanos, tal y como ocurría en el resto de Europa. Su presencia, documentada en las villas y ciudades del reino se sitúa en un segundo plano frente al protagonismo que muy pronto lograrían los caballeros-villanos. Documentados desde el siglo X en el Condado de Castilla se situarían como grupo dominante en la ciudad tras un proceso de importante ascenso social en el curso de los siglos XI al XIII, logrado gracias a la acumulación de patrimonio y de los privilegios otorgados por los monarcas. Para alcanzar una posición de dominio, los caballeros-villanos habían tenido que desprenderse de la tutela que sobre ellos mantenían sus parentelas primero, y después apartar la incipiente competencia que les hacían los artesanos y mercaderes. Todo ello, lo consiguieron con la ayuda y favor de los reyes que desde fines del siglo XII les habían incorporado a las Cortes, como miembros del llamando “estado llano”²¹.

Durante los siglos XIII y XIV la pugna entre hombres buenos y caballeros se enquistó en la defensa de los fueros frente a la intervención monárquica, al tiempo que se estaba dando paso a una estructura política oligárquica en consonancia con la sociedad estamental. El concejo se transformó en una construcción oligárquica vigilada, en la que la ritualidad y los enfrentamientos canalizaban la ambición por el poder. A fines del siglo XIII, en medio de una situación política convulsa, que coincide con un período de minorías regias, surgieron las Hermandades de ciudades que aportaron al reino estabilidad política pero que en su reivindicación también buscaban mayor presencia de los poderes urbanos en las instituciones políticas del reino²². El compromiso que las Hermandades mantuvieron con la defensa de fueros particulares y locales limitaba notablemente la construcción del proyecto monárquico, al tiempo que abogaba por la forma política de un “sistema baronial”, favorable a un mayor peso de las oligarquías urbanas en sintonía con

²¹ ASENJO GONZALEZ, María – “Sociedad y vida política en las ciudades de la Corona de Castilla. Reflexiones sobre un debate”. *Medievalismo*. Madrid. Año 5, Nº 5, (1995), pp. 89-125.

²² ASENJO GONZÁLEZ, María – “Political dissent through complaints and petitions to the royal power in the towns and cities of Castile-León (13th-14th Centuries)”. In TITONE, Fabrizio (Ed.) – *Disciplined Dissent. Strategies of Non-Confrontational Protest in Europe from the Twelfth to the Early Sixteenth Century*. Roma: Viella, 2016, pp. 67-89.

los intereses políticos de la nobleza y comprometido con la defensa del derecho consuetudinario. El desarrollo político y simbólico de las Hermandades llegó hasta 1325 y prueba la existencia de una voluntad política urbana que cambió de rumbo drásticamente con la instauración la aprobación del *regimiento* a partir de 1345 y del Ordenamiento de Alcalá en 1348, bajo el impulso de la monarquía, que supo aprovechar la división en el seno de las estructuras locales del poder para conseguir firmes aliados en la empresa de su fortalecimiento. En el siglo XIV, la existencia de grupos aristocráticos con redes clientelares organizadas en las ciudades y sus territorios es una realidad generalizada, que reafirma la presencia de la ciudad en el espacio próximo e introducirá nuevos elementos de organización en su urbanismo. El interés de identificación de estatus social y la afición a imitar los gustos de la nobleza derivará hacia la búsqueda de casa y residencias más aparentes y dotadas de elementos de decoración significada. Tendencia que se identificará con los gustos del llamado “gótico civil”, cuya pervivencia como arte de construcción en Castilla llegaría hasta bien mediado el siglo XVI²³.

La presencia jerárquica de obispos y clérigos en las ciudades se dejaba sentir con fuerza tanto en los aspectos eclesiásticos como en los sociales. En el primer aspecto el obispo, era el que tenía la plena condición sacerdotal y ejercía los tres poderes de orden, jurisdicción y magisterio, lo que se traduce, al menos en teoría, en las visitas pastorales, la celebración de sínodos y en la predicación, actividades que inciden en la religiosidad colectiva. Pero además, al ser cabeza de la jurisdicción eclesiástica, le llegaban a su corte de justicia los conflictos y debates de su ámbito de poder. Fueron frecuentes los choques con los cabildos catedralicios, debido a la autonomía de estos y a sus competencias en las provisiones de beneficios, ejercidas juntamente con el obispo²⁴.

Determinar la procedencia y los vínculos sociales de los capitulares catedralicios es un asunto importante, ya que muchos de ellos proceden de familias de las aristocracias locales urbanas y de segundones de la nobleza, aunque no siempre fuese así. También había muchos forasteros y absentistas entre canónigos y racioneros, y su papel en la formación de redes de relaciones exteriores de la iglesia local correspondiente pudo ser importante. No olvidemos que algunos de los clérigos lograban puestos de influencia en la corte y eso podía redundar en favor de los intereses de su catedral. Por lo demás, en la ciudad, el cabildo era la corporación eclesiástica de mayor peso. Su actividad se desarrollaba en la

²³ MORENA, Aurea de la – *El gótico en Madrid: arquitectura religiosa y civil*. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Complutense de Madrid, 1974, Tesis inédita; AZCÁRATE, José M. de; YARZA LUACES, Joaquín – *Baja Edad Media. Los siglos del gótico*. Madrid: Silex, 1992.

²⁴ SANTAMARÍA LANCHO, Miguel – “El cabildo catedralicio de Segovia como aparato de poder en el sistema político urbano durante el siglo XV”. *Studia Historica. Historia Medieval*. Salamanca. Vol. VIII, (1990), pp. 47-78.

catedral, que era el monumento religioso por excelencia de la ciudad y el rezo de las horas canónicas, los cantos, el culto en el altar mayor, la celebración de fiestas y procesiones eran actividades realizadas por los canónigos y otros clérigos, al tiempo que se dedicaban al estudio, las peregrinaciones y los viajes. La enseñanza, vinculada a las escuelas catedralicias y canonjías de canónigos regulares, se encuentra entre sus dedicaciones y, entre las funciones del cabildo, estaba la de atender la biblioteca. Además de que su “maestresala” dirigía el estudio de gramática, que podía ser el único de la ciudad.

También vivían monjes y frailes en el espacio urbano, aunque sabemos que los conventos religiosos urbanos, fundados en el siglo XIII fueron de agustinos, dominicos, franciscanos, mercedarios, jerónimos y trinitarios, y de religiosas como las clarisas. Las fundaciones de la nobleza, llevadas a cabo para organizar en esos monasterios y conventos sus capellanías contribuían al surgimiento de edificios notables en el suelo urbano.

Parece evidente que esa presencia de jerarquías laicas y eclesiásticas en las ciudades se tradujo en la proliferación de construcciones de mejor apariencia y para ello tuvieron que adquirir propiedades menores de los vecinos sobre cuyo suelo se procedería a construir. La movilidad en el interior de la ciudad a efectos de morada y construcción de casas ya no sería un problema de afinidad o parentesco sino que pasaría por la compra o el arrendamiento de un inmueble. El valor de esas propiedades se iría elevando y los grandes propietarios de suelo urbano sabrían sacar buen provecho de la demanda de solares y casas²⁵.

5. Las calles, plazas y vías públicas. Elementos de articulación.

La calle en el espacio urbano en tanto que, vía pública, se puede definir desde cuatro funciones fundamentales: en primer lugar, son vías de comunicación utilizadas por personas y animales, en segundo, son zonas de actividades económicas variadas y diversas, en tercer lugar, se convierten en el reflejo de la sociedad que las habita y por ello se busca que su imagen sea la más correcta posible. Por último, son sitios de encuentro y comunicación entre gentes de diferentes procedencias y lugares, ámbitos de propaganda y origen de rumores y noticias²⁶.

²⁵ Sobre esta cuestión se ha celebrado en 2006 la XXXIII Semana de Estudios Medievales de Estella (Navarra) del 17-21 de julio 2006: “Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo. Siglos XI-XV”, Gobierno de Navarra, Pamplona, 2007.

²⁶ LEGUAY, Jean Pierre – “La rue: élément du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du Royaume de France et des grands fiefs au XIV^e et XV^e siècles”. *Le Paysage urbain au Moyen-Age. Actes du XI congrès des historiens. Lyon*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon 1981, pp. 23-60.

Las calles se definen como vías de comunicación en el interior de la ciudad por las que transitan personas y animales, y esas vías pueden ser únicas, en el caso de las ciudades de plano lineal, o bien pueden ser dos o tres en las ciudades de plano cuadrado o circulares y generalmente, junto a estas calles principales había otras vías secundarias que permitían enlazar unas con otras y estas tenían un trazado más sinuoso.

Las calles funcionan como lugares de intercambios ya que en muchas villas y ciudades alojaban a ferias y mercados. Eso obligaba a las autoridades a proporcionar los medios para esta función. La idea de que las calles pueden ser espejo de la sociedad que las habita y lugar de encuentros, al situar en ellas las fuentes, los lavaderos, etc. También se exhibe en ella la pobreza y la marginación y sabemos que algunas calles se destinan a ubicar los lupanares para el ejercicio de la prostitución²⁷. Son también los espacios por los que discurren las procesiones y las entradas solemnes de los reyes y personajes en las principales en las urbes²⁸.

En general, las ciudades medievales carecían de grandes arterias, limpias pavimentadas y con casas que mantuvieran una alineación. Las calles que se consideraban diferentes de ese entramado eran porque los vecinos que las habitaban mantenían una condición diferenciada que se percibía en sus viviendas. En Valladolid, los espacios de comunicación y tránsito rara vez se nos describen si bien sabemos que su aspecto cambiaba de unas zonas a otras de la ciudad. Al ser espacios compartidos en los que se desarrollaban muchas actividades, la calle era parte de la vida. Sin olvidar que la calle se insertaba en alguna collación, barrio o cuadrilla que otorgaba el marco religioso, social e institucional pero al mismo tiempo la convivencia generaba las ocasiones de acuerdo o integración. En su afán de comunicación, las conexiones de las calles habrían nuevos espacios que se dotaban de personalidad y se llegaban a convertir en rutas preferentes por su monumentalidad y presencia de edificios nobles. Ese es el caso de la vía que, en Valladolid, comunicaba desde la Puerta del Campo hasta el centro de la villa, donde estaba San Miguel, en el centro de la almendra originaria de la villa. Esa personalidad de las calles se asociaba al nombre de las mismas relacionado con una actividad o con la presencia de un personaje destacado, como la calle de Teresa Gil cerca de la plaza Mayor²⁹.

²⁷ VVAA – *Die Strasse: zur funktion und perzeption öffentlichen Raums im späten Mittelalter: Internationales Round table Gespräch Krems an der Donau 2. und 3. oktober 200*. Wien: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2001; LEGUAY, Jean Pierre – “La rue: élément du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du Royaume de France et des grands fiefs au XIV^e et XV^e siècles...”, pp. 23-60. ANDRES DIAZ, Rosana – “Fiestas y espectáculos en las ‘Relaciones góticas del siglo XVI’”. *En la España Medieval*. Madrid. Vol. 14, (1991), pp. 307-336.

²⁸ FLYNN, Martin – “The spectacle of suffering in Spanish streets”. HANAWALT, Barbara A.; REYERSON, K Kathryn (Eds.), *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1994, pp. 153-168.

²⁹ RUCQUOI, Adeline – “Le testament de doña Teresa Gil”. DUFURNET, J. (Eds.), *Femmes. Mariages-Lignages, XI^e-XIV^e siècles. Melanges offert à Georges Duby*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1992, pp. 305-323.

6. El palacio en la ciudad.

La presencia del poder regio y los poderes nobiliarios en las ciudades pronto se tradujo en la construcción de edificios notables que destacaban su condición y estatus. En las ciudades castellanas el modelo del castillo fortificado es el primero que se documenta como residencia de los poderosos, incluso tratándose de poderes episcopales³⁰. Construcciones fortificadas en el interior y exterior de la ciudad en Segovia el alcázar tenía esa función para los reyes, pero el obispo se hizo construir una fortaleza en Turégano en el siglo XV, en una villa a las afueras de Segovia, en el territorio de su jurisdicción³¹. Para muchas ciudades medievales el palacio del obispo había sido el primer palacio en la ciudad. Una construcción significada que generalmente se insertaba en el tejido urbano con un efecto innegable de representación.

A finales del siglo XIII se observa una tendencia a abandonar los castillos y alcázares y a residir en el espacio propiamente urbano. Así, la villa de Valladolid fue frecuentemente elegida y gozó desde muy temprano de las preferencias de los reyes de Castilla. Lo justificaba su situación estratégica, en el centro de la cuenca del Duero, y desde tiempos de Sancho IV (1284-1295) fue lugar de residencia para los reyes, durante largas temporadas. Al parecer el alcázar, que se levantaba en el ángulo suroeste de la primera cerca nunca fue utilizado por Sancho IV como residencia, y desde fines del siglo XIII sólo servía como almacén, el edificio, que se encontraba bastante abandonado, fue entregada por Juan I a los benedictinos, un siglo más tarde (1390), para la fundación del Monasterio de San Benito el Real. Por ello, en Valladolid, el rey residió en unas casas próximas a la iglesia de la Magdalena, lugar donde había surgido un barrio rico poblado por los canónigos de la colegiata, los oficiales del rey y los miembros de la oligarquía urbana³². Sabemos que, en 1320, los palacios de la Magdalena dejarían de ser palacios fortificados para convertirse en el Monasterio de Santa María la Real de las Huelgas de Valladolid. Para ello se supone que se habilitaron mínimamente algunas dependencias de los palacios de la Magdalena, ya que al parecer se trataba de emular el monasterio de Santa María la Real de las Huelgas de Burgos. Destruído en 1328, en la actualidad

³⁰ BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques (Eds.) – *Les palais dans la ville. Espaces urbains et lieux de la pissance publique dans la Méditerranée médiévale*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004.

³¹ KAFKA, Karl – “Turégano in Kastilien-Wehrkirche und Burg”. *Burgen und Schlösser*. Stuttgart. Vol. 20, Nº 1, (1979), pp. 37-42 y CONTRERAS JIMÉNEZ, M.E. – “Las fortalezas del obispo de Segovia: Turégano y Lagunillas”. *Castillos de España: boletín de la Sociedad Española de Amigos de los castillos*, Nº 95, (1988), pp. 59-66.

³² GUTIERREZ BAÑOS, Fernando – “Los palacios de la Magdalena. Contribución al estudio de las residencias reales de Valladolid”. In *Valladolid. Historia de una ciudad. Congreso Internacional. T.I. La ciudad y el arte. Valladolid villa (época medieval)*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 1999, pp. 71-83, p. 71.

lo único que se conserva es la puerta de ladrillo, con elementos de cantería en la parte del basamento y con detalles ornamentales en la fachada³³.

Las ciudades de origen musulmán, que fueron conquistadas en el curso de los siglos XII al XV, contaban suntuosos alcázares que en algunos casos mantuvieron su función de residencias reales. Ese fue el caso del alcázar de Sevilla o de la Alhambra de Granada. Construcciones estas, que se identifican con un ideal de arquitectura palaciega próxima a la “ciudad en forma de palacio” que manifiesta la naturaleza sagrada del poder³⁴.

7. El comercio y la artesanía en el espacio urbano.

Los espacios del mercado, por ser lugares de concentración de la población y de sociabilidad urbana, eran también aprovechados para dar publicidad a determinados acontecimientos. Así, las autoridades políticas y judiciales llevaban al mercado bandos y pregones, aplicaban justicia en su proximidad o colocaban cerca picotas y horcas³⁵. Pero el gran problema de los lugares de mercado era la falta de espacio para almacenar productos, en particular si se trataba de mercancías voluminosas y pesadas. Esa necesidad llevaba en ocasiones a utilizar los cementerios y otros recintos próximos, como ocurrió en el caso de las iglesias de San Salvador y a *Omnium Sanctorum* de Sevilla, o bien a diferenciar los espacios por el tipo de mercancías. Ese fue el caso de Segovia que se servía de un lugar intramuros conocido como *Azogue mayor*, en la collación de San Miguel, dedicado a las mercancías ligeras, y otro extramuros, conocido como el *Azoguejo*, situado al pie del acueducto para los productos voluminosos y pesados³⁶. La necesidad de otros medios de infraestructura como los poyos de exposición de mercancías y el agua para el mantenimiento y limpieza, también se ofrecían a los mercaderes.

En un somero repaso de la localización de algunos mercados de ciudades castellanas, diríamos que León ofrece el primer ejemplo de mercado documentado ya que se data a partir del año 997 que sabemos se celebraba en una explanada extramuros, al sur de la ciudad, junto a la parroquia de San Salvador de Palaz del Rey. En el siglo XI se trasladó a San Martín, extramuros que pasó entonces a ser el *azogue* diario, y formaba parte del barrio de los francos. El importante desarrollo

³³ GUTIERREZ BAÑOS, Fernando – “Los palacios de la Magdalena...”, p. 75.

³⁴ MALPICA COELLO, Antonio – “La Alhambra y Granada: de fortaleza a ciudad palatina”. In BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques (Eds.) – *Les palais dans la ville. Espaces urbains et lieux de la puissance publique dans la Méditerranée médiévale*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004, pp. 285-312.

³⁵ ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo*. Segovia: Exma. Dip. Prov. Segovia y otros, 1986, pp. 247-248.

³⁶ ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, pp. 219-220.

de este barrio transformó a la ciudad que había sido catedralicia, monacal y regia en una ciudad comercial en el Camino de Santiago³⁷.

En Burgos, enclave fortificado en el camino de Santiago, se contó con mercado desde el siglo XII. Conocido como *llana* o mercado de cereales, detrás de la Catedral, donde pronto se instaló la venta de paños y lana y en el siglo XVI el Consulado. Otro recinto de mercado se situaba en la puerta Sacramental o de los Apóstoles destinado a la venta de carne y de pescado³⁸. Desde fines del siglo XV la ciudad se abastecía gracias a un mercado cotidiano al que se sumaba otro de periodicidad semanal, que se celebraba los sábados y desde 1521 otro los martes, y una feria de quince días celebrada con privilegio de 1339, a partir de San Juan de junio³⁹.

Ávila dispuso de dos plazas, una pequeña, intramuros, junto a la iglesia de San Juan y una grande extramuros, junto a la puerta del alcázar. En Toledo, con una infraestructura heredada de la ciudad musulmana se contaba con Zocodover que había sido un mercado de ganado musulmán y los barrios comerciales y artesanales se extendían entre Zocodover y la antigua mezquita mayor. Muchas de las tiendas eran propiedad del rey, como en época musulmana. Mesones y corrales servían lo mismo que los *funduq* andalusíes. En la Plaza Mayor se localizaba el mercado de víveres. En el lugar del claustro se encontraba el *Alcaná* o mercado de las especias y la alcaicería estaba en las calles del Comercio y Tornerías⁴⁰.

En Madrid, la puerta de Guadalajara abría la villa hacia el camino de Alcalá y era la arteria principal y el corazón económico del municipio, que rivalizaba con la plaza de San Salvador, en el interior de la muralla. Esta plaza era también el centro político y administrativo de Madrid ya que el concejo se reunía en la iglesia del mismo nombre⁴¹. Pero el abastecimiento de algunos productos se hacía desde las casas de los vendedores, a tenor de lo que estaba permitido, sobre todo si se trataba de piezas de caza o pan que se solían vender en los hornos. Otros productos como el pescado también se vendían por las casas y era libre la venta del vino. Se puso bastante atención en la localización de los mataderos que, situados a fines

³⁷ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Economía mercantil y espacio urbano: ciudades de la Corona de Castilla en los siglos XII a XV”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid, Tomo CXCI, Cuaderno II, (Mayo-Agosto 1994), pp. 235-293, p. 242.

³⁸ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Economía mercantil y espacio urbano...”, pp. 249-251.

³⁹ ESTEPA, Carlos; RUIZ, Teófilo; BONACHIA, Juan Antonio y CASADO, Hilario – *Burgos en la Edad Media*. Burgos: Junta de Castilla y León, 1984, pp. 313-315.

⁴⁰ IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “La actividad comercial en Toledo a fines de la Edad Media (1450-1475)”. *Tolède et l'expansion urbaine en Espagne (1450-1650)*. Madrid: Casa de Velázquez, 1991, pp. 137-157.

⁴¹ PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – *El mercado de Madrid en la Baja Edad Media. Estructuras y sistemas de abastecimiento de un concejo medieval castellano (S. XV)*. Madrid: Caja de Madrid, 1992, p. 197.

del siglo XV en “el Avapiés”, fueron trasladados de allí hasta las proximidades de la ermita de San Millán, en el camino hacia Toledo⁴².

Desde finales del siglo XV y a comienzos del XVI, se observa una preocupación creciente de las autoridades concejiles por las condiciones del mercado y así trasladaban las actividades más insalubres o que provocaban malos olores, tales como mataderos o pescaderías, a zonas extramuros o lugares apartados. Otro asunto de competencia municipal fueron las cuestiones de limpieza y salubridad para lo cual procuraron alejar las actividades consideradas como molestas y que pudiesen contaminar los cursos de agua⁴³. También la seguridad y la vigilancia del mercado fueron de su cometido, lo mismo que la instalación y el acondicionamiento de mercaderes, bestias y mercancías, durante los períodos de ferias. En suma, todo un cúmulo de atribuciones sobre el desarrollo de la actividad mercantil que conllevaban facultades de poder para utilizar el espacio urbano, no siempre bien ejercidas y que acababan en ocasiones en delitos de cohecho. Las disposiciones que en Segovia prohibían a los regidores tener allegados entre los carniceros, pescaderos, regatones, taberneros y panaderos muestran con elocuencia este peligro. En cuanto a la vigilancia del mercado, no sólo se trataba de mantener el orden público sino de controlar pesos y medidas, para lo cual la ciudad se obligaba a instalar pesos públicos y ofrecer a los tratantes y mercaderes varas, pesas y otros recipientes de capacidad, acordes con las medidas en uso, y por ello percibir unos ingresos, que se incorporaban a las rentas de propios del concejo. No olvidemos que el uso del peso público de la ciudad era obligado en todas las transacciones y para ello se localizaba en el lugar del mercado.

8. Asuntos prioritarios de la política urbana. Los elementos comunes.

La atención a las necesidades comunes se tradujo en ocasiones de colaboración entre los grupos y vecinos que formaban la sociedad urbana⁴⁴. Esas circunstancias de defensa, avituallamiento, abastecimiento de agua o mantenimiento de condiciones de higiene y salubridad concitaban el interés de todos los vecinos y les obligaban a pensar en clave colectiva, más allá del grupo familiar, la asociación profesional o la estructura oligárquica de poder. Se podría afirmar que la atención

⁴² PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – *El mercado de Madrid en la Baja Edad Media...*, p. 58 y ss. y 194 y ss.

⁴³ En 1494 el concejo de Segovia dispuso que se trasladasen las pescaderías desde la Plaza de San Miguel hasta la plazuela de Barrionuevo, un lugar cercano a la muralla, en el que los malos olores no causarían tanto trastorno: ASENJO GONZÁLEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 223.

⁴⁴ BLICKLE, Peter – “El principio del “bien común” como norma para la actividad política. (La aportación de campesinos y burgueses al desarrollo del Estado Moderno temprano en Europa Central)”. *Edad Media. Revista de Historia*. Valladolid. Nº 1, (1998), pp. 29-46.

de esas necesidades fueron creando la ciudad en su dimensión nueva y abierta, y esa responsabilidad colectiva contribuyó notablemente al desarrollo de lo urbano favoreciendo el despliegue institucional de un marco político y judicial representado por el *concilium*. De ese modo, se fue gestando la ciudad en su dimensión social y política, abordando otras responsabilidades comunes.

8.1. La muralla.

Es evidente que la primera función de la muralla era la de proteger a los habitantes de la ciudad de aquello que representase un peligro y por ello dejaba fuera del recinto urbano a los enemigos y a las amenazas que pudieran romper la seguridad y el equilibrio interior. De ese modo, la imagen de la ciudad se percibía como refugio por parte de las poblaciones de los alrededores. Aparentemente la muralla impedía el paso de la violencia al interior pero sabemos que no resolvía la existencia de una conflictividad interna que se manifestaba en enfrentamientos y luchas. Atendiendo a esos criterios de defensa del recinto urbano, se había construido la muralla de Segovia, con sus 3.500 metros de longitud, resultado de una gran obra, que buscó aprovechar los accidentes del terreno para mejorar su carácter defensivo pero que no abarcaba todos los asentamientos urbanos que la rebosaban y se extendían desde la repoblación en 1088 por las zonas bajas y al pie del acueducto⁴⁵. La muralla buscaba una adaptación al relieve que tenía la ventaja de conseguir un buen aislamiento sin necesidad de construir gruesos muros, ni doble línea de fortificación. En casi todos los casos el proceso de edificación fue lento, debido a la monumentalidad de la obra y al alto coste que ello suponía para el concejo. Además había que asegurar el mantenimiento y reparación de las murallas, y de las otras fortificaciones urbanas, en las que colaboraban los vecinos, ya fuera directamente, con la realización de velas o guardias, o con las contribuciones periódicas que se recaudaban para tal propósito.

Convine recordar que la muralla representaba el primer elemento de interés común de la colectividad urbana. Desempeñaba así un papel fundamental a la hora de distinguir entre los espacios públicos y privados. De hecho, las murallas por el elevado coste de su construcción y conservación y por la naturaleza colectiva de sus funciones, han sido siempre un componente público de la estructura y del espacio urbano. En este punto sería interesante precisar el alcance de los episodios de apropiación de las murallas realizadas por poderes laicos o eclesiásticos, ciertas agrupaciones sociales o grupos de ciudadanos. Esa seguridad comunal

⁴⁵ La muralla se componía de paños y torres, con fortificación especial en las puertas de San Juan y de San Martín: ASENJO GONZALEZ, María – Segovia. *La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 65 y ss.

que recordaban las Partidas de Alfonso X al asegurar que unos buenos muros no sólo daban mayor realce a las ciudades y villas sino que además ofrecían “*gran seguridad et grant amparamiento de todos comunalmente para en todo tiempo*” (Partida II, título 11, ley II)⁴⁶.

Resulta innegable el contenido simbólico que tiene la muralla, ya que para muchas ciudades es el primer monumento urbano que representa el inicio de un pasado de la ciudad. Por lo tanto, aunque en origen la muralla responde a una razón defensiva que beneficia a los pobladores de la ciudad, su condición de elemento común que exigía mantenimientos y mejoras la transformó en referente de lo público y favoreció la aparición del sentimiento de pertenencia a la comunidad.

Las nuevas construcciones de murallas se asocian al crecimiento demográfico que se produjo en Castilla a partir del siglo XIII. Las reparaciones y labores de mantenimiento en las viejas cercas o hacer nuevos recintos que engloben los nuevos barrios, como se dice que hizo Valladolid a comienzos del siglo XIV. Salamanca se dota de una muralla mayor a mediados del siglo XIII para proteger el Burgo nuevo. Burgos y Palencia también reharían sus murallas.. Esa responsabilidad urbana de compromiso defensivo se manifestaba incluso en la circunstancia de comprobar que los tenentes de las fortalezas y alcázares eran nombrados por los concejos hasta bien entrado el siglo, en que fueron nombrados por la monarquía en algunas ciudades de realengo⁴⁷.

Las construcciones en la proximidad de la muralla o la instalación de vertederos o muladares ponían en peligro su eficacia y preservación. De hecho el mantenimiento de una cerca exigía muchos cuidados y ya las Partidas entraban en esa consideración, prohibiendo la construcción de casas en la proximidad de los muros “*Desembargadas et libres deben seer las carreras que son cerca de los muros de la villa et de las cibdades.... de manera que non debe hi facer casa nin edificio que las embargue nin se arrime a ello*”, obligando a dejar quince pies entre

⁴⁶ Asunto que se considera de gran interés para el análisis de la capacidad política y social de los habitantes urbanos y tema de reflexión en las ciencias sociales y políticas contemporáneas. Además la imaginaria urbana se manifiesta así en símbolos que se relacionan con la conciencia colectiva urbana y el diseño de la muralla se presta a tales propósitos, hasta el punto de convertirse en una especie de “logo” de la ciudad. Ello resulta de que la imagen de las murallas está más cargada de simbolismo por cuanto no se limita a ser una pared o un cubo sino que se presenta como una integración de lugares que también destacan o acrecientan su carácter de símbolo. La puerta, las torres que acrecientan la verticalidad y en la lejanía y proyecta hacia el exterior una especie de dominación mediante la vista. Además, afirman el orgullo de la ciudad y el impulso hacia el cielo refleja una intención de aproximación a Dios, en una sociedad dominada por la religiosidad cristiana. Las ciudades eran conscientes de ese efecto al elegir ese “logo” de la muralla para proyectarlo en sus sellos y representaciones de la ciudad. Ver: VALDEON BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval”. In DE SETA, Cesare; LE GOFF, Jacques (Eds.) – *La Ciudad y las murallas*. Madrid: Cátedra, 1991, pp. 67-87.

⁴⁷ CASTRILLO LLAMAS, M. Concepción – “Fortificaciones, elementos defensivos y organización militar en los fueros castellanos y leoneses de la Edad Media”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. Vol. 25, N° 1, (1995), pp. 39-66.

la nueva obra y la muralla. Puesto que, que de esa forma podrían “*los homes acorrer et guardar los muros de la villa en tiempo de guerra*”. El recinto se cuidaba y se protegía. No sabemos cuál era el estado de construcción a fines del siglo XV, aunque es probable que siempre necesitara alguna reparación, que por lo general resultaban demasiado costosas. Hay una cédula del príncipe don Enrique, de 1451, en la cual se hace prohibición expresa de que saquen piedras de la muralla o de su alrededor, gravando la acción con multa o cárcel⁴⁸, porque alteraban el buen estado de la muralla. El cerco de la muralla, junto con la fortaleza del Alcázar, resultaba ser una buena combinación defensiva, que dificultaba notablemente la ocupación militar de la ciudad desde cualquier ángulo.

El desarrollo de las nuevas armas de artillería y las tácticas de lucha iniciadas al final del siglo XV dieron un giro importante al predominio de la muralla como construcción defensiva, ya que se habían hecho demasiado vulnerables. En el curso del siglo XVI se fue abandonando poco a poco su mantenimiento y preservación como elemento constructivo diferenciado y pasó a formar parte del tejido urbano propiamente dicho⁴⁹. Pero al cesar las labores de mantenimiento el deterioro de la muralla la convertía en un peligro, tal y como refieren en Segovia, donde la gravedad de su estado se expresa en la petición: *los muros e puertas es tan por algunas partes muy mal reparados e comenzados a caer*⁵⁰.

La villa de Valladolid creció en el siglo XIII y a fines del mismo contaba ya con 13 iglesias y se dotaba de una cerca que comprendía unas 150 Has., incluyendo en ella un nuevo mercado, extramuros de la primitiva muralla. La construcción de la muralla fue una de las obras más tardías de la región y se documenta como límite del crecimiento urbano, a finales del siglo XIII. De su trazado se deduce que recoge los antecedentes urbanos que pretende englobar, ya que su forma es irregular y se adapta a la morfología previa por lo que sigue un trazado de perímetro curvilíneo, propio de las zonas de emplazamiento llano.

Las características de la cerca eran tres: en primer lugar, tuvo que dejar espacios interiores, algunas zonas de huerta que pronto se utilizaran como asentamiento de las aljamas: mudejar, al sur de San Francisco y judía, al norte, junto a San Nicolás⁵¹.

⁴⁸ Archivo Municipal de Segovia (en adelante A.M.Seg.), Leg. 31, n.º 1.

⁴⁹ De nuevo encontramos interés por parte del concejo acerca del uso de la muralla en el año 1515. En esta fecha se solicita licencia para repartir un total de 2.000 ducados de oro y con ello reparar los muros. Simplemente la cuantía de esta cifra nos hace suponer el lastimoso estado en que debía de encontrarse el cerco amurallado de la ciudad. A.G.S./R.G.S., Valladolid, 18 de enero 1515.

⁵⁰ ASENJO GONZALEZ, María – Segovia. *La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 65.

⁵¹ A pesar de que algunos autores como BENITO MARTÍN, Félix – *La formación de la ciudad medieval*. Valladolid: Univ. de Valladolid, 2000. Se manifiestan de la opinión favorable a que la cerca se ajustó casi al perímetro habitado, lo cierto es que el crecimiento de la ciudad en los siglos XIV y XV no precisó de una nueva muralla, por lo que cabe pensar que en ese período se colmataría paulatinamente los espacios libres del interior, tal y como sugiere ALTES, José – *La plaza mayor de Valladolid*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 35.

En segundo lugar, la irregularidad del trazado que se adaptaba a las anteriores construcciones, conventos y a los cursos fluviales, configurando en algunas zonas nuevas áreas, como ocurre entre las puertas de Teresa Gil y San Esteban, donde se detecta un ronda interior paralela al perímetro de la cerca, (actual calle de la Mantería). La tercera característica es que la muralla no incluye algunos edificios y emplazamientos como la collación de San Pedro, al nordeste, o los conventos de Santa Clara, las Huelgas y el Temple. En total una cerca que abarca más de 120 hectáreas, lo que la convierte en la mas grande de la región⁵².

8.2. El abastecimiento de agua y su distribución.

El abastecimiento de agua se convirtió en otra preocupación para los gobiernos urbanos. La construcción de fuentes públicas se fue generalizando en la mayoría de las ciudades y su mantenimiento era garantía de salud para los vecinos. Pero los usos sociales del agua en la sociedad cristiana dieron lugar a la construcción de lavaderos, baños públicos y pilones en los que bebía el ganado de tracción que atravesaba la ciudad. Las formas de conducción de agua se convierten así en otra necesidad que concitó la colaboración conjunta y que ayudaría al surgimiento del nuevo espíritu colectivo que potenciaba nuevas formas de sociabilidad urbanas⁵³.

La construcción, el mantenimiento y la mejora de las conducciones de agua pasaron a ser una necesidad de primer orden para las villas y ciudades, ya que, aunque tuviesen ríos que las cercasen y atravesasen, sabemos que éstos les proporcionan agua para uso industrial y limpieza, pero también se necesitaba la provisión de agua de las fuentes para el consumo humano⁵⁴. La construcción de pozos era la solución más fácil, allí donde la proximidad al suelo de la capa freática lo permitía, pero pronto se comprobó que estas aguas podían ir contaminadas y ser origen de enfermedades para la población. La forma más segura de abastecimiento era la conducción de agua de manantial o de pequeños ríos hasta el punto de consumo, aislando el líquido elemento de posibles contaminaciones en su recorrido. Todo ello requería un presupuesto económico elevado y también un desarrollo técnico suficiente que permitiese asegurar el abastecimiento de agua

⁵² ALTES, José – *La plaza mayor de Valladolid...*, p. 168.

⁵³ LEGUAY, Jean Pierre – *L'eau dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

⁵⁴ LAVEDAN, P. y HUGUENEY, J. – *L'Urbanisme au moyen âge...*, pp. 140-141. VAL VALDIVIESO, Isabel – *Agua y poder en la Castilla bajomedieval: el papel del agua en el ejercicio del poder concejil a fines de la Eda Media*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo, 2003; VAL VALDIVIESO, Isabel – *Usos sociales del agua en las ciudades hispánicas a fines de la Edad Media*. Valladolid: Universidad, Servicio de Publicaciones, 2002; VAL VALDIVIESO, Isabel – *El agua en las ciudades castellanas durante la Edad Media: fuentes para su estudio*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998 y SEGURA GRAIÑO, Cristina (Ed.) – *Agua y sistemas hidráulicos en la Edad Media hispana*. Madrid: Al-Mudayna, 2003.

a la villa. Un asunto en el que se involucraron los concejos de un modo especial a finales del siglo XV, tal y como prueba la documentación, si bien las primeras canalizaciones de agua para abastecimiento en las ciudades y villas pudieron ser obra de poderes eclesiásticos o nobiliarios. Eso ocurrió en Valladolid, donde la obra fue realizada por el Monasterio de San Benito y su abad Juan García que entre 1441-1443 logró que llegase, por medio de canalizaciones, el agua procedente de las huertas de los Argales⁵⁵. Parece que hasta 1492 la villa de Valladolid no decidió abordar un proyecto para hacer una fuente en la Plaza Mayor, trayendo el agua desde la huerta de las Marinas⁵⁶.

En el caso de Segovia, la población que habitaba la ciudad amurallada dependía del abastecimiento del acueducto que la transportaba a través de sus 259 arcos. En el siglo XV la ciudad extramuros que era recorrida por el curso de los ríos Eresma y Clamores también tomaba el agua de lo que traía la *punte seca*, ya que así se denominaba a esta extraordinaria construcción romana de ingeniería⁵⁷. Lo cual era señal de que la población de los arrabales había dejado de utilizar directamente el agua de los ríos. El mantenimiento de la infraestructura de conducción hidráulica dependía del concejo y este atendía las reparaciones necesarias sufragando las obras. El coste de las mismas recaía en la población pechera de la ciudad y de la tierra que contribuía por medio de repartimientos⁵⁸. Pero las construcciones y mejoras en las fuentes públicas recaían en los vecinos de las collaciones respectivas.

La red de conducciones hidráulicas cubría toda la ciudad y repartía el agua por medio de fuentes que se localizaban en el emplazamiento de las collaciones y, a fines del siglo XV, se encontraba muy difundido el uso particular del abastecimiento de agua. La obtención de una entrada de agua para viviendas particulares dependía de la concesión del concejo. Un disfrute particular que obtenían regidores y caballeros⁵⁹. Las redes clientelares y de afinidad permitían a otros vecinos acceder al agua de los pozos particulares y ello aumentaba la demanda de agua en los mismos, tal y como denuncian los vecinos que se veían

⁵⁵ Obtiene para ello licencia de Juan II. Ver: VAL VALDIVIESO, Isabel – “Agua y organización social...”, pp. 13-41, p. 38.

⁵⁶ A.G.S./R.G.S., Aranda de Duero 29 julio 1492, fº 6. Licencia a la villa de Valladolid para imponer sisa por valor de 600.000 mrs. pagadera en dos años, con los cuales puedan traer una fuente de agua a la plaza y empedrar algunas calles.

⁵⁷ ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 67.

⁵⁸ ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 67, nota 49.

⁵⁹ En 1510 se da cuenta de que en la ciudad había más de 25 o 26 pozos en casas de hombres principales, ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 73, nota 68. Cabe suponer que el llenado de los pozos se hacía a partir de la misma arqueta por donde salía el agua para las fuentes públicas, respetando turnos de llegada de los pozos, y sólo el caño público dispondría de agua corriente continuamente.

perjudicados porque disminuía la cantidad que llegaba a las fuentes vecinales⁶⁰. En 1495, un ordenamiento trataba de reorganizar la distribución del agua y sentar las responsabilidades de usuarios y vecinos. Por medio de ese ordenamiento se reconocían derechos particulares para el uso del agua pública, que a partir de entonces quedaban legalmente reconocidos⁶¹.

8.3. La pavimentación. La conducción de aguas residuales.

El mantenimiento y la limpieza de las calles era otra responsabilidad colectiva ya que habitualmente estaban llenas de suciedad, excrementos y desperdicios, que a veces eran foco de enfermedades y contagios. Era frecuente que cerdos y gallinas anduviesen por las calles de las ciudades medievales. El mantenimiento de las condiciones de transitabilidad en las calles exigía realizar tareas de pavimentación, que ocuparon la atención del concejo durante este período de un modo muy especial. No obstante, la iniciativa de los vecinos era el motor de esa renovación del pavimento o de su instalación primera ya que el concejo, en la mayor parte de las calles, se limitaba a dar licencia para la obra y aceptar la solicitud de los vecinos que correrían con los gastos de construcción y de mantenimiento durante los primeros años. Las necesidades de pavimentación y mantenimiento aumentaron de un modo notable a fines del siglo XV, hasta el punto de que el mantenimiento de calles y plazas ocupó buena parte de la atención y los recursos económicos del concejo, a finales del siglo XV.

Se llevaron a cabo obras de pavimentación que procedieron a la canalización de aguas residuales y se dieron algunas normas y medidas de higiene que afectaron a los cerdos que normalmente deambulaban por las ciudades, y a ciertas industrias insalubres: pieles y curtidos en general⁶². La preocupación por crear conducciones en las aceras que canalicen las aguas residuales contribuía a mejorar las condiciones de las calles, su limpieza y el mejor aspecto de las mismas. No se conserva mención de alcantarillado subterráneo en las ciudades castellanas.

El “adobamiento” o empedrado de las calles fue la preocupación más generalizada en las ciudades y villas del reino a fines del siglo XV. Al considerarse asunto municipal, el concejo se encargaba de financiar la operación y para ello en

⁶⁰ Argumentaban en su queja que el aumento de la necesidad de agua en los pozos particulares se justifica en que otras personas que no son los propietarios se aprovechan y abastecen de ellos. ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 74.

⁶¹ ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, pp. 74-75, nota 81.

⁶² LEGUAY, Jean Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Age: ‘Immondicites, fiens et bouillons’ accumulés sur les chaussées des villes du royaume de France et des grands fiefs au XV^e siècle”. *Le Beau et le laid au Moyen Age (Senefiance, 43)*. Aix-en-Provence: Centre Universitaire d’Etudes et de Recherches Médiévales d’Aix, 2000, pp. 299-317.

Segovia se acuerda imponer un impuesto indirecto al consumo de algunos alimentos que se comercializan en la ciudad. En el caso de Valladolid, la iniciativa partiría de los propios vecinos que se ocupaban de costear las tareas de empedrado, ya fuesen de condición nobiliaria eclesiásticos o bien mercaderes y comerciantes. Cuando eran los vecinos los que demandaban la obra de pavimentación, la villa aportaba un tercio y ellos los dos restantes⁶³. En cualquier caso, ya fuese de la comunidad de una calle o de un particular, la obra nueva de empedrado debía de mantener el drenaje de aguas y no perjudicar a la plataforma existente porque en ese caso también debía de imputarse el coste de la operación a quien había encargado la obra⁶⁴.

La atención a las tareas de empedrado y adecuación de las vías de tránsito era otro asunto fundamental que afectaba a la comunidad urbana, requería de su aportación y también implicaba en mayor o menor medida a los vecinos de la tierra que seguían siendo parte de esa comunidad.

8.4. La limpieza y el mantenimiento.

La limpieza de las calles era una preocupación de interés creciente, habida cuenta el temor que se tenía en la época a sufrir pestes y enfermedades que, por lo general, se asociaban a suciedad, aguas retenidas y a los malos olores⁶⁵. Las medidas adoptadas cuidaban de no acumular suciedad en las calles y de derivar hacia otros lugares las actividades artesanas que originaran desechos, desperdicios, malos olores y otras incomodidades. Esos oficios generalmente se sacaban fuera de la villa o se llevaban a emplazamientos apartados, dentro de la misma. En Valladolid, algunas actividades consideradas como sucias y malolientes, tales como las tenerías dedicadas al curtido de las pieles, fueron incluso evacuados de la orilla del río Pisuerga porque molestaban a los monjes del Monasterio de Santa María de Prado⁶⁶. En ese caso, la razón esgrimida era la contaminación que producía las aguas sucias vertidas en el

⁶³ PINO REBOLLEDO, F. – *Libro de actas del ayuntamiento de Valladolid. Año 1498*. Valladolid: Ayuntamiento, 1992, 11-V-1498, fº 234: Sobre el enlosado de la calle del Asentar se hace acuerdo con los dos canteros y los vecinos pagan dos tercios de la obra que suponen 5.270 mrs.

⁶⁴ PINO REBOLLEDO, F. – *Libro de actas del ayuntamiento de Valladolid...*, 18-V-1498, fº 251: Se dispone que Antón de Palacios empedrador adobe a su cuenta la calle de Pedro Berruero y la deje tal y como estaba antes del empedramiento de guijarro al comienzo de dicha calle, delante de las casas de Juan Rodríguez de Baeza, para que el agua vaya a donde solía ir antes de que “*estragase la calle*”.

⁶⁵ GARCÍA BALLESTER, Luis – *Historia social de la medicina en la España de los siglos XIII al XVI. I: La minoría musulmana y morisca*. Madrid: Akal, 1976; CABRERA SÁNCHEZ, Margarita – “Médicos, cirujanos y curanderos en Córdoba durante la segunda mitad del siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. Vol. 26, Nº 1, (1996), pp. 329-364; CABRERA SÁNCHEZ, Margarita – *La medicina en Córdoba durante el Siglo XV*. Córdoba: Diputación de Córdoba, 2002.

⁶⁶ A.G.S./R.G.S., Valladolid 18 septiembre 1492, fº 198. Comisión al licenciado Pero Ruiz de Villena y a otros oidores de la Chacillería de Valladolid para que se investiguen los perjuicios que se ocasionan la Monasterio de Santa María de Prado por estar situadas las tenerías y carnicerías “cerca del río desta villa, cabe las aceñas que disen de Villotilla que diz que es enfrente del dicho monasterio”.

río de las se que abastecía el dicho monasterio⁶⁷. La limitación a que los animales, y en particular los cerdos, anduviesen sueltos también se recoge en una ordenanza de 1492⁶⁸, y en Valladolid la prohibición de tener cerdos fue muy estricta, ya que no se podían criar en el recinto de la villa y sólo para la matanza y preparación de su carne se podían introducir en la villa, nunca por un tiempo superior a tres días. Ni siquiera a los carniceros que vendían su carne podían tenerlos más de un día.

La limpieza era competencia del concejo que disponía generalmente de carros “chirrones” que sacaban la basura de la ciudad⁶⁹. Las prohibiciones para no arrojar basura en determinados lugares se documentan en las actas municipales, que imponen criterios de bien común a la desidia de algunos comportamientos individuales y colectivos.

Parece que la experiencia de convivencia y mantenimiento del espacio común que era la ciudad potenció el impacto de los elementos comunes y compartidos en el desarrollo de la ciudad. Esos elementos comunes se ampliaron y alcanzaron un protagonismo mayor en las descripciones de los arquitectos y urbanistas italianos que planificaron la ciudad ideal, tal y como tendremos oportunidad de comprobar.

9. Cambios y redefinición de los espacios urbanos.

El ejercicio del gobierno y la gestión urbana conllevaría la transformación del modelo administrativo urbano, en un período en el que ya habían perdido razón de ser las collaciones urbanas. Esa circunstancia determinó que la ciudad siguiera fija en su planteamiento de demarcaciones que facilitaban la gestión y el gobierno de la misma, al tiempo que variaban las residencias de los vecinos y se perfilaban los usos específicos que se hacían del espacio urbano. Ya en el siglo XV, las ciudades se articulaban en cuadrillas que reunían a varias collaciones y que facilitaban la tarea de recaudación, gobierno y gestión. Su número variaba desde las cuatro que tenía Segovia a las doce de Soria, con una población y un recinto menor, o las catorce de Valladolid.

⁶⁷ A.G.S./R.G.S., Barcelona 4 enero 1493, f° 84. Demanda del Monasterio de Santa Mª del Prado sobre el perjuicio que le causan las tenerías puestas junto al río Pisuerga, que no pueden coger agua “sino dañada o tal que puede traer muchas enfermedades”. Solicita que busquen otro lugar o que se les compense por el perjuicio.

⁶⁸ A.G.S./R.G.S., Aranda de Duero 29 julio 1492, f° 94. Carta-ordenanza para que el concejo de Valladolid prohíba a las personas particulares tener cerdos libremente por las calles y reglamentando lo que deberían hacer los carniceros con los que se sacrificaban para el consumo así como con los que se mataban para el sostenimiento familiar. Se ordena además que el corregidor, a partir del 15 de Diciembre visitase las casas de los vecinos para ver si había puercos en ellas y aplicase las penas convenientes.

⁶⁹ ASENJO GONZALEZ, María – Segovia. *La ciudad y su tierra a fines del Medievo...*, p. 76.

Cuadrillas, collaciones y parroquias continuaron siendo formas de integración y encuadre social urbano bajomedieval que formaban el variado tapiz de encuadramiento vecinal, al tiempo que proporcionaban acogimiento y el beneficio de la ayuda mutua de los vecinos que las integraban. De forma simultánea, funcionaban las redes de clientela que tenían en ese período una gran importancia, al articular la compleja maraña de integración jerárquica. De ese modo, el modelo oligárquico impregnaba el conjunto social urbano, facilitaba su gobierno y era la garantía de paz y seguridad del “señorío colectivo”.

Pero también el uso cotidiano diríamos que transformaba la ciudad, dando lugar al surgimiento de espacios determinados para el uso colectivo. Entre ellos, se sitúan las calles de tránsito que exhiben connotaciones de neutralidad frente a esas otras demarcaciones de los distritos urbanos⁷⁰. Así, las calles llegaban a adquirir una personalidad propia, que en ocasiones se traducía en estatus de privilegio. Esa circunstancia la encontramos en la villa de Valladolid, en la cuadrilla de la Costanilla⁷¹, en donde la llamada calle de la Costanilla existía y era una de las más reconocidas y honradas de la villa, porque era la calle donde se situaban las platerías de la ciudad y sus vecinos gozaban de la exención de huéspedes, ropa y otras cosas por lo que adquirirían un estatus diferenciado respecto a las otras calles de la villa⁷². La concesión de privilegios de exención a los vecinos de una calle suponía aplicar una clave de distinción aristocrática con consecuencias en el devenir del desarrollo urbanístico de dicha villa y que además introducía un elemento distorsionante en el equilibrio de fuerzas sociales de la misma. Algo que encaja bastante bien con los cambios sociales que se estaban viviendo en Castilla, desde principios del siglo XV, tendentes a potenciar una aristocratización creciente en las sociedades urbanas⁷³. En 1489, los vecinos de dicha calle lograron que se les reconociera la exención y

⁷⁰ CHERUBINI, Giorgio – *Il lavoro, la taverna, la strada*. Nápoles: Liguori Editore, 1997.

⁷¹ Corresponde a las actuales calles de las Platerías, la de la Trapería o Bajada de la Libertad, Lencería, y la zona del Corral de la Coperá. Ver: ALVAREZ BEZOS, Sabina; CARRERAS ZALAMA, Agustín – *Valladolid en época de los Reyes Católicos según el alarde de 1503...*, p. 55.

⁷² Así lo comprobamos en el documento del A.G.S./R.G.S. 1487, Tordesillas 4 de abril, fº 46 que incluye una provisión para que, hasta tanto sea determinado por el doctor de Cuellar lo que en ello proceda, se guarde a los vecinos y moradores de la calle de la Costanilla de Valladolid el privilegio de exención de huéspedes, ropa y otras cosas de que dicen deben gozar.

⁷³ A.G.S./R.G.S., Tordesillas 30 de mayo 1487, fº 95. Receptoría a petición de los vecinos de la Costanilla de Valladolid, alegando los derechos que tienen por carta de los Reyes Católicos, confirmando otra del rey Don Juan de exención de huéspedes y de dar ropa. Sobre el proceso de aristocratización ver nuestros trabajos sobre ASENJO GONZALEZ, María – “Ciudades y poder político en la Castilla Trastámara (1400-1450)”. In FORONDA, François; GENET, Jean Philippe y NIETO SORIA, José Manuel (Eds.) – *Coups d'État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*. Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 365-401 y “La aristocratización política en Castilla y el proceso de participación urbana (1252-1520)”. In NIETO SORIA, José Manuel (ed.) – *La monarquía como conflicto en Castilla (1250-1450)*. Madrid: Sillex, 2006, pp. 133-196. REBOLLO MATIAS, Alejandro – “La Plaza y Mercado Mayor” de Valladolid, 1561-95. Valladolid: Univ. de Valladolid, Caja de Ahorros y M.P. de Salamanca, 1988.

que se restaurase el privilegio de que gozaban, tras haber sido quebrantado durante la celebración de la boda del príncipe Enrique y futuro rey con doña Blanca de Navarra⁷⁴. No obstante, el concejo reclamó a los vecinos la obligación de aportar ayuda en el caso de que los reyes o el príncipe acudiesen a la villa⁷⁵.

Pero estas formas administrativas de notificar y organizar el espacio urbano convivían con otras demarcaciones, en las que primaban las actividades económicas y sociales desarrolladas, o la convivencia que en ellas se mantenía. Esa disposición a afrontar obligaciones y retos sobre la base de unas formas de convivencia y solidaridad que reclamaban el encuadre del barrio para afrontar la solución de sus problemas nos indicaría que otras formas de definición del espacio urbano parecían convivir con las tradicionales, que habían quedado consolidadas en los modelos administrativos al uso y que eran sustituidas para algunas cuestiones bajo nuevas demarcaciones que se denominan barrios⁷⁶. En ocasiones esa afinidad se la daba al barrio el alojar a un colectivo homogéneo como eran los canónigos de la catedral⁷⁷. En cuyo caso, el barrio pasaba a ser una unidad de convivencia en la que la vecindad era un vínculo social de cohesión e integración equivalente a lo que había sido en otro tiempo la familia, y las asociaciones profesionales⁷⁸.

Se comprende que la aparición de estas nuevas formas de encuadramiento se relacione con la desarticulación de otras formas de integración vinculadas a parentesco o las de clientelismo y dependencia, ofreciendo un nuevo margen de opción a los vecinos que iba asociado a la convivencia. Aunque ciertamente esta relación social que de vecindad sería también fuente de afinidades y de conflictos⁷⁹.

Las condiciones de transformación social y económica que se asocian al crecimiento del siglo XV tuvieron consecuencias en la movilidad de la población en el recinto urbano y eso se tradujo en compraventa de inmuebles que poco a poco iría determinando una jeraquización del espacio urbano. No obstante, hay que tener en cuenta que la propiedad inmobiliaria, en muchas ciudades castellanas, era eclesiástica y que las adquisiciones de mercaderes y nobles representan una

⁷⁴ A.G.S./R.G.S., Valladolid 7 Enero de 1489, fº 6. Confirmación a los vecinos de la calle de la Costanilla de Valladolid, de un albalá de Juan II, que se inserta, así como sus posteriores confirmaciones.

⁷⁵ A.G.S./R.G.S., Jaén 10 Julio 1489, fº 245. Emplazamiento a petición de la villa de Valladolid contra los moradores de la calle de la Costanilla por alegar éstos la exención y franqueza de aposentamiento de cargas y de sacar ropa, leña y otras cosas de sus casas, caso de que los reyes o el príncipe estuviesen en dicha villa.

⁷⁶ Así lo expresan los vecinos del barrio de la Rinconada de Valladolid, al solicitar confirmación de una iguala que se inserta, concertada entre ellos y los albarderos y cabestreros que vivían en dicho barrio. A.G.S./R.G.S.: Valladolid, 28 Septiembre 1498/ fº 1 y Valladolid 3 Noviembre 1498/ fº 1.

⁷⁷ PASSINI, Jean; MOLENAT, Jean Pierre – *Toledo a finales de la edad media. I. El Barrio de los Canónigos*. Toledo: Colegio Oficial de Arquitectos de Castilla la Mancha, Delegación Toledo, 1995.

⁷⁸ Según valoración de LÓPEZ BARAHONA, Victoria; NIETO SÁNCHEZ, José A. – *El trabajo en la encrucijada. Artesanos urbanos en la Europa de la Edad Moderna*. Madrid: Los libros de la catarata, 1996, p. 18.

⁷⁹ GAUVARD, Claude – “Violence citadine et réseaux de solidarité: l'exemple français aux XIV^{ème} et XV^{ème} siècles”. *Annales ESC*. París, Año 48, N° 5, (1993), pp. 1113-1126.

proporción pequeña⁸⁰. La vía del arrendamiento se ofrecía como alternativa de ocupación de una vivienda, utilizando preferentemente contratos vitalicios y enfiteúticos desde mediados del siglo XV⁸¹.

10. Elaboraciones conceptuales sobre el espacio urbano: la ciudad ideal.

La recuperación de la ciudad, como marco ideal de discusión teórica sobre las formas de vida colectiva, ha tenido lugar en diferentes épocas y por filósofos, políticos y moralistas⁸². En el ámbito peninsular son conocidas las obras de reflexión política de Fransec de Eiximenis en el marco de la Corona de Aragón y de Rodrigo de Arévalo en la de Castilla, pero carecemos de elaboraciones urbanísticas que incluyan referencias al espacio y sugieran modelos de ciudad. Esas aportaciones se encuentran en Italia septentrional, donde el renacimiento la planificación y la edificación tendrán un sentido diferente⁸³. Recordemos que la secularización de la vida en Italia y la influencia clásica darían, en los siglos XIV y XV, resultados notables, al tiempo que se reinterpretaban los dogmas estéticos de la antigüedad. Las ciudades medievales como Florencia y Roma se adaptaron al nuevo gusto. Aquí aparecerían artistas que como Antonio Arvelino (llamado Filareto), que eran arquitectos y autores de diferentes escritos sobre asuntos de urbanismo⁸⁴. *De Re Aedificatoria* es la obra de Filareto, en la que aporta sus teorías para una planificación urbana. Este florentino que vivió entre 1400 y 1469 era un humanista que junto a Alberti y Vitrubio fueron considerados como los padres del floreciente urbanismo del renacimiento. Pero, Alberti nunca trató de elaborar un plano de la ciudad ideal completa, sino que buscó la adaptación de lo ya existente

⁸⁰ En Burgos el cabildo era un gran propietario de inmuebles rurales y urbanos. De estos bienes se calcula que podría controlar hasta las dos terceras partes. Ver: CASADO ALONSO, Hilario – *Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1987 y VALDEON, J., ESTEPA, C., RUIZ, T., BONACHIA, J.A.; CASADO, H. – *Burgos en la Edad Media...*, p. 466; SANTAMARIA LANCHO, M. – “El cabildo catedralicio...” pp. 47-78.

⁸¹ CASADO ALONSO, Hilario – “Crecimiento urbano y mercado inmobiliario en Burgos en el siglo XV”. *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo. Siglos XIV y XV. XXXIII Semana de Estudios Medievales de Estella, 17-21 julio 2007*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007, pp. 631-690.

⁸² BROGLIOLO, Gian Pietro – “Ideas of the town in Italy during the transition from Antiquity to the Middle Ages”. In BROGLIOLO, Gian Pietro; WARD-PERKINS, Bryan (eds.) – *The Idea and Ideal of the Town between Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Bryan: Leiden, Brill, 1999, pp. 99-126.

⁸³ CERVERA VERA, Luis – *Francisco de Eiximenis y su sociedad urbana ideal*. Madrid: Swan, 1989 y FUERTES HERREROS, José Luis. – “Filosofía de la historia y utopía en el XV: una aproximación al *Speculum vitae humanae* (1468) de Rodrigo Sánchez de Arévalo”. In SOTO RÁBANOS, José M. (Ed.) – *Pensamiento medieval hispano: Homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Vol. 2. Madrid: C.S.I.C., 1998, pp. 1317-1346.

⁸⁴ EATON, Ruth – *Ideal cities. Utopianism and the (Un) Built Environment*. New York: Thames and Hudson, 1972. ROSENAU, Hellen – *A cidade ideal. Evolução Arquitectónica na Europa*. Lisboa: Presença, 1988, pp. 60-64.

a los nuevos gustos. La primera ciudad del renacimiento planeada integralmente fue descrita e ilustrada por Filareto. Su tratado sobre arquitectura desarrollaba una ciudad imaginaria, llamada *Sforcinda*, en honor de Francesco Sforza a quien está dedicada la obra⁸⁵.

Para los humanistas la ciudad se concibe a la manera de un círculo fortificado, como señalara Vitruvio, que debía encerrar dos cuadrados en intersección, que recordaban en plano a una ciudad medieval. Pero Filareto va más allá al plantear el primer proyecto urbano y rural combinado. Se sabe que por entonces estaba escribiendo un tratado de agricultura que desgraciadamente se ha perdido. En su modelo de ciudad se proclamaba el “orgullo cívico” y se enaltecía la “dignidad humana”, que se asimilaba a conceptos casi religiosos. Aunque se habían incluido iglesias en el plano, los lugares más destacados se reservaban al palacio y a las escuelas, que se diseñaban separadas para chicos y chicas, para las prisiones y para la “casa del vicio y de la virtud”, destinada a contribuir a la perfección moral de los ciudadanos. Esta se concebía en un gran bloque de base cuadrada erigida sobre un podio y rematada con la estatua de la virtud. En su interior debía de haber salas de lectura, un burdel en la parte baja y una academia de estudio de astrología en la parte más alta. También diseñó en *Sforzinda* casas para los artesanos y una colonia para los sirvientes encargados de servir a todas las clases sociales, ampliando a esa opción el servicio de lo público.

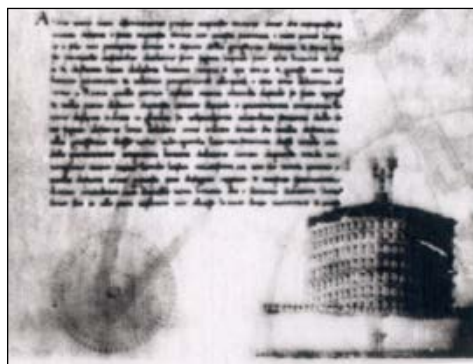


Fig. 4 – Casa del Vicio y la Virtud (A. Arvelino).

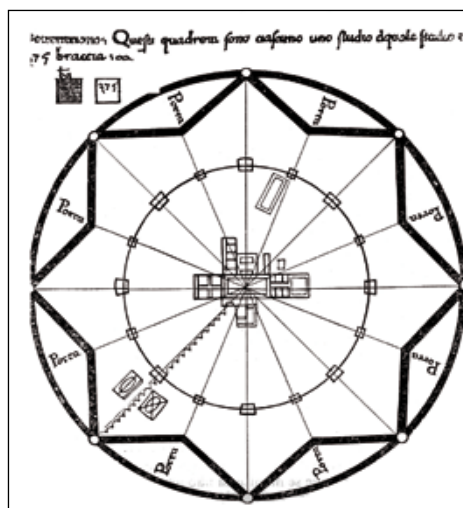


Fig. 5 – Plano de Sforzinda (A. Arvelino).

⁸⁵ BOUCHERON, Patrick – “De la ville idéale à l’utopie urbaine: Filarete et l’urbanisme à Milan au temps des Sforza”. *Les Cahiers de Fontenay*. Paris. Vol 69-70: *Idées de villes, villes idéales*, (1993), pp. 53-80.

Ahora bien, en el sexto libro de Filarete se aborda la ciudadela o plano general del centro de Sfozinda, concebido a partir de la construcción de tres plazas que serían la principal y dos adyacentes, una al norte y otra al sur. En cuanto a la primera, incluye la catedral y el palacio del príncipe y las otras se decidan a los mercaderes y al mercado. Habría edificios importantes como el palacio, la casa de la Moneda, el palacio del jefe de policía y los baños públicos. En esta organización se puede ver un germen de idealización cuyo desarrollo posterior será la planificación multifocal urbana.

Este humanista, que se equipara a Alberti y a Vitruvio, fue muy innovador al replantear el universo de la ciudad y su papel desde la perspectiva humanista del renacimiento. El urbanismo era entonces en una preocupación de los poderosos y de los gobiernos urbanos que buscarán por diversas vías mejorar el aspecto de sus ciudades. Pensar y soñar la ciudad exigía la reflexión acerca de su construcción política y social. Filarete logró combinar con acierto ideología política, urbanismo y conocimientos de la realidad social y económica hasta el punto que la solidez de su obra logró influenciar a otros urbanistas de su tiempo.

11. Conclusión.

En el curso del largo período que discurre entre el surgimiento y fundación de las ciudades castellanas y el final de la edad media el espacio urbano se habría ido modulando, a medida que sus habitantes modificaban sus formas de organización social e introducían actividades de producción e intercambio, que planteaban nuevas exigencias a los vecinos de las mismas. La ciudad de piedra ha mostrado así su lado más dinámico y mutante, en una transformación que en el curso de los siglos la hace más flexible y dúctil de lo que cabría imaginar. Ciertamente, los momentos de más fácil transformación del espacio urbano vienen marcados por las circunstancias del asentamiento o por aquellas que se relacionan con catástrofes parciales o totales, entre las que se incluyen los frecuentes incendios, las guerras, con la destrucción de muros y edificios, las riadas y los cataclismos. Pero también a un ritmo lento se suceden otras adaptaciones del espacio a la convivencia y las necesidades cambiantes de los vecinos que muchas veces no quedan explícitas en documentos pero que se perciben en el espacio por la diferente percepción que de él se tiene en distintos momentos históricos. Dentro de esas necesidades se impondrían paulatinamente las que afectaban al “bien común” de sus habitantes que iban más allá de las exigencias inmediatas y obligaban a repensar lo urbano sobre nuevas claves de desarrollo que contribuyesen a forjar lentamente el sentimiento de “comunidad”.

Desde esa perspectiva de lo colectivo, que subyace en las obras de los tratadistas, se aborda el tratamiento del espacio urbano de una comunidad cambiante, que aspira a ser mejor colectivamente. Así es como se enfoca el desarrollo teórico de los proyectos urbanos de los humanistas italianos de la segunda mitad del siglo XV. Sus apreciaciones del espacio común llegan a ser fundamentales en la concepción global de la vida, que movida por la *virtu* tendría una ambición de mejora de la moral de los ciudadanos que habitaban la ciudad. Este mensaje moralizante era ya plenamente asumible por los vecinos y moradores de la mayor parte de las ciudades de Europa. Se comprende que también las ciudades castellanas vieran en el espacio urbano la plasmación de las formas de convivencia y de las responsabilidades compartidas en común.

BIBLIOGRAFIA

Fuentes manuscritas

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Valladolid 18 de enero 1515.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Tordesillas 4 de abril 1487, fº 46

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Aranda de Duero 29 julio 1492, fº 6.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Valladolid 18 septiembre 1492, fº 198.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Aranda de Duero 29 julio 1492, fº 94.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Valladolid 7 enero de 1489, fº 6.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Valladolid 28 septiembre 1498, fº 1 y Valladolid 3 noviembre 1498/ fº 1.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Barcelona 4 enero 1493, fº 84.

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Tordesillas 30 de mayo 1487, fº 95

Archivo General de Simancas/Registro General del Sello, Jaén 10 Julio 1489, fº 245.

Archivo Municipal de Segovia, Leg. 31, n.º 1.

Fuentes publicadas

IDRISI (ca.1100-1166) – *Geografía de España*, Valencia: Anubar, 1974.

PINO REBOLLEDO, F. – *Libro de actas del ayuntamiento de Valladolid. Año 1498*. Valladolid: Ayuntamiento, 1992

Estudios

ALTES, José – *La plaza mayor de Valladolid*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

ALVAREZ BEZOS, Sabina; CARRERAS ZALAMA, Agustín – *Valladolid en época de los Reyes Católicos según el alarde de 1503*. Valladolid: Univ. de Valladolid, 1998.

ANDRES DIAZ, Rosana – “Fiestas y espectáculos en las ‘Relaciones góticas del siglo XVI’”. *En la España Medieval*. Madrid. Vol. 14, (1991), pp. 307-336.

ASENJO GONZALEZ, María – “Ciudades y poder político en la Castilla Trastámara (1400-1450)”. In FORONDA, François; GENET, Jean Philippe; NIETO SORIA, José Manuel (Eds.) – *Coups d’État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*. Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 365-401.

ASENJO GONZALEZ, María – “La aristocratización política en Castilla y el proceso de participación urbana (1252-1520)”. In NIETO SORIA, José Manuel; ALTES, J. (eds.) – *La monarquía como conflicto en Castilla (1250-1450)*. Madrid: Silex, 2006, pp. 133-196.

ASENJO GONZALEZ, María – “Nacimiento y planificación de la ciudad medieval”. In ANDREOTTI, Gonzalo Cruz; PEREZ JIMENEZ, Aurelio (Coords.) – *De la aldea al burgo: La ciudad como estructura urbana y política en el Mediterráneo*. Málaga: Univ. de Málaga, 2003, pp. 313-370.

ASENJO GONZÁLEZ, María – “Political dissent through complaints and petitions to the royal power in the towns and cities of Castile-León (13th-14th Centuries)”. In TITONE, Fabrizio (Ed.) – *Disciplined Dissent. Strategies of Non-Confrontational Protest in Europe from the Twelfth to the Early Sixteenth Century*. Roma: Viella, 2016, pp. 67-89.

- ASENJO GONZALEZ, María – “Sociedad y vida política en las ciudades de la Corona de Castilla. Reflexiones sobre un debate”. *Medievalismo*. Madrid. Año 5, Nº 5, (1995), pp. 89-125.
- ASENJO GONZALEZ, María – *Espacio y sociedad en la Soria Medieval. Siglos XIII-XV*. Soria: Exma. Diputación de Soria, 1999.
- ASENJO GONZALEZ, María – *Segovia. La ciudad y su tierra a fines del Medievo*. Segovia: Exma. Dip. Prov. Segovia y otros, 1986.
- AZCÁRATE, José M. de; YARZA LUACES, Joaquín – *Baja Edad Media. Los siglos del gótico*. Madrid: Silex, 1992.
- BARRAL RIVADULLA, Dolores – *La Coruña en los siglos XIII al XV. Historia y configuración urbana de una villa de realengo en la Galicia medieval*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1998.
- BENITO MARTÍN, Félix – *La formación de la ciudad medieval*. Valladolid: Univ. de Valladolid, 2000.
- BLICKLE, Peter – “El principio del “bien común” como norma para la actividad política. (La aportación de campesinos y burgueses al desarrollo del Estado Moderno temprano en Europa Central)”. *Edad Media. Revista de Historia*. Valladolid. Nº 1, (1998), pp. 29-46.
- BOUCHERON, Patrick – “De la ville idéale à l’utopie urbaine: Filarete et l’urbanisme à Milan au temps des Sforza”. *Les Cahiers de Fontenay*. Paris. Vol 69-70: *Idées de villes, villes idéales* (1993), pp. 53-80.
- BOUCHERON, Patrick y CHIFFOLEAU, Jacques (Eds.) – *Les palais dans la ville. Espaces urbains et lieux de la pissance publique dans la Méditerranée médiévale*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004.
- BROGIOLO, Gian Pietro – “Ideas of the town in Italy during the transition from Antiquity to the Middle Ages”. In BROGLIOLO, Gian Pietro; WARD-PERKINS, Bryan (Eds.) – *The Idea and Ideal of the Town between Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Bryan: Leiden, Brill, 1999, pp. 99-126.

- CABRERA SÁNCHEZ, Margarita – “Médicos, cirujanos y curanderos en Córdoba durante la segunda mitad del siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. Vol. 26, Nº 1, (1996), pp. 329-364.
- CABRERA SÁNCHEZ, Margarita – *La medicina en Córdoba durante el Siglo XV*. Córdoba: Diputación de Córdoba, 2002.
- CARLE, María del Carmen – *Del concejo medieval castellano-leonés*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1968.
- CARTER, H. – *An Introduction to Urban Historical Geography*. Londres: Hodder Arnold, 1983.
- CASADO ALONSO, Hilario – “Crecimiento urbano y mercado inmobiliario en Burgos en el siglo XV”. In *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo. Siglos XIV y XV. XXXIII Semana de Estudios Medievales de Estella, 17-21 julio 2007*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007, pp. 631-690.
- CASADO ALONSO, Hilario – *Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*. Valladolid: Junta de Castilla y Leon, 1987.
- CASTRILLO LLAMAS, M. Concepción – “Fortificaciones, elementos defensivos y organización militar en los fueros castellanos y leoneses de la Edad Media”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. Vol. 25, Nº 1, (1995), pp. 39-66.
- CERVERA VERA, Luis – *Francisco de Eiximenis y su sociedad urbana ideal*. Madrid: Swan, 1989.
- CHERUBINI, Giorgio – *Il lavoro, la taverna, la strada*. Nápoles: Liguori Editore, 1997.
- COLLANTES DE TERAN, Antonio. – *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y sus hombres*. Sevilla: Exmo. Ayuntamiento de Sevilla, 1977.
- CONTRERAS JIMÉNEZ, M.E. – “Las fortalezas del obispo de Segovia: Turégano y Lagunillas”. *Castillos de España: boletín de la Sociedad Española de Amigos de los castillos*, Nº 95, (1988), pp. 59-66.

- DERO QUESADA, Miguel Angel – “Toledo y Córdoba en la Baja Edad Media. Aspectos urbanísticos”. *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos en Madrid*. Madrid. Nº 30, (1998), pp. 181-220.
- EATON, Ruth – *Ideal cities. Utopianism and the (Un) Built Environment*. New York: Thames and Hudson, 1972.
- ESTEPA, Carlos; RUIZ, Teófilo; BONACHIA, Juan Antonio y CASADO, Hilario – *Burgos en la Edad Media*. Burgos: Junta de Castilla y León, 1984.
- FACI LACASTA, Javier – “Estructuras sociales de los reinos cristianos (s. VIII-XI). La iglesia propia en la España de los siglos VIII al XIV”. In GARCÍA DE VILLOSLADA, R. (Ed.) – *Historia de la Iglesia en España. La Iglesia en la España de los siglos VIII al XIV*. Madrid: Editorial Católica, 1982, pp. 118-139.
- FERREIRA PRIEGUE, Elisa – “El poblamiento urbano en la Galicia medieval”. In SOLORZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz (Eds.) – *El fenómeno urbano medieval entre el Cantábrico y el Duero. Revisión historiográfica y propuestas de estudio*. Santander: Asociación de jóvenes historiadores de Cantabria, 2002, pp. 367-420.
- FLYNN, Martin – “The spectacle of suffering in Spanish streets”. In HANAWALT, Barbara A.; REYERSON, K Kathryn (Eds.) – *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1994, pp. 153-168.
- FUERTES HERREROS, José Luis. – “Filosofía de la historia y utopía en el XV: una aproximación al *Speculum vitae humanae* (1468) de Rodrigo Sánchez de Arévalo”. In SOTO RÁBANOS, José M. (ed.) – *Pensamiento medieval hispano: Homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Vol. 2. Madrid: C.S.I.C., 1998, pp. 1317-1346.
- GARCÍA BALLESTER, Luis – *Historia social de la medicina en la España de los siglos XIII al XVI. I: La minoría musulmana y morisca*. Madrid: Akal, 1976.
- GAUTIER-DALCHE, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (Siglos IX-XIII)*. Madrid: Siglo XXI, 1979.
- GAUVARD, Claude – “Violence citadine et réseaux de solidarité: l'exemple français aux XIV^{ème} et XV^{ème} siècles”. *Annales ESC*. París. Año 48, Nº 5, (1993), pp. 1113-1126.

GONZALEZ GONZALEZ, Julio – “La Extremadura castellana al mediar el siglo XIII”. *Hispania*. Madrid. Nº 127, (1974), pp. 265-464.

GONZALEZ GONZALEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*. Madrid: Univ. Complutense, 1975, 2 vols.

GONZALEZ MINGUEZ, Cesar – “A propósito del desarrollo urbano del País Vasco durante el reinado de Alfonso X”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. Vol. 27, Nº 1, (1997), pp. 189-214.

GUTIERREZ BAÑOS, Fernando – “Los palacios de la Magdalena. Contribución al estudio de las residencias reales de Valladolid”. In *Valladolid. Historia de una ciudad. Congreso Internacional. T.I. La ciudad y el arte. Valladolid villa (época medieval)*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 1999, pp. 71-83.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “La actividad comercial en Toledo a fines de la Edad Media (1450-1475)”. *Tolède et l'expansion urbaine en Espagne (1450-1650)*. Madrid: Casa de Velázquez, 1991, pp. 137-157.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “Los judíos de Toledo en el contexto de la ciudad”. *Espacio, tiempo y forma. Série III Historia Medieval*. Madrid. Tomo 6, (1993), pp. 79-102.

KAFKA, Karl – “Turégano in Kastilien-Wehrkirche und Burg”. *Burgen und Schlösser*. Stuttgart Vol. 20, Nº 1, (1979), pp. 37-42.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Economía mercantil y espacio urbano: ciudades de la Corona de Castilla en los siglos XII a XV”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. Tomo CXCI, Cuaderno II, (Mayo-Agosto 1994), pp. 235-293.

LADERO QUESADA, Miguel Angel – “Toledo en la época de la frontera”. *Anales de la Universidad de Alicante*. Nº 3, (1984), pp. 71-98.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jean – *L'Urbanisme au moyen âge*. Geneve: Arts et métiers graphiques, 1974.

LEGUAY, Jean Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Age: ‘Immondicites, fiens et bouillons’ accumulés sur les chaussées des villes du

royaume de France et des grands fiefs au XV^e siècle”. In *Le Beau et le laid au Moyen Age (Senefiance, 43)*. Aix-en-Provence: Centre Universitaire d’Etudes et de Recherches Médiévales d’Aix, 2000, pp. 299-317.

LEGUAY, Jean Pierre – *L’eau dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

LEGUAY, Jean Pierre – “La rue: élément du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du Royaume de France et des grands fiefs au XIV^e et XV^e siècles”. In *Le Paysage urbain au Moyen-Age. Actes du XI congrès des historiens*. Lyon. Lyon: Presses Universitaires de Lyon 1981, pp. 23-60.

LINEHAN, P. – *History and the Historians of Medieval Spain*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1993.

LOPEZ ALSINA, Fernando – “La reforma eclesiástica y la generalización de un modelo de parroquia actualizado”. In *La Reforma Gregoriana y su proyección en la cristiandad Occidental. Siglos XI-XIII*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2006, pp. 421-450.

LÓPEZ BARAHONA, Victoria y NIETO SÁNCHEZ, José A. – *El trabajo en la encrucijada. Artesanos urbanos en la Europa de la Edad Moderna*. Madrid: Los libros de la catarata, 1996.

MALPICA COELLO, Antonio – “La Alhambra y Granada: de fortaleza a ciudad palatina”. In BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques (Eds.) – *Les palais dans la ville. Espaces urbains et lieux de la pissance publique dans la Méditerranée médiévale*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004, pp. 285-312.

MANGAS NAVAS, José Manuel – *El régimen comunal agrario de los concejos de Castilla*. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1981.

MARTÍN, Felipe – “Disensiones en Valladolid en vísperas de las comunidades de Castilla. (El Palacio del Conde de Benavente: ¿Fortaleza o mansión?”. *Cuadernos de Investigación Histórica. Seminario «Cisneros»*. Madrid. N° 2, (1978), pp. 443-458.

MEDIANERO FERNÁNDEZ, José María – *Historia de las formas urbanas medievales*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

- MORENA, Aurea de la – *El gótico en Madrid: arquitectura religiosa y civil*. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Complutense de Madrid, 1974, Tesis inédita.
- PASSINI, Jean y MOLENAT, Jean Pierre – *Toledo a finales de la edad media. I. El Barrio de los Canónigos*. Toledo: Colegio Oficial de Arquitectos de Castilla la Mancha, Delegación Toledo, 1995.
- PASTOR DIAZ DE GARAYO, E. – “Aproximación a la estructura del poblamiento alavés a finales del siglo XIII”. In *Congreso de Historia de Euskal Herria*. Vol. 2: *Instituciones, economía y sociedad (siglos VIII-XV)*. San Sebastián: Txertoa, 1988, pp. 509-533.
- PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – *El mercado de Madrid en la Baja Edad Media. Estructuras y sistemas de abastecimiento de un concejo medieval castellano (S. XV)*. Madrid: Caja de Madrid, 1992.
- REBOLLO MATIAS, Alejandro – “*La Plaza y Mercado Mayor*” de Valladolid, 1561-95. Valladolid: Univ. de Valladolid, Caja de Ahorros y M.P. de Salamanca, 1988.
- ROSENAU, Hellen – *A cidade ideal. Evolução Arquitectónica na Europa*. Lisboa: Presença, 1988.
- RUCQUOI, Adeline – “Le testament de doña Teresa Gil”. In DUFURNET, J. (Eds.) – *Femmes. Mariages – Lignages, XII^e-XIV^e siècles. Melanges offert à Georges Duby*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1992, pp. 305-323.
- RUCQUOI, Adeline – *Valladolid en la Edad Media*. 2 vols. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1987.
- RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio – “Poblamientos y cartas pueblas de Alfonso X y Sancho IV en Galicia”. In *Homenaje a D. Jose María Lacarra en su jubilación del profesorado*. Vol. III. Zaragoza: Anubar, 1977, pp. 21-61.
- RUIZ MARTÍN, Felipe – “Disensiones en Valladolid en vísperas de las comunidades de Castilla. (El Palacio del Conde de Benavente: ¿Fortaleza o mansión?)”. *Cuadernos de Investigación Histórica. Seminario «Cisneros»*. Madrid. N° 2, (1978), pp. 443-458.

- SANTAMARIA LANCHO, Miguel – “El cabildo catedralicio de Segovia como aparato de poder en el sistema político urbano durante el siglo XV”. *Studia Historica. Historia Medieval*. Salamanca. Vol. VIII, (1990), pp. 47-78.
- SEGURA GRAIÑO, Cristina, (Ed.) – *Agua y sistemas hidráulicos en la Edad Media hispana*. Madrid: Al-Mudayna, 2003.
- VALDEON BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval”. In DE SETA, Cesare; LE GOFF, Jacques (Eds.) – *La Ciudad y las murallas*. Madrid: Cátedra, 1991, pp. 67-87.
- VAL VALDIVIESO, Isabel – *Agua y poder en la Castilla bajomedieval: el papel del agua en el ejercicio del poder concejil a fines de la Edad Media*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo, 2003.
- VAL VALDIVIESO, Isabel – *El agua en las ciudades castellanas durante la Edad Media: fuentes para su estudio*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998.
- VAL VALDIVIESO, Isabel – *Usos sociales del agua en las ciudades hispánicas a fines de la Edad Media*. Valladolid: Universidad, Servicio de Publicaciones, 2002.
- VIGUEUR, J.C.M. – *Structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIII^{ème}-XVI^{ème} siècles)*. Rome: Ecole Française de Rome, 1989.
- VVAA – *Die Strasse: zur funktion und perzeption öffentlichen Raums im späten Mittelalter: Internationales Round table Gespräch Krems an der Donau 2. und 3. oktober 200*. Wien: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2001.
- VVAA – *Paesaggi urbani dell'Italia padana nei secoli VIII-XIV*. Bologne: Cappelli Editore, 1988.

Laisser des traces. *empreintes du pouvoir dans l'espace urbain du Saint Empire Romain à la fin du Moyen Âge*

Gisela Naegle¹

Résumé

À la fin du Moyen Âge, l'empereur-roi et les seigneurs laissèrent de très nombreuses traces physiques et symboliques dans l'espace urbain de 'leurs' villes. Les images et descriptions de la chronique universelle de Hartmann Schedel (1493) en témoignent. Des bâtiments emblématiques comme le château de Nuremberg, le château fort épiscopal de Würzburg, etc. contribuèrent à créer une sorte d'image de marque' de certaines villes. Dans son autobiographie, l'empereur Charles IV souligne qu'à son retour à Prague, il fit reconstruire "un grand et beau palais, tel qu'il s'offre aujourd'hui aux regards". Par contre, en 1376, le siège qu'il conduisit contre Ulm amena la ville à commencer la construction du *Münster*. Images et symboles – tels que les représentations de Charlemagne ou des princes-électeurs – pouvaient renforcer le lien entre la ville et l'Empire. Les visites impériales et princières et leurs itinéraires concrets dans les villes furent commentés par les chroniqueurs. Ces visites pouvaient provoquer des incidents diplomatiques révélateurs de tensions: par exemple, les chroniqueurs bourguignons célébrèrent le voyage de leur duc à la diète de Ratisbonne (1454) mais, au goût d'auteurs allemands, son accueil dans certaines villes apparaissait comme un défi au pouvoir de

¹ Chargée de cours (Lehrbeauftragte), Justus-Liebig-Universität, Giessen Historisches Institut, Deutsche Landesgeschichte Otto-Behaghel-Str. 10, Haus C, D-35394 Giessen (Allemagne).

l'empereur. L'article examine de telles concurrences d'images et d'actions symboliques, ainsi que les tentatives pour créer des 'empreintes' durables.

Mots-clés

Empreintes du pouvoir; Saint-Empire médiéval; villes – châteaux; littérature et iconographie.

Leaving Marks: Signs of Power in the Urban Space of the Holy Roman Empire at the End of the Middle Ages.

Abstract

At the end of the Middle Ages, the king-emperor and the lords of towns left numerous marks in the urban space of 'their' towns. This is shown by the pictures and descriptions of the world chronicle of Hartmann Schedel (1493). Particularly prominent buildings as the castle of Nuremberg or the fortress of the bishop of Würzburg etc. contributed to the creation of a kind of a 'brand' image of certain towns. In his autobiography, Emperor Charles IV proudly states that, at his return to Prague, he built "a huge and beautiful palace that can be seen today". But, in 1376, his siege of the town of Ulm inspired the town to begin the building of the *Münster*. Images and symbols could strengthen the relation of a town with the Empire (pictures of Charlemagne, the prince electors, etc.). Imperial and princely visits were commented by chroniclers. They could lead to diplomatic problems and tensions: for example, Burgundian authors celebrated the journey of their duke, Philipp the Good, to the imperial diet of Regensburg (1454). But, in the sight of German authors, his reception in certain towns was rather seen as a challenge to the power of the emperor. The article studies such 'competitions' of images and symbolic actions as well as attempts to create long-lasting marks in the urban space.

Keywords

Marks of power; Holy Medieval Empire; towns; castles; literature and iconography.

À la fin du Moyen Âge, l'empereur-roi et les seigneurs laissèrent de très nombreuses traces physiques et symboliques dans l'espace urbain de 'leurs' villes². Celles-ci créèrent leurs propres symboles de pouvoir, qui pouvaient entrer en concurrence avec ceux du roi-empereur, des princes ou des nobles. Les récits de voyage³, le genre littéraire dit « éloge des villes »⁴ et les chroniques médiévales fournissent des renseignements précieux sur l'imaginaire du pouvoir. La description des villes allemandes dans la *Germania*⁵ d'Énea Silvio Piccolomini, le futur pape Pie II (1405-1464, pape depuis 1458) et la chronique universelle du médecin humaniste Hartmann Schedel (1493)⁶ renferment des exemples célèbres de descriptions des villes qui en mettent en scène les monuments marquants. Le dominicain Felix Fabri († 1502), né à Zürich, décrit Ulm où il vivait depuis 1468⁷. Hans Rosenplüt († v. 1460) fut un forgeron spécialisé dans la fabrication d'objets en métal, particulièrement en cuivre (*Rotschmied*). Au service de Nuremberg, et l'un des premiers poètes-artisans, il chanta l'éloge de cette ville⁸. Sur les fondements de telles sources et de chroniques, l'article posera les questions suivantes: comment s'exprimaient ces 'concurrences d'images'? Quelles actions symboliques devaient créer des 'empreintes' durables?

² Sur le concept de communication symbolique, voir: STOLLBERG-RILINGER, Barbara – "Symbolische Kommunikation in der Vormoderne". *Zeitschrift für Historische Forschung*. Berlin. Vol. 31, N° 4, (2004), pp. 489-527; STOLLBERG-RILINGER, Barbara; NEU, Tim; BRAUNER, Christine (Dir.) – *Alles nur symbolisch? Bilanz und Perspektiven der Erforschung symbolischer Kommunikation*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2013.

³ PARAVICINI, Werner (Dir.) – *Europäische Reiseberichte des späten Mittelalters*. vol. 1: HALM, Christian, *Deutsche Reiseberichte*. Francfort-sur-le-Main: Lang, 1994 (bibliographie analytique), 2^e éd. enrichie 2001.

⁴ Sur le genre de l'éloge des villes, voir: MEYER, Carla – "Wie und warum wird städtische Identität zum Thema? Nürnberg im Städtelob um 1500". In DARTMANN, Christoph; MEYER, Carla (Dir.) – *Identität und Krise? Zur Deutung vormoderner Selbst-, Welt- und Fremderfahrungen*. Münster: Rhema, 2007, pp. 119-136; HAMMEL-KIESOW, Rolf – "Hansestädte im Städtelob der frühen Neuzeit". In CZAJA, Roman (Dir.) – *Das Bild und die Wahrnehmung der Stadt und der städtischen Gesellschaft im Hanseraum im Mittelalter und in der frühen Neuzeit*. Torun: Wydawnictwo Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2004, pp. 19-55; ARNOLD, Klaus – "Städtelob und Stadtbeschreibung im späteren Mittelalter und in der frühen Neuzeit". In JOHANEK, Peter (Dir.) – *Städtische Geschichtsschreibung im Spätmittelalter und in der frühen Neuzeit*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2000, pp. 247-268; SCHMIDT, Paul Gerhard – "Mittelalterliches und humanistisches Städtelob". In BUCK, August (Dir.) – *Die Rezeption der Antike. Zum Problem der Kontinuität zwischen Mittelalter und Renaissance*. Hambourg: Hauswedell, 1981, pp. 119-128.

⁵ PICCOLOMINI, Enea Silvio – *Germania*. Éd. Maria Giovanna FADIGA. Firenze: SISMEL, Edizioni del Galuzzo, 2009.

⁶ SCHEDEL, Hartmann – *Weltchronik. Kolorierte Gesamtausgabe von 1493*, introduction et commentaire de FÜSSEL, Stephan. Cologne, Londres: Taschen, 2001; SCHEDEL, Hartmann – *Liber chronicarum*. Nuremberg: Anton Koberger, 1493, en ligne: SCHEDEL, Hartmann – *Registrum huius operis libri cronicarum cum figuris et ymagibus ab inicio mundi, Nuremberge, Consummatu[m] autem duodecima mensis Julij. Anno salutis n[ost]re. 1493 [1493.07.12.]* [HC 14508-BSB-Ink S-195]. Disponible sur: <http://daten.digital-sammlungen.de/~db/0003/bsb00034024/images/index.html?id=00034024&groesser=&fip=193.174.98.30&no=&seite=1> [consulté le 5 mai 2018].

⁷ FABRI, Felix – *Tractatus de Civitate Ulmensi*. Éd. et trad. Folker REICHERT. Constance: Isele, 2012.

⁸ Sur sa biographie, voir: REICHEL, Jörn – *Der Spruchdichter Hans Rosenplüt*. Stuttgart: Steiner, 1985.

Par la suite seront examinés deux types d’empreintes du pouvoir: images et monuments. Des bâtiments emblématiques comme le château de Nuremberg, le château fort épiscopal de Würzburg, etc. contribuèrent à créer une sorte ‘d’image de marque’⁹ de certaines villes¹⁰.

Nuremberg soigna particulièrement son image¹¹. Néanmoins, à bien des égards, et particulièrement à cause de sa fonction comme l’une des capitales de l’Empire et des séjours fréquents des empereurs, le cas de Nuremberg, souvent traité par l’historiographie germanophone, est plutôt exceptionnel. Pour cette raison, il convient de le comparer avec d’autres cas moins étudiés. Les exemples retenus sont choisis en fonction de liens directs et/ou de comparaisons établies par des auteurs médiévaux: les éloges de Nuremberg et de Bamberg furent écrits par le même auteur, Hans Rosenplüt († v. 1460). En dépit de son importance stratégique, politique, économique et culturelle, Nuremberg n’était pas le siège d’un évêché, mais faisait partie du diocèse de Bamberg. Ce fait avait des conséquences importantes pour la topographie urbaine et l’iconographie des deux villes. L’éloge respectif de Rosenplüt reflète bien ces différences. Sous le règne de l’empereur Charles IV, différents membres de la famille des Parler jouèrent un rôle important sur plusieurs grands chantiers de l’époque: à Prague, à Nuremberg, mais également à la construction du *Münster* d’Ulm¹². Tilman Riemenschneider sculpta le tombeau actuel du couple impérial Henri II / Cunégonde à Bamberg, mais il vécut, travailla et mourut à Würzburg. Nuremberg, Bamberg et Würzburg appartiennent à la même région historique: les trois villes sont situées en Franconie.

Consacré à Nuremberg, le folio c de la chronique de Schedel¹³ montre plusieurs éléments qui renvoient au pouvoir des dirigeants de cette ville d’Empire

⁹ MEYER, Carla – “‘City branding’ im Mittelalter? Städtische Medien der Imagepflege bis 1500”. In ZIMMERMANN, Clemens (Dir.) – *Stadt und Medien. Vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2012, pp. 19-48.

¹⁰ Cependant, au cours de la Deuxième Guerre mondiale, Nuremberg, Würzburg, Francfort-sur-le-Main, Cologne et nombreuses autres villes allemandes subirent des destructions massives. Suite aux 44 bombardements de cette guerre, à Nuremberg, l’espace intérieur de l’hôtel de ville était entièrement détruit, de même que celui d’autres monuments comme la *Frauenkirche*. (MEYER, Carla – *Die Stadt als Thema. Nürnbergs Entdeckung in Texten um 1500*. Ostfildern: Thorbecke, 2009, p. 9). Parmi les rares monuments conservés compte le *Schöner Brunnen*. À Francfort et à Cologne (à l’exception notable de la cathédrale), le centre historique fut presque entièrement détruit. Pour cette raison, les témoins iconographiques médiévaux subsistants sous forme de monuments intacts sont rares. Ainsi, les études sur l’iconographie doivent souvent recourir à des descriptions historiques ou photos d’avant-guerre. Cette situation impose de très nombreuses restrictions aux possibilités d’études iconographiques. Pour cette raison, notre étude prend également en compte la perspective d’auteurs médiévaux et les descriptions des textes littéraires et des chroniques.

¹¹ MEYER, Carla – *Die Stadt als Thema...*

¹² Sur le rôle des Parler dans ces villes voir: STROBEL, Richard; SEIFERT, Annette avec la collaboration de HERMANN, Klaus Jürgen (Dir.) – *Parlerbauten. Architektur, Skulptur, Restaurierung*. Stuttgart: Theiss, 2004.

¹³ SCHEDEL, Hartmann – *Weltchronik...*, fol. c.

importante¹⁴: les fortifications et fossés, le système de défense du pays environnant (*Landwehr*, symbolisé par un petit bâtiment au fond), les gibets, l'aigle impériale à la porte, les grandes églises célèbres¹⁵. Dans sa description de Nuremberg, Piccolomini souligne les mêmes éléments¹⁶. L'éloge de Nuremberg (1447) par l'artisan-poète Hans Rosenplüt¹⁷, mentionne ses 'sept ornements' (*siben cleinot*) suivants¹⁸:

1. ses fortifications (trois murs et un fossé avec 187 portes, bien pourvues d'armes (*puchßen*)¹⁹;
2. une forêt qui assure les provisions en bois et, en hiver, de bois de chauffage, même pour les pauvres²⁰;
3. une carrière qui permet l'extraction de pierres pour bâtir de belles maisons dans la ville – qui, d'après le poète, sont si jolies que, si elles se trouvaient sur une montagne, on les pourrait prendre pour la demeure d'un prince²¹ (un motif également utilisé par Piccolomini qui écrit que les édifices des citoyens seraient dignes de rois et que les rois d'Écosse souhaiteraient pouvoir vivre dans des bâtiments comme des citoyens 'moyens' de Nuremberg)²²;
4. un grenier de grain qui est si vaste qu'en cas de guerre, il permettrait de nourrir la ville pour deux ans;
5. une fontaine qui est si magnifique qu'"aussi loin que rayonne le soleil" (*Als weit als leuchten mag die sunn*), on aurait de la peine à trouver un tel ouvrage en pierre²³ (i.e. le *Schöner Brunnen* [la belle fontaine, un nom utilisé depuis le XV^e siècle]²⁴).

¹⁴ MONNET, Pierre – "Eine Reichs-'Haupt'stadt ohne Hof im Spätmittelalter. Das Beispiel der Stadt Frankfurt". In PARAVICINI, Werner; WETTLAUFER, Jörg (Dir.) – *Der Hof und die Stadt*. Ostfildern: Thorbecke, 2006, pp. 111-129; BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; MONNET, Pierre – "Formes d'émergence, d'affirmation et de déclin des capitales: Rapport introductif". In SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (Dir.) – *Les villes capitales au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2006, pp. 13-56.

¹⁵ SCHEDEL, Hartmann – *Weltchronik...*, fol. c. Image de Nuremberg en ligne: disponible sur: <http://daten.digital-sammlungen.de/0003/bsb00034024/images/index.html?fip=193.174.98.30&id=00034024&seite=272> [consulté le 8 février 2018].

¹⁶ PICCOLOMINI, Enea Silvio – *Germania...*, p. 199.

¹⁷ REICHEL, Jörn – *Der Spruchdichter Hans Rosenplüt*. Stuttgart: Steiner, 1985.

¹⁸ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche und Lieder*. Éd. Jörn REICHEL. Tübingen: Niemeyer, 1990, n° 20: *Der Lobspuch auf Nürnberg*, pp. 220-234, pp. 320-326, ici p. 223.

¹⁹ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, p. 223.

²⁰ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, p. 224.

²¹ "Hochpawet manig hubsche kennat / Die in der stat Nurmberg stat. / Und stunde sie heraußen auf einem perg, / Man sprech: 'das ist eins fursten herberg'". ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, p. 224.

²² PICCOLOMINI, Enea Silvio – *Germania...*, p. 199: "Quot ibi civium edes invenias regibus dignas! Cuperent tam egregie Scotorum reges quam mediocres Norimberge cives habitare". Face à tels éloges, il ne faut pas perdre de vue le but de Piccolomini: convaincre les Allemands qu'il peuvent bien payer des taxes ecclésiastiques à la curie de Rome.

²³ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, p. 224-225, citation p. 224.

²⁴ ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen in Nürnberg und seine Figuren*. Nuremberg: A. Hofmann, 1993, pp. 3-4.

6. un ruisseau puissant qui permet de nettoyer la ville (parce que, d'après le poète, une évacuation des eaux sur les champs ou les jardins ne serait pas convenable) et fait tourner 67 roues de moulins²⁵;
7. selon Rosenplüt, l'ornement le plus important de tous plaît même à Dieu: des reliques de la passion du Christ que Nuremberg avait obtenu grâce à Dieu et à l'empereur Sigismond²⁶.

Le cinquième ornement cité par Rosenplüt, le *Schöner Brunnen*, fut planifié vers 1370²⁷ ou selon d'autres indications, déjà commencé en 1362. Puisque les registres comptables de Nuremberg ne sont conservés qu'à partir de 1377, une vérification exacte est probablement impossible²⁸. Placée dans l'angle nord-ouest du marché principal de Nuremberg²⁹, cette fontaine disposa de sa propre alimentation en eau par un système de tuyaux. Sous sa forme finale très élaborée, elle fut probablement réalisée entre 1385 et 1396. Il s'agit d'une pyramide à trois étages reposant sur un socle octogonal et terminée par une flèche³⁰. Avec son socle, elle mesure 19,2 m de haut et héberge 40 statues de pierre³¹. Celles-ci sont réparties en quatre niveaux qui ne correspondent pas aux étages: le troisième étage ne contient pas de statues (**Fig. 1**). Au premier niveau, le décor sculpté de la fontaine montre les sept arts libéraux et la philosophie, personnifiés par Aristote (dialectique), Cicéron (rhétorique), Donatus Aelius (grammaire), Euclide (géométrie), Nicomaque (arithmétique), Ptolémée (astronomie), Pythagore (musique) et Socrate (philosophie)³². Au second niveau se trouvent quatre pères de l'Église latine: Ambroise, Augustin, Grégoire et Jérôme. Le troisième niveau présente les *Neuf Preux*³³ mais renvoie également à la

²⁵ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, p. 225.

²⁶ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, p. 226.

²⁷ ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen...*, p. 18 (informations sur les étapes antérieures / un plan plus simple, les rénovations successives : pp. 17-25).

²⁸ Discussion sur la datation: HÖRSCH, Markus – "Stützen des Kaisers? Die Reichsstädte und die kaiserliche Repräsentation". In FAJT, Jiří; HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV. 1316-2016*. Prague: Národní galerie v Praze, 2016, pp. 195-201, ici pp. 198-199; HERKOMMER, Hubert – "Heilsgeschichtliches Programm und Tugendlehre. Ein Beitrag zur Kultur- und Geistesgeschichte der Stadt Nürnberg am Beispiel des Schönen Brunnen und des Tugendbrunnens". *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*. Nuremberg. N° 63, (1976), pp. 192-216, ici pp. 192-194.

²⁹ Actuellement, la place est encore le décor du célèbre *Christkindlesmarkt*, un marché de Noël, qui attire chaque année de nombreux visiteurs.

³⁰ DIEFENBACHER, Michael – "Das allgegenwärtige Reich – Reichsikonographie in Nürnberg und ihre Träger". In WITTMANN, Helge (Dir.) – *Reichszeichen. Darstellungen und Symbole des Reichs in Reichsstädten*. Petersberg: Imhof, 2015, pp. 9-29.

³¹ ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen...*, p. 4.

³² ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen...*, pp. 36-39.

³³ Sur les *Neuf Preux*, mentionnés pour la première fois dans les *Vœux du Paon* (v. 1312) de Jacques de Longuyon, voir: VAN AMROOIJ, Wim – *Helden van Weleer. De Negen Besten in de Nederlande (1300-1700)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1997; SCHEIBELREITER, Georg – "Höfisches Geschichtsverständnis. *Neuf Preux* und *Neuf Preuses* als Sinnbilder adeliger Weltanschauung". *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*. Vienne, Cologne. Vol. 114, (2006), pp. 251-288.

constitution de l'Empire, personnifiée sous la forme des sept princes-électeurs³⁴. Au quatrième niveau sont placés Moïse et sept prophètes de l'Ancien Testament. La fontaine abrite également des représentations des quatre évangélistes³⁵. 'Rénovée' et repeinte à plusieurs reprises, la fontaine actuelle est une copie en coquillart (la fontaine d'origine était en grès)³⁶. L'original fut protégé et survécut aux désastres de la Deuxième Guerre mondiale qui ont presque entièrement détruit le centre historique de Nuremberg. Cependant, certaines statues avaient déjà été perdues au XVI^e siècle. Trente-six fragments d'origine sont conservés au *Germanisches Nationalmuseum* à Nuremberg. Les trois têtes des prophètes Daniel, Osée et Jérémie furent transférés aux *Staatliche Museen* de Berlin. Plusieurs statues, dont les évangélistes, les pères de l'Église et les sept arts libéraux, Charlemagne et l'archevêque de Mayence, ne sont plus conservées en original³⁷.



Fig. 1 – Schöner Brunnen.

Vues sous l'angle de la représentation du pouvoir, les statues des sept princes-électeurs comptent parmi les éléments les plus intéressants du programme iconographique. La Bulle d'Or de l'empereur Charles IV de 1356, qui fait partie des lois fondamentales de l'Empire, prévoit trois princes-électeurs ecclésiastiques (les archevêques de Mayence, de Cologne et de Trèves), ainsi que quatre princes séculiers: le roi de Bohême, le *Pfalzgraf bei Rhein* (le comte palatin du Rhin), le

³⁴ DIEFENBACHER, Michael – “Das allgegenwärtige Reich...”, pp. 15-16.

³⁵ ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen...*, pp. 5.

³⁶ ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen...*, pp. 20-25, p. 4.

³⁷ ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen...*, p. 25.

duc de Saxe et le margrave de Brandebourg)³⁸. Promulguée au cours de diètes impériales à Nuremberg et à Metz, elle avait une signification particulière pour Nuremberg. Elle cimentait son rôle comme l'une des capitales de l'Empire et lieu de la première diète d'un nouveau roi³⁹. Sous cette forme iconographique du renvoi aux princes-électeurs, le Conseil soulignait son attachement à l'Empire et à la dignité de ville d'Empire. Dans l'état actuel, le portrait du roi de Bohême en tant que prince-électeur (**Fig. 2**) ressemble à celui de Charles IV (1316-1378; roi des Romains 1346 /1348; roi de Bohême 1347; empereur 1355-1378) au triforium de la cathédrale de Prague (vers 1370)⁴⁰. Mais, à cause des remaniements, du manque de descriptions contemporaines et du problème de datation déjà mentionné, les relations exactes entre le *Schöner Brunnen* et la famille des Parler sont difficiles à évaluer⁴¹. Charles résida souvent à Nuremberg. Ses fils Venceslas et Sigismond naquirent dans cette ville. À la suite d'une révolte en 1348/1349, au cours de laquelle les métiers avaient favorisé son rival au trône, l'empereur Louis IV, Charles modifia la constitution urbaine et interdit la formation de corporations politiques de métiers. Ainsi, la ville était gouvernée par un Conseil de patriciens. Avec l'appui de la ville, l'empereur prit l'initiative de faire construire la *Frauenkirche*, qui fut érigée à la place de l'ancienne synagogue après la persécution des juifs. Charles influença aussi le programme iconographique d'autres églises et édifices⁴², dont la chapelle de saint Maurice (détruite en 1944, qui fut décorée avec des peintures sur l'enfance de Venceslas)⁴³. Selon Hubert Herkommer, qui fait des comparaisons entre l'iconographie du *Schöner Brunnen*, le texte de la Bulle d'Or et le modèle architectural du *Münster* d'Aix-la-Chapelle, Charles aurait également joué un rôle décisif dans la conception du *Schöner Brunnen*⁴⁴. Herkommer rejette explicitement l'interprétation médiévale du chroniqueur Sigmund Meisterlin⁴⁵. À propos de la *Frauenkirche*, Meisterlin, auteur d'une chronique de Nuremberg (sous forme latine et allemande, écrite entre 1485 et 1488) parle d'une *capella regia*. Mais,

³⁸ KAISER KARL IV – *Die Goldene Bulle Kaiser Karls IV. vom Jahre 1356*. Éd. Wolfgang D. FRITZ. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger, 1972; HOHENSEE, Ulrike *et alii* (Dir.) – *Die Goldene Bulle*. 2 vols. Berlin: Akademie Verlag, 2009.

³⁹ L'article 29 fixa Francfort comme lieu des élections, Aix-la-Chapelle comme lieu du couronnement et Nuremberg comme lieu de la première diète: "... *in opido Nuremberg prima sua regalis curia haberetur*" KAISER KARL IV – *Die Goldene...*, p. 87).

⁴⁰ Image n° 26: portrait de Charles IV, cathédrale Saint-Guy de Prague, années 1370. In FAJT, Jiří et HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV...*, p. 45.

⁴¹ HÖRSCH, Markus – "Stützen des Kaisers?"..., p. 198; HERKOMMER, Hubert – *Heilsgeschichtliches Programm...*, p. 192.

⁴² BAUMBAUER, Benno et FAJT, Jiří – "Nürnberg – die Metropole wird karolinisch". In FAJT, Jiří et HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV...*, pp. 111-121.

⁴³ BAUMBAUER, Benno – "Ehemalige Wandmalereien der Moritzkapelle in Nürnberg". In FAJT, Jiří; HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV...*, n° 10.6., p. 442.

⁴⁴ HERKOMMER, Hubert – "Heilsgeschichtliches Programm..." , p. 210.

⁴⁵ HERKOMMER, Hubert – "Heilsgeschichtliches Programm..." , p. 211.

tout en mentionnant le Conseil, les *consules*, il souligne le caractère symbolique et utile de la 'belle fontaine', ainsi que le savoir-faire technique employé pour sa construction. Il la voit plutôt comme construction urbaine⁴⁶.



Fig. 2 – Roi de Bohême.

Hans Rosenplüt en donne la description suivante:

“Le cinquième ornement, c’est une fontaine,
Aussi loin que rayonne le soleil;
Il est très difficile de trouver un tel objet en pierre;
Comme je l’entends dire mes artisans expérimentés;
Qui veut voir les trois sages païens,
Peut les trouver sculptés à cette fontaine;
Et, de même, les trois juifs les plus pieux;
Et si on les cherche, on y trouve aussi les trois chrétiens les plus pieux”⁴⁷.

⁴⁶ “... et ex eo forum denominatur, planicies perampla amenis edificiis ac eminentissimis splendida omnique mercimonia repleta. aqueductum porro consules a longe per navillia subterranea introduxerunt. Hinc indeque per civitatem locis oportunis tam ad usum incolis quam pro ornatu emanatoria fecerunt. Prorsus tamen insignem ex hiis et ornatissimum fontem in foro ipso statuerunt tam in civium quam mercatorum (qui statutis horis illuc pene de omnibus nationibus conveniunt) oblectamentum”. (MEISTERLIN, Sigmund – Nieronbergensis cronica. In Historische Kommission bei der Bayerischen Akademie der Wissenschaften [éd.], *Die Chroniken der fränkischen Städte. Nürnberg*, vol. 3. (*Die Chroniken der deutschen Städte*, vol. 3). Leipzig: Hirzel, 1864, pp. 184-256, citation p. 201.

⁴⁷ “Das funft cleinet, das ist ein brunn. / Als weit als leuchten mag die sunn, / So vindt man hart desßgleichen von stein; / Das höre ich die weisen werkleut mein. / Wer drei die frumsten heiden wolle schawen, / Der vindt sie an dem prunnen gehawen, / Und auch die frümsten juden drei. / Such man, so vindt man auch dabei / Drei die allerfrumsten christen”. ROSENPLÜT, Hans, *Reimpaarsprüche...* – n° 20, pp. 224-225.

Ensuite, Rosenplüt donne une liste des *Neuf Preux*⁴⁸. La recherche actuelle pense que, parmi les trois chrétiens, la fontaine contient une représentation du roi Arthur, mais Rosenplüt parle d'un roi mythique français (*kunig Eckhart von Frankreich*)⁴⁹. Les deux autres héros chrétiens sont Charlemagne et Geoffroy de Bouillon. Charlemagne fait partie des rois qui sont fréquemment représentés, par exemple à Francfort, où, à l'époque médiévale, on le considérait comme fondateur de la ville⁵⁰. Des statues des *Neufs Preux* existent également à l'hôtel de ville de Cologne (datation difficile, vers 1320-1330)⁵¹. Pour les patriciens de Nuremberg et de Cologne, une identification avec ces figures emblématiques de l'idéal chevaleresque fut parfaitement possible⁵². Dans les chansons sur la bataille de Pillenreuth du *Markgrafenkrieg* de 1449/1450, les pièces provenant du milieu urbain mettent en valeur le comportement courageux des combattants de Nuremberg, qui sont qualifiés de *herren*. Ils savent aussi manier l'épée et réussissent même à faire fuir des membres de lignages nobles qui participent aux tournois – y compris le margrave Albrecht Achilles de Brandebourg-Ansbach lui-même. Selon l'une de ces chansons, l'aigle (Nuremberg) a remporté la victoire sur le vautour (Brandebourg)⁵³. Comme à Nuremberg, il y eut, à Cologne également, des statues de prophètes (vers 1415) dans l'entourage immédiat des gouvernants urbains: d'après Walter Geis, les huit sculptures en bois de prophètes furent

⁴⁸ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, pp. 225.

⁴⁹ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 20, pp. 225.

⁵⁰ MONNET, Pierre – “Königs- und / oder Kaiserbilder – Reichssymbolik im mittelalterlichen Frankfurt”. In WITTMANN, Helge (Dir.) – *Reichszeichen. Darstellungen und Symbole des Reichs in Reichsstädten*. Petersberg: Imhof, 2015, pp. 9-53; MONNET, Pierre, “Charlemagne à Francfort: VIII-XV^e siècles. Mémoire et espace urbain”. In FELTEN, Franz J.; MONNET, Pierre; SAINT-DENIS, Alain (Dir.) – *Robert Folz (1910-1996), Mittler zwischen Frankreich und Deutschland*. Stuttgart: Steiner, 2007, pp. 117-130.

⁵¹ GEIS, Walter – “Die Neun Guten Helden, der Kaiser und die Privilegien”. In GEIS, Walter; KRINGS, Ulrich (Dir.) – *Köln: Das gotische Rathaus und seine historische Umgebung*. Cologne: J.P. Bachem, 2000, pp. 387-413, ici pp. 400-403.

⁵² Débat sur cette question chez: MEIER, Ulrich – “Republikanische Ikonographie in oberschwäbischen Reichsstädten”. In BLICKLE, Peter (Dir.); rédaction DUBACH, Philipp – *Verborgene republikanische Traditionen in Oberschwaben*. Tübingen: Bibliotheca academica, 1998, pp. 81-99; sur la comparaison avec l'Italie, voir: MEIER, Ulrich – “Vom Mythos der Republik. Formen und Funktionen spätmittelalterlicher Rathausikonographie in Deutschland und Italien”. In LÖTHER, Andrea *et alii* (Dir.) – *Mundus in Imagine*. Munich: Wilhelm Fink, 1996, pp. 345-387. Sur l'interprétation de la présence des *Neuf Preux* dans la maison de la corporation des tisserands à Augsburg, voir: ROGGE, Jörg – “Der Bildzyklus in der Amtsstube des Weberzunfthauses in Augsburg von 1456/57”. In LÖTHER, Andrea *et alii* (Dir.) – *Mundus in Imagine...*, pp. 319-343.

⁵³ NAEGLE, Gisela – “Confrontation et coopération: Ligues et alliances, conflits et guerres. Forger l'identité de Nuremberg à la fin du Moyen Âge”. In JARA FUENTE, José Antonio (Dir.) – *Discurso político y relaciones de poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media*. Madrid: Dykinson, 2017, pp. 371-407, ici pp. 390-391. Édition des chansons: KELLERMANN, Karina – *Abschied vom 'historischen Volkslied'*. Tübingen: Niemeyer, 2000, pp. 13-185: *Der Markgraf macht, das ich von ihm muß singen* (“Le margrave fait / se comporte de telle façon que je dois chanter sur lui”, pp. 173-177) et *Dor wmb so woll wir singen vnd sagen* (“Pour cette raison nous souhaitons chanter et raconter”, pp. 177-182); commentaire: pp. 182-186.

d'abord installées dans le *Ratsturm*, dans la chambre du Conseil⁵⁴. En 1448, les sources parlent d'une *camera prophetarum*, ce qui laisse penser qu'à cette date, les statues y furent exposées et que cette chambre était située entre la grande salle représentative (*Hansasaal*) et la chambre du Conseil. Le choix des prophètes est interprété comme renvoi au conseil de sages hommes⁵⁵. À Nuremberg, comme à Cologne, ce type d'iconographie montre l'unité entre une conception religieuse, qui met en avant l'histoire du salut, et la sphère politique de la constitution de l'Empire et du bon et sage gouvernement des dirigeants urbains.

De toute façon, quelles que fussent les intentions d'origine, le *Schöner Brunnen* de Nuremberg devint un monument représentatif et prestigieux qui servit bien les intérêts du Conseil. Par exemple, cette fontaine fut réellement admirée par des voyageurs étrangers comme Antonio de Beatis en 1517/18: "*In la piazza maystra è una fonte de pietra intagliata con assai figure de tucto relievo bellissimo, et va molto alto de lavoro et bucta con più de XXX canoni. Et per lo resto de la terra ne sono anche de le altre ma non cosi belle*"⁵⁶. Il est significatif que de Beatis parle aussi de l'artillerie, de l'artisanat métallurgique et des nombreux moulins. Par contre, il ne remarque pas le renvoi iconographique à la constitution de l'Empire.

À Nuremberg et ailleurs, par exemple dans la ville hanséatique de Lübeck, les images des sept princes-électeurs renvoient au statut de ville immédiate et à la constitution d'Empire. Comme celui de Nuremberg, le centre historique d'Ulm fut détruit pendant la Deuxième Guerre mondiale et pour bien des questions iconographiques, il faut recourir à des descriptions anciennes. À Ulm, selon Felix Fabri, les images des sept princes-électeurs décoraient le *Herbruckertor* devant lequel on traversait le Danube par un pont. Cette porte fut ornée d'une haute tour ornée de gâbles à plusieurs lancettes. Sur le devant fut placée une croix sculptée avec les représentations des princes-électeurs et de leurs armoiries. En haut de la porte, la garde était assurée jour et nuit par deux trompettes qui jouaient le matin et le soir, à minuit et en cas d'approche de gens d'armes⁵⁷. À Lübeck, les princes électeurs et l'empereur furent représentés sur un célèbre panneau d'ouvre-porte

⁵⁴ GEIS, Walter – "Die Propheten als Rechtssymbole". in GEIS, Walter; KRINGS, Ulrich (Dir.) – *Köln: Das gotische Rathaus und seine historische Umgebung*. Cologne: J.P. Bachem, 2000, pp. 439-458, ici pp. 439-440.

⁵⁵ GEIS, Walter – "Die Propheten als Rechtssymbole", pp. 450-451.

⁵⁶ BEATIS, Antonio de – *Die Reise des Kardinals Luigi d'Aragona durch Deutschland, die Niederlande, Frankreich und Oberitalien, 1517-1518*. Éd. / trad. Ludwig PASTOR. Freiburg im Breisgau: Herder, 1905, p. 98.

⁵⁷ "*Alia porta meridionalis est porta pontis gregis, per quam Danubius ponte transitur. [...] Habet hec porta celsam arcem et decoram plurimum culminibus in supremo, et sculptam crucem grandem in facie gerit cum depictis ymaginibus principum electorum imperii et eorum armorum signis. In ea sunt semper duo tubicines vigiles, clangentes et iubilantes mane et vespere et media nocte et in adventu armorum*". (FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 80-82.

(*Türzieher*) de l'entrée centrale de l'hôtel de ville (vers 1350). Il ne s'agit pas de portraits individualisés⁵⁸.

À Nuremberg, le *Schöner Brunnen* n'est pas leur seule représentation: environ quarante ans avant la construction de cette fontaine, sous le règne de l'empereur Charles IV fut fondée la *Frauenkirche*, en tant que chapelle impériale placée sous la direction spirituelle de chanoines de Prague. En 1506-1509, sur commande du Conseil de Nuremberg, Adam Kraft entreprit des travaux de remaniement. À cette occasion, un forgeron nurembergeois, Jörg Heuss, créa une horloge particulière qui montre les sept princes-électeurs rendant hommage à l'empereur: au premier son de la cloche, s'ouvrent deux portes, à gauche et à droite de la statue de l'empereur, et les princes-électeurs tournent trois fois autour de l'empereur qui les salue (*Männleinlaufen*, 'la ronde des petits bonshommes')⁵⁹. À Nuremberg et ailleurs, par exemple à Francfort et à Augsbourg, les rois-empereurs et les princes ou princes-électeurs furent également représentés dans des salles des hôtels de ville. Au cours des siècles, ces images et statues furent souvent rénovées, échangées ou adaptées à la mode et aux idées artistiques du temps⁶⁰. L'escalier ou un balcon de l'hôtel de ville servait souvent à des cérémonies de renouvellement du serment des citoyens, d'installation du nouveau Conseil après les élections et/ou à la récitation annuelle du droit urbain et des privilèges. D'après les auteurs contemporains du Moyen Âge, l'hôtel de ville faisait souvent l'objet d'une mise en scène et de soins particuliers. Felix Fabri écrit sur celui d'Ulm: "L'hôtel de ville (*domus consulum*) est haut et beau. Il possède un clocher qui est doré de tous côtés, un grand nombre de pièces et une grande cloche qui sonne les heures et, quand il entend sonner cette dernière, le responsable de la cloche sise dans la tour de l'église de Sainte Marie la fait sonner à son tour pour que quelqu'un qui n'aurait pas entendu le premier signal puisse entendre le deuxième"⁶¹. À la fin du Moyen Âge, le fait de disposer d'une horloge et de pouvoir régler le temps et les heures de travail dans la ville devenait une question de prestige, pas seulement en Allemagne: à la fin du XV^e siècle, pour réparer son horloge, Poitiers avait recours à des experts étrangers à la ville⁶².

⁵⁸ HÖRSCH, Markus – "Türzieher vom Hauptportal des Lübecker Rathauses". In FAJT, Jiří; HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV. 1316-2016*, Prague: Národní galerie v Praze, 2016, pp. 518-520; photo: n° 13.2., p. 521.

⁵⁹ DIEFENBACHER, Michael – "Das allgegenwärtige Reich...", pp. 17-18.

⁶⁰ Pour Francfort voir par exemple: MUSEUM GIERSCH (Éd.), rédaction BASTEK, Alexander – *Die Kaisergalerie im Frankfurter Römer*. Petersberg: Imhof, 2007.

⁶¹ FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 98-99; traduction Gisela Naegle.

⁶² FAVREAU, Jean (Éd.) – *Poitiers, de Charles VII à Louis XI. Registres de délibérations du corps de ville n°4 et 5 (début) (1449-1466)*. Poitiers: Société des Antiquaires de l'Ouest, 2014, p. 71: "... pour ce que ledit orloge est difficile a mettre a point, a esté appointé que l'on fera venir ung ouvrier de Paris pour le mettre a point" (délibération du 12 avril 1454).

Pour Nuremberg, contrairement à d'autres auteurs médiévaux, Rosenplüt, qui loue aussi les reliques précieuses, les aumônes distribuées par le gouvernement urbain, la sagesse du Conseil qui crée des dépôts de grains pour prévenir les moments de pénurie, c'est-à-dire des mesures qui caractérisent tout bon gouvernant, introduit en même temps des éléments typiquement urbains. Il chante l'éloge de sa propre profession, des forgerons spécialisés qui n'auraient pas leur pareil ailleurs, ainsi que celui des marchands de Nuremberg et de leurs voyages lointains, des moulins, des ateliers des artisans et des succès militaires de la ville⁶³. Par contre, dans son éloge de la ville épiscopale de Bamberg, il mentionne davantage l'évêque et le saint empereur Henri II (*973-†1024)⁶⁴ qui prit l'initiative d'y établir le siège d'un évêché. La comparaison de ses deux éloges met en relief la différence entre Nuremberg et Bamberg: celle entre une ville impériale importante qui fait partie des capitales de l'Empire et une cité épiscopale fortement imprégnée par la présence de ce prélat. L'empereur fut un grand protecteur de Bamberg qui exerça une très grande importance stratégique pour l'Empire⁶⁵. Comme pour Nuremberg, Rosenplüt donne une liste d'ornements. Cette fois, ils sont au nombre de cinq. Le premier consiste dans les nombreux jardins qui entourent la ville et qui permettent de nourrir villes et villages; le deuxième est le fleuve qui traverse la ville et fait tourner 54 roues de moulins; ensuite viennent les reliques et le pardon accordé par le pape (*Ablaß*) et les tombes de quatorze saints, dont ceux de l'empereur Henri et de l'impératrice Cunégonde⁶⁶. La forme actuelle de leur tombeau (qui réunit le couple impérial dans un seul monument funéraire) fut sculptée par le célèbre artiste Tilman Riemenschneider (†1531). L'œuvre fut commandée en 1499 et terminée en 1513⁶⁷. Tout comme la statue du chevalier de Bamberg (*Bamberger Reiter*), il fait encore partie des chefs-d'œuvre qu'on visite dans la cathédrale. Mais les derniers 'ornements' de Rosenplüt soulignent la différence avec Nuremberg. Il ne s'agit pas de monuments édifiés par la ville, qui peuvent être instrumentalisés pour mettre en scène le pouvoir du gouvernement urbain (comme les fortifications et armes qui montrent la force militaire et la richesse de Nuremberg ou le grenier

⁶³ Sur les poèmes de Rosenplüt et les chansons sur le *Markgrafenkrieg* (1449-1450) contre le margrave Albrecht Achilles Brandebourg-Ansbach, voir: NAEGLE, Gisela – "Confrontation et coopération...", pp.385-395.

⁶⁴ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 21: "Der Lobspruch auf Bamberg", pp. 235-240, pp. 326-328.

⁶⁵ SCHNEIDMÜLLER, Bernd – "Die einzigartig geliebte Stadt – Heinrich II. und Bamberg". In KIRMEIER, Josef *et alii* (Dir.) – *Kaiser Heinrich II. 1002-1024*. Augsburg: Haus der Bayerischen Geschichte, 2002, pp. 30-51.

⁶⁶ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 21, p. 237.

⁶⁷ KALDEN-ROSENFELD, Iris – "Riemenschneider, Tilman: Kaisergrabmal im Bamberger Dom". In *Historisches Lexikon Bayerns*, en ligne, URL: www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Riemenschneider, Tilman: Kaisergrabmal im Bamberger Dom (consulté le 8 février 2018).

de grain qui est cité en exemple de la prévoyance du Conseil) ou encore le *Schöner Brunnen* (qui renvoie à la qualité de ville d'Empire). Les monuments cités pour Bamberg renvoient au fait qu'il s'agit d'une ville épiscopale qui doit beaucoup à l'initiative du saint empereur Henri II – et ils mettent en relief le rôle du clergé. Mais Rosenplüt énumère aussi la fondation d'un couvent (*Stift*) et les sept princes-électeurs ainsi que leurs offices honorifiques⁶⁸. Contrairement à l'éloge de Nuremberg, dont on connaît 22 manuscrits, d'après son éditeur Jörn Reichel, la tradition manuscrite de l'éloge de Bamberg semble avoir été confinée à cette ville⁶⁹. Chez Hartmann Schedel, l'image de Würzburg met également en scène le pouvoir de l'évêque (qu'il mentionne comme duc de Franconie) et la capacité de défense de sa forteresse en contrehaut du Main, le *Marienberg* qui domine la ville⁷⁰. À cet égard, les continuités sont remarquables: à propos de Würzburg et Bamberg, les images et courtes descriptions des villes par Georg Braun et Franz Hogenberg mentionnent encore les mêmes traits caractéristiques; le *Marienberg* à Würzburg et le rôle fondamental d'Henri et de Cunégonde pour Bamberg, ainsi que les édifices religieux qui dominent le paysage⁷¹. À Bamberg, la cathédrale et les autres édifices religieux marquent encore la vue actuelle, tout comme le *Marienberg* domine encore fortement l'aspect de Würzburg.

À Ulm, qui, comme Nuremberg fut une puissante ville d'Empire, le vrai symbole du pouvoir de la ville était son *Münster*, en dépit de son caractère d'édifice religieux. Mais, contrairement à la cathédrale de Bamberg, la signification symbolique de cette église imposante est différente: le *Münster* est, avant tout, un symbole du pouvoir et de la richesse de la ville et de ses citoyens que la communauté urbaine construisit en l'honneur de Dieu. De nouveau, son histoire est liée à celle de l'empereur Charles IV. Dans son autobiographie, il souligne qu'à son retour à Prague, il fit reconstruire "un grand et beau palais, tel qu'il s'offre aujourd'hui aux regards"⁷². Par contre, s'il réussit à inscrire son empreinte à Prague, en 1376, le siège qu'il tenta contre Ulm fut un échec⁷³. L'année suivante, cet événement amena

⁶⁸ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 21, p. 238.

⁶⁹ ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche...*, n° 21, p. 320; pp. 326-327 (sur l'éloge de Bamberg).

⁷⁰ SCHEDEL, Hartmann – *Weltchronik...*, fol. CLIX verso-CLX recto.

⁷¹ BRAUN, Georg; HOGENBERG, Franz – *Städte der Welt. Gesamtausgabe der kolorierten Tafeln, 1572-1617*. Éd. Stephan FÜSSEL. Cologne: Taschen, 2011, p. 100 (Würzburg); p. 439 (Bamberg).

⁷² KAISER KARL IV – *Vie de Charles IV de Luxembourg*. Éd. et trad. Pierre MONNET; Jean-Claude SCHMITT. Paris: Les Belles Lettres, 2010. Édition en latin et allemand: *Vita Caroli Quarti. Die Autobiographie Karls IV*. Éd. et trad. Eugen HILLENBRAND. Stuttgart: Fleischhauer & Spohn, 1979.

⁷³ BÖHMER, Johann Friedrich (Éd.) – *Regesta Imperii VIII. Die Regesten des Kaiserreichs unter Kaiser Karl IV. 1346-1378*. Éd. Alfons HUBER. Innsbruck: Wagner'sche Universitäts-Buchhandlung, 1877, p. 475. SPECKER, Hans-Eugen – "Ulm, Reichsstadt". In *Historisches Lexikon Bayerns*, en ligne. Disponible sur: www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Ulm,_Reichsstadt [consulté le 7 février 2018]. Le siège d'Ulm est rapporté par exemple par le chroniqueur nurembergeois Ulman Stromer. Sa ville participa au siège au côté de l'empereur (STROMER, Ulman – "Ulman Stromer's Puechel von meim geslechet und von

la ville à commencer la construction du *Münster*. Il devait remplacer l'ancienne église paroissiale qui était située hors la protection des murs. D'après les historiens de l'art, aux débuts de la construction du *Münster*, plusieurs membres de la famille des Parler qui y travaillaient successivement, s'étaient également inspirés de l'exemple des monuments construits à Prague⁷⁴. Felix Fabri décrit la construction comme entreprise commune de toute la ville et bel exemple de sens civique⁷⁵. Il souligne l'importance de l'effort financier de la ville qui décida de se passer de contributions extérieures, exceptée celle du comte de Wurtemberg. Fabri présente la pose de la première pierre comme acte solennel qui met en scène le pouvoir du Conseil et de la ville: "*Cumque locus fundamenti paratus staret, denunciaverunt prefecti operum consulibus fundamenta iacenda. Et quia opus consulum erat, pociores ex eis primum lapidem merito ponere debuerunt. Siquidem hoc grande edificium incipere, perficere et consummare intendebant in sue civitatis expensis nec aliquam petitionem ad hoc fieri extra Ulmam decreverunt nec indulgencias speciales ad hoc impetraverunt nec principum adiutorium invocaverunt, dempto comite generoso de Wirtemberg, cuius videbatur pars fundi esse...*"⁷⁶. Le *Münster* fut décrit par lui comme vraie merveille. Il souligne encore une fois la prestation extraordinaire des citoyens d'Ulm (pour laquelle cette église fut un monument tangible): "... *et in centum et xi annis, scilicet ab anno sue fundacionis usque ad annum modernum 1488, in stupendum et ammirandum cunctis gentibus et seculis templum evasit, nec tantum ammirantur videntes ingentem structuram, quantum a[m]mirantur magnificenciam et audaciam fundatorum, quod in tam parva civitate sine peregrinorum advocacione, sine adiutorio et mendicacione tantum edificium erigere aussit, cuius immensa et celsa campanarum turris hodie in divine maiestatis honorem, quasi in celum crescere velit, exaltatur*"⁷⁷. Pour Fabri, la splendeur du *Münster* surpassa toutes les autres églises paroissiales du monde. Il possédait neuf attrait particuliers (*Habet autem ecclesia hec novem insignia singularia pre omnibus ecclesiis, que in toto sunt christianismo, parrochialisibus*)⁷⁸. D'après lui, cette église était particulièrement remarquable parce qu'elle n'était ni une collégiale ni une cathédrale et, tout de même, elle fut plus splendide que la plupart des églises de patriarches (à l'exception de la *Hagia Sophia* de

abentewr (1349 bis 1407)". In Historische Kommission bei der Bayerischen Akademie der Wissenschaften [éd.] – *Die Chroniken der fränkischen Städte, Nürnberg*: vol. 1. (*Die Chroniken der deutschen Städte*, vol. 1). Leipzig: Hirzel: 1862, pp. 1-106, ici p. 35).

⁷⁴ BAUMHAUER, Hermann – *Das Ulmer Münster und seine Kunstwerke*. Stuttgart, Aalen: Theiss, 1977, p. 8; HILD, Nikola et HILD, Katharina, *Das Ulmer Münster*. Tübingen: Silberburg, 2015, p. 17.

⁷⁵ "*Unde omnis homo, femine et viri, senes et juvenes, divites et pauperes, spirituales et seculares, ad laborandum accurrerunt.*" (FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 70-71).

⁷⁶ FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 70-73.

⁷⁷ FABRI, Felix – *Tractatus...*, p. 74.

⁷⁸ FABRI, Felix – *Tractatus...*, p. 74.

Constantinople)⁷⁹. Fabri loue particulièrement l'effet de la lumière (*splendore luminis*), ses 51 autels, son grand nombre de prêtres et clercs, l'importance des dons et fondations, un nombre de fidèles supérieur à celui de toutes les autres églises du monde (*quod illa ecclesia cunctis aliis, audenter dico, in tota christianitate populosior*). De façon habituelle, à Pâques, plus de 15 000 fidèles y auraient communié, etc.⁸⁰. Du point de vue de Fabri, le fait que cette église ait été exclusivement l'œuvre de la communauté urbaine et que ses autels aient été dotés par celle-ci est un haut fait à la gloire de la ville et souligne son poids dans un environnement dominé par la noblesse: "*Habet enim altaria quinquaginta unum, que omnia provisionem et competenciam habent, et dotata sunt non per principes aut nobiles aut per alienos, sed per ipsos incolas Ulmenses, et sicut patroni ecclesie, sic et collatores omnium altarium sunt*"⁸¹. Hartmann Schedel constate que dans le monde entier, il n'y aurait à peine quelque chose de comparable à cette église. Dans son éloge, il mentionne des éléments semblables à ceux avancés par Fabri⁸². Braun et Hogenberg parlent du coût financier extraordinaire⁸³.

En cas de répression après des révoltes, les objets qui symbolisaient le pouvoir urbain, dont les fortifications, les sceaux (qui montrent parfois des bâtiments marquants de la ville), les cloches, etc. firent souvent l'objet de destructions ou confiscations. La possession des clés de la ville, et de ses archives, le contrôle de la cloche, du trésor et du sceau comptent parmi les objectifs prioritaires des rebelles. En cas de mesures punitives, ces mêmes objets deviennent des cibles privilégiées de la répression⁸⁴. En outre, les seigneurs des villes en question s'attaquent aux murs, aux privilèges de commune ou de consulat, à la composition du gouvernement urbain, etc. Dans certains cas, ils imposent l'installation d'une garnison, font construire une citadelle ou procèdent à la confiscation de l'hôtel de ville⁸⁵. En cas de changement de seigneur, les symboles extérieurs du pouvoir devenaient des cibles privilégiées. Afin de montrer leur puissance, pour les nouveaux maîtres, il fut important de modifier ces symboles ou de les faire disparaître. Quand une

⁷⁹ FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 74: "*Primum est, quod est ecclesia parochialis maior quam quecumque alia; non enim est collegialis nec episcopalis nec abbacialis, sed tantum simplex parochialis, maior multis episcopalibus, etiam plerisque patriarchalibus sollemnior. [...] Non tamen eam equare audeo templo Sophie Constantinopoli, quod est toto orbe famosissimum...*".

⁸⁰ FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 76-77, citations p. 76.

⁸¹ FABRI, Felix – *Tractatus...*, pp. 75-76.

⁸² SCHEDEL, Hartmann – *Liber chronicarum...*, fol. CXC verso-CXCI recto.

⁸³ BRAUN, Georg; HOGENBERG, Franz – *Städte der Welt...*, p. 90.

⁸⁴ NAEGLE, Gisela – "Les châtiments de Toulouse et d'Arras: comparaison des deux villes rebelles au quinzième siècle". in GILLI, Patrick; GUILHEMBET, Jean-Pierre (Dir.) – *Le châtimement des villes dans les espaces méditerranéens (Antiquité, Moyen Âge, Époque moderne)*. Turnhout: Brepols, 2012, pp. 359-372.

⁸⁵ Sur la punition de villes, voir: GILLI, Patrick; GUILHEMBET, Jean-Pierre (Dir.) – *Le châtimement des villes...*

ville d'Empire perdait cette qualité, l'aigle impériale était déplacée ou détruite, par exemple à Cambrai⁸⁶.

Pour les citadins, les visites impériales et princières et celles d'autres puissants jouaient un rôle important⁸⁷. La visite du roi-empereur leur permettait de se faire confirmer leurs privilèges, de présenter leurs doléances et de tisser des liens avec les personnes influentes de l'entourage royal. Ces visites entraînaient aussi des dépenses importantes et il fallait bien et effectivement gérer les ressources. Parfois aussi, ces visites firent éclater des concurrences régionales entre différentes villes. Dans leurs écrits autobiographiques, les membres des élites urbaines parlent des entrées impériales et princières. Pour des patriciens de Francfort, les visites de l'empereur Frédéric III et de son fils Maximilien étaient des événements mémorables. Pour l'année 1474, Bernhard Rohrbach (†1482)⁸⁸ en donne un récit assez détaillé dans son *Liber gestorum*⁸⁹. Il décrit les chemins qu'ils empruntèrent dans la ville, leurs moyens de transport et la réception que le Conseil de Francfort et le clergé leur offrirent. Il y eut trois réceptions: à cheval devant les portes de la ville (à laquelle Rohrbach devait participer, mais dut renoncer parce qu'il saignait du nez); à pied, à l'intérieur des portes avec remise des clés et la présence de quatre échevins (dont le père de Rohrbach), et, finalement, aux lieux d'hébergement respectifs de l'empereur et de son fils dans la ville⁹⁰. À cette occasion, on leur remit des cadeaux. Vu son âge – il était encore adolescent – les cadeaux pour Maximilien n'avaient pas la même valeur que ceux destinés à son père⁹¹. En 1477, Maximilien revint à l'occasion de ses noces, pour faire le voyage vers Marie de Bourgogne. Les états de l'Empire devaient l'aider, pour lui permettre une entrée représentative et digne aux Pays-Bas et Francfort lui fournit douze chevaux parés sous le capitaine Arnold von Holzhausen⁹². Les visites de souverains étrangers pouvaient être délicates. Le voyage du duc de Bourgogne Philippe le Bon à la diète de Ratisbonne (1454) suscita des rumeurs dans l'Empire. On ne croyait pas entièrement à la sincérité de ses désirs de croisade. Dans son histoire de la diète de Ratisbonne, Piccolomini mentionne ces doutes et défend Philippe contre plusieurs

⁸⁶ MOEGLIN, Jean-Marie – "Conclusion". In PÉQUIGNOT, Stéphane; SAVY, Pierre (Dir.) – *Annexer? Les déplacements de frontières à la fin du Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016, pp. 217-223, ici p. 222.

⁸⁷ Sur ce sujet, voir: SCHENK, Gerrit Jasper – *Zeremoniell und Politik. Herrschereinzüge im spätmittelalterlichen Reich*. Cologne: Böhlau, 2003; JOHANEK, Peter (Dir.) – *Adventus. Studien zum herrscherlichen Einzug in die Stadt*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2009.

⁸⁸ Sur les Rohrbach, voir: MONNET, Pierre – *Les Rohrbach de Francfort: pouvoir, affaires et parenté à l'aube de la Renaissance allemande*. Genève: Droz, 1997.

⁸⁹ RO[H]RBACH, Bernhard – *Liber Gestorum*. in FRONING, Richard (Éd.) – *Frankfurter Chroniken und annalistische Aufzeichnungen des Mittelalters*. Francfort-sur-le-Main: Jügel, 1884, pp. 181-223.

⁹⁰ RO[H]RBACH, Bernhard – *Liber Gestorum...*, pp. 199-200.

⁹¹ RO[H]RBACH, Bernhard – *Liber Gestorum...*, p. 199.

⁹² *Liber Gestorum*, FRONING, Richard (Éd.), p. 201.

soupçons, dont celui d'être venu pour obtenir le titre de roi pour ses possessions du Brabant, de Hollande et Zélande⁹³. Dans ce cas, des témoignages bourguignons décrivent son voyage et ses séjours dans les villes allemandes, dont Ulm. Il y fut bien, ou peut-être, au moins au goût de certains observateurs allemands, trop bien reçu. À propos de son passage par Constance, Ulm et 'plusieurs autres bonnes villes', Mathieu d'Escouchy écrit:

“or, en passant parmy cesdictes bonnes villes, fut partout sy grandement et honnourablement receu et festoïé que on ne porroit mieulx, et joysoit par tout où il passoit de toutes prerogatives, comme se eus testé l'empereur en personne”⁹⁴; à Ulm, le duc “fut grandement festoïé par les seigneurs et bourgeois, dames et demoiselles d'Icelle, tant de joustes comme de danses et autres joyeux esbattemens, en lui faisans grans presens, tant de vins, avenes, comme de poissons et aultres vivres, et en laquele rendit à plusieurs banis la ville. Et pour lui faire plus d'honneur, et aussy qu'ilz le congnoissoient par renommée saige et prudent, [d'autant qu'] il y avoit en icelle de grans divisions, questions et rancunes entre les plus grans lignages d'icelle ville, et que paravant on n'avoit sceau trouver manière de les mettre d'accord, fut requis mander les parties, et de soy meisme, avant son partement, les remist en paix et union et leur fit pardonner les offences qu'ilz pooient avoir faictes les ungz aux autres, dont chascune des parties furent contentes”⁹⁵. Les questions touchant à l'exercice de la juridiction et au protocole étaient toujours des points sensibles et les réceptions dans les villes n'y faisaient pas exception.

Les exemples qui viennent d'être donnés soulignent l'importance de la visibilité des signes et symboles. L'embellissement des villes par des édifices et autres monuments civils et religieux fit partie de la politique des Conseils. Ces monuments symbolisaient leur autorité et leur pouvoir, mais, en même temps, ils pouvaient revêtir une fonction importante pour l'identité urbaine médiévale. Par exemple, le *Schöner Brunnen* de Nuremberg ou le *Münster* d'Ulm furent déjà admirés par les citoyens médiévaux et les visiteurs étrangers. L'utilisation de l'espace comme théâtre d'entrées, fêtes et processions était importante. Les images, des édifices comme le *Münster* d'Ulm ou le *Schöner Brunnen* de Nuremberg et les représentations différenciées du pouvoir urbain, royal ou princier soulignaient, au moins par moments, l'existence d'une véritable concurrence ou 'guerre des signes' (par exemple au cours du conflit entre Ulm et Charles IV). À d'autres

⁹³ WEIGEL, Helmut et GRÜNEISEN, Henny (Éd.) – *Deutsche Reichstagsakten, Ältere Reihe*, vol. 19/1: *Deutsche Reichstagsakten unter Friedrich III (1453-1454)*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969 (désormais cité comme RTA), pp. 339-340.

⁹⁴ RTA 19,1 n° 19, 1b, p. 171.

⁹⁵ RTA 19,1 n° 19, 1b, p. 173.

époques, on mit en scène une certaine complémentarité. À Nuremberg, Francfort et ailleurs, on pouvait célébrer le statut de ville d'Empire et de capitale ou centre régional, mais aussi agir de concert avec un roi qui avait accordé d'importants privilèges à la ville. L'enquête sur la chronologie de tels phénomènes de conflit ou de complémentarité des représentations du pouvoir et, comme le montre l'emploi européen du motif des *Neuf Preux*, l'élargissement de la comparaison à un cadre géographique plus vaste valent la peine d'être poursuivis.

BIBLIOGRAPHIE

Sources Manuscrits

SCHEDDEL, Hartmann – *Liber chronicarum*. Nuremberg: Anton Koberger, 1493. In ligne: SCHEDDEL, Hartmann – *Registrum huius operis libri cronicarum cum figuris et ymagibus ab inicio mundi, Nuremberge, Consummatu[m] autem duodecima mensis Julij. Anno salutis n[ost]re. 1493* [1493.07.12.] [HC 14508-BSB-Ink S-195]. Disponible sur: <http://daten.digitale-sammlungen.de/~db/0003/bsb00034024/images/index.html?id=00034024&groesser=&fip=193.174.98.30&no=&seite=1> [consulté le 21 janvier 2018].

STROMER, Ulman – *Püchel von mein Geslecht vnd von Abentewr*. Nuremberg: 1360-1402 & 1501/1550; numérisation en ligne. Disponible sur: <http://dlib.gnm.de/item/Hs6146/8> [consulté le 2 février 2018].

Sources imprimées:

BEATIS, Antonio de – *Die Reise des Kardinals Luigi d'Aragona durch Deutschland, die Niederlande, Frankreich und Oberitalien, 1517-1518*. Éd. et trad. Ludwig PASTOR. Freiburg im Breisgau: Herder, 1905.

BÖHMER, Johann Friedrich (Éd.) – *Regesta Imperii VIII. Die Regesten des Kaiserreichs unter Kaiser Karl IV. 1346-1378*. Éd. Alfons HUBER. Innsbruck: Wagner'sche Universitäts-Buchhandlung, 1877.

- BRAUN, Georg; HOGENBERG, Franz – *Städte der Welt. Gesamtausgabe der kolorierten Tafeln, 1572-1617*. Éd. Stephan FÜSSEL. Cologne: Taschen, 2011.
- KAISER KARL IV – *Die Goldene Bulle Kaiser Karls IV. vom Jahre 1356*. Éd. Wolfgang D. FRITZ. Weimar: Hermann Böhlaus Nachfolger, 1972.
- KAISER KARL IV – *Vita Caroli Quarti. Die Autobiographie Karls IV.* Éd. et trad. Eugen HILLENBRAND. Stuttgart: Fleischhauer & Spohn, 1979.
- KAISER KARL IV – *Vie de Charles IV de Luxembourg*. Éd. et trad. Pierre MONNET et Jean-Claude SCHMITT. Paris: Les Belles Lettres, 2010.
- FABRI, Felix – *Tractatus de Civitate Ulmensi*. Éd. / trad. Folker REICHERT. Constance: Isele, 2012.
- FAVREAU, Jean (Éd.) – *Poitiers, de Charles VII à Louis XI. Registres de délibérations du corps de ville n°4 et 5 (début) (1449-1466)*. Poitiers: Société des Antiquaires de l'Ouest, 2014.
- MEISTERLIN, Sigmund – *Nieronbergensis cronica*. In *Nieronbergensis cronica*. In Historische Kommission bei der Bayerischen Akademie der Wissenschaften (Éd.), *Die Chroniken der fränkischen Städte. Nürnberg*, vol. 3. (*Die Chroniken der deutschen Städte*, vol. 3). Leipzig: Hirzel, 1864, pp. 184-256.
- PICCOLOMINI, Enea Silvio – *Germania*. Maria Giovanna FADIGA (Éd.). Firenze: SISMEL, Edizioni del Galuzzo, 2009.
- RO[H]RBACH, Bernhard – *Liber Gestorum*. In FRONING, Richard (Éd.) – *Frankfurter Chroniken und annalistische Aufzeichnungen des Mittelalters*. Francfort-sur-le-Main: Jügel, 1884, pp. 181-223.
- ROSENPLÜT, Hans – *Reimpaarsprüche und Lieder*. Jörn REICHEL (Éd.). Tübingen: Max Niemeyer, 1990.
- SCHEDER, Hartmann – *Weltchronik. Kolorierte Gesamtausgabe von 1493* [Introduction et commentaire de Stephan FÜSSEL]. Cologne, Londres: Taschen, 2001.
- STROMER, Ulman – “Ulman Stromer’s Puechel von meim geslech et von abentewr (1349 bis 1407)”. In HISTORISCHE KOMMISSION BEI DER BAYERISCHEN

AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN (Éd.) – *Die Chroniken der fränkischen Städte, Nürnberg*: vol. 1. (*Die Chroniken der deutschen Städte*, vol. 1). Leipzig: Hirzel: 1862, pp. 1-106.

WEIGEL, Helmut; GRÜNEISEN, Henny (Éd.) – *Deutsche Reichstagsakten, Ältere Reihe*, vol. 19/1: *Deutsche Reichstagsakten unter Friedrich III (1453-1454)*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969.

Études

ARNOLD, Klaus – “Städtelob und Stadtbeschreibung im späteren Mittelalter und in der frühen Neuzeit”. In JOHANEK, Peter (Dir.) – *Städtische Geschichtsschreibung im Spätmittelalter und in der frühen Neuzeit*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2000, pp. 247-268.

BAUMBAUER, Benno; FAJT, Jiří – “Nürnberg – die Metropole wird karolinisch”. In FAJT, Jiří; HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV. 1316-2016* [catalogue d'exposition]. Prague: Národní Galerie v Praze, 2016, pp. 111-121.

BAUMHAUER, Hermann – *Das Ulmer Münster und seine Kunstwerke*. Stuttgart, Aalen: Theiss, 1977.

BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; MONNET, Pierre – “Formes d'émergence, d'affirmation et de déclin des capitales: Rapport introductif”. In SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC (Dir.) – *Les villes capitales au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2006, pp. 13-56.

DIEFENBACHER, Michael – “Das allgegenwärtige Reich – Reichsikonographie in Nürnberg und ihre Träger”. In WITTMANN, Helge (Dir.) – *Reichszeichen. Darstellungen und Symbole des Reichs in Reichsstädten*. Petersberg: Imhof, 2015, pp. 9-29.

FAJT, Jiří et HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV. 1316-2016*. Prague: Národní galerie v Praze, 2016.

GEIS, Walter – “Die Neun Guten Helden, der Kaiser und die Privilegien”. In GEIS, Walter; KRINGS, Ulrich (Dir.) – *Köln: Das gotische Rathaus und seine historische Umgebung*. Cologne: J.P. Bachem, 2000, pp. 387-413.

- GEIS, Walter – “Die Propheten als Rechtssymbole”. In GEIS, Walter; KRINGS, Ulrich (Dir.) – *Köln: Das gotische Rathaus und seine historische Umgebung*. Cologne: J.P. Bachem, 2000, pp. 439-458.
- GILLI, Patrick; GUILHEMBET, Jean-Pierre (Dir.) – *Le châtimeut des villes dans les espaces méditerranéens (Antiquité, Moyen Âge, Époque moderne)*. Turnhout: Brepols, 2012.
- HAMMEL-KIESOW, Rolf – “Hansestädte im Städtelob der frühen Neuzeit”. In CZAJA, Roman (Dir.) – *Das Bild und die Wahrnehmung der Stadt und der städtischen Gesellschaft im Hanseraum im Mittelalter und in der frühen Neuzeit*. Torun: Wydawnictwo Uniwersitetu Mikołaja Kopernika, 2004, pp. 19-55.
- HERKOMMER, Hubert – “Heilsgeschichtliches Programm und Tugendlehre. Ein Beitrag zur Kultur- und Geistesgeschichte der Stadt Nürnberg am Beispiel des Schönen Brunnen und des Tugendbrunnens”. *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*. Nuremberg. N° 63, (1976), pp. 192-216.
- HILD, Nikola; HILD, Katharina – *Das Ulmer Münster*. Tübingen: Silberburg, 2015.
- HÖRSCH, Markus – “Stützen des Kaisers? Die Reichsstädte und die kaiserliche Repräsentation”. In FAJT, Jiří; HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV. 1316-2016*. Prague: Národní galerie v Praze, 2016, pp. 195-201.
- HÖRSCH, Markus – “Türzieher vom Hauptportal des Lübecker Rathauses”. In FAJT, Jiří; HÖRSCH, Markus (Dir.) – *Kaiser Karl IV. 1316-2016*, Prague: Národní galerie v Praze, 2016, pp. 518-520.
- HOHENSEE, Ulrike *et alii* (Dir.) – *Die Goldene Bulle*. 2 vol. Berlin: Akademie Verlag, 2009.
- JOHANEK, Peter (Dir.) – *Adventus. Studien zum herrscherlichen Einzug in die Stadt*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2009.
- KALDEN-ROSENFELD, Iris – “Riemenschneider, Tilman: Kaisergrabmal im Bamberger Dom”. In *Historisches Lexikon Bayerns*, en ligne (consulté le 8 février 2018). Disponible sur: [www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Riemenschneider, Tilman: Kaisergrabmal im Bamberger Dom](http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Riemenschneider,_Tilman:_Kaisergrabmal_im_Bamberger_Dom).

- KELLERMANN, Karina – *Abschied vom 'historischen Volkslied'*. Tübingen: Niemeyer, 2000.
- MEIER, Ulrich – “Vom Mythos der Republik. Formen und Funktionen spätmittelalterlicher Rathausikonographie in Deutschland und Italien”. In LÖTHER, Andrea *et alii* (Dir.) – *Mundus in Imagine*. Munich: Wilhelm Fink, 1996, pp. 345-387.
- MEIER, Ulrich – “Republikanische Ikonographie in oberschwäbischen Reichsstädten”. In BLICKLE, Peter (Dir.); rédaction DUBACH, Philipp – *Verborgene republikanische Traditionen in Oberschwaben*. Tübingen: Bibliotheca academica, 1998, pp. 81-99.
- MEYER, Carla – “Wie und warum wird städtische Identität zum Thema? Nürnberg im Städtelob um 1500”. In DARTMANN, Christoph; MEYER, Carla (Dir.) – *Identität und Krise? Zur Deutung vormoderner Selbst-, Welt- und Fremderfahrungen*. Münster: Rhema, 2007, pp. 119-136.
- MEYER, Carla – *Die Stadt als Thema. Nürnbergs Entdeckung in Texten um 1500*. Ostfildern, Thorbecke, 2009.
- MEYER, Carla – “‘City branding’ im Mittelalter? Städtische Medien der Imagepflege bis 1500”. In ZIMMERMANN, Clemens (Dir.) – *Stadt und Medien. Vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2012, pp. 19-48.
- MOEGLIN, Jean-Marie – “Conclusion”. In PÉQUIGNOT, Stéphane; SAVY, Pierre (Dir.) – *Annexer? Les déplacements de frontières à la fin du Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016, pp. 217-223.
- MONNET, Pierre – *Les Rohrbach de Francfort: pouvoir, affaires et parenté à l'aube de la Renaissance allemande*. Genève: Droz, 1997.
- MONNET, Pierre – “Eine Reichs-‘Hauptstadt’ ohne Hof im Spätmittelalter. Das Beispiel der Stadt Frankfurt”. In PARAVICINI, Werner; WETTTLAUFER, Jörg (Dir.) – *Der Hof und die Stadt*. Ostfildern: Thorbecke, 2006, pp. 111-129.
- MONNET, Pierre – “Charlemagne à Francfort: VIII-XV^e siècles. Mémoire et espace urbain”. In FELTEN, Franz J.; MONNET, Pierre; SAINT-DENIS, Alain (Dir.) –

Robert Folz (1910-1996), *Mittler zwischen Frankreich und Deutschland*. Stuttgart: Steiner, 2007, pp. 117-130.

MONNET, Pierre – “Königs- und / oder Kaiserbilder – Reichssymbolik im mittelalterlichen Frankfurt”. In WITTMANN, Helge (Dir.) – *Reichszeichen. Darstellungen und Symbole des Reichs in Reichsstädten*. Petersberg: Imhof, 2015, pp. 9-53.

MUSEUM GIERSCH (Éd.), rédaction BASTEK, Alexander – *Die Kaisergalerie im Frankfurter Römer*. Petersberg: Imhof, 2007.

NAEGLE, Gisela – “Les châtiments de Toulouse et d’Arras: comparaison des deux villes rebelles au quinzième siècle”. In GILLI, Patrick; GUILHEMBET, Jean-Pierre (Dir.) – *Le châtimement des villes dans les espaces méditerranéens (Antiquité, Moyen Âge, Époque moderne)*. Turnhout: Brepols, 2012, pp. 359-372.

NAEGLE, Gisela – “Confrontation et coopération: Ligues et alliances, conflits et guerres. Forger l’identité de Nuremberg à la fin du Moyen Âge”. In JARA FUENTE, José Antonio (Dir.) – *Discurso político y relaciones de poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media*. Madrid: Dykinson, 2017, pp. 371-407.

PARAVICINI, Werner (Dir.) – *Europäische Reiseberichte des späten Mittelalters*. vol. 1: HALM, Christian, *Deutsche Reiseberichte*. Francfort-sur-le-Main: Lang, 1994 (bibliographie analytique), 2^e éd. enrichie 2001.

REICHEL, Jörn – *Der Spruchdichter Hans Rosenplüt*. Stuttgart: Steiner, 1985.

ROGGE, Jörg – “Der Bildzyklus in der Amtsstube des Weberzunftshauses in Augsburg von 1456/57”. In LÖTHER, Andrea *et alii* (Dir.) – *Mundus in Imagine*. Munich: Wilhelm Fink, 1996, pp. 319-343.

SCHEIBELREITER, Georg – “Höfisches Geschichtsverständnis. Neuf Preux und Neuf Preuses als Sinnbilder adeliger Weltsicht”. *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*. Vienne, Cologne. N° 114, (2006), pp. 251-288.

- SCHENK, Gerrit Jasper – *Zeremoniell und Politik. Herrschereinzüge im spätmittelalterlichen Reich*. Cologne: Böhlau, 2003.
- SCHMIDT, Paul Gerhard – “Mittelalterliches und humanistisches Städtelob”. In BUCK, August (Dir.) – *Die Rezeption der Antike. Zum Problem der Kontinuität zwischen Mittelalter und Renaissance*, Hambourg: Hauswedell, 1981, p. 119-128.
- SCHNEIDMÜLLER, Bernd – “Die einzigartig geliebte Stadt – Heinrich II. und Bamberg”. In KIRMEIER, Josef *et alii* (Dir.) – *Kaiser Heinrich II. 1002-1024* [catalogue d'exposition]. Augsburg: Haus der Bayerischen Geschichte, 2002, pp. 30-51.
- SPECKER, Hans-Eugen – “Ulm, Reichsstadt”. In *Historisches Lexikon Bayerns*, en ligne (consulté le 2 février 2018). Disponible sur: www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Ulm,_Reichsstadt
- STOLLBERG-RILINGER, Barbara – “Symbolische Kommunikation in der Vormoderne”. *Zeitschrift für Historische Forschung*. Berlin. Vol. 31, N° 4, pp. 489-527.
- STOLLBERG-RILINGER, Barbara; NEU, Tim; BRAUNER, Christine (Dir.) – *Alles nur symbolisch? Bilanz und Perspektiven der Erforschung symbolischer Kommunikation*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2013.
- STROBEL, Richard; SEIFERT, Annette [avec la collaboration de HERMANN, Klaus Jürgen] (Dir.) – *Parlerbauten. Architektur, Skulptur, Restaurierung*. Stuttgart: Theiss, 2004.
- VAN AMROOIJ, Wim – *Helden van Weleer. De Negen Besten in de Nederlande (1300-1700)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1997.
- ZINTL, Ludwig – *Der Schöne Brunnen in Nürnberg und seine Figuren*. Nuremberg: A. Hofmann, 1993.

Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise

Arnaldo Sousa Melo¹

Resumo

As cidades medievais eram locais propícios à instalação e desenvolvimento de várias atividades mesterais, correspondendo a distintas tarefas de transformação industrial ou artesanal, associadas, ou não, a atividades comerciais ou mercantis diretas. Os diferentes mesteres, em algumas cidades muito numerosos e diversificados, apresentavam díspares necessidades de implantação no espaço, variando muito de para mester, mas também por vezes de cidade para cidade. Uns mais localizados em determinadas zonas do centro urbano, outros nas periferias e arrabaldes mais ou menos próximos. Uns podiam localizar-se em qualquer tipo de espaço, de modo mais disperso ou mais concentrado, outros preferencial ou obrigatoriamente se juntavam em determinados locais. Estas várias possibilidades podiam derivar de simples opções dos mesterais relacionadas com questões económicas ou técnicas, mas, noutros casos, eram o resultado do controlo e imposição das autoridades urbanas, proibindo certos mesteres em determinados locais, ou impondo obrigatoriamente a concentração de outros em espaços definidos.

¹ Departamento de História e Lab2Pt – ICS, Universidade do Minho; amelo@ics.uminho.pt.

Assim, neste artigo, partindo dos exemplos de algumas das principais cidades portuguesas medievais, como Porto, Braga, Guimarães e Évora, procuraremos caracterizar estas realidades, bem como as diferentes formas como os distintos poderes urbanos intervêm nessa definição dos espaços das atividades dos mesteres. Propõe-se uma reflexão teórica, uma metodologia e uma tipologia de análise dos fatores condicionantes dos processos de concentração e dispersão espacial dos mesteres nas cidades medievais portuguesas, nas áreas urbanas e periurbanas.

Palavras-Chave

Mesteres medievais; localização dos mesteres no espaço urbano e periurbano; concentração e dispersão espacial dos mesteres; cidades medievais portuguesas; espaço e poderes urbanos na Idade Média.

The urban and suburbs places of medieval crafts: typology and analysis methodology.

Abstract

Medieval towns attracted many crafts (port. mesteres), with their activities of industrial or artisanal transformation, often, but not always, together with the related commercial or mercantile activities. The different crafts or trades, in some towns very numerous and diversified, presented distinct needs for its location in the urban space, varying a lot from craft to craft and also, sometimes, from city to city. Some trades were mostly located in certain areas of the urban centre, while others were commonly found in the urban peripheries or suburbs. Some could be located in any kind of space, in a more dispersed or more concentrated way, while others were preferably or compulsorily gathered in certain specific places. These various possibilities could be derived from simple options of the craftsmen related to economic or technical matters, but in other cases they were the result of the control and imposition of the urban authorities, that prohibited some crafts to be located in certain areas, or imposed compulsorily the concentration of other trades in defined spaces.

Thus, in this paper, starting from the examples of some of the main medieval Portuguese towns, such as Porto, Braga, Guimarães and Évora, I will try to characterize these realities, as well as to define the different ways

through which the various urban powers intervened in this definition of the areas for the activities of the crafts. I propose a theoretical reflection, as well as a methodology of analysis and a typology of the factors that influenced the processes of spatial concentration or dispersion of crafts in Portuguese medieval cities, in urban as well as suburban areas.

Keywords

Medieval crafts; insertion of crafts in the urban space and suburbs; geographical concentration and dispersion of crafts; medieval Portuguese towns; urban space and urban powers in the Middle Ages.

1. Introdução.

Antes de iniciar a análise do tema central deste artigo, será importante relembrar algumas características gerais dos sistemas de regulamentação e controlo dos mesteres em Portugal nos séculos XIV e XV².

Nos séculos XIV e XV, e com raízes nos séculos anteriores, as atividades dos mesteres eram em larga medida controladas pelas autoridades urbanas, sobretudo os aspetos e os setores considerados mais sensíveis e estratégicos, em particular bens de primeira necessidade e relativamente aos quais que se considerava necessário garantir uma oferta permanente, em qualidade e quantidade, ou seja garantia de abastecimento, mas com preços, salários, pesos e medidas controladas. Assim se incluíam neste conjunto de mesteres carniceiros e padeiras, mas também sapateiros e ferreiros, entre outros mesteres. Em algumas dessas atividades os locais de produção e venda eram igualmente fixados, por vezes de modo obrigatório e exclusivo, como os *açougues* da carne. Em algumas cidades era proibido exercer esses mesteres fora desses lugares definidos.

A regulamentação e o controlo sobre os mesteres eram em geral exercidos pelas autoridades públicas, sobretudo concelhias, mas por vezes senhoriais e régias

² Para esta introdução geral cf., por todos, MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320-c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415*. 2 vols. Braga e Paris: Universidade do Minho e École des Hautes Études en Sciences Sociales. Tese de doutoramento, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/9896> [consultado 20/3/2018]; MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais no governo urbano do Porto nos séculos XIV e XV”. In SOLORZANO TELECHEA, J. A.; BOLUMBURU, B. A. (Coords.) – *La Gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media*. Logroño: Centro de Estudios Riojanos, 2011, pp. 323-347; MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV)”. In *EDAD MEDIA. Revista de Historia*, nº 14 (2013), pp. 149-170.

para aspetos específicos. Alguma fiscalização podia ser exercida pelos próprios mesterais, mas em nome do concelho, com autoridade delegada ou reconhecida pelo município. Assim existiam alguns agentes de controlo que eram mesterais (*vedores de mester, marcadores, ...*), mas a maior parte seriam oficiais concelhios (*almotacés, vedores de pesos e medidas, etc.*).

Em Portugal, as *corporações* organizadas formais só surgem desde finais do século XV (em Lisboa) e sobretudo no século XVI. Algumas *confrarias* religiosas e assistenciais de mester foram existindo anteriormente, desde o século XIV, ainda que raras, e sobretudo desde a segunda metade do século XV, em várias cidades do Reino (Lisboa, Porto, Guimarães, ...) para alguns mesteres (como sapateiros). Juntamente com algumas outras práticas que nos revelam a existência de associações informais de mesteres e capacidade de ação conjunta nos séculos XIV e XV em algumas cidades do Reino. Mas o essencial da regulamentação e controlo dos mesteres estava nas mãos das autoridades concelhias, ainda que em articulação com os mesteres, nas suas modalidades formais ou informais de associação, bem como com outros poderes públicos, nomeadamente o senhorial e/ou régio, variando essas combinações de cidade para cidade, e ao longo do tempo, em função das circunstâncias e de contextos diversos.

No entanto, convém lembrar que, simultaneamente, uma grande parte das atividades económicas e dos mesteres não apresentava grandes condicionalismos, nem era objeto de regulamentação e controlo específico da sua atividade. Considerava-se que assim é que era desejável. Se alguns mestres deviam ser objeto de estrita regulamentação e controlo, outros pelo contrário, deviam ser deixados “livres”. “Livres” no sentido de não serem objeto de regulamentação e controlo específico, mas naturalmente sujeitos às leis e fiscalização geral das atividades económicas de cada urbe, também elas variáveis de cidade para cidade, e às leis gerais do reino³.

2. Localização dos mesteres nas cidades medievais – Os fatores de localização: tipologia e proposta metodológica.

A localização das diversas atividades industriais e artesanais na paisagem de cada cidade medieval podia distribuir-se por diferentes áreas da zona urbana e peri-urbana. Cada um dos principais setores de atividades podia apresentar uma

³ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol I, pp. 282-343; MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais no governo urbano do Porto...”, pp. 323-347; MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais e o poder concelhio nas cidades medievais...”, pp. 149-170.

distribuição concentrada, ou dispersa. Entre esses dois polos extremos, de uma concentração total ou de uma grande dispersão, podiam existir várias gradações intermédias. Ou seja, ao analisar a distribuição de cada um dos mesteres individualizados, ou de grupos setoriais de mesteres, ou ainda o conjunto dos mesteres de uma cidade é necessário definir as suas localizações absolutas e relativas no quadro urbano e peri-urbano, isto é, a sua distribuição no espaço. Esta pode revelar-se concentrada, dispersa ou situar-se num nível intermédio⁴.

De facto, podemos encontrar diferentes níveis numa escala crescente entre a dispersão e a concentração total das atividades dos mesteres, nomeadamente:

- Concentração num único local.
- Poli-concentração, isto é, concentração em múltiplos polos.
- A concentração pode ser exclusiva (num local, ou em vários pontos); ou concentração não exclusiva, ou seja, que pode coexistir com níveis de dispersão.
- Forte dispersão.

Ao proceder a essa análise de localização e distribuição dos mesteres para cada cidade, podemos aplicá-la em três níveis distintos: para cada mester; para conjuntos de mesteres afins; e para a totalidade dos mesteres. Podemos dessa forma identificar áreas, na cidade e na zona peri-urbana, de maior concentração de mesteres, de dispersão e também de escassez ou ausência total de mesteres. E de seguida procurar explicar as razões dessa distribuição na perspetiva dos mesteres e das atividades económicas, mas também, simultaneamente, na perspetiva da análise e lógica de organização do espaço urbano no seu todo.

O ponto de partida deste tipo de análise é, por excelência, a cidade. De facto, o quadro urbano e peri-urbano de cada cidade deve ser a escala de análise inicial, numa primeira fase. Posteriormente, numa segunda fase, ganha-se em inteligibilidade quando se passa à comparação entre diferentes cidades, nas suas diferenças e semelhanças, na definição de padrões e de exceções a esses padrões de distribuição que será necessário explicar e relacionar também com a diversas

⁴ Vários exemplos destas afirmações em MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 218-248; RIBEIRO, Maria do Carmo; e MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, Braga: CITCEM, 2012, pp. 145-171; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. *Medievalista* [Em linha], N° 12 (Julho-Dezembro de 2012). Disponível em www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os grupos populares nas cidades medievais portuguesas: problematização e inserção no espaço urbano”. In J. A. SOLORZANO TELECHEA, B. A.; BOLUMBURU, B.A.; HAEMERS, J. (Eds.) – *Los Grupos populares en la ciudad medieval Europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2014, pp. 109-131.

caraterísticas gerais de cada urbe, em termos espaciais e topográficos, mas também económicos, sociais, populacionais e políticos ou jurisdicionais⁵. Por exemplo, se a cidade é de senhorio régio ou privado. Grau de autonomia e poder dos seus órgãos concelhios. Tipo de sociedade urbana e quais as atividades económicas dominantes, etc. E essa comparação entre cidades, por seu turno, deve também ser desenvolvida a diferentes níveis: entre cada mester ou grupos setoriais de mesteres; e depois entre todos os mesteres no seu conjunto. A aplicação faseada e interrelacionada desta multiplicidade de enfoques e de escalas é fundamental para se poder compreender melhor essas realidades de cada cidade e garantir uma maior inteligibilidade das suas comparações.

Passemos de seguida a refletir, teorizar e identificar algumas regras gerais ou tendências explicativas dos fenómenos de concentração e dispersão dos mesteres.

Podemos tipificar algumas tendências ou “regras de atração”, ou seja diferentes tipos de causas que podem explicar os fenómenos de concentração, ou de dispersão, de mesteres no espaço.

Antes de mais, convém sublinhar que a concentração de mesteres no espaço podia ser imposta e obrigatória por meios regulamentares e coercivos; ou, pelo contrário, ser “natural”, no sentido de resultar de uma serie de contextos e fatores de caráter não impositivo.

A concentração de mesteres no espaço podia ser resultado de diversos fatores, que podemos agrupar em cinco grandes tipos:

1. Imposição legal ou normativa emanada de autoridades públicas que obriga determinadas atividades a estarem localizadas obrigatoriamente, e de modo exclusivo, em certo local ou locais específicos da cidade.
2. Proibição normativa emanada de autoridades públicas, para que certas atividades fossem interditas em determinadas ruas ou espaços da cidade, de forma permanente ou condicionada a horários específicos.
3. Concentração motivada por questões técnicas ou constrangimentos da estrutura e dos processos produtivos (casos de *manufactura concentrata*, por contraponto a outros casos de *manufactura disseminata*).
4. Fatores económicos e sociais, como a simples atração natural, sentimentos gregários, ou outras razões semelhantes.
5. Resultado da evolução urbana e das caraterísticas das diferentes áreas urbanas e subúrbios.

⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas...”, pp. 145-171.

Estes mesmos factos, ou em alguns casos a sua ausência, podem também explicar os fenómenos de dispersão.

De seguida, especifica-se melhor cada um destes tipos de fatores, através de exemplos concretos, escolhidos entre outros possíveis.

No entanto, note-se que cada mester podia ser influenciado simultaneamente por mais do que um destes fatores, ainda que com pesos relativos distintos. De facto, nesses casos, com frequência, um desses tipos de fatores afigura-se como mais determinante que outros na explicação da distribuição de cada mester ou grupo de mesteres. É nesse sentido que devem ser entendidos os exemplos que se seguem de cada tipo de fatores explicativos das distribuições de concentração / dispersão de mesteres.

2.1. Imposição legal ou normativa emanada de autoridades públicas que obriga determinadas atividades a estarem localizadas obrigatoriamente, e de modo exclusivo, em certo local ou locais específicos da cidade.

Trata-se de leis ou regulamentos emanados de uma autoridade pública, motivados por diversas razões, tais como questões fiscais; interesses de diferentes autoridades e poderes jurisdicionais concorrenciais; maior controlo e fiscalização da atividade; motivos de saúde pública; considerações urbanísticas, entre outros. Teoricamente poderiam proceder também de associações de mesteres, nesses casos sob autorização de uma autoridade pública, mas não encontramos até ao momento nenhum exemplo concreto dessa possibilidade, até aos finais do século XV. Segue-se o caso dos carneiros, como exemplo de atividade cuja localização e distribuição no espaço se enquadra maioritariamente neste fator de Tipo 1.

O mester dos carneiros, caracterizado nos documentos medievais nas suas dimensões de abater, esquarterar e vender a carne (*matar, cortar e vender*) era com frequência concentrado num determinado local, ou locais únicos, em geral de modo obrigatório, sendo muito limitado e controlada a possibilidade de vender pelas ruas da cidade. Esse lugar obrigatório era o açougue ou açougues da carne⁶. Em algumas cidades, como o Porto tudo se realizava no açougue. Noutros casos, como em Évora, as rezes eram abatidas no curral do concelho, e as restantes atividades realizadas nos açougues⁷. A concentração nesses locais obedecia a critérios de higiene e saúde pública – controlo da poluição que a atividade produz –, controlo de qualidade dos bens vendidos e de quantidades mínimas obrigatórias, a fim de

⁶ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol I, pp. 230-232; 306-307.

⁷ BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – Évora na Idade Média. Lisboa, 1995, p. 457; SERRA, Joaquim António – *Governar a cidade e servir o rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Universidade de Évora. Tese de doutoramento, 2015, pp. 117-119.

garantir o abastecimento da cidade; controlo de preços e salários, bem como pesos e medidas, tudo aspetos mais fáceis de controlar num espaço único. Mas também relacionado com conflitos ou interesses de diferentes poderes com jurisdições sobre a atividade. Por exemplo, no Porto, um imposto específico sobre os açougues, as *açougagens*, revertia para o cabido da Sé pois constituía até meados do século XV monopólio do cabido; o controlo de outros aspetos era do concelho, através dos seus oficiais como o almotacé, ou o *vedor do peso das carnes*⁸, entre outros. Apenas a venda da carne à enxerca podia ser ambulante pela cidade, realizada por familiares dos carneiros, mas sem parar em permanência em nenhum local⁹. Havia exceções. Os judeus conseguiram o privilégio de terem carneiro privativo na judiaria, por questões religiosas obviamente, que era um carneiro cristão, mas que devia abater as rezas segundo as indicações e supervisão das autoridades judaicas locais. Mas para se perceber bem o significado desse monopólio senhorial no Porto é necessário acrescentar que esse privilégio da judiaria foi autorizado pelo cabido, apenas mediante o pagamento anual pela comuna dos judeus de *uma dobra de ouro castelhana*, ou o seu valor, o que levou a um litígio entre as partes durante o século XV¹⁰.

No caso de Braga, a distribuição da carne entre o Bispo, o cabido e o concelho estava regulamentada, mas era objeto de litígio sobre quem devia escolher primeiro, logo a seguir ao Bispo, se os homens do cabido, se os do concelho. Aqui a disputa entre o cabido e o concelho, que se prolongou durante o século XV, era uma questão de qualidade; a quantidade estava definida, mas quem escolhesse primeiro podia escolher a melhor carne¹¹.

Todos estes exemplos mostram as vantagens deste mester estar concentrado num único local e, mesmo assim, quando isso não se verificava totalmente, podia ser causa de maiores disputas.

Uma outra característica dos açougues da carne, que parece verificar-se em diversas cidades portuguesas nos séculos XIV e XV, era a sua localização frequente junto da Sé Catedral, ou da Igreja Matriz, ou nas suas proximidades. À primeira vista poderia causar estranheza que um mester tão “sujo” e socialmente mal visto pelo sangue, restos e cheiros que produz, seja localizada junto da principal igreja da cidade. A explicação, em parte pelo menos, terá a ver com a sua tendência evolutiva. Até ao século XIII ou inícios do XIV o açougue constituiria um dos mercados ou mesmo o mercado principal da cidade, seguindo a tradição

⁸ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 230-232.

⁹ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, p. 306.

¹⁰ DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho – “O cabido da Sé do Porto e a comuna do Judeus: por uma dobra e um açougue”. In *As religiões da nossa vizinhança: História, Crença e espiritualidade*. Porto, 2006, pp. 173-206; MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 230-232.

¹¹ MARTINS, Raquel de Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado, 2013, pp. 68-69.

muçulmana, ou seja, um local de concentração de comércio e de alguns mesteres, não exclusivo dos carneiros nem de nenhum setor específico. Vários mesteres aí estariam localizados, incluindo os carneiros, provavelmente com espaços próprios e apartados dentro do açougue devido às já referidas características específicas do mester, à semelhança do que se verifica documentalmente em diversos locais e em distintas épocas. Com o tempo, ao longo do século XIV e início do XV, os mesteres e outros comércios foram-se espalhando pelas várias ruas da cidade e abandonado o açougue¹², tornando-se este aos poucos um lugar especializado, designado muitas vezes como “açougue da carne”, por vezes “açougue da carne e do pescado”, mas ao longo dos séculos XIV, XV e inícios do XVI, a simples designação de açougue já se subentendia ser “da carne”, sem necessidade dessa menção específica. Em algumas cidades, até se verificou uma especialização dentro dos açougues por tipo de carne, surgindo os açougues das cabras, os açougues do povo, além do preexistente açougue (também da carne), como se verificou no Porto¹³, entre outros exemplos.

Sintetizando, nos séculos XII e XIII grande parte do comércio e mesteres localizar-se-iam nos açougues, em geral situados próximo da igreja principal de cada cidade, pois nessa época as urbes eram mais pequenas, era habitual junto dessa igreja existir uma praça e locais de comércio e artesanato, além da proximidade com um centro de poder importante, o eclesiástico. Com o tempo, a maior parte das atividades foram abandonando esses açougues, acabando por ficar os carneiros os únicos que aí permanecerem ao longo dos séculos XIV e XV, pelas razões já apontadas. Em algumas cidades, como em Braga, a partir de finais do século XV e inícios do XVI esses açougues mudaram, por seu turno, de localização, em geral para os arrabaldes, embora em outros centros urbanos, como no Porto, essa mudança e o seu afastamento das proximidades da Sé ou Matriz tenha sido muito mais tardia. Assim se poderá justificar a evolução semântica de açougue, por um lado, e explicar a sua localização habitual nos séculos XIV a XV, por outro.

Este modelo evolutivo, com algumas especificidades e diferenças cronológicas entre cada cidade, pode ser encontrado em vários centros urbanos medievais, como Porto, Braga¹⁴, Guimarães¹⁵ e Évora¹⁶. Mas será importante verificar, em

¹² BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – Évora na Idade Média..., p. 457; SERRA, Joaquim António, *Governar a cidade e servir o rei:...*, pp. 117-119.

¹³ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 230-232; 306-307.

¹⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas...”, pp. 153-155.

¹⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães, Duas Vilas um só povo: estudo de história urbana (1258-1390)*. Braga: CITCEM/ ICS – Universidade do Minho, 2010, pp. 236 e ss.; 479-489.

¹⁶ BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – Évora na Idade Média, p. 457; SERRA, Joaquim António – *Governar a cidade e servir o rei:...*, pp. 117-119.

futuros estudos comparativos, se este modelo se aplica a outras cidades, e com que *nuanças* e cronologias específicas, bem como determinar em que urbes não se aplica.

2.2. Proibição normativa emanada de autoridades públicas, para que certas atividades fossem interditas em determinadas ruas ou espaços da cidade, de forma permanente ou condicionada a horários específicos.

Este tipo de medidas podia não conduzir necessariamente à concentração de mesteres em certos locais, nem invalidar a existência de dispersão. No entanto podia constituir um fator, que, em conjunto com outros, potenciava a concentração em alguns locais, pelo facto de impedir a sua localização noutras. Os motivos gerais para estas medidas são, globalmente, os mesmos indicados na alínea anterior. Entre outros exemplos, a proibição de atividades sujas, ou seja poluentes na Rua Formosa, no Porto, no século XV, por se pretender que fosse uma rua de elite¹⁷. Ou a proibição de venda de carne pela cidade fora dos açougues, com exceção da venda à *enxerga*, de modo ambulante, que era permitida. Ou ainda o peixe que não podia ser vendido antes da *hora da terça* fora da Praça da Ribeira, mas a partir dessa hora já as regateiras e regatões o podiam vender pelas ruas da cidade¹⁸. Estes dois últimos exemplos, ambos do Porto dos séculos XIV e XV, ilustram casos de proibições condicionadas, que admitem exceções de produtos e de ser ambulante no primeiro caso, ou limitada a certos horários, no segundo.

2.3. Concentração motivada por questões técnicas ou constrangimentos da estrutura e dos processos produtivos (casos de manufactura concentrata, por contraponto a outros casos de manufactura disseminata).

Aqui apresentam-se três exemplos distintos, para mostrar a variedade de situações. Os *pelames*, ou seja a atividade de curtição de couros, necessitavam de estruturas específicas, os tanques de curtir, embora pudessem ser substituídos por tinas de madeira. Em todo o caso, são estruturas pesadas e fixas, no caso dos tanques, que necessitam da proximidade de cursos de água; sendo atividades muito poluidoras, sobre água e solos em particular, a sua localização é com frequência controlada

¹⁷ MARQUES, José – “Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)”. *Revista de História* (Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II) 3 (1980), pp. 73-97; SANTOS, M.ª Helena Pizarro P. – “O Impacto da Rua Nova do Porto no urbanismo, construção e sociedade”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, Braga: CITCEM, 2012, pp. 229-242.

¹⁸ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, p. 231, nota 37.

ou condicionada pelas autoridades. A utilização dos tanques ou pelames era feita mediante o pagamento de um aluguer durante o período necessário (algumas semanas em geral) ao dono dessas infraestruturas, que podia ser autoridades públicas como concelhos, ou instituições privadas como uma Colegiada ou uma confraria¹⁹. Tudo isto conduz à tendência a concentração desses mesteres da curtição, mesmo que não existam leis que o obriguem expressamente. Ainda assim, existe uma evolução, como veremos no caso dos pelames do Porto, essa localização poderia mudar se se justificasse e fosse possível. Nunca é um condicionamento absoluto. Mas mudando ou não o local da concentração da atividade, a tendência seria para concentrar por esses motivos. Exemplo do Porto, Braga, Guimarães de concentração dos pelames. Claro que numa fase inicial seria mais fácil ajustar e mudar a localização; mas depois de muitas estruturas fixas, muitas vezes de pedra ou mesmo cavadas na rocha, contruídas numa determinada área, como os pelames no Porto, seria mais difícil, embora não impossível, mudar de local. Talvez seja uma das razões principais – ou a razão principal – para não terem mudado de localização quando nos séculos XV e XVI a expansão urbana de zonas de prestígio atingiu as suas imediações. Em Guimarães e Braga, a questão não se colocou, pois a zona dos pelames mantém-se área de arrabaldes desde pelo menos o século XIII, até à contemporaneidade²⁰. Ao contrário do Porto, a expansão urbana não atingiu essas zonas antes do século XIX ou XX.

Quais os motivos dessa localização concentrada, dos pelames? Pela necessidade técnica da proximidade de cursos de água e simultaneamente a proximidade relativa dos açougues. A condicionar a solução, pelo menos na fase de instalação inicial nesse local, terá existido decerto a preocupação de afastamento de lugares mais habitados e centrais e das moradas de prestígio, como a zona da Sé, devido aos maus cheiros e poluição que, em geral, tais atividades acarretavam. Embora não se conheça legislação nesse sentido, não seria de estranhar que tivesse existido ordenamento que obrigasse a serem aí realizadas, pelo menos certas fases da curtição; mas não passa de suposição nossa, à semelhança do que se encontra em algumas outras cidades da Europa²¹. Até ao século XIV – não sabemos desde quando se começaram a concentrar aí; mas parece ter sido processo incrementado desde o início desse século, como já referimos – a concentração dessas atividades nesse sítio compreende-se por corresponder a um local-tipo ideal para o mester

¹⁹ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 227-228.

²⁰ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas...”, pp. 157-158; 91-94, 96, 99-100.

²¹ CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *La industria medieval de Córdoba*. Córdoba, 1990, pp. 160-163; LEGUAY, Jean-Pierre – *La Pollution au Moyen Âge dans le royaume de France et dans les grands fiefs*, 4^{ème} édition. Paris, 2005, pp. 24-27; 38-39; 58-62.

da curtição: sítio afastado da zona central da cidade, e fora das muralhas, mas suficientemente próximo dos açougues e junto do imprescindível curso de água. Já com o crescimento urbano da cidade ao longo dos séculos XIV e XV, essa zona dos pelames ficou completamente rodeada de “cidade”, já não era zona afastada. A nova muralha Trecentista englobou essa zona no perímetro urbano, e verificou-se o subsequente crescimento da cidade também em torno dessa área, até finais do século XV. Como explicar que, nesse novo contexto, a concentração de tanarias não tivesse mudado de sítio, antes parece, muito pelo contrário, ter-se reforçado e expandido a sua presença dentro dessa zona até finais do século XV? Decerto porque não havia outro lugar com idênticas condições para onde ir. Ainda que rodeado de zonas urbanas e até crescentemente de zonas de prestígio durante os séculos XV e XVI – e em particular desde o início deste século com a abertura da Rua da Flores – não existia outro curso de água equivalente, ou outro local deste mesmo Rio de Vila, com idêntica situação e localização, incluindo a possibilidade de concentração de equipamentos fixos, cavados na rocha e simultaneamente próximo e com bons acessos aos açougues²².

Um outro exemplo é o da Construção naval. Esta atividade exige naturalmente locais específicos, praias fluviais ou marítimas, com características distintivas e, em geral, dispondo de estruturas fixas necessárias para essa atividade²³. Com frequência a sua utilização é realizada mediante o pagamento de aluguer dessas estruturas cuja propriedade e autorização de utilização era de autoridades públicas, como concelhos, ou privadas. Tudo isso conduzia à concentração da construção naval em estaleiros de construção, locais próprios para essas atividades de dimensão variável, pequenas, média, grande, como se verificava em muitas cidades e portos do Reino e em particular, as de maior dimensão, nas cidades de Lisboa e Porto e seus arrabaldes. Outras atividades associadas à construção naval, relativos a outros mesteres e espaços específicos, não se realizavam necessariamente nos estaleiros mas próximo deles. Por exemplo, tal era o caso, em particular, dos *cordoeiros* que era um dos mesteres mais importante em cidades e locais de construção naval de certa dimensão, que necessitavam igualmente de espaços com características físicas específicas: faixas de terreno estreitas e compridas para permitir as tarefas de enrolar os diversos fios e cordas mais pequenas, que constituíam os diversos tipos de cordas e cordames necessários aos vários tipos de embarcações. Podia

²² MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 227-228; MELO, Arnaldo Sousa – “O convento de S. Domingos e os curtumes: abastecimento de água, poluição e paisagem no Porto dos séculos XIV e XV”. In GONÇALVES, Iria (Coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa, 2007, pp. 121-156.

²³ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 222 -223; 228; 238 e 244 -245; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas...”, pp. 165-167.

corresponder a talhões com essa forma, individualizada que poderia revestir diversas formas conforme a tipologia, como socialcos. Ou então um grande rossio que se podia usar e dividir por vários cordoeiros em simultâneo, mediante pagamento de uma renda ou taxa ao dono desse rossio, pela sua utilização. O Bispo do Porto tentou, em 1331, que nessa zona de rossio do Olival não houvesse mais nenhum espaço de cordoaria, exceto a que já aí existia que era dele²⁴. Ou seja, tal como noutros exemplos, os senhores procuravam ter monopólios, ou pelo menos parte dessa infraestruturas produtivas de uso obrigatório ou necessário para várias atividades e mesteres. Essas características, associada ao perfil topográfico e condições gerais dos espaços urbanos respetivos, conduziram, com frequência, à concentração dessas atividades em áreas muito próprias, como se pode verificar de forma muito clara no caso da cidade do Porto²⁵.

Outro exemplo ainda de concentração de mester baseada em larga medida em questões técnicas é a moagem de cereal nos moinhos hidráulicos. Estes equipamentos, por questões óbvias, estão dependes dos cursos de água e das condições de cada um e dos diferentes espaços ao longo do respetivo curso, pelo que por essa via se explica a maior ou menor concentração de moinhos em determinados locais dos cursos de água, associa também à proximidade e facilidades de transporte relativamente aos aglomerados urbanos, destinos da maior parte do cereal moído. Um exemplo já estudado é o caso do Porto. Todas estas condicionantes levam à concentração de moinhos em determinados locais, e à sua dispersão noutros²⁶.

2.4. Fatores económicos e sociais, como a simples atração natural, sentimentos gregários, ou outras razões semelhantes.

Estes fatores económicos e sociais também estão presentes nos exemplos anteriores, em particular no caso atrás referido de prevalência de fatores técnicos. É evidente que nesses caso os fatores económicos e sociais também estão presentes, ainda que subordinados aos aspetos técnicos. Mas agora irei apresentar alguns exemplos de mesteres nos quais os aspetos económicos e sociais são os mais importantes para explicar a sua localização e distribuição, e nos quais os fatores técnicos e normativos urbanos teriam uma influência muito mais reduzida, ou mesmo inexistente para justificar essa inserção no espaço.

²⁴ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 222-223; 228.

²⁵ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 222-223; 228; TEIXEIRA, Helena Lopes – “A ação das estruturas portuárias na urbanização do Porto tardo-medieval”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, Braga: CITCEM, 2012, pp. 273-290; BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto: a construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa, Academia de Marinha, 2016, pp. 163-372.

²⁶ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, p. 245; Vol. II, p. 307.

Casos como os sapateiros, os ferreiros, ourives, ou os alfaiates seriam exemplo de mesteres em que não se encontram, na maior parte das cidades, questões técnicas, nem normativas que determinem de forma relevante a sua distribuição no espaço. Sobretudo nas maiores cidades encontramos casos de concentração em certos polos urbanos, mas coexistindo com alguma dispersão, mais ou menos significativa consoante as cidades, por vezes até dominante, como no caso dos alfaiates do Porto. Nestes casos parecem ser os fatores económicos e sociais os mais importantes na explicação da localização e distribuição. Curiosamente os casos de concentração que acabaram por dar origem com frequência a topónimos de ruas de mester são precisamente estes. Em muitas cidades medievais existem Ruas dos Sapateiros / da Sapataria, Rua dos Ferreiros, ou Rua dos Ourives, que por vezes ainda hoje conservam essas designações. Embora não significassem exclusividade do respetivo mester nessa artéria, nem sequer necessariamente que estavam em maioria²⁷. Nem tal impedia que coexistissem com dispersão de mesteres pela cidade, nem com a existência de poli-concentração do mester, por vezes, mas nem sempre, com a respetiva indicação toponímica, do tipo Ferraria de Cima e Ferraria de Baixo, como no Porto. Mas, pelo contrário, lembremos que a maioria das vezes os locais de concentração de um dado mester nem sempre correspondiam a topónimo a ele relativo²⁸. Até porque por vezes uma mesma rua podia ser em simultâneo local de concentração de mais que um mester. Os topónimos Rua da sapataria, sapateira e afins em geral remetem para zonas de forte concentração de mesteres e comércio, mas onde a atividade designada pelo topónimo muitas vezes nem sequer é a dominante, como o exemplo paradigmático da Rua da Bainharia no Porto. São artérias e zonas de forte concentração de mesteirais e de diversos mesteres e comércio, tendeiros e não zona de predominância de um único mester²⁹. Mas a existência desses topónimos indica que pelo menos em alguns momentos aí se verificou alguma concentração desses mesteirais. Curiosamente no caso desses mesteres que mais habitualmente deram nome a ruas não costumam existir normas legais, ou constrangimentos técnicos que levem à sua concentração.

Em todo o caso, a concentração em determinados locais da cidade ou dos arrabaldes parece relacionar-se com questões de maior centralidade económica e social desses espaços, onde se concentram mais mesteirais mas também mais clientes, e onde as expectativas de maior volume de negócio seriam maiores. Ao mesmo tempo que a proximidade de mesteirais do mesmo mester possibilitaria maior controlo, mas também maior entreajuda entre si. Os já referidos casos de

²⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar – “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”. In *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa, 2003, pp. 83-96.

²⁸ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 235-239.

²⁹ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 226-239.

concentração de sapateiros, ferreiros, ourives, entre outros, são exemplos frequentes, tendo a eles associados um topónimo de mester, ou não.³⁰

2.5. Resultado da evolução urbana e das características das diferentes áreas urbanas e subúrbios.

A forma como as diferentes áreas da cidade e arrabaldes foram evoluindo e articulando entre si ao longo dos séculos medievais, por força de fenómenos de ordem económica e social, ou por decisões políticas e administrativas das autoridades públicas também teve influências nos fenómenos de concentração e dispersão de mesteres e sobretudo na sua evolução e transformação ao longo do tempo, uma vez que sofrem mutações e não são estáticos³¹. Por exemplo, no caso do Porto particularmente estudado nestas perspetivas, verifica-se o surgimento de novos locais de concentração e também de dispersão dos mesteres, desde finais do século XIV e ao longo do século XV e XVI, à medida que a cidade cresce e se urbanizam novos espaços, por exemplo na zona Ribeirinha a Poente, por um lado, ou na colina do Olival, por outro³². Aí se verifica a concentração de mesteirais, desde o início do processo de urbanização dessa artéria em inícios do século XV. Como no processo de urbanização da Rua do Souto na parte do Morro do Olival desde inícios do século XV se verifica a concentração de ferreiros e sapateiros, a par com outros mesteres mais dispersos, artéria que depois no século XVI terá o nome de Rua da Ferraria de Cima. Ou também de processo de transferência ou “translação” de um mester de um local de concentração para outro local, por exemplo a crescente redução de ferreiros na zona de Santo Ildefonso no Porto, e o simultâneo aumento de ferreiros na zona do Souto futura Rua da Ferraria de Cima, área em processo de urbanização durante o século XV³³. Ou seja, nuns casos duplica-se ou aumenta-se as zonas de concentração de mester, noutros casos há uma substituição de uma zona de concentração por outra, mas em ambos os casos trata-se de mudanças que se articulam e resultam do processo de crescimento e

³⁰ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 232-239.

³¹ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 239-247; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas...”, pp. 145-171; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, pp. 79-116; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os grupos populares nas cidades medievais portuguesas...”, pp. 125-131.

³² MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 239-247. TEIXEIRA, Helena – *Porto, 1114-1518, A construção da cidade medieval*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado, 2010.

³³ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 232-247.

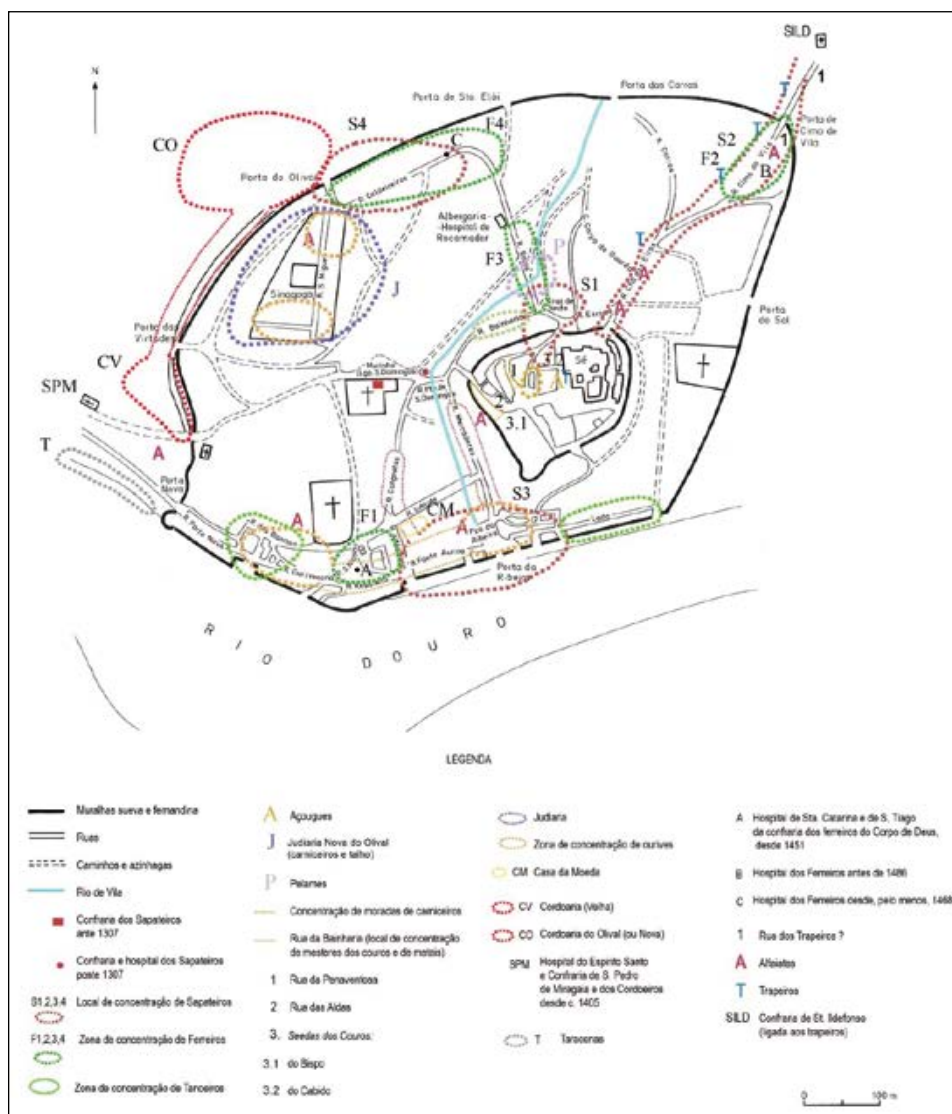


Fig. 1 – Distribuição geral dos mesteres no Porto – finais do século XIV e século XV.
(MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol I, p. 250)

urbanização de cidade para novos espaços. No caso do Porto resulta do crescimento da cidade para Poente, por decisão e promoção do Rei e do Concelho, através da abertura da Rua Nova, na cota baixa e a construção da Judiaria Nova do Olival, na cota alta, bem como a urbanização do restante morro do Olival, onde se inclui o eixo da já referida Rua do Souto. Tudo isto enquadrado e precedido pela construção da nova muralha, concluída no reinado de D. Fernando e a enorme

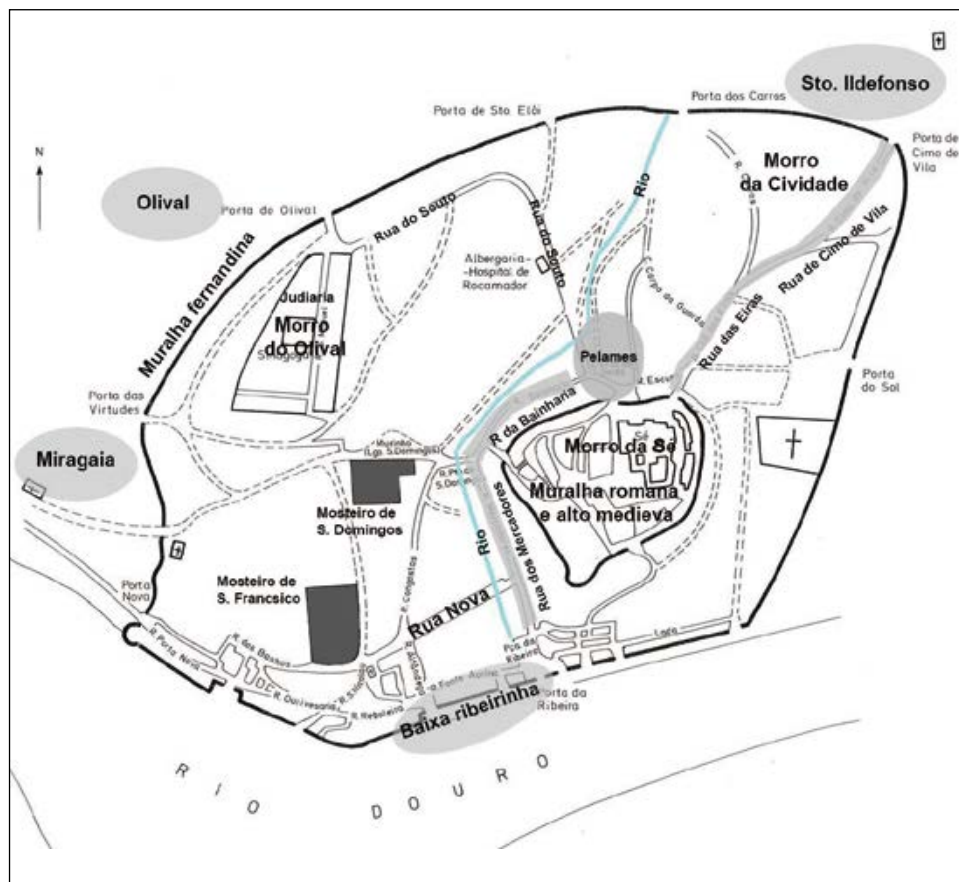


Fig. 2 – Topónimos do Porto e seus arrabaldes – finais do século XIV e século XV.
(Ribeiro, Maria do Carmo; e Melo, Arnaldo Sousa – “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas...”, p. 99).

ampliação do espaço amuralhado que implicou, que passou a incluir vastas áreas por urbanizar, ou escassamente urbanizadas, nesta zona Poente da cidade. Assim, esta expansão urbana geral incluiu também uma expansão específica dos mesteres para essas áreas, sob as diversas modalidades referidas³⁴.

Este factor 5 trata-se portanto de uma outra perspectiva de análise a privilegiar, complementar dos anteriores.

³⁴ MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção...* Vol. I, pp. 232-247; TEIXEIRA, Helena, *Porto, 1114-1518, A construção...*, pp. 76-80; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas...”, pp. 159-169.

3. Conclusões.

Os motivos para a concentração de mesteres podiam ser múltiplos, pelo que em geral estas diversas possibilidades podiam existir em simultâneo e interagir entre si.

Quanto à forma de aplicação, todos esses tipos de fatores podiam ser:

- Impostos por uma autoridade pública formal, como o concelho, o senhor, poderes eclesiásticos, ou até o rei.
- Impostos por associações de mesterais, mesmo que informais.
- Sem nenhuma imposição normativa, mas resultando apenas de fatores económicos, sociais ou técnicos (ainda que estes também possam ser objeto de imposição normativa).

Estes mesmos tipos de fatores e condicionantes podem ajudar a explicar, de igual modo, *a contrario*, os fenómenos de dispersão no espaço. Ou seja, quando aqueles não se verificam ou são de baixa intensidade, por exemplo na ausência de imposição normativa, ou não se verificando outros tipos de pressão ou de constrangimentos para a concentração, pode verificar-se uma maior dispersão, sobretudo se houver vantagens ou condições que a justifiquem.

É evidente que as condições reais de cada cidade em concreto são sempre variáveis e resultam de interação entre vários fatores, pelo que será sempre necessário uma análise caso a caso para determinar melhor as causas de dispersão e de concentração.

Analisando a questão da localização e distribuição dos mesteres no quadro urbano, pode-se começar por afirmar que, em geral, as zonas de concentração das atividades mesterais correspondem, na maior parte dos casos, a núcleos intensos de concentração de atividades económicas. Alguns mesteres, no entanto, fogem a esta regra e, por razões específicas do próprio mester, localizam-se preferencial ou exclusivamente em locais próprios, afastados dessas zonas mais centrais. Não há, assim, um padrão único e exclusivo dos mesteres na forma como se distribuem pela cidade e arrabaldes.

Pode-se ainda constatar que certos mesteres apresentam uma tendência mais forte para a concentração no espaço, enquanto outros correspondem predominantemente a situações de dispersão. Essa realidade pode variar de cidade para cidade, mas existem algumas tendências gerais que se podem encontrar em várias cidades portuguesas nos séculos XIV e XV.

Este estudo pretendeu apresentar uma reflexão teórica e propostas de metodologia de análise e de uma tipologia dos fatores condicionantes da concen-

tração ou dispersão dos mesteres no tecido urbano. Ainda que o ponto de partida da análise deva ser o estudo de cidade a cidade, esta tipologia pretende também facilitar a comparação entre cidades, fundamental para aumentar a nossa compreensão e inteligibilidade desses processos de localização e distribuição dos mesteres nas cidades medievais. Deixa-se aqui apresentada esta proposta tipológica que poderá servir de modelo para aplicar no estudo de outras cidades, facilitando assim a análise comparativa.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Amélia Aguiar – “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”. In *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa, 2003, pp. 83-96.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, – *Porto: a construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa, Academia de Marinha, 2016.
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa, 1995.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *La industria medieval de Córdoba*. Córdoba, 1990.
- DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho – “O cabido da Sé do Porto e a comuna do Judeus: por uma dobra e um açougue”. In *As religiões da nossa vizinhança: História, Crença e espiritualidade*. Porto, 2006, pp. 173-206.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães, Duas Vilas um só povo: estudo de história urbana (1258-1390)*. Braga: CITCEM/ICS – Universidade do Minho, 2010.
- LEGUAY, Jean-Pierre – *La Pollution au Moyen Âge dans le royaume de France et dans les grands fiefs*, 4^{ème} édition. Paris, 2005.

- MARQUES, José – “Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)”. *Revista de História* (Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II) 3 (1980), pp. 73-97.
- MARTINS, Raquel de Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado, 2013.
- MELO, Arnaldo Sousa – “O convento de S. Domingos e os curtumes: abastecimento de água, poluição e paisagem no Porto dos séculos XIV e XV”. In GONÇALVES, Iria (Coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa, 2007, p. 121-156.
- MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320-c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415*. 2 vols. Braga e Paris: Universidade do Minho e École des Hautes Études en Sciences Sociales. Tese de doutoramento, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9896> [consultado 20/3/2018].
- MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais no governo urbano do Porto nos séculos XIV e XV”. In SOLORZANO TELECHEA, J. A.; BOLUMBURU, B. A. (Coords.) – *La Gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media*. Logroño: Centro de Estudios Riojanos, 2011, pp. 323-347.
- MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV)”. In *EDAD MEDIA. Revista de Historia*, nº 14 (2013), pp. 149-170.
- MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os grupos populares nas cidades medievais portuguesas: problematização e inserção no espaço urbano”. In J. A. SOLORZANO TELECHEA, B. A.; BOLUMBURU, B.A.; HAEMERS, J. (Eds.) – *Los Grupos populares en la ciudad medieval Europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2014, pp. 109-131.
- RIBEIRO, Maria do Carmo; e MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, Braga: CITCEM, 2012, pp. 145-171.

RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. *Medievalista* [Em linha], Nº 12 (Julho-Dezembro de 2012). Disponível em www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html

RIBEIRO, Maria do Carmo; e MELO, Arnaldo Sousa – “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, pp. 79-116.

SANTOS, M.^a Helena Pizarro P. – “O Impacto da Rua Nova do Porto no urbanismo, construção e sociedade”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, Braga: CITCEM, 2012, pp. 229-242.

SERRA, Joaquim António – *Governar a cidade e servir o rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Universidade de Évora. Tese de doutoramento, 2015.

TEIXEIRA, Helena – *Porto, 1114-1518, A construção da cidade medieval*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado, 2010.

TEIXEIRA, Helena Lopes, – “A ação das estruturas portuárias na urbanização do Porto tardo-medieval”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) – *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 273-290.

O poder de fabricar a paisagem urbana medieval.

*Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga*¹

*Maria do Carmo Ribeiro*²

Resumo

O objetivo deste artigo é colocar em evidência a importância do estudo da relação existente entre a atuação dos diferentes poderes urbanos (régio, senhorial ou eclesiástico, concelhio...) e a materialização da paisagem urbana medieval. Para tal, utilizaremos como caso de estudo a cidade medieval de Braga, a partir do qual se procura analisar quais os poderes, mas também as diferentes formas destes se materializarem, nomeadamente através da construção de grandes edifícios públicos, de infraestruturas, como as muralhas, mas também pela posse de propriedades urbanas, de modo a avaliar o impacto dos diferentes poderes na formação e desenvolvimento da paisagem urbana. Pretende-se, igualmente, analisar algumas construções urbanas, enquanto materialidade que concorre para o estudo das vicissitudes políticas e sociais que acompanharam a formação dos espaços urbanos medievais e de Braga, em particular.

Para a nossa análise tornou-se extremamente importante valorizar uma metodologia que cruze os diferentes tipos de fontes disponíveis, nomeadamente

¹ Este trabalho tem o apoio do Projeto Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território – AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

² Universidade do Minho; Departamento de História, Lab2pt.

arqueológicas e escritas, mas também as fontes iconográficas e cartográficas, assim como o edificado histórico, na exata medida em que algumas das materialidades medievais, de forma mais ou menos alterada, integram ainda a paisagem atual.

Palavras-chave

Poderes urbanos; materialidades; paisagem urbana; cidade medieval; Braga.

The power to fabrication the medieval urban landscape. Materialities and discourses in the medieval city of Braga.

Abstract

The purpose of this article is to highlight the importance of studying the relationship between the performance of different urban powers (royal, seigneurial or ecclesiastical, municipal council...) and the materialization of the medieval urban landscape. We will use as a case study the medieval city of Braga, from which we try to analyze which powers, but also the different forms of these materialization, namely through the construction of important public buildings, infrastructures such as the walls, but also by the possession of urban properties. Simultaneously, we intend to evaluate the impact of the different powers in the formation and development of the urban landscape. At the same time, we analyzed some urban constructions, as materiality that competes for the study of the political and social vicissitudes that accompanied the formation of medieval urban spaces in general, and Braga, in particular.

For our analysis, it has become extremely important to value a methodology that crosses the different types of available sources, namely archaeological and written sources, but also the iconographical and cartographic sources, as well as the historical building, to the extent that some of the medieval materialities, more or less altered, still integrate the current landscape.

Keywords

Urban powers; materialities; urban landscape; medieval city; Braga.

1. Introdução.

O estudo da relação existente entre os poderes e os processos de urbanização que conduziram à conformação das paisagens urbanas medievais encontrou nas últimas décadas um acrescido interesse, bem espelhado em algumas recentes publicações³.

A partir do estudo de várias cidades europeias tem sido possível confirmar que a formação da rede de cidades na Europa medieval ocorreu na maioria dos casos no contexto da estruturação territorial e devido à incitativa de senhores, tenham sido eles abades, bispos, reis ou nobres⁴. Simultaneamente, as questões têm-se focado na análise da atuação de diferentes poderes na formação da paisagem urbana medieval, procurando, por um lado, identificar as distintas formas de materialização dos poderes, por outro, avaliar o seu impacto efetivo em termos da construção da cidade medieval, indo de encontro ao grande tema do Poder de construir a cidade medieval⁵.

No caso português, a formação das cidades medievais encontra-se intimamente relacionada com os processos de reorganização e consolidação do território nacional no âmbito da denominada “Reconquista Cristã”⁶. Estes, encetados de forma mais consistente a partir do momento em que o condado portugalense é doado por Afonso VI de Leão à sua filha bastarda D. Teresa e ao franco D. Henrique de Borgonha, foram realizados com base numa dupla estratégia que permitisse conjuntamente assegurar o limite fronteiro a Norte, nomeadamente com o reino da Galiza, e a Sul recuperar território aos muçulmanos.

Todavia, apesar do condado portugalense (868-1139) gozar de uma elevada densidade populacional, a maior parte do povoamento encontrava-se disperso, registando um reduzido número de cidades, nomeadamente os aglomerados com origem romana, como Braga, Coimbra e o Porto. Os demais núcleos urbanos não passavam de aldeias, de sedes de “villa”, como é o caso de Guimarães, ou de pequenos burgos religiosos surgidos em torno de mosteiros, como o do Lorvão⁷.

³ BOUCHERON, Patrick e GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640): Tome 7, Marquer la ville : signes, traces, empreintes du pouvoir (XIII^e-XVI^e siècle)*. Paris: Sorbonne, 2014; CLARKE, Catherine A. M. (Ed.) – *Mapping the Medieval city: space, place and identity in Chester, c.1200-1600*. Cardiff: University of Walls Press, 2011; SIMMS, Anngret e CLARKE, Howard B. – *Lords and towns in Medieval Europe: The European historic towns*. London: Routledge, 2015.

⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; SIMMS, Anngret; CLARKE, Howard B. – *Lords and towns in Medieval Europe...*, pp. 1-3.

⁵ BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640)...*

⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista*. Vol. II da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 300-340.

Entre os vários aspetos que contribuíram para a consolidação da rede urbana nacional, o aumento demográfico registado ao longo dos séculos XI, XII e XIII e a política de concessão de “Cartas de Foro”⁸, encetada ainda com os primeiros condes e continuada com os monarcas do Reino de Portugal (a partir de 1139) até à estabilização das suas fronteiras (1297), assumem particular relevo. Importa, contudo, precisar que nos inícios do século XIII a rede de cidades portuguesas era ainda bastante reduzida, assim como a sua área urbana. À exceção de Lisboa, Coimbra ou Santarém, as restantes cidades episcopais como Braga, Porto, Guarda, Lamego e Viseu constituíam núcleos urbanos com índices urbanísticos reduzidos, sobretudo quando comparadas com outros núcleos urbanos que não possuíam estatuto de cidade, como é o caso de Guimarães⁹. Será sobretudo a partir da estabilização das fronteiras do território nacional (1297) e com o governo dos monarcas D. Afonso III (1248-1325) e D. Dinis (1279-1325) que Portugal reúne as condições políticas para promover o desenvolvimento económico e a coesão interna do seu território, através de vários instrumentos, nomeadamente a concessão de novos forais ou confirmação de anteriores, originando deste modo o surgimento de novos aglomerados populacionais, nomeadamente os concelhos, impulsionando o seu desenvolvimento urbano, bem como a dinamização económica do país. Simultaneamente, assiste-se, à revitalização das principais cidades episcopais, onde se passam a incluir os centros urbanos do Sul, como Évora, Beja e Silves¹⁰.

Apesar das Cartas de Foral, que regulamentam a administração de um espaço demarcado territorialmente (concelhos), estabelecendo os direitos e deveres dos seus habitantes, se assumirem como um instrumento de centralização do poder dos monarcas, instituindo um contracto quase direto entre o rei e o povo, constituíam-se simultaneamente como instrumentos dinamizadores da vida urbana, para os quais vários poderes urbanos concorriam, nomeadamente na construção da cidade. Até mesmo nas doações de Cartas de Couto, concedidas às igrejas e mosteiros, isentas de jurisdição régia, se assiste à incitativa de vários poderes urbanos na formação e desenvolvimento de centros urbanos, como se verificou, por exemplo, em Braga¹¹. Importa neste sentido, identificar quais eram estes

⁸ Referimo-nos aos vários tipos de doações régia, nomeadamente às cartas de Foral, de Couto, de Honras, de Povoamento, entre outras. DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – “Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Nº 106, (1996), pp. 275-297.

⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana, 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010.

¹⁰ MARQUES, A António de Oliveira – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista...”, pp. 300-340.*

¹¹ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média”. In CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria (Coord.) – *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. I. *La ciudad publicitada: de la documentación a la Arqueología*. León: Universidad de León, 2015, pp. 77-96.

Poderes? Régio, senhorial ou eclesiástico, concelhio... Mas também perceber, como se materializou a atuação dos diferentes poderes urbanos? Através da construção de espaços e arquiteturas, sobretudo de infraestruturas, como as muralhas, de edifícios públicos, mas também pela posse de propriedades urbanas, na abertura de ruas, largos ou praças, ou na conformação de bairros ou quarteirões... Também a ação de diferentes poderes urbanos foi sendo alternada e concretizada de diferentes formas, assim como a relação entre os vários poderes nem sempre foi pacífica, deixando marcas físicas na paisagem urbana. Neste sentido, importa estudar as materialidades urbanas enquanto elementos que concorrem para a análise das características urbanísticas da cidade medieval, no quadro das vicissitudes políticas e sociais que acompanharam a sua produção¹².

O objetivo deste artigo é colocar em evidência estas questões, através da análise de alguns espaços e arquiteturas da cidade medieval de Braga, nomeadamente daqueles que de forma mais evidente resultaram da manifestação de diferentes poderes urbanos, mas também compreender a sua importância para a formação e desenvolvimento da cidade, questionando as razões que estiveram na origem da sua construção ou transformação ao longo da Idade Média.

Para a nossa análise tornou-se extremamente importante valorizar uma metodologia que cruze diferentes tipos de dados, provenientes das fontes disponíveis, nomeadamente as arqueológicas e escritas, mas também as iconográficas e cartográficas, que muito embora produzidas só a partir do século XVI, como é o caso do vulgarmente conhecido como mapa de Braunio, permitem a partir de análises regressivas caracterizar física e urbanisticamente a paisagem urbana medieval. O edificado histórico, assume igualmente particular relevância, por constituir, apesar das sucessivas alterações e reutilizações, uma materialidade passível de ser cartografada e interpretada no âmbito do espaço urbano medieval.

2. Poderes, materialidades e discursos na cidade medieval de Braga.

O núcleo urbano medieval de Braga estabelece-se fisicamente sobre um quadrante, o Noroeste, da anterior cidade romana de *Bracara Augusta* que ocuparia uma área urbana de cerca de 48 hectares. Decorrente de um longo processo de sucessivas alterações urbanas ao longo da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média regista-se a formação de um pequeno burgo fortificado com aproximadamente 7 hectares,

¹² CLARKE, Catherine A. M. (ed.) – *Mapping the Medieval city...*; BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640)*...

que, entre os séculos IX e XIII, reutiliza o pano norte da muralha romana, e se encontra delimitado a sul por um novo perímetro defensivo¹³ (**Fig. 1**).

Será, contudo, com a restauração da Arquidiocese de Braga, ocorrida em 1071, bem como em resultado da atuação do seu primeiro bispo, D. Pedro (1070-1091), que se assiste a uma efetiva revitalização urbana de Braga. Das múltiplas iniciativas levadas a cabo por D. Pedro¹⁴, nomeadamente a fundação da Escola Capitular, a fundação ou reorganização do Cabido, a divisão administrativa da diocese ou o significativo alargamento do património capitular, a construção da Catedral de Braga representa um indicador claro do vigor urbano que se pretende imprimir na cidade.

Erigida numa área periférica do perímetro amuralhado alto medieval, sobre a maior basílica cristã identificada para o espaço urbano na Antiguidade Tardia¹⁵, a catedral de Braga, sagrada em 1089, constitui-se como o grande marcador arquitetónico, em torno do qual a cidade se irá articular e, simultaneamente, como a primeira grande materialização do poder e prestígio dos arcebispos na cidade, mas também no novo quadro político e eclesiástico que se começava a desenhar para o Noroeste hispânico¹⁶.

Apesar dos poucos vestígios que chegaram até nós, a catedral terá conhecido um projeto inicial de grande envergadura, com três naves, transepto saliente, cabeceira e deambulatório que se assemelharia aos grandes santuários de peregrinação europeus daquele tempo, como o de Santiago de Compostela¹⁷. Importa, a este propósito, relembrar a precocidade da restauração da antiga diocese de Braga, mas também as rivalidades daí decorrentes, nomeadamente as que dividiam Braga e Compostela, assim como o importante papel que os arcebispos de Braga desempenharam na formação de uma nova geografia eclesiástica que haveria por servir os interesses do próprio reino e a restauração definitiva das restantes dioceses, como a diocese do Porto, que só viria a concretizar entre 1112

¹³ RIBEIRO, Maria do Carmo; FONTES, Luís – “The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries”. In MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel (Ed.) – *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Lleida/Braga: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 2015, pp. 29-45.

¹⁴ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2ª edição refundida e ampliada. Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, pp. 213-222.

¹⁵ FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2 Série, Nºs 14/15, (1997-1998), pp. 137-164.

¹⁶ AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2017.

¹⁷ REAL, Manuel Luís – “O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”. In *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Actas, vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489; BOTELHO, Maria Leonor – “Arte Românica em Portugal: Sé de Braga”. In José María Pérez González (Dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campo: Fundación Santa Maria La Real, 2010.

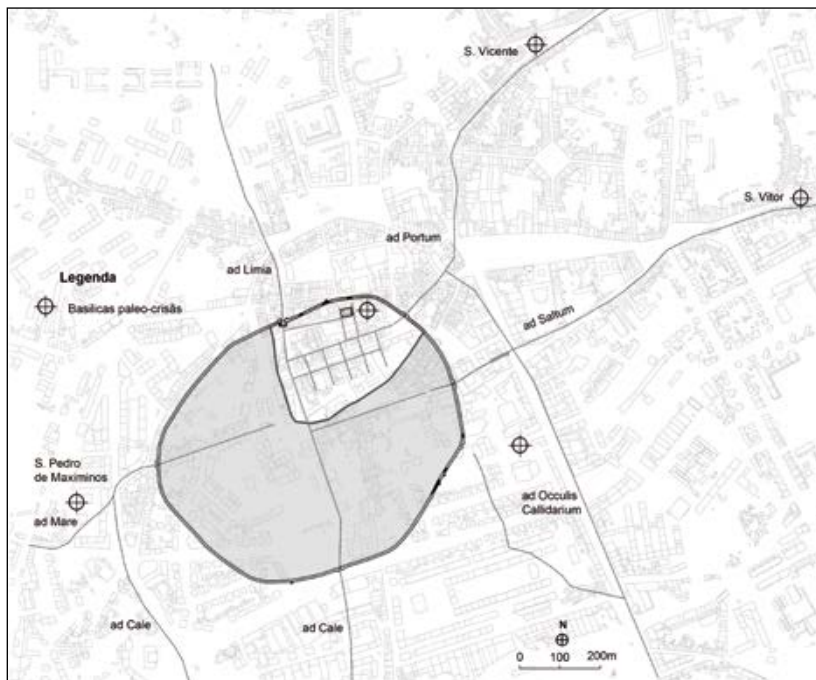


Fig. 1 – Braga, entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média.

e 1114¹⁸ ou a de Lisboa, em 1147¹⁹. Deste modo, a concretização de uma obra desta importância, bem como os modelos arquitetónicos adotados na edificação da nova catedral de Braga constituem aspetos fundamentais para entendermos a posição que os arcebispos de Braga reivindicavam no novo quadro eclesiástico que se desenhava no Noroeste hispânico, mas também no processo de afirmação do reino de Portugal²⁰. Constituem, de igual modo, um claro exemplo do recurso por parte dos agentes urbanos à materialização física de determinadas arquiteturas como forma de afirmação e protagonismo do seu poder e, deste modo, de expressar o seu “discurso”. Em boa verdade, a catedral de Braga constitui atualmente um dos edifícios mais complexos de interpretar arquitetonicamente, em resultado das múltiplas e sucessivas intervenções realizadas pelos vários arcebispos que governaram a cidade.

¹⁸ AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2017.

¹⁹ BRANCO, Maria João – “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº 10, 1998, pp. 55-94.

²⁰ AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, Dissertação de Doutoramento em História, policopiada, pp. 213-240.

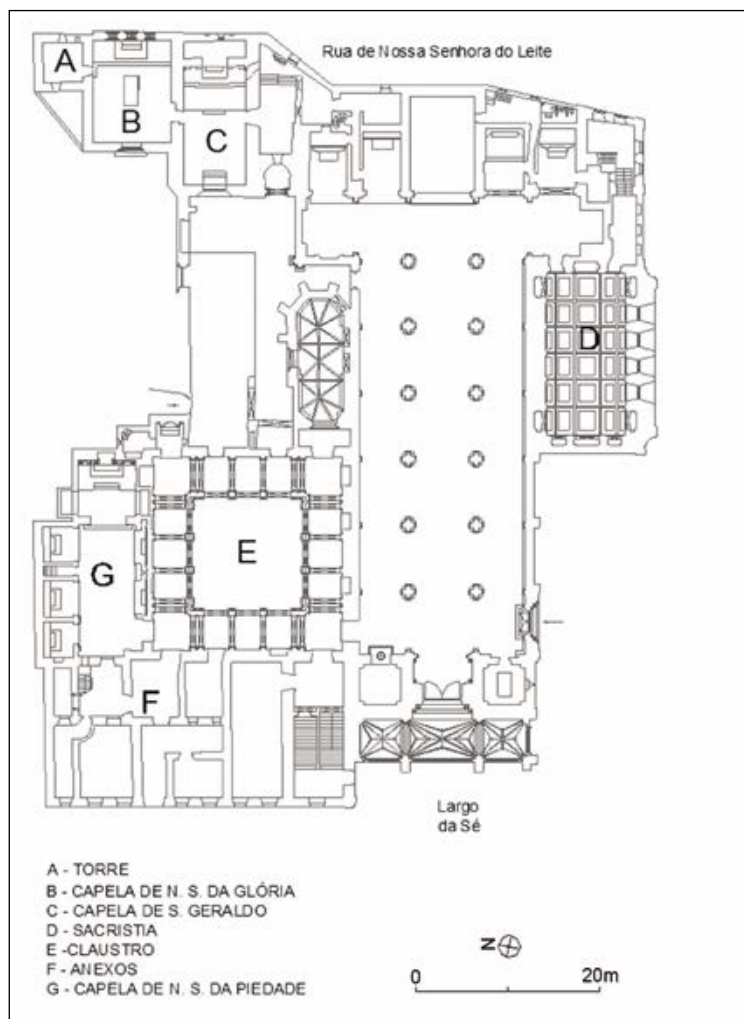


Fig. 2 – Planta atual da catedral de Braga.

Simultaneamente à construção da catedral, terão sido igualmente construídos outros edifícios religiosos nas suas imediações, como a Escola Episcopal e vários anexos que se destinavam ao bispo, ao cabido e a serviços administrativos²¹. A realização destas obras permite igualmente confirmar a existência de um núcleo urbano que dispunha dos necessários recursos humanos e materiais para a sua execução, mas também de importantes recursos financeiros. Importa a este propósito inserir a revitalização urbana da cidade no quadro mais amplo do processo organizativo da arquidiocese, que ficou registado em parte no

²¹ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro Costa...*, pp. 213-223.



Fig. 3 – Fachada principal da atual catedral de Braga.

Censual de D. Pedro. Nesse processo, a organização económica assume particular importância, tendo permitido a inventariação e registo das propriedades, rendas e bens que pertenciam à Sé, mas que até então se encontravam dispersas²². Tais medidas permitiram a D. Pedro ampliar de forma significativa o património da arquidiocese que incluía, para além das herdades e respetivas rendas, um extenso património fundiário, que se concentraria maioritariamente na área correspondente ao atual concelho de Braga²³, iniciando, deste modo, uma política que, com maior ou menor tenacidade, terá tido continuidade no tempo dos seus sucessores, permitindo-lhe ampliar a sua riqueza e simultaneamente o seu protagonismo, nomeadamente em termos de construção do espaço urbano.

A contribuir para a revitalização urbana de Braga, bem como para o reforço do protagonismo da arquidiocese destaca-se, igualmente, a política desenvolvida pelos primeiros soberanos do condado português, D. Teresa e D. Henrique de Borgonha, nomeadamente o fortalecimento do poder do bispo de Braga, face à diocese de Santiago de Compostela, e a obtenção do estatuto de Sé metropolitana

²² COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro Costa...*, p. 272.

²³ AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)...*, pp. 236-241.

para a Igreja de Braga. Não menos significativo foi a doação do couto de Braga e o seu termo, com os respetivos direitos fiscais, à arquidiocese de Braga, em 1112. Esta concessão seria confirmada e inclusivamente ampliada por D. Afonso Henriques, em 1148, permitindo à Igreja local obter uma posição muito privilegiada na cidade, a qual ao longo dos tempos se traduziu num forte domínio e influência, designadamente ao nível do urbanismo e da arquitetura da cidade.

A comprovar a progressiva expansão do poder eclesiástico em matéria de propriedade urbana, encontramos, a partir do século XII, vários legados testamentários e doações feitas ao arcebispo e ao cabido, como foi, por exemplo, o caso da doação, em 1161, da igreja de S. João do Souto, com todos os seus bens, onde se incluíam as casas existentes ou a construir junto à igreja, por um abastado casal bracarense, Pedro Ourives e Elvira Mides²⁴. Anos antes, este casal já havia doado ao arcebispo e ao cabido um hospital, financiado e criado em casas suas, mas que 1150 é doado à *Ordem do Hospital*²⁵.

Todavia, importa referir que desde a constituição do cabido por D. Pedro, o conjunto patrimonial da arquidiocese, formado por coutos e bens patrimoniais, que geravam direitos senhoriais e rendas, mas também decorrente de doações, legados e compras, se encontrava indiviso. Será, em 1145, no tempo do arcebispo D. João Peculiar (1138-1175), que se procede a uma reorganização do cabido, que contemplou a divisão dos bens da arquidiocese, uma parte para o arcebispo e outra para o cabido, criando-se assim as mesas capitular e arquiépiscopal. Aos cônegos foi concedida carta de couto, para proteger as propriedades dos clérigos, tornando-as isentas de impostos, dando, desta forma, autonomia administrativa e económica à corporação capitular e descentralizando a vida económica da diocese. Por sua vez, os cônegos de Braga passaram a usufruir de um rendimento pessoal e permanente, designado de prebenda, passando, desde então, alguns deles a habitar em casa própria²⁶.

De facto, apesar das alterações registadas posteriormente na repatriação dos bens entre as mesas capitular e arquiépiscopal, os dados disponíveis para o século XIII registam um progressivo enriquecimento do cabido bem como de muitos cônegos a título individual²⁷. Importa referir que o cabido de Braga, a partir da bula de 1245, passou a ser constituído por 36 cônegos e 12 porcionários, num

²⁴ MARQUES, José – “Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)” *Bracara Augusta*. Braga. Vol. 36, Nº 81-82 (Jan.-Dez. 1982), p. 74.

²⁵ MARQUES, José – “Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto...”, p. 73.

²⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro Costa...*, p. 410.

²⁷ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga: Universidade do Minho, 2000, Dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, policopiada, pp. 16-25.

quantitativo bastante superior aos cabidos das dioceses de Lamego e de Évora²⁸. Na cidade, onde habitavam maioritariamente, muitos cónegos possuíam as suas casas, algumas emprazadas ao cabido, outras próprias, localizadas em diferentes ruas do espaço urbano. A forma como geriam e exploravam as suas propriedades urbanas, mediante contratos de emprazamento ou aforamento, usufruindo de pagamentos em dinheiro, permitia-lhes investir na compra de bens de raiz que exploravam diretamente ou indiretamente, aumentando assim a sua riqueza²⁹.

Também a instituição capitular possuía no século XIII diversas propriedades urbanas, nomeadamente várias casas, distribuídas pelas artérias mais próximas da catedral, nomeadamente pelas ruas do Souto e dos Burgueses³⁰. Na realidade, a rua do Souto, que até aos finais do século XIII se encontrava fora da muralha alto medieval, vai adquirindo progressivamente elevada importância devido à sua localização privilegiada, nas proximidades da catedral. A partir do século XIV, a rua do Souto continua a desenvolver-se no sentido E/O, conhecendo particular incremento com a construção do novo paço arquiiepiscopal, edificado no alçado norte, e a edificação do castelo erigido no extremo oeste. Por sua vez, a rua dos Burgueses permitia estabelecer a ligação entre a fachada principal da catedral e a porta da muralha, e respetiva torre de Maximinos, e daí para a cidade do Porto³¹ (**Fig. 4**).

A partir dos dados relativos às ruas onde o cabido detinha as suas propriedades é igualmente possível acompanhar o próprio crescimento da cidade, que começa, a partir de finais do século XIII, a extravasar os limites da muralha alto medieval, para norte e nordeste, nomeadamente para a área envolvente do castelo, onde o cabido possui na primeira metade do século XIV várias casas, nomeadamente na rua do Eirado³².

Na realidade, paralelamente ao aumento demográfico e urbano documentado a partir do século XIII, regista-se igualmente, nos inícios do século XIV, a construção de dois importantes edifícios: o castelo e um novo paço arquiiepiscopal, ambos fora da área amuralhada definida pela primitiva cerca medieval de Braga. Igualmente, nos finais do século XIV, o sistema defensivo alto medieval é robustecido e aumentado para norte e noroeste, passando a incluir uma extensa área onde se situavam precisamente o castelo e o novo paço, duplicando praticamente a área urbana (**Fig. 4**).

²⁸ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga...*, p. 162.

²⁹ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga...*, pp. 16-25.

³⁰ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga...*, p. 18.

³¹ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho. 2008, Dissertação de Doutoramento, policopiada, vol. 1, pp. 411-480. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.

³² BARROS, Ana Andrea de Abreu Soeiro de – “A Aquisição de Bens pelo cabido de Braga (1300-1350)”. *Estudios Humanísticos. Historia*. León. N.º 8, (2009). p. 43.



Fig. 4 – Plano urbano de Braga séculos XIV-XV.

No caso do castelo, documentado já em 1315, tudo indica tratar-se de uma obra de iniciativa régia, mandada construir pelo monarca D. Dinis (1279-1325)³³. Estamos, deste modo, perante uma materialização do poder régio na cidade, apesar de Braga se encontrar fora da jurisdição régia, enquanto senhorio eclesiástico. As razões que justificam tal intervenção régia podem ser especuladas a partir do facto de os anos centrais do reinado de D. Dinis, entre 1292 e 1319, terem sido marcados pela ascensão aos cargos diocesanos de clérigos muito próximos ao monarca, como aconteceu em Braga, com D. Martinho Pires de Oliveira, que havia sido procurador de D. Dinis na Cúria, em Roma. Contudo, D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga entre 1292-1313, foi simultaneamente recusado por alguns membros do cabido de Braga para arcebispo. Situação idêntica se passou com o seu sucessor D. João Martins de Soalhães (1313-1325), cuja eleição foi

³³ BARROCA, Mário – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2ª Série, Vol. 15, (1998), pp. 801-822.



Fig. 5 – Vista aérea atual do paço dos arcebispos.



Fig. 6 – Vista nascente do corpo medieval do paço dos arcebispos.

fortemente apoiada por D. Dinis, mas parece não ter sido pacífica no interior do cabido bracarense, a quem pertencia eleger o arcebispo³⁴.

Paralelamente às divergências registadas entre a instituição capitular e o monarca, importa, igualmente, não minorar as inúmeras discórdias entre os arcebispos, nomeadamente de Braga, e o poder régio, como aconteceu, por exemplo, com Afonso III, que no final do seu reinado deixou a maior parte dos bispos portugueses incompatibilizados com o monarca, como vários trabalhos têm demonstrado³⁵.

Todavia, se a construção do castelo medieval de Braga representa uma materialização do poder régio na cidade, decorrente da estreita relação entre D. Dinis e o arcebispo D. Martinho Pires, mas que obviamente também tem de

³⁴ VILAR, Hermínia Vilar – “O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago. História*. Ponta Delgada. 2ª Série, Vol. V, (2001), pp. 581-604.

³⁵ VILAR, Hermínia Vilar – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Tomo 22, (2010), pp. 149-165.

ser inserida na política de reforma intensiva das construções fortificadas durante o reinado de D. Dinis, a construção do novo paço arquiépiscopal parece querer demonstrar que os arcebispos continuavam a ser os únicos senhores de Braga.

De facto, nos inícios do século XIV, os arcebispos de Braga irão construir uma nova residência, em substituição do “paaço uelho de Nosso Senhor o Arçebispo”³⁶, na parte norte da cidade, fora da cerca defensiva alto medieval. De acordo com o brasão encontrado na ala medieval do novo paço, terá sido uma iniciativa do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348)³⁷. Apesar dos poucos vestígios sobreviventes, podemos admitir que a primeira composição arquitetónica do paço dos arcebispos se assemelharia à *casa senhorial fortificada* dominante na região do Entre Douro e Minho, pelo menos desde meados do século XIII, constituída por uma torre de planta quadrangular, inspirada nas torres de menagem dos castelos, com anexos retangulares³⁸. Todavia, importa, recordar que D. Dinis havia encetado uma política de controlo sobre a construção das residências senhoriais fortificadas, proibindo mesmo em alguns casos a sua construção, tendo em vista, nomeadamente, travar a ascensão social da nobreza³⁹. No entanto, também é verdade que D. Gonçalo Pereira beneficiou de uma grande proximidade com o poder régio, nomeadamente com o rei D. Dinis, ainda antes da sua nomeação como arcebispo de Braga e, posteriormente, com o seu filho, D. Afonso IV, monarca que apoiou nomeadamente em situações de conflito, como na Batalha do Salado. Porém, a relação entre D. Afonso IV e D. Gonçalo Pereira foi, por vezes, bastante tensa, colocando em questão a jurisdição eclesiástica, documentada como um dos períodos mais acesos da história do senhorio de Braga⁴⁰.

Neste sentido, parece evidente que os novos paços dos arcebispos de Braga, detentores de um aguçado carácter defensivo/militar, que rivalizaria em termos arquitetónicos com o castelo, terão beneficiado das boas relações de D. Gonçalo Pereira com D. Afonso IV, mas sobretudo e, simultaneamente, se constituem uma materialidade que pretendia afirmar o prestígio e o poder dos arcebispos, senhores de Braga, sem descuidar obviamente as preocupações de defesa e segurança da cidade, apesar da existência do castelo. Mais uma vez, à semelhança do que ocorre com a catedral, se assiste à utilização de determinados modelos arquitetónicos

³⁶ MARTINS, Sandra Raquel Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Tese de Mestrado em História, policopiada, pp. 38-42.

³⁷ MARQUES, José – “O Castelo de Braga (1350-1450)”. *Mínia*. Braga. Nº 8, (1986), pp. 11-13.

³⁸ BARROCA, Mário – Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares. *Separata da Revista de História*. Centro de História da Universidade do Porto, 1986, p. 28. BESSA, Paula – *O «Paço»: os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*, 2013: <http://hdl.handle.net/1822/34437>.

³⁹ BARROCA, Mário – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa...”, pp. 807-808.

⁴⁰ VILAR, Hermínia Vilar – “O episcopado do tempo de D. Dinis...”, pp. 581-604.

como forma de expressão do poder, através de uma materialidade que encerra um “discurso” que pode ser visto e reconhecido por todos.

Na realidade, os vários estudos realizados acerca de D. Gonçalo Pereira permitem considerá-lo como um homem influente e determinado, de carácter forte, conjugando as missões régias com os encargos papais, que ascende ao topo da hierarquia eclesiástica, detentor de uma assinalável riqueza, mas também preocupado com a preservação da sua memória⁴¹. Lembremos apenas que D. Gonçalo Pereira foi o responsável pela construção da capela e da torre de Nossa Senhora da Glória, na parte norte da Catedral de Braga, onde se fez sepultar.

Todavia, nos finais do século XIV, o poder régio volta a deter um papel de grande protagonismo na produção do espaço urbano, intervindo novamente nas questões de defesa da cidade, com fortes repercussões ao nível do urbanismo e da configuração da cidade medieval. Referimo-nos ao alargamento e reforço do sistema defensivo alto medieval para norte e nordeste, impulsionados por D. Fernando (1367-1383). Na realidade, a invasão de Braga pelas tropas castelhanas, chefiadas por Henrique de Trastâmara, entre 1369-1371, que durante 6 dias permaneceram na cidade⁴², terá revelado a debilidade das muralhas existentes e levado D. Fernando a promover a construção de uma cintura defensiva maior e mais robusta. Muito embora a atuação de D. Fernando no reforço dos sistemas defensivos de outros aglomerados seja sobejamente conhecida, a verdade é que no seu reinado os desentendimentos com o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), assumiram proporções graves, levando mesmo à confiscação dos bens do arcebispo e da mitra, assim como à ocupação militar da cidade pelo rei e ao refúgio de D. Lourenço, em Roma. O problema só seria efetivamente ultrapassado nos finais de 1382, ano em que o monarca restitui a D. Lourenço a jurisdição sobre Braga⁴³.

As novas muralhas, também denominadas de fernandinas, constituem as últimas grandes obras gerais do sistema defensivo medieval⁴⁴, que passam a incluir dentro do seu perímetro o castelo e o paço medieval, permitindo que, desde então, a catedral passasse a constituir, de facto, o elemento central do espaço urbano (**Fig. 4**).

⁴¹ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. In *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Vol. II, tomo 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462; Bernardo Vasconcelos e Sousa – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

⁴² MARQUES, José – “O Castelo de Braga (1350-1450)...”, p. 11.

⁴³ ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende; MONTEIRO, João Gouveia – “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Nº 6, 1984, pp. 135-137; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Bispos e reis: convergências e oposições”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº 15, (2003), pp. 282-283.

⁴⁴ MARQUES, José – *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983, p. 48.

Na realidade, apesar do inquestionável protagonismo do complexo arquitetónico da catedral em termos simbólicos e materiais, a sé de Braga ocupava um lugar periférico no espaço urbano delimitado pela cerca alto-medieval. Contudo, com a construção das novas muralhas assiste-se a uma recentralização do espaço urbano de Braga em torno do complexo arquitetónico da catedral, a maior materialidade do poder eclesiástico na cidade, em resultado da ação régia e não pela dos arcebispos, como se poderia pensar. Na realidade, a centralidade física dos dois maiores edifícios da cidade medieval, catedral e paço, constituem o resultado de um processo que hoje pode parecer fruto de um desígnio claro e programado por parte dos arcebispos, mas que em boa verdade resultou de vicissitudes várias e da atuação de diferentes agentes sobre a paisagem ocorridas num tempo longo.

Apesar de em matéria de urbanismo, a intervenção régia se materializar em duas importantes construções, nomeadamente o castelo e o sistema defensivo, com fortes repercussões na organização do plano urbano, importa, mesmo assim, não minorar o papel desempenhado pelos sucessivos arcebispos e o cabido na continuação das obras efetuadas nestas estruturas ao longo da Idade Média, bem como em outras dimensões da construção da paisagem urbana, nomeadamente na posse de propriedade urbana.

Na realidade, e apenas a título ilustrativo, refira-se que, para além dos grandes edifícios públicos, o arcebispo controlava e possuía terrenos e casas de habitação, assim como outros imóveis de extrema importância, nomeadamente económica, como os açougues, ou administrativos, como os paços concelhios, cujas reuniões se efetuavam nos *Paços Velhos* do arcebispo, pelo menos ao longo dos séculos XIV e XV⁴⁵.

Igualmente, e na continuidade do verificado para os séculos anteriores, também a instituição capitular se assumia, no terceiro quartel do século XIV, como um grande proprietário imobiliário urbano na cidade, senão mesmo o maior, nomeadamente em termos de casas de morada. De acordo com a rubrica do *Tombo do cabido de Braga* (c. 1369-1380) intitulada “Casas que são do Cabido”⁴⁶, a instituição capitular possuía um total global de aproximadamente 403 casas de morada, sendo que destas, 283 (69%) se localizavam no espaço intramuros e 120 (29%) nas ruas extramuros. A estas casas de morada haverá ainda que somar os pardieiros que serviram de morada, nomeadamente os 12 pardieiros inventariados para a área amuralhada⁴⁷. Apesar de estarmos obviamente perante uma realidade

⁴⁵ MARTINS, Sandra Raquel Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV...*, pp. 38-42.

⁴⁶ Arquivo Distrital de Braga (A. D. B.), *Tombo do cabido*, fls. 117-134.

⁴⁷ RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV”. In *II Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: Sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (comunicação apresentada oralmente no dia 19 de outubro de 2017 e submetida para publicação em dezembro de 2017).

parcial, que apenas se baseia nas casas que o cabido possuía na cidade e à qual haverá de somar-se as do arcebispo e demais instituições eclesiásticas, as dos cónegos a título individual e de particulares, torna-se evidente que o cabido era o maior proprietário urbano nos finais do século XIV e que a maior parte da população residia em casas do cabido. Evidencia-se, igualmente, uma concentração destes imóveis nas artérias mais próximas da catedral, nomeadamente nas ruas do Souto e dos Burgueses, onde o cabido trazia emprazadas 56 casas e 30 casas, respetivamente. A confirmar a importância destas artérias, nomeadamente da rua do Souto, encontramos igualmente a tipologia das habitações, o valor do censo praticado, bem com à condição socioeconómica dos indivíduos que moravam nas casas do cabido, ou as traziam emprazadas⁴⁸.

Os dados referentes às propriedades urbanas pertencentes à instituição capitular, e às quais haveria naturalmente que adicionar o restante património, permitem confirmar a importância política, sociocultural e económica do cabido na cidade, mas também destacá-lo como um dos mais poderosos agentes na fabricação do espaço urbano ao longo da Idade Média. Permitem, igualmente, reforçar a importância dos grandes complexos arquitetónicos como polos de atração simbólica e, simultaneamente, material tornando evidente o seu papel na configuração da morfologia da cidade medieval.

3. Considerações finais.

Procurámos, a partir da análise da cidade de Braga, destacar a importância do estudo da atuação de diferentes poderes na formação das paisagens urbanas medievais. Desde logo, apesar de estarmos perante uma sede eclesiástica, torna-se evidente que foram várias as vicissitudes e os agentes que intervieram no processo de urbanização da cidade, assim como foram diferenciadas e alternadas as formas como o poder se materializou, contrariamente ao que eventualmente se poderia pensar. Torna-se igualmente importante atender às relações que se estabelecem entre os diferentes poderes enquanto potenciadoras da materialização de determinados modelos arquitetónicos no espaço urbano como forma de legitimação e afirmação do seu protagonismo.

Sem dúvida que no caso de Braga, o poder eclesiástico, na pessoa dos arcebispos, teve um papel de extrema importância na formação da paisagem urbana, desde logo, enquanto responsável pela construção do edifício mais emblemático e aglutinador do espaço urbano, a catedral, mas também do novo

⁴⁸ RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV...”.

paço arquiiepiscopal. Igualmente, a envergadura e os modelos arquitetónicos usados para a construção destes edifícios permitem avaliar a importância do seu uso pelos arcebispos para expressar a sua autoridade no governo da cidade, mas também num cenário mais amplo, nomeadamente no quadro político-administrativo do reino.

Similarmente, o processo de desenvolvimento da passagem urbana medieval, nomeadamente no que se refere às demais construções como os açougues ou a habitação corrente, que por sua vez permitiu conformar o sistema viário, foi fortemente condicionado pela atuação dos diferentes arcebispos que governaram a cidade, mas também pela instituição capitular, cujo poder imobiliário competia com o dos arcebispos, superando-o mesmo em termos de casas de morada.

Todavia, o poder de fabricar a paisagem urbana da cidade medieval de Braga não se limitou aos agentes eclesiásticos, cabendo ao poder régio intervir em alguns aspetos de extrema importância, com repercussões diretas na formação da paisagem urbana, nomeadamente nas questões de defesa. Na realidade, a materialização do poder régio, através da construção do castelo ou das muralhas, teve um forte impacto na configuração da forma urbana, acabando por centralizar o espaço sagrado e ser responsável pela criação de um cenário urbano que parece ter sido programado pelos arcebispos, mas que claramente resultou de um longo processo iniciado entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média, no qual intervieram vários agentes e diferentes protagonistas. Apesar de não ser possível determinar quem escolheu o local para a edificação do castelo ou definiu o perímetro das muralhas, a verdade é que a sua concretização condicionou o crescimento da cidade para norte e noroeste, bem como a forma urbana que a cidade adquire no século XIV e que inclusivamente, de forma mais ou menos dissimulada, integra ainda o plano da cidade atual.

Deste modo, a compreensão da paisagem urbana medieval adquire uma maior dimensão quando interpretada à luz da relação que se estabeleceu entre os vários agentes urbanos, que de forma alternada e nem sempre tranquila, deixaram marcas físicas no plano urbano. Se é certo que a interferência régia em Braga pode ser entendida no contexto geral nacional, nomeadamente nas questões de defesa, não podemos minorar as relações entre os principais poderes, nomeadamente as complicitades, mas sobretudo os desentendimentos entre o poder régio e o poder dos arcebispos ocorridas ao longo da história urbana de Braga. Importa, igualmente, considerar as relações estabelecidas internamente entre o cabido e os arcebispos, assim como com o poder municipal, sobretudo a partir do século XV. Importa, neste sentido, proceder a análises mais pormenorizadas acerca da tensão existente entre os diferentes agentes urbanos, de modo a aprofundar qual o reflexo destas tensões na materialização e construção da paisagem urbana de Braga.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga, *Tombo do cabido*, fls. 117-134

Estudos

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em História, 2007, policopiada.

AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2017.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende; MONTEIRO, João Gouveia – “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Nº 6, (1984), pp. 135-137.

BARROCA, Mário – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2ª Série, Vol. 15, (1998), pp. 801-822.

BARROCA, Mário – Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares. *Separata da Revista de História*. Centro de História da Universidade do Porto, 1986.

BARROS, Ana Andrea de Abreu Soeiro de – “A Aquisição de Bens pelo cabido de Braga (1300-1350)”. *Estudios Humanísticos. Historia*. León. Nº 8 (2009), pp. 25-44.

BESSA, Paula – *O «Paço»: os Paços arcebispos de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*, 2013. <http://hdl.handle.net/1822/34437>

- BOTELHO, Maria Leonor – Arte Românica em Portugal: Sé de Braga. In José María Pérez González (Dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campo: Fundación Santa Maria La Real, 2010.
- BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640) : Tome 7, Marquer la ville : signes, traces, empreintes du pouvoir (XIIIe-XVIe siècle)*. Paris: Sorbonne, 2014.
- BRANCO, Maria João – “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº 10, (1998), pp. 55-94.
- CLARKE, Catherine A. M. (ed.) – *Mapping the Medieval city: space, place and identity in Chester, c.1200-1600*. Cardiff: University of Walls Press. 2011.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “Bispos e reis: convergências e oposições”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº15, (2003), pp. 282-283.
- COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. In *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Vol. II, tomo 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. (2ª edição refundida e ampliada). Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.
- COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, 2000, policopiada.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – “Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Nº 106, (1996), pp. 275-297.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana, 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010.

- FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2 Série, N°s 14/15, (1997-1998), pp. 137-164.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista*. Vol. II da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- MARQUES, José – *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983.
- MARQUES, José – “O Castelo de Braga (1350-1450)”. *Mínia*. Braga. N° 8 (1986), pp. 5-34.
- MARQUES, José – “Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”. *Bracara Augusta*. Vol. 36, N° 81-82 (Jan.-Dez. 1982), pp. 71-199.
- MARTINS, Sandra Raquel Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado em História, 2013, policopiada.
- REAL, Manuel Luís – “O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”. In *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Actas, vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489.
- RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento, 2008, policopiada. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.
- RIBEIRO, Maria do Carmo; FONTES, Luís – “The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries”. In MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel (Ed.) – *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Lleida/Braga: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 2015, pp. 29-45.

RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média”. In CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria (Coord.) – *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV). I. La ciudad publicitada: de la documentación a la Arqueología*. León: Universidad de León, 2015, pp. 77-96.

SIMMS, Anngret; CLARKE, Howard B. – *Lords and towns in Medieval Europe: The European historic towns*. London: Routledge, 2015.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

VILAR, Hermínia Vilar – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Tomo 22 (2010), pp. 149-165.

VILAR, Hermínia Vilar – “O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago. História*. Ponta Delgada. 2ª série, Vol. V (2001), pp. 581-604.

Las políticas de los concejos portuarios para garantizar el abastecimiento en el Norte de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media. *Estudio del caso de Laredo (España)*

Javier Añíbarro Rodríguez¹

Resumen

Laredo es una villa portuaria castellana situada en el norte de la Península Ibérica. Esta villa fue denominada “cabeza” de las conocidas como “Cuatro Villas de la Costa de la Mar” (San Vicente de la Barquera, Santander, Laredo y Castro Urdiales), pero esa situación de preeminencia estuvo amenazada por otras villas y aldeas vecinas, que cuestionaron su autoridad durante la Baja Edad Media. En un primer momento el concejo optó por acudir a la justicia y proteger los privilegios de su Fuero frente las villas y aldeas vecinas que desafiaban su autoridad. Después, hacia 1450, Laredo optó por una nueva estrategia: mejorar sus infraestructuras de comunicación, en especial su puerto, para convertirse en un punto de referencia y competir con mayor eficacia contra sus adversarios. Sin embargo, una serie de decisiones políticas, unidas a la naturaleza climática adversa, provocaron que el concejo tuviera que abandonar varias veces el proyecto de construir un muelle sólido. Como consecuencia, Laredo tardó demasiado en disponer de unas infraestructuras adecuadas y fue cayendo en decadencia a medida que llegaba la Edad Moderna.

Palabras clave

Puerto; muelle; Castilla; concejo urbano; jurisdicción.

¹ Universidad de Cantabria.

Policies of the port councils to guarantee the supply in the North of the Iberian Peninsula during the Late Middle Ages. Case study of Laredo (Spain).

Abstract

Laredo is a Castilian port town located in the north of the Iberian Peninsula. This town was called “head” of the known as “Cuatro Villas de la Costa de la Mar” (San Vicente de la Barquera, Santander, Laredo and Castro Urdiales), but that situation of superiority was threatened by other nearby villages, who questioned its authority during the late Middle Ages. At first, the council chose to go to justice and protect the privileges of its jurisdiction in front of the neighboring towns and villages that challenged its authority. Then, around 1450, Laredo council opted for a new strategy: to improve communication infrastructures, especially the dock, in order to become a point of reference and compete more effectively against its adversaries. However, series of political decisions, together with the adverse climatic nature, caused the council to abandon the project of building a solid dock several times. As a result, Laredo took too long to have adequate infrastructures and began its decline as the Modern Age came.

Keywords

Port; dock; Castile; town council; jurisdiction.

1. Introducción.

En el trabajo que presentamos hemos tomado Laredo como ejemplo para estudiar las políticas ejercidas por las autoridades concejiles para estimular el tráfico mercantil y atraer productos y riqueza al puerto. El marco cronológico que hemos elegido es el siglo XV y finaliza con la llegada de la Edad Moderna en las dos primeras décadas del XVI.

Las fuentes empleadas en nuestro estudio proceden principalmente del Archivo General de Simancas, tanto del Registro General del Sello como de

las secciones Pueblos y Memoriales. También hemos recogido documentación de otros archivos, como el de la Real Chancillería de Valladolid, o el Archivo Histórico Provincial de Cantabria. Son casi todas ellas fuentes de carácter jurídico, concretamente pleitos o acuerdos entre el concejo urbano de Laredo y otros agentes. El carácter de estas fuentes podría inducir al historiador a pensar que Laredo se hallaba en constante conflicto. Esta problemática metodológica puede ser superada si atendemos a los matices: es cierto que lo que presentamos en nuestro trabajo son disputas, pero a lo largo del mismo también se percibe que el concejo de Laredo demostró ser flexible y fue capaz de llegar a acuerdos con sus vecinos y rivales.

La hipótesis de nuestro trabajo radica en la forma en la que el concejo de Laredo trató de atraer productos a su puerto. En un primer momento, entre finales del siglo XIV y la primera mitad del XV, ejerció un monopolio comercial en los alrededores de la Bahía de Santoña consistente en obligar a los mercaderes que querían comprar o vender productos en la zona a desviarse hasta Laredo para comerciar. Aunque en un principio esta política obtuvo éxito, dicho monopolio fue cada vez más cuestionado por las aldeas y villas vecinas, lo cual forzó a Laredo a interponer costosos pleitos para mantener su dominio comercial en la zona. Las reticencias de las poblaciones de los alrededores de Laredo por cumplir la voluntad de este concejo continuaron hasta mediados de siglo XV, momento en el que el concejo urbano de la villa cambió su estrategia y comenzó a acondicionar las infraestructuras y comunicaciones con su puerto para hacerlo más competitivo.

2. Características geográficas de Laredo.

Las políticas aplicadas por el concejo de Laredo en la búsqueda de riqueza y abastecimiento de la villa no pueden entenderse sin atender al medio físico de la región. La principal característica que destaca de Laredo es su ubicación espacial: esta villa se sitúa a 50 kilómetros al este de Santander y 60 al oeste de Bilbao; esta circunstancia la situaba en un espacio idóneo para atraer naves de gran calado que no podían remontar la desembocadura del río Nervión durante la bajamar. Además, la Bahía de Santoña y Laredo fue en la Edad Media uno de los pocos lugares en los que una nave podía recalar en los casi 200 kilómetros de costa comprendidos entre el País Vasco y Asturias. Es cierto que existían otras zonas menos óptimas en las que se podía cargar y descargar mercancía desde embarcaciones, como Comillas o San Martín de la Arena (Suances), pero en la Baja Edad Media, todas ellas entraban dentro de la jurisdicción marítima de

alguna de las Cuatro Villas de la Costa (San Vicente de la Barquera, Santander, Laredo o Castro Urdiales), que disfrutaban del monopolio exclusivo en lo tocante a carga y descarga de mercancías, como veremos más adelante².

La segunda característica geográfica por la que destacó Laredo fue por sus conexiones terrestres con el *hinterland*. Este puerto marítimo constituyó uno de los pocos puntos que permitían conectar las poblaciones del norte de la Cordillera Cantábrica (que constituía una auténtica barrera natural) con la meseta castellana, y por tanto disponía de acceso a la red viaria que conectaba con Burgos y Valladolid³. Como consecuencia, Laredo fue utilizado como uno de los principales puertos de embarque de la lana castellana que se exportaba a Flandes; sin embargo, sabemos que las condiciones de las vías que conectaban Laredo con Castilla tenían importantes limitaciones: los caminos no eran abiertos, esto es, que en ciertos tramos no podían discurrir carros ni carretas, sino solamente mulos o recuas llevados a pie⁴.

La tercera característica que el concejo de Laredo tuvo en cuenta para ejercer sus políticas fueron los recursos económicos; Laredo, al igual que otras villas costeras del cantábrico, era una región deficitaria en cereal, en especial de trigo, pues la alta humedad, la elevada acidez de los suelos y el terreno rocoso impedía que el grano madurase correctamente. En consecuencia, se hacía necesario importar el trigo de otras regiones, preferentemente por mar. En caso de extrema necesidad, Laredo enviaba barcos armados a unos 50 kilómetros mar adentro con la esperanza de hallar barcos mercantes cargados de grano procedentes de

² AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – *Las Cuatro Villas de la Costa de la Mar en la Edad Media. Conflictos Jurisdiccionales y comerciales*. Santander: Universidad de Cantabria. 2013. Tesis doctoral [en línea]. Disponible en: <https://repositorio.unican.es/xmlui/handle/10902/3343> [última consulta: 27 diciembre 2017.] pp. 45-48; ARÍZAGA BOLUMBURU, B. – “Conflictividad por la jurisdicción marítima y fluvial en el Cantábrico en la Edad Media”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SÓLORZANO TELECHEA, Jesús Ángel (Eds.) – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*. Logroño, 2005, pp. 17-55, 23-36.

³ AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “El poder de una villa en su hinterland. El caso de Laredo y su jurisdicción en los siglos XIV y XV” [en línea] en MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; FARIA, Diogo (Coords.) – *Incipit 2. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto 2011-12*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, Porto, 2014, pp. 75-87. Disponible en: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12051.pdf> [última consulta: 27 diciembre 2017].

⁴ La información se encuentra en una copia incompleta del siglo XX en el Archivo Familia González Camino; su transcripción se puede consultar en SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *Patrimonio Documental de Santander en los Archivos de Cantabria. Documentación Medieval (1253-1515)*. Santander: Consejería de Cultura y Deporte, Gobierno de Cantabria, 1998, pp. 283-284 (doc. 225). “...los caminos de Santander son abiertos y mejores en forma que permiten el tránsito de carros, lo que no sucede desde Bilbao o Laredo, cuyos caminos no permiten más que el paso de caballerías por pie de mulo. El guiar en carros tiene la ventaja de que los comerciantes no descabezan sus mercaderías, sino que las guían enteras como vienen de Flandes. La carretería de Campoo y las montañas comarcanas, que es la mejor de toda España, confina con el camino Burgos Santander. Esta carretería es barata en forma de serlo una tercera parte más que el pie de mulo necesario para guiar a Bilbao o Laredo”.

Andalucía o Francia; entonces los desviaban al puerto y obligaban al maestre de la nave a vender la mitad de su carga a un precio justo, alegando que

“tenian poder e facultad para tomar la mitad de la dicha probision real para que la tal se descarguase y bendiese en esta villa de Laredo a los prezios e de la manera que su duenno quisiese (...) por razon que la dicha villa [de Laredo] siempre estaba desproveyda e seyendo como es de los mas prinçipales de la costa, considerando que en ella se frequenta el trato de los nabegantes a donde concurren y estan de continuo muchas naos, e que en la dicha villa non se coje ningund pan y que los caminos por donde algunas vezes vyene de Castilla muchas vezes non se camina por crezidas de ryos e faltas de puentes”⁵

Sin embargo, aunque deficitario en cereal, Laredo era capaz de producir otros productos que compensaban. Si atendemos a las rentas de Laredo del año 1502, observaremos que el producto más importante fue el pescado, del cual el concejo obtenían el 50 % de todas las rentas⁶. Seguidamente encontraremos el vino, cuyo peso dentro del conjunto de las rentas equivalía al 24% del total. Estas vides se hallaban fuera de la villa de Laredo, concretamente en las aldeas de Limpias y Colindres, supeditadas a Laredo⁷. Además del vino y el pescado existió otro recurso natural cercano del cual Laredo también obtuvo importantes beneficios: el hierro. Este material, básico para la navegación y la guerra, se encontraba en las venas de Somorrostro, entre Castro Urdiales y Bilbao, que quedaban fuera de su jurisdicción. Sin embargo, el mineral de hierro debía ser transformado en barras en las ferrerías, y en este sentido, ya desde 1371 muchos vecinos de Laredo acostumbraban a comprar mineral de hierro y llevarlo a las ferrerías ubicadas dentro del espacio jurisdiccional de la villa, donde se transformaba y se disponía para su exportación⁸.

⁵ AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – *Las Cuatro Villas...* pp. 229-230; ENRÍQUEZ FERNÁNDEZ, Javier; HIDALGO DE CISNEROS AMESTOY, Concepción; MARTÍNEZ LAHIDALGA, Adela – *Colección documental del Archivo Histórico de Bilbao*, Vol. 3. Donostia: Sociedad de Estudios Vascos, 1999, pp. 1136-1138 (doc. 354).

⁶ SOLINÍS ESTALLAO, Miguel Ángel – *La Alcabala del Rey, 1474-1505*. Santander, 2003, p. 167.

⁷ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “La villa de Laredo y sus términos jurisdiccionales”. In TORRES PRIETO, Juana María (Ed.) – *Historica et Philologica: in honorem José María Robles*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, pp. 183-195. CUÑAT CISCAR, Virginia María – *Documentación Medieval de la Villa de Laredo (1200-1500)*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 1998, p. 193 (doc. 59). “...mas en otros solares que ellos [los vecinos de Laredo] habían que son en la dicha aldea de Colindres, que son vesindad e juridición de la dicha villa de Laredo(...) los dichos sus vecinos no podían bendemiar las dichas sus viñas seyendo las dichas viñas cada una dellas del termino e jurisdicción de la dicha villa”

⁸ *Archivo de la Real Chancillería de Valladolid* [en adelante A.R.Ch.V.]. Pleitos Civiles, Zarandona y Wals. Subserie Olvidados. Sig. c. 86/2 L22, 6 fol; A.R.Ch.V., Pleitos Civiles, Alonso Rodríguez. Subserie olvidados. Sig. c. 1122/1, pieza 9, folios 10-15 L94, 6 folios.

3. La estrategia judicial del Concejo de Laredo: 1376-1450.

La mayor parte de las ferrerías de la región circundante a Laredo se hallaban en el río Agüera; se trata de un río que nace en Villaverde y discurre en dirección de sur a norte durante unos 20 kilómetros hasta desembocar en el mar Cantábrico. Durante este corto trayecto, se le unen varios afluentes que dotan al curso del río de cierto caudal potente que permite a las ferrerías accionar sus mecanismos para golpear y transformar el mineral de hierro en barras. Además, en la parte superior del río, existía una densa masa forestal compuesta de castaños, encinas y nogales, cuya madera servía de combustible ideal para alimentar los hornos y fraguas. Las barras de hierro resultantes podían ser vendidas fácilmente en Inglaterra, y con los beneficios, adquirir bienes baratos en las islas británicas para venderlos caros en la Península Ibérica. Así, sabemos que en 1363 Juan Sánchez, un mercader de Castro Urdiales, llevó a Londres 17.000 barras de hierro y 30 toneles de vino y todo ello lo vendió por 200 libras. De ellas, 100 libras las invirtió en comprar ropas de lana y arenque rojo que trajo a Castilla para vender a buen precio⁹.

Los beneficios del hierro atrajeron la atención tanto de los vecinos de Laredo como de Castro Urdiales, y la competencia surgida entre ambas villas tuvo como escenario de conflicto las aguas del río Agüera, donde se hallaban las ferrerías y paso obligado del transporte de hierro.

En 1376 el concejo de Laredo interpuso un pleito contra el de Castro Urdiales por no permitir a los vecinos de la primera villa transportar el hierro en la desembocadura del río Agüera libremente¹⁰. La parte de Laredo argumentó que en su fuero, de 1200, se especificaba que su jurisdicción se extendía “*ad Ferreçolas de Oriñon, et usque ad mare de Orinnon*”, pero desde Castro Urdiales se aducía que disponían de un privilegio de 1347 otorgado por Alfonso XI en el que se indicaba que la jurisdicción marítima de Castro llegaba “*fasta el Varco de Oriñon*”¹¹.

La posición del concejo de Laredo era conciliadora; abogaba por dividir las aguas del río Agüera en dos mitades; pero desde Castro Urdiales se entendía que los límites de su jurisdicción incluían toda el agua, y por tanto que la jurisdicción de Laredo finalizaba en la orilla, sin tocar el agua. La disputa la perdió Laredo cuando se descubrió que el escribano público que este concejo había enviado para

⁹ *Calendar of Patent Rolls, Edward III*. Vol. 12, 1963, 22 noviembre, pp. 431-432

¹⁰ *A.R.Ch.V., Pleitos Civiles, Zarandona y Walls*, 86-2, fol. 48, es un traslado de finales del siglo XV referido a una sentencia datada en 1381, aunque los acontecimientos que se relatan se remontan a 1376

¹¹ PÉREZ BUSTAMANTE, Rogelio – *Historia de la Villa de Castro Urdiales*. Santander, 1980, pp. 201-203 (doc. 23).

recoger testimonios había escrito más información de la expuesta por los propios testigos¹².

La reacción de los transportistas de Laredo fue variada: hubo algunos mercaderes que persistieron en extraer hierro por la desembocadura del río Agüera sin pedir licencia al concejo de Castro Urdiales, pero desde mediados del siglo XV se observa un cambio en la estrategia del concejo de Laredo: en vez de establecer costosos pleitos contra Castro Urdiales, optó por la negociación: concretamente en 1465 algunos mercaderes admitieron la posesión de las aguas por parte de Castro, a cambio de que se les permitiera no tener que dirigirse a Castro Urdiales y dejar allí sus barcos por tres mareas antes de regresar a Laredo, como estipulaban la ley¹³.

Pactos como estos cristalizaron a través de acuerdos formales entre los dos concejos desde 1467. Finalmente se llegó a una concordia en 1486 en la que se permitió a los vecinos de Laredo extraer hierro por la desembocadura del río Agüera a cambio de pagar una tasa reducida, y con ello se les eximía de la obligación de ir a Castro Urdiales y depositar sus barcos por un tiempo de tres mareas¹⁴. El conflicto resurgió cuando en 1493 desde Castro Urdiales se argumentó que la aldea de Oriñón, situada en la orilla de la parte de Laredo, también les pertenecía. Como resultado se entabló un nuevo pleito que ganó Laredo, logrando de paso que se reconociera su jurisdicción hasta la mitad del río.

Laredo no solamente tuvo conflictos con Castro Urdiales, sino que también los tuvo con muchas aldeas que conformaban su propia jurisdicción terrestre pero que utilizaban otra ría, en este caso la del río Asón, para comerciar sin pagar a Laredo por la pertinente licencia. Fueron las aldeas de Santoña, Escalante, Argoños, Gama, Rada y Limpias, que al menos desde finales del siglo XIV cuestionaron los derechos forales de Laredo¹⁵. De todas estas poblaciones, fueron los vecinos de Santoña (la más potente) quienes lograron defender con mayor eficacia su pretensión de traficar con mercancías en la bahía.

Los productos que llegaban a Santoña eran sobre todo hierro, aceite, sal, trigo y paños, y aunque según la ley debían antes pasar por Laredo, no lo hacían. La respuesta de Laredo fue invertir buena parte de su dinero en interponer una serie de pleitos contra estas aldeas, pero con un éxito relativo: mientras consiguió doblegar a las aldeas más pequeñas, no pudo hacer lo mismo con Santoña, con la

¹² AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “El mercado portuario de Laredo durante la Baja Edad Media: estrategias para su defensa”. In CARVAJAL DE LA VEGA, David; VÍTORES CASADO, Imanol; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier (Eds.) – *Poder, Fisco y Mercado en las ciudades de la Península Ibérica (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Castilla Ediciones, 2016, pp. 71-86, nota 28.

¹³ A.R.Ch.V., Pleitos Civiles, Zarandona y Walls, c. 86-2, fol. 357v

¹⁴ A.R.Ch.V., Pleitos Civiles, Zarandona y Walls, c. 86-2, fol. 355r-v,

¹⁵ AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – *Las Cuatro Villas...*, pp. 203-205.

cual tuvo que llegar a un acuerdo a mediados del siglo XV: Laredo se comprometía a permitir que los vecinos de Santoña pudieran comerciar con mercancías extranjeras siempre que se cumplieran una serie de condiciones, entre ellas que la nave pasara antes por Laredo y allí vendiera la mitad de lo que iba a vender en Santoña; que el concejo de Laredo les diera licencia; y que el pescado que fueran a exportar debía ser secado y procesado en Laredo.

El concejo de Laredo también se vio obligado a defender su jurisdicción de las aspiraciones “secesionistas” de las aldeas de Limpias y Colindres, que desde finales del siglo XIV pretendían conformar una administración separada de Laredo. El problema para los vecinos de Laredo era que en estas zonas se hallaban sus vides con las que producían vino, y las pérdidas por no vendimiar se evaluaban en unos 40.000 maravedís diarios¹⁶. Se trataba de defender la zona de producción vinícola, y para ello el concejo de Laredo interpuso pleitos que agotaron económicamente a las poblaciones de Limpias y Colindres; en 1409, desde Laredo se logró que unos representantes de Colindres admitiesen la mediación de unos jueces árbitros que finalmente fallaron a favor de la primera¹⁷.

Aunque desconocemos quiénes eran los propietarios concretos de las viñas de Colindres y Limpias en un período tan temprano como comienzos del siglo XV, la documentación nos indica que eran vecinos de Laredo. Como hipótesis podría considerarse que aquellos propietarios fuesen miembros de las élites del común o miembros del concejo, y ello explicaría en parte el conflicto: los vecinos de Colindres y Limpias tratarían de atacar las propiedades que los miembros del concejo de Laredo tenían en sus aldeas.

Dejando aparte esta hipótesis, si atendemos al trabajo efectuado por Rosa María de Toro Miranda, comprobaremos que los propietarios de viñas y bodegas en la jurisdicción de Laredo a finales del siglo XV y comienzos del XVI, frecuentemente pertenecieron a importantes linajes urbanos o directamente a regidores: por ejemplo, en 1473, Juan Fernández de la Obra, del linaje de la Obra, poseía 19 viñas y 5 pedazos de viñas diseminados por la jurisdicción de Laredo¹⁸; Sancho Ruiz de Villalazera, a quien le debían dinero los corregidores Juan Fernández de Riba Martín y Garci Sánchez de Arce (ambos regidores en 1480), y que pasó a ser él mismo a ser regidor en 1512, tenía al menos 6 viñas en 1480¹⁹; y Arnao de Somado el mozo, que sería regidor los años 1501, 1502, 1504

¹⁶ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “La villa de Laredo y sus términos...”, p. 193.

¹⁷ AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “El mercado portuario de Laredo...”, pp. 78-79.

¹⁸ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516)* Universidad de Cantabria. 2014. Tesis doctoral, pp. 437, 439.

¹⁹ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 459, 466, 609, 630.

y 1508, disponía de 16 viñas y 6 bodegas²⁰. En otras palabras, los miembros de los linajes de Laredo tenían entre sus negocios el cultivo de vid, la producción y almacenamiento de vino y controlaban tanto la venta como la importación de vino a la villa²¹.

4. La estrategia de inversión en infraestructuras (1450-1520).

Como ya hemos visto, el concejo de Laredo encontró dificultades en hacer valer sus derechos jurisdiccionales dentro de su territorio; cada vez que su autoridad era cuestionada, debía incoarse un proceso judicial costoso para las arcas de la villa. Pero desde mediados del siglo XV se observa un cambio de tendencia en las actuaciones del concejo, tal vez explicado por la incapacidad de ejercer su poder en todo el territorio. Desde entonces, el concejo optó por potenciar sus infraestructuras portuarias para atraer más y mejores barcos: interesaba especialmente que pudieran recalcar barcos de gran tonelaje y calado, que tenían dificultades en atravesar la cercana ría de Bilbao cuando se hallaba en bajamar. Se trataba, en definitiva, de hacer de Laredo un puerto competitivo y seguro, que concentrara hacia sí la conexión comercial entre el *hinterland* de la villa y el *foreland* Atlántico.

En ese sentido la política de Laredo llegaba tarde: su rival cercana, Bilbao, había comenzado en 1402 la construcción de los primeros muelles, y en 1463 se sustituyeron los antiguos por otros nuevos en lugares cada vez más adecuados²². Sin embargo, Bilbao contaba con algunas desventajas respecto a Laredo; pese a ser un puerto más seguro, era difícil de transitar por la ría de Bilbao hasta llegar a la villa, en especial en el punto denominado “la Barra de Portugalete”. Además, las fuertes corrientes por la constante subida y bajada de las mareas minaban los cimientos de los muelles bilbaínos y obligaban a efectuar constantes reparaciones.

A mediados del siglo XV el puerto de Laredo, como prácticamente el resto de fondeaderos del Cantábrico, era una playa con atraques naturales a la que se acercaban pinazas que traían o llevaban los productos desde las grandes embarcaciones que recalaban a cierta distancia por no poder entrar más. Desde el concejo se creyó conveniente efectuar unas obras similares a las de Bilbao, pues acceder a Laredo era mucho más fácil y se tardaba menos tiempo.

²⁰ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 465, 626-629.

²¹ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 434-437.

²² ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; MARTÍNEZ MARTÍANEZ, Sergio – *Atlas de villas medievales de Vasconia. Bizkaia*. Bilbao, 2006, pp. 66-67.

Además, excluyendo a Bilbao apenas existían otras infraestructuras portuarias en el Cantábrico; la única villa con instalaciones comparables en la época sería Santander²³: sus atarazanas están documentadas desde 1396, lo que presupone que para entonces ya existía una zona de atraque cercana, y en 1428 ya existía un conjunto de atraques conocidos como el “Cay de los Toneleros” situados al final de la calle La Calzadilla²⁴. De igual modo, en Santander también se construyeron infraestructuras en piedra como el “Cay de las Naos”. Sin embargo todas estas infraestructuras adolecían de importantes limitaciones; debían ser reparadas continuamente y los barcos de gran calado no podían recalar en la villa, siendo necesario recurrir a las pinazas para cargar y descargar mercancías desde ellos²⁵.

El proyecto de proveer a Laredo de un puerto sólido y competitivo comenzó a efectuarse mediados del siglo XV, hasta entonces los barcos se ubicaban en un espacio abierto, lo que provocaba frecuentes daños en los navíos si se desataba una tormenta²⁶. El monarca Enrique IV otorgó su licencia para que Laredo comenzase las obras, pero debido a diversos problemas (muerte del rey, guerra civil, además de necesidad de invertir en pleitos y otros gastos acuciantes), las obras no se iniciaron hasta 1489. Para ello la villa contó con ayuda financiera en forma de sisa que se obtendría a partir del tráfico comercial de la villa. Los Reyes Católicos ordenaron un informe sobre la viabilidad del proyecto iniciado por Enrique, en el cual se concluyó que la obra sería muy costosa, pero permitiría prevenir el gasto que generaban los daños producidos por las tormentas. Finalmente se aprobó el proyecto y las obras comenzaron. Sin embargo, una serie de problemas, entre los que destacaban los propios destrozos que el mar generaba cuando invadía parte de la villa, impidieron avanzar en las obras de manera significativa: mucho de lo construido fue derribado por el mar o por la calidad de los materiales y la construcción, por lo que gran parte del dinero invertido se perdió. Las obras del puerto de Laredo sufrieron grandes retrasos y sobrecostes, que obligaron a

²³ Para una idea del tipo de estructuras portuarias existentes en el Cantábrico en la época, véase SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Infraestructuras e instalaciones portuarias, fluviales e hídricas en las villas del norte peninsular a finales de la Edad Media: las obras públicas como instrumentos del poder”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz (Coords.) – *Musulmanes y Cristianos frente al agua en las ciudades medievales*. Santander: Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha Publican, 2008. pp. 277-287.

²⁴ FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena – *Archivo de la Catedral de Santander (ss. XII-XVI)*. Santander, Fundación Marcelino Botín, 1994, p. 204 (doc. 158) y 263 (doc. 227). FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena – *Santander. Una ciudad medieval*. Santander: Estudio, 2001, pp. 376-381

²⁵ “El resto de los navíos, aquellos que contaban con mayor calado, deberían quedar fondeados en la Bahía, como aparece en la representación de la obra de Braun, valiéndose de pequeñas barcas para llegar a tierra firme, tanto las personas, como las mercancías”, en FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena – *Santander. Una ciudad...*, p. 378.

²⁶ TORO MIRANDA, Rosa María de – *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516). Orígenes, espacio urbano y población*. Santander: Copimat, 2016, pp. 174-177.

reconstruir constantemente algunas zonas. Finalmente, la obra no se concluyó hasta la segunda década del siglo XV²⁷.

Desde una perspectiva global, la construcción del cay supuso una inversión muy fuerte para unos resultados discutibles a corto y medio plazo. Cada vez que las obras se abandonaban, o las tormentas derruían una parte del puerto, la sangría a las arcas públicas aumentaba. Además, la ubicación espacial para realizar el puerto fue errónea, y hubo que buscar otra zona más segura para erigir un nuevo puerto, cuyas obras comenzarían muy tarde, en 1598. Para entonces Bilbao ya se había erigido como puerto de referencia del norte peninsular, y Laredo había comenzado una lenta decadencia que trajo consigo la consolidación de Santander como villa portuaria más importante del Cantábrico central.

Teniendo en cuenta las dificultades de este proyecto y la obra, al historiador le asalta la duda de si la política efectuada por el concejo fue la correcta, y de si no hubo otras alternativas para continuar atrayendo comercio y riqueza a la villa. En este sentido, hemos de subrayar el hecho de que los miembros del concejo de Laredo estuvieron vinculados a la actividad mercantil, y por tanto invertir en la mejora del puerto implicaba también potenciar sus negocios; el mejor ejemplo lo tenemos en Fernando García del Hoyo, que figura en 1498 pidiendo licencia al concejo de Castro Urdiales para extraer 150 quintales de hierro por mar²⁸. Además, en otras fuentes sabemos que era calificado de mercader, también que era propietario de un barco del que él mismo era maestre, y que esa nave la había heredado de sus padres, lo que indica una tradición marítima dentro de su familia²⁹. Fernando García del Hoyo había sido regidor en 1488, solamente un año antes de que se iniciaran las obras del puerto de Laredo, también volvió a figurar como regidor más tarde, en 1501 y 1502³⁰. No fue el único miembro del concejo con intereses personales en mejorar puerto: en 1514 Juan de la Obra, cabeza del linaje Obra y cuyos negocios incluían el vino, pedía al concejo licencia para construir un atraque propio³¹. Era la solución que encontraban los comerciantes marítimos ante la dilatación de las obras y la necesidad de disponer de un lugar seguro donde atracar sus naves. Juan de la Obra había sido regidor en 1489, año en el que se iniciaron las obras del puerto, y lo fue también en 1507 y 1513³².

²⁷ TORO MIRANDA, Rosa María de – *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516). Orígenes, espacio...*, pp. 176-179.

²⁸ BLANCO CAMPOS, Emma; ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – *Libro del concejo (1494-1522) y documentos medievales del Archivo Municipal de Castro Urdiales*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 1996, p. 144

²⁹ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 149.

³⁰ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 623, 626.

³¹ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 131, 180.

³² TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 623, 629, 631.

Algo similar puede decirse de otros miembros del concejo urbano de Laredo: Juan de Somado “el mozo”, que fue regidor también en 1489, aparece diez años después en La Coruña tratando negocios de pesca en una casa que su tío Pedro Ruiz Cachupín tenía en aquella villa, es decir, que su familia no sólo se dedicaba al comercio pesquero, sino que además contaba con infraestructuras propias como naves y casas en otros puertos³³.

Juan de Escalante, vinculado al linaje de la Obra y uno de los cabezas de la élite del común, figuraba como un importante mercader en 1495; aunque estaba excluido del gobierno urbano, Juan de Escalante tenía influencia y aliados dentro del concejo, hasta el punto de que pocos años más tarde, en 1501 y 1502, figura como contador, un oficio de responsabilidad elegido por el propio concejo³⁴. Por último, mencionaremos a Juan Ruiz Gavilán, un mercader no vinculado a ningún linaje concreto de Laredo (si bien le apoyaban los Cachupín), que en 1516 aparece como maestre de una nave y poseedor de varias viñas en la localidad de La Pesquera; pese a que aparece en la documentación como miembro del común, su nombre figuraba en las reuniones del concejo, con lo cual deducimos que tenía influencia dentro del mismo, con todo llegaría a ser nombrado regidor en 1519³⁵.

Existen más nombres de hombres vinculados al concejo, de diferentes linajes y estratos sociales, que practicaron el comercio marítimo y que, por tanto, tenían un interés específico en mejorar las condiciones de atraque en el puerto. También los marineros y pescadores que viajaban en las travesías por el Atlántico defendían que el concejo invirtiera en las obras portuarias, pues las condiciones del puerto les obligaban a emplear naves de poco calado y vulnerables a las tormentas. Por el contrario, disponer de un puerto que pudiera albergar naves de gran calado, les permitiría hacerse a la mar con embarcaciones más seguras³⁶.

5. Conclusiones.

La apuesta del concejo de Laredo por levantar un puerto de referencia en el Cantábrico era una aspiración política legítima, que beneficiaba tanto a las élites como al común, además de garantizar el abastecimiento de la villa y dinamizar la economía de la región. Se trataba de una decisión arriesgada, no sólo por el coste económico que implicaba, sino también porque suponía un cambio en la

³³ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 433, 623.

³⁴ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 247, 339, 626, 627.

³⁵ TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo...*, pp. 270, 459, 471, 483.

³⁶ AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Peligros marítimos de marineros del norte de la Corona de Castilla a finales de la Edad Media”, *Edad Media. Revista de Historia* 17 (2016), pp. 173-195.

perspectiva política de la administración concejil. Desde nuestro punto de vista, se percibe cómo el concejo de Laredo pasó a mediados del siglo XV de la defensa jurisdiccional de los privilegios reales en los que se obligaba a las poblaciones y a los mercaderes a acudir a Laredo para practicar el comercio, a una apuesta “precapitalista” en el sentido de mejorar las infraestructuras con el fin de hacer a la villa más competitiva y atractiva para los comerciantes.

El cambio no fue traumático, sino paulatino; se trató más de una adaptación de los vecinos a una nueva realidad: a partir de 1465 algunos mercaderes de Laredo optaron por negociar con Castro Urdiales las condiciones de tránsito por el abra de Oriñón, negociaciones que cristalizaron unos años después en forma de concordia entre los dos concejos. Pero las disputas jurisdiccionales entre Laredo y Castro Urdiales continuaron durante el resto de la Edad Media, por ejemplo, por la posesión de Oriñón, que, si bien Laredo consiguió mantener en 1493, la perderá después en favor de Castro Urdiales, ya entrada la Edad Moderna.

En este sentido, la apuesta por la modernización de infraestructuras fue comenzada por Bilbao, que terminará siendo el puerto más importante de la región a comienzos de la Edad Moderna. Laredo hizo lo posible por competir con ella: su concejo invirtió en infraestructuras, sus mercaderes se insertaron en los circuitos internacionales, y las élites apostaron por potenciar el comercio. Sin embargo, una serie de factores terminaron dando al traste con la apuesta de Laredo. La principal fue la mala ubicación del puerto, que tardó décadas en completarse debido a las corrientes marítimas. La segunda, como señala Rosa María de Toro, la propia tecnología de la época impedía efectuar una obra con tales dificultades con éxito. La última, fue tal vez el hecho más determinante que explica la derrota de Laredo como puerto de referencia respecto a Santander y Bilbao: la colmatación del espacio portuario, pues la acumulación de arena y lodo en la zona impedía el acceso de navíos de gran tonelaje a la villa. Al llegar la Edad Moderna, las arcas de Laredo se hallaban agotadas; mientras los esfuerzos habían sido titánicos, los resultados se percibían insuficientes.

Las consecuencias a largo plazo fueron catastróficas: Laredo no sólo perdió la aldea de Oriñón en favor de Castro Urdiales: Colindres y Limpias finalmente consiguieron escapar del férreo control económico impuesto desde Laredo y, ya en el siglo XVIII, le seguirá Ampuero. No obstante, Laredo continuaría siendo, hasta el siglo XVIII, la residencia del corregidor de las Cuatro Villas de la Costa de la Mar, y por tanto siguió disfrutando de una consideración superior respecto al resto, pero ni su poder económico ni su influencia política volvió a ser igual que en la Baja Edad Media.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes manuscritas

Archivo de la Real Chancillería de Valladolid.

Pleitos Civiles, Zarandona y Wals. Subserie Olvidados. Sig. c. 86/2 L22, 6 fol.

Pleitos Civiles, Alonso Rodríguez. Subserie Olvidados. Sig. c. 1122/1, pieza 9, folios 10-15 L94, 6 folios.

Fuentes impresas

BLANCO CAMPOS, Emma; ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – *Libro del concejo (1494-1522) y documentos medievales del Archivo Municipal de Castro Urdiales*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 1996.

Calendar of Patent Rolls, Edward III. Vol. 12, London, The Hereford Times Limited, 1912.

ENRÍQUEZ FERNÁNDEZ, Javier; HIDALGO DE CISNEROS AMESTOY, Concepción; MARTÍNEZ LAHIDALGA, Adela – *Colección documental del Archivo Histórico de Bilbao*, Vol. 3. Donostia: Sociedad de Estudios Vascos, 1999.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena – *Archivo de la Catedral de Santander (ss. XII-XVI)*. Santander, Fundación Marcelino Botín, 1994.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *Patrimonio Documental de Santander en los Archivos de Cantabria. Documentación Medieval (1253-1515)*. Santander: Consejería de Cultura y Deporte, Gobierno de Cantabria, 1998.

Estudios

AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – *Las Cuatro Villas de la Costa de la Mar en la Edad Media. Conflictos Jurisdiccionales y comerciales*. Santander: Universidad de Cantabria. 2013. Tesis doctoral [en línea]. Disponible en: <https://repositorio.unican.es/xmlui/handle/10902/3343> [consulta de 27 diciembre 2017].

AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “El poder de una villa en su hinterland. El caso de Laredo y su jurisdicción en los siglos XIV y XV” [en línea]. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; FARIA, Diogo (Coords.) – *Incipit 2. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto 2011-12*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, pp. 75-87. Disponible en: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12051.pdf> [última consulta: 27 diciembre 2017].

AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “El mercado portuario de Laredo durante la Baja Edad Media: estrategias para su defensa”. In CARVAJAL DE LA VEGA, David; VÍTORES CASADO, Imanol; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – *Poder, Fisco y Mercado en las ciudades de la Península Ibérica (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Castilla Ediciones, 2016, pp. 71-86.

AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Peligros marítimos de marineros del norte de la Corona de Castilla a finales de la Edad Media”, *Edad Media. Revista de Historia* 17 (2016), pp. 173-195.

ARÍZAGA BOLUMBURU, B. – “Conflictividad por la jurisdicción marítima y fluvial en el Cantábrico en la Edad Media”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SÓLORZANO TELECHEA, Jesús Ángel (Eds.) – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*. Logroño, 2005, pp. 17-55

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “La villa de Laredo y sus términos jurisdiccionales”. In TORRES PRIETO, Juana María (Ed.) – *Historica et Philologica: in honorem José María Robles*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, pp. 183-195.

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sergio – *Atlas de villas medievales de Vasconia. Bizkaia*. Bilbao, 2006.

CUÑAT CISCAR, Virginia María – *Documentación Medieval de la Villa de Laredo (1200-1500)*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 1998.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena – *Archivo de la Catedral de Santander (ss. XII-XVI)*. Santander, Fundación Marcelino Botín, 1994.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena – *Santander. Una ciudad medieval*. Santander: Estudio, 2001.

PÉREZ BUSTAMANTE, Rogelio – *Historia de la Villa de Castro Urdiales*. Santander, 1980.

SOLINÍS ESTALLAO, Miguel Ángel – *La Alcabala del Rey, 1474-1505*. Santander, 2003.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – *Patrimonio Documental de Santander en los Archivos de Cantabria. Documentación Medieval (1253-1515)*. Santander: Consejería de Cultura y Deporte, Gobierno de Cantabria, 1998.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier – “Infraestructuras e instalaciones portuarias, fluviales e hídricas en las villas del norte peninsular a finales de la Edad Media: las obras públicas como instrumentos del poder”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz (Coords.) – *Musulmanes y Cristianos frente al agua en las ciudades medievales*. Santander: Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, Publican, 2008, pp. 275-305.

TORO MIRANDA, Rosa María – *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516)* Universidad de Cantabria. 2014. Tesis doctoral.

TORO MIRANDA, Rosa María de – *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516). Orígenes, espacio urbano y población*. Santander: Copimat, 2016.

Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385)¹

Maria Amélia Álvaro de Campos²

Resumo

Em 1377, ainda no rescaldo das investidas castelhanas no reino de Portugal e na sequência da trasladação do Estudo Geral para Lisboa, D. Fernando ordenou o repovoamento do intramuros de Coimbra. Para tal, o monarca mandava os moradores do arrabalde habitar na cerca, concedendo-lhes, em sesmarias, propriedades que pudessem reconstruir. Desse modo, alterava-se a distribuição da população e das dízimas e o equilíbrio de poderes entre as nove paróquias da cidade era afetado. Agravadas nas suas fontes de rendimento, as paróquias do arrabalde recorreram ao prelado e ao monarca, conseguindo um regime de exceção que daria azo a várias contendas com as paróquias da Almedina. A análise dessas contendas, devidamente enquadradas na sua conjuntura, permitirá problematizar questões como: a distribuição populacional de Coimbra durante a Baixa Idade Média; a perceção da vontade dos habitantes na escolha do seu local de residência; e as implicações espirituais e tributárias da residência dos habitantes nas

¹ Trabalho realizado no âmbito do projeto de pós-doutoramento *Territórios, sociedades e religiões: redes paroquiais numa cidade medieval europeia. O caso de Coimbra*, financiado por uma bolsa individual da FCT (SFRH/BPD/100765/2014), com fundos do orçamento nacional e comunitário, através do FSE e do Programa Operacional de Capital Humano, acolhido nas seguintes unidades de I&D: CHSC (U. Coimbra); CIDEHUS (U. Évora); e no CRIHAM (U. Limoges).

² CHSC-Universidade de Coimbra.

diferentes paróquias. Propõe-se uma reflexão sobre a intervenção dos poderes laicos (do rei) e eclesiásticos (paroquial, episcopal e arquiépiscopal) no quotidiano urbano e na vida dos habitantes da cidade.

Palavras-chave

Coimbra medieval; história medieval; paróquia medieval; lei das sesmarias; dízimo.

A balance of powers: population distribution and parochial rights in Coimbra (1377-1385).

Abstract

In 1377 King Fernando ordered the repopulation of the citadel of Coimbra, in the centre of Portugal, requiring residents of the outskirts to move inside the town walls and to rebuild derelict properties there, which were granted to them to that effect. Taken in the aftermath of the invasion of the kingdom by Castilian troops and shortly after the only Portuguese university had been transferred from Coimbra to Lisbon, this measure effected a redistribution of the population and of parochial rights and tithes, which created important jurisdictional tensions between Coimbra's intramural and suburban parishes. Their sources of income threatened, the latter strove to obtain a regime of exception that allowed them to keep collecting their parochial rights from their former parishioners. This gave rise to several judicial conflicts with the citadel's parishes. Building on the analysis and contextualisation of these lawsuits, this essay proposes a novel explanation of the dynamics of population distribution in 14th century Coimbra. In particular, it problematizes the perception of the will of town dwellers in choosing their place of residence; the spiritual and fiscal consequences of demographic redistribution; and the intervention of lay and ecclesiastical powers in the organisation of social and private life in Coimbra.

Keywords

Medieval Coimbra; urban history; Sesmarias law; tithes; jurisdictional conflict.

1. Introdução.

A definição de cidade passa por ela ser – na Idade Média como na atualidade – sede das instituições de poder³, configurando ela própria um espaço de poder político e social⁴, perceptível na relação com os seus habitantes e com o território rural envolvente⁵.

Em Coimbra, primeira capital do reino⁶ e sede de uma das suas mais antigas dioceses, os poderes eclesiásticos ombreavam com os poderes laicos, em força, influência e autoridade. Neste estudo, pretende-se demonstrar que as ações destas duas tipologias de poder – cujas esferas de influência, à partida diferenciadas e distintas, se sobrepunham, despoletando conflitos – poderiam articular-se, dialogando na gestão cooperante dos diferentes interesses, manifestando-se na regulação da vida dos habitantes da cidade, através de legislação e da cobrança de tributos.

Com esse fim, analisar-se-á um momento da história de Coimbra, cronologicamente estabelecido entre 1377 e 1385, em que as paróquias da Almedina se opuseram às paróquias do arrabalde, por causa da cobrança das dízimas pessoais dos seus fregueses. Na sequência da resolução régia de que os habitantes do arrabalde fossem morar na Almedina da cidade, gerou-se um conflito entre as paróquias de um e de outro espaço que obrigou à intervenção dos diferentes poderes. Para além de outros documentos pontualmente citados, recorrer-se-á à Chancelaria de D. Fernando⁷ e a atos produzidos pelo bispo, pelas colegiadas e pela audiência episcopal de Coimbra, bem como pela audiência arquiépiscopal de Braga e pela audiência do concelho e alvazil-geral de Coimbra⁸.

O episódio da história de Coimbra que aqui detalharemos já foi brevemente afluído por outros historiadores⁹, mas dada a sua complexidade, encontra-se

³ BOBBIO, Norberto – “Poder/autoridade”. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 14: *Estado; Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 44-58; GIL, José – Poder. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 14, *Estado; Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 58-103.

⁴ MATTOSO, José – “A cidade e o poder”. In *Naquele tempo: ensaios de história medieval*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, pp. 429-436.

⁵ Sobre o termo de Coimbra, ver OLIVEIRA, António de – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, pp. 21-25.

⁶ Ver MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007, pp. 105-111.

⁷ Agradece-se ao colega e amigo Pedro Pinto, paleógrafo do Centro de Estudos Históricos (NOVA FCSH), o auxílio na pesquisa na Chancelaria de D. Fernando.

⁸ Publica-se parte desses documentos no Apêndice documental.

⁹ Ver GOMES, Saul António – Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos. *Biblos*. Nova série, IV (2006), p. 150 e CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012, pp. 56-58.

longe de estar devidamente compreendido. De resto, o presente trabalho também não será suficiente para o fazer, assumindo-se como uma abordagem preparatória a um tema que deverá merecer desenvolvimentos futuros.

2. Coimbra: espaço(s) e poder(es).

A uma Almedina de orografia elevada e íngreme que albergava as principais sedes do poder civil, militar e eclesiástico¹⁰, opunha-se um arrabalde organizado a partir dos diferentes bairros de trabalho, localizados ao longo da margem do rio e servindo-se dele¹¹. O dinamismo urbano deste segundo espaço comprova-se, pelo menos, a partir dos inícios do século XII¹². Nos inícios do século XIV, a ponderação das dízimas das igrejas do arrabalde demonstrava uma maior concentração de riqueza neste espaço. De facto, a conquista definitiva da cidade do Mondego, em 1064, terá levado os homens a renunciar às dificuldades de implantação na Almedina e a fixar-se no arrabalde, que revelava índices de crescimento regulares, mesmo em época de quebra demográfica¹³.

Dentro destes dois grandes espaços, o povoamento urbano estruturava-se em torno de nove paróquias: cinco na Almedina – Santa Maria da Sé; São Pedro; São Salvador; S. João; e São Cristóvão – e quatro no arrabalde – Santa Justa; São João do Mosteiro de Santa Cruz; Santiago; e São Bartolomeu. Além das freguesias

¹⁰ A alcáçova de Coimbra albergou, durante os primeiros anos da nacionalidade, os homens e serviços da corte e, até finais do século XIV era aí que se reunia o município, ver COELHO, Maria Helena da Cruz – *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. Sobre o castelo de Coimbra, ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 195-220. Além da divisão paroquial que a seguir se enunciará, aqui localizava-se a Sé e o paço episcopal, ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem...*, pp. 115-131.

¹¹ Sobre a morfologia e a sociedade urbana de Coimbra, ver, entre outros, VENTURA, Leontina – *Coimbra Medieval: uma cidade em formação*. In ALARCÃO, Adília (Ed.) – *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2003, pp. 16-29; e COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação”. In ALARCÃO, Adília (Ed.) – *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2003, pp. 30-47; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 13 (2013), pp. 157-176.

¹² ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem...*, pp. 145-165 e ROSSA, Walter – *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2001. Tese de doutoramento, pp. 316-372.

¹³ Ver BOISSELLIER, Stéphane – *La construction administrative d'un royaume : registres de bénéfices ecclésiastiques portugais : XIII^e-XIV^e siècles*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2012, documento 2, p. 174; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra trecentista: a cidade e o Estudo”. *Biblos*. LXVIII (1992). Coimbra, p. 338; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra nos séculos XIII a XV”. In *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População II – Cidade Antiga / Cidade Medieval*. Guimarães: Câmara Municipal, 2013, pp. 226-253.

de Santa Maria, sob a jurisdição da catedral¹⁴, e a de São João Evangelista, sob jurisdição do Mosteiro de Santa Cruz¹⁵, todas as outras estavam sujeitas a igrejas colegiadas, cuja cura paroquial, normalmente, estava a cargo do respetivo prior¹⁶.

Entre os séculos XI e XIII¹⁷, período de maturação do Direito Canónico, definiu-se a territorialização da jurisdição paroquial, para o que foi fundamental a fixação das respetivas circunscrições. As paróquias eram assim espaços e instituições de poder, onde as igrejas exerciam a sua autoridade sobre um território e uma população¹⁸. A residência de um indivíduo numa determinada paróquia determinava o templo em que este deveria receber os sacramentos e onde deveria pagar, entre outros direitos, as dízimas pessoais e prediais relativas à décima parte da sua produção e do seu rendimento¹⁹.

Infelizmente, são poucos os exemplos que ilustrem a definição dos limites entre as paróquias da cidade. Depois do processo de circunscrição da paróquia

¹⁴ Sobre esta igreja e cabido, ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

¹⁵ Sobre este mosteiro e sua paróquia, ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade, 2003; e GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage Editores/ CHSC, 2007.

¹⁶ CAMPOS, Maria Amélia – “Coimbra’s parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (Eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: Publicações do CIDEHUS, 2016, pp. 246-258.

¹⁷ Ver GAUDEMET, Jean – *Formation du droit canonique et gouvernement de l’Église de l’antiquité à l’âge classique*. Strasbourg : Presses universitaires de Strasbourg, 2007, pp. 172-185; GRÉLOIS, Emmanuel – “Habitans, commorans, parrochianus, residents: ‘habiter’ en Basse-Auvergne de l’an mil au XIV^e siècle. Étude sémantique”. In *Écritures de l’espace social : mélanges d’histoire médiévale offerts à Monique Bourin*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2010, pp. 117-137; MAZEL, Florian – *L’évêque et le territoire : L’invention médiévale de l’espace*. Paris: Seuil, 2016, pp. 307-364.

¹⁸ Para o caso português, ver MATTOSO, José – “A história das paróquias em Portugal”. In *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992, pp. 37-57; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – “A Formação da rede paroquial no Portugal medieval”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 71-82; VILAR, Hermínia Vasconcelos – Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d’Évora (XIII^e-XIV^e siècles). In BOURIN, Monique et BOISSELIER, Stéphane (Éd.) – *L’espace rural au Moyen Âge : Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècles)*. Mélanges en l’honneur de Robert Durand. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2015, pp. 125-140.

¹⁹ Sobre as dízimas em Portugal, ver, entre outros, RODRIGUES, Ana Maria – “Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 264-265; VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Fiscalidade régia e rendimentos eclesiásticos: a imposição dos direitos episcopais no Portugal Medieval (séculos XIII-XIV)”. In MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel – *El dinero de Dios. Iglesia y fiscalidad en el occidente medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda e Instituto de Estudios Fiscales, 2011, pp. 51-70; HENRIQUES, António Castro – “O ‘fruto’ e o produto. Do dízimo eclesiástico às contas nacionais (Portugal, século XIV)”. In VIANA, Mário (Ed.) – *Economia e instituições na Idade Média: novas abordagens*. Ponta Delgada: CHAM, 2013, pp. 65-94; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Hierarquias eclesiásticas em conflito na diocese de Coimbra: a dízima de São Pedro de Bruscos no século XIV”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (Eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 443-464.

de São João de Santa Cruz (1139)²⁰, só muito pontualmente nos chegamos reflexos dessas determinações, nomeadamente no decorrer de contendas por causa da cobrança das dízimas²¹.

3. 1377: o desequilíbrio dos poderes.

A 25 de julho de 1377, o rei D. Fernando escrevia ao concelho e homens-bons de Coimbra, concedendo um conjunto de mercês que estes lhe pediam, como compensação à obediência dos moradores e oficiais da cidade que, por mandado régio, mudaram a residência do arrabalde para a cerca²². Esta é a primeira referência coligida sobre essa ordem de D. Fernando, que provocaria alterações na distribuição populacional, nas diferentes jurisdições paroquiais, e despoletaria várias contendas.

Antes da análise dessas contendas, convém apresentar o contexto e as causas que terão motivado a decisão do monarca. Para isso, deve-se recuar ao período da designada segunda guerra fernandina e lembrar que Coimbra foi uma das cidades cercadas, por Henrique de Trastâmara, no Inverno de 1373²³. Com efeito, a preocupação com o despovoamento da cerca de Coimbra, já anterior a este acontecimento²⁴, intensificou-se na sequência das incursões das hostes inimigas no território português²⁵. Procurando mitigar as fragilidades defensivas das suas

²⁰ Ver CAMPOS, Maria Amélia – “Coimbra’s parochial...”, pp. 247-250.

²¹ Em Coimbra, reconhecem-se conflitos entre paróquias limítrofes. Ver, por exemplo, Lisboa, ANTT, Colegiada de Santiago de Coimbra (citada doravante por ANTT/COLSTG), m. 5, s/n (1349-09-15); m. 4, s/n (1381-04-04) e m. 1, s/n (1422-10-15). Refira-se ainda o registo de uma extrema-unção dada pelo prior de São Cristóvão a uma paroquiana em sua casa, na Porta da Almedina de Coimbra, com a menção de que se encontrava na sua paróquia, publicado por VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995, documento 1.

²² Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Fernando (citado doravante por ANTT/CHDF), liv. 2, fl. 11v-12. A cerca representava, na cidade, o poder (político e militar) e autoridade do monarca, cfr. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 121-140, sobretudo 121-125.

²³ Após o assassinato de Pedro I de Castela pelo seu irmão e pretendente ao trono, Henrique de Trastâmara, em 1369, D. Fernando assumiu-se, primeiramente, como pretendente ao trono de Castela e, mais tarde, em 1372, como apoiante das pretensões inglesas de João de Gante, duque de Lencastre, a esse trono. Portugal entrava, assim, numa guerra que marcava toda a Península, constituindo uma extensão, a Ocidente, da Guerra dos Cem Anos, ver MARTINS, Armando Alberto – *Guerras Fernandinas: 1369-1371, 1372-1373, 1381-1382*. Matosinhos: QuidNovi, 2006, pp. 62-70; GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, pp. 85-102; 126-137.

²⁴ Reconhece-se, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso III, cfr. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra trecentista...”, p. 346.

²⁵ Ver ANTT/CHDF, liv. 1, fl. 113v (1372-10-05); fl. 117v (1372-01-29) e fl. 121v (1372-04-11). De resto, o incentivo régio ao povoamento do intramuros verificou-se também noutros núcleos urbanos, ver o caso de Arraiolos: ANTT/CHDF, liv. 4, fl. 1v (1371-06-04). Cidades como Coimbra e Lisboa revelaram-se alvos fáceis. Depois das ofensivas de 1373, registaram-se inúmeras queixas e denúncias sobre a devastação das casas ou terras de cultivo, ver MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*.

principais cidades, o monarca empreenderá um conjunto de medidas com vista ao reforço das muralhas e ao povoamento das cercas²⁶. Assim, ainda nesse ano, sabe-se que a barbacã de Coimbra estaria em obras para o que deveriam colaborar todos os moradores do termo²⁷. Simultaneamente, o rei concedia importantes privilégios aos moradores da cerca, isentando-os do pagamento de impostos e serviços, dando-lhes a primazia na escolha de mancebos e escusando-os do dever de aposentadoria para com os fidalgos da sua casa, da casa da rainha e dos infantes²⁸.

A transferência do Estudo Geral de Coimbra para Lisboa, nos inícios de julho de 1377²⁹, viria exacerbar as dificuldades de povoamento da Almedina, onde se fixaram as escolas e o bairro dos estudantes, entre 1312 e 1377³⁰.

Reconhecendo a insuficiência do número de casas disponíveis na cerca para todos os habitantes que deveriam abandonar o arrabalde, o monarca faz aplicar a Lei das Sesmarias, em contexto urbano³¹. No decorrer de 1378, o rei doa várias propriedades degradadas na cerca de Coimbra, a título vitalício e hereditário, para que fossem recuperadas³², do mesmo modo que autoriza o concelho a proceder de igual forma³³.

As medidas para dinamizar a Almedina de Coimbra passaram, também, pela limitação e condicionamento do comércio no arrabalde³⁴. De resto, em 1377,

Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 399-408 e COELHO, Maria Helena da Cruz – “No rasto da guerra – o antes e o depois”. In *A guerra e a sociedade na Idade Média: Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Coimbra: SPEM, 2009, pp. 287-306, principalmente 294-303.

²⁶ Sobre a preocupação dos monarcas em reforçarem o povoamento das cercas, em contexto de guerra, ver MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes – *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*. Coimbra: Palimage e CHSC, 2010, pp. 86-91. Sobre o tempo de D. Fernando, ver GOMES, Rita Costa – *D. Fernando...*, pp. 139-141.

²⁷ ANTT/CHDF, liv. 1fl. 130v (1373-07-29).

²⁸ ANTT/CHDF, liv. 1, fl. 131v-132 (1373-08-03); fl. 134v (1373-08-12 e 1373-08-16) e fl. 167v (1375-04-04). Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista...”, pp. 336 e 346.

²⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto e VELOSO, Maria Teresa (Eds.) – *Livro Verde da Universidade de Coimbra: cartulário do século XV*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992, documento 13 (1377-07-03).

³⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto e VELOSO, Maria Teresa (Eds.) – *Livro Verde...*, documentos 6º (1312-05-25); 6fº (1358-10-19) e 6iº (1361-04-11). Em 1370, por uma carta de D. Fernando, percebe-se a intenção de que o Estudo fosse transferido para o arrabalde, mas não há provas quanto a uma efetiva transferência. Ver RODRIGUES, Manuel Augusto; VELOSO, Maria Teresa (Eds.) – *Livro Verde...*, documento 12b (1370-10-14). Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista...”, pp. 347-349.

³¹ Ver RAU, Virginia – *Sesmarias medievais portuguesas* (Biblioteca de textos universitários 53). Lisboa: Ed. Presença, 1982, p. 89.

³² ANTT/CHDF, liv. 2, fl. 35v-36 (1378-10-14); liv. 4, fl. 13v-14 (1378-12-11).

³³ ANTT/CHDF, liv. 4, fl. 14-15 (1378-02-13 e 1378-02-14); Chancelaria de D. Fernando, liv. 2, fl. 35v-36 (1378-10-14).

³⁴ Embora admitisse o funcionamento das albergarias junto às igrejas de Santiago e de São Bartolomeu, o rei proibia que aí se vendesse outra coisa que não a palha para as bestas, ver ANTT/CHDF, liv. 2, fl. 12 (1377-07-25). Ver também ANTT/CHDF, liv. 3, fl. 55 (1383-03-07). Sobre a resistência dos mercadores de Coimbra a realizar comércio na cerca, ver COELHO, Maria Helena da Cruz – *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*. Coimbra: Delegação do INATEL, 1993.

D. Fernando outorgava uma carta de feira franca à cidade de Coimbra, conquanto esta se realizasse no intramuros, no curral dos paços régios³⁵.

Na entrada do último quartel do século XIV, Coimbra vivia um momento de profundas alterações. Para além da quebra demográfica verificada em todo o Ocidente Europeu³⁶, a cidade fora agravada pelo cerco de tropas inimigas e via-se desfalcada das gentes e serviços que, durante várias décadas, aí haviam feito funcionar o Estudo. Assim, muitos habitantes transferiram, temporária ou definitivamente, a sua residência do arrabalde para a cerca, por vontade própria, gozando de grandes privilégios por ocuparem o interior da muralha, seguindo ordens expressas do monarca, ou em consequência da doação de sesmarias. Os acontecimentos que se seguiram demonstram que as paróquias da cerca, rapidamente, se terão feito cobrar das dízimas dos novos paroquianos, o que, à partida, não fugia ao quadro de legitimidade previsto.

4. 1379-1385: um equilíbrio contestado.

No reverso desta situação, as paróquias do arrabalde mantiveram o direito de cobrar as dízimas pessoais dos seus antigos moradores, que permaneciam obrigados a receber os sacramentos nas suas igrejas. Isto porque o bispo, D. João Cabeça de Vaca [1377-(1383)]³⁷, ordenou que os que se transferiram para a cerca, por ordem do rei, continuassem a pagar as dízimas nas paróquias de onde provinham³⁸, o que originava uma situação ambígua e excecional, uma vez que o pagamento deste tributo era, normalmente, determinado pelo local de residência de cada um³⁹. Desta forma, o prelado anulava, na esfera da jurisdição eclesiástica, as consequências de uma imposição secular.

³⁵ ANTT/CHDF, liv. 2, fl. 68v-69 (1377-06-07), publicado por COELHO, Maria Helena da Cruz – *A feira de Coimbra...*, documento 5.

³⁶ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 26-37.

³⁷ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV”. In *A guerra e a sociedade na Idade Média: Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Coimbra: SPEM, 2009, pp. 539-550, especialmente 545-547.

³⁸ ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 58, n. 2165, publicado em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa...*, vol. 2, documento 14a (1379-01-20).

³⁹ A gestão de um imposto universal a toda a Igreja Católica do Ocidente, dava azo à criação de exceções locais, confirmadas pelos prelados, cfr. VIADER, Roland – “La dime dans l’Europe des féodalités. Rapport introductif”. Em *La dime dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XXX^es Journées Internationales d’Histoire de Flaran, 3 et 4 octobre 2008, Études réunies par Roland Viader*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2010, pp. 7-36 principalmente as pp. 22-32.

As igrejas da Almedina recorreram dessa decisão junto da audiência da arquidiocese de Braga⁴⁰, ao mesmo tempo que, em Coimbra, procuravam comprovar que a mudança de residência dos fregueses visados se fizera, por livre vontade e não por constrangimento do monarca⁴¹. Não conhecemos o desenlace do processo levado à arquidiocese, mas, na cidade do Mondego, os priores da Almedina encontraram um importante aliado na pessoa do vigário-geral do bispo, Geraldo Peres⁴².

Por sua vez, as freguesias do arrabalde continuavam a dispor do apoio do prelado, que, fora de Coimbra, emitia cartas no sentido de proteger as paróquias de origem dos referidos fregueses, a não ser que estes lhe expressassem pessoalmente a sua vontade de mudar de residência. D. João Cabeça de Vaca, por carta redigida em Côja, a 27 de dezembro de 1379, proibia Geraldo Peres de deliberar nesta questão, dando razão às suspeitas que os priores das colegiadas do arrabalde levantavam sobre a idoneidade do referido vigário-geral⁴³. No entanto, uma sentença emitida por este eclesiástico, em julho de 1380⁴⁴, tendo por base o juramento dos paroquianos de residirem no intramuros de livre e espontânea vontade, comprova que tal proibição não surtiu efeito.

Esta oposição entre o vigário-geral e o bispo de Coimbra, a quem aquele deveria ser, acima de tudo, obediente é muito relevante. As decisões de Geraldo Peres seriam o reflexo dos seus interesses pessoais nas paróquias da Almedina⁴⁵ ou seriam o eco de conflitos mais amplos?

A disputa das dízimas devidas pelos os habitantes de Coimbra, transferidos para a cerca, continuaria até 1385. Das igrejas da Almedina e do arrabalde, eram emitidas ameaças e sentenças de excomunhão – uma das mais fortes prerrogativas da Igreja e, talvez, a mais poderosa no controlo das populações⁴⁶. Por sua vez, do

⁴⁰ Lisboa, ANTT, Colegiada de Santa Justa de Coimbra (citada doravante por ANTT/COLSJ), m. 15, n. 329, publicado em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa...*, vol. 2, documento 13a (1379-03-07).

⁴¹ Lisboa, ANTT, Colegiada de S. Salvador de Coimbra (citada doravante por ANTT/COLSS), m. 3, s/n e m. 10, s/n ou documentos 2 e 4 do apêndice documental (1380-07-03 e 1385-08-21).

⁴² Ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “Geraldo Peres, cónego da Sé de Coimbra no século XIV”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. XXXI/I (1996), pp. 393-430.

⁴³ ANTT/COLSJ, m. 15, n. 312, publicado em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa...*, vol. 2, documento 15a (1379-12-27).

⁴⁴ ANTT/COLSS, m. 3, s/n ou documento 2, no apêndice documental.

⁴⁵ Em junho de 1380, acumulara ao seu *cursus honorum* o benefício de raçoeiro de São Pedro de Coimbra MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “Geraldo Peres...”, pp. 398-400.

⁴⁶ A excomunhão significava a expulsão da comunidade. Com origem na disciplina penitencial da Igreja primitiva, a excomunhão adota diferentes formas à medida que o direito canónico ganha precisão. Durante a Baixa Idade Média, o seu uso generalizou-se contra aqueles que lesavam os bens e os privilégios da Igreja ou se opunham à sua vontade e lei, cfr. BEAULANDE, Véronique – *Le malheur d'être exclu ? Excommunication, réconciliation et société à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2006, pp. 26-30.

lado dos paroquianos, surgiam queixas de serem considerados em incumprimento, fosse qual fosse a igreja que escolhessem para ouvir missa e pagar as dízimas.

Na audiência episcopal, Estêvão Martins, antigo morador em Santa Justa, afirmava ter comprado casas em São Salvador, na Almedina, onde residia voluntariamente. Acrescentava, depois, que era bom cristão e que queria obedecer à Santa Igreja, pelo que pedia que se decidisse qual das igrejas tinha o direito paroquial. Atendendo a que a mudança de residência se fizera de livre e espontânea vontade, o vigário-geral, deliberava, como já se disse, a favor de São Salvador⁴⁷.

Perante esta análise, percebe-se que a livre decisão dos paroquianos, jurada sobre os evangelhos, configurava a prova do seu vínculo a uma circunscrição eclesiástica. Nunca se saberá, porém, até que ponto a invocação dessa liberdade não era um subterfugio das paróquias da Almedina para a recolha de um maior número de direitos paroquiais. Matizes que a documentação, coligida até ao momento, não permite avaliar, mas que não deixam de levantar suspeita neste contexto.

Resta perceber que papel desempenharam os representantes dos poderes laicos da cidade nesta questão. Interessados que estavam em fazer cumprir a determinação do prelado de que a distribuição das dízimas não fosse afetada, os priores do arrabalde conseguiram o apoio régio de D. Fernando e, mais tarde, de D. João I. D. Fernando dava o apoio do seu braço secular à decisão do bispo de Coimbra e proibia as suas justiças na cidade de executarem as penas de excomunhão, emitidas pelo vigário-geral, a pedido dos priores da Almedina⁴⁸. Com efeito, em 29 de agosto de 1379, na presença das cartas do bispo D. João e do rei D. Fernando, o alvazil-geral de Coimbra proibia o alcaide e as justiças da cidade de prender os paroquianos por razão de terem sido excomungados, no âmbito desta questão. Tal situação demonstra não só a articulação e permeabilidade entre esferas laicas e eclesiásticas, como também a ação das estruturas penais das justiças civis, ao serviço das decisões da justiça eclesiástica.

A 25 de junho de 1385, novamente a pedido dos priores do arrabalde, D. João I confirmava a carta de D. Fernando⁴⁹. De resto, a última contenda dirimida no tribunal eclesiástico de Coimbra, no âmbito desta questão, data de agosto desse ano – período em que se alcançava alguma estabilidade política no reino e se começava a vislumbrar uma certa estabilização militar⁵⁰.

⁴⁷ ANTT/COLSS, m. 3, s/n ou documento 2, no apêndice documental (1380-07-03)

⁴⁸ ANTT/COLSTG, m. 11, s/n (1379-08-31), documento 1 do apêndice documental.

⁴⁹ ANTT/COLSTG, m. 14 (1385-06-25), documento 3 do apêndice documental.

⁵⁰ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-111.

A partir desta data, não voltaremos a encontrar restrições nem constrangimentos por parte do monarca à residência no arrabalde⁵¹. De resto, o programa urbanístico que se implementará em Coimbra, no reinado de D. João I e durante a vigência do ducado de Coimbra⁵², ditará a construção de novos espaços de centralidade urbana fora de muralhas. O dinamismo urbano do arrabalde prosseguirá o seu desenvolvimento, continuando, naturalmente, a fixar um maior número de habitantes do que a cerca.

Como enunciado na introdução, apresentou-se uma abordagem preliminar a um tema que deverá merecer desenvolvimentos futuros, nomeadamente através do aprofundamento da pesquisa de arquivo.

Na entrada do último quartel do século XIV, Coimbra revelava-se uma cidade debilitada, com um intramuros pouco povoado, de edificado depauperado. Para inverter essa situação, D. Fernando incrementou os privilégios aos moradores da cerca e condicionou o desenvolvimento das atividades comerciais no arrabalde. Perante a alteração de morada de alguns paroquianos, as paróquias da Almedina, normalmente beneficiárias de quantitativos fiscais inferiores, procuraram recolher as dízimas pessoais dos novos fregueses. Pelo contrário, o prelado decidirá que a fiscalidade eclesiástica fosse exercida pelas paróquias de origem, a menos que os paroquianos expressassem a sua livre vontade na mudança de local de residência. Decisão que o rei confirmou. Assim, toda a alteração de morada que resultasse de constrangimento do rei não acarretaria transformações na jurisdição espiritual.

Aparentemente circunscrita num curto espaço de tempo, esta é uma situação incomum, aqui abordada para ilustrar o funcionamento dos poderes laicos e eclesiásticos de Coimbra, nos finais do século XIV. O rei, o seu alcaide, o alvazil-geral, o bispo, o seu vigário-geral e os priores das colegiadas surgem como agentes desses poderes, interrelacionando-se de forma conflituante ou cooperante, na gestão do quotidiano e dos interesses materiais e espirituais dos habitantes da cidade.

Nesta conjuntura de dicotomia, oposição e conflito, entre Almedina e Arrabalde, como explicar a posição do prelado e as desobediências do seu vigário-geral? O que justificará o apoio do rei à decisão episcopal, em contradição aparente com a sua própria política? Que papel desempenha a livre vontade na determinação do vínculo espiritual de um paroquiano à sua circunscrição eclesiástica? Eis alguns dos pontos que, hoje, suscitam mais dúvidas do que respostas e a que se deverá regressar no futuro.

⁵¹ De resto, D. João I, a pedido do concelho e homens bons de Coimbra, permite a realização da feira franqueada no arrabalde, COELHO, Maria Helena da Cruz – *A feira de Coimbra...*, p. 25 e documento 5.

⁵² Ver GOMES, Saul António – Coimbra – aspectos..., p. 155; e TRINDADE, Luísa – *Urbanismo...*, p. 588.

ANEXO DOCUMENTAL⁵³

Documento 1

1379 AGOSTO, 31, Coimbra, Paço da Feira – *João Martins, prior de Santiago de Coimbra, pede a Álvaro Fernandes, alvazil-geral dessa cidade, que mande e proíba o alcaide e as justiças do concelho de executar as penas de excomunhão contra os paroquianos excomungados pelo vigário-geral da audiência do bispo e pelos priores das igrejas da Almedina, seguindo para isso as cartas emitidas pelo bispo e pelo rei D. Fernando.*

A) ANTT, Colegiada de Santiago de Coimbra, m. 11, s/n (perg., 315x321 mm, razoável, gót. curs., sinal notarial).

Sabham os que este stormento virem, como trinta e hum dias do mes d'agosto Era de mil e quatrocentos e dez e sete anos na cidade de Coimbra, no paço da feira⁵⁴, seendo hi Alvaro Fernandes scollar, alvazil geeral da dita cidade que soia en audiencia ouvindo os fectos. Perante o dicto alvazil pareçerom Joham Martinz, priol da igreja collegiada de Santiago da dicta cidade, e disse ao dicto alvazil que el bem sabia e era çerto en como per Dom Joham, bispo da dicta çidade, que ora era, fora e era dada hũa carta a qual fora na dicta çidade apublicada en que mandava que todos aquelas pessoas que moradoras forom no arravalde da dicta çidade e forom morar dentro a çerca desa mesma fosem ouvir suas misas a suas freguesias segundo onde⁵⁵ freguesia cada hum soya de viver e morar e que outrosy pagasem as dizemas aas igrejas do dicto aravalde segundo freguisia en que cada hum soya de morar seendo o aravalde pobrado. E que outrossy veera hũa carta de noso senhor el rey que Deos mantenha en que mandava que se conprise a dicta carta do dicto senhor bispo pela guisa que en ella era conhudo e que mandava aas suas justiças da dicta çidade que costrangessem todollos moradores que no dicto aravalde moradores forom e ora na dicta çerca da dita çidade que fosem ouvir suas misas cada hũa a sua freguisia segundo soiam de vir e ouvir nas freeguisias onde

⁵³ A transcrição paleográfica dos documentos segue as normas sistematizadas em COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Universidade, Inst. de Paleografia e Diplomática, 1993. As abreviaturas foram desdobradas. Atualizou-se a utilização das letras «i» e «j», «u» e «v». Separaram-se palavras indevidamente unidas e uniram-se palavras indevidamente separadas. As consoantes duplas no início das palavras foram suprimidas, transcrevendo-se apenas uma. A pontuação original e o uso de maiúsculas foram desprezados, introduzindo-se uma pontuação básica com intuito de facilitar a leitura. As palavras ilegíveis foram assinaladas com []; as palavras entrelinhadas indicaram-se com < >; e as leituras duvidosas com (?).

⁵⁴ O pergaminho apresenta uma mancha que não impossibilita a leitura.

⁵⁵ Mancha no pergaminho, dificuldade de leitura.

cada huum era morador e que cada hũa [...] ⁵⁶ sua freguisia pagase suas dizemas segundo cada huum theudo era de pagar. E que outrosy deffendia aos dictos suas justiças que posto que costringidos ou demandados fosem algũas das sobreditas pesoas que morar soyam no dito aravalde per vigairo ou outra algũa pesoa pera ouvir misas algũas nas freguisias e logares onde ora cada hũas das dictas pesoas som moradores na dicta çerca e pagar suas dizemas e nom aas igrejas do dicto aravalde onde cada hũa soya de morar. E en eles e cada hũa das dictas pesoas quiserem trager preito e demanda ou poer en elles e cada huum delles sentença d'escomunhom que mandava aas suas justiças da dicta çidade que por tal sentença en escomunhom nenhũa das sobreditas pesoas nom fosem presas(?) nem lhes levasem penas(?) como de escumunhados. E que outrosi manda aas dictas suas justiças da dita çidade que pera esto seer maais e melhor comprido que lhes possesse pena qual(?) ⁵⁷ elles vissem que melhor era per as dictas pesoas hirem ouvir <misas> e pagar suas dizemas nas igrejas e freguesias onde soiam de morar.

E que pera esto chegava hy o dicto senhor rey com o dicto mandado comme braço ⁵⁸ secular que pedido era en ajuda pera cumprir as suso dictas cousas e que ora eel ⁵⁹ come priol que era da dicta igreja de Santiago do aravalde da dicta çidade, e outros priores desse mesmo aravalde era dicto e era notiça que alguuns moradores e fregueses que forom das igrejas e freguisias do dito aravalde queriom hir ouvir suas misas e pagar suas ⁶⁰ dizemas aas igrejas hem que moradores soyam a seer pella guissa que soyam fazer quando moradores no dicto aravalde erom outrosy pera conpirem as dictas cartas do dicto senhor rey e bispo e que vigairo do dicto senhor bispo e os priores onde cada huuns eram moradores segundo as freguisias da dicta çerca hem que ora moradores eram os tragiam a preitos e demandas e poinham en eles sentenças d'escomunhom dizendo que nom fosem ouvir misas nem pagar dizemos aas dictas igrejas do dicto aravalde onde moradores soyam seer senom tam sollamente aas igrejas onde ora moradores som na dicta çerca e que por tal raçom [...] ⁶¹. E requeria ao dito alvazil que mandase e deffendese o alcaide e justiças da dita çidade que taees pesoas com estes ⁶² que moradores soyam <seer> no dito aravalde e ora moravam na dita çerca per penna e costringimento de noso senhor el rey nom fosem presos por taees scumunhons como os suso dictos nem levasem delles penas como de seus julgados e conpirem

⁵⁶ Segue-se buraco no pergaminho.

⁵⁷ Segue-se buraco no pergaminho que dificulta a leitura.

⁵⁸ Seguem-se as letras «sego» rasuradas.

⁵⁹ Segue-se um «E» rasurado.

⁶⁰ Seguem-se as letras «dadema» rasuradas.

⁶¹ Palavra ilegível.

⁶² Palavra ilegível rasurada.

e aguardasem as ditas cartas de [...] ⁶³ bispo e rey <pela guisa que en ellas era conteúdo>. E logo pellos sobredictos alvazil foy dito e mandado e disserom a Rodrigo Afomso, alcaide do castello da dicta cidade, o qual presente stava que per carta nem sentença nenhũa do vigario do dito senhor bispo nem d'outra pessoa nehũa nem d'escumunhom de Chrispto(?) he pella dita razom de suso dicto nem prendese nenhũa pesoa per razom de tal escumunhom nem levase dellas penas en escumungado e que esto dizia el que mandava ⁶⁴ fazer e deffendia ao dito alcaide porque dizia que vira as ditas cartas do dicto senhor rey e bispo e por que era dellas certo e por ellas comprir pella guissa que en ellas era conthudo. E o dicto priol pedio a mim tabelliom huum stormento ou dous ou tres ou quantos lhis mester fosem, demandado o stormento que o dicto alvazil mandava. Fecto na dicta çidade no logo, dia e mes susodictos, testemunhas que presentes foram Joham Domingues, Afomso Anes, Garçia Martinz, Johane Esteves, Gomes Lourenço, tabelliãaes da dicta cidade e outros.

E eu Afomso Martinz, tabelliom de nosso senhor el rey na dicta çidade que a esto presente fui e este estormento scrivi so meu signal tal [sinal] he.

Documento 2

1380 JULHO, 3, Coimbra – *Geraldo Peres, vigário-geral da audiência do bispo de Coimbra, emite sentença contra o prior e os raçoeiros de Santa Justa, proibindo-os, sob pena de excomunhão, de exigirem os direitos paroquiais a Estêvão Martins, que se mudara para a paróquia de São Salvador, na Almedina, de sua livre e espontânea vontade.*

A) ANTT, Colegiada de S. Salvador de Coimbra, m. 3, s/n (perg., 433x237 mm, bom, gót. curs., selo pendente de cera).

Giral Peres, coonigo de Coimbra, bacharel em degredos, vigario geeral do honrrado padre e senhor Dom Joham, per mercee de Deos e da Santa Igreja de Roma bispo desa meesma. A quantos esta carta virem faço saber que demanda e contenda era perante mim em juizo antre Stevam Martinz, homem de serviço, morador na dicta cidade, na freguesia de Sam Salvador, demandador de hũa parte e Rodrigo Anes, prior e raçoeiros da igreja de Santa Justa da dicta cidade e Fernam Gonçalvez, prior e raçoeiros da igreja de Sam Salvador outrosy da dicta cidade deffendedores da outra dizendo o dicto Stevam Martinz em sua petiçom que pos per palavra contra os dictos priores e raçoeiros das dictas igrejas que vivendo el

⁶³ Buraco no pergaminho.

⁶⁴ Segue-se letra ilegível rasurada.

dicto Stevam Martins en outro tempo que podia haver huuns oytto anos ou nove en no arravalde na freguisia de Santa Justa e que entendendo muyto por sua prol que se veera morar na Almedina na dicta freguisia de Sam Salvador onde ora mora em hũas casas que mercara por seus directos. E que ora o dicto prior de Santa Justa e os dictos raçoeiros o escomungavam e constringiam e gaaçavam(sic.) cartas de sentença contra el por que nom hia aa dicta igreja de Santa Justa aos domingos e festas e receber os ecclesiasticos sacramentos da Santa Igreja e do dicto prior e raçoeiros e dar-lhis a dizema e permicia e os outros directos e que eso medes lhi fazi o dicto prior e raçoeiros de Sam Salvador e pediam o dicto Stevam Martinz que a esto lhi ouvese remedio com directo ca el era chrisptãao e queria obedecer aa Santa Igreja e era prestes a ir <ouvir> os officios devinos e dar os dizemos aaquella igreja onde de directo for theudo e receber della os ecclesiasticos sacramentos. E per o dicto prior e raçoeiros de Sam Salvador foy dicto que elles escomungariam o dicto Stevam Martinz e constringeriam per sentenças da Santa Igreja como seu fregues que era e demais que tinham hũa sentença contra el a qual deziã que fora dada per mim de prazimento do dicto Stevam Martins. E logo per o dicto prior e raçoeiros⁶⁵ de Sancta Justa foy dicto que elles escomungariam e constringeriam o dicto Stevam Martins quando nom fose aa dicta igreja de Santa Justa aos domingos e festas e receber os ecclesiasticos sacramentos e dar os dizemos e os outros directos da dicta igreja de Santa Justa como dicto he e dar o dizemo e os outros directos aa dicta igreja de Santa Justa e demais que lhis era ja julgado per sentença do dicto senhor bispo en pesoa do dicto Stevam Martinz e que asy elles de directo podiam escomungar e constringer o dicto Stevam Martinz quando nom fose aa dicta igreja de Santa Justa como dicto he e dar o dizemo e os outros directos aa dicta igreja de Santa Justa e demais que eu dicto vigario nom era dello juiz por que deziã que estavam tras(?) sentença. E da parte dos dictos priores e raçoeiros de Sam Salvador foy dicto que se elles dictos prior e raçoeiros de Santa Justa algũa sentença gaançaram com o dicto Stevam Martinz que nom fazia per juizo a elles nem aa dicta igreja de Sam Salvador e o dicto Stevam Martinz nom era de nehuum daquelles contra quem trãgiam a sentença do dicto senhor bispo porque deziã que o dicto Stevam Martinz de sa livre vontade e sem constringimento d'el rey nem de seus meirinhos nem coregedores, nem justiças nenhũas se veera morar na dicta freguisia de Sam Salvador e que por estas razões e cada hũa dellas o dicto Stevam Martinz era e he fregues da dicta igreja de Sam Salvador e hirem ouvir os divinaes officios e receberem os ecclesiasticos sacramentos e hi dar os dizemos e todos os outros directos e pediam a mim dicto vigairoo os dictos prior e raçoeiros de Sam Salvador que per minha

⁶⁵ Segue-se a palavra «foy», rasurada.

sentença asy o julgase e deffendese aos dictos prior e raçoeiros de Santa Justa que nom costranjesem o dicto Stevam Martinz daqui en deante por a dicta razom. E eu veendo o que me diziam e pediam por moor avondamento dey juramento aos santos evangelhos ao dicto Stevam Martinz e per o dicto juramento lhi fiz pergunta que quando se asy veera morar aa dicta freguesia de Sam Salvador se se veera hi por costrangimento d'algũa pessoa. E el dise per o dicto juramento que el nom veera morar a dicta freguisia de Sam Salvador per costrangimento de nehũa pesoa mais de sua boa livre voontade por razom de hũas casas que hi mercara por seus directos como ja <dicto> avia e demais que sua voontade era enquanto o Deus deixase viver pera viver en ella e que nom era ja sua voontade pera hir viver em outro logar. E eu vigairo sussodicto, vistas as razões dictas alegadas da hũa e da outra parte e todas as outras razões que as dictas partes dizer e poer quiseram e visto o dizer do dicto Stevam Martinz em como nom veera morar aa dicta freguisia de Sam Salvador per costrangimento d'el rey nem de meirinho, nem de corregedor nem d'outra pesoa nehũa mais per sua boa e livre voontade e por que entendia que era mais sua prol e a de viver no arevalde e que outrosy era sua voontade de viver na dicta freguesia de Sam Salvador enquanto o Deus leixar viver nas dictas suas casas que asy mercara e fezera por os seus dinheiros. Porem per sentença julgando, mando que o dicto Stevam Martinz vaa aos domingos e festas aa igreja de Sam Salvador della receba os ecclesiasticos sacramentos e a ella de os dizemos asy de pam como de vinho e d'azeite e de todas as outras cousas que lhi Deus der de que se dizemo deve dar come cada hum dos outros fregueses da dicta igreja e declaroo por fregues da dicta igreja de Sam Salvador. Daqui en deante em como quer que o el de directo antre ja fose e mando e deffendo aos dictos prior e raçoeiros de Santa Justa, en virtude de obedeença e so pena d'escomunhom, que daqui en deante nom costrangam o dicto Stevam Martinz que vaa aa dicta igreja de Santa Justa ouvir os officios devinos nem receber os ecclesiasticos sacramentos nem lhis dar as dizemas salvo daquellas cousas que se senpre husou a dar na dicta cidade en outra guisa fazendo elles o contrairo canonica mencione senpre permisa ponho nos dictos prior e raçoeiros de Santa Justa e en cada huum delles sentença d'escomunhom per esta carta da qual sentença o dicto prior e raçoeiros de Sam Salvador pediram hũa carta de sentença ou duas ou tres ou aquellas que lhis forem compridoiras e eu mandei-lhas dar so o seelo da audiencia do dicto Senhor bispo.

Dante en Coimbra, tres dias de julho era de mil iiii^c e xbiii^o anos.

Alvarus Benedicti notarius.

Gerardus. (*assinaturas autógrafas sob a dobra do pergaminho.*)

Documento 3

1385 JUNHO, 25, Coimbra – *D. João, rei de Portugal, a pedido dos priores do arrabalde de Coimbra, confirma carta de D. Fernando pela qual o monarca dava o apoio do seu braço secular à carta de D. João, bispo de Coimbra, que ordenava que os paroquianos do arrabalde, constrangidos a habitar a cerca, continuassem a ouvir missa e a pagar os direitos paroquiais no arrabalde.*

A) ANTT, Colegiada de Santiago de Coimbra, m. 14, s/n (perg., 217x281 mm, razoável, gót. curs., buraco para suspensão de selo pendente totalmente desaparecido).

Dom Joham pela graça de Deos, rey de Portugal e do Algarve a vos juizes da cidade de Coimbra e a todas as outras justiças a que esta carta for mostrada saude. Sabede que os priores das igrejas do arravalde dessa cidade nos disseram que em sendo nos regedor e defensor destes regnos lhes deramos nossa carta para os juizes e justiças dessa cidade porque lhes comprissem e aguardassem hũa carta que tynham d'el rey Dom Fernando nosso irmão a que Deos perdoe na qual era contheudo entre as outras cousas que sua merçee fora que os moradores do arravalde da dicta cidade fossem morar e pobrar a Almidina que he dentro na cerca dessa cidade e que por razom as dictas igrejas eram danificadas e que por a dicta razom Dom Joham em sendo bispo da dicta cidade lhes dera sua carta que todos os fregueses que foram das dictas igrejas do arravalde dessa cidade pagassem as dizimas e outros direitos aas dictas igrejas do dito arravalde pela guisa que os soyam de pagar entre que aa dicta cerca per seu mandado fossem morar. E que o dicto bispo lhe enviara pedir por merce chamando para elo em ajuda de braço segral e filho obediente aa Santa Igreja que fizesse esto poer em execucom per as suas justiças e d'outrosi os fizesse constrangendo quanto en ele era que pagassem as dictas dizimas pela guisa que as elles soyam d'aver entre que fossem morar aa⁶⁶ dicta Almedina⁶⁷ per seu constrengimento e que lhes fosse guardada a dicta carta pela guisa que em ella era contheudo. E que que o dicto senhor rey veendo o que lhe o dicto bispo enviara pedir e por que o elle mandara fazer por defensor e guarda de seu senhorio e por seu serviço que mandara aos dictos juizes da dicta cidade que mandassem da sua parte os moradores da dicta Almidina que foram moradores e fregueses das dictas igrejas do dicto Arravalde que respondessem e dessem os directos e dizimas aas igrejas do dicto arravalde segundo todo e outras cousas mayas compridamente era contheudo na dicta carta

⁶⁶ Segue-se buraco no pergaminho.

⁶⁷ Palavra truncada por buraco de pergaminho que não impede a leitura.

por quanto fora facta no tempo que nos aviamos o dicto regimento como dicto he. E pedirom nos sobrello merçee e nos veendo o que nos pediam e querendo lhe fazer graça e merçee e vista a dicta carta per nos temos por bem e mandamos nos que vejades a dita nossa carta e lha comprades e aguardedes e façades comprir e aguardar em todo pela guisa que em ella he contheudo e lhes nom vades em nenhuma guisa contra ella e a nossa merçee lhe de lhe seer comprida e aguardada como sobredito he e em testemunho desto lhes mandamos dar esta nossa carta. Dante na dicta cidade de Coimbra, vinte e çinquo dias de junho, el rey o mandou per Joham Affonso bacharel em degredos seu vassallo e do seu desenbargo Vasco Martinz a fez Era de mil e quatroçentos e vinte e tres anos.

Johannis Alfonsi.

Documento 4

1385 AGOSTO, 21, Coimbra – *Martim Domingues, cónego e vigário-geral da Sé vacante, sentencia a favor da igreja de São Salvador, numa questão que opunha João Martins, morador nessa freguesia, ao prior e cabido dessa igreja pelo não cumprimento dos direitos paroquiais a que o primeiro estava obrigado.*

A) ANTT, Colegiada de S. Salvador de Coimbra, m. 10, s/n (perg., 280x164 mm, razoável, gót. curs., selo pendente de cera muito danificado).

Martim Dominguez, conigo da See de Coimbra, vigario geral no temporal e spiritual da dicta See vagante, a quantos esta carta virem faço saber que perdante mim parecerom as partes convem a saber, o priol da eigreja de Sam Salvador da dicta cidade per sua pesoa e demandador da hũa parte[.] e Joham Martinz dicto Gardo, morador na dicta cidade per sua pessoa deffendedor da outra. E logo per o dicto prior da dicta eigreja de Sam Salvador foy dicto e allegado que o dicto Joham Martinz era fregues da dicta eigreja de Sam Salvador hi ouvia os officios divinos e recebia os ecclisiasticos sacramentos ou per elle estava de os nom receber e que per⁶⁸ lhy pediram e requereram e mandaram pedir e requerer que lhy desse a dizima daquello que lhy Deos dava a el e aa dicta sua eigreja como seu fregues que era [e]⁶⁹ que o recusara⁷⁰ e recusava de o fazer e pedia a contra elle que per sentença da Santa Eigreja ho constrangesse que lhy desse a dizima daquello que lhy Deos desse a el e aa dicta sua eigreja. E logo per o dicto Joham Martinz foy dicto que verdade era que elle morava na dicta freguesia da dicta eigreja de Sam

⁶⁸ Repete «per».

⁶⁹ Palavra introduzida para facilitar a leitura.

⁷⁰ Letras rasuradas e impercíveis.

Salvador e que ouvia os dictos officios divinos mays que o priol e raçoeiros da eigreja de Santa Justa lhy demandavam a dizima daquello que lhy Deos dava mays que lhy prazia de dar a dizima daquello que lhy Deos desse a quem fosse achado que era directo e que lhy prazia muito que nom queria poer embargo nemhum sobre ella e que⁷¹ litigassem as dictas eigrejas antre sy sobre a dicta dizyma ca ele nom queria poer embargo sobrela. E eu dey logo juramento sobre os sancto evangelhos ao dicto Joham Martinz que tempo avia que morava na dicta freguesia de Sam Salvador ou que se avia voontade de sse ir pera o arravalde se queria viver na dicta freguesia de Sam Salvador e el per o dicto juramento dise que avia hum ano ou mays que vivia na freguesia de Sam Salvador em hūas casas que hy tinha emprazadas e avia voontade de viver daqui en deante posto que hy ouvesse pazes. E eu visto o dizer da hūa e da outra parte per sentença julguey e julgo que lhys de a dizyma daquillo que lhy Deos der daqui en deante convem a saber ao prior e raçoeiros da dicta eigreja de Sam Salvador que lhys de o dizimo do linho canave daqui ata domingo primeiro seguinte dando lhy o dicto termho por amoestações canonicas segundo(?) forma da Santa Eigreja que nom lhys dando o dicto linho ao dicto termho como dicto he eu vigairo suso dicto ponho en elle sentença de scomunhom per esta carta. Das quaaes cousas o dicto prior de Sam Salvador pedio hūa sentença e eu mandei-lha dar so o seello da audiençia da dicta See vagante. Dante em Coimbra, vinte e huum dias d'Agosto, Vicente Domingues a fez, Era de mill iiiic e vinte e tres anos.

Martinus (*assinatura autógrafa sob a dobra do pergaminho*).

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Lisboa, ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 58; Colegiada de Santa Justa de Coimbra, m. 15; Colegiada de Santiago de Coimbra, m. 5, 11 e 14; Colegiada de S. Salvador de Coimbra, m. 3.

Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv.1 a 4. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813657> [consultado 17.11.2017].

⁷¹ Seguem-se as letras «la» que não transcrevemos por não fazerem sentido no texto.

Fontes impressas

BOISSELLIER, Stéphane – *La construction administrative d'un royaume : registres de bénéfiques ecclésiastiques portugais : XIII^e-XIV^e siècles*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9476> [consultado 05.12.2017].

RODRIGUES, Manuel Augusto e VELOSO, Maria Teresa Nobre (Eds.) – *Livro Verde da Universidade de Coimbra: cartulário do século XV*. Ed. fac-Similada. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1990.

Estudos

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

BEAULANDE, Véronique – *Le malheur d'être exclu ? Excommunication, réconciliation et société à la fin du Moyen Âge*. Publications de la Sorbonne, 2006.

BOBBIO, Norberto – Poder/autoridade. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 14: *Estado; Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 44-58

BOISSELLIER, Stéphane – *La construction administrative d'un royaume : registres de bénéfiques ecclésiastiques portugais : XIII^e-XIV^e siècles*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2012.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Coimbra: Faculdade de Letras: tese de doutoramento, 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/21840> [consultado 30.12.2017].

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra nos séculos XIII a XV”. In *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População*, vol. II (*Cidade Antiga / Cidade Medieval*). Guimarães: Câmara Municipal, 2013, pp. 226-253. Disponível em <https://estudogeral.sib.ucp.pt/handle/10316/42389> [consultado 05.12.2017].

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”. *Revista de*

História da Sociedade e da Cultura. Coimbra. 13 (2013), pp. 157-176. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1645-2259_13_6 [consultado 05.12.2012].

CAMPOS, Maria Amélia – “Coimbra’s parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (Eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: Publicações do CIDEHUS, 2016, pp. 246-258.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Hierarquias eclesiásticas em conflito na diocese de Coimbra: a dízima de São Pedro de Bruscos no século XIV”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (Eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 443-464. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/44222> [consultado 05.12.2017].

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra trecentista: a cidade e o Estudo”. *Biblos*. LXVIII (1992). Coimbra, pp. 335-356.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*. Coimbra: Delegação do INATEL, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação”. In ALARCÃO, Adília (Ed.) – *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2003, pp. 30-47.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “No rasto da guerra – o antes e o depois”. In *A guerra e a sociedade na Idade Média: Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: SPEM, 2009, pp. 287-306.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

- COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática / Universidade de Coimbra, 1993.
- GAUDEMET, Jean – *Formation du droit canonique et gouvernement de l'Église de l'antiquité à l'âge classique*. Strasbourg : Presses universitaires de Strasbourg, 2007, pp. 172-185.
- GIL, José – Poder. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 14, *Estado; Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 58-103.
- GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- GOMES, Saul António – “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”. *Biblos*. Coimbra. Nova série, IV (2006), pp. 125-163.
- GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage Editores e CHSC, 2007.
- GRÉLOIS, Emmanuel – “Habitans, commorans, parrochianus, residens: ‘habiter’ en Basse-Auvergne de l’an mil au XIV^e siècle. Étude sémantique”. In *Écritures de l'espace social : mélanges d'histoire médiévale offerts à Monique Bourin*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2010, pp. 117-137.
- HENRIQUES, António Castro – O “fruto” e o produto. Do dízimo eclesiástico às contas nacionais (Portugal, século XIV). In Viana, Mário (ed.), *Economia e instituições na Idade Média: novas abordagens*, pp. 65-94. Ponta Delgada: CHAM, 2013.
- MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade, 2003.
- MARTINS, Armando Alberto – *Guerras Fernandinas: 1369-1371, 1372-1373, 1381-1382*. (Batalhas da história de Portugal 3). Matosinhos: QuidNovi, 2006.
- MATTOSO, José – “A história das paróquias em Portugal”. In *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 37-57.

- MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- MATTOSO, José – *Naquele tempo: ensaios de história medieval*. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2009.
- MAZEL, Florian – *L'évêque et le territoire : L'invention médiévale de l'espace*. Paris: Seuil, 2016.
- MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes – *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*. Coimbra: Palimage e CHSC, 2010.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “Geraldo Peres, cónego da Sé de Coimbra no século XIV”. *Revista Portuguesa de História* XXXI (1996), pp. 393-430.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV”. In *A guerra e a sociedade na Idade Média: Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: SPEM, 2009, pp. 539-550.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Textos universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.
- OLIVEIRA, António de – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras e Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos. 1971. Tese de doutoramento.
- RAU, Virgínia – *Sesmarias medievais portuguesas* (Biblioteca de textos universitários 53). Lisboa: Ed. Presença, 1982.
- RODRIGUES, Ana Maria – “Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 264-265. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13490> [consultado 2017-12-10].

- RODRIGUES, Ana Maria – “A formação da rede paroquial no Portugal medievo”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 71-82. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4407.pdf> [consultado 2017-12-12].
- ROSSA, Walter – *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2001. Tese de doutoramento policopiada.
- TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- VENTURA, Leontina – “Coimbra Medieval: uma cidade em formação”. In ALARCÃO, Adília (Ed.) – *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2003, pp. 16-29.
- VIADER, Roland – “La dîme dans l’Europe des féodalités. Rapport introductif”. In VIADER, Roland (Ed.) – *La dîme dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XXX^{es} Journées Internationales d’Histoire de Flaran, 3 et 4 octobre 2008*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2010, pp. 7-36.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Fiscalidade régia e rendimentos eclesiásticos: a imposição dos direitos episcopais no Portugal Medieval (séculos XIII-XIV)”. In MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (eds.) – *El dinero de Dios. Iglesia y fiscalidad en el occidente medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda e Instituto de Estudios Fiscales, 2011, pp. 51-70.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d’Évora (XIII^e-XIV^e siècles)”. In BOURIN, Monique; BOISSELIER, Stéphane (eds.) – *L’espace rural au Moyen Âge : Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en l’honneur de Robert Durand*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2015, pp. 125-140. Disponível em: <http://books.openedition.org/pur/19898> [consultado 19.12.2017].

Confronto político e ideologias de poder em Braga na Baixa Idade Média: *Rebelião, coerção e obediência no último quartel do século XV*¹

*Raquel de Oliveira Martins*²

Resumo

O século XV foi, em Braga, um período extremamente rico e dinâmico do ponto de vista político e social. As transformações políticas, sociais e económicas aportadas com mudanças no estatuto jurídico da cidade, em 1402, e depois em 1472-74, foram significativas e profundas, principalmente ao nível das ideologias políticas subjacentes à evolução dos poderes. Estas novas realidades políticas e sociais levaram a reajustamentos das estruturas políticas e dos atores sociais em Braga, causando em alguns períodos do

¹ Este estudo insere-se num projecto de Doutoramento em curso, realizado na Universidade do Minho em co-tutela com a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, intitulado: *O poder de governar. Instituições, ideologias e representações em Braga no final da Idade Média*.

² Bolseira de Doutoramento FCT SFRH/BD/100839/2014. Doutoranda em História Medieval, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho. Doutoranda em História da Idade Média na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Investigadora do Laboratório Paisagens, Património e Território (Lab2PT) e Laboratoire Médiévistique Occidentale de Paris (LaMOP). Email: raqueldoliveiramartins@gmail.com

século XV desconforto político e social. Este desconforto era, por vezes, manifestado de forma ruidosa e violenta, como foi o caso de um conflito bélico, de natureza política, ocorrido em Braga entre os anos 1477-1478, e que opôs o senhor da cidade, o arcebispo D. Luis Pires ao alcaide-mor de Guimarães, Fernão de Lima. Neste trabalho analisaremos a natureza deste conflito e tentaremos compreender algumas das dinâmicas político-sociais que estiveram na base deste tipo de acontecimentos, nomeadamente as ideologias, os motivos, as justificações.

Palavras-chave

Braga medieval, senhorio, conflitos urbanos, violência política, poder.

Political confrontation and power ideologies in Braga on the Late Middle Ages: Rebellion, coercion and obedience in the final years of the 15th century.

Abstract

The fifteenth century was, in the city of Braga, an extremely rich and dynamic period from the political and social point of view. The political, social and economic transformations brought by changes in the legal status of the city in 1402 and later in 1472-74 were significant and profound, mainly on the matter of political ideologies underlying the evolution of powers. These new political and social realities led to readjustments of political structures and social actors in the city, causing, in some periods of the fifteenth century, political and social discomfort. This discomfort was sometimes manifested in a abrupt and violent forms, as was the case of a political conflict occurred in Braga between 1477-1478, which opposed the city lord, the archbishop D. Luis Pires, to the Guimarães *alcaide-mor*, the noble Fernão de Lima. In this paper we will analyze the nature of this conflict and try to understand some of the political and social dynamics underlying this type of events, namely the ideologies, the motives, the justifications.

Keywords

Medieval Braga, lordship, urban conflicts, political violence, power.

“La fidélité et l’obéissance n’expriment pas seulement la vertu de celui qui sert: elles sont le reflet des vertus du gouvernant. L’obéissance est encouragée par le bon gouvernement, la bonne seigneurie (...)”³.

1. Introdução.

Os conflitos sociais urbanos de finais da Idade Média acompanharam a inequívoca evolução dos poderes políticos do ocidente medieval, sendo muitas vezes uma ação/reação à mudança (ou expectativa de) do paradigma político e económico vigente. Perpassaram toda a Idade Média, com diferentes graus de impacto na sociedade onde se manifestavam, dependendo da sua natureza (que poderia ser política, económica, social, jurídica, cultural, religiosa) e opondo as autoridades urbanas (o Senhor, o concelho, etc) contra um outro/outros poder(es)⁴.

Estes fenómenos traduziam-se geralmente em movimentos de contestação, que podiam ser violentos ou não, frequentemente limitados no espaço – uma cidade ou vila, e seu termo -, e no tempo (as revoltas não duram *ad eternum*, pela inviabilidade em todos os sentidos). Neste ponto é importante sublinhar que, essas dinâmicas de natureza contestatária, e de rivalidades entre poderes, se entrecruzaram com outras de carácter cooperativo e solidário, sendo estas últimas muito mais frequentes do que as primeiras, pois só assim se permitia a viabilidade política, social e económica das cidades. No entanto, nas alturas de conflito social, a contestação podia assumir várias formas, como simbólicas ou visíveis, ou ambas, usando muitas vezes como bandeira a ideologia do “bem comum”, justificando assim a sua existência⁵.

A historiografia em torno deste tema tem contado com cada vez mais títulos, principalmente no panorama historiográfico internacional, com destaque para as contribuições dos historiadores franceses, italianos e ingleses. No entanto, continuam a faltar mais estudos que estendam para além da análise política, o

³ LACHAUD, Frédérique – *L’Ethique du pouvoir au Moyen Age : L’office dans la culture politique (Angleterre, vers 1150-vers 1330)*. Paris: Editions Classiques Garnier, 2010, p. 147.

⁴ COHN JR., Samuel, K. – *Lust for Liberty. The Politics of Social Revolt in Medieval Europe, 1200-1425: Italy, France and Flanders*. Harvard University Press, 2008, pp. 76-107.

⁵ WÜRGLER, Andreas – “Revoltas urbanas” in *Dictionnaire historique de la Suisse*. Berna, 1998-2018. Artigo datado de 01/11/2012. Em linha www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F25758.php

estudo dessas revoltas urbanas e conflitos sociais na Idade Média, debruçando-se nas ideologias e nas motivações por detrás destas⁶. Recentemente, uma colaboração entre historiadores portugueses e espanhóis, impulsionou o estudo e análise do fenómeno dos conflitos políticos na península ibérica, demonstrando com exemplos concretos a transversalidade e frequência, dos movimentos conflituosos urbanos nos finais da Idade Média⁷.

Este trabalho insere-se no eixo temático dos conflitos políticos e sociais urbanos da Baixa Idade Média, no qual analisaremos um caso concreto de violência política em Braga, no final do século XV. Consideraremos o impacto político, as ideologias, os motivos e as justificações subjacentes a este episódio, não esquecendo o quadro complexo onde vários actores sociais, internos e externos à cidade desempenharam importantes papéis, contribuindo assim para a transformação da paisagem política da mesma.

2. Os antecedentes.

As transformações políticas, económicas e sociais ocorridas em Braga durante o século XV resultaram numa mudança de paradigma nas relações entre os poderes em convívio na cidade e no seu termo. Para isso muito contribuiu a transferência do senhorio da cidade de Braga, dos arcebispos para a coroa do reino em 1402, e que aportou uma alteração significativa do estatuto jurídico da mesma, levando a um reajustamento das estruturas de poder presentes na cidade, conferindo uma existência de direito àquelas que até então só existiam de facto (como no caso da instituição concelhia bracarense). Este marco político importante significou uma mudança do paradigma político, vigente nos três séculos anteriores⁸.

A cidade de Braga integrou assim, a partir desse momento, a vasta lista de cidades de senhorio régio, obtendo direitos e privilégios em conformidade com a

⁶ Um estado da questão muito completo e exacto é-nos dado por: COHN JR., Samuel, K. – *Lust for Liberty. The Politics of Social Revolt in Medieval Europe, 1200-1425: Italy, France and Flanders*. Harvard University Press, 2008, pp. 76-107.

⁷ Nomeadamente as obras coordenadas por José Antonio JARA FUENTE, a saber: *Discurso Político y Relaciones de Poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media*. Madrid: Editorial Dykinson, S. L., 2017 e outra em co-coordenação com ADELAIDE MILLÁN DA COSTA intitulada *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016.

⁸ Veja-se SOUSA, Armindo de – “A governação de Braga no século XV (1402-1472) (História resumida duma experiência fracassada)”, in *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. 2, Braga, 1990, pp. 589-616. Ainda, MARQUES, José – “O Senhorio de Braga, no século XV: principais documentos para o seu estudo”. sep. *Bracara Augusta*, 46, Braga, 1997; MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”. in *Bracara Augusta*, Braga, 49 (116), 2000, pp. 127-174; COSTA, Adelaide Milán – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

sua nova condição. Note-se que a cidade do Porto passou pelo mesmo processo três anos mais tarde, em 1405, numa clara política de centralização do poder régio por parte de D. João I. No entanto, o Porto conseguiu manter esse estatuto para sempre, ao contrário de Braga que viu o processo reverter-se após apenas 70 anos, em 1472. As cidades de Braga e Porto tiveram percursos político-administrativos em parte semelhantes, no período dos Condes Portucalenses, D. Henrique e D. Teresa. De facto, os prelados das duas urbes viram-lhes ser atribuídas Cartas de Couto naquele período – 1112 em Braga, e 1120 no Porto, transformando-as em senhorios episcopais. A diferença entre os dois coutos eclesiásticos residiu na atribuição de um foral à comunidade de homens livres do Porto, pelo Bispo D. Hugo, em 1123, realidade que, em Braga, parece nunca se ter verificado, condicionando assim a ação política das elites urbanas laicas.

Com a mudança de estatuto político em 1402, a comunidade de homens livres ganhou o direito à auto-representação política nas cortes do reino, movimentando-se os seus representantes numa esfera política mais alargada, mais influente, à escala do reino, e não apenas à escala regional. Este facto contribuiu para criar laços e fazer alianças, elevando ainda mais os “maiores” da terra aos olhos dos que por eles eram governados, e de quem, em teoria, deveriam ser a voz⁹. Este grupo de políticos, que se renovou *de forma endogâmica* ao logo do século XV, desenvolveu um tipo de discurso centrado na manutenção dos seus direitos e da sua condição privilegiada¹⁰. Para isso encetavam políticas de cooperação e solidariedade com quem oferecesse garantias de viabilidade dos seus projetos políticos.

Depois de 1402, para além dos atores sociais das esferas do poder bracarense, o arcebispo, o cabido, o concelho, o rei, os lavradores do termo e outros *ricos homens* (em que sentido? Homens de posses?) da cidade de Braga, uma nova figura política juntou-se à órbita do poder em Braga. Referimo-nos a D. Afonso, conde de Barcelos e senhor de Guimarães e mais tarde duque de Bragança. O seu poder sentiu-se na cidade, principalmente no século XV, coincidindo com o governo do arcebispo D. Fernando da Guerra¹¹, de quem se fez inimigo, e após a morte do prelado, quem morreu primeiro? Não foi o Duque? a sua influência na cidade parece ter-se intensificado. É no governo de D. Luís Pires e sucessores que o senhor de Bragança se vai impor como um Poder, usurpando tarefas que não lhe cabiam

⁹ SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Vol. I. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 206-210.

¹⁰ Sobre a composição socioeconómica do concelho de Braga veja-se MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV – O governo dos honrados cidadãos e regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado. Policopiada.

¹¹ D. Afonso, duque de Bragança faleceu em 1462, seis anos antes do falecimento de D. Fernando da Guerra. Os seus desentendimentos duraram muito tempo, mas intensificaram-se depois de D. Afonso ter obtido o título de Duque de Bragança em 1442.

por direito. De facto, são bem conhecidas as discórdias e desaguisados entre o Duque de Bragança e o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, durante a primeira metade do século XV, e que tinham como base diferentes interpretações de como deveria ser exercido o poder em Braga, depois desta cidade se tornar em senhorio régio, em 1402¹².

Como qualquer cidade medieval, Braga tinha também o seu próprio complexo esquema político, onde conviviam os diversos atores políticos e sociais. Já atrás referimos que para além dos momentos de cooperação e solidariedade entre as estruturas de poder urbano e os seus protagonistas existiam também momentos de clivagem política, que podiam transformar-se em atos contestatórios (violentos ou não) da autoridade.

Em Braga esses momentos existiram, durante o século XV, sendo uns mais ruidosos que outros, e polarizaram em campos opostos, as diferentes elites do poder. O denominador comum era sem dúvida a manutenção do poder político, económico e social. Felizmente estes momentos de tensão nunca se chegaram a traduzir em episódios violentos de conflito armado, excetuando aquele ocorrido no início do último quartel do século XV, e que foi perpetrado não só por forças políticas e militares alheias à cidade, mas também por parte da elite do poder de Braga, nomeadamente os *homens bons* que faziam parte da instituição concelhia bracarense. O ambiente de instabilidade começou, no entanto, muito antes.

3. A conjuntura.

Com a morte de D. Fernando da Guerra em 1468, e a sucessão deste por D. Luís Pires, a cidade de Braga conheceu um dos seus períodos mais difíceis, a nível político, social e económico. Pouco tempo depois de D. Luís Pires tomar o sólio bracarense, D. Afonso V decide devolver o senhorio de Braga novamente aos arcebispos.

Da análise de alguma correspondência efetuada entre o rei e o arcebispo pode subentender-se uma certa insistência por parte do monarca. Em duas cartas, provavelmente do final de 1471 e início de 1472, podemos ler¹³:

“Reuerendo arçebispo amjgo (...) me mujto prazeria por me a mym parecer cousa justa e rrazoada e que a uos e a essa uosa jgreja (...) eu queria tornar a uos e

¹² MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, pp. 1101-1105.

¹³ As cartas em questão omitem o ano, fornecendo só informações sobre o lugar, o dia e o mês. Contudo, analisando estas informações à luz da conjuntura da época, parece-nos que estes documentos são respetivamente de Dezembro de 1471, e de Fevereiro de 1472.

aos arçebispos depois de uos a jurdiçam desa çidade de bragaa e seu termo com todo o senhorio dela (...)”¹⁴.

Como não obtivera resposta favorável por parte do arcebispo ao pedido feito, insistiu de novo o rei, pouco tempo depois:

“Reverendíssimo arcebispo amigo Eu mandey a fernando de figueiredo que uos falasse algumas cousas de minha parte açerca deste escambo que uos mandey falar (...) qreede que muyto uolo agradecerey e me acreçentarees a uoontade pera folgar de trabalhar por toda cousa de nossa honrra e proueito em espeçial açerca desta penssam nom seendo cousa em prejuizo de dom aluaro meu muito amado sobrinho E se eu nom entendesse que este escainbo fosse seruiço de deus e bem dessa igreja çerto eu uos nom rogaria que o fizesseis (...)”¹⁵.

Foi necessário usar de alguma persuasão por parte de Afonso V para convencer o prelado bracarense a aceitar o senhorio de Braga. Apesar das reticências de D. Luis Pires, o senhorio de Braga foi finalmente restituído à Igreja, num processo que começou em 1472 e terminou em 1474, com o arcebispo a ser empossado senhor de *iure e de facto*, a 25 de Agosto desse mesmo ano¹⁶.

O contrato de restituição do senhorio *mero e mixto imperio* de Braga e do seu termo, aos arcebispos, ditou o fim de um *regime político* novo, que tinha durado sete décadas. No entanto, os 70 anos de vigência dessa nova experiência política, acarretada com a mudança no estatuto da cidade que passou de senhorio eclesiástico para régio, deixaram marcas e causaram impacto, não só no espaço físico da cidade, mas sobretudo, e mais importante, na consciência política daqueles que integravam as estruturas do poder, quer laicas quer eclesiásticas.

Não sabemos se as intensas negociações para a restituição do senhorio (pelo menos as mais diretas) envolveram apenas o prelado e o seu cabido, e o rei, deixando de fora outros protagonistas do poder com interesses políticos, económicos, na cidade, nomeadamente o concelho, os lavradores do termo, as elites políticas, sociais e económicas laicas de Braga, o duque de Bragança, etc. Ou se, pelo contrário, também envolveram alguns destes interesses.

¹⁴ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (doravante ADB), *Fundo do Cabido, Livro das Cartas Tomo I*, fl.7.

¹⁵ ADB, *Fundo do Cabido, Livro das Cartas Tomo I*, fl.4.

¹⁶ ADB, *Fundo do Cabido, Gavetas de Braga e sua Jurisdição*, docs. 22, 24. Os contratos de mudança do senhorio de Braga, tanto o de 1402 como o de 1472 (que entrou em vigor de *facto e de iure* em 1474), foram transcritos e publicados por José Marques em MARQUES, José – “O Senhorio de Braga, no século XV: principais documentos para o seu estudo”. sep. *Bracara Augusta*, Braga, 46 (1997).

Sabemos sim, que, o duque de Bragança, fronteiro-mor do rei nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, e ao que parece, muito ativo politicamente na cidade de Braga e no seu termo, mesmo antes da restituição do senhorio em 1472-74, continuou a desempenhar algumas funções em nome do rei (ou pelo menos assim o fazia crer), exercendo algumas das prerrogativas senhoriais destinadas ao senhor da cidade (o arcebispo) e aos seus homens. Numa carta de D. Afonso V dirigida ao arcebispo D. Luis Pires, a 20 de Dezembro de 1477, o monarca desculpa-se por algumas acções políticas do duque de Bragança, que seriam sérias ameaças ao contrato de transferência do senhorio de 1472-74. Lemos:

“(...) determjno e mando que o dicto contrauto descanbo seja compridamente gardado sseem mjnoa nem deffecto allguum assij determjno e me apraz que em comprimento e ffrmeza delle nom de priuellegeio nem mandado ha fronteiro allguum nem allguma outra pessoa per que em a dicta çidade nem em seu termo possa escusar pessoa allguma dos emcaregos e mandados do dicto arçebispo e sseus hoffçiaes nem pera apurar per sy nem per outrem os moradores da dicta çidade e de seu termo pera jrem a geera (guerra) ou armada ou ha outra parte ssee nom ssoomente per o dicto arçebispo e seus hoffçiaes como no dicto contrauto he contehudo (...) e porquanto ho duque de guimaraees meu mujto amado e prezado ssobrjnho deu por meu serujço per allgumas vezes mandados per que na dicta çidade e termo ssee apurarem allgumas gentes sem ho eu mandar nem ssaber”¹⁷.

Parece-nos claro que o duque de Bragança tivesse interesses políticos mais abrangentes em Braga, do que apenas ser o mero executor das ordens do rei. Ainda não se nos afigura completamente claro se este nobre, senhor de terras e de homens, extremamente poderoso e influente, queria governar Braga e seu termo, tornando-se seu senhor de facto e talvez de iure. Pese aqui o facto, muito importante de que Braga era *civitas*, sede arquiépiscopal, primaz das Espanhas, e estava muitíssimo próxima dos domínios territoriais do duque. E sendo uma cidade com estatuto de senhorio régio, ainda melhor. Poderia o Duque almejar que o monarca, como pagamento pelos serviços prestados, na guerra ou em outras causas, pudesse vir a

¹⁷ ABD, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 4, fl.1v. O documento em questão, uma carta de D. Afonso, faz parte de um conjunto documental, depositado no Arquivo Distrital de Braga, e que há altura da realização deste trabalho ainda não tinha designação arquivística. Foi transcrito e publicado há alguns anos, pela Dra. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, antiga diretora do dito Arquivo, um dos documentos deste fundo, uma carta do arcebispo D. Luis, e datada de 1478. Ver VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de – “O último lampejo do feudalismo em Portugal”. *Revista Fórum*, 24 (1998-2), pp. 27-45. Este conjunto documental contém, porém, outros documentos relacionados com os eventos de 1477-78, como é o caso da carta acima referida.

atribuir-lhe o senhorio de Braga? Não esqueçamos que para além de outras vilas e territórios, era conde de Barcelos, exercendo também muito poder em Guimarães, duas vilas cujos termos limitavam com os de Braga. E se o duque tinha pretensões de estender o seu território, o seu *dominium*, então para ele contrato de restituição do senhorio de 1472-74, traduzir-se-ia num grande contratempo.

Como já atrás foi mencionado, o senhorio da cidade só foi restituído de *iure e de facto* em 1474, depois do papa confirmar o contrato e todas as alegações jurídicas feitas corroborando a idoneidade do mesmo, de que este era feito a favor da Igreja de Braga. Esta mudança de paradigma político deve ter causado algum desnorte no início, bem como alguns atropelos à nova ordem política e jurisdicional. É natural que demorasse algum tempo até que o novo contrato fosse lido e publicado aos visados, interessados e diretamente por ele afetados. Estas novas realidades políticas traduziram-se num reajustar das estruturas políticas, bem como uma nova adaptação a estas, dos atores sociais em Braga, causando em alguns períodos do século XV, desconforto político e social. Este desconforto era, por vezes, manifestado de forma ruidosa e violenta. Não sendo frequente, a violência, quando escalava, era difícil de conter. As partes oponentes arranjavam tantos apoiantes quantos pudessem, mesmo que estes tivessem sido seus inimigos anteriormente. Isso mesmo foi o que se passou em Braga entre os anos 1477-1478. Num conflito bélico, de natureza política, que opôs o senhor da cidade, o arcebispo D. Luis Pires ao alcaide-mor de Guimarães, Fernão de Lima, e os respetivos apoiantes, verificaram-se improváveis alianças políticas forjadas aparentemente em torno de um projeto comum: a mudança do paradigma político vigente, iniciado dois anos antes com a transferência do senhorio de Braga, da coroa (de novo) para os arcebispos.

4. A rebelião.

Foi pouco tempo após a entrega do senhorio de Braga novamente à Igreja e aos arcebispos que ecoam nos documentos notícias de instabilidade política e social na cidade e no seu termo.

Ao que tudo indica o contrato de 1472-74 não estava a ser cumprido, e as violações às cláusulas nele contidas sucediam-se. As violações mais graves eram perpetradas por homem ligado ao duque de Bragança, de seu nome Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães. Exercia funções reservadas aos oficiais do arcebispo, nomeadamente a cobrança de rendas e o provimento da justiça, num claro atropelo à autoridade do senhor de Braga. Lemos:

“(...) asy pella çidade como pello termo tomarom quantos moyos nossos de pam e de vinho acharom asy nas egreias das nossas camaras como em maaos de quaaesquer Rendeiros e devedores nossos E nom ssooamente esto Mas ajnda per sseus homees malfeitores ocupou e lançou maaop por nossas Rendas Reaaes da dicta nossa cidade .scilicet. portagens sisas e direitos asy da judaria como da cidade que ssom nossas defendendo que nom acudissem nem Respondessem com ellas a nos nem a nossos officiaes e feitores senom a elle E per esta guisa defendeo a todollos moradores do termo da dicta nossa çidade que nos nom deyom geyras lenha nem palha nem outros direitos e serujntias que nos em nossa egreja e dignjdade deles avemos daver nem obedeçam a nossos mandados nem venham a nosso chamado nem de nossos ofiçiaaes (...)”¹⁸.

Esta acusação por parte do arcebispo parece denotar que a nova realidade jurídica e política trazida pelo contrato de 1472-74, impondo novamente um domínio senhorial eclesiástico à cidade de Braga e seu termo, encontrou dificuldades ou até resistência à sua implementação de facto. Isto deve ter causado atrito e em alguns casos violentos confrontos protagonizados pelas partes em oposição – os que tentavam implementar a nova realidade política, e os que resistiam a ela. Estes últimos parecem ter-se unido em torno desse desejo comum, o de resistência ao novo poder, congeminando a sua derrota.

Parece ter sido este comportamento “insurrecional” por parte do alcaide-mor de Guimarães que ditou o descabro da relação entre este e o arcebispo. O primeiro não respeitava (e provavelmente não reconhecia) o novo senhor de Braga, desafiando a sua autoridade. Talvez uma declaração de fidelidade ao Duque de Bragança, seu verdadeiro senhor? Não sabemos, em todo o caso Fernão de Lima parece não se ter poupado a esforços para abalar a autoridade do arcebispo, desbaratando a sua cúria e alienando a base do seu poder. Numa carta datada de Novembro de 1478, escrita desde o Porto, para onde o prelado se tinha retirado, somos informados acerca disso mesmo:

“(...) E per esta guisa correo com nossos vigairos E offiçiaees E per mujtas vezes tentou de os matar ferir E deshonnrados os fez ffugir E sayr da dicta nossa cidade em tal quisa que de neçesario Nos conueeo mudar e ffazer vjir a corte da dicta nossa egreja pera esta cidade por se nom perder Justiça E sseer facto direito aas partes (...)”¹⁹.

¹⁸ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2.

¹⁹ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2v.

Com a cúpula do poder, representada pelo arcebispo e o cabido, fora da cidade ficavam abertas as portas para a entrada de outro poder que assegurasse a governabilidade da cidade. Afinal as sementes da discórdia brotavam entre os vassallos do arcebispo, criando uma profunda cisão política-ideológica entre eles. Dividir para conquistar parecia ser o *motu* de Fernão de Lima, que conseguiu atrair para a sua causa boa parte da elite do poder de Braga, nomeadamente os *homens bons* do concelho, que se aliaram ao alcaide-mor de Guimarães contra o seu senhor natural²⁰.

As consequências deste ato de rebelião, como lhe chamou o arcebispo D. Luis Pires, foram certamente graves e perturbaram, pelo menos nos momentos de maior belicosidade, o normal funcionamento da cidade. Retirando algum possível exagero, as palavras do arcebispo que abaixo transcrevemos parecem ilustrar a gravidade da situação.

“(...) se per ventura o nosso ouujdor ou os nossos Jujzes ou os taballjaees e quaaeesquer outros ofiçiaees da nossa justiça queriam Entender ou proueer sobre alguua Cousa asy acerqua dos malles que elle e os seus faziam e fazem como do bem e Regimento da terra per tal guisa os trauctaua E deshonnraua e ameaçaua e a poder de paancadas os atormentaua que ja mujtos messes ssm passados que na dicta cidade nom temos ouujdor Jujzes nem taballjaees porque todos Renunciaram os offiços com sseu temor e todo he já em seu poder delle E de sua molher e sogra e de seus sequazes e cunpliçes hursupando em ello nossa jurdiçom e Senhorio asy como Jnuasor (...)”²¹.

A esta altura já o leitor se deve ter perguntado como é que foi possível o alcaide-mor de Guimarães tomar a cidade pelas armas e usurpar quase totalmente a jurisdição de Braga. Estava a cidade indefesa? Onde estavam os homens de armas do arcebispo? O seu alcaide-mor? Não defenderam a cidade e o seu senhor? Tinham fugido da cidade? Ou tinham tomado também o partido de Fernão de Lima?

²⁰ O arcebispo forneceu alguns dos nomes dos homens bons de braga que se rebelaram contra ele e que desempenhavam ou tinham desempenhado cargos concelhios: “(...) affonso rrodriguez Joam afonso ferreiro jom afonso alfayate jom da cunha duarte gonçalo de meedellos jom (...) goja jom do couello jom fferrnandez vasco rrodriguez gallego ho Jrmaao de Ruy gonçallvez capateiro (...) diogo da sillueira jom rrodriguez do Ribeiro E jom martinz seus homeens de pee E fernam gonçalvez (...) seleiro E vasco diniz capateiro gonçalo gill barbeiro Jom vaaquez escripuam das sisas bertollameu (...) rreiro (...) albardeiro per sy e per outros seus (...) sequazes e mandatarios consseleiros e ajudadores e ffactores (...)”. – ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2. A prosopografia do concelho bracarense na segunda metade do século XV foi feita por mim na minha dissertação de mestrado, apresentada à Universidade do Minho em 2013. Veja-se MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV – O governo dos honrrados cidadaaos e regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado. Policopiada.

²¹ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl. 2.

A resposta a estas questões é-nos dada por D. Luis Pires. Vejamos:

“(...)veendo o que o dicto sacrellego escumungado que seus trabalhos ho nom ajudauom pera a tomada do dicto castello que elle muyto desejava daver pensou ajnda outro modo pera veer se o poderia acabar E ajuntou doutras partes que callamos tantos homees que com os sseus que elle Ja tinha pasauam de trezentos com mujta beestaria espingardas e outras armas e trouxe escaadas e outras artelharjas E pos todas suas forças E entender per que em todo modo ouuesse tomar E entrar per força o dicto nosso castello jurando alltas vozes e prometendo de nom perdoar a homem nem a molher nem a mjinjos que dentro achasse Mas que todollos trazeria aa espada e com esta ffuria e soberba (...) pos asejo sobre o dicto castello e ho çerquou de todallas partes com stançias e ffez guardar todallas estradas e camjnhos ppublicos por tal que os do dicto castello nom podessem aveer mantijmentos nem sobcorro dalguma parte E per tal guisa fez e pos suas stançias e palanques que os que dentro Jaziam nom podiam ffallar nem enujar carta nem esprito nem dar aviso pera fora nem podiam aver de fora pera dentro E per mujtos dias com suas noytes nunca çerrou de os combater e trabalhar E tirou as portas da dicta cidade de que fez fazer mantas com que se cobrissem e fizeram huum grande buraco nas torres principaaees pera entrarem o dicto castello per elle o qual oje em dia esta aberto danballas partes E fez poer o fogo aas portas do dicto castello per tres vezes e mandou destrujr e furar muytas casas que açerqua estauam E tanta foy a pressa e tribullacom e estreitura em que pos ho allcayde moor e os homees que dentro com elle Jaziam que já a ffama era per fora pella terra e avjam casy por certo que ja Eram entrados e trazidos todos aa espada (...) e como boos e ljaees defensarom o dicto castello aos jmjgos que o nom poderam tomar nem Entrar (...)”²².

Como vimos, ficou na cidade de Braga um foco de resistência ao “invasor” Fernão de Lima e aos seus apoiantes. O alcaide do castelo de Braga e seus homens, fieis ao arcebispo estoicamente aguentaram o castelo, até chegar a tão almejada ajuda, evitando que fosse tomado pelo alcaide-mor de Guimarães. Foi a duquesa de Bragança, que a pedido de D. Luis Pires, enviou um pequeno exército para pôr fim à violência na cidade. Esta intervenção por parte da duquesa de Bragança parece ter movido Fernão de Lima a abandonar a cidade de Braga, se bem que por pouco tempo. Desrespeitando uma ordem do próprio Afonso V, que ao saber do sucedido

²² ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2.

“(...) Já tanto mal em seu Reino nom podia consintir e que per força darmas o mandaua lançar fora da dicta nossa çidade (...)”²³.

Repare-se que a tomada do castelo de Braga era, para Fernão de Lima, imperativo. Se refletirmos bem neste aspeto, percebemos não só os motivos como também, as implicações dos seus atos. Se Fernão de Lima tivesse conseguido tomar o castelo da cidade, enviava uma mensagem política muito importante ao arcebispo, o senhor foragido. Com a capitulação de tão importante símbolo do poder militar e também político às mãos de um dos homens do duque de Bragança poderiam estar criadas as condições para a apropriação da cidade por parte do senhor de Barcelos e Guimarães. Este hipotético desfecho teria talvez mudado a história de Braga como a conhecemos hoje.

Fernão de Lima parecia querer eliminar da paisagem física da cidade todos os símbolos do poder eclesiástico, numa tentativa lograda de apagar da mente dos mais indecisos os vestígios do seu anterior senhor. Voltando à cidade, decidiu vingar-se por não ter conseguido entrar e possuir o castelo. Vejamos o que fez:

“(...) leuantousse com a nossa ssee e torres della e com outras torres e forças da dicta nossa çidade e com os nossos paaços Nos quaaees esteue per çertos dias e noytes com sua molher e todollos seus maaos homees e Roubou os dictos paaços de quantas cousas Nos E os nossos neelles tijnhamos e fez fazer neelles tanta destrujçom e dapnos que senom poderam Reparar senom por muy grande soma de dobras de ouro e nom leixou portas das camaras e casas sallas e janelas nem fechaduras nem ferrolhos nem ferros de chaminees nem paaos nem vidraças de janellas nem messas as mayores da espanha nem ssolhado que todo nom andasse aos machados e ao fogo afora o que ouueram mester pera sse afortellezarem na dicta ssee e torres e pera fazerem palanques nas Ruas stançias como de facta fezerom cortando E espedaçando e queimando a seu prazer asy como em bees de jnfiees e jmjgos E depois que asy todo acarretarom dos paaços pera a ssee nom confiando os dictos fernam de lima com os seus cunpliçes e sequazes na fortalleza dos paaços sairam sse deles e os leixarom em pardieiros aos porcos (...)”²⁴

Fernão de Lima não parece ter negado que tinha cometido estes atos contra a cidade e o seu senhor. Na inquirição mandada tirar por D. Afonso V²⁵, com

²³ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.3v.

²⁴ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.4.

²⁵ ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 40, doc. 1288. Lemos: “(...)E por quanto se afirma serem cometidas em a dita cidade e termo mujtos agrauos malefficios de mortes de homens damnos e injurias que foram feitas

o objetivo de se apurarem as responsabilidades no sucedido, o alcaide-mor de Guimarães, em sua defesa, justificou os seus atos alegando que tinham sido a resposta a vários crimes cometidos pelo alcaide-mor de Braga e os seus homens, entre os quais um crime de homicídio contra um dos seus escudeiros. Recusava a ideia de que tinha invadido a cidade gratuitamente, salientando que só o fez porque o alcaide-mor de Braga, e o arcebispo recusaram a entregar-lhe o assassino, dada a sua imunidade (e impunidade) face às justiças de fora da cidade. Lemos:

“(...) he uerdade que per aluaro vaaz alcaide moor do castelo da dicta cidade de bragaa E asy outros criados do arcebispo da dicta cidade que no dicto castello estam sserem obrigados a Justiça por Rezam da morte de Joham uelho meu escudeiro que matarom ssem porque e asy per outros crimes que teem comjtidos ho dicto Senhor Rey hos manda prender a todallas Justicas dos sseus Reynos segundo sse contem em huum sseu aluara que aquy apressento per bem do quall eu Requery alguumas Justiças que mos ajudassem a prender por sserem pesoas poderossas E Jazerem dentro do dicto castello que he do dicto arcebispo (...)”²⁶.

Nada satisfeito com o facto de ser impossível um confronto directo com o alcaide-mor de Braga, Fernão de Lima parece ter descarregado as suas frustrações noutros homens do arcebispo que conseguiu apanhar, ferindo e matando alguns deles. O arcebispo lamentou o sangue derramado lamentando:

“(...) que diremos das mortes dos homees que os dictos fernam de ljma molher e sogra com grande crueza mandarom matar e acujtellar podemos com verdade afirmar que dhuum anno e meo a ca ssoamente dos nossos matarom çinquo dos quaaees alguns poderam vjuer se os elle leixara curar (...) E o que ajnda he mais destranhar que depois que Eram mortos nom queria consintir que os ffossem soterrar ne lhe fezessem sepulltura nem officio de chrixptaa (...) Em tanto que he muy çerto que pella tardança da sepultura ja os corpos ffeidiam tanto que se nom podiam chegar a elles os que os avjam de leuar aa coua (...)”²⁷.

ao dito arcebispo e ao alcaide do castello da dita cidade e a alguns outros moradores della E isto por causa de fernam de lima que em ella esta e viue contra vontade do dito arcebispo segundo elle diz e contra as clausulas do dito contracto e eu quero mandar a dita cidade tirar jnquirição ou emquirições e saber por bem de justiça quaes sam os culpados em hos ditos malefficios (...)”.

²⁶ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 2, fl.1.

²⁷ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.5.

Fernão de Lima parece não se ter ficado por aí. Segundo o arcebispo, o homem do duque de Bragança, depois de ver logrados os seus esforços de entrar no castelo, voltou a sua atenção para outro símbolo do poder eclesiástico: a Sé Catedral. Tomou-a, ocupou-a e fez dela sua casa, albergando nela a sua família e apoiantes. A descrição que D. Luis Pires faz desta ocupação merece ser aqui transcrita. Lemos:

“(...) e foramse pera a dicta nossa ssee honde asy ele e suas molher e ssogra e filhos fazem sua morada com toda sua malldicta familja E tanto que dentro foram taparom todollos portaaees de pedra e de cantaria e afirmasse por certo que pera ello tiraram as pedras grandes que estauam por coberturas em cima dos Mujmentos (monumentos) dos finados e leixaram os corpos ao aar E nom ssoamente tiraram as pedras dos mujmentos Mas ajnda aRancaram de todo aquella fonte sancta e consagrada pia de bautizar pella qual e da qual a santa madre egreia cada dia pella augua do sancto baptismo e pello esprito santo assy como de seu santo ventre Regeera e pare os sseus filhos chrixptaaos ao seu esposo Ihesus chrixpto E asy com todo o sseu assentamento sobre que estaua fundada o quall desfezeram a poseram por tapajem aas portas da parte de dentro com as dictas pedras que tiraram de cima dos mujmentose nom leixaram senom o postigo da porta principal pera sairem E entrarem (...) Roubou toda a terra asy da dicta cidade como do termo de bois e vacas carneiros porcos e aves sem conto e todo meteram dentro na ssee e dentro degolam matam esfolam chamusquam E espostejam todas aquellas alimalljas e gaados e afirmasse que dentro naquela pia de bautizar e Nos mujmentos dos finados sallgaram e sallgam as carnes e ally jazem na sallmoura E esso mesmo mandou meter dentro muyta farinha e mujto graao e mujtas pipas de vjnho E jnfijnda pedra e lenha e fora mujtas camas de Roupa E outras muytas alfayas pescados mantijmentos e legumes azeite vinagre que abastasem a elle E a sua molher e sogra e filhos e a todollos sseus mallfeitores (...)”²⁸.

É evidente que a esta narrativa do arcebispo D. Luis Pires, pejada da ideologia senhorial (tanto espiritual como temporal) se reveste de alguns exageros. Contudo parece-nos aceitável considerar que a ocupação da cidade pelas armas, e a tomada dos seus símbolos materiais do poder, por parte de Fernão de Lima e os seus apoiantes, tenha causado algum tipo de destruição na cidade.

Para o alcaide-mor de Guimarães, tudo o descrito atrás era justificável, alegando em sua defesa a autoridade que lhe tinha sido dada pelo rei para trazer os culpados à justiça. No entanto, os moradores de Braga estavam abrangidos pelas

²⁸ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.4.

cláusulas legais do contrato de 1472-74, e como tal sujeitos às justiças do arcebispo no civil e crime, reservando à coroa do reino as apelações no crime²⁹. Era óbvio que Fernão de Lima considerava que tinha a razão e a justiça do seu lado, apelando para o monarca que exercesse a justiça, já que esta não estava a ser feita em Braga. Alguns dos moradores e cidadãos de Braga depressa simpatizaram com a causa do alcaide-mor de Guimarães, abraçando-a como sua. Talvez almejando uma mudança de paradigma político e jurídico na cidade?

5. As consequências.

Não temos para já notícias de qualquer intervenção por parte do duque de Bragança nestes acontecimentos, nem sabemos se ele puniu ou castigou Fernão de Lima por causa da violência causada por este na cidade de Braga. Das sanções aplicadas apenas sabemos que Fernão de Lima foi banido de Braga e do seu termo por tempo indeterminado.

Para Afonso V era de suma importância que o contrato de 1472-74 não se violasse, pois as penas pecuniárias em que o monarca incorreria se isso se verificasse não eram de somenos. Talvez por isso o monarca se empenhe a fundo na resolução deste conflito violento, e tudo parece indicar que nos inícios de 1479, a cidade já vivia com alguma “normalidade”. O arcebispo D. Luis Pires regressou a Braga nesse mesmo ano, retomando as atividades inerentes ao seu cargo. Encontramo-lo por exemplo, em Outubro de 1479, no paço arquiépiscopal a receber a “menagem” do alcaide Sebastiam Lopez, do Couto e Torre de Ervededo³⁰. Contudo, o arcebispo esteve na cidade de Braga pouco tempo, pois veio a falecer no início de 1480, relançando a instabilidade política e social na urbe e seu termo.

Mesmo terminado o conflito, a estabilidade política e social da cidade estava longe de se cimentar. As feridas abertas pelo cerco militar a Braga, liderado por Fernão de Lima, ainda não tinham tido tempo de cicatrizar. A sociedade política bracarense tinha estado dividida e polarizada em campos opostos, e depois de assentado o pó era necessário castigar aqueles que se levantaram contra o seu

²⁹ Relativamente a esta questão consignava o contrato de 1472-74: “(...) E que com o dito senhor Rey e Coroa de seus Regnos fique na dicta cidade e no seu termo e nas pessoas e moradores della e dellinquentes a alçada somente do crime com seu exercicio convém a saber que elle dito senhor Rey e seus officiaees conheceram o crime em sua Corte per apellaçom ou agravo e mais nom salvo se alguã pessoa se querelar ao dicto senhor Rey que nos cassos em que o direito manda receber apellaçom ou agravo os officiaees do Arcebispo lha nom querem receber nem dar estromento d'agravo... E que outrossy o dicto senhor Rey nem seus sobcessores nom possam aver nem poer na dicta cidade nem em seu castello nem no termo correjedores ouvidores nem juizes nem alcaides nem outros officiaees que do dicto senhorio jurdiçom civil nem crime ajam de husar salvo no crime e esto per apellaçom ou agravo como susso dicto he (...)” – ADB, *Gavetas de Braga e sua Jurisdição*, doc. 22.

³⁰ ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 43, doc. 1379.

senhor natural. O castigo dado aos “rebeldes” foi o anátema, proferido pelo arcebispo contra todos os que tinham estado contra ele, inclusive o próprio Fernão de Lima, a sua mulher, sogra, familiares, criados, e apoiantes. Para o arcebispo as acções destes últimos justificavam as duras medidas.

“(…) como de ffecto e per direjto posemos em elles E em cada huum delles com a malldiçom do todo poderoso deus e de sam pedro E de sam paullo e da santa egreja e nosso Sentença descumunham em espritos (...)”³¹.

O arcebispo D. Luis Pires não viveu muito mais tempo, falecendo em Março de 1480. Alguns dos visados pelo anátema de D. Luis Pires, nomeadamente *homens bons* pertencentes às elites do poder de Braga, continuaram ligados ao governo da cidade desempenhando inclusive magistraturas concelhias³².

A rápida sucessão de arcebispos foi provavelmente um dos fatores que contribuiu, e talvez potenciou, o ambiente de instabilidade política que a cidade atravessou até o final do XV. Após a morte de D. Luis Pires, em 1480, foi eleito D. João de Melo para o sólio bracarense. Este morreu quatro meses depois de chegar a Braga – um tempo demasiado curto para promover a concórdia e a tão almejada paz política e social. Nos momentos de Sé Vacante, o governo e a administração da cidade ficava a cargo do cabido de Braga. Ora, estes períodos em que não havia senhor, potenciaram alguns conflitos entre a instituição capitular e o concelho de Braga. Uns e outros questionavam a legitimidade da autoridade e do poder da outra, levando a conflitos abertos entre os capitulares e os magistrados concelhios. Numa carta de 1484 os magistrados concelhios queixaram-se dos abusos do cabido, ao novo arcebispo eleito, dizendo:

“Reuerendissimo Senhor os Juizes vereadores procurador e homeens boos da vossa cidade de bragaa fazemos saber aa uossa mercee que nos teemos que uossa mercee nom he sabedor que os Vigairos ouujdor e jujzes mjnistram em seus officios em uosso nome o que he cousa errada segundo nos he dicto e he cousa contra consciencia e muyto contra uosso seruiço (...)”³³.

A D. João de Melo sucedeu em 1481, D. João Galvão (irmão de Duarte Galvão), outrora escrivão da puridade de D. Afonso V e Prior de Santa Cruz. Embora tivesse sido eleito pelo cabido de Braga algum tempo após a sua nomeação

³¹ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.6.

³² MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV...*, pp. 56-89.

³³ ADB, *Fundo do Cabido, Gaveta da Sé Vacante*, doc. 9.

pelo rei, D. João Galvão nunca chegou a ser confirmado pelo Papa como arcebispo de Braga, continuando a cidade sem senhor³⁴.

Quase quatro anos após o conflito armado, as consequências ainda se faziam sentir, pelo menos para Fernão de Lima e a sua família. Numa carta dirigida ao cabido de Braga, D. João II pede que o agora seu copeiro-mor, possa andar pelo termo de Braga, sem ser capturado e preso.

“(...) nos roga e encomenda que cometamos os ffectos de fernam de lima fidalgo de vossa cassa e de alguns seus que sse querem livrar dos delictos passados ffectos em esta egreja e çidade (...) para sse livrarem desto por esta soo vez por sse escusarem escandollos e outros inconvenientes que sse poderia sseguir antre fernam de lima e ho alcaide moor deste castelo e outros criados do arcebispo dom Luis que aqui ssam moradores o que nos muito tivemos em serviço (...)”³⁵.

O conflito ainda estava lactente na memória de muitos, principalmente na dos capitulares, que tinham sido obrigados a fugir da cidade, perseguidos que foram pelo alcaide-mor de Guimarães e os seus homens. Por isso responderam desfavoravelmente ao pedido do rei, alegando que só quando houvesse arcebispo em Braga é que se poderia decidir sobre tal matéria. Fernão de Lima, sua mulher, sogra e familiares, continuariam banidos de Braga e do termo, até à chegada de um novo arcebispo, que de *iure e de facto* pudesse levantar as penas. Para tal teria de se esperar por D. Jorge Vaz da Costa, irmão do Cardeal Alpedrinha, que em 1486 começou o seu governo de cerca de 15 anos na cidade, encerrando um período de vacância no sólio bracarense, e de ausência de senhor na cidade de Braga.

6. Conclusão.

Como vimos ao longo destas páginas, a história de Braga no século XV conheceu importantes transformações político-jurídicas, que marcaram profundamente a cidade. As mudanças de senhorio de episcopal para régio em 1402, e de régio novamente para episcopal, em 1472, potenciaram um reajustamento das dinâmicas do poder em Braga e no seu raio de influência. Estas mudanças do paradigma político em Braga, parecem ter alavancado algumas das conflitualidades lactentes na consciência de alguns protagonistas do poder, detentores do prestígio social

³⁴ Por tudo isto veja-se a *História eclesiástica dos arcebispos de Braga*, pp. 263-280.

³⁵ ADB, *Fundo do Cabido, Gaveta de Braga e sua jurisdição*, doc. 27.

e político, levando a atos de rebelião contra os poderes instituídos. O caso de Fernão de Lima é paradigmático mostrando-nos como, na ausência de um poder político forte, como foi o caso de Braga depois de 1472-74, novos e concorrentes poderes conseguiram impor-se e subverter a ordem estabelecida, causando uma verdadeira cisão política e social na cidade, que haveria de durar muitos anos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Fundo dos Abreu Lima: Documentos 1, 2, 3, 4.

Fundo do Cabido:

Gaveta de Braga e sua jurisdição, docs. 22; 24; 27.

Matriculas de ordens, livro 4, cadernos 12 e 19.

Gaveta da Sé Vacante, doc. 9.

Livro das Cartas, Tomo I.

Fontes impressas

CUNHA, Dom Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução Fac-Similada com apresentação de José Marques. Braga: [s/n], 1989. 2 vols.

Estudos

COHN JR., Samuel, K. – *Lust for Liberty. The Politics of Social Revolt in Medieval Europe, 1200-1425: Italy, France and Flanders*. Harvard University Press, 2008, pp. 76-107.

COSTA, Adelaide Millán da – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

JARA FUENTE, José Antonio; COSTA, Adelaide Millán da (Eds.) – *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016.

JARA FUENTE José Antonio (Coord.) – *Discurso Político y Relaciones de Poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media*. Madrid: Editorial Dykinson, S. L., 2017.

LACHAUD, Frédérique – *L'Ethique du pouvoir au Moyen Age : L'office dans la culture politique (Angleterre, vers 1150-vers 1330)*. Paris: Editions Classiques Garnier, 2010, pp. 147.

MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”. *Revista Bracara Augusta*, 49 (116) 2000, pp. 127-174.

MARQUES, José – “O Senhorio de Braga, no século XV: principais documentos para o seu estudo”. *Revista Bracara Augusta*, 46 (1997). Separata.

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV – O governo dos honrrados cidadaaos e regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado. Policopiada.

SOUSA, Armindo de – “A governação de Braga no século XV (1402-1472) (História resumida duma experiência fracassada)”. In *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. 2º Vol. 1990, pp. 589-616.

SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490). Vol. I*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de – “O último lampejo do feudalismo em Portugal”. *Revista Fórum*, 24 (1998-2), pp. 27-45.

WÜRGLER, Andreas – “Revoltes urbaines” in *Dictionnaire historique de la Suisse*. Berna, 1998-2018. Artigo datado de 01/11/2012. Em linha www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F25758.php [consulta efectuada no dia 15 de Janeiro de 2018, às 18:24].

O poder do tabelionado e da escrita na Lisboa dos séculos XIV e XV

*Ana Pereira Ferreira*¹

Resumo

Um poder presente nas cidades da Europa Medieval, e em particular em Lisboa, é o da escrita e dos homens que desempenhavam esse ofício, os tabeliães.

Problemática nem sempre abordada com a devida importância que merece pela influência que desempenhou entre as várias instituições medievais, importa-nos conhecer a forma pela qual a escrita assumiu um lugar central, muito em particular, em contexto urbano. Pretendemos por isso, no âmbito de uma investigação em curso, conhecer os espaços e redes sociais que foram criadas por estes homens na Lisboa de final do século XIV e inícios do século XV.

Tal irá permitir-nos compreender a sua ascensão profissional, social e económica até se tornarem não só omnipresentes na urbe, mas também imprescindíveis ao funcionamento das instituições urbanas.

A centralidade dos tabeliães e das suas funções determinou a produção de legislação e regulamentação específica por parte do rei, procurando assim responder às queixas que, nas Cortes, faziam eco dos seus abusos. A abordagem que aqui pretendemos levar a bom porto é por isso a análise dos espaços e modos de acção do tabelionado lisiponense numa conjuntura por si só já complexa.

Palavras-chave

Tabelionado de Lisboa; Escrita; Lisboa; Idade Média; Poder.

¹ Investigadora Centro de História da Universidade de Lisboa, Doutoranda Puidhist.

The Power of Notaries and Written Record in Lisbon, 14th and 15th Centuries.

Abstract

Written record and the notaries mainly responsible for it were one of the driving forces of cities across Medieval Europe, particularly in Lisbon.

To grasp the importance of this often-undervalued topic, one has to account for the way the written record has increasingly gained power, but also to reconstruct the social spaces and networks in which these late 14th and early 15th century men operated. To do so will allow one to determine their professional, social and economic influence and how that paved the way for them to become an indispensable part in assisting every social stratum, from the King itself, but also the clergy, the nobility and the University, therefore playing in all boards of medieval power.

In fact, their power escalated so much that adequate legislation was needed as a result of their misconducts, which merited several complaints in the Courts.

This approach will therefore highlight the spaces in which the Lisbon notaries operated, as much as the way they performed their activities, embedded in a complex historical backdrop.

Keywords

Lisbon notaries; Written record; Lisbon; Middle Ages; Power.

1. Introdução.

Embora o tabelionato tenha sido objecto de algumas dissertações no último quarto de século², existe ao momento um longo trabalho de pesquisa a efectuar para podermos abalizar mais correctamente da importância de que este ofício se revestia; analisá-lo enquanto instituição de poder é uma vertente pouco desenvolvida no contexto historiográfico nacional³, ainda que do ponto de vista internacional possamos contar com algumas referências de autores italianos, nomeadamente na vertente do poder que a escrita adquiria nas comunas italianas⁴.

Da mesma maneira que muito há para saber sobre este ofício, também muito há a investigar no campo de acção do poder que a escrita em si e o documento adquirem a partir do séc. XI em vários reinos, e em Portugal a partir do séc. XIII. Pontualmente conhecemos a existência de alguns estudos de suma importância elaborados no âmbito de dissertações de mestrado ou doutoramento; exemplo disto são os estudos levados a cabo por Cristina Cunha⁵ sobre o tabelionato de Braga e de Bernardo Sá-Nogueira sobre a génese do tabelionato⁶ e sobre Lourenço Eanes, tabelião d'el rei na cidade de Lisboa⁷.

Ademais, encontramos alguns estudos sobre tabeliões de diversas vilas e cidades portuguesas: temos para o Porto a dissertação de mestrado de Ricardo

² De frisar em especial as teses oriundas do mestrado em Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa nos últimos quinze anos, regido por Bernardo Sá-Nogueira, mas ainda um conjunto de dissertações anteriores, dirigidas por Eduardo Borges Nunes para Lisboa e as elaboradas no Porto e Coimbra de onde, entre outras, podemos considerar as de Cristina Cunha, Maria do Rosário Morujão e Anísio Saraiva, como adiante se remeterá.

³ De frisar a nível nacional, além das referidas teses e dissertações, os preciosos contributos de Maria Helena Cruz Coelho, como adiante se concretizará.

⁴ FISSORE, Gian Giacomo – “Alle origini del documento comunale: i rapporti fra i notai e l’istituzione”. In ALBINI, Giuliana (Dir.) *Le scritture del commune. Amministrazione e memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Nuova serie, vol. XXIX (CIII), fasc. II. Genova: Atti della Società Ligure di Storia Patria. 1989, pp. 43-66; FRANCESCO, Giampaolo, SALVESTRINI, Francesco – “La scrittura del confine nell’Italia comunale. Modelli e funzioni”. In *Frontiers in the Middle Ages. Proceedings of the Third European Congress of Medieval Studies* (Jyväskylä, 10-14 June 2003). Louvain-la-Neuve: Ed. Marisalo e Pahta. 2006, pp. 197-221; LANGELI, Attilio Bartoli – “Strategie documentaire. La documentazione in registro come strumento di governo”. In LANGELI, Attilio Bettoli; COMPARATO, Vittor Ivo; SAUZET, Robert (Dir.) – *Il Governo della città. Modelli e pratiche (secoli XIII-XVIII)*. Atti del colloquio di Perugia (15-17 settembre 1997). Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2014, pp. 93-102.

⁵ CUNHA, Cristina – “Tabeliões Bracarense no séc. XIII”. Sep. *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional Comemorativo – Actas*. Braga, 1990, pp. 249-265. Da mesma autora, em formato de artigo, a considerar “Os tabeliões de Bragança no século XIV. Da Legislação à Praxis”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 313-324.

⁶ SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

⁷ SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, policopiada.

Seabra⁸, para Santarém a tese de Leonor Garcia⁹ e ainda para o reinado de D. Afonso V os contributos de João Romão¹⁰; um estudo sobre um só tabelião, Afonso Guterres, foi encetado por João Fresco¹¹, dando-nos a conhecer não só o percurso profissional de um oficial da escrita, mas também informação sobre a sua família e condição socioeconómica, elementos nem sempre fáceis de identificar e de estudar. Fora do âmbito de teses académicas cabe destacar os estudos de Maria Helena Cruz Coelho sobre as competências e a abrangência deste ofício¹², bem como os contributos de Saúl Gomes¹³ e Anísio Saraiva¹⁴ para o conhecimento dos homens que tinham a erudição da escrita.

Num contexto externo, podemos apreender as questões do poder relacionado à escrita através de autores italianos¹⁵, mas também de contributos vindos de Espanha¹⁶.

Uma marcante obra de reflexão sobre a importância adquirida pela escrita e do documento face à tradição oral é o já clássico estudo de Michael Clanchy¹⁷,

⁸ SEABRA, Ricardo – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, policopiada.

⁹ GARCIA, Leonor – *O tabelionado escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomático*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, policopiada.

¹⁰ ROMÃO, João – *Tabelionado e tabeliães nos livros de chancelaria de D. Afonso V*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado em História, especialização em Paleografia e Diplomática, policopiada.

¹¹ FRESCO, João – *O tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, policopiada.

¹² COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e socioeconómico”. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 93-137. Da mesma autora devemos considerar *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, ed. 1, 2 vols., Lisboa: Livros Horizonte. 1990 ou também “A Diplomática em Portugal, Balanço e estado actual”. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 13-40 e “A escrita no mundo urbano”. *História (São Paulo)*. São Paulo. Vol. 34, nº 1, (2015), pp. 16-34.

¹³ GOMES, Saúl – “Percepções em torno da história do tabelionado medieval português”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Nº 5, (2005), pp. 85-86. Ainda devemos considerar “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”. *Hvmanitas*. Coimbra. Vol. 52, (2000), pp. 241-286 e “Escolares e universidade na Coimbra medieval”. *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 510-531.

¹⁴ SARAIVA, Anísio – “Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do séc. XIV”. In *Humanitas*. Coimbra, Vol. L, (1998), pp. 587-624.

¹⁵ FRANCESCONI, Giampaolo e SALVESTRINI, Francesco – “La scrittura del confine nell’Italia comunale. Modelli e funzioni...”, pp. 197-221; BARTOLI, Attilio – *Notai. Scrivere documenti nell’Italia medievale*. Roma: Viella 34, 2006; LAZZARINI, Isabella, “Introduzione”. In *Scritture e potere. Pratiche documentarie e forme di governo nell’Italia tardomedievale (XIV-XV secolo)*. Firenze: Reti Medievali Rivista, Firenze University Press, IX, 2008, pp. 1-10; TAMBA, Giorgio – *Una corporazione per il potere: il notariato a Bologna in età comunale*. Bologna: Cooperativa libreria universitaria editrice Bologna, 1998.

¹⁶ MARTINEZ, Carmen del Camiño – “La escritura al servicio de la administración concejil”. In *Historia, Instituciones, documentos*. Sevilla. Nº 31 (2004), pp. 97-112; PARDO, Luisa; OSTOS, Pilar – *Documentos y notarios de Sevilla en el siglo XIII*. Madrid: Fundación Matritense del Notariado. 1989; BONO, José – “Diplomática notarial e Historia del Derecho Notarial”. *Cuadernos de Historia del Derecho*. Madrid. Nº 3, (1996), pp. 177-190.

¹⁷ CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record. England 1066-1307*. 2.ª ed., Oxford: Blackwell Publishing, 1993.

onde expõe o caso Inglês, em que a escrita e o documento passariam, ao longo dos tempos, a tornar-se omnipresentes e essenciais; podemos ainda ter em consideração o contributo sobre esta temática de Marco Mostert¹⁸.

A época medieval vai produzir um “efeito-documento”, com um processo de legitimação e autoridade, tornando a escrita numa fonte de poder gerativo e formativo¹⁹ do documento que por sua vez não é mais que um resultado do funcionamento social da escrita.

O que aqui pretendemos trazer é uma análise – parcelar sem dúvida, fruto de uma investigação em curso²⁰ – sobre os poderes profissionais, económicos e sociais que estes homens detentores da arte da escrita sustentavam, numa sociedade em que o documento não só se tornava omnipresente, como essencial enquanto prova e segurança.

A escolha de Lisboa, prende-se não só com o facto de não existir nenhum estudo sistemático sobre o tabelionato para esta cidade como acontece para outras urbes, mas ainda pela importância crescente deste centro no contexto político e económico do reino. O processo de capitalidade de Lisboa terá inclusive determinado que ela tenha sido escolhida para sede do Estudo Geral, apesar das mudanças ocorridas no decurso do século XIV, sendo a Universidade precisamente um dos poderes com o qual o tabelionato estabeleceu redes sociais. Este é, de resto, um dos motivos para a escolha da nossa cronologia: o regresso da Universidade a Lisboa vinda de Coimbra e a necessidade de legitimação de uma nova dinastia que se socorreu das relações de vassalagem e doação de ofícios como forma de manter o poder e o controlo do poder local, sem se imiscuir directamente na gestão dos concelhos.

Ainda que a nossa investigação em arquivo se centre em data posterior a 1370²¹, aqui pretendemos recuar até ao início do século XIV, uma vez que ambicionamos

¹⁸ MOSTERT, Marco – “Communication, Literacy and the Development of Early Medieval Society”. In *Comunicare e Significare nell’Alto Medioevo*. Vol. 2. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull’ Alto Medioevo. 2005, pp. 29-55.

¹⁹ A escrita vai gerar o documento dando-lhe origem e conformidade legal através dos mecanismos de validação, ao mesmo tempo que se desenvolvem todo um conjunto de fórmulas protocolares a responder às necessidades objectivas da burocratização dos Estados.

²⁰ Investigação a ser realizada no âmbito de uma tese de Doutoramento intitulada “A Cidade de Lisboa e a Universidade: o Tabelionato Régio e o Poder da escrita, 1377-1438”.

²¹ Em jeito de síntese, a justificação para a investigação em arquivo com data posterior a 1370 prende-se com um conjunto de factores histórico-cronológicos: especialmente pelo retorno da Universidade a Lisboa em 1377 e na relação da instituição com a formação e a escrita, mas também pela conjuntura de conflitualidades do reinado fernandino, pela crise de sucessão dinástica e o conjunto de doações de ofício com o reinado de D. João I, além do uso da Chancelaria e da documentação escrita como forma de auxílio à legitimação, conforme determinado na nossa tese de mestrado “Análise Paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra Joanina, 1370-1420”, apresentada e defendida em 2012 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e orientada por Bernardo Sá-Nogueira.

focar a problemática dos abusos de poder com recurso ao *Regimento de 1305*, de 1340 e claro, às queixas de Cortes dos vários monarcas desde o início da centúria²².

2. O Tabelionato de Lisboa.

2.1. Poderes.

Referem Clanchy²³ e Goody²⁴ que reis, nobres e clero necessitavam da escrita para assegurar a sua autoridade na medida em que o poder majestático deixa de ser somente o rei no seu trono, para passar a ser também o monarca presente através dos documentos que circulavam no reino, com o selo real como símbolo da autoridade régia. À medida que cada vez mais se torna um hábito o uso de documentação por parte do rei, não só para legislar mas também para a cobrança de taxas e impostos, o recurso aos documentos acaba por percorrer toda a escala social de então, sendo um engano pensar que os membros do povo não recorriam a esta segurança imutável.

Assim, Jacques Verger caracteriza os homens do saber como tendo quatro características diferenciadoras: são urbanos, profissionais, politizados e cultos²⁵. Ainda que, na opinião da maioria dos autores, os tabeliães adquirissem o seu conhecimento com base em familiares ou escolas monásticas, facto é que terão tido ligação à universidade também e serão sem dúvida homens de saber; temos indícios de tal, na nossa investigação, no que respeita a escrivães²⁶.

Estes homens, como veremos agora, eram profissionais especializados e treinados²⁷, credenciados com autoridade régia, especialistas na caligrafia e no tratamento e preparação dos suportes da escrita. Tinham regulamentos e uniformes específicos, eram poucos e com noção da sua importância: não eram propriamente nobreza, mas também não eram povo: tratavam-se, como refere Maria Helena Cruz Coelho²⁸, de algo diferente: eram oficiais, membros de uma “classe média” urbana. Eram instrumento e mecanismo na consolidação do poder político real, tornando-se redactores e guardas das populações e dos bens²⁹.

²² Adiante será justificado com exemplos retirados das Cortes Portuguesas, desde o reinado de D. Afonso IV.

²³ CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record*...p. 63 e seguintes.

²⁴ GOODY, Jack – *The Power of the Written Tradition*. Washington e London: Smithsonian Institution Press, 2000, p. 157.

²⁵ VERGER, Jacques – *Homens e Saber na Idade Média*. S. Paulo: Educar, 1999.

²⁶ ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 47, doc. 929, em que o escrivão Álvaro Martins é escolar em leis e escrivão da câmara da cidade de Lisboa, sendo este documento com a data de 1427/06/04.

²⁷ GOODY, Jack – *The Logic of writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 45.

²⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal. Perfil Profissional...”, pp. 184-185.

²⁹ MARTINS, Armando – “Lisboa, a cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século

Havendo notícia de tabeliães a partir do reinado de D. Afonso II, Bernardo Sá-Nogueira viria a apelidar de época de eclipse a falta de documentação para o reinado de D. Sancho II³⁰. Contudo, após a sua dissertação surgiram algumas opiniões distintas sobre esta génese e desaparecimento: a este respeito devemos considerar o que referem Saúl Gomes e Hermínia Vilar³¹, quer sobre o surgimento do tabelionado, quer a respeito do controlo político da produção documental e a constituição do arquivo. Ainda assim, no reinado de Afonso III o tabelionado implementou-se definitivamente nas várias cidades e vilas do reino, fomentado também pelo aumento da burocracia régia desta época, com um maior número de oficiais, ao mesmo tempo que a própria grafia se torna mais cursiva, indício da necessidade de muita produção e rápida.

A escrita vai permitir uma rigorosa gestão política, legislativa, económica ou religiosa, guardando a força política do Rei, perpetuando-a e justificando-a, como refere Maria José Azevedo Santos³².

Com D. Dinis chegariam até nós os primeiros indícios de legislação sobre o Ofício com o *Regimento de 1305*³³, que seria confirmada ou continuada, com o *Regimento de 1340*³⁴, as *Ordenações Afonsinas*³⁵ e as *Ordenações Manuelinas*³⁶.

da sua existência” In FERNANDES, Hermenegildo (Coord.) – *A Universidade Medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China. 2013, p. 77.

³⁰ SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – *Tabelionado e instrumento público em Portugal...*, p. 188.

³¹ GOMES, Saul – “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação...”, pp. 241-286 e “Percepções em torno da história do tabelionado medieval português...”, pp. 81-100. O autor discorda com Bernardo Sá-Nogueira na questão relativa à noção de *primus tabellio*, em que considera como sendo um *inter pares* e não o primeiro tabelião. Além disso, de reter a questão do surgimento do tabelionado, em que Saúl Gomes acredita ser consequência da evolução dos clérigos-notários. Por seu turno, Hermínia Vilar em “Do Arquivo ao Registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II”. *Penélope*. Lisboa. Nº 30/31, (2007), pp. 19-50, acredita que as medidas de cariz administrativo que foram levadas a termo pelo terceiro rei de Portugal visavam o reforço do poder régio e o controlo da produção de memória administrativa e a sua preservação. Sendo um rei fragilizado pela doença e consequente impossibilidade de se mostrar como guerreiro à semelhança do pai e avô, face à ameaça constante de perder o trono, é natural que tenha encetado medidas inovadoras como o registo da Chancelaria, de forma de manter a memória sobre a governação. De reter ainda a evolução que se deu na Chancelaria e o papel de Gonçalo Mendes enquanto chanceler e promotor do registo, a partir de 1217, momento de maior acalmia que se vivia no reino que permitia a concretização de acções de vincada importância conjuntural e política, enquanto afirmação do poder régio, justificando o incremento da documentação no reinado do *Gordo*. Porquanto no início do reinado de Sancho II voltou a sentir-se a instabilidade política da sucessão, não é de estranhar que aqueles avanços que se tinham notado no reinado anterior se matizassem no governo do filho de Afonso II.

³² AZEVEDO SANTOS, Maria José – “A Evolução da Língua e da Escrita” In COELHO, Maria Helena da Cruz; CARVALHO HOMEM, Armando Luís (Coord.) – *Portugal na Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do século XIV*, vol. V de OLIVEIRA MARQUES, A. H.; SERRÃO, Joel (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, pp. 604-634.

³³ *Livros das Leis e Posturas*. Prefácio de N. G. da SILVA, leitura paleográfica e transcrição de M. T. RODRIGUES. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito, 1971, 509 p.

³⁴ *Livros das Leis e Posturas...* pp. 63-70.

³⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livros 1 a 5, via www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas [consultada entre 1 e 5 de junho de 2017].

³⁶ *Ordenações Manuelinas*, livros I e III, via www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas [consultada entre 1 e 5 de junho de 2017].

Nas várias leis e regulamentos, o Rei procura determinar os valores a cobrar pela documentação e que esses valores sejam respeitados³⁷. Vai ainda procurar definir o que cabia nas funções a cada tabelião (tendo em consideração a sua divisão entre tabeliães do Paço e tabeliães Judiciais). Também alvo de regulamentação será obrigatoriedade de manter um registo de notas dos documentos produzidos³⁸, ler os documentos às testemunhas³⁹ e entregar os documentos às partes no devido tempo⁴⁰. O monarca legisla ainda sobre a necessidade de datar o documento⁴¹, para aqui referirmos apenas algumas das disposições que foram clarificadas nos regulamentos atribuídos ao ofício.

A necessidade de decretar sobre a profissão estava em correlação directa com as queixas que eram frequentes em cortes, ao longo dos vários reinados, devido aos abusos de poder que eram costume dos tabeliães: a cobrança excessiva pelos documentos, o não registo das notas⁴², a não entrega a tempo dos documentos às partes⁴³, a cobrança de rendas dentro dos seus círculos de dependências e vassalagem⁴⁴ e o fomento de querelas para a obtenção de trabalho⁴⁵, indissociável das frequentes queixas sobre a existência de demasiados tabeliães nas cidades⁴⁶.

Os registos das cortes que chegam até nós demonstram, principalmente a partir do século XV, a sua falta de profissionalismo, alguma incompetência e vai valer o descrédito da sociedade, que os tem como arrogantes e ignorantes⁴⁷. Mas demonstra também a sede de dinheiro que lhes tolda a razão: querem imiscuir-se em negócios, em compra e venda de bens, em arrendamentos. Querem enriquecer para ascender social e economicamente. Ao mesmo tempo, demonstram a sua impunidade face ao não cumprimento do que estava regulamentado, o que permite detectar o poder social que a escrita lhes dava: os casos de não obediência à lei vão permanecer por todo o século XIV, até que esta começa a ficar cada vez com penas mais pesadas no século XV, como a perda do ofício ou a prisão.

³⁷ *Regimento de 1305*, art.º 10. In *Livros das Leis e Posturas...* pp. 63-70.

³⁸ *Regimento de 1305*, art.º 1. In *Livros das Leis e Posturas...* pp. 63-70.

³⁹ *Regimento de 1305*, art.º 4. In *Livros das Leis e Posturas...* pp. 63-70.

⁴⁰ *Regimento de 1305*, art.º 5. In *Livros das Leis e Posturas...* pp. 63-70.

⁴¹ *Regimento de 1305*, art.º 6. In *Livros das Leis e Posturas...* pp. 63-70.

⁴² *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Ed. A. H. de Oliveira MARQUES, Nuno José Pizarro Pinto DIAS, João Paulo SALVADO. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990, vol. I: 1367-1380, Cortes de 1371, Art. 93, p. 60.

⁴³ *Cortes portuguesas: reinado de D. Manuel I. Cortes de 1498*. Organização e revisão geral – João José Alves DIAS. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002. Art. 26, p. 81.

⁴⁴ *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I...*, vol. I: 1367-1380, Cortes de 1371, Art. 92, p. 59.

⁴⁵ *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I...*, vol. I: 1367-1380, Cortes de 1372, Art. 18, pp. 95-96.

⁴⁶ *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I...*, vol. I: 1367-1380, Cortes de Lisboa de 1371, Art. 88, pp. 57-58 e Cortes de Leiria de 1372, art. 17, p. 95.

⁴⁷ Ver a este respeito as Cortes de Santarém de 1430, artº 5 e COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal. Perfil Profissional...”, p. 189.

Outra queixa constante em cortes era que, ao contrário do que é ordenado pelo rei, nem todos os tabeliães vão jurar e registar sinal à Chancelaria⁴⁸. Devemos a este propósito lembrar os 3 aspectos que diferenciam os tabeliães dos restantes oficiais da escrita e que lhes dá poder: a *Auctoritas*, uma vez que apenas o rei os pode nomear ou alguém com autorização do rei, direito de que o monarca nunca vai abdicar; a *fides publica* que dão à documentação por si lavrada, isto é, fruto da *auctoritas* que lhes é dada, todos os documentos por si elaborados são munidos de fé pública, dotados de verdade, tendo necessariamente de ser aceites em juízo e por fim, o *sigum tabellionis*, isto é, o sinal.

O sinal do tabelião é o que dá validade legal ao documento: sem ele, o instrumento estava inacabado e era inválido; cada tabelião teria o seu próprio sinal que deveria registar na Chancelaria Régia quando o ofício lhe era entregue; temos ao longo dos séculos vários tipos de sinais⁴⁹: polilobados, cruciformes, com grafias, rômnicos, estrelados e entrelaçados, sendo que raramente alteravam os sinais ao longo das suas carreiras e quando o faziam deviam voltar à chancelaria para fazer o registo. Nas imagens seguintes (**Fig. 1** e **Fig. 2**) temos alguns tipos de sinais e o exemplo de uma mudança, respectivamente:

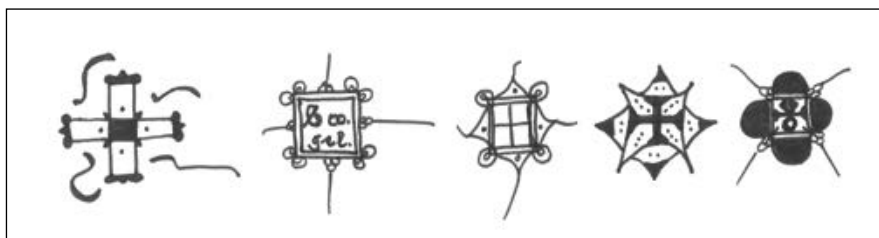


Fig. 1 – Tipologias de sinais. Da esquerda para a direita: Cruciforme, Letrados, Rômnicos, Estrelados e Polilobados.

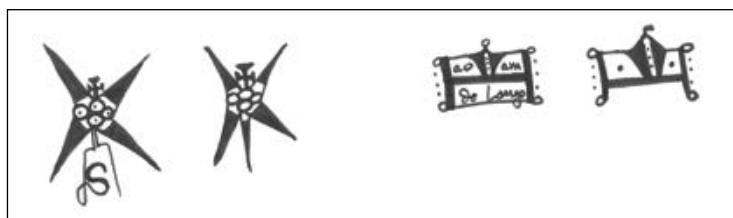


Fig. 2 – Mudanças de sinal. À esquerda o sinal de João Eanes em 1385 e 1399 e à direita o sinal de João de Lando em 1357 e 1382.

⁴⁸ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Edição A. H. de Oliveira MARQUES, Maria Teresa Campos RODRIGUES, Nuno José Pizarro Pinto DIAS. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982, nas Cortes Gerais de 1331, realizadas em Santarém, onde surge no artº 44, p. 75.

⁴⁹ GARCIA, Leonor – “O tabelionado escalabitano...”, pp. 88-93.

Quanto à transmissão do ofício e do sinal, temos alguns relatos daquilo que aconteceu, à medida que o grupo se foi fechando mais ao exterior: muitas vezes os tabeliães tinham criados e escrivães que trabalhavam para si e mais tarde passam a ser também eles tabeliães⁵⁰, ou como no caso de Afonso Guterres, os seus próprios filhos foram também eles detentores do ofício: Álvaro Afonso – que havia sido provavelmente escrivão do pai – e Fernando Afonso⁵¹.

2.2. Redes sociais.

Cedo os tabeliães entenderam que poderiam conseguir alguma mobilidade social através do rendimento obtido pelo ofício, mas também através da cobrança de foros⁵², do investimento em propriedades ou simplesmente através de relações e redes sociais que se foram estabelecendo: além de conhecermos uma confraria de tabeliães em Lisboa⁵³, temos também documentação a comprovar a existência para Leiria⁵⁴ e Coimbra⁵⁵. A somar às confrarias de tabeliães, refere Maria Helena Cruz Coelho que, por vezes, entravam em confrarias de mercadores⁵⁶, onde firmavam vantajosos casamentos e assim granjeavam mais poder económico; do ponto de vista social, eram frequentemente vassalos de reis e infantes⁵⁷ ou criados de priores⁵⁸, desenvolvendo uma complexa teia de relações na cidade em que se moviam.

Um outro aspecto curioso, era a sua relação com a Universidade Medieval. Ainda que não tenhamos referência, para este exacto período que nos ocupa, a nenhum tabelião enquanto estudante dos Estudos Gerais⁵⁹, temos uma referência

⁵⁰ Temos a este respeito o exemplo de Pero Vasques (do Avelar), que era escrivão de João da Barca e em 1445 quando deixamos de ter registo de documentos feitos pelo tabelião, passa a aparecer o mesmo sinal que era de João da Barca, a ser usado por Pero Vasques, até 1470.

⁵¹ FRESCO, João – *O tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*..., p. 11.

⁵² Vários tabeliães são proprietários e emprazam propriedades, tendo inclusive quem cobre as rendas por eles. A este respeito pode confirmar-se com COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal. Perfil Profissional...”, p. 184, com múltiplos exemplos.

⁵³ ANTT, *Convento da Trindade*, maço 1, doc. 8, um testamento em que o tabelião faz referência à confraria de tabeliães a que pertencia.

⁵⁴ GOMES, Saul – “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação...”, p. 261.

⁵⁵ GOMES, Saul – “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação...”, p. 261 e COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal. Perfil Profissional...”, p. 186.

⁵⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal. Perfil Profissional...”, p. 186.

⁵⁷ Temos a este respeito o exemplo do Tabelião João Duarte que se intitula na documentação “vassalo d’el rei meu senhor e seu tabelião em a dita cidade” (exemplo ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc, Maço 29, nº 25) ou o tabelião Álvaro Gonçalves que se intitula como tabelião do cível e criado da Rainha (exemplo ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc, Maço 25, nº 37).

⁵⁸ São exemplo o tabelião João Martins de Braga, criado do prior de S. Vicente de Fora (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 005 Livros de Notas, L084, fl. 402-402v), e o tabelião Diogo Álvares, criado do Prior de S. Nicolau (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc, Maço, 22, n. 20 e *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc, Maço 29, nº 32).

⁵⁹ Teremos para o final do séc. XV e que atempadamente identificaremos.

a um filho do escrivão da alfândega que frequentou o estudo⁶⁰ – e ao já referido escrivão escolar em leis – demonstrando a preocupação de colocação de uma nova geração nas fileiras da administração pública e concelhia, com cargos conseguidos através de uma melhor preparação, com estudos universitários⁶¹. Ainda no âmbito das relações do tabelionato com a universidade, temos 12 tabeliães que redigem documentos para o Estudo.

Esta é de resto uma questão que demonstra as suas teias de poder, na medida em que o Estudo pede ao rei D. João I que possa passar a ter o seu próprio tabelião, na figura do bedel⁶², conseguindo assim que os assuntos tratados pela Universidade tenham o secretismo necessário e não possam ser do conhecimento de oficiais externos à mesma. Esta situação levanta, contudo, mais questões que respostas: realmente tinha a Universidade medo de ficar refém do conhecimento que os tabeliães detinham dos seus negócios? Podiam os tabeliães usar a informação para vantagem oportunista? Se sim, como? Podia o bedel ser alguém que já havia passado pelo tabelionato da cidade? Ou seria tudo isto uma forma de demonstração de poder por parte da Universidade ao rei?

2.3. Espaços de acção na cidade.

Para compreendermos os locais onde os tabeliães se movimentavam e trabalhavam, não podemos deixar de ter em consideração a Lisboa da centúria de Trezentos, que contava com cerca de 65.000 habitantes, ainda que este valor tivesse sido calculado com base no Censo de Lisboa e criticado por Gama Barros⁶³. Apesar da peste negra e das restantes calamidades conhecidas do século XIV, a urbe tem um saldo proveitoso em termos de crescimento quer urbano, quer económico. Para o decurso de Trezentos são conhecidas 23 paróquias⁶⁴ e a zona do Tejo continua a ser privilegiada, como acontecia já desde o reinado do Bolonhês e do seu herdeiro: mudam-se locais de comércio, criam-se condições ao desenvolvimento naval e

⁶⁰ ANTT, *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama*, maço 3, doc. 57.

⁶¹ A este respeito verificar *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 29 fl. 130, o caso de Afonso de Barros, bacharel em leis, procurador na corte régia, tabelião do cível e crime na cidade de Lisboa que assim é intitulado a respeito de um privilégio de não ter de usar roupas com farpas. Ademais, temos também na *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 29, fl. 12v a referência ao depósito do sinal de Afonso de Barros, referido como filho do tabelião que saía do cargo, Fernando Afonso. Este era filho de Afonso Guterres e irmão de Álvaro Afonso, dois importantes tabeliães da cidade de Lisboa e tabeliães dados pelo rei ao Mosteiro e S. Vicente de Fora. Podemos ainda confirmar outros casos em COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal. Perfil Profissional...”, pp. 186-187.

⁶² *Chartularium universitatis portugalensis*, ed. Artur MOREIRA DE SÁ. Vol. II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968, doc.450, p. 197.

⁶³ SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval. Organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Ed. Colibri, 2007, p. 269.

⁶⁴ SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval...*, p. 206.

toda a zona ribeirinha é reorganizada, ganhando um novo ímpeto e tornando-se logo nesta altura no sector mais complexo da cidade medieval, o seu centro económico e comercial⁶⁵.

Também D. Fernando teve interesse em colocar junto ao rio o Estudo Geral, projecto que julgamos não ter ido adiante, em parte devido à instabilidade vivida com as guerras com Castela, mantendo o Estudo Geral onde ganhou fama, no Arrabalde Oriental, junto a S. Tomé⁶⁶. Contudo, com a nova muralha cresce uma nova urbe, com um centro dinamizado e dinamizador, ainda com feição militar, artesanal e rural, mas cada vez mais dando lugar a habitações para a população, essencialmente com a construção cada vez mais frequente de casas com sobrado⁶⁷.

Por fim, no que diz respeito aos espaços em que os tabeliães se movimentavam, verificamos o predomínio da sua deslocação até aos clientes, essencialmente igrejas, colegiadas ou mosteiros de Lisboa⁶⁸, de acordo com a nossa pesquisa e fundos considerados até ao momento. Tal não é de pasmar, face ao poder eclesiástico que existia na cidade desde a conquista de 1147; o clero, com os seus edifícios, era mais um dos símbolos de poder da urbe.

É de admirar sim o um número irrisório (70 em 1535) de documentos que são produzidos no Paço dos Tabeliães, uma vez que essa era a directiva que vinha desde o *Regimento dos Tabeliães de 1305*: diz o artigo 21º que os tabeliães deveriam ter casa ou paço para todos saberem onde os encontrar e confirmavam as *Ordenações Afonsinas*⁶⁹ no artigo XXXXVII, número 12 que sempre que uma vila tivesse mais de 2 tabeliães, deviam ter casa ou Paço para facilmente serem encontrados para se fazerem escrituras. Ainda assim, o facto de se deslocarem permitia a cobrança de uns soldos extra, o que pode justificar que pouco parassem no Paço; além disso, temos de considerar que no mesmo dia o cliente podia aproveitar a deslocação do tabelião para fazer mais de um documento.

Na nossa pesquisa sem dúvida que o maior número de entradas na base de dados respeita a documentos feitos a mando do Mosteiro de S. Vicente de Fora (mais de 1200 em 1550), sendo que efectivamente redigidos ou anotados no mosteiro

⁶⁵ FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, policopiada, p. 231.

⁶⁶ FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis...*, p. 464

⁶⁷ FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis...*, p. 435 e ss..

⁶⁸ Exemplo disso é em mais de 1500 documentos, apenas 70 serem feitos no Paço dos Tabeliães. Deste modo, mais de 1400 documentos são feitos junto ao cliente, nas igrejas e mosteiros quando clientes eclesiásticos, nas casas próprias (mais de 80 registos) quando particulares ou na Sé. A título de exemplo, os documentos ANTT, *Mosteiro de S. Salvador de Lisboa*, maço 26, doc. 518, em que é uma partição de bens e a mesma é feita “Casas da morada de Mestre Diogo físico, filho de mestre João Bugalho” ou ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc, Maço 30, nº 22, sobre a venda de umas casas de uma Maria Vasques a um João Esteves e cujo documento é feito em casas de um Bartolomeu Peres.

⁶⁹ *Ordenações Afonsinas...*

são 674, constando na *locatio* dos restantes locais como casas particulares, de tabeliães, de juízes ou a Sé.

Quase metade destes documentos produzidos para S. Vicente foram feitos pelo mesmo tabelião: Afonso Guterres. O percurso deste tabelião é notável, já devidamente documentado através de uma dissertação de mestrado⁷⁰. Chega aos nossos dias o seu Livro de Notas do tabelião⁷¹ onde surge a indicação de que este profissional foi dado ao mosteiro pelo rei⁷². Situação que não deixa de colocar interrogações sobre a forma e as razões da sua nomeação: foi a pedido do tabelião? Do mosteiro? Porquê este e não outro, dado haver inclusive tabeliães contemporâneos com relações de dependência com o prior de S. Vicente, como o caso de Pero Esteves de S. Vicente, criado do prior?

Esta quantidade de produção documental feita a pedido de S. Vicente não causa admiração se tivermos em consideração que o mosteiro controlava grande parte do Arrabalde Oriental, possuindo não só casas, mas também pardieiros e outros bens para arrendar nesta zona da cidade. Como nos demonstra Manuel Fialho na sua tese de doutoramento já supra referida, o arrabalde oriental era um espaço multifuncional⁷³, com a importância inerente à Porta da Cruz e ao controlo da entrada na cidade pelo lado leste, a existência do Estudo Geral ou ainda da Casa da Moeda e o Paço dos Galeões.

Ainda no que respeita a S. Vicente, não olvidemos que a sua instalação é praticamente contemporânea com a conquista de Lisboa, tendo tido o primeiro monarca português um papel de relevo na sua constituição, através do conjunto de privilégios e isenções, tornando assim o mosteiro num atrativo urbano, mas também um elemento de estabilidade daquela zona da cidade.⁷⁴

No que respeita ainda aos espaços de acção dos tabeliães, com uma grande incidência temos a Sé (seja o adro, o claustro, à porta do cabido...) com 158 documentos. Nas imediações da Catedral (Paços do Bispado, Paços da Audiência e Paços do concelho) temos mais um conjunto de 89 documentos. Esta zona da cidade, a Almedina, era a de maior importância do ponto de vista político, desde o tempo da presença islâmica; a Sé era muito mais que um símbolo do poder religioso: era o centro político, social, económico da cidade. O Adro da Sé era assim cemitério, necrópole, local de comércio e onde se reunia o concelho da urbe, tendo um papel essencial no dinamismo citadino.

⁷⁰ FRESCO, João – *O tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*..., p. 14.

⁷¹ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 005 Livro de Notas, L084.

⁷² Mais tarde (1443) temos a indicação, nas Chancelarias de D. Afonso V, que o seu filho, Álvaro Afonso, também tabelião de Lisboa, vai ocupar o seu lugar. ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Livro 27, fl. 132V.

⁷³ FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*..., pp. 433 e ss.

⁷⁴ FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*..., p. 464.

A referência genérica a “Lisboa” conta com 277 documentos produzidos, aos quais juntamos 31 documentos redigidos em casas de oficiais de justiça ou escolares e 50 documentos realizados em casas particulares, face a apenas 8 documentos feitos em casas de tabeliães. No caso destes últimos conseguimos, em alguns casos, a sua localização: Freguesia de Santa Justa, na Rua Nova, na Freguesia dos Mártires, Santo André ou Santa Marinha do Outeiro; ou seja, não excessivamente longe da sua zona de trabalho.

O seguinte mapa (Fig. 3)⁷⁵ e a tabela (Tab. 1) que aqui consideramos permitem-nos ter uma melhor percepção da produção e espaços:



Fig. 3 – Mapa com a quantidade de documentos produzidos por local e moradas de tabeliães.

Tabela 1 – Tabela dos locais e quantidade de documentos produzidos.

Local	Quantidade de documentos lá produzidos
Mosteiro de S. Vicente	674 documentos
Sé Catedral	158 documentos
Paço da Audiência e Paços do Concelho	89 documentos
Paço dos tabeliães	70 documentos
Lisboa (sem referência concreta)	277 documentos
Casas de oficiais e escolares	31 documentos
Casas de tabeliães	8 documentos

⁷⁵ O mapa-base por nós utilizado foi feito por Manuel Fialho na sua dissertação de doutoramento: FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis...*, p. 539.

A zona da Alcáçova, onde estava o Paço Real é, contudo, pouco significativa enquanto local de produção documental. Quanto às Judiarias ou ao arrabalde mouro, ainda que tenhamos alguns documentos feitos entre colegiadas ou mosteiros e estas minorias, o local de produção é sempre no interior dos espaços cristãos e nunca nos espaços destinados aos judeus ou mouros.

2.4. Produção documental e carreiras.

Por fim, terminamos fazendo uma breve reflexão sobre a tipologia documental dos tabeliães de Lisboa entre 1377 e 1438 e as suas carreiras, baseada numa amostragem que tem como sustentáculo um *corpus* documental de 9 instituições sediadas em Lisboa⁷⁶. Para esta cronologia de investigação temos, como já aludido, cerca de 1550 entradas na base de dados; destas, pouco mais de 1200 dizem respeito ao mosteiro de S. Vicente de Fora, incluindo o livro de notas do tabelião Afonso Guterres; 170 entradas dizem respeito à Colegiada de Santa Cruz do Castelo e quase 90 a Santo Estêvão de Alfama.

Do total de documentos inventariados, cerca de 700 são emprazamentos; 120 entradas dizem respeito a Sentenças; 90 são doações; cerca de 65 são aforamentos; 42 são escambos de propriedades; 33 são vendas; 31 procuração, entre outras tipologias, conforme podemos observar no gráfico (Fig. 4):

Esta documentação é elaborada por um total de 117 tabeliães com os sinais registados, num universo de 168 tabeliães, havendo, portanto, 51 tabeliães dos quais possuímos a identificação, mas não os sinais, normalmente por serem citados como testemunhas de actos de outros tabeliães identificados. Dos 117 tabeliães com sinal, temos 7 casos de mudança no desenho do sinal. Do total de nomes sumariados, temos 44 tabeliães para o reinado de D. Fernando a partir de 1377, 103 tabeliães para o reinado de D. João I e 32 para o reinado de D. Duarte; não esqueçamos que houve, com D. Fernando e D. João I tentativas de diminuir o número de tabeliães que, no entanto, parecem não ter tido efeito por um período de tempo alargado. Sistematizamos no seguinte quadro (Tab. 2):

⁷⁶ Dever-se-á ter em consideração que até ao momento da redação deste artigo a investigação de fontes está cingida ao Arquivo Nacional/Torre do Tombo, contando actualmente com um *corpus* documental oriundo de 9 fundos: Mosteiro de S. Vicente de Fora, Colegiada de S. Tomé, Colegiada de Santa Cruz do Castelo, Colegiada de S. Miguel de Alfama, Colegiada de S. Pedro de Alfama, Colegiada de Santiago e S. Martinho, Colegiada de Santo Estêvão de Alfama, Colegiada de S. Bartolomeu do Meato e, ainda em análise, Mosteiro de Chelas.

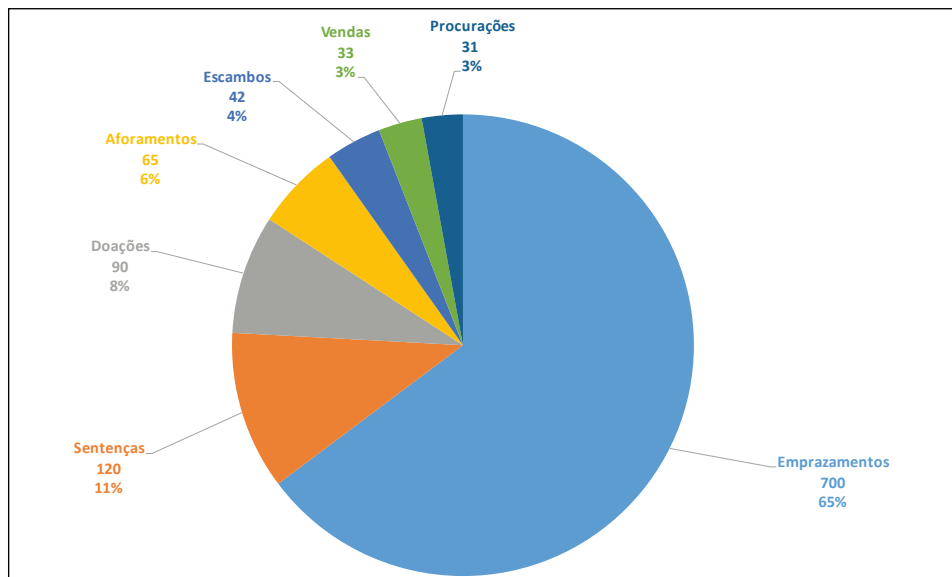


Fig. 4 – Distribuição da tipologia documental.

Tabela 2 – Número de tabeliães.

Descrição	Total tabeliães	Total com sinal	Total sem sinal	Mudanças de sinal	Tabeliães reinado D. Fernando (a partir de 1377)	Tabeliães reinado D. João I	Tabeliães reinado D. Duarte
Valores	168	117	51	7	44	103	32

É evidente que nestes números algumas carreiras estão presentes em mais do que um reinado, mas nenhum deles até ao momento temos indício que tenha estado presente desde D. Fernando a D. Duarte, o período da nossa investigação. Para o período de 1383-1385, temos apenas um caso, Lourenço Miguéis, que se intitula “Tabelião na dita cidade posto pela Rainha D. Leonor governadora e regente dos reinos de Portugal e do Algarve”, em novembro de 1383⁷⁷, sendo que todos os outros mantém a intitulação “tabelião d’el rei na dita cidade”.

Quanto às carreiras dos tabeliães, ainda que beneficiemos ao momento de uma média de 16 anos de carreira, este é um valor “deturpado” na medida em que há tabeliães sobre os quais apenas detemos um ou dois registos, o que diminui esta média. Havemos, ainda assim, algumas carreiras reverenciáveis no que respeita à sua duração, produção documental, influência ou redes estabelecidas:

⁷⁷ ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 23, doc. 449.

Estêvão Eanes é assinalado como tabelião de 1366 a 1399, com 33 anos de carreira e 345 documentos produzidos. Dele sabemos que tem “um homem de mim” e um criado: João de Deus e João André. Sabemos ainda que mora na Freguesia de Santa Marinha do Outeiro e que possuía vários bens emprazados, dos quais tirava rendimentos; tinha um filho, André Esteves.

João Rodrigues labora como tabelião entre 1366 e 1412, contando com uns longos 46 anos de carreira, dos poucos que escreve quer em latim, quer em português, com 38 documentos feitos para S. Vicente, Santo Estêvão, Santa Cruz do Castelo, Santiago e S. Martinho e Chelas, bem como para o concelho e a universidade.

O já várias vezes mencionado Afonso Guterres com uma carreira que vai de 1400 a 1441, trabalha para S. Vicente, Santo Estêvão, Santa Cruz do Castelo, S. Bartolomeu e Chelas e conta com mais de 540 documentos e notas. Tem 3 filhos: Álvaro Afonso, Fernando Afonso, Gonçalo Afonso e uma filha; sabemos ainda que a sua mulher se chama Maria Domingues, o neto Urbano Álvares e tio Pero Gonçalves, com quem é possível que tenha aprendido o ofício. Goza ainda de dois criados, Pedro e Diogo e vários bens emprazados para retirar rentabilidade. Morava próximo a Santo Elói.

João Duarte, com documentos feitos entre 1432 e 1475 (43 anos de carreira), altera a sua intitulação ao longo dos anos: começa por definir-se como “vassalo d’el rei meu senhor e seu tabelião em a dita cidade”, passando depois a definir-se a partir de 1457 até cerca de 1466 como “público notário apostólico geral em estes reinos por autoridade apostólica” e em 1470 passa a intitular-se “vassalo d’el rei nosso senhor e seu geral tabelião”. Este será um caso interessante para tentarmos confirmar uma evolução de carreira, na medida em que deixa de estar associado ao tabelionato de uma cidade apenas, Lisboa, para poder livremente produzir documentos por todo o Reino. Sabemos que possuía três escrivãos diferentes, considerando as grafias, que nunca refere quem são; tem dois filhos: Pero Duarte e Fernão Duarte.

A este propósito, uma breve referência à patronímia: no nosso período de investigação é frequente encontrarmos como apelido o nome próprio do patriarca, como no caso de Afonso Guterres em que os filhos são Álvaro Afonso e Fernando Afonso. Contudo, tal deixa de observar-se na geração seguinte, em que o neto de Afonso Guterres já tem o mesmo apelido do pai (Urbano Afonso). Confirmamos também esta alteração na patronímia no caso de João Duarte, em que os filhos já na segunda metade do século XV, têm o mesmo apelido do pai e não o nome próprio como sucedia nas centúrias anteriores.

E por fim para concluirmos, a referencia a João da Barca, detentor de uma carreira que vai de 1398 até 1443, com a particularidade de ter tido como seu criado o seu escrivão, Pedro Vasques, o qual irá ficar com o seu sinal e ter uma carreira enquanto tabelião, pelo menos, entre 1445 e 1470.

3. Conclusões.

Ao longo das últimas páginas temos tentado dar uma ideia da importância que a escrita adquiriu a partir do século XI um pouco por todos os reinos da Europa, e em particular em Portugal a partir do reinado de D. Afonso II, em que a Chancelaria régia começa a demonstrar uma consolidação e organização, fruto do aumento da burocracia régia, mas também da necessidade de produzir material escrito.

Recorremos a documentação inédita fruto da nossa própria investigação para podermos detectar redes de influência entre poderes: os tabeliães – fáceis de identificar pelo seu sinal – encontravam-se no centro nevrálgico dos outros poderes.

Assim, rei, clero, nobreza, concelhos e universidade estavam de certa forma dependentes destes homens e do seu ofício, factor que era aproveitado por eles e amplificado com as relações dependência social que criavam, com redes de vassalidade e criadagem, por vezes complexas de detectar devido à homonímia da época.

O estudo do tabelionado torna-se fundamental na medida em que nos permite compreender melhor vários âmbitos da vida medieval, das lógicas de poderes, das relações sociais, profissionais e económicas vividas nas cidades da Idade Média.

A formação de redes de solidariedade como as confrarias entre o tabelionado em várias cidades do reino e a sua relação com outros grupos de ofícios são exemplo disso, para retirar auspiciosas vantagens financeiras e assim escalar socialmente. A este respeito, podemos verificar ainda as relações de solidariedade existentes na própria chancelaria régia, nomeadamente os vínculos de Gonçalo Mendes à Ordem de Santiago, fruto dos seus enlances matrimoniais⁷⁸. Sendo que estes homens não pertenciam à nobreza no sentido tradicional que percebemos, certo é que procuravam o seu reforço de posição social e económica através das solidariedades e alianças entre grupos de oficialato, desenvolvendo alianças dentro de grupos identitários ao serviço do rei ou da igreja. Ainda que profundamente díspar no seu interior, esta espécie de classe média urbana, tinha homens bastante bem posicionados social e economicamente graças ao aproveitamento de tudo o que a escrita lhes dava.

⁷⁸ VILAR, Hermínia – “Do Arquivo ao Registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II...”, p. 32.

Também de desmedida importância para compreender estas redes e formas de actuação, foi conhecer os espaços onde mais habitualmente escrevem e os seus clientes, ainda que nem sempre seja fácil compreender os seus trajectos, quer pela falta de referências nas fontes, quer por alguma falta de conhecimento que ainda temos para este período, de determinados locais.

Em suma, a transferência da oralidade para a escrita traz consigo uma mudança na forma de pensar e agir, processo que se desenvolveu um pouco por toda a Europa Ocidental, permitindo o registo de importantes regulamentos e leis nos vários reinos de então. Desta forma, os monarcas começam a ficar cada vez mais dependentes do documento e aos próprios letrados – ou no caso que mais nos interessa aqui analisar – aos tabeliães e demais oficiais da escrita.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional/Torre do Tombo, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo*.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo, *Colegiada de Sto. Estêvão*.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo, *Mosteiro de Chelas*.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª e 2ª incorporações,
Livro de Notas de Afonso Guterres.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo, *Chancelaria Régia D. Afonso V*.

Fontes publicadas

Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Edição A. H. de Oliveira MARQUES, Maria Teresa Campos RODRIGUES, Nuno José Pizarro Pinto DIAS. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1982.

Cortes portuguesas: reinado de D. Pedro I (1357-1367). Ed. A. H. de Oliveira MARQUES, Nuno José Pizarro Pinto DIAS. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1986.

Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383). Ed. A. H. de Oliveira MARQUES, Nuno José Pizarro Pinto DIAS, João Paulo SALVADO. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-1993, 2 Vols.

Cortes portuguesas: reinado de D. Duarte (1433-1438). Org. João José Alves DIAS. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos. 2004.

Cortes portuguesas: reinado de D. Manuel I. Cortes de 1498. Organização e revisão geral João José Alves DIAS. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Chartularium universitatis portugalensis, ed. Artur MOREIRA DE SÁ. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968-1970, vols. I-V.

Livro das Leis e Posturas, prefácio de N. G. da SILVA, leitura paleográfica e transcrição de M. T. RODRIGUES. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

Ordenações Afonsinas, livros I a V, disponível em: www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas [consultada entre 1 e 5 de junho de 2017].

Ordenações Manuelinas, livros I e III, disponível em: www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas [consultada entre 1 e 5 de junho de 2017].

Estudos

AZEVEDO SANTOS, Maria José – “A Evolução da Língua e da Escrita”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; CARVALHO HOMEM, Armando Luís (Coords.) – *Portugal na Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do século XIV*, vol. V de OLIVEIRA MARQUES, A. H.; SERRÃO, Joel (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença. 1996, pp. 604-634.

BARTOLI, Attilio – *Notai. Scrivere documenti nell'Italia medievale*. Roma: Viella 34, 2006.

BONO, José – “Diplomática notarial e Historia del Derecho Notarial”. In *Cuadernos de História del Derecho*. Madrid. Nº 3, (1996), pp. 177-190.

CLANCHY, Michael – *From Memory to Writen Record. England 1066-1307*. 2ª ed., Oxford: Blackwell Publishing, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócioeconómico”. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 93-137.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*. 1 ed., 2 vols., Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Diplomática em Portugal, Balanço e estado actual”. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 13-40.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A escrita no mundo urbano”. *História (São Paulo)*. São Paulo. Vol. 34, nº 1, (2015), pp. 16-34.

CUNHA, Cristina – “Tabeliães Bracarenses no séc. XIII”. Sep. *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional Comemorativo – Actas*. Braga, 1990, pp. 249-265.

FERREIRA, Ana Pereira – *Análise Paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra Joanina, 1370-1420*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado em História, especialização em Paleografia e Diplomática, policopiada.

FIALHO, Manuel – *A mutação urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, policopiada.

FISSORE, Gian Giacomo – “Alle origini del documento comunale: i rapporti fra i notai e l’istituzione”. In ALBINI, Giuliana (Dir.) *Le scritture del commune. Amministrazione e memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Nuova serie, vol. XXIX (CIII), fasc. II. Genova: Atti della Società Ligure di Storia Patria. 1989, pp. 43-66.

FRANCESCONI, Giampaolo e SALVESTRINI, Francesco, “La scrittura del confine nell’Italia comunale. Modelli e funzioni”. In *Frontiers in the Middle Ages. Proceedings of the Third European Congress of Medieval Studies*. Louvain-la-Neuve: Ed. O. Merisalo e P. Pahta, 2006, pp. 197-221.

FRESCO, João – *O tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, policopiada.

- GARCIA, Leonor – *O tabelionado escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomático*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, policopiada.
- GOODY, Jack – *The Logic of writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- GOODY, Jack – *The Power of the Written Tradition*. Washington e London: Smithsonian Institution Press, 2000.
- GOMES, Saúl – “Percepções em torno da história do tabelionado medieval português”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Nº 5, (2005), pp. 85-86.
- GOMES, Saúl – “O Notariado Medieval Português. Algumas notas de investigação”. *Hvmanitas*. Coimbra. Vol. 52, (2000), pp. 241-286.
- GOMES, Saúl – “Escolares e universidade na Coimbra medieval”. *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 510-531.
- SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval. Organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Ed. Colibri, 2007.
- LANGELI, Attilio Bartoli – “Stategie documentaire. La documentazione in registro come strumento di governo”. In LANGELI, Attilio Bettoli; COMPARATO, Vittor Ivo; SAUZET, Robert (Dirs.) – *Il Governo della città. Modelli e pratiche (secoli XIII-XVIII)*. Atti del colloquio di Perugia (15-17 settembre 1997). Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2014, pp. 93-102.
- LAZZARINI, Isabella, “Introduzione”. In *Scritture e potere. Pratiche documentarie e forme di governo nell'Italia tardomedievale (XIV-XV secolo)*. Firenze: Reti Medievali Rivista, Firenze University Press, IX. 2008, pp. 1-10.
- MARTINEZ, Carmen del Camiño – “La escritura al servicio de la administración concejil”. In *Historia, Instituciones, documentos*. Sevilha. Nº 31 (2004), pp. 97-112.
- MARTINS, Armando – “Lisboa, a cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência”. In FERNANDES, Hermenegildo (Coord.)

– *A Universidade Medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China, 2013, pp. 41-88.

MOSTERT, Marco – “Communication, Literacy and the Development of Early Medieval Society”. In *Comunicare e Significare nell’Alto Medioevo*. Vol. 2. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull’ Alto Medioevo. 2005, pp. 29-55.

PARDO, Luisa e OSTOS, Pilar – *Documentos y notarios de Sevilla en el siglo XIII*. Madrid: Fundación Matritense del Notariado, 1989.

ROMÃO, João – *Tabelionado e tabeliães nos livros de chancelaria de D. Afonso V*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado em História, especialização em Paleografia e Diplomática, policopiada.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – *Tabelionado e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, policopiada.

SARAIVA, Anísio – “Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do séc. XIV”. *Humanitas*. Coimbra, Vol. L, (1998), pp. 587-624.

SEABRA, Ricardo – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, policopiada.

TAMBA, Giorgio – *Una corporazione per il potere: il notariato a Bologna in età comunale*. Bologna: Cooperativa libreria universitaria editrice Bologna, 1998.

VERGER, Jacques – *Homens e Saber na Idade Média*. S. Paulo: Educar, 1999.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Do Arquivo ao Registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II”. *Penélope*. Lisboa. Nº 30/31, (2007), pp. 19-50.

A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)

Mário Farelo¹

Resumo

As confrarias de Lisboa têm resistido à síntese. Face às insuficiências documentais que têm limitado a investigação sobre o tema, este artigo propõe uma primeira abordagem, necessariamente sintética e parcial, sobre a evolução histórica da rede confraternal na cidade até 1551. Pretende-se igualmente tecer algumas considerações sobre a sua caracterização, nomeadamente ao nível das cronologias de fundação ou de primeira referência, à tipologia das confrarias envolvidas e das suas relações com outras instituições assistenciais no período considerado.

Palavras-chave

Lisboa medieval; confrarias; corporações profissionais; devoções; hospitais.

¹ IEM-NOVA FCSH; CEHR; CHUL.

The confraternal network in the city of Lisbon (13th-first half of the 16th century).

Abstract

The confraternities of Lisbon have resisted the synthesis. Given the documentary shortcomings that have limited research on the subject, this article proposes a first, necessarily synthetic and partial approach to the historical evolution of the confraternal network in the city until 1551. It is also intended to make some considerations about its characterization, namely at the level of chronologies of foundation or first reference, the typology of the confraternities involved and their relations with other welfare institutions during the period under scrutiny.

Keywords

Medieval Lisbon; confraternities; professional corporations; devotions; hospitals.

As confrarias e irmandades medievais definiam-se, antes de mais, pelo seu papel assistencial, tanto na morte, quanto na pobreza dos seus membros². O acompanhamento litúrgico resultante da primeira e o amparo ao longo da segunda, ainda que por caminhos diferentes, propiciavam um mesmo objetivo: a salvação das almas dos seus confrades. Por um lado, a confraria tornou-se no ocidente medieval um elemento importante no enquadramento religioso dos leigos, pela promoção de atividades devocionais e de piedade, nomeadamente do âmbito da satisfação de rituais associados à boa encomenda do confrade defunto (através do acompanhamento do funeral ou da oração por sua alma)³. Pelo outro

² A bibliografia sobre esta questão é demasiado extensa, pelo que restringimos a referência aos principais estudos sobre a questão ao nível da historiografia nacional. Utilizaremos ao longo do trabalho de forma indistinta os termos de “confraria” e de “irmandade”, uma vez que no período medieval não é possível fazer uma distinção substantiva entre os dois. PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo 7, (1995), p. 17. Agradeço ao meu colega João Luís Fontes a leitura crítica deste texto, assim como as sugestões dada para a sua melhoria.

³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997, pp. 32-33. As confrarias portuguesas cumpriam assim os mesmos objetivos das suas congéneres peninsulares e extra-peninsulares: PARAVICINI BAGLIANI, Agostino e VAUCHEZ, André (éds.) – *Le mouvement confraternel au Moyen Âge. France, Italie, Suisse*.

lado, essa salvação poderia ser propiciada igualmente ou complementada pelo amparo ao pobre. De facto, a medievalidade – e não só – perspetivou o pobre como aquele mais suscetível de obter a respetiva redenção. Não somente o modelo inicial da comunidade cristã remetia para a pobreza de Cristo e dos seus apóstolos, como o predomínio da alma sobre o corpo individual valorizava a eternidade da primeira sobre o bem-estar material do segundo. Através de uma piedade cariz cristocêntrico e da valorização mendicante das obras de misericórdia e da identificação do pobre com o próprio Cristo, a solidariedade fraternal e o reforço da prática da caridade levada a cabo pelas confrarias tornava-se o garante de uma mais completa intercessão no objetivo derradeiro da salvação eterna de cada um e, no caso vertente, de cada confrade.

Sem obviamente enviesar por completo este pano de fundo, é possível intuir a confraria medieval sob uma outra luz, a de uma instituição que foi simultaneamente geradora e reprodutora de mecanismos de poder⁴. Ao propiciar processos de integração e de coesão comunitária, esta mesma funcionava como um agente social ao assumir um papel de intervenção política. Estes “grupos de interesse”, como lhes chamou Isabel dos Guimarães de Sá⁵, tornaram-se também geradores de identidade⁶.

Identities certamente ligadas à operacionalidade e à promoção de um ideal de pertença, uma pertença que se revelava profundamente multifacetada, porquanto variadas poderiam ser as razões da inclusão do indivíduo numa comunidade confraternal: de um lado o critério espacial de pertença a uma freguesia, funcional pela inserção num mester ou ainda devocional; do outro, o maior ou menor “capital” social e projeção “política” da confraria que obrigava a uma “filtragem” dos candidatos em função de um conjunto de critérios certamente ligados ao estatuto social e às redes de solidariedades que cada um conseguia (ou não) mobilizar. Desse ponto de vista, as confrarias tornavam-se lugares de hierarquização, em que uns eram mais iguais do que outros. Assim era, por exemplo, nas diferentes taxas de entradas pedidas, como nos locais de exumação:

Actes de la table ronde de Lausanne (9-11 mai 1985). Rome: École Française de Rome, 1987; MEERSSEMAN, Gilles-Gérard – *Confraternite e pietà dei laici nem Medioevo*. Rome: Herder, 1977; VINCENT, Catherine – *Les confréries médiévales dans le royaume de France*. Paris, Albin Michel, 1994; TELLO HERNÁNDEZ, Esther – *Aportación al estudio de las cofradías medievales y sus devociones en el reino de Aragón*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico” (C.S.I.C.), 2013; BENÍTEZ BOLORINOS, Manuel – *Las cofradías medievales en el Reino de Valencia (1329-1458)*. Alicante: Universidad de Alicante, 1998.

⁴ Veja-se CLÁUDIO, Ana Sofia – *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média*. Évora: Universidade de Évora, 2002. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, policopiada.

⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico...*, p. 33.

⁶ PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas...”, p. 15.

ricos moimentos para uns, meras covas para outros⁷. Ou seja, apesar da ideia de “igualdade” inerente à função caritativa da instituição, o seu funcionamento acabava por evidenciar diferenças sociais e espelhar a influência das elites nos respetivos espaços de implantação.

Face às contingências heurísticas que se seguem, não é possível estudar as confrarias da cidade de Lisboa no período medieval em termos da sua projeção nos indivíduos e nos respetivos percursos⁸. Nesse sentido, a parcimónia das abordagens globais relativas ao tema faz pensar que não seria desprovido de interesse uma primeira síntese sobre a evolução histórica do movimento confraternal na Lisboa medieval. Uma vez que a mesma não se encontra alicerçada numa investigação específica e que as insuficiências documentais associadas são reais, este trabalho afigura-se como um primeiro levantamento, como uma primeira abordagem que carecerá de investigações específicas e aprofundadas com vista a desenvolver ou a matizar as ideias aqui somente elencadas.

1. As limitações heurísticas do estudo das confrarias medievais de Lisboa.

A história do movimento confraternal na Lisboa medieval tem resistido (ainda) à síntese. No âmbito de uma historiografia que tem privilegiado a história do fenómeno “hospitalar” na cidade, é fácil verificar a pouca expressão das confrarias na caracterização da assistência praticada na Lisboa medieval, geralmente restrita à identificação das instituições que lhe deram corpo. Com efeito, o discurso histórico sobre as albergarias, hospitais, leprosarias e mercearias medievais de Lisboa ainda não conseguiu libertar-se totalmente da mera “listagem” em função de um conjunto restrito de características comuns: nome, localização, entidade tutelar e a eventual integração ou não no hospital de Todos-os-Santos. Na verdade,

⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz – “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”. In *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval. XIX Semana de Estudios Medievales, Estella (Navarra) 1992*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1993, pp. 179-180.

⁸ Como se verificou pelo estudo prosopográfico dos membros na oligarquia camarária da cidade entre 1325 e 1433, em que a identificação de oligarcas membros de confrarias da cidade foi extremamente reduzido. O estudo levado a cabo por Maria de Lurdes Rosa sobre a testamentária olisiponense entre 1400 e 1521 confirma essa ideia. Ver FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, Tese de Doutoramento em História Medieval, p. 251-252; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada. Utilizámos a versão mimeografada, embora a mesma já se encontre publicada: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

esta perspetiva de análise data *grosso modo* dos meados do século XVI, quando a história de Lisboa, procurando exaltar a cidade tornada metrópole, se centrou na enumeração das suas “grandezas”⁹. Com ela nasce a preocupação com o quantitativo, através do elenco e descrição sumária das suas instituições leigas e religiosas. Como seria de esperar, as casas assistenciais e confraternais tornaram-se um objeto natural de arrolamento, à semelhança das instituições eclesiásticas da cidade como as igrejas, conventos, mosteiros e ermidas¹⁰.

Tais listagens, alavancadas com as referências a hospitais e confrarias nas histórias das ordens religiosas e nas corografias produzidas ao longo do período moderno¹¹, constituíram as fontes de base para o referido estudo até aos anos 1970, quando a assistência se tornou um dos temas preferenciais do estudo das práticas religiosas no Portugal medieval¹². O caso de Lisboa ganhou novo alento, sobretudo com a possibilidade de análise de fundos documentais que alguns olisipógrafos haviam entretanto identificado, como a documentação preservada no arquivo régio (registos de chancelaria e *Leitura Nova*) ou aquela que entretanto se tornara acessível a alguns investigadores, como a documentação moderna (mas com referências medievais) pertencente à Provedoria de Lisboa do Juízo das Capelas e ao Hospital de Todos-os-Santos (conservada no hospital de S. José e depois integrada na Torre do Tombo). Apesar desse novo afluo de informação e das novas perspetivas de análise socioeconómica que se abriam com a Escola dos *Annales*, os estudos então produzidos não inovaram em termos metodológicos. Com raras exceções¹³, optou-se pela reformulação das conhecidas “listagens”, com a correção de erros entretanto detetados, com a identificação de novas confrarias

⁹ CASTELO-BRANCO, Fernando – *Breve história da olisipografia*. Lisboa: ICP, 1979, pp. 10-15.

¹⁰ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1987; BRANDÃO (DE BUARCOS), João – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. Mais precisões sobre essa questão em ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo 21, (2009), p. 78, nota 18.

¹¹ SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade, redempção de cativos, da provincia de Portugal*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794. 2 vols.; COSTA, António Carvalho de – *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica...*, tomo III. Lisboa: Na Officina Real Deslandresiana, 1712; CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. 2ª edição. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. 3 vols; LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal antigo e moderno...* Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890.

¹² ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 337.

¹³ FERRO, Maria José Pimenta – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres”. In *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas. 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Tomo 1. Lisboa: IAC, 1973, pp. 371-400; FERRO, Maria José Pimenta – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 101-120; PEREIRA, Isaías da Rosa – “As obras de misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves”. In *A pobreza e a assistência...* Vol. II, pp. 719-759.

e irmandades e com a consolidação das informações sobre os percursos históricos das restantes¹⁴.

Esta opção historiográfica teve os seus custos, pois o seu *facies* casuístico, ainda que absorvido pelas diversas sínteses produzidas ao longo das décadas finais do século XX e inícios da centúria seguinte¹⁵, não originou estudos globais sobre a assistência medieval em Lisboa. Somente nos últimos anos a situação evoluiu com a crescente atenção dada à história das instituições medievais portuguesas e à valorização de fundos documentais pouco conhecidos. Consequentemente, os recentes trabalhos vindos a lume sobre o tema permitem conhecer hoje muito melhor as instituições assistenciais tuteladas pelo poder municipal lisiponense, o património dos hospitais integrado em Todos-os-Santos e a organização daqueles que deixaram registo escrito da sua fundação¹⁶.

Para o presente trabalho, procurou-se recensear as informações relativas às confrarias medievais de Lisboa na documentação régia, municipal e notarial compulsada no âmbito das recentes teses e dissertações sobre Lisboa medieval, muitas delas elaboradas por membros do Instituto de Estudos Medievais (IEM), assim como em projetos envolvendo a leitura de documentação medieval lisiponense¹⁷. O tratamento heurístico do presente trabalho abarcou também o levantamento das informações presentes na coletâneas documentais disponíveis e na bibliografia específica sobre o assunto, complementado pela pesquisa na Base de Dados sobre a “Fontes Medievais de Lisboa”, mantida pelo IEM, assim como

¹⁴ NOGUEIRA, José Maria António – “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492”. In NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: Arqueologia, etnografia, bibliografia e história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934 p. 75-125; CORREIA, Fernando da Silva – “Os velhos hospitais de Lisboa Antiga”. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano 2, Nº 10, (1941), pp. 3-13; SALGADO, Anastácia Mestrinho e SALGADO, Anílio José – “Hospitais de Lisboa até ao séc. XV”. *Oceanos*. Lisboa. Nº 4, (Julho 1990), pp. 103-109 e “Hospitais Medievais”. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (Coords.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Advogados, 1994, pp. 442-446.

¹⁵ FERRO, Maria José Pimenta – “Assistência social caritativa: I: assistência na Idade Média”. In ANDRADE, António Banha de – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Resistência, 1980, pp. 635-676; BEIRANTE, Ângela – *Confrarias medievais portuguesas*. Lisboa: Ed. da Autora, 1990; COELHO, Maria Helena da Cruz – “As confrarias medievais portuguesas”; PENTEADO, Pedro – “Confrarias”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 338.

¹⁶ NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV e XV)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em História – Especialização em História Medieval, policopiada; ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) – *História da Igreja de Portugal*. vol. I: *Formação e limites da Cristandade*, coordenação de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores, 2000, pp. 423-508; LEME, Margarida – “O património dos hospitais medievais na Lisboa Manuelina”. In FONTES, João Luís Inglês et al (Coord.) – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM, 2017, pp. 393-437.

¹⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar e FARELO, Mário – “Lisboa medieval: um tema de investigação no Instituto de Estudos Medievais”. *Cadernos do Arquivo*. Lisboa. Nº 8 (2017), pp. 207-208, 217.

na DIGITARQ, gerida pela Torre do Tombo, e pelo portal do Arquivo Municipal de Lisboa¹⁸.

2. Evolução do fenómeno confraternal na Lisboa medieval.

Tem sido avançado que as raízes das confrarias mergulham em diversas associações antigas pagãs como eram os casos dos *collegia* romanos e das guildas germânicas¹⁹. Para disciplinar tais práticas, a Igreja procurou enquadrá-las no âmbito de instituições regulares como os mosteiros e as paróquias, sendo esta a justificação geralmente apresentada para o facto de as primeiras confrarias encontradas em Portugal, datáveis do século XII, terem sido aparentemente constituídas por clérigos.

Esta evolução só é detetável em Lisboa de forma parcial, uma vez que não subsiste qualquer informação sobre a existência de confrarias na cidade durante o século XII. Não é de descartar a hipótese que, para um tal panorama, tenha contribuído o número pouco elevado de documentos conservados para a cidade de Lisboa durante toda essa centúria e até aos meados da seguinte (**Tab. 1**). Ainda assim, a referência única a uma confraria dos clérigos, antes de 1211, confirma em parte a evolução anteriormente referida, a saber da anterioridade das confrarias clericais em relação às suas congéneres de matriz laical. Registadas unicamente pela via testamentária, tais menções não ocorrem durante a primeira metade de Duzentos e são manifestamente raras ao longo da segunda metade da centúria. Com efeito, o que se sabe provém do testamento de Elvira Soares, datado criticamente entre os anos 1269-1280 e conservado no fundo do *Mosteiro de Chelas*, pelo qual a mesma lega 4 morabitinos à confraria de São Francisco e um morabitino a três outras confrarias, a saber, de Santa Maria Madalena, de São Vicente e do Espírito Santo²⁰.

Ainda que este exemplo, único para a época considerada, não seja um indício da existência em Lisboa, na altura, de um pujante movimento confraternal – o qual, a ter existido, teria *a priori* um reflexo na testamentária olisiponense conservada desse período –, o mesmo não deixa de ser significativo. Com efeito, tais referências sugerem que as gentes de Lisboa seguiram então a *praxis* observada noutros locais

¹⁸ Confira-se a base de dados *Fontes publicada sobre Lisboa Medieval* em: <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=bd4>; os portais Digitarq em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/> e do Arquivo Municipal de Lisboa em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF>.

¹⁹ BEIRANTE, Ângela – *Confrarias Medievais Portuguesas...*, pp. 4-7.

²⁰ TT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, n.º 189. A data crítica foi determinada em função da data mais antiga em que Pedro Fernandes é designado de almoxarife de Lisboa e a primeira data em que esse cargo é ocupado por outro indivíduo.

do reino, com a fundação de confrarias com uma vocação caritativa e assistencial, criando, gerindo e mantendo hospitais, na sequência de um novo apelo das ordens mendicantes e de uma reforma religiosa e eclesiástica que procurava dotar o clero urbano paroquial de um efetivo papel de intercessão no diálogo dos Homens com Deus²¹. Nesse sentido, cremos não ser abusiva a leitura da escolha de tais oragos em função das instituições eclesiásticas que serviram de sede às respetivas confrarias, como sugerem os casos da colegiada de Santa Maria Madalena e do convento de São Francisco, o mesmo acontecendo com a confraria de S. Domingos identificada em 1293. A referência à confraria de São Vicente relaciona-se porventura com o hospital do mesmo nome, estabelecido junto à Sé e ao qual Elvira Soares deixa uma cama, equipada com uma cócedra (colchão de penas), uma almocela (cobertor), um chumaço (almofada pequena) e dois lençóis²². Se esta identificação estiver correta, temos que já nessa altura existia na cidade uma confraria que tutelava um hospital – designado posteriormente como dos Romeus ou dos Romeiros – vocacionado para o acolhimento dos peregrinos a Roma. Nessa perspetiva, o caso de Lisboa aproxima-se de outros casos conhecidos, em que a peregrinação aos Lugares Santos originou a criação precoce de confrarias como a dos Homens-bons de Évora que foram a Jerusalém²³.

A mesma ideia depreende-se da identificação da confraria do Espírito Santo. Para além de se provar que em Lisboa se seguiu a tendência da fundação precoce de confrarias do Espírito Santo agregados a hospitais do mesmo nome, como aconteceu em Benavente²⁴, esta instituição lembra a preeminência que os mercadores assumiram na cidade, nomeadamente na oligarquia camarária da cidade, a partir dos meados do século XIII, quando o perigo muçulmano se encontrava definitivamente afastado e a cidade enveredou por um processo de abertura económica ao exterior e de expansão simultaneamente espacial e institucional²⁵.

Este último aspeto justifica o desenvolvimento da rede confraternal da cidade em finais do século XIII e início do seguinte (**Tab. 2**). Contudo, é preciso ter presente

²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “As confrarias medievais portuguesas...”, p. 156.

²² TT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, nº 189. Ainda que houvesse na altura um hospital no mosteiro regrente de S. Vicente, não é abusivo pensar que esta referência respeita o seu homólogo vicentino junto à Sé.

²³ TAVARES, Maria José Ferro – “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos”. *Estudos Medievais*. Nº 8, (1987), pp. 55-72.

²⁴ AZEVEDO, Rui Pinto de – “O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 1ª série, Tomo 6, (1962-1963), p. 9.

²⁵ Veja-se sobre esse desenvolvimento PRADALIÉ, Gerard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975 e, doravante, FIALHO, Manuel – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História Medieval.

que as provas do mesmo relevam mais de tradições inverificáveis carreadas pela historiografia moderna, do que do clausulado de diplomas chegados aos nossos dias. Concretamente, tais “tradições” apontam para a importância, na altura, da fundação de confrarias de base “étnica”, o que pode constituir um testemunho do aumento do número de estrangeiros na cidade. Dois exemplos. O primeiro respeita a confraria dos Palmeiros, estabelecida por peregrinos ingleses em 1292 junto à igreja de Santa Maria Madalena. Atestada por uma inscrição moderna, que pode ter tido uma matriz medieval, encontra-se “confirmada” documentalmente sete anos mais tarde, através da referência à albergaria dos Palmeiros²⁶. O segundo reporta-se à fundação da confraria de São Bartolomeu dos Alemães na igreja de São Julião. Segundo uma tradição que não é possível documentar, um mercador alemão dispunha de um terreno à beira Tejo, no qual o rei D. Dinis quis fazer (ou alargar ou relocar) a igreja de S. Julião. Alienando para o efeito o referido espaço, o mercador viu-se compensado pelo estabelecimento de uma capela lateral na referida igreja, concluída em 1291, sobre a qual passava a usufruir de um sétimo dos respetivos rendimentos²⁷.

A falta de documentação não permite verificar a justeza deste percurso fundacional. Fica por saber qual a ligação desta confraria com a instituição assistencial criada, não muito tempo depois, em favor dos Alemães estantes em Lisboa, a saber a albergaria ou hospital de Nossa Senhora e de São Miguel, iniciativa de Manuel Pessanha, já no tempo de D. Afonso IV, com o objetivo de acolher os germânicos que este havia trazido a Lisboa juntamente com Henrique Alemão. Dada a conhecer recentemente por João Luís Fontes, esta informação, para além de documentar uma faceta desconhecida do almirante genovês em Portugal²⁸, ilustra a necessidade de enquadrar os estrangeiros que então afluíam à cidade, mormente por razões mercantis.

Com a difusão do ideal de pobreza e do alargamento da vocação caritativa propiciado pela expansão das ordens mendicantes, o número de confrarias

²⁶ BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II/1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, doc. 740, p. 1078-1080,

²⁷ CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal...*, vol. 3, p. 302; MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais”. *Ammentu. Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*. Cagliari. Nº 7, (luglio-dicembre 2015), pp. 60-61; PINTO, Carla Alferes – “S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim”. In SIMÕES, Madalena e CURVELO, Alexandra – *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert)*. Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII). Münster: Aschendorff, 2011, p. 270 entre outros.

²⁸ TT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, m. 4, nº 18; FONTES, João Luís Inglês – *Da «Pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento em História – Especialização em História Medieval, policopiada, p. 243 e MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga...”, p. 62.

aumentou durante o século XIV, alargando-se agora o leque da oferta assistencial por elas proporcionada a todos aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade, dos tradicionais doentes e peregrinos, aos presos e mendigos. Concetualizada na historiografia enquanto “religião voluntária”, esta religiosidade processava-se cada vez mais de forma pessoal, já não somente nas igrejas paroquiais, mas também em ermidas ou capelas individuais, as quais puderam funcionar como sedes de confrarias. Concomitantemente, a instabilidade causada na centúria de Trezentos com a famosa tríade *guerra-fome-pestes* transformou a instituição, consolidando a sua matriz religiosa e a sua implantação urbana. Como sublinha Maria Helena da Cruz Coelho, pretendeu-se então sobretudo colmatar os desenraizamentos daqueles que, com pouco ou com muito, fugiam do campo em direção à cidade²⁹.

Como seria de esperar, assiste-se, ao longo deste século, ao aumento do número de confrarias recenseadas. Surgem então mais exemplos de confrarias ligadas a hospitais, como a do Corpo de Deus. De igual modo, prosseguem e aumentam em número as referências às confrarias ligadas a albergarias, como nos casos de Santa Maria de Rocamador (1325), de Santa Ana (1335), de Santa Justa (1351) ou do Vesugo, sedeada no mosteiro de S. Vicente de Fora pelo menos desde os finais da centúria.

Durante esse período verifica-se igualmente a uma maior visibilidade das instituições ligadas aos conventos e mosteiros estabelecidos na cidade. Em paralelo com os já referidos conventos medicantes, surgem agora as confrarias ligadas ao convento da Trindade, tendo uma delas a responsabilidade de gerir o hospital que a Ordem tinha em Lisboa, certamente no âmbito do trabalho desenvolvido pela mesma em torno da redenção dos cativos³⁰. Esta disseminação não deixa de influenciar os oragos confraternais que também eles se diversificam. Algumas, como a confraria de Santa Catarina ou a dos Inocentes, de cariz mais devocional, identificam-se dificilmente com um local específico. Esta questão é passível de resolução quando os oragos marianos ostentados pelas confrarias remetem para a designação das ermidas-sede, à semelhança de Santa Maria da Escada, do Paraíso ou da Oliveira. Fica por aferir se a cronologia registada para esse aparecimento, *grosso modo* a segunda metade do século XIV, corresponde a uma situação real ou é mera consequência do carácter mais tardio da documentação que lhes fazem alusão.

²⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “As confrarias medievais portuguesas...”, pp. 156-157.

³⁰ SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica...*, vol. 1, pp. 234-236.

O caso da confraria de Santa Maria de Alcamim, igualmente identificada no século XIV³¹, ilustra a perenidade da vinculação das instituições confraternais às paróquias, embora seja provavelmente neste particular que se faz mais sentir o carácter lacunar do presente levantamento.

Entrado o século XV, a rede confraternal lisboeta redefiniu-se no sentido de consolidar as respetivas práticas religiosas, através do estabelecimento de novas devoções e da procura de um maior rigor no seu respetivo funcionamento (controlo da Coroa, revisão dos compromissos, inventariação da propriedade, entre outros) (Tab. 3). Apesar das inovações, permaneceram operativas as confrarias e irmandades radicadas em ermidas, por exemplo.

Mas, mais importante, algo há agora a dizer sobre as confrarias que tutelavam na época hospitais de ofícios. Com efeito, os dados recolhidos obrigam a colocar de novo a questão: as confrarias assumiram a gestão de hospitais e albergarias pertencente aos ofícios de mesteres ordenados na cidade durante o período medieval? Marcelo Caetano chamou a si a resposta, preconizando que não existia uma tal relação. Para ele, “nunca (...) se diz de um destes últimos hospitais [aqueles pertencentes aos ofícios] pertencerem às *confrarias dos ofícios*: não. São sempre designados pela profissão que os mantém, e foi esta que, em certos casos, tomou o nome do hospital”³². Ou seja, tais hospitais e albergarias teriam sido sempre geridos pelas corporações de mesteiros, ainda que algumas confrarias que lhe foram associadas pudessem ter sido criadas posteriormente. Imbuída do espírito corporativista do Estado Novo que subalternizava a importância das confrarias enquanto instituições representativas de uma assistência mútua, pelo seu carácter devocional³³, esta resposta peca por demasiado simplista e pouco aberta a matizações.

Na verdade, este posicionamento, que fez escola, não é passível de ser aceite por inteiro, uma vez que subsistem indícios, a partir da primeira metade de Trezentos e de forma mais substancial a partir da centúria seguinte, que apontam para a tutela de confrarias de ofícios sobre os respetivos hospitais. O primeiro exemplo recensado corresponde a um pleito em 1338 entre a igreja de São Julião e os confrades da albergaria de Santa Ana, esta última certamente relacionada com o hospital de Santa Ana dos Tanoeiros, identificado posteriormente nas Fangas das Farinha, nessa mesma freguesia³⁴. De igual modo, um pleito em 1431 referente à

³¹ Note-se a alteração do orago da freguesia Sta. Maria de Alcamim para S. Cristóvão, ocorrida durante esse mesmo século.

³² CAETANO, Marcello – “Prefácio”. In LANGHANS, Franz-Paul – *A antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1942. p. XXXIV.

³³ PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas...”, p. 18

³⁴ Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 1, nº 20; TT, *Leitura Nova. Livro 7º*

confraria dos polinheiros e ganhadinheiros de Lisboa pode constituir um exemplo significativo dessa realidade no período seguinte³⁵. Nesse ano, corria perante a audiência arquiépiscopal um processo em que os autores eram os confrades e a referida confraria e os réus a igreja de São Julião, através do seu vigário perpétuo e dos seus raçoeiros e de Afonso Domingues, polinheiro, morador em Lisboa. O que estava em causa era a propriedade de uma casa, situada na rua “onde esfolam os carneiros”, a qual costumava ser hospital e albergaria e que, à data, se encontrava na posse do referido Afonso Domingues. A confraria pretendia que este último lhe libertasse a referida posse, para que a confraria tivesse aí o seu hospital e albergaria, os quais mantinha sob o nome de hospital dos polinheiros. Ao invés, os membros da igreja de S. Julião pugnavam a posse da referida casa, que lhes havia sido doada por um Domingos Vasques, magarefe. As partes chegaram a acordo, ficando doravante a confraria responsável por manter essas casas sempre em albergaria e hospital, contra o encargo anual de mandar celebrar duas missas, oficiadas pelos beneficiados de S. Julião (uma por dia de Santa Maria de Agosto [dia 15] e outra por dia de Santa Maria de Março [dia 25]), pelas almas dos respetivos confrades e daqueles que edificaram a confraria na referida igreja. Por fim, cabia a esta última, no dia de Ramos, a palma “da palmeira” que se encontrava na albergaria³⁶.

Refira-se que subsistem outros casos em que não é possível aferir se a confraria “profissional” possui o respetivo hospital. Os testamentos da mulher de um tabelião de Lisboa e de um porteiro do rei referem respetivamente a existência de uma confraria dos tabeliões da cidade (1396), obrigada a fazerem-lhe “onrra com as candeas” e a dizer pela benfeitora “hũa missa oficiada com seu responço”³⁷, assim como a confraria dos escrivães e oficiais da Corte (1398), à qual o referido porteiro havia subtraído dinheiro³⁸. Tais instituições, desconhecidas até agora, provam a existência de tais solidariedades no grupo dos profissionais da escrita e dos oficiais ligados ao rei, precursoras muito provavelmente de outras irmandades ligadas ao oficialato régio, como a famosa confraria da Corte, identificada a partir da primeira metade do século XVI³⁹.

da Estremadura, fl. 96v-97v; *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 213v-214v (em traslado de 1498.5.5); *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 196-197v (em traslado de 1499.4.11).

³⁵ Os polinheiros eram os homens que trabalhavam com um aparelho (polim) para transportar objetos pesados no embarque e desembarque dos navios, ao passo que “ganhadinheiro” era o termo dado aos mesteiros que serviram como mão-de-obra indiferenciada.

³⁶ Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 7, nº 167.

³⁷ TT, *Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos. Convento da Trindade de Lisboa*, m. 1, nº 8.

³⁸ TT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 7, nº 339.

³⁹ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 153.

Mau grado a ideia de Marcelo Caetano, quase tornado axioma, é certo que a partir de meados do século XV houve o incremento dessa relação “confraria de mester-hospital de mester”, como ilustram os casos devidamente abonados do ponto de vista documental da confraria dos ourives (1457), da confraria dos carpinteiros do mar/da Ribeira e da confraria dos hortelãos (1499)⁴⁰. Deve-se ter em atenção que, já na altura, era possível a criação de confrarias para gerir os hospitais de ofícios já existentes e que não haviam sido ainda objeto de uma tutela confraternal. De facto, não será demasiado temerário pensar que essa tenha sido justamente umas das justificações subjacentes ao pedido, feito ao rei D. Afonso V em 1465, para que os corretores da cidade vissem confirmada a irmandade que haviam entretanto planeado e a arca comum que tinham estabelecido para repartir os seus ganhos e assim prover às necessidades do grupo⁴¹.

O século XVI perpetuou a relação entre a confraria profissional e a posse do respetivo hospital, como se atesta pelo caso do hospital dos carpinteiros e pedreiros edificado junto à Caldeiraria na freguesia de S. Cristóvão (1498) ou de S. Nicolau (a partir de 1501)⁴². Integrado no hospital de Todos-os-Santos, nada consta sobre uma qualquer associação em confraria no regimento do seu ofício elaborado em 1501. Segundo a tradição, esta fora criada trinta anos mais tarde, embora a prova documental da sua existência date somente de 1551⁴³.

Perante todos estes exemplos, desconhecemos se foi esse o caminho seguido por outros hospitais de ofícios da cidade: o de Santa Maria dos sapateiros de correia e odreiros, edificado abaixo das Pedras Negras (1493?) – possivelmente na origem da confraria quinhentista dos Santos Crispim e Crispiano –, o de Santa Maria dos Peleteiros ou mesmo o algo enigmático hospital de S. Vicente que acolhia os profissionais do calçado e curtumes (borzegueiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros, curtidores), como consta do respetivo compromisso redigido em 1489, sobre o qual mais nada foi possível apurar⁴⁴.

⁴⁰ TT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 91-93v (em traslado de 1502.1.22) e fl. 199-201v (em traslado de 1503.1.20) e 234v-237 (em traslado de 1503.5.5); BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV*, ed. anotada por Torquato de Sousa SOARES. Vol. X. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954. p. 382; LEME, Margarida – “O património dos hospitais...”, pp. 398, 406.

⁴¹ TT, *Leitura Nova. Livro 5º da Estremadura*, fl. 121v.

⁴² TT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 162v-164v (em traslado de 1500.2.15); *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 83-84.

⁴³ Regimento dos Carpinteiros e Pedreiros (1501-08.24 – 1710-01-13). Edição de Sara Loureiro. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 136/2014. 2ª Série, 1 (janeiro-junho 2014), p. 289, 295.

⁴⁴ TT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 128-129v (em traslado de 1498.7.20), fl. 148-149v (em traslado de 1498.3.2), fl. 210v-212 (em traslado de 1498.5.28) e fl. 264v-266 (em traslado de 1500.2.3); *Leitura Nova. Livro 6º da Estremadura*, fl. 127v-129 (em traslado de 1496.6.13); *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 233-234v (em traslado de 1499.6.12); *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 148v-150v (em traslado de 1503.1.10) e fl. 177v-180v (em traslado de 1503.1.13); *Livro das Posturas Antigas*, ed. de Maria Teresa Campos RODRIGUES. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 324 ss.

Certo é que o modelo de confraria como entidade tutelar de instituições de assistência extravasou o grupo dos mesterais. Em 1432, já a confraria dos judeus geria ela própria o seu próprio hospital, bastante mais tarde que o exemplo conhecido dos mercadores da confraria do Espírito Santo da Pedreira, os quais mantinham um hospital com o mesmo orago desde, pelo menos, o início de Quatrocentos⁴⁵.

Há ainda a assinalar que a abertura da cidade aos estrangeiros, amplificada à medida que o reino se embrenhava nas *Descobertas* ao longo do século XV, resultou na criação de novas confrarias, várias das quais em torno das igrejas da sua “nação”. Deteta-se esse esforço enquadrador nos exemplos mais conhecidos dos borgonheses e alemães, com a agregação dos primeiros, desde 1414, em torno da confraria da capela de Vera Cruz/Santa Cruz e de Santo André e dos segundos na capela da Cruz, ambas no mosteiro dominicano na cidade⁴⁶. Outros grupos de estrangeiros foram igualmente beneficiados, à medida que se consolidava a sua permanência na cidade. Dispomos de um bom exemplo com a confraria de São Luís, fundada pelos caldeireiros franceses e bretões. Estabelecida segundo se diz no tempo de D. Duarte, coube ao seu filho D. Afonso V a concessão dos seus primeiros privilégios, em 1458⁴⁷. Convém salientar que a “integração” das comunidades estrangeiras na cidade não se limitou ao grupo mercantil e mesteiral. Com efeito, a confraria tornou-se uma das vias da promoção da convivência das novas comunidades implantadas na cidade e oriundas do espaço ultramarino, como no caso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa⁴⁸.

As confrarias-corporações que temos vindo a seguir na sua evolução constituem somente uma das tipologias da rede confraternal estabelecida em Lisboa. De facto, os institutos eclesiásticos da cidade – com especial relevo para as igrejas paroquiais disseminadas pela urbe – constituíam-se desde há muito como polos ordenadores do movimento confraternal. É certo que estas continuariam a subsistir, atendendo ao caso da confraria de Santa Cruz na igreja de S. Mamede,

⁴⁵ Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 5, nº 121; TT, *Leitura Nova. Livro 11º da Estremadura*, fl. 31-31v.

⁴⁶ Este conjunto de detalhes sobre a fundação de tais confrarias, mais do que um mero fruto do tempo ou da mobilização de documentação anteriormente inexistente, resulta do labor dos cronistas da Ordem que se preocuparam com o historiar das confrarias aí criadas. TT, *Ordem dos Pregadores. Convento de São Domingos de Lisboa*, liv. 37, fl. 113-114 em MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga...”, pp. 61 e 69.

⁴⁷ D’ALCOCHETE, Nuno Daupias – “O compromisso da Confraria do Bem aventurado São Luís Rei de França”. *Boletim internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa. Vol. 3, (1962), pp. 327-348.

⁴⁸ PEREIRA, Isaías da Rosa – “Dois compromissos de irmandades de Homens Pretos”. *Arqueologia e História*. Lisboa. 9ª Série. Nº 4 (1972), pp. 9-47.

identificada no testamento do oficial régio Pedro Lobato em 1438, referência tanto mais importante quando era da própria confraria que deveria emanar o administrador da capela que este aí fundara⁴⁹.

Contudo, perante a falta de informes, é permitido duvidar que tais institutos tenham conseguido chamar a si um número importante de fundações ao longo da segunda metade de Quatrocentos. Com efeito, a nova confraternidade surgida nessa época, alicerçada no incremento das obras de misericórdia, parece ter privilegiado sobretudo espaços de inserção fora das igrejas paroquiais, ainda que ligados à rede confraternal. Nessa situação encontrava-se a confraria da redenção dos Cativos, autorizada pelo papa em 1463, mas efetivada pela Coroa somente 16 anos mais tarde, instalada na ermida de Santa Maria da Oliveira⁵⁰. Sinal dessa nova realidade foi também o facto da cidade se abrir precocemente, no decurso desse século, a novos ciclos devocionais vindos do exterior, que se plasmaram em novas instituições confraternais. Por exemplo, partir de 1432, a confraria do Nome de Jesus, sedeada no convento dominicano da cidade, tornou-se o centro de expansão desta devoção, trazida da península itálica por um importante clérigo português bom conhecedor dos meandros curiais⁵¹. Essa tendência tornou-se particularmente bem visível a partir de finais da centúria, no momento em que são fundadas confrarias ligadas a ciclos marianos ou cristológicos em instituições regulares (confraria de Nossa Senhora do Rosário no convento de S. Domingos em 1484 e a Confraria das Chagas de Cristo pelos navegantes e mercadores vindos da Índia no convento da Trindade em 1493?)⁵². Tais oragos tornaram-se igualmente patentes nas confrarias das Ordens Terceiras que viram reforçado o seu papel confraternal. Por exemplo, a confraria de Cristo foi encarregue, em 1511, da construção de uma casa de oratório, com a invocação de Nossa Senhora da Anunciação, uma vez que a mesma se encontrava desprovida de um tal equipamento⁵³.

Este contexto de crescente procura da ação misericordiosa junto do *outro* alcançou o seu ponto mais alto com a confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, fundada numa das capelas claustrais da Sé de Lisboa em Agosto de 1498. Chamada, não sem razão, de “confraria das confrarias”, com ela se iniciou um novo período da história do movimento confraternal do reino. De inspiração italiana, estas

⁴⁹ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 313.

⁵⁰ TT, *Leitura Nova. Livro 7º da Estremadura*, fl. 96v-97v; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, p. 141.

⁵¹ GOMES, Saul António – “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: o protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo 7, (1995), pp. 93-94; DÍAZ TENA, María Eugenia – “Milagros do Bom Jesus” de las *Laudes e Cantigas de André Dias*. *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Porto. Vol. 22, (2015), pp. 71-95

⁵² GOMES, Saul António – “Notas e documentos...” pp. 94, 100.

⁵³ TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 84-84v.

novas confrarias distinguiam-se pela sua abertura ao exterior e o interesse pela realização do conjunto das 14 obras de misericórdia, não somente as sete relativas ao corpo (alimentar os famintos; dar de beber a quem tiver sede; hospedar os viajantes; vestir os nus, visitar os doentes e os presos e enterrar os mortos), mas também as sete obras espirituais, enunciadas por São Tomás de Aquino na sua *Suma Teológica* (ensinar os ignorantes, aconselhar os que duvidam, consolar os aflitos, corrigir os pecadores, perdoar os ofensores, suportar o que incomodam, orar por todos)⁵⁴. Com uma assumida e vincada proteção régia, as confrarias da Misericórdias tornaram-se as confrarias por excelência da atividade assistencial, assumindo em pleno a respetiva vocação caritativa, agora voltadas para fora, para o mundo, e não tanto para a proteção quase exclusiva dos respetivos confrades, como as confrarias medievas haviam preconizado até então. Estas, umas vezes combatidas, outras vezes assimiladas, acabaram por desistir da sua vocação caritativa, privilegiando doravante o seu papel devocional junto das instituições paroquiais e respetivos espaços sufragâneos. Como seria de esperar, este facto trouxe importantes alterações no figurino da rede confraternal da cidade.

Como em outros espaços do reino, as tradicionais irmandades do Espírito Santo desapareceram ou foram objeto de reorientação, como sublinhou Pedro Penteadado⁵⁵. À medida que se avançou na centúria de Quinhentos, mais se fez sentir a influência tridentina sobre a denominação das confrarias sedeadas ou associadas às igrejas da cidade (**Tab. 4**). Doravante tornou-se praticamente regra a criação em espaço paroquial de irmandades dedicada à Nossa Senhora do Rosário, às Almas do Purgatório (sublinhando o renovado papel religioso-espiritual destas “novas” confrarias) e ao Santíssimo Sacramento, sendo este último, na opinião de João Francisco Marques, uma tentativa de resposta à negação protestante da presença de Cristo na Eucaristia⁵⁶.

Juntamente com as novas designações de base mariana ou cristológica, tais confrarias deram o mote para a rede confraternal lisiponense que Cristóvão Rodrigues de Oliveira elencou em meados do século XVI. Fazendo o inventário

⁵⁴ Os estudos sobre as Misericórdias enumeram quase sempre estas obras. Veja-se, por exemplo, SÁ, Isabel dos Guimarães – “Momentos de viragem: a fundação da Misericórdia de Lisboa e o seu primeiro *Compromisso* impresso de 1516”. In LEITÃO, Henrique – *Um Compromisso para o futuro: 500 anos da 1ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2017, p. 137.

⁵⁵ PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas...”, p. 37.

⁵⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – “Confrarias e misericórdias”. In OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 55; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. Vol. 20 (2014), p. 5.

dos oragos mencionados pelo autor, é possível ver que a rede confraternal sedeadada nas 25 igrejas paroquiais da cidade era bastante tipificada⁵⁷.

Verifica-se a existência, em praticamente todas as freguesias, de uma confraria dedicada ao Santíssimo Sacramento (23) e de uma outra com o orago da igreja onde estava sedeadada (18), certamente das mais antigas de cada instituto. Igualmente frequentes eram, bem entendido, as confrarias em honra de Santa Maria (14) e de São Sebastião (14), ligando-se a popularidade deste último aos recorrentes surtos pestíferos que afetaram a cidade ao longo da primeira década do século XVI, e que havia justificado, em inícios da centúria, a criação da Irmandade de São Roque, designação também ela relativamente frequente para as confrarias de Lisboa na altura⁵⁸. A comparação grosseira com as igrejas não-paroquiais e ermidas, assim como com os mosteiros e conventos da cidade, permite evidenciar algumas diferenças, sendo as mais evidentes a diminuição, nestes últimos, das confrarias do Santíssimo Sacramento e a profusão das irmandades dedicadas a Nossa Senhora.

Em conclusão, importa sublinhar que a constituição e o devir histórico da rede confraternal da cidade seguiu *grosso modo* a evolução observada para outros núcleos urbanos do Portugal medievo. A diferença mais substancial situava-se porventura numa maior variedade e num maior número: existiam em Lisboa mais confrarias de mesteres, mais confrarias eclesiásticas, mais confrarias devocionais e mais confrarias de comunidades estrangeiras. Esta matriz “medieval” foi profundamente alterada no início do século XVI com a criação da Misericórdia e, certamente, com o papel que passou a desempenhar nesta questão o Hospital de Todos-os-Santos. Não será demasiado temeroso perspetivar que a rede confraternal da cidade contribuiu para a “institucionalização de uma nova laicidade religiosa no Portugal Católico”, como sintetizou Saul Gomes⁵⁹. Aferir as formas, os processos e as cronologias dessa contribuição permanecem vias de investigação ainda por desenvolver.

⁵⁷ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551*. Perante estes dados, urge estudar a cronologia de criação destas confrarias, desde os inícios do século XVI até 1551, podendo ser este último um ponto de chegada em virtude a visão geral permitida pelos dados carreados por Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

⁵⁸ Ver o Anexo ao presente texto.

⁵⁹ GOMES, Saul António – *Notas e documentos...*, p. 91.

Tabela 1 – Referências a confrarias de Lisboa no século XIII.⁶⁰

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. dos clérigos/C. maior dos clérigos/C. dos clérigos ricos	[ant. 1211] 1280	Testamento Doação		Capela do Salvador na Sé (meados séc. XV)
C. de Sta. Maria Madalena	[1269-1280]	Testamento		Igr. de Sta. Maria Madalena?
C. de S. Francisco	[1269-1280]	Testamento		Conv. S. Francisco?
C. de S. Vicente	[1269-1280]	Testamento	Tutela o H. de S. Vicente dos Romeiros?	
C. do Espírito Santo	[1269-1280] 1279	Testamento Tradição	Tutela o H. do Espírito Santo da Pedreira	Ermida do Espírito Santo da Pedreira
C. de S. Gens	1271 1314	Cronística eclesiástica Testamento		Ermida de Nossa Senhora do Monte
C. do hospital dos Palmeiros	1292	Epigrafia	Ermida de Nossa Senhora de Belém (post.?)	H. dos Palmeiros (Sta. Maria de Belém)
C. de S. Domingos	1293	Testamento		Conv. S. Domingos?

Tabela 2 – Referências a confrarias de Lisboa no século XIV.⁶¹

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. do hospital de S. Vicente dos Romeus	1316	Testamento	Tutela o H. de S. Vicente (1451)	H. de S. Vicente acerca da Sé
C. de Sta. Catarina	1314	Testamento		Conv. da Trindade?
C. de Sto. António	1316	Testamento		Conv. de S. Francisco
C. da Ordem da Santíssima Trindade e do hospital de Lisboa da dita Ordem	c. 1317 1318	Compromisso Testamento	Tutela o H. da Ordem em Lisboa	Conv. da Trindade
C. de S. Vicente dos Pobres	1318	Testamento		
C. dos Inocentes	1318	Testamento		
C. de Sta. Maria de Rocamadour	1325	Testamento	Alb. de Sta. Maria de Rocamadour	Igr. de S. Julião

[continua na página seguinte]

⁶⁰ Abreviaturas: Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima [AASS]; Torre do Tombo [TT]. **Fontes:** TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 4, nº 43 e 45; *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, nº 189; Joaquim José Leal et. al., *Descrição histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gens*. Lisboa: Imprensa Commercial, 1806, p. 8; TT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 10, fl. 322.

⁶¹ **Fontes:** TT, *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 10, nº 188; *Arquivos Particulares. Família Vasconcelos e Sousa*, cx. 1, nº 30 (em traslado de 1333.6.30); SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica...*, vol. 1, p. 177; TT, *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 2, nº 53; *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 1188, fl. 20-24 (em traslado de 1363.8.31 de um outro de 1752.8.28); AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 1, nº 9; TT, *Colegiada Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 2, nº 62 (em traslado de 1370.7.26); AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 1, nº 20; TT, *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, m. 10, nº 7; *Colegiada de S. Lourenço de Lisboa*, m. 3, nº 53; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 2, nº 46; TT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 14, fl. 238, liv. 51, fl. 135-136v, 136v-138; CUNHA, Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, fl. 260; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 4, nº 93; TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 116, fl. 11v-14v; *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 1, nº 1; *Convento da Trindade de Lisboa*, m. 1, nº 8; *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 7, nº 339.

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. do hospital do Corpo de Deus	[1325]	Referência posterior	Tutela o H. do Corpo de Deus	H. do Corpo de Deus
C. dos madeireiros	1327	Testamento		
C. de Sto. André	1332	Testamento		Igr. de Sto André?
C. da albergaria de Sta. Ana	1335	Sentença	Alb. de Sta. Ana	Freg. de S. Julião
C. da albergaria de Sta. Justa	1351	Testamento	Alb. de Sta. Justa	
C. de Sto. Agostinho	1362	Testamento		
C. do Corpo Santo de Fr. Pedro Gonçalves	1362	Testamento	Tutela o H. de Fr. Pedro Gonçalves	H. de Fr. Pedro Gonçalves
C. de S. Pedro Mártir	1362	Testamento		
C. de Sta. Maria da Consolação	1362	Testamento		
C. dos Clérigos pobres	1362	Testamento		
C. de Sta. Cruz	1362	Testamento		Igr. de Sta. Cruz do Castelo?
C. de Sta. Maria da Escada	1364	Doação		Ermida de Sta. Maria de Escada
C. de Sta. Maria do Paraíso	1366	Instituição		Most. de Santos-o-Novo
C. de Sta. Maria da Oliveira	1390	Testamento		Ermida de Sta. Maria de Oliveira
C. de Sta. Maria de Alcamim	1392?	Testamento		Igr. Sta. Marinha de Alcamim
C. da albergaria do Vesugo	1394	Arrendamento	Alb. do Vesugo	Freg. S. Vicente de Fora
C. dos tabeliães	1396	Testamento		
C. dos escrivães e oficiais da Corte	1398	Testamento		

Tabela 3 – Referências a confrarias de Lisboa no século XV⁶²

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. da capela de Nossa Senhora da Graça	1401	Bula		Conv. da Graça
C. do Salvador de S. Francisco	1409	Testamento		Conv. de S. Francisco?
C. de Sta. Maria dos Anjos	1409	Testamento		Conv. de S. Francisco?
C. de Sta. Maria da Graça	1412	Testamento	Tutela do H. de Jerusalém em 1501	H. de Jerusalém em 1501, freg. Sta. Maria Madalena
C. da capela de Sta. Cruz e St. André dos Flamengos	1414	Referência posterior		Conv. S. Domingos

[continua na página seguinte]

⁶² Fontes: TT, *Coleção Especial*, cx. 6, n.º 16; *Arquivo do Hospital S. José*, liv. 1188, fl. 4v-5 (em traslado de 1752.8.28); *Ordem dos Cônegos Regulares de Sto. Agostinho. Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1.ª inc., m. 24, n.º 11 (em traslado de 1413.5.5); *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 1188, fl. 174v-177v; *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 72v; *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, m. 1, n.º 7; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 7, n.º 167; BNP, *Códices Iluminados*, n.º 61; TT, *Arquivo da Casa dos Condes de Povoliê*, pacote 6, m. 25, n.º 6bis; *Registo do Arquivo*, liv. 14, fl. 117v-122v; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 14, n.º 287; TT, *Leitura Nova. Livro 5.º da Estremadura*, fl. 262v; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 119v-120v, liv. 31, fl. 48; *Leitura Nova. Livro 7.º da Estremadura*, fl. 96v-97v; BNP, *Códices Iluminados*, n.º 151, fl. 2v; TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 58v; SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica...*, vol. 1, p. 178, 341-342; TT, *Leitura Nova. Livro 1.º da Estremadura*, fl. 62v-63; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3: *A fundação das misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, Dir. de José Pedro PAIVA. Lisboa: CEHR-UMP, 2004, doc. 45. p. 220; TT, *Leitura Nova. Livro 9.º da Estremadura*, fl. 91-93v, 52v-54v; *Leitura Nova. Livro 1.º da Estremadura*, fl. 289v-291; TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 95, fl. 258-259.

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. dos Polinheiros e ganhadinheiros	1431	Sentença	Tutela o H. e alb. dos Polinheiros	Igr. de S. Julião
C. do Bom Jesus	1432	Instituição		Conv. de S. Domingos
C.-mor do Hospital dos Judeus	1432	Aforamento	Tutela o H. dos Judeus	
C. de Sta. Maria	1438	Testamento		Igr. de S. Mamede
C. de Sto. Elói	1457	Carta régia	Tutela o H. dos ourives	Capela de Sto. Elói na Igr. de S. Julião (1564)
C. de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa	1460	Compromisso (1565)		Conv. S. Domingos
C. de Sto. António	1469	Carta régia		Igr. de Sto. António
C. dos Pobres	1472	Carta régia		
C. da Redenção dos Cativos	1479	Carta régia		Igr. de Sta. Maria da Oliveira
C. das Chagas de Cristo	1493			Conv. da Trindade
C. do hospital de S. Bartolomeu [dos Alemães]	1498	Crónica	H. de S. Bartolomeu	Igr. de S. Julião
C. de Sta. Maria da Misericórdia	1498	Carta régia		Sé de Lisboa; igr. própria
C. do hospital de S. Vicente dos Corvos	1499	Arrematação	H. de S. Vicente dos corvos	Bairro dos escolares, freg do Salvador
C. do hospital de Sta. Maria dos hortelãos	1499	Aforamento	H. dos hortelãos	Porta de S. Vicente, à fonte de Alfama, freg. de S. Pedro (1496)
C. de Nossa Senhora das Candeias	s.d.	Testamento	<i>H. dos alfaiates</i>	Igr. de Sta. Maria Madalena (séc. XV)

Tabela 4 – Referências a confrarias de Lisboa no século XVI.⁶³

Designação	Referência mais antiga	Tipo de referência	Ligação a outras instituições	Localização
C. de Vera Cruz	1510	Instituição		Ig. de Sta. Cruz
C. Cristo	1511	Doação	Ord. Terceira de S. Francisco	Antiga mesquita
C dos S. Simão e S. Judas	1513	Testamento		Igr. de Sta. Justa
C. de Nossa Senhora da Conceição	1514	Testamento		Conv. de S. Francisco
I. de Nossa Senhora da Vitória dos Caldeiros	1530	Compromisso (ref. em)	Tutela o H. de Nossa Senhora das Virtudes ou da Vitória	
C. do Espírito Santo da Alcáçova	1532	Recibo		
C. de S. José	1532	Carta régia	Carpinteiros e pedreiros	Igr. de Sta. Justa
C. da Corte	1533	Bula		
C. do Santíssimo Sacramento	1547	Testamento		Igr. de S. Julião

⁶³ **Fontes:** MARTINS, Fernando – *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada, p. 336; TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 84-84v; *Ordem dos Frades Menores. Convento de S. Francisco de Lisboa*, liv. 1, fl. 349; *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 3, fl. 16v, liv. 41, fl. 33-50v; *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa*, Lisboa, CML, 1954, p. 41; RODRIGUES, Arminda Mendes – *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Irmandade e Hospício (1530-1862)*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, policopiada, vol. 2, p. 259; OLIVEIRA, Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Vol. 5. Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 576; TT, *Corpo Cronológico*, Parte II, m. 175, nº 24; *Gavetas da Torre do Tombo*, gav. 2, m. 11, nº 15; AASS, *Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 13, nº 277. Por falta de espaço, não foram aqui coligidas as confrarias referidas por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, para cuja obra se remete o leitor: OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551*.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo da Arquiconfraria do Sant. Sacramento das Freg. de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima

Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa, cx. 1, nº 9, 20; cx. 2, nº 46; cx. 4, nº 93; cx. 5, nº 121; cx. 7, nº 167; cx. 13, nº 277; cx. 14, nº 287.

Biblioteca Nacional de Portugal

Códices Iluminados, nº 61; 151, fl. 2v.

Fundo Geral, COD. 9463, fl. 7v-8; 61v-67.

Torre do Tombo

Arquivo do Hospital de S. José: Liv. 3, fl. 16v; liv. 41, fl. 33-50v; liv. 95, fl. 258-259; liv. 116, fl. 11v-14v; liv. 1188, fl. 4v-5; 20-24, 174v-177v.

Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, pacote 6, m. 25, nº 6bis.

Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 1, nº 30.

Corpo Cronológico: Parte II, m. 175, nº 24.

Chancelaria régias:

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 29, fl. 119v-120v, liv. 31, fl. 48.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, f. 89v; liv. 8, fl. 84-84v; liv. 22, fl. 83-84; liv. 28, fl. 58; liv. 46, fl. 72v.

Coleção Especial: Cx. 6, nº 16.

Gavetas da Torre do Tombo: Gav. 2, m. 11, nº 15.

Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa, m. 2, nº 62; m. 7, nº 339.

Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa, m. 7, nº 137; m. 10, nº 187.

Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa, m. 1, nº 1; m. 2, nº 53, m. 3, nº 105; m. 6, nº 225.

Colegiada de S. Lourenço de Lisboa, m. 3, nº 53.

Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho: Mosteiro de Chelas, m. 10, nº 189; *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 4, nº 43 e 45; m. 24, nº 11.

Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho: Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, m. 10, nº 7.

Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos. Convento da Trindade de Lisboa, m. 1, nº 8.

Ordem dos Eremitas de São Paulo: Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa, m. 4, nº 18.

Ordem dos Frades Menores; Convento de S. Francisco de Lisboa, liv. 1, fl. 349.

Ordem dos Pregadores; Convento de São Domingos de Lisboa, liv. 10, fl. 322; liv. 14, fl. 238; liv. 37, fl. 113-114; liv. 51, 135-136v, 136v-138; m. 1, nº 7.

Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos; Convento da Trindade de Lisboa, m. 1, nº 8.

Leitura Nova:

Livro 1º da Estremadura, fl. 62v-63, 128-129v, 148-149v, 162v-164v, 210v-212, 213v-214v, 264v-266; 289v-291.

Livro 2º da Estremadura, fl. 196-197v, 233-234v.

Livro 4º da Estremadura, fl. 250-250v.

Livro 5º da Estremadura, fl. 121v, 262v.

Livro 6º da Estremadura, fl. 124v-126, 127v-129.

Livro 7º da Estremadura, fl. 96v-97v.

Livro 9º da Estremadura, fl. 52v-54v, 91-93v, 119-119v, 148v-150v, 177v-180v, 199-201v, 234v-237.

Livro 11º da Estremadura, fl. 31-31v.

Registo do Arquivo: Liv. 14, fl. 117v-122v.

Fontes publicadas

BRANDÃO (DE BUARCOS), João – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa, Lisboa: CML, 1954.

CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. 2ª edição. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. 3 vols.

COSTA, António Carvalho de – *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica...*, tomo III. Lisboa: Na Officina Real Deslandresiana, 1712.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890.

Livro das Posturas Antigas, ed. de Maria Teresa Campos RODRIGUES. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Edição de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1891. Vol. 5.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Dir. de José Pedro Paiva. Lisboa: CEHR-UMP, 2003-2004. Vols. 2 e 3.

“Regimento dos Carpinteiros e Pedreiros (1501-08.24 – 1710-01-13)”. Edição de Sara LOUREIRO. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série, nº 1 (janeiro-junho 2014), pp. 277-301.

SÃO JOSÉ, Jerónimo – *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade, redempção de cativos, da provincia de Portugal*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794. 2 vols.

Estudos

ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário – “Lisboa medieval: um tema de investigação no Instituto de Estudos Medievais”. *Cadernos do Arquivo*. Lisboa. 2ª Série, Nº 8 (2017), pp. 205-235.

AZEVEDO, Rui Pinto de – “O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 1 Série, Tomo 6, (1962-1963), pp. 7-23.

BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II/1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV*, ed. anotada por Torquato de Sousa SOARES. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1954. Vol. X.

BENÍTEZ BOLORINOS, Manuel – *Las cofradías medievales en el Reino de Valencia (1329-1458)*. Alicante: Universidad de Alicante, 1998.

BEIRANTE, Ângela – *Confrarias medievais portuguesas*. Lisboa: Ed. da Autora, 1990.

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820). *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. 20 (2014), pp. 1-19.
- CAETANO, Marcello – “Prefácio”. In LANGHANS, Franz-Paul – *A antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1942, pp. XI-LXXXV.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – *Breve história da olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- CLÁUDIO, Ana Sofia – *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média*. Évora: [s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”. In *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval. XIX Semana de Estudios Medievales, Estella (Navarra) 1992*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1993, pp. 149-183.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Os velhos hospitais de Lisboa Antiga”. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano 2. Nº 10 (1941), pp. 3-13.
- D’ALCOCHETE, Nuno Daupias – “O compromisso da Confraria do Bem aventurado São Luís Rei de França”. *Boletim internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa. 3 (1962), pp. 327-348.
- DÍAZ TENA, María Eugenia – “Milagros do Bom Jesus” de las *Laudes e Cantigas* de André Dias. *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Porto. Vol. 22 (2015), pp. 71-95.
- FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada.
- FERRO, Maria José Pimenta – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres”. In *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a*

Idade Média: Actas. 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Tomo 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 371-400.

FERRO, Maria José Pimenta – “Assistência social caritativa: I: assistência na Idade Média”. In ANDRADE, António Banha de – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Resistência, 1980, pp. 635-676.

FERRO, Maria José Pimenta – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FIALHO, Manuel – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada.

FONTES, João Luís Inglês – *Da «Pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento em História – Especialização em História Medieval, policopiada.

GOMES, Saul António – “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: o protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2^a série. Tomo 7 (1995), pp. 89-150.

LEAL, Joaquim José *et al.* – *Descrição histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gen.* Lisboa: Imprensa Commercial, 1806.

LEME, Margarida – “O património dos hospitais medievais na Lisboa Manuelina”. In FONTES, João Luís Inglês *et al.* (Coord.) – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 393-437.

MARTINS, Fernando – *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Dissertação de Mestrado em História Medieval, policopiada.

MEERSSEMAN, Gilles-Gérard – *Confraternite e pietà dei laici nem Medioevo*. Rome: Herder, 1977.

- MENDES, Rui Mendes Mesquita – “Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais”. *Ammantu. Bollettion Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*. Cagliari. Nº 7 (luglio-dicembre 2015), pp. 57-90.
- NOGUEIRA, José Maria António – “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492”. In NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: Arqueologia, etnografia, bibliografia e história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, pp. 75-125.
- NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV e XV)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em História – Especialização em História Medieval, policopiada.
- PARAVICINI BAGLIANI, Agostino e VAUCHEZ, André (éds.) – *Le mouvement confraternel au Moyen Âge. France, Italie, Suisse. Actes de la table ronde de Lausanne (9-11 mai 1985)*. Rome: École Française de Rome, 1987.
- PENTEADO, Pedro – “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª serie, tomo 7 (1995), pp. 15-52.
- PENTEADO, Pedro – “Confrarias”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa – “As obras de misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves”. In *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas. 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Tomo II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 719-759.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa – “Dois compromissos de irmandades de Homens Pretos”. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 9ª Série. 4 (1972), pp. 9-47.
- PINTO, Carla Alferes – “S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim”. In SIMÕES, Madalena; CURVELO,

Alexandra – *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahr-hundert). Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*. Münster: Aschendorff, 2011, pp. 263-280.

PRADALIÉ, Gerard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975.

RODRIGUES, Arminda Mendes – *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Irmandade e Hospício (1530-1862)*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, policopiada, 2 vols.

ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) – *História da Igreja de Portugal*, vol. I: *Formação e limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores, 2000, pp. 423-508.

ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”. *Lusitania sacra*. Lisboa. 2ª serie, Nº 21, (2009), pp. 75-124.

ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Tese de Doutoramento em História Medieval, policopiada [publicação: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012].

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Confrarias e misericórdias”. In OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-60.

SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Momentos de viragem: a fundação da Misericórdia de Lisboa e o seu primeiro *Compromisso* impresso de 1516”. In LEITÃO, Henrique – *Um Compromisso para o futuro: 500 anos da 1ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2017, pp. 121-158.

SALGADO, Anastácia Mestrinho e SALGADO, Abílio José – “Hospitais de Lisboa até ao séc. XV”. *Oceanos*. Lisboa. 4 (Julho 1990), pp. 103-109.

SALGADO, Anastácia Mestrinho; SALGADO, Abílio José – Hospitais Medievais. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Advogados, 1994, pp. 442-446.

TAVARES, Maria José Ferro – “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos”. *Estudos Medievais*. Nº 8 (1987), pp. 55-72.

TELLO HERNÁNDEZ, Esther – *Aportación al estudio de las cofradías medievales y sus devociones en el reino de Aragón*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico” (C.S.I.C.), 2013.

VINCENT, Catherine – *Les confréries médiévales dans le royaume de France*. Paris: Albin Michel, 1994.

PARTE IV
*Perspectivas desde
a Arqueologia*

A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: *novas leituras a partir das fontes arqueológicas*

Nuno Mota¹, Marina Carvalhinhos², Pedro Miranda³

Resumo

A comunicação pretende trazer à discussão os resultados de várias intervenções arqueológicas realizadas na última década, ao longo do troço de muralha antiga, vulgarmente conhecida como “Cerca Velha”.

As escavações e os trabalhos de arqueologia da arquitetura desenvolvidos pelos signatários nos edifícios da Rua Norberto de Araújo, 21-29, Largo do Contador-Mor, 17-22, no espaço exterior do Pátio de Dom Fradique (lanço Oriental), Largo de Santo António da Sé, 3-5 e via pública, Escadinhas de São Crispim, 26 e Rua do Milagre de Santo António (lanço Ocidental), enquadradas em operações municipais de reabilitação urbana e num projeto municipal de estudo e valorização das muralhas, permitiram descobrir uma série de novas informações sobre a evolução histórica da estrutura defensiva.

Esta obra plúrima e estruturante da cidade antiga, o perímetro muralhado da medina islâmica, encontra no lanço Oriental o seu mais extenso trajeto conservado na cidade atual. Nos seus vestígios contém evidências estratigráficas e artefactuais que nos remetem para o sistema defensivo de Época Romana

¹ Arqueólogo – Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural.

² Arqueóloga – Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural.

³ Arqueólogo – Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico-Baixa / Câmara Municipal de Lisboa / Unidade de Coordenação Territorial.

Republicana e exibe, ao longo dos seus paramentos, os episódios construtivos de Época Romana Imperial, mas sobretudo da Antiguidade Tardia, da Época Medieval Islâmica e Cristã, possibilitando uma leitura diacrónica do maior interesse científico e patrimonial.

Palavras-chave

Lisboa; arqueologia; medina; muralha; diacronia.

The “cerca velha” of Lisbon in Ancient Antiquity and Early Middle Ages: new interpretation basis on archaeological data.

Abstract

This presentation aims to share the outcome of several archaeological interventions that took place, in the last decade, along a section of the ancient wall, commonly known as “Cerca Velha”.

The archaeological digs were led by the subscribing authors and took place inside the buildings at numbers 21-29 at Rua Norberto de Araújo, numbers 17-22 at Largo do Contador-Mor, at an outdoor area at Pátio de Dom Fradique (Eastern path), at numbers 3-5 at Largo de Santo António da Sé and street, at number 26 at Escadinhas de São Crispim and Rua do Milagre de Santo António (Western path) within the framework of private and municipal urban rehabilitation projects, allowed us to discover a series of new information about the evolution of the defensive wall.

Multiple and structuring enterprise of the ancient city, the medina wall reveals at these points its longest well preserved stretch and bears within its remains stratigraphic and artifactual traces that carry us back as far as to the Republican Roman Period defensive system or even earlier. This section of the wall documents traces from Imperial Roman Period, Late Antiquity, but mainly the Islamic and Christian Medieval Period, simultaneously allowing a diachronic understanding of great patrimonial interest.

Keywords

Lisbon; archaeology; *medina*; wall; diachrony.

1. Preâmbulo.

O artigo que se apresenta pretende dar a conhecer os resultados de uma série de intervenções arqueológicas realizadas entre 2005 e 2013 em pontos distintos dos troços Oriental e Ocidental da cerca urbana medieval, a muralha antiga que definia a medina, também vulgarmente conhecida como “Cerca Velha” ou “Moura” (Fig. 1).

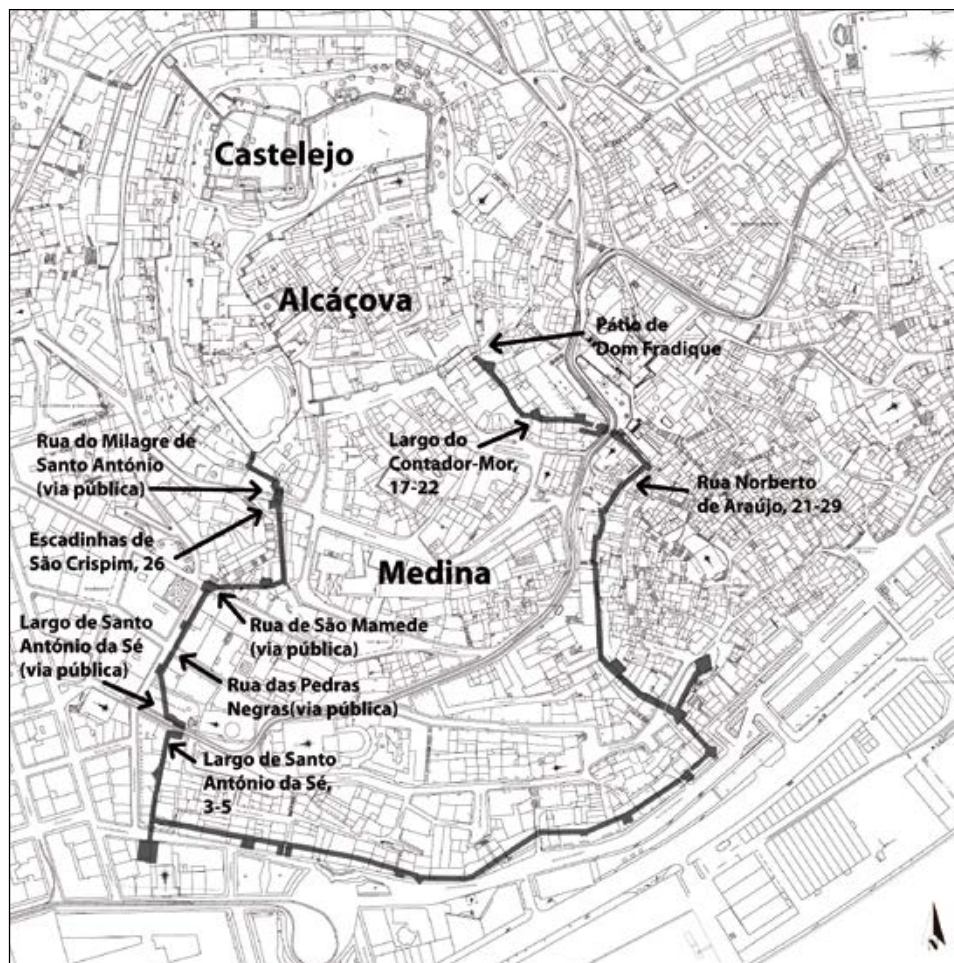


Fig. 1 – Localização das intervenções arqueológicas associadas à muralha urbana, segundo o traçado de Augusto Vieira da Silva, na planta de Lisboa.

As escavações arqueológicas dirigidas pelos signatários em diversos pontos da muralha permitiram descobrir uma série de novas evidências sobre a evolução da estrutura defensiva e articular informações contextuais dispersas que interessava

revisitar e analisar de uma forma integrada⁴. Os locais intervencionados, a que se juntam outras escavações arqueológicas realizadas na área por diversos intervenientes ao longo das últimas décadas, revelaram diferentes materialidades e contextos, por vezes escassos, mas que quando analisados no seu conjunto permitem avançar com uma proposta de leitura da evolução da estrutura defensiva, embora irremediavelmente fragmentada.

Estas diferentes intervenções enquadraram-se em projetos de reabilitação urbana particulares e municipais, neste último caso desenvolvidos pela Unidade de Projeto de Alfama (UPA), atualmente Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico (UITCH), e em alguns casos em consonância com um projeto municipal de estudo e valorização das muralhas, desenvolvido pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade e posteriormente pelo Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL).

A intervenção arqueológica com maior profundidade realizada na Rua Norberto de Araújo, nos lotes 21 a 29, o edificado parcialmente adossado ao paredão do Miradouro de Santa Luzia, na zona da sua esquina Nordeste, possibilitou a construção de um discurso interpretativo sobre as realidades arqueológicas ali encontradas e forneceu a chave para abordar e decifrar algumas das materialidades registadas nas restantes escavações realizadas no lanço Oriental que se apresentam neste texto.

2. A Cerca Velha: apontamentos históricos e toponímicos.

A Cerca Velha foi durante séculos a única estrutura defensiva da cidade, moldando e condicionando a malha urbana que chegou até aos nossos dias. O seu traçado, com cerca de 1250 metros de extensão, ao longo da encosta Sul da colina do Castelo, era irregular e em muitas zonas integrou os acidentes naturais do terreno.

Se a origem construtiva da muralha ainda levanta algumas questões, pode afirmar-se que pelo menos no lanço ribeirinho e no Oriental as intervenções arqueológicas têm detetado troços que coincidem com os alinhamentos datáveis do período romano e antiguidade tardia.

No lanço ocidental as estruturas encontradas recuam até ao momento, ao período islâmico. Será deste período a consolidação do traçado que conhecemos em grande parte. A estrutura defensiva terá sido reforçada ou mesmo reconstruída mantendo os eixos viários antigos delimitando as áreas da Alcáçova e Medina

⁴ Não foram contempladas as informações ainda inéditas relativas a diversas escavações realizadas na muralha, sobretudo no lanço ribeirinho.

com as respetivas portas, numa ligação direta aos arrabaldes onde se situavam a área produtiva, as hortas e o cemitério. Os autores árabes referem cinco ou seis portas na cidade⁵. A mais elevada do lanço ocidental era a Porta do Postigo (*Bāb al-Hawha*) identificada com a Porta de Alfafa que fazia a ligação entre a Alcáçova e os vales da baixa. A principal porta de entrada na cidade islâmica seria a Porta Grande (*al Bāb al-Kabir*), constituída por uma dupla arcaria e fixada em pedras de mármore, conhecida pelas hostes cristãs durante a conquista de Lisboa como a Porta de Ferro ou Porta Férrea. No troço ribeirinho, a Porta do Mar (*Bāb-al-Bahr*) que se deveria localizar onde hoje é o Arco de Jesus ou o Arco Escuro, apesar dos autores⁶ informarem que seria no local onde se encontra atualmente o Arco das Portas do Mar, o que seria pouco provável uma vez que esta apenas foi aberta em período medieval cristão. A outra porta identificada num texto anónimo refere-se a uma Porta do Estreito ou Furadouro⁷, atual Arco de Jesus. No lanço oriental são referidas duas portas, sendo a primeira a Porta das Termas (*Bāb al-Hamma*), que estaria perto de umas termas e que ficou conhecida após a reconquista como Porta de Alfama ou de São Pedro, fazia a ligação ao arrabalde oriental, sendo uma das saídas da cidade para norte. A outra porta, atualmente conhecida como Porta ou Portas do Sol, era designada como a Porta do Cemitério (*Bāb al-Maqbara*) e faria a ligação aos cemitérios que se localizariam na zona de São Vicente de Fora⁸ e possivelmente na área da Graça.

Os vários ataques à cidade de al’Ušbūna, perpetrados por normandos e cristãos, terão deixado marcas nas defesas da cidade, principalmente no ataque realizado por Ordoño III.⁹ A muralha terá sido restaurada em 985 por ordem de Almanzor¹⁰ e possivelmente nos anos seguintes até à conquista por D. Afonso Henriques em 1147.

Durante o cerco foram realizados vários ataques que incluíam a construção de minas, uma no lanço oriental perto da Porta do Sol e outra na zona da Porta do Ferro¹¹. De facto, o troço entre a Alcáçova e a Porta do Sol, deverá ter sido

⁵ SIDARIUS, Adel; REI, António – “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”. *Arqueologia Medieval*. 7 (2001), p. 71.

⁶ SIDARIUS, Adel; REI, António – Lisboa e o seu termo... p. 71

⁷ SIDARIUS, Adel; REI, António – “Lisboa e o seu termo... pp. 66 e 71

⁸ BATALHA, Luísa; NETO, Nuno; BRITO, Sara, CARDOSO, Guilherme – “Os silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa)”. In *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 1752

⁹ SILVA, Carlos Guardado da – “Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383”. *Revista Férula* [em linha]. N.º 3 (Março 2013). Disponível em: https://issuu.com/institutoprometheus/docs/revista_ipaehi_f_rula_n_3.

¹⁰ BARCELÓ, Carmen – “Lisboa y Almanzor”. *Conimbriga* [Em linha]. N.º 52 (2013). Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/lisboa_y_almanzor.

¹¹ OLIVEIRA, José Augusto de – *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês*. (Coleção Cidade de Lisboa 4). Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 58.

reconstruído no reinado de D. Sancho I¹², no entanto, em relação ao paramento entre a Porta do Ferro e a Torre da Escrivaninha não existem até ao momento, evidências arqueológicas seguras relacionadas com a construção/reconstrução deste troço.

Após a conquista de Lisboa em 1147, a cidade acaba por não sofrer ameaças de maior durante cerca de dois séculos, excetuando algumas ações de pilhagem realizados por piratas muçulmanos¹³, principalmente na zona da baixa que ficava extramuros e assim mais vulnerável aos ataques. Essas investidas levaram a que, em 1294, o Rei D. Dinis construísse uma muralha a oeste do perímetro cercado, desde a Torre da Escrivaninha até às casas das galés, protegendo a zona ribeirinha. Assim, a paz com Castela vai conduzir ao desleixo e degradação da estrutura defensiva, a tal ponto que em 1296 colapsa um troço da cerca velha, embora não seja especificado qual e em que extensão¹⁴. Aos danos causados por ação humana temos ainda de adicionar aqueles causados por ação natural, que por vezes conseguem ser mais devastadores, como a série de sismos que atinge a cidade de Lisboa na centúria de trezentos.

Em 1355 o concelho de Lisboa determina uma sisa destinada à reparação das muralhas da cidade, algo que se repetiu mais tarde em 1366, falando-se nesta situação não apenas de muralhas e torres mas também de barbacãs. Entre a Porta da Alfofa e a Porta do Ferro desenvolvia-se uma destas barbacãs, construída entre 1370 e 1373¹⁵, não se sabendo se estaria concluída aquando do cerco de Henrique II de Castela à cidade de Lisboa em 1373. Existem outras duas referências a barbacãs, uma de porta na porta do Mar e a outra no lanço oriental entre a Porta de Alfama e o Limoeiro.¹⁶

O cerco castelhano põe em evidência a vulnerabilidade defensiva da capital do reino, que como se referiu apresentava problemas de manutenção, sendo alguns dos paramentos, nomeadamente nos lances ocidental e ribeirinho, cobertos de habitações que facilitariam a escalada às muralhas, pelo que o D. Fernando ordenou a demolição de várias casas nessa zona, algo que ainda era referenciado em 1394.¹⁷

Com o acordo de paz obtido em 1373, D. Fernando inicia a construção de uma nova cerca que englobasse os arrabaldes. O troço ribeirinho foi o único integrado na nova estrutura defensiva, os restantes perderam a sua função militar e o seu espaço será paulatinamente conquistado pela pressão urbana.

¹² Gomes, Ana; Sequeira, Maria José – “Continuidade e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: Escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva”. *Arqueologia Medieval*. 7 (2001), p. 108.

¹³ Martins, Miguel – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 68.

¹⁴ Martins, Miguel – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*..., p. 81

¹⁵ Martins, Miguel – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*..., p. 82

¹⁶ VIEIRA DA SILVA, Augusto – *A Cerca Moura de Lisboa*. 3ª Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 192.

¹⁷ Martins, Miguel – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*..., p. 92

3. O lanço Oriental entre o Miradouro de Santa Luzia e a Alcáçova do Castelo.

O troço de muralha que integra o paredão do Miradouro de Santa Luzia patenteia no seu paramento visível silhares reaproveitados, por vezes almofadados, cujo talhe parece remontar à Época Romana. Esta situação é visível nas chamadas escadas da Rua Norberto de Araújo até ao Largo das Portas do Sol, estendendo-se ao longo de 36 metros e integrando duas torres quadrangulares nos extremos (Fig. 2). Contudo, no total do conjunto apreciado distinguem-se cinco períodos construtivos que revelam uma longa diacronia de edificação da estrutura defensiva: Época Romana Republicana, Época Romana Alto-Imperial, Antiquidade Tardia, Época Medieval Islâmica e Medieval Cristã.

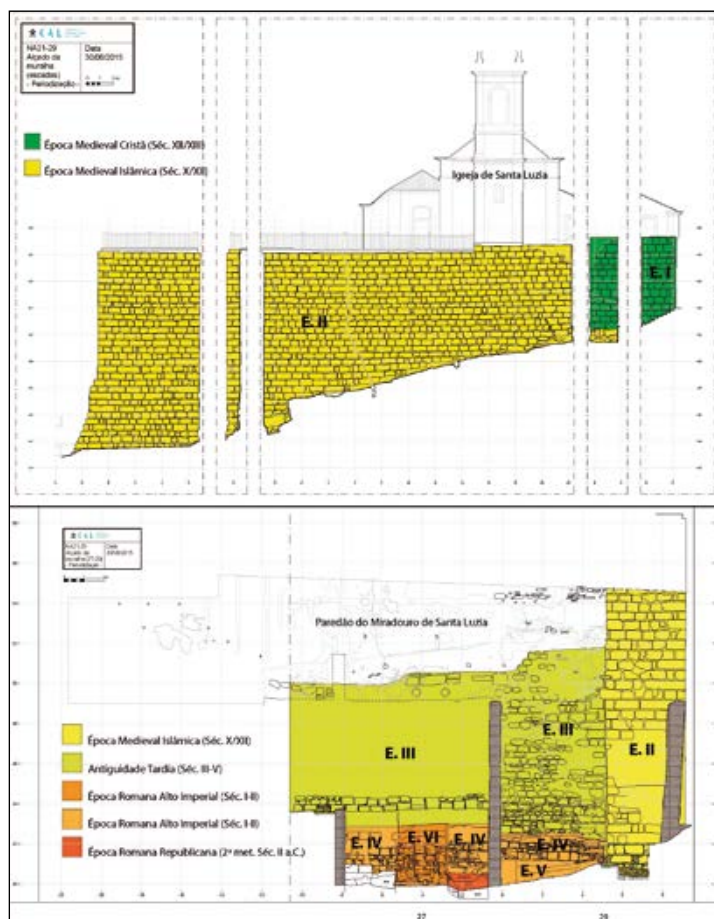


Fig. 2 – Periodização dos episódios construtivos identificados no troço de muralha da Rua Norberto de Araújo (paredão do Miradouro de Santa Luzia).

3.1. Idade do Ferro e Época Romana.

A escavação arqueológica no interior dos edifícios da Rua Norberto de Araújo, 21-29, permitiu a descoberta de evidências significativas de épocas mais antigas do que aqueles em foco no presente texto, mas que serão referidas de forma a ilustrar a heterogeneidade funcional e a evolução da estrutura defensiva. De entre estas conta-se a Época Republicana, concretamente a identificação de depósitos que indiciavam uma primeira evidência de natureza defensiva estruturada. Esta situação estava consubstanciada no fundo de uma vala relativamente bem delineada, com a orientação NE-SO, paralela à muralha, e de um enrocamento pétreo bem encaixado, contíguo ao vestígio da vala, esboçando o arranque de um talude, que se desenvolvia sob as Estruturas IV, V e VI, as quais assentaram posteriormente sobre estes vestígios (Fig. 2).

A combinação deste repertório material da conquista romana permite ponderar uma associação ao sistema defensivo do estabelecimento militar republicano, cujas evidências estruturais são conhecidas noutro ponto das faldas do lanço Oriental da muralha medieval¹⁸ e na alcáçova do castelo. Neste último local a elevada percentagem de espólio material e a descoberta de um contexto estrutural seguro, com um conjunto material datado da 2ª metade do século II a.C., evidencia a relação destas materialidades com o estabelecimento militar romano republicano. Para estes contextos mais antigos, encontra-se correspondência com a “fortificação” de *Olisipo* na data histórica de 138 a. C.¹⁹.

Na escavação da Rua Norberto de Araújo foi também detetada uma deposição sobre o substrato geológico datável da Idade do Ferro, sem vestígios estruturais, formada ao longo da segunda metade do 1º milénio a.C., considerando as tipologias formais do espólio cerâmico presente.

As Estruturas IV, V e VI foram edificadas em época Romana Alto Imperial.

Dos depósitos associados à construção das estruturas IV e V foi exumado escasso material, com cronologia flávia, ou pouco anterior, até meados do século II. Associado à construção da torre estrutura VI, que continha algum pouco material mais antigo, com cronologia de meados do século I.

¹⁸ SILVA, Rodrigo Banha da – “Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano”. *Cira Arqueologia* [em linha]. Nº3 (2014), pp. 178-199 [Consultado 18/3/2016]. Disponível em www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/915/08-Interven__o_arqueol_gica_urbana_de_1993_na_Funda__o_Ricardo_Esp_rito_Santo_Silva.pdf.

¹⁹ PIMENTA, João; GASPARGAS, Alexandra; GOMES, Ana; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro – “O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (nº 16-20) – Lisboa”. *Cira Arqueologia* [em linha], nº 3, 2014, pp. 122-148. [Consultado 18/3/2016]. Disponível em www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/919/06_-_O_estabelecimento_romano_republicano_de_Olisipo_estrutura_e_contextos_do_Beco_do_Forno_do_Castelo.pdf.

Estes depósitos permitem aferir um enquadramento cronológico na Época Romana Alto Imperial, provavelmente na segunda metade do século I, para as Estruturas IV, V e VI.

A estrutura IV, no interior do lote 29, caracterizava-se por uma torre quadrangular, com um aparelho irregular, composto por silhares e blocos calcários de médio e grande calibre, com a inclusão pontual de *lateres*. Com 5,12 metros de largura por 2,10 metros de comprimento em relação à muralha, esta torre foi assente sobre um alicerce (Estrutura V) construído também naquela argamassa romana, parcialmente entalhado no afloramento calcário, que aqui se encontrava à sua cota altimétrica mais elevada, e colmatando uma lacuna de substrato rochoso, na continuação para SO, atingindo uma profundidade de 1,05 metros. Esta situação permitiu constatar que desde tempos antigos a implantação da muralha urbana beneficiou de aspetos determinantes inerentes à topografia e geomorfologia, erigindo-se preferencialmente sobre o afloramento rochoso existente no local, em calcário compacto e fossilífero na formação superior, integrável nas formações geológicas do Complexo Miocénico do Burdigaliano²⁰.

A Estrutura IV aparenta ter sido a torre mais antiga do conjunto, com um cunhal bem marcado na face de junta com a Estrutura II, que terá sido anulada e posteriormente utilizada como embasamento para a Estrutura III, também ela uma torre. Na última fase ou episódio, após a construção da Estrutura II, a soma de todas estas edificações no ângulo da muralha resultou num conjunto que terá funcionado como uma única torre de grandes dimensões.

No interior do nº 27, o desenvolvimento parietal para Oeste desta fase romana articulava-se com um pano de muralha com as mesmas características construtivas que apresentava cerca de 3 metros de altura conservada, por debaixo da muralha tardia.

No que concerne à funcionalidade deste conjunto Alto-Imperial, uma vez que não parece tratar-se de um troço da muralha fundacional da cidade romana, teria esta construção um outro significado, sendo claro que na sua edificação se procurou a robustez. Esta lógica distinta é corroborada por uma outra estrutura coeva adossada à muralha Alto Imperial: uma torre quadrangular de pequena dimensão (Estrutura VI), instalada sensivelmente a meio do atual lote 27. Alinhada no paramento frontal com a torre anterior, a uma distância de 2,30 metros, esta construção, que apresentava 3 metros de comprimento por 2,40 metros de largura e 2,10 metros de altura conservada, passara despercebida pelo seu volume se encontrar embebido no edificado do século XIX. Inicialmente parecia tratar-se de

²⁰ PAIS et al. – *Notícia Explicativa Folha 34 – D, da Carta Geológica de Lisboa, na Escala 1:50 000*, Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação/Departamento de Geologia, 2006, p. 15.

um cubelo medieval, semelhante a outros tantos identificados ao longo do paredão do Limoeiro como contrafortes ao pano de muralha²¹. Na realidade, tratava-se de uma torre de Época Romana Alto-Imperial constituída, no paramento frontal, por um aparelho em fiadas regulares de silharia calco-arenítica de grande calibre, com faces bem esquadriadas. O enchimento do miolo era em *opus caemeticium* de coloração esbranquiçada, muito semelhante nas suas características construtivas à Estrutura IV. Cumulativamente, esta torre tinha a particularidade de integrar um elemento de carácter hidráulico: um dreño interior de pequena dimensão, com paredes laterais feitas em *lateres*, que apresentava 0,16 metros de largura por 0,26 metros de altura e com uma profundidade interna de 5,35 metros. No exterior existia uma caleira também em *lateres* que escoaria as águas do interior da torre para um sistema de condução principal, cujos vestígios foram encontrados no local e noutros pontos da encosta.

Esta torre de drenagem, talvez um *caput aquae paludensis*, poderia estar relacionada com um sistema subsidiário de captação de água de meia encosta com fim a um leque variado de usos na cidade romana²².

3.2. Antiguidade Tardia.

A estrutura III assentava diretamente sobre as estruturas romanas anteriores. Este troço construído na Antiguidade Tardia, apresentava um paramento vertical com um aparelho em fiadas irregulares, composto por blocos de médio e grande calibre de vários tipos de calcário, toscamente aparelhado com juntas preenchidas por pequenos calhaus angulosos e elementos arquitetónicos de Época Romana reaproveitados (nomeadamente um capeamento de cipo prismático e fustes de coluna com função de perpianho), visíveis sobretudo na parte superior do paramento. No seu lado Oeste apresenta um avanço de 0,40 metros em relação à muralha e no lado Este um cunhal bem marcado por blocos de maior calibre, o que traduzia a estrutura numa segunda torre de canto da estrutura defensiva, apoiada a toda a largura na já derrubada torre romana que lhe serviu de alicerce.

A extração de um dos elementos arquitetónicos integrados neste paramento da Estrutura III proporcionou a apreciação de um contexto de datação sobre este troço de muralha tardia, uma vez que permitiu recolher acessoriamente fragmentos cerâmicos agregados às argamassas constituintes do miolo da muralha

²¹ VIEIRA DA Silva, Augusto – *A Cerca Moura de Lisboa...*, p. 192.

²² Carvalhinhos, Marina; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro – “Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia (Santa Maria Maior, Lisboa)”. In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação (Teatro aberto 26,27,28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2017, p. 333.

que remetem para uma cronologia de 380 a 480. O *terminus post quem* obtido integra-a numa cronologia de finais do século IV-V. A datação contextual de 360 a 470 estava já atestada para o troço ribeirinho da estrutura defensiva tardia intervencionada nos antigos Armazéns Sommer, na Rua do Cais de Santarém²³, que apresenta também tipologia idêntica no aparelho construtivo. As mais recentes intervenções arqueológicas realizadas neste e noutros pontos do lanço ribeirinho continuam a atestar esta cronologia²⁴.

No decorrer da escavação arqueológica no interior do edificado adossado ao Miradouro não foram detetados depósitos que permitissem isolar contextos integráveis neste período. Contudo, nos depósitos formados em Época Medieval Islâmica, foram exumados materiais cerâmicos residuais hispânicos e focenses com cronologias mais antigas que denunciam esta fase de ocupação do local.

No caso da Casa dos Bicos²⁵ e no Pátio da Senhora de Murça, junto ao arranque de uma torre semicircular da muralha romana descoberta na Rua de São João da Praça²⁶, para as quais foram deduzidas uma possível cronologia nas primeiras décadas do século IV²⁷. A análise cronológica terá considerado a configuração semicircular das torres, cujo modelo construtivo pode apontar para uma construção original ou inicial no período tetrárquico, enquanto os vestígios com contextos mais recentes se integrariam num período pós romano, do tipo emeritense²⁸. De facto, as peças aí exumadas, expostas ao público no Pátio da Senhora da Murça, forneceram datas para o século V²⁹. Não sendo este o melhor contexto possível para uma datação direta da estrutura, estabelece, todavia, um *terminus ante quem* para a aferição da cronologia da sua edificação, embora bastante lata.

²³ GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “As muralhas de Olisipo: o troço junto ao Tejo”. In RODRIGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÁ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005)*. Lugo: Museu Provincial, 2007, p. 694.

²⁴ PINHEIRO, Helena; SANTOS, Raquel; Rebelo, PAULO – “Contextos romanos identificados na frente ribeirinha em Lisboa”. In *Arqueologia em Portugal/2017-Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 1297.

²⁵ AMARO, Clementino – “Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica”. *Arqueologia* 6 (1982). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 110.

²⁶ PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela – “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8:2 (2005). Lisboa: IPA, p. 317.

²⁷ DE MAN, Adriaan – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento em Arqueologia, p. 287.

²⁸ DE MAN, Adriaan – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia...*, p. 291

²⁹ SILVA, Rodrigo Banha da – “O contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual”. In QUARESMA, José Carlos; MARQUES, João António (Eds.) – *Contextos estratigráficos na Lusitânia: do Alto Império à Antiguidade Tardia*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2015, p. 42.

A interpretação cronológica destes fenómenos de amuralhamento continua em discussão. Por um lado, a perspetiva da construção de recintos amuralhados, entre as décadas finais do século III e os inícios da centúria seguinte, numa lógica associada à estratégia imperial de arrecadação e transporte da *annona militaris*, nomeadamente nas cidades do Norte e Noroeste Peninsular³⁰ e um período de atividade edilícia de carácter defensivo, nos finais do século IV/inícios do século V, visível na construção ou simples reforços de portas, relacionado com o fenómeno da rutura da fronteira renana e com as invasões iminentes³¹.

A visão generalista de duas gerações de muralhas defensivas não é consensual, uma vez que parece não ter existido uma estratégia imperial global no que concerne a estes fenómenos de amuralhamento para assegurar o transporte anonário nos finais do século III/inícios do século IV, considerando a escassa importância que a Hispânia terá tido no sistema anonário e na manifesta ausência de documentação a isso referente na legislação de Diocleciano ou no Código de Teodósio³². Não obstante, destaca-se a importância da iniciativa local para o fenómeno inicial, com base nas leis que continuamente exigem a necessidade de reparação e adorno das muralhas, por se traduzirem na *dignitas* da cidade, para que dessa forma recuperassem o *splendor civitatis*³³.

No caso de Lisboa continua em aberto a afinação das cronologias para os diversos troços desta muralha sujeitos a remodelações ou adaptações ao longo da sua existência, assim como a clara perceção das duas gerações de muralhas tardias e dos motivos subjacentes aos distintos fenómenos de amuralhamento.

3.3. Época Medieval Islâmica.

O pano de muralha visível ao longo das escadas da Rua Norberto de Araújo e a torre escalonada instalada no canto (Estrutura II) traduzem-se no elemento de maior volume e homogeneidade de todo o conjunto defensivo existente no local.

A torre quadrangular, com 16 metros de altura conservados, distingue-se pelo aparelho construtivo em fiadas regulares de silharia de grande calibre, por vezes almofadada, com apontamentos em “testa e peito” e pela base de fundação

³⁰ FERNANDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDAN, Á.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. – “Ciudades amuralladas y *annona militaris* durante el Bajo Imperio en *Hispania* – una cuestión a debate”. In ARCE, Javier; GOFFAUX, Bertrand (Eds.) – *Horrea d’Hispaniae et de la Méditerranée Romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 2011, p. 266.

³¹ FERNANDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDAN, Á.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. – “Ciudades amuralladas y *annona militaris*...”, p. 269.

³² ARCE, Javier – “Horrea y aprovisionamento en Hispania (SS. IV-V)”. In ARCE, Javier; GOFFAUX, Bertrand (Eds.) – *Horrea d’Hispaniae et de la Méditerranée Romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 2011, p. 294.

³³ ARCE, Javier – “Horrea y aprovisionamento en Hispania...”, p. 295.

escalonada até meia altura, seguramente assim disposta para conferir maior estabilidade à construção, patente sobretudo na face Sul, no interior do edificado.

A torre e a muralha associada demonstraram, pelas evidências existentes na sua relação com as restantes estruturas, serem a mais recente construção de todo o conjunto exposto no interior do edificado. Um dos factos mais evidentes foi a necessidade dos construtores realizarem um escalonamento em profundidade no paramento Sul da torre, presumivelmente devido à inexistência de substrato rochoso na sua zona de implantação, uma vez que o substrato mais compacto estava a alicerçar as estruturas mais antigas IV e V.

No interior do lote 29, os parques materiais arqueológicos exumados junto às primeiras fiadas de base da torre escalonada, remetem para uma cronologia de Época Islâmica. Os restantes contextos e espólio recolhidos na área exterior adjacente, no interior do lote 27, remetem para uma primeira fase de ocupação datável do século X/XI. No entanto, o material é escasso para se afirmar com segurança a ocupação deste espaço anteriormente ao século XI/XII. A segunda fase corresponderia à construção da torre escalonada e da muralha exterior visível nas escadas da Rua Norberto de Araújo.

Em Lisboa, este tipo de escalonamento de base é observável noutras torres eventualmente integráveis neste período, nomeadamente nas que foram intervencionadas no lanço Ocidental da muralha antiga, como as das Escadinhas de São Crispim, 26, e do Largo de Santo António da Sé, 3-5, de que se falará adiante, e as torres da muralha Este da Alcáçova do Castelo que apresentam também esta característica, não tendo havido até ao momento alguma intervenção arqueológica que aferisse a sua cronologia.

No castelo de Palmela, a torre de ângulo a Nordeste, considerada a mais antiga do conjunto defensivo, apresenta estas características, relacionando-se esta arrumação parietal com as soluções típicas da arquitetura de Época Califal ou anteriores, podendo a origem da construção remontar ao século IX³⁴.

No caso de Lisboa, a informação documental de natureza propagandística, fornecida por uma inscrição epigráfica³⁵, quando confrontada com o espólio arqueológico em contexto, deixa em aberto a eventual remodelação, provavelmente parcial ou das portas da muralha urbana, nos finais do século X. Não obstante, sendo arqueologicamente aferível uma cronologia de construção mais recente que a Época Califal, permanece a possibilidade de ter existido alguma ação intrusiva aos alicerces da torre escalonada, numa fase final do domínio islâmico na cidade.

³⁴ FERNANDES, Isabel – *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 241.

³⁵ BARCELÓ, Carmen – “Lisboa y Almansor...”, p. 173.

3.4. Época Medieval Cristã.

A torre edificada na parte superior (Estrutura I), sobre a qual se instalou parcialmente a Igreja de Santa Luzia, apresenta características divergentes do restante troço, sendo integrável numa fase construtiva de Época Medieval Cristã, a que também pertence todo o lanço que se desenvolve no interior da Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (FRESS), antigo Palácio Azurara, e no Palácio Belmonte, junto à alcáçova do castelo. Todavia, esta torre de cronologia pós reconquista assenta sobre os vestígios fundacionais de uma mais antiga pertencente ao restante conjunto, da qual apenas se observam duas fiadas de base, a qual poderia ter ladeado uma das portas nascentes da muralha, a porta do cemitério, que deveria estar instalada nesta zona (**Fig. 2**).

A face interna da muralha foi identificada na intervenção arqueológica realizada no interior do edificado sito no Largo do Contador-Mor, 17-22 (**Fig. 3**). A parede tardoz do edificado integrou a muralha medieval, que apresentava 2,20 metros de espessura, inclui quatro torres e é o mais extenso conservado da antiga fortificação, sendo sobretudo visível o paramento exterior integrado no Palácio Belmonte e no pátio interno da FRESS, assente no afloramento rochoso. Aqui é ainda possível observar as ameias e abertas originais, atualmente entaipadas, que rematavam o topo do adarve, assim como algumas seteiras, na estrutura que conserva 16 metros de altura (**Fig. 3**).

A datação deste troço havia sido revelada pelas escavações arqueológicas conduzidas no pátio da FRESS. Para além dos vestígios de estruturas habitacionais datadas dos séculos XI/ XII e remodeladas logo após a conquista da cidade³⁶, foi identificado o estaleiro de obra associado à construção ou reparação deste troço de muralha, numa época não anterior ao reinado de D. Sancho I³⁷. Nesta intervenção arqueológica, desenvolvida na plataforma exterior à muralha, não se confirmou, todavia, a eventual existência de uma barbacã que anteriormente se havia alvitrado com base em poucos vestígios murários e na topografia do local³⁸.

A escavação arqueológica na parte interna da muralha, que se encontrava desprovida do paramento interno (**Fig. 3**), extraído em Época Moderna e reutilizado na construção do edifício, colocou a descoberto os níveis fundacionais da estrutura defensiva. Estes níveis de base pré-existentes traduziam-se num depósito estruturado com calhaus calcários irregulares de médio a grande calibre, incrustados no substrato geológico, do qual foi exumado um conjunto de espólio cerâmico da Idade do Ferro e de Época Romana Republicanana.

³⁶GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – “Continuidade e discontinuidades na arquitetura...”, p. 106.

³⁷GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – “Continuidade e discontinuidades na arquitetura...”, p. 110.

³⁸VIEIRA DA Silva, Augusto – *A Cerca Moura de Lisboa...*, p. 179

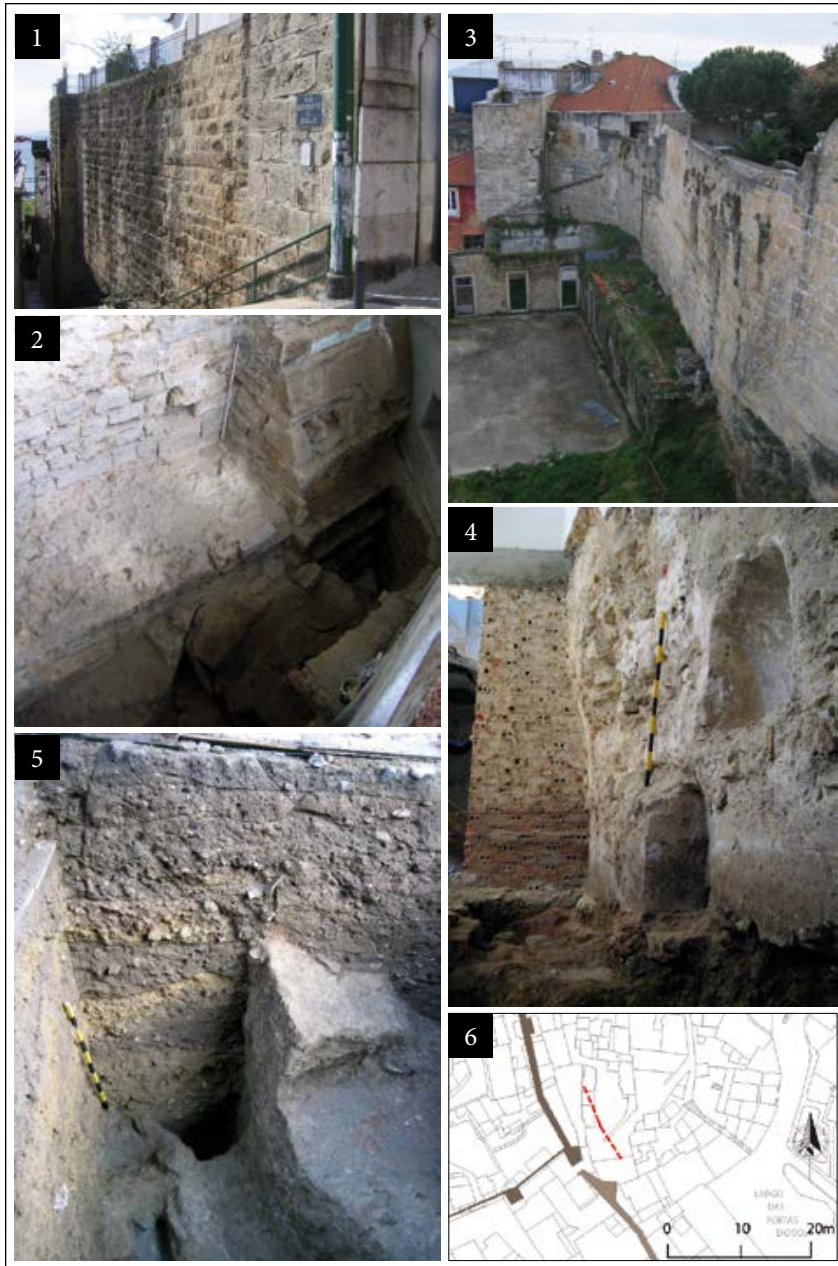


Fig. 3 – Aspeto do pano exterior da muralha nas escadas da Rua Norberto de Araújo, a partir da Porta do Sol (1); muralha no interior do lote 29 da Rua Norberto de Araújo, após a escavação arqueológica (2); pano exterior da muralha no logradouro da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (3); face interna da muralha sem paramento no interior do edifício do Largo do Contador-Mor, 17-22 (4); vestígios do fosso e barbacã detetados na sondagem de diagnóstico realizada no Pátio de Dom Fradique (5); implantação esquemática do alinhamento do fosso e barbacã em relação à muralha no Pátio de Dom Fradique (6).

Estes dados coligidos aos provenientes da escavação de 1993, da responsabilidade de Dias Diogo, na área exterior da muralha, onde foi identificada uma vala, cujos depósitos de preenchimento continham um conjunto homogéneo de material concordante com uma cronologia balizada no lapso 138-50 a.C.³⁹, sugerem, uma vez mais, a pré existência de um fosso com talude configurando parte do sistema defensivo instalado em Época Romana Republicana.

A análise destes dados proporciona uma leitura articulada com os vestígios presentes na Rua Norberto de Araújo, de um possível fundo de fosso com arranque de talude, e no Largo do Contador-Mor, o topo conservado de um talude que acabaria por servir de assentamento à muralha medieval, não apenas neste local, mas ao longo a parte superior do lanço Oriental, fossilizando o traçado da mais antiga estrutura defensiva da cidade conhecida até ao momento.

Um pouco mais a Norte, no Pátio de Dom Fradique, situado numa plataforma natural adjacente ao vértice Sudeste da Alcáçova do Castelo, onde, a partir da torre da alcáçova integrada no Palácio Belmonte, se inicia a cerca urbana medieval foi realizada uma sondagem de diagnóstico com cerca de 6 m², a pouca distância do postigo com o mesmo nome. Esta escavação permitiu identificar o vestígio do que parece ser um fosso com um precário muro de barbacã associado, apresentando uma implantação paralelamente alinhada com a muralha (Fig. 3).

A estrutura negativa escavada no substrato geológico, da qual se identificou o que seria o seu limite exterior, tinha 2 metros de profundidade e exibia um fundo irregular, não se reconhecendo o seu limite interno, mais chegado à muralha, devido à exiguidade da área escavada. Esta estrutura estava rematada no topo exterior por uma outra construção linear, que se articulava com este limite, com uma espessura média de 0,55 metros, executada com várias camadas de calhau e sedimento bem compactados. O paralelo para uma barbacã, com as dimensões da que foi identificada no Pátio de Dom Fradique, encontra-se em Penha Garcia, onde existiam duas barbacãs, construídas em pedra ou pedra e barro⁴⁰, apresentando a exterior uma espessura de 0,66 metros⁴¹.

O espólio arqueológico, composto essencialmente por formas presentes nos serviços de cozinha e mesa (copos, taças, panelas e testos), recolhidos na estrutura térrea, nos depósitos de enchimento do fosso e na área exterior, aparentemente terraplanada no âmbito da construção do sistema defensivo, fornecem um quadro

³⁹ SILVA, Rodrigo Banha da – “Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Largo das Portas do Sol (Lisboa)...”, p. 187.

⁴⁰ MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 89.

⁴¹ MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média...*, p. 91.

cronológico relativamente homogéneo e permitem aventar uma cronologia de construção e abandono para a 2ª metade do século XIV ou inícios do XV.

A construção de fossos e barbacãs no nosso território é considerada como um elemento mais tardio, característico da arquitetura gótica, introduzida a partir de finais do século XIV, embora se registem casos precoces⁴². No caso de Lisboa, terá existido um plano, em 1369, para rodear Lisboa com um fosso, do qual se desconhece a construção total ou parcial⁴³.

Por conseguinte, torna-se plausível, enquanto hipótese de futura investigação mais abrangente no terreno, que o fragmento de fosso e barbacã identificado no Pátio de Dom Fradique poderia estar associado a um acesso primitivo, do qual não se conhece referência documental anterior ao século XVI⁴⁴, constituindo uma defesa de porta, aparentemente realizado numa fase anterior ou coeva à construção da Muralha Fernandina, entre os anos de 1373 e 1375.

4. O lanço Ocidental entre a Porta do Ferro e a Porta de Alfafa

O lanço Ocidental da muralha urbana é o menos conhecido e o que mais problemáticas têm levantado no que diz respeito à sua configuração, trajeto e cronologia. As diversas intervenções arqueológicas realizadas ao longo do seu percurso expectável demonstraram-se insuficientes para a compreensão geral deste limite estruturante da medina medieval, persistindo igualmente a incerteza sobre a questão da continuidade ou retração do limite urbano da cidade clássica e antiga.

A título de exemplo, as fontes arqueológicas revelaram lacunas, na forma de longos hiatos temporais nas sequências estratigráficas, nas sondagens escavadas na Rua das Pedras Negras e na Rua de São Mamede. No primeiro caso constatou-se a existência do substrato geológico diretamente abaixo do pavimento atual, resultado da subtração dos níveis antrópicos por ação dos desaterros realizados para a instalação do edificado pombalino, e, no segundo caso, de uma porção de aterro estruturado para nivelamento de meia encosta na área entre o teatro e as termas romanas⁴⁵, com total subtração também em Época Moderna dos níveis posteriores ao século II.

⁴² MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média...*, p. 87

⁴³ MARTINS, Miguel – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)...*, p. 82.

⁴⁴ VIEIRA DA Silva, Augusto – *A Cerca Moura de Lisboa...*, p. 183.

⁴⁵ MOTA, Nuno et al. – “Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de *Olisipo*. A intervenção arqueológica na Rua de São Mamede (via pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa”. *Ciça Arqueologia* [em linha], 5 (2017), p. 199. [Consultado 18/3/2016]. Disponível em www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/1336/7_-_Apontamento_crono_estratigr_fico_para_a_topografia_hist_rica.pdf.

4.1. Época Medieval Islâmica e Cristã.

A intervenção arqueológica realizada no interior do edificado sito no Largo de Santo António, 3-5, permitiu identificar uma das torres que ladearia a Sul ou estaria, pelo menos, muito próxima da antiga Porta do Ferro, associada ao troço de muralha que se desenvolveria encosta abaixo, visível no interior da cave que integrou estas estruturas numa das suas paredes. No entanto, a deposição antrópica escavada numa sondagem de diagnóstico não permitiu esclarecer a cronologia da sua edificação por se encontrar bastante remexida por ações intrusivas de Época Moderna.

A torre escalonada apresentava cinco ressaltos e era composta por silhares de calcário bem esquadriados, aparelhados em fiadas regulares (**Fig. 4**). Algumas juntas apresentavam preenchimento com calhaus de calco-arenito, angulosos e alongados, ligados por uma argamassa branca. A torre apresentava uma largura de 4 metros no seu paramento Oeste, 1,65 metros de profundidade em relação ao paramento da muralha visível e 2,30 metros de altura conservada.

Perante a ausência de contextos datáveis associados à sua construção, a configuração da torre com os escalonamentos e restante pano de muralha contíguo sugerem uma edificação inicial em época de domínio islâmico ou eventualmente mais antiga. Esta presunção, estabelecida por paralelo com as restantes estruturas análogas reconhecidas na muralha, é ilustrada com outro exemplo do mesmo lanço, identificado nas Escadinhas de São Crispim, 26.

No Largo de Santo António da Sé, as escavações arqueológicas revelaram a fraca potência estratigráfica do local ao exporem o topo do substrato geológico a um nível próximo da cota atual do terreno, resultante dos episódios de desaterro promovidos em época recente e a consequente alteração da topografia do local.

Não obstante a estratigrafia arqueológica muito diminuta e sem contextos datáveis, os trabalhos permitiram identificar uma estrutura em argamassa que aparentava ser o restante do embasamento da muralha antiga. A configuração desta estrutura permite alvitrar a continuação do pano de muralha para Norte a partir da Porta do Ferro, cujos vestígios não foram identificados nesta intervenção, e sensivelmente com a orientação da desaparecida Rua de João Fogaça (**Fig. 4**). Esta orientação desvia-se do desenho de A. Vieira da Silva, que a orienta sob as fachadas nascentes dos edifícios hoje existentes na Calçada do Correio Velho, e remete para a apreciação do urbanismo medieval da zona adaptado à estrutura defensiva.

A estrutura apresenta uma largura de cerca de 2 m na parte Sul, medida semelhante ao pano medieval cristão mensurável no lanço Oriental na área da FRESS, conservada e 3,80 m na zona Norte, onde se parece configurar o arranque de uma outra torre.



Fig. 4 – Aspeto da Torre escalonada identificada no interior do edifício sito no Largo de Santo António da sé, 3-5 (1); Vestígios dos embasamentos da muralha e da torre escavadas no Largo de Santo António da Sé (2); reconstituição do traçado da muralha na zona da Porta do Ferro, segundo os dados das intervenções arqueológicas realizadas no local (3); Desenvolvimento hipotético da muralha (a tracejado) para Norte pela antiga Rua de João Fogaça, sobre planta com urbanismo pré-terramoto de Augusto Vieira da Silva (4).

Na escavação realizada em 1993⁴⁶, foram detetadas, na zona contígua a Sudeste, estruturas que parecem fazer parte do prolongamento da muralha, senão já mesmo relacionadas com a Porta do Ferro que se situaria onde hoje se encontra a faixa de rodagem.

Nas Escadinhas de São Crispim, nº 26, a escavação arqueológica na base da expectável torre integrada no edifício hoteleiro do “Solar dos Mouros”, permitiu expor o embasamento escalonado da estrutura defensiva assente no substrato geológico. Os depósitos associados à sua construção revelaram escasso material arqueológico, obtendo-se, no entanto, uma imagem cronológica em torno dos finais do século XI/ primeira metade do século XII, aparentemente edificada ainda em período medieval islâmico (**Fig. 5**).

A face poente exposta da torre, que estaria integrada no conjunto que definiria a Porta da Alfafa, embora mais destacada para Oeste, revelou também os vestígios de um espesso reboco que terá sido aplicado já sob domínio cristão, entre os séculos XIII e XV, segundo os materiais arqueológicos presentes.

A escavação realizada na área adjacente superior, na via pública da Rua do Milagre de Santo António, possibilitou a identificação de uma série de estruturas relacionáveis com a Porta de Alfafa. No entanto, as quatro sondagens de diagnóstico escavadas num local fortemente condicionado demonstraram ser exíguas para a compreensão geral da complexidade de estruturas e depósitos descobertos.

Da Época Islâmica foi identificada uma torre que ladearia a porta a Norte, com cerca de 3 metros de altura conservados, construída em fiadas de blocos pétreos quadrangulares, intercalados com fiadas de sedimento e cal. A torre tinha uma configuração distinta em planta, constatando-se que o seu lado Este, encaixado no substrato geológico, apresentava uma orientação oblíqua, fugindo à comum morfologia quadrangular (**Fig. 5**). Aliás, a área a Este da torre, a área interna da muralha, apresentava uma cota altimétrica mais elevada que no exterior (cerca de 2 metros), relevando os aspetos de carácter topográfico inerentes à disposição desta porta no lanço Ocidental e à sua íngreme circulação que a levou a ser objeto de petição com vista à remodelação e melhor acessibilidade⁴⁷.

À face Sul desta estrutura adossava uma outra parede, da qual não se atingiu a espessura, que pelo seu posicionamento deveria conter o vão de passagem, a Porta da Alfafa. Esta parede, construída em alvenaria de pedra e argamassa apresentava reboco e vestígios de cofragem utilizada na sua edificação. Por razões de segurança não foi possível atingir a base destas estruturas, não se tendo escavado os níveis

⁴⁶ VALE, Ana Luísa; FERNANDES, Lúcia – “Intervenção arqueológica no Largo de Santo António da Sé”. *Almadan* IIª Série, nº 3 (1994). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 109.

⁴⁷ ANDRADE, Ferreira de – *A Freguesia de Santiago-Subsídios para a história das suas ruas, edifícios e igreja paroquial*. Volume I. Lisboa, 1948, pp. 187-191.

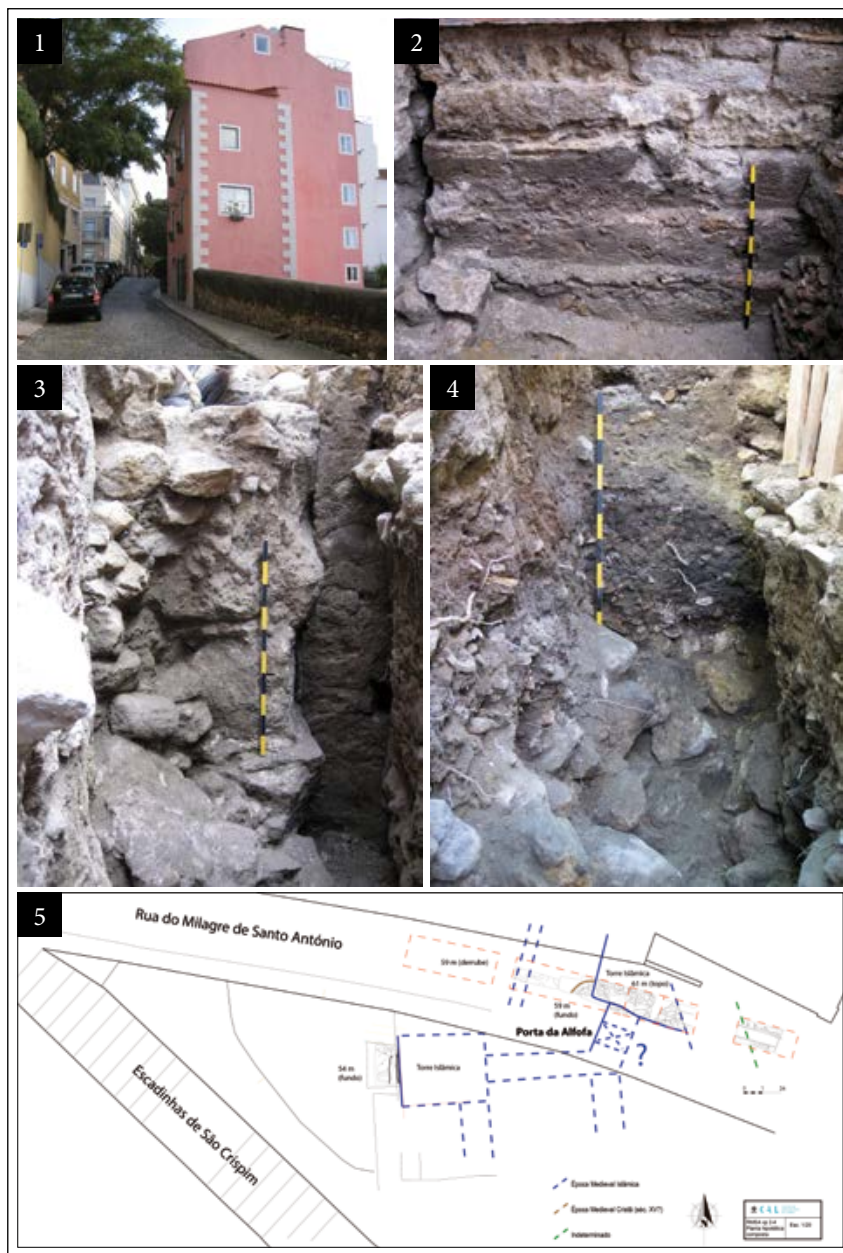


Fig. 5 – Rua do Milagre de Santo António, no local da Porta da Alfalfa, e edifício que integra a torre das Escadinhas de São Crispim (1); escalonamento inferior da torre islâmica escavada nas Escadinhas de São Crispim, 26 (2); pormenor da torre islâmica e da parede em que estará o vão de passagem da Porta de Alfalfa, no interior da sondagem arqueológica (3); aspeto da lixeira do século XV sobre o derrube pétreo, no interior da sondagem arqueológica (4); implantação geral das estruturas identificadas na Rua do Milagre de Santo António e nas Escadinhas de São Crispim, 26, com reconstituição hipotética dos traçados detetados (5).

que estariam associados à sua construção. Os depósitos exteriores à zona de porta eram caracterizados por uma lixeira que funcionou durante a segunda metade do século XV a inícios do século XVI, com base no volumoso espólio cerâmico recolhido, no qual prefiguram sobretudo peças de cerâmica comum de produção local, mas também importações vidradas do Norte da Europa. A lixeira tinha ainda associada uma estrutura de contenção pétrea que indicia o propósito de afastar os detritos da zona de circulação da porta. Sob a colmatação detrítica foi identificado o fragmento bastante destruído de um pavimento constituído por calhaus de pequena e média dimensão, de cronologia coeva à lixeira, que por sua vez se instalara sobre o vestígio da vala de implantação de um estrito muro transversal datável de Época Islâmica.

No fundo da sondagem mais a Oeste foi ainda identificado, à mesma cota altimétrica do pavimento, o restante de um extenso derrube pétreo que incluía blocos de média e grande dimensão e silhares quadrangulares, provavelmente derrubados das estruturas defensivas próximas num período anterior à formação da lixeira cuja extensão se sobrepõe a esta realidade deposicional.

5. Considerações finais.

A cerca urbana medieval de Lisboa encerra nos seus vestígios os episódios construtivos de uma muralha antiga que evoluiu ao longo de dois milénios, tornando-se uma obra plural nas suas características, funções e cronologias.

O troço que aqui se apresentou forneceu evidências estruturais e deposicionais que permitiram examinar a estrutura defensiva, mas também outras componentes que agregou na sua edificação geral. Para além da função primordial de proteção do aglomerado populacional, para o qual contribuiu a nível urbano na estruturação e definição de limites ainda hoje reconhecíveis, revelou inesperadas funcionalidades específicas intrinsecamente ligadas à sua implantação topográfica e geomorfológica, nomeadamente a questão das águas e do seu aproveitamento.

Ao longo do lanço Oriental a muralha fossilizou na sua história material episódios da obra defensiva de Época Romana Republicana, concretamente da 2ª metade do século II a. C., de Época Romana Alto Imperial, provavelmente do século I, da Antiguidade Tardia, com uma possível cronologia de edificação nos séculos IV-V, de Época Medieval Islâmica, presumivelmente de cronologia pós califal, e de Época Medieval Cristã pós reconquista, reconhecendo-se neste período um aparente reforço defensivo de porta em vésperas da sua desativação

enquanto defesa perimetral da cidade antiga que entretanto se expandira, passando a necessitar de uma defesa mais abrangente.

No lanço Ocidental, em que as materialidades são mais escassas, sobretudo devido à obliteração promovida pelo urbanismo de Época Moderna, reconheceram-se episódios construtivos exclusivamente de Época Medieval Islâmica e Cristã.

Os resultados obtidos nas nove intervenções arqueológicas aqui abordadas traduzem a esperada heterogeneidade de uma estrutura desta natureza, desencadeando inevitavelmente um discurso interpretativo sobre as várias peças de um “puzzle” parcialmente remontável, estabelecendo-se hipóteses e linhas de investigação futuras para a compreensão geral de um monumento que a cidade persistentemente alojou no seu edificado.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Clementino – “Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica”. *Arqueologia* Nº6 (1982). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 96-111.
- ANDRADE, Ferreira de – *A Freguesia de Santiago-Subsídios para a história das suas ruas, edifícios e igreja paroquial*. Volume I, Lisboa, 1948.
- ARCE, Javier – “Horrea y aprovisionamento en Hispania (SS. IV-V)”. In ARCE, Javier; GOFFAUX, Bertrand (Ed.) – *Horrea d’Hispaniae et de la Méditerranée Romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 2011, pp. 287-297.
- BATALHA, Luísa; NETO, Nuno; BRITO, Sara, CARDOSO, Guilherme – “Os silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa)”. In *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1751-1766.
- BARCELÓ, Carmen – “Lisboa y Almansor”. *Conimbriga* [Em linha]. Nº 52 (2013). Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/lisboa_y_almanzor [consultado 22.01.2018].
- Carvalhinhos, Marina; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro – “Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia (Santa Maria Maior, Lisboa)”. In *I Encontro de*

Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação (Teatro aberto 26,27,28 de Nov. de 2015). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2017, pp. 298-337.

DE MAN, Adriaan – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2008. Tese de Doutoramento em Arqueologia.

FERNANDES, Isabel – *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Lisboa: edições Colibri, 2004.

FERNANDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDAN, Á.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. – Ciudades amuralladas y *annona militaris* durante el Bajo Imperio en *Hispania* – una cuestión a debate. In ARCE, Javier; GOFFAUX, Bertrand (Ed.) – *Horrea d’Hispaniae et de la Méditerranée Romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 2011, pp. 265-285.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “As muralhas de Olisipo: o troço junto ao Tejo”. In RODRIGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÁ DE LLANZA, Isabel (Eds.) – *Murallas de ciudades romanas em el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Museu Provincial, 2007, pp. 685-698.

GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – “Continuidade e descontinuidades na arquitetura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: Escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 103-110.

Martins, Miguel – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri. 1999.

MOTA, Nuno; GRILO, Carolina; ALMEIDA, Rui Roberto de; FILIPE, Victor – “Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de Olisipo. A intervenção arqueológica na Rua de São Mamede (via pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa”. *Cira Arqueologia* [em linha]. Nº 3 (2014), pp. 149-206. [Consultado 29/3/2018] www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/1336/7_-_Apontamento_crono_estratigrafico_para_a_topografia_hist_rica.pdf

Oliveira, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Vol. VIII. Lisboa: Tipografia Universal, Câmara Municipal de Lisboa, 1894.

OLIVEIRA, José Augusto de – *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês*. (Coleção Cidade de Lisboa 4). Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

PAIS, J.; MONIZ, C.; CABRAL, J.; CARDOSO, J. L.; LEGOINHA, P.; MACHADO, S.; MORAIS, M. A.; LOURENÇO, C.; RIBEIRO, M. L.; HENRIQUES, P.; FALÉ, P. – *Notícia Explicativa Folha 34 – D, da Carta Geológica de Lisboa, na Escala 1:50 000*, Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação/Departamento de Geologia, 2006.

PINHEIRO, Helena; SANTOS, Raquel; REBELO, Paulo – “Contextos romanos identificados na frente ribeirinha em Lisboa”. In *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2017, pp. 1293-1304.

PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela – “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa 8:2 (2005), pp. 313-334.

PIMENTA, João; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro – “O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (nº 16-20) – Lisboa”. *Cira Arqueologia* [em linha]. Nº 3 (2014), pp. 122-148. [Consultado 18/3/2018]. Disponível em www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/919/06_-_O_estabelecimento_romano_republicano_de_Olisipo_estrutura_e_contextos_do_Beco_do_Forno_do_Castelo.pdf

SIDARIUS, Adel e REI, António – “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72.

VALE, Ana Luísa e FERNANDES, Lídia – “Intervenção arqueológica no Largo de Santo António da Sé”. *Almadan* IIª Série, nº 3 (1994). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 109.

VIEIRA DA Silva, Augusto – *A Cerca Moura de Lisboa*. 3ª Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

SILVA, Carlos Guardado da – “Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383”. *Revista Férula* [em linha] N° 3 (Março 2013), pp. 24-35. Disponível em: https://issuu.com/institutoprometheus/docs/revista_ipaehi_f_rula_n__3 [consultado 22.01.2018].

SILVA, Rodrigo Banha da – “Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano”. *Cira Arqueológica* [em linha] N° 3 (2014), pp. 178-199. [Consultado 18/3/2016]. Disponível em www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/915/08_-_Interven__o_arqueol_gica_urbana_de_1993_na_Funda__o_Ricardo_Esp_rito_Santo_Silva.pdf

SILVA, Rodrigo Banha da – “O contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. In QUAESMA, José Carlos; MARQUES, João António (Eds.) – *Contextos stratigráficos na Lusitânia: do Alto Império à Antiguidade Tardia*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2015, pp. 41-67.

Uma mesquita no arrabalde ocidental de *al-Ušbûna*

*Ana Caessa*¹, *Cristina Nozes*², *Nuno Mota*³

Resumo

Em 2015, o CAL teve oportunidade de intervir arqueologicamente no edifício pombalino sito na Rua da Conceição, nº 73-77, que se sabia assentar sobre um criptopórtico romano vulgarmente conhecido como “Galerias da Rua da Prata”. Para além de novos dados sobre a superestrutura desse monumento, os trabalhos de escavação permitiram, também, registar outras estruturas de época posterior à romana e anterior à pombalina. Do conjunto, destaca-se um edifício de época medieval islâmica, representado por alicerces de alvenaria que se desenvolveriam com paredes em taipa, estucadas a branco no interior. Compondo uma planta rectangular com abside orientada a Sudeste que parece denunciar uma função religiosa, esta construção aparenta ter sido uma pequena mesquita do subúrbio ocidental de *al-Ušbûna*. Partindo da análise das características desta estrutura, da sua implantação e da interpretação dos contextos escavados, procura-se traçar a diacronia de ocupação do espaço desde a Antiguidade Tardia até à construção deste edifício inserido numa nova malha urbana.

Palavras-chave

Lisboa; Época Medieval Islâmica; arrabalde ocidental; mesquita, urbanismo.

¹ Arqueóloga do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) / Departamento de Património Cultural (DPC) / Direção Municipal de Cultura (DMC) / Câmara Municipal de Lisboa (CML).

² Arqueóloga do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) / Departamento de Património Cultural (DPC) / Direção Municipal de Cultura (DMC) / Câmara Municipal de Lisboa (CML).

³ Arqueólogo do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) / Departamento de Património Cultural (DPC) / Direção Municipal de Cultura (DMC) / Câmara Municipal de Lisboa (CML).

A mosque in the Western suburb of *al-Ušbûna*.

Abstract

In 2015, CAL had the chance to archaeologically intervene in the Pombaline building at Rua da Conceição, numbers 73-77, which we already knew was laying upon a Roman cryptoportic commonly known as “Rua da Prata Galleries”. Besides the new data on that monument’s superstructure, the dig also allowed to record other structures from later than the Roman period and previous to the Pombaline. From the total, stands out an Islamic Medieval period building, built with masonry foundations which would develop unto mud (taipa) walls, plastered in white inside. Consisting of a rectangular floor plan with an apse Southeast oriented that seems to suggest a religious role, this construction appears to have been a Western *al-Ušbûna* small mosque. Based on the analyses of the features of this structure, of its location and on interpreting the contexts excavated, we will try to draw the occupation of the space diachronically from Late Antiquity to the construction of this building in a new urban grid.

Keywords

Lisbon; Islamic Medieval Age; western suburb; urbanism.

1. A intervenção arqueológica da Rua da Conceição nº 73-77.

Neste texto apresentam-se os resultados, até agora apenas brevemente divulgados⁴, da intervenção arqueológica realizada em 2015 no interior do edifício sito na Rua da Conceição, 73-77 (freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa), em plena Baixa Pombalina (**Fig. 1**).

⁴ CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; MOTA, Nuno – “Novas descobertas no criptopórtico romano de Lisboa. Rua da Conceição 75-77 (primeira fase)”. *Al-Madan*, IIª Série, nº20. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, (2016), pp. 220-221.

Dado o seu enquadramento em área classificada patrimonialmente, assinalada em mancha de sensibilidade arqueológica elevada e ainda mais porque se sabe, à partida, que o imóvel estaria assente, total ou parcialmente, no criptopórtico romano, conhecido vulgarmente como Galerias da Rua da Prata, os trabalhos arqueológicos de diagnóstico tornam-se imprescindíveis para a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia de estruturas. Esses trabalhos de diagnóstico consistiram na realização de três sondagens arqueológicas no piso térreo do edifício, cuja localização e dimensões tentaram clarificar questões que se colocavam ao nível do suporte do edifício pombalino e da sua imprescindível convivência com o monumento romano.

Como era expectável, a intervenção arqueológica permitiu identificar e registar o topo do criptopórtico romano, nas sondagens 1 e 2, e um pavimento também de Época Romana numa área adjacente, aparentemente exterior, na sondagem 3 (Fig. 2). No que concerne ao topo da infraestrutura romana, foram diferenciadas duas áreas distintas: uma área perimetral constituída essencialmente por silharia e *opus caementicium*, correspondente ao limite Noroeste, provavelmente porticado; uma área revestida com uma argamassa de coloração rosa com negativos de pavimentação composta por placas quadrangulares em mármore branco venado a cinza e em lioz rosa, de que ainda existiam *in situ* alguns fragmentos, correspondente ao pavimento interno de um provável espaço edificado. Entre estes dois ambientes, que teriam uma delimitação parietal agora ocultada por um alicerce pombalino, existia uma diferença altimétrica de 0,15/0,20 metros, encontrando-se o pavimento marmóreo alteado em relação ao de silharia.

Estes vestígios associados ao criptopórtico, embora permitam obter um maior conhecimento sobre os materiais e técnicas construtivas adotadas, não são ainda suficientes para interpretar de forma segura a funcionalidade deste equipamento com uma intrínseca dimensão portuária, instalado em meados do século I na antiga frente de rio⁵. Desde a sua descoberta, no século XVIII, durante as obras de reconstrução pombalina, foi alvo de diversas interpretações, de entre as quais se destacam a de termas dedicadas a Esculápio (eventualmente associadas a um espaço sagrado), e a de uma praça relacionada com a atividade comercial e portuária, não se desprezando também a utilização do edifício subterrâneo como reservatório de água desde, provavelmente, época antiga até finais do século XIX.

⁵ MOTA, Nuno; MARTINS, Pedro Vasco – “Criptopórtico Romano de Lisboa: arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar)”. In *Meios, Vias e Trajectos... Entrar e Sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*, nº 2. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa (no prelo).



Fig. 1 – Localização do edifício sito na Rua da Conceição, 73-77, intervencionado arqueologicamente.

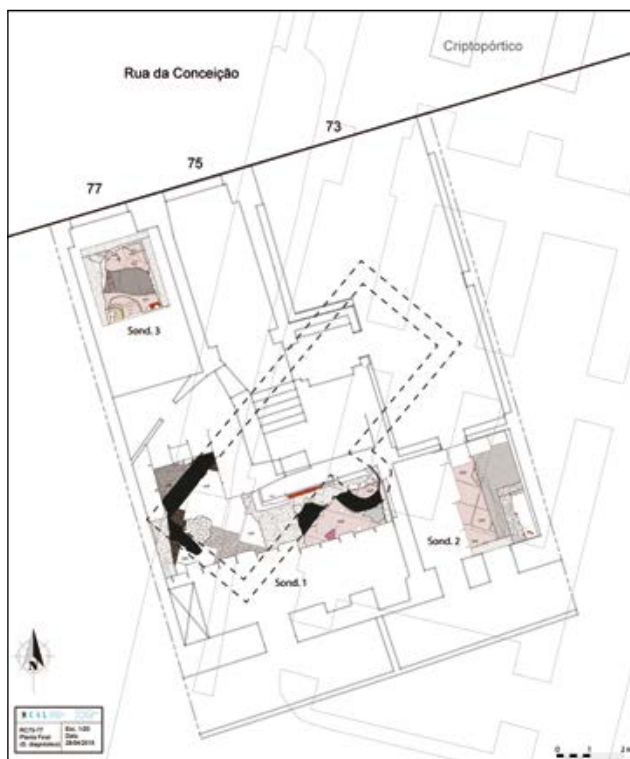


Fig. 2 – Planta das descobertas arqueológicas no interior do edifício pombalino; sondagem 1: vestígios estruturais da mesquita (a negro) e reconstrução hipotética da planta da mesquita (a tracejado).

2. Os vestígios do edifício de Época Medieval Islâmica.

Foi sobre estas realidades estruturais e funcionais, identificadas na sondagem 1, que se registaram os vestígios de um edifício que, pela sua configuração em planta e características construtivas, poderá corresponder a um local de culto em Época Medieval Islâmica (**Fig. 2**).

Os vestígios estruturais do edifício medieval identificado são escassos. A área escavada corresponde a uma primeira fase do projeto de arqueologia no edificado, aguardando-se pela segunda fase de escavação em área que poderá trazer mais dados sobre a planta do edifício e contextos associados, permitindo um balizamento cronológico mais restrito.

Não obstante as condicionantes espaciais da escavação, que limitaram a recolha de informação arqueológica, foi possível caracterizar técnicas construtivas e alguns aspetos contextuais.

No quadrante Oeste da sondagem 1 e assentando sobre a silharia do cripto-pórtico romano, foram registados os vestígios de dois arranques de parede: um alinhamento bastante destruído, com 1,40 metros de comprimento, com a orientação SE-NO, apresentando uma face apumada e um alinhamento melhor conservado com 2,40 metros de comprimento por 0,52 metros de largura, a Norte do anterior, com a orientação SO-NE, perpendicular e formando um canto, revestido a reboco e cal na face Sul. A linha inferior desse revestimento marcava o nível de pavimento do edifício a que pertenceu a parede (**Fig. 3**).

No quadrante Este da sondagem, já assentando directamente no piso romano alteado, em cuja argamassa rosada se apoiavam as placas marmóreas, mais um vestígio de arranque de parede com a orientação SO-NE, em tudo semelhante à identificada no outro quadrante, com 1,40 metros de comprimento por 0,50 metros de largura, desta vez apresentando a face Norte com revestimento de reboco e cal. No seu desenvolvimento para o canto Nordeste da sondagem, esta parede integrava uma abside semicircular saliente para Sudeste, com parede mais estreita, com 0,40 metros de largura, cuja face interna também estava revestida com cal (**Fig. 3**). O tratamento dado ao interior deste edifício implicou, portanto, o revestimento com cal nas paredes.

Nas outras duas sondagens não foram encontradas estruturas relacionáveis que permitissem o desenvolvimento da planta do edifício.

A nível construtivo, as paredes apresentavam as características típicas das edificações térreas, sendo constituídas por blocos pétreos relativamente irregulares ligados com argila. Estes vestígios parietais, com 0,62 metros de altura máxima conservada e 0,40 metros no caso da abside, representam a parte inferior

da construção que se desenvolveria em taipa. Os topos das paredes apresentavam ainda o nível de arranque vertical térreo por cofragem, atestado por uma fiada nivelada de fragmentos de tijoleiras, de telhas e de lajes de mármore romanas reutilizadas (Fig. 3). Aliás, diversos fragmentos destas placas reaproveitadas e mesmo fragmentos de outros elementos arquitetónicos foram identificados nos nódulos de taipa, recolhidos durante a escavação, resultantes do colapso das paredes. Tudo parece indicar que, quando o edifício foi construído, o pavimento romano composto por lajeado marmóreo, provavelmente já danificado, embora necessariamente identificado, não foi levado em consideração e, se estava bem conservado, terá sido levantado (pelo menos na área que ficaria no interior do edifício).



Fig. 3 – Aspeto dos vestígios estruturais da mesquita na sondagem I: I - muro da *qibla* e *mihrāb*; II - canto Oeste da mesquita onde se observa o topo nivelado da estrutura pétrea para o arranque da parede em taipa; III - arranque de parede pétrea com revestimento interior a reboco e cal, observando-se o nível do pavimento da mesquita na parte inferior; IV - pormenor do *mihrāb* com o revestimento a cal no interior.

Durante a escavação, junto a uma das paredes, foi possível identificar os vestígios de um pavimento em terra batida revestido com uma fina camada de cal. Este pavimento em terra batida abrangia apenas o espaço rebaixado do topo do criptopórtico, verificando-se assim o nivelamento da área interna do edifício medieval com o assentamento do pavimento marmóreo romano cuja cota altimétrica de ocupação foi mantida no edifício medieval.

A existência destes muros, relacionados entre si, possibilitou a reconstituição de parte da planta, a partir dos troços preservados: uma planta retangular de cerca de 29m² (com as dimensões estimadas de 9,25 metros de comprimento por 2,90 metros de largura), com a abside (0,80 metros de largura por 1,35 metros de profundidade).

O conjunto artefactual exumado, durante a escavação arqueológica ainda parcial do edifício, contou com uma elevada quantidade de fragmentos de material de construção, sobretudo de época romana. Os fragmentos de lajes de revestimento em mármore ou mesmo pequenos pedaços de cornija, por exemplo, que integraram a taipa em época islâmica, apareceram também, em grande quantidade, nos níveis de enchimento ou abandono. O espólio cerâmico classificável, relativamente reduzido, exumado tanto nos escassos depósitos associados à construção como nos de abandono, era composto sobretudo por peças de carácter doméstico de Época Medieval Islâmica (embora se tenham identificado alguns exemplares residuais de peças balizáveis na Antiguidade Tardia). Apresentam, em termos decorativos, a pintura a branco e a vermelho, vidrados a verde, melado e manganês, tendo-se recolhido, ainda, fragmentos decorados a corda seca, total e parcial, balizando o conjunto entre os finais do século X e o século XII.

Ao nível da formação deposicional, os contextos arqueológicos atribuíveis ao abandono eram bastante homogéneos na sua matriz e constituídos por aterros bem consolidados. No entanto, a leitura vertical da estratigrafia estava incompleta, uma vez que o topo destes depósitos terá sido destruído pelas ações de nivelamento em Época Moderna no âmbito da instalação do edificado pombalino.

A cronologia para a construção do edifício medieval, considerando as técnicas construtivas e os escassos materiais associados identificados, é para já de difícil perceção. Também a heterogeneidade do espólio datante nos níveis de abandono, que poderá refletir a mobilização de terrenos para o aterro, dificulta o estabelecimento de uma cronologia afinada, mas tudo parece apontar para um possível balizamento pós califal que poderá recuar com o desenvolvimento em área da escavação arqueológica.

3. Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna?

A planta do edifício, reconstituída a partir dos troços existentes, embora esteja possivelmente incompleta, associada a alguns pormenores construtivos e aos contextos arqueológicos escavados, convidam a colocar a hipótese de se tratar de uma pequena mesquita ou de um compartimento para orações de ritual islâmico, sobretudo se a abside, orientada a 130° para Sudeste (Meca encontra-se, em relação a Lisboa, sensivelmente a 112° Sudeste), for interpretada como um *mihrab* e a parede em que se insere ao muro da *qibla* (Fig. 3 – I e IV).

Esta pequena mesquita ou oratório⁶ terá sido construída sobre o criptopórtico romano, fazendo pouco caso do edifício romano que lhe ficou subjacente, cujos materiais construtivos e ornamentais serviram para o fabrico da taipa com se ergueram as suas paredes.

O período que medeia o fim da ocupação romana do espaço e a construção da mesquita islâmica no local é, por enquanto, mal conhecido. Mas, pelo que se pode deduzir do registo arqueológico em locais próximos, parece verificar-se alguma regressão urbana nesta zona da cidade, não significando, porém, desocupação completa⁷. A investigação arqueológica reconheceu uma continuidade de utilização da parte superior do criptopórtico ao longo da Antiguidade Tardia, não obstante o desmonte parcial de algumas das suas componentes, sobretudo do edificado de carácter monumental por volta dos séculos IV/V⁸.

Estudos vários, levados a cabo desde finais do século XX, cruzando fontes escritas, arqueologia da arquitetura e, finalmente, a arqueologia, sobre as mesquitas do al-Andalus, têm permitido traçar tendências, nomeadamente em relação às mesquitas secundárias e às de bairro em particular⁹. É relativamente

⁶ Daqui em diante será usado o termo genérico mesquita, entendido no sentido etimológico de *masjid* ou lugar em que os muçulmanos se prostram durante o culto.

⁷ Após a desativação das unidades fabris de preparados piscícolas constata-se a decadência deste subúrbio Ocidental da cidade romana detetada na envolvente, a partir do século V/VI. Ver GRILO, Carolina; FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta – “Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa”. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Coord.) – *Arqueologia em Portugal, 150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP, 2013, p. 851.

⁸ MOTA, Nuno; MARTINS, Pedro Vasco – “Criptopórtico Romano de Lisboa: arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária...”

⁹ Ver por exemplo: TRILLO SAN JOSÉ, Carmen – “Mezquitas en Al-Andalus: un espacio entre las comunidades y el poder”. *Studia Historica. Historia Medieval*, nº 29 (2011), pp. 73-98, disponível em: http://revistas.usal.es/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/8726 [consultado 28/09/2017]. CALVO CAPILLA, Susana – *Las Mesquitas de al-Andalus*. Almeria: Fundación Ibn Tufayl de estudios Árabes, 2014, pp. 297-314. GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, Carmen – *Las Mezquitas de la Cordoba Islamica: Concepto, Tipología y Función Urbana*. Córdoba: Universidade de Córdoba, 2016. Tesis Doctoral, disponível em: <http://uco.es.academia.edu/CarmenGonzalezGutiérrez> [consultado 25/09/2017]. GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, Carmen – “Arqueología y mezquitas en al-Andalus: estado de la cuestión”. In SABATÉ, F.; BRUFAL, J. (Coords.) – *VII Curs Internacional d'Arqueologia Medieval*. Lleida: Pagès Editores, 2016, pp. 177-194.

frequente que estas mesquitas, maiores ou menores, mais ou menos imponentes, surjam sobre sítios romanos ou tardo-romanos, religiosos ou não, sobre ou junto a cisternas e quando fora das medinas, em locais com ocupação prévia inexistente ou insignificante, servindo como focos de povoamento e marcando a urbanização futura do local. São também frequentes em pontos de passagem e acesso à medina, anunciando simbolicamente a chegada a uma cidade islâmica. Às vezes, também, alguns destes edifícios religiosos islâmicos, sobretudo se estão localizados dentro de muralhas, foram transformados em locais de culto cristão após a Reconquista.

No caso da mesquita identificada na Rua da Conceição, o que se conhece atualmente da planta retangular da sala de oração aproxima-a mais de modelos típicos de *ribāt*, como é exemplo o do Alto da Vigia, em Sintra¹⁰ e, provavelmente, do Alto da Queimada, em Palmela¹¹, no que respeita aos paralelos mais próximos de Lisboa. No território atualmente português, este modelo foi também identificado no conjunto da Arrifana, em Aljezur¹² e no Castelo Velho de Alcoutim¹³, com claros paralelos em Guardamar, em Alicante¹⁴, ou no Cerro da Mina, em Almodôvar¹⁵, porém todos em meio não urbano. Embora seja difícil encontrar mesquitas iguais ou mesmo muito semelhantes, o que se depreende da configuração e medidas do edifício descoberto em Lisboa encontra paralelo muito próximo na sala de oração da mesquita da cidade hispano-muçulmana de Vascos, em Navalmoralejo (Toledo), também localizada em ambiente urbano e numa área fora de muralhas, junto aos banhos públicos da cidade¹⁶, embora os investigadores

¹⁰ Agradecemos ao Alexandre Gonçalves, arqueólogo responsável pelas intervenções arqueológicas, a visita ao local e as explicações sobre este edifício ainda em escavação.

¹¹ FERNANDES, Isabel Cristina – “Palmela, um castelo e um território no período islâmico: estado da investigação e perspectivas”. In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – o Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo* (Silves 23, 24 e 25 de Outubro de 2008). *Xelb* nº 9. Silves: Câmara Municipal, 2009, pp. 400-401.

¹² GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Ambiente natural e complexo edificado”. In GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (Coords.) – *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Município de Aljezur e Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007, pp. 51-64.

¹³ CATARINO, Helena – “Formas de ocupação rural em Alcoutim (séculos V-X)”. *CuPAUAM* nº 31-32. Madrid: Universidad Autonoma, (2005-2006), pp. 124-126.

¹⁴ AZUAR RUIZ, Rafael – “O contributo da Arqueologia para o estudo dos ribāt-s do Al-Andalus”. In GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (Coords.) – *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Município de Aljezur e Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007, ISBN: 978-972-95654-3-4, pp. 29-36.

¹⁵ HENRIQUES, Fernando Jorge Robles; PEREIRA, André; NUNES, João Carlos Lopes; ANTÓNIO, Telmo Filipe Alves – “Um oratório islâmico no Cerro da Mina (complexo mineiro SOMINCOR, Almodôvar)”. *Emerita. Estudos de Arqueologia e Património Cultural* nº 2 (2016), pp. 63-92, disponível em: www.arqueocordoba.com/publ/anales.htm [consultado a 25/09/2017].

¹⁶ IZQUIERDO BENITO, Ricardo; PRIETO VASQUEZ, German – “Una pequeña mezquita encontrada en Vascos (Navalmoralejo, Toledo)”. *Cuadernos de Alhambra* nº 29-30 (1993-1994), p. 26.

encontrem também aqui semelhanças formais com os modelos conhecidos no *ribât* de Guardamar, concretamente na “mesquita VI” daquele complexo¹⁷.

Todavia, tirando a questão da planta do edifício, quase todas as tendências verificadas para as mesquitas urbanas de bairro estão presentes: construção sobre um sítio romano e também tardo romano, cuja função específica ainda se discute, mas em que a religiosa não pode ser, por enquanto, completamente excluída; assente sobre o criptopórtico romano, alagado de forma permanente desde o século III e servindo de cisterna, talvez desde essa altura, até fins do século XIX; num local, à época da construção, possivelmente sem ocupação significativa, mas na área ribeirinha e numa das vias de entrada para a cidade muralhada. E embora se esteja a tratar de um edifício religioso no arrabalde da cidade islâmica, há também a hipótese de temporariamente, por breve trecho, após a conquista cristã de 1147, ter sido purificado para se transformar na sede de paróquia cristã de São Julião, até que a construção de um edifício de raiz cristão se efetivasse nas proximidades¹⁸, procedendo-se então a uma desmontagem planeada e selando-se aquele espaço religioso cristão que previamente tinha sido muçulmano (Fig. 4).



Fig. 4 – Localização da mesquita no arrabalde Ocidental da cidade - Planta de Lisboa de Guilherme de Menezes e Sebastião Poppe (1761), in VIEIRA DA SILVA, Augusto – *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VIII centenário da tomada de Lisboa aos mouros*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 69.

¹⁷ IZQUIERDO BENITO, Ricardo; PRIETO VASQUEZ, German – “Una pequeña mezquita encontrada en Vascos...”, p. 25.

¹⁸ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de doutoramento no ramo de História, na especialidade de História Medieval, pp. 69-70.

Ademais, ambos equipamentos estiveram localizados na zona ribeirinha e portuária das cidades em que foram erguidos e deste modo, necessariamente, foram locais de passagem carregados de simbolismo, cada um à sua maneira.

No caso do edifício islâmico, localizado na zona portuária, no arrabalde que terá prosperado a partir do século X e, sobretudo, nos séculos XI e XII e onde se situaria também uma judiaria²¹, ele estaria num bom local privilegiado para anunciar a chegada a uma cidade muralhada, definitivamente islâmica, mas que possuía uma importante comunidade moçárabe²².

4. Conclusão.

Lisboa islâmica foi referida pelos geógrafos árabes²³ que deixaram a impressão de uma cidade grande no momento da conquista cristã de 1147, o que a chamada carta a Osberno confirma. Ao que tudo indica a cidade teria uma certa importância aquando da conquista muçulmana no século VIII. Era sede de um bispado dependente de Mérida, pelo menos na altura do concílio de 633 e achados arqueológicos parecem indicar uma continuidade das atividades económicas portuárias no período tardo-antigo. Mas pouco se sabe da cidade depois da conquista que seja anterior ao século X. As fontes documentais e arqueológicas referem-se sobretudo aos séculos XI e XII, altura em que será uma cidade marginal e de fronteira, com importância económica, mas com relativa pouca influência política no contexto do al-Andalus²⁴.

Ainda assim, a arqueologia tem vindo a demonstrar que *al-Ušbūna* estava perfeitamente integrada na civilização islâmica mediterrânica Ocidental, como parecem demonstrar, ao nível da produção cerâmica por exemplo, o fabrico de imitações, a importação de procedimentos técnicos e inovadores e a reprodução de motivos decorativos originários de centros políticos, religiosos e culturais do al-Andalus²⁵.

²¹ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval...*, pp. 234-264 e 276-283.

²² PICARD, Christophe – “Les mozarabes de Lisbonne: les problèmes de l’assimilation et des la conversions des chrétiens sous la domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne”. *Arqueologia Medieval* nº 7 (2001). Porto: Edições Afrontamento, pp. 89-94.

²³ SIDARUS, Adel; REI, António – “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”. *Arqueologia Medieval* nº 7 (2001). Porto: Edições Afrontamento, pp. 37-72.

²⁴ PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000, pp. 208-211; 239-246; 258-259.

²⁵ BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ MARTINEZ, Susana – “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”. In BARROCA, Mário; FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coords.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262.

Neste enquadramento de plena integração no mundo medieval islâmico Ocidental e no al-Andalus em particular, o aparecimento de um edifício religioso na zona portuária do arrabalde Ocidental de uma cidade de que até agora apenas se conhecia documentalmente a existência de duas mesquitas dentro da medina (uma delas a aljama) não deverá surpreender.

Local de oração e de ensino do Corão, cenário onde poderão ter ocorrido acções conscientes e programadas de islamização, esta mesquita localizada no arrabalde ocidental de al-Ušbūna, na zona portuária da cidade e junto a uma das vias e acesso à medina, terá extravasado as suas funções meramente religiosas e de ensino para, muito provavelmente, marcar o urbanismo que há-de ter crescido ao seu redor e, carregada de simbolismo, anunciar a entrada numa cidade muçulmana.

Com os dados actualmente disponíveis, as leituras paramentais, as análises de modulação, metrologia e tipologia e, até, a inserção na malha urbana que lhe seria contemporânea, dificilmente podem ser alvo de grande desenvolvimento.

Contudo, embora a potência arqueológica verificada nas três sondagens de diagnóstico da Rua da Conceição, 73-77, tenha sido limitada e a construção pombalina tenha tido um impacto negativo no local, grandes expectativas se tecem a respeito da escavação em área a realizar futuramente. Essa escavação poderá permitir completar a planta do edifício interpretado como mesquita e perceber se originalmente se tratava apenas de uma sala de oração, ou se fazia parte de um complexo maior em que eventualmente haveria um pátio e um minarete, por exemplo. Poderá ainda esclarecer a sua integração na malha urbana do arrabalde e a sua influência estruturante. Também as questões de cronologia de construção e abandono, tão condicionadamente apuradas no presente, se espera vir a esclarecer.

BIBLIOGRAFIA

AZUAR RUIZ, Rafael – “O contributo da Arqueologia para o estudo dos ribāt-s do Al-Andalus”. In GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (Coords.) – *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Município de Aljezur e Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007, pp. 29-36.

BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ MARTINEZ, Susana – “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”. In BARROCA, Mário; FERNANDES, Isabel Cristina F.

(Coords.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262.

CATARINO, Helena – “Formas de ocupação rural em Alcoutim (séculos V-X)”. *CuPAUAM*, nº 31-32, Madrid: Universidad Autonoma, (2005-2006), pp. 117-136.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo; PRIETO VASQUEZ, German – “Una pequeña mezquita encontrada en Vascos (Navalmoralejo, Toledo)”. *Cuadernos de Alhambra*, nº 29-30 (1993-1994), pp. 21-38.

CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; MOTA, Nuno – “Novas descobertas no criptopórtico romano de Lisboa. Rua da Conceição 75-77 (primeira fase)”. *Al-Madan*. IIª Série, nº 20 (2016). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 220-221.

CALVO CAPILLA, Susana – *Las Mesquitas de al-Andalus*. Almeria: Fundación Ibn Tufayl de estudios Árabes, 2014.

FERNANDES, Isabel Cristina – “Palmela, um castelo e um território no período islâmico: estado da investigação e perspectivas”. In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – o Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo (Silves 23, 24 e 25 de Outubro de 2008)*. *Xelb* nº 9. Silves: Câmara Municipal, 2009, pp. 393-403.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – Ambiente natural e complexo edificado. In GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (Coords.) – *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Município de Aljezur e Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007, pp. 51-64.

GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, Carmen – *Las Mezquitas de la Cordoba Islamica: Concepto, Tipología y Función Urbana*. Córdoba: Universidade de Córdoba, 2016. Tesis Doctoral, disponível em: <http://uco.es.academia.edu/CarmenGonzalezGUTIERREZ> [consultado 25/09/2017].

GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, Carmen – “Arqueología y mezquitas en al-Andalus: estado de la cuestión”. In SABATÉ, F.; BRUFAL, J. (Coords.) – *VII Curs Internacional d’Arqueologia Medieval*. Lleida: Pagès Editores, 2016, pp. 177-194.

- GRILO, Carolina; FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta – “Um contexto tarde-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa”. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Coord.) – *Arqueologia em Portugal, 150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP, 2013, pp. 849-857.
- HENRIQUES, Fernando Jorge Roble,s PEREIRA, André; NUNES João Carlos Lopes; ANTÓNIO, Telmo Filipe Alves – “Um oratório islâmico no Cerro da mina (complexo mineiro SOMINCOR, Almodôvar)”. *Emerita. Estudos de Arqueologia e Património Cultural* nº 2 (2016), pp. 63-92, disponível em: www.arqueocordoba.com/publ/anales.htm [consultado 25/09/2017].
- MOTA, Nuno; MARTINS, Pedro Vasco – “Criptopórtico Romano de Lisboa: arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar)”. In *Meios, vias e trajectos... Entrar e sair de lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*, nº 2. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa, no prelo.
- PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000.
- PICARD, Christophe – “Les mozárabes de Lisbonne: les problèmes de l'assimilation et des la conversions des chrétiens sous la domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne”. *Arqueologia Medieval* nº 7 (2001). Porto: Edições Afrontamento, pp. 89-94.
- SIDARUS, Adel; REI, António – “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”. *Arqueologia Medieval* nº 7 (2001). Porto: Edições Afrontamento, pp. 37-72.
- SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2017. Tese de doutoramento no ramo de História, na especialidade de História Medieval.
- TRILLO SAN JOSÉ, Carmen – “Mezquitas en Al-Andalus: un espacio entre las comunidades y el poder”. *Studia Historica. Historia Medieval*, nº 29 (2011), pp. 73-98, disponível em: http://revistas.usal.es/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/8726 [consultado 28/09/2017].

Muralha, Tercenas e Judiaria. *Evidências arqueológicas medievais na Baixa de Lisboa*

*Artur Rocha*¹

Resumo

Apresentam-se os resultados da intervenção arqueológica no quarteirão do Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa relativos à ocupação medieval daquele espaço e materializados na descoberta parcial de algumas estruturas arquitectónicas datáveis do reinado de D. Dinis: a muralha ribeirinha, as tercenas e o bairro da Judiaria Nova.

Conjuntamente com a reorganização da vizinha Rua Nova, a edificação destes equipamentos concretizou uma mudança substancial no tecido urbano da frente ribeirinha da Baixa nos finais do século XIII, consolidando a expansão da urbe numa antiga área arrabaldina.

Palavras-chave

Muralha medieval; tercenas; Judiaria Nova; D. Dinis, sede do Banco de Portugal.

¹ Investigador independente.

Wall, shipyards and the jewish quarter. Medieval archaeological evidence in Lisbon downtown.

Abstract

We present the results of the archaeological intervention in the building of the Headquarters of the Bank of Portugal in Lisbon, regarding the medieval occupation of space, materialized in the partial discovery of some architectural structures dated from the reign of D. Dinis: the riverside wall, the shipyards and the new jewish quarter.

Along with the reorganization of the Rua Nova, the construction of these equipments makes a substantial change in the urban fabric of Baixa riverside area in the late thirteenth century, consolidating the expansion of the city in the ancient suburb.

Keywords

Medieval wall; shipyards; New Jewish Quarter; D. Dinis; Bank of Portugal headquarters.

Não obstante a proeminência histórica granjeada no século XVI com a construção do Paço Real da Ribeira, os dados arqueológicos referentes ao quadrante Sudoeste da Baixa lisboeta revelaram sempre um perfil discreto e lacunar, situação a que a reconstrução pombalina e a obliteração de muito do anterior tecido urbano não são, obviamente, alheias. Assim sendo, as primeiras aproximações históricas ao urbanismo da área haveriam de se fundamentar quase exclusivamente em análises documentais, papel onde se destacou Augusto Vieira da Silva, cuja obra *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* permanece, um século depois da sua publicação, como uma referência fundamental para o estudo das materialidades medievais desta área.

Num contexto de alguma incerteza sobre o urbanismo medieval propriamente dito, mas também sobre o seu grau de sobrevivência no subsolo, os trabalhos no Edifício Sede do Banco de Portugal em 2010-2011, assinalado na **figura 1**, surgiram, pela dimensão da área escavada, como uma rara oportunidade de validar algumas das teses primeiramente avançadas por Vieira da Silva², avaliadas por diversos autores e ultimamente revistas por Manuel Fialho na sua tese de doutoramento³.

² SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª ed., 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

³ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento, 2016.

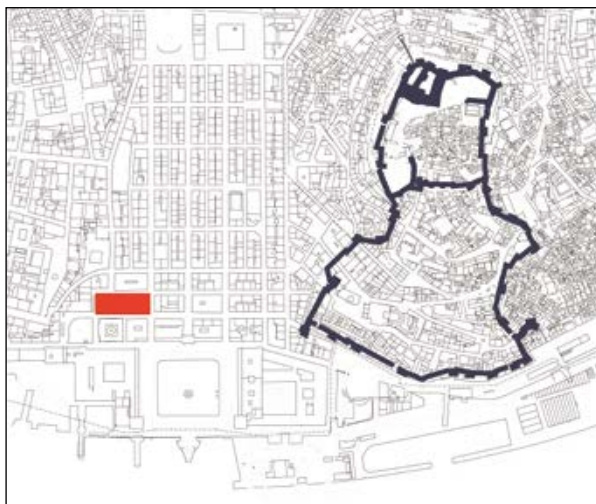


Fig. 1 – Localização da intervenção arqueológica na cidade de Lisboa. Cercas mais antigas na colina do Castelo assinaladas com traço espesso.

Não se tratando de uma intervenção com fins puramente académicos, antes de um trabalho de emergência onde se adoptou uma postura de salvaguarda pelo registo⁴, enquadrado numa lógica actualmente apelidada de arqueologia empresarial ou de contrato, a escavação do Edifício Sede do Banco de Portugal foi em parte constringida pelas especificidades do projecto de construção civil em causa, ou seja, ao ser determinada pelas necessidades da obra, a área escavada não correspondeu naturalmente aquela que seria desejável para a obtenção de uma visão mais completa, deixando algumas das questões colocadas à partida sobre a natureza e evolução da área ainda por resolver.

Independentemente destas lacunas e das apreciáveis assimetrias na escavação do quarteirão⁵, pensamos que os resultados trazidos à luz do dia e que enunciaremos sucintamente de seguida consubstanciam uma amostra suficientemente alargada para, no mínimo, estabelecer as linhas mestras do urbanismo medieval deste quadrante da Baixa.

Nesta parcela específica (o quarteirão e envolvente imediata), a primeira instalação urbana efectiva data de época medieval, assentando directamente sobre níveis de aluvião do rio Tejo e do esteiro, cujo depósito sucessivo desde a época romana imperial até ao século XIII culminaria na criação de um areal paralelo

⁴ Conforme Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro

⁵ Para descrição mais detalhada veja-se: ROCHA, Artur; REPRESAS, Jéssica; MIGUEZ, João; INOCÊNCIO, Joana – “Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos”, In ARNAUD, José Morais; MARTINS, André; NEVES, César (Eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1011-1018.

à margem Norte do rio Tejo, interrompido a Oeste pela escarpa da colina de São Francisco. O carácter tardio da urbanização deste quadrante, quando comparado com as parcelas mais setentrionais e orientais da Baixa, deveu-se ao facto de, apenas por volta dos séculos XII-XIII, se terem reunido as condições mínimas para permitir a presença de estrutura arquitectónicas perenes na zona, nomeadamente ao se terem atingindo cotas de circulação na margem ribeirinha suficientemente altas para que toda a zona se encontrasse satisfatoriamente emersa.

O ciclo de assoreamento progressivo encetado nos inícios da nossa Era haveria assim de criar mais um terreno propício à expansão da cidade, com altitude bastante para fugir ao efeito das águas do rio, que, todavia, haveriam de fazer-se sentir ainda em fenómenos sazonais – como indicia a componente de areia por nós encontrada em alguns estratos associados a esta ocupação medieval. Com o progressivo recuo das margens para Sul, exponenciado no século seguinte com a construção da Cerca Fernandina, este paradigma foi alterado, com os aterros argilosos a predominar no registo arqueológico.

A estruturação original do espaço em análise é de génese dionisina. Em traços largos, traduziu-se num esquema urbanístico ortogonal, axializado num troço de muralha paralelo à margem ribeirinha, da qual foram postos a descoberto cerca de 44 metros, conforme a **figura 2**.

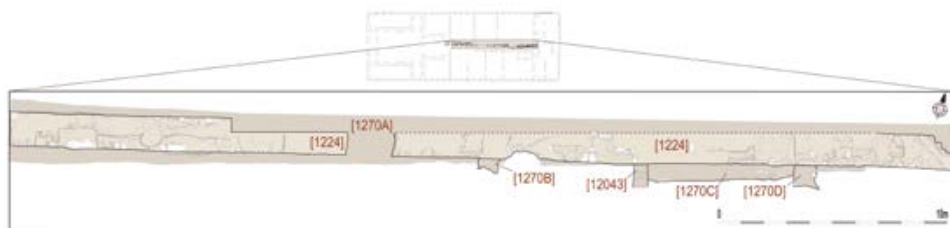


Fig. 2 – Vista da muralha durante os trabalhos de escavação.

Poucos anos após a construção da fortificação e a ela contígua a Norte, haveria de ser aberta entre finais do século XIII e inícios do século XIV a Rua da Judiaria Pequena ou Nova, artéria de largura regular e para a qual estavam volteadas as fachadas de uma banda de edifícios modestos – um dos quais revelado integralmente em planta pelos trabalhos arqueológicos. A Sul, a leitura foi mais problematizada pela maior escassez de evidências arquitectónicas, apontando as encontradas para um outro complexo edificado, também de esquema ortogonal, que associamos às tercenas reais de D. Dinis.

1. Muralha.

Em virtude do corte provocado em finais do século XVIII pela vala de fundação do actual edificado pombalino, mais concretamente pelo tardo da actual Igreja de São Julião, o troço de muralha por nós identificado, originalmente contínuo, foi identificado em dois segmentos distintos.

O mais longo destes estendia-se por cerca de 41,5 metros, num eixo aproximado Este-Oeste (com ligeiro desvio), sensivelmente paralelo ao alinhamento do actual saguão cujas paredes reaproveitaram parte da fortificação para assentar as suas fundações. Com o mesmo alinhamento e substancialmente menor, o segmento mais curto foi detectado sob o deambulatório da Igreja de São Julião, com cerca de 2,8 metros de comprimento.

Em perfil, a estrutura era composta por dois volumes distintos, a componente aérea, originalmente a descoberto, e a sapata.

De paramentos rectilíneos predominantemente revestidos com reboco simples, a componente superior, visível na **figura 3**, possuía uma espessura algo modesta, com cerca de 1,5 a 1,6 metros de espessura, quando comparado com a sapata que chegaria a atingir um máximo de 2,7 metros aproximadamente, esta sempre com limites irregulares tanto verticalmente como na base.



Fig. 3 – Planta com as estruturas arquitectónicas aludidas no texto.

No momento da descoberta, o corpo superior apresentava grandes variações ao nível da altura conservada, fruto das muitas destruições que sofreu, uma das quais inclusivamente, o cortaria quase na íntegra. Nos pontos em melhor estado, sobrevive em cerca de 2,1 metros de altura, o que em termos de cotas absolutas a posiciona entre os 2,0 e os 4,1 metros acima do actual nível médio das águas do mar.

No que se refere à sapata da estrutura, o topo estendia-se regra geral entre os 2,0 a 2,15 metros em cotas absolutas, quase sempre destacado em relação ao paramento do corpo superior, formando um degrau irregular na base daquele. A base da estrutura, a julgar pelos perfis parcelares que efectuámos, era irregular, por vezes convexa, com cotas entre os 0,3 e os 0,5 metros, o que lhe confere uma altura entre os 1,5 a 2 metros.

Nos troços analisados não foram detectadas quaisquer aberturas originais compatíveis com portas ou janelas, à excepção de uma abertura de pequena dimensão, com cerca de 0,3x0,2m, balizada cronologicamente numa primeira fase de vida da muralha – posteriormente seria cheia por terra e selada com reboco. No seu interior foram identificados alguns negativos de madeira, pelo que aparenta ter correspondido a área de fixação de um barrote relacionado com o funcionamento das tercenas (agulheiro) ou, eventualmente, com os taipais da cofragem utilizados durante a sua edificação.

No que ao aparelho concerne, os troços analisados denotaram uma grande homogeneidade, sendo que em toda a extensão não foi possível identificar rupturas internas ou segmentos distinguíveis ao nível construtivo. Recorrendo a uma alvenaria em pedra muito coerente, os construtores empregaram um lote restrito e homogéneo de matérias-primas, mais precisamente blocos irregulares e sem afeiçoamento de bio-calcarenito e calcário margoso, de tonalidades amareladas, acastanhadas e esverdeadas, uma percentagem significativa dos quais com elementos fossilíferos marinhos incorporados, todos de formação genericamente miocénica. Calcários brancos, de maior dureza, elementos de cantaria/silhares, tijolos e ladrilhos (peças completas) encontram-se notoriamente ausentes.

Contrariamente ao sucedido noutras obras deste reinado, como as do claustro da Sé⁶, é muito provável que a origem dos blocos pétreos miocénicos se encontre nas imediações, possivelmente em pedreiras vizinhas na encosta a Norte e Oeste, sendo aliciente a ligação ao topónimo *pedreira*, inclusivamente atestado no reinado de D. Dinis algumas dezenas de metros a Norte. Contudo, e na falta

⁶ OLIVEIRA, José Augusto – “Um estaleiro medieval: as obras no Claustro da Sé de Lisboa”. In FONTES, João Luís; OLIVEIRA Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (Eds.) – *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 177-204.

de documentação que a suporte, esta hipótese está longe de poder ser garantida de maneira taxativa.

Os blocos pétreos encontram-se ligados maioritariamente por argamassas de areia e cal, esbranquiçadas, com alguns inertes de pequena dimensão, nomeadamente fragmentos cerâmicos moídos e fauna mamalógica, e por, em menor escala, alguma terra. A construção tem algumas deficiências pontuais, sendo possível encontrar algumas áreas ocas de pequena dimensão.

Em termos de processo construtivo, teremos assistido a dois momentos distintos, a criação da sapata e o levantamento da componente aérea da fortificação.

A grande irregularidade da sapata decorrerá mesmo do método empregue, sendo reforçada pela imbrincagem perpendicular de outras estruturas verticais – entretanto eliminadas e que serão analisadas à frente no âmbito das tercenas. No actual estado dos conhecimentos, parece provável que a fundação da muralha tenha sido executada com o enchimento directo de uma vala sem cofragem, aberta nos instáveis estratos arenosos de aluvião, facto explicaria a aparente aderência de areias e pequenos inertes ao exterior da argamassa e as diversas irregularidades superficiais que ostenta.

Por outro lado, nas faces visíveis da muralha, os blocos pétreos não se encontrariam totalmente expostos, sendo na maior parte recobertos por uma capa de argamassa não uniforme, cuja composição aparenta ser igual à do miolo.

Este facto e a observação de alguns cortes no miolo da estrutura leva-nos a intuir que a construção foi feita com o enchimento de caixas de cofragem, processo cuja mecânica parece ter sido simples e repetitiva: entre dois taipais colocados acima da sapata, foram colocadas sucessivamente fiadas de pedra, sem grande cuidado no alinhamento dos elementos exteriores, com despejo intercalar de argamassa nos espaços ainda vazios. Completada a edificação do corpo da estrutura, o tratamento final corresponderia a uma regularização grosseira das lacunas faciais mais óbvias, utilizando-se para o efeito argamassa similar à do miolo.

O produto final deste processo redundaria numa estrutura de carácter menos monumental que outras fortificações com silharia presentes na cidade, situação a partir da qual várias ilações são possíveis, mas que não deixa de ser coerente com o enquadramento histórico tal como revelado na carta de contrato que lhe deu origem, revelando uma aposta evidente nos seus atributos funcionais imediatos – barreira de segurança simples contra os ataques via Tejo, resguardando a Rua Nova e cercanias, cada vez mais o espaço fulcral na vida económica da cidade.

2. Judiaria.

As evidências arqueológicas relacionadas com a Judiaria Pequena ou Nova foram identificadas a Norte da muralha, correspondendo à parcela remanescente das estruturas erguidas entre os finais do século XIII e inícios do século XIV⁷, alguns anos, portanto, após a edificação da fortificação.

Genericamente, a Judiaria Pequena ou Nova tratava-se de um bairro de planimetria simples⁸, com apenas uma banda rectilínea e alongada de prédios, separada da muralha por uma rua também ela rectilínea e alongada, orientada genericamente Este-Oeste. Esta artéria está atestada documentalmente como Rua da Judiaria Pequena ou Nova.

Na banda edificada da Judiaria Pequena, identificaram-se arqueologicamente as paredes de fachada e tardo de um prédio, a meridional e a setentrional respectivamente, separadas entre si cerca de 8,5 metros. Entre ambas e dispostas perpendicularmente, descobriram-se duas paredes meãs, distanciadas entre si cerca de 5 metros, com espessura à volta dos 0,6 metros (sapata entre 0,85 e 1 metro).

Estas medidas permitem garantir a dimensão de pelo menos um dos compartimentos; cerca de 8,5 metros de comprimento e 5 metros de largura, talvez traduzíveis em 26x15 meios côvados.

A análise do aparelho e da técnica construtiva revelou uma grande homogeneidade interna não só entre as paredes da Judiaria Pequena, mas também com o corpo da muralha, sugerindo a continuidade no aproveitamento de recursos locais, pontuados pelos complexos das Areolas da Avenida da Estefânia ou das Camadas dos Prazeres.

De igual modo, as construções da Judiaria Pequena revelaram ausência de cerâmica de construção e de cantaria, situação que vemos como sinónimo de uma construção pobre, popular, condizente com o estrato social do contingente populacional ali presente.

A componente sedimentar e mobiliária associada a estes momentos era escassa em função das muitas alterações pós-deposicionais introduzidas pelas construções posteriores.

⁷ Abordado com maior detalhe em SILVA, Manuel Fialho; ROCHA, Artur – “A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV”. In FONTES, João Luís; OLIVEIRA Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (Eds.) – *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 223-240.

⁸ De certa forma e passe o anacronismo, relembrando algumas vilas operárias da capital.

3. Tercenas.

Contrariamente à parcela da Judiaria Pequena atrás descrita, as evidências estruturais das tercenas reais de D. Dinis são em menor número, mais truncadas e de menor segurança contextual e, no que tem sido um trabalho contínuo de processamento dos dados de escavação, este tema é aquela cuja imagem inicial, extraída directamente da intervenção de campo, maior alteração tem conhecido, também fruto da inexistência de paralelos directos próximos. A revisão de algumas ideias iniciais e anteriormente assumidas tem amiúde marcado presença neste processo, devendo a imagem que agora se propõe ser encarada nessa perspectiva, i.e., trata-se de uma hipótese de trabalho longe de estar terminada.

Estas tercenas correspondem aquelas referenciadas no inventário de bens régios de D. Dinis de 1299 “ (...) *et taracenas et domus de farrarya in collaciony sancti juliani (...)*”⁹ e, grosso modo, tratavam-se de um complexo edificado, contíguo a Sul à muralha, de planta rectangular, subdividido em diversas naves e pátios perpendiculares a margem do rio. A sua linha perimetral era fortificada: a Norte pelo troço da muralha de D. Dinis por nós parcialmente descoberto; a Este e Oeste por dois panos perpendiculares a esta; a Sul por um outro pano, este com abertura de acesso às naves. Os cantos da edificação estariam reforçados por torres.

As nossas evidências arqueológicas referem-se à área setentrional intermédia das tercenas, nas quais o testemunho que sobreviveu até ao século XXI corresponde maioritariamente ao seu limite norte, a muralha atrás descrita.

A restante componente arqueológica diz respeito à sedimentação e pavimentação ocorrida durante o tempo de vida deste complexo e está repartido por três sectores de escavação sem ligação física entre si: uma estreita faixa cerca de 1 metro de largura paralela à fortificação; uma área com cerca de 22,5 metros quadrados, a Sul; e uma outra faixa com cerca de um metro e meio de largura perpendicular à muralha, ou seja, amostras relativamente pequenas e fragmentadas.

Na compreensão deste edificado ribeirinho é pertinente, desde logo, abordar a sua relação com os níveis de água. Na escavação arqueológica ficou evidenciado que a sapata da muralha foi inserida directamente no substrato pré-existente de aluvião, então praia, corroborando em parte a expressão utilizada na carta de contrato de 1294, *contra mare*. Por inerência, a implantação das tercenas, contíguas à muralha a Sul, foi também ela feita na margem do Tejo, dado aliás natural, com a fachada muito próxima da linha de água.

⁹ SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª ed., Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 34.

Ao desconhecer-se o nível médio das águas na altura, não é possível determinar com precisão absoluta a relação do rio com o espaço de circulação interno das terças. No entanto, a conjugação de dois dados sugere que, desde o final do século XIII, as cotas dos pavimentos se situariam próximos, talvez, no limite superior de flutuação das marés, isto é, que episodicamente se poderiam ainda registar inundações a Sul da muralha: o topo das sapatas tem uma cota média a rondar os 2 metros, com diversas irregularidades a oscilar o valor entre os 1,8 a 2,15 metros; na Idade Média, a julgar pelo valor das cotas de topo da maior parte das realidades aluvionares, o nível freático talvez rondasse os 1,6 a 1,7 metros (o actual nível freático médio é ligeiramente mais alto, ronda os 1,9 metros).

Genericamente, teríamos cerca de 0,3 ou 0,4 m entre a água e os pavimentos, distância que parece insuficiente para, em altura de marés mais fortes, evitar que a subida do rio cobrisse ainda o chão das instalações a Sul da muralha. As características morfológicas dos estratos desta fase, com uma componente areno-siltosa apreciável, também sugerem este fenómeno.

Conquanto a colocação de barreiras (portas ou outras provisórias) nas entradas da fachada sul pudesse naturalmente amenizar o problema da entrada directa de água, a eliminação das infiltrações freáticas poderá ter sido uma questão problemática.

Na distribuição interna das naves e na sua relação com a muralha, os dados mais relevantes prendem-se com três irregularidades detectadas na face sul da sapata, cujo significado poderá ser mais profundo do que aquele que até agora havíamos suposto.

Como atrás vimos, ao contrário da componente área, bastante linear, as fundações da muralha patenteiam uma elevada irregularidade que as condicionantes impostas pela natureza do local de implantação bem como a própria metodologia de construção poderiam explicar em parte. De facto, o processo construtivo que cremos ter sido utilizado não permite a edificação de sapatas regularizadas pois os paramentos da alvenaria são moldados pelos limites (instáveis) da vala de fundação.

No entanto, não será esta a explicação mais apropriada para as três saliências identificadas na metade oriental do alicerce da muralha. Ao invés de efeitos colaterais derivados das dificuldades construtivas, aquelas realidades tratar-se-ão antes de vestígios de estruturas arquitectónicas, dissimuladas pela obliteração quase total que lhes foi imposta pelas fundações pombalinas.

A concretizar-se esta última hipótese, aqueles três segmentos teriam sido construídos intencionalmente, com o objectivo de suportar estruturas verticais tais como paredes e pilares. Dessa forma, poderiam tratar-se não só da base de

apoios de telhado como elementos de compartimentação interna, separando as diversas naves entre si.

Aqui chegados, saliente-se que a amostra de que dispomos é mínima tendo sido apenas detectada numa pequena faixa com menos de 1 metro de largura e que, além disso, as fundações pombalinas perturbaram muito a fisionomia original das estruturas medievais. Avançamos assim com as necessárias precauções.

Nos mais de quarenta metros identificados de troço de muralha, estas irregularidades surgem apenas na metade oriental. A sua natureza é díspar; duas delas, [1270B] e [1270D], serão sapatas de paredes alongadas perpendiculares à muralha, a terceira, [1270C], uma bancada alongada, disposta paralelamente à fortificação e que poderá tratar-se da base de uma torre, conforme a **figura 2**.

O topo das estruturas é altimetricamente similar em [1270D] e [1270C], ligeiramente mais baixo [1270B], também fruto da maior destruição por ela sofrida durante a reconstrução pombalina.

Acrescente-se a este panorama uma outra parede, [12043], que embora não esteja imbrincada nas fundações da muralha, deverá ter integrado uma das formulações iniciais deste edificado, implantada no limite ocidental da bancada [1270C], muito próxima do ponto intermédio entre [1270B] e [1270D].

A conjugação destes quatro elementos permite vislumbrar um quadro onde se identificam três sapatas de paredes perpendiculares à muralha, praticamente equidistantes entre si, definindo dois compartimentos, o oriental ocupado na íntegra pela bancada [1270 C].

Com a ressalva de que tratam de fundações de argamassa e pedra tosca com paramentos irregulares e algo destruídas, e não de fundações ou paredes de cantaria cuja mensurabilidade é mais exacta, a regularidade e simetria das distâncias relativas permite conjecturar intencionalidade na edificação, e, de igual modo, a existência de um padrão métrico comum. Recorrendo ao meio côvado ou ao côvado, equivalentes a 0,33 metros e 0,66 metros respectivamente¹⁰, observa-se que:

- os eixos das sapatas de parede perpendiculares à muralha, [1270B] a Oeste e [1270D] a Este, estão separados entre si cerca de 13,8 metros, o que equivale a de cerca 21 côvados (13,86 metros).
- na primeira dessas fundações, [1270D], aquela melhor conservada e por consequência a de leitura mais fidedigna, a medição no campo apontou para um valor da largura entre os 0,96 a 1 metro, encaixando-se portanto nos côvado e meio (0,99 metros);

¹⁰ BARROCA, Mário Jorge Medidas – “Padrão Medievais Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª Série, vol. 9 (1992). Porto, pp. 53-85.

- na bancada paralela à muralha, [1270C], o comprimento actualmente conservado é de aproximadamente 6,5 metros, ou seja, cerca de 10 côvados (6,60 metros);
- por último, a parede [12043], encostada à extremidade ocidental de [1270C], está quase a meio caminho entre [1270B] e [1270D], com distâncias de eixo daquelas na ordem: dos 6,6 metros, 10 côvados exactos, para [1270B]; 7,2 metros, 11 côvados grosso modo (7,26 metros), para [1270D].

A partir destes dados estes dados deduz-se a existência de duas naves, (no mínimo) desde o momento fundacional da muralha. Ambas rondavam os 6,5 metros de largura (praticamente 10 côvados) – uma a nascente, entre [1270D] e o limite ocidental de [1270C]; outra, a poente, partindo deste limite de [1270C] e prolongando-se até [1270B], conforme a **figura 4**. A colocação da parede intermédia [12043], embora não se imbrigue na muralha, deverá ter sido feita, a julgar pela estratigrafia associada, num dos primeiros momentos de utilização, sendo coerente com a existência destas duas naves.

Por outro lado, a distância entre a parede mais oriental, [1270D] e o esteiro da Baixa não pode ser medida com exactidão pois desconhece-se fidedignamente o percurso daquele nesta data. Todavia e num exercício puramente académico, se partirmos do princípio que o percurso da Rua dos Ourives do Ouro viria a replicar o do antigo curso de água, ou seja, que a actual Rua do Ouro, junto ao quarteirão do Edifício Sede, corresponde genericamente ao leito do antigo esteiro, a distância entre a parede das tercenas mais oriental descoberta e a antiga margem poderia rondar valores na ordem dos 18-20 metros, intervalo compatível com a existência de outras três naves.



Fig. 4 – Planta com reconstituição hipotética da parcela setentrional central das tercenas a partir dos dados arqueológicos.

A acreditar nestas suposições e na natureza arquitectónica intencional destas irregularidades na sapata, a plataforma [1270C] corresponderá provavelmente à base de uma torre, mais em concreto a da Torre das Pombas, historicamente documentada a meio das tercenas. O confronto desta dedução com a cartografia histórica, mormente a gravura de Braunius de 1572, expressa na **figura 5**, onde pensamos ser ainda possível identificar tanto esta Torre das Pombas, como a da Moeda mais a Este, auxilia esta interpretação.

Esta assunção também parece ter sido partilhada por alguns copistas do original de Braunius, tal como o autor da vista de Lisboa que viria a integrar a colecção do conde sueco Magnus Gabriel De la Gardie. Nesta obra, atribuída aos finais do século XVI e inícios do século XVII, a Torre das Pombas e a da Moeda em menor escala, encontra-se bem vincada, contrastando os seus topos planos com os restantes telhados de duas águas, a maior parte com as características *empenas em bico* medievais e modernas,

Sendo correcta esta linha de raciocínio, o desenho da parte central das instalações das tercenas de D. Dinis identificadas sob o Edifício Sede do Banco de Portugal contaria assim com várias naves (duas delas identificadas), uma das quais encabeçadas por uma torre. Contaria também, a ocidente delas, com um pátio a descoberto, pois aí não foram detectados quaisquer elementos fundacionais que se pudessem configurar como apoios de estruturas de cobertura, tornando o vão do telhado, se existisse, insustentavelmente superior a 20 metros.

A oriente das duas naves reconhecidas poder-se-iam ainda implantar mais dois ou três recintos daquela natureza. Esta configuração, com as naves o nascente



Fig. 5 – Uma (arriscada) interpretação cartográfica a partir da gravura *Olissippo quae nunc Lisboa ciuitas amplissima Lusitaniae* de Georg Braunius e Franz Hogenberg de 1598, à esquerda, e da implantação de [1270C], com a letra A, na Planta de Lisboa arruinada de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

e o pátio a ocidente, aproveitaria a navegabilidade da foz do Esteiro – por onde ainda se fazia o acesso das galés no século XIII e XIV, como indica, aliás, o cais descoberto em 1939¹¹.

Medido num eixo Norte-Sul, o comprimento original destas estruturas era naturalmente superior aquele detectado na escavação arqueológica. A sua actual configuração resulta de um corte a Sul provocado pela abertura da vala de fundação dos edifícios pombalinos, dado corroborável pelo facto de as estruturas medievais partilharem a interface de destruição com a dita vala.

As extremidades das tercenas são ainda mais problemáticas de conjecturar, pois os dados arqueológicos não conseguem ainda responder à multiplicação de documentação histórica, corrigindo ou complementando a sua leitura. A escavação arqueológica da Praça do Município poderá a chave para resolver algumas das questões que adiante se colocarão.

Admitindo-se a hipótese do limite ocidental das tercenas se encontrar fortificado, seria então na zona próxima do presente Largo de São Julião que convergiriam dois panos de muralha, o por nós descoberto com eixo aproximado Este-Oeste, e um outro, orientado Norte-Sul ou talvez Nordeste-Sudoeste, estendido até perto da margem do rio, realidade que embora não tenha sido depreendida por observação directa parece atestada em várias descrições históricas.

A primeira data de 1352 quando num documento do reinado de Afonso IV se refere um *muro da tercena* encostado ao qual o rei tinha umas casas com madeira¹², o mesmo troço fortificado que mais tarde, já no século XVI, será registado enquanto limite oriental da Tanoaria “(...) *as paredes dos armazéns eram as que iam da Calcetaria para a Tanoaria* (...)” – a Rua da Calcetaria correspondia à antiga Rua do Morraz e a Tanoaria era-lhe convergente tendo recebido o nome após 1318, ano em que o Convento de São Francisco doou uns terrenos a 15 tanoeiros “(...) *na ribeira do Tejo ao pee da barroca, alem da porta da Oura* (...)”. Os armazéns aludidos na documentação quinhentista tratar-se-ão precisamente da reconversão de uma parcela no quadrante sudoeste das antigas tercenas de D. Dinis.

O pano ocidental da muralha das tercenas separava então o seu interior, propriedade régia até 1755, da plataforma/praias exterior que se desenvolveria a Oeste, o *Campo da Oura*, espaço cuja propriedade haveria de mudar várias vezes entre o rei e o concelho.

Este topónimo *Oura* além de utilizado no documento que refere o *muro da tercena*, viria ser aplicado também a entradas na muralha. A julgar pela observação de Fr. Manuel da Esperança, teriam existido duas portas diferentes denominadas

¹¹ SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira...* Vol. I, p. 26.

¹² SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira...* Vol. I, p. 33.

de *porta da Oura*. A original integraria o complexo das tercenas e estaria na parte meridional do muro que as fechava a Oeste pois: “(...) estava no muro velho, que fez el-Rei Dom Dinys (...)”¹³, a segunda integraria a Cerca Fernandina, num troço com orientação diferente. Esta duplicação e transposição toponímica tem provocado algum ruído nas leituras das fortificações desta área.

Estamos em crer que se tratam efectivamente de duas passagens diferentes: a primitiva *porta da Oura* aberta para Ocidente num troço Norte-Sul da fortificação dionisina; a segunda *porta da Oura* aberta para Sul, num troço Este-Oeste da Cerca Fernandina.

A explicação para esta deslocação poderá passar pelo facto de o topónimo *Oura* ser usado para designar apenas o espaço de praia exterior às fortificações. A ser assim, antes de 1375-77, a designação *Oura* terá sido atribuída a todo o terreiro exterior pelo Oeste às tercenas dionisinas. Após a construção da Cerca Fernandina, com a integração de parte daquele espaço no perímetro fortificado (aquele para a qual a antiga Porta da Oura dava acesso), deixou de fazer sentido aquela referência, sendo mais lógico atribuí-lo a uma passagem que realmente desse acesso à praia, caso da porta aberta uns metros a Poente na nova fortificação.

Para fins de distinção, a primitiva porta da Oura passaria a ser denominada da Ribeira e com a construção por parte de D. João II de uns primeiros armazéns de armas nas instalações das antigas tercenas, seria natural que a designação se alterasse novamente, desta vez para *porta dos Armazens* como, aliás, surgirá grafada na obra de Georg Braunius de 1598, distinguível ainda da *Porta Auri* aberta para o rio.

Assim sendo, a Oeste, as tercenas de D. Dinis ocupariam os espaços que hoje correspondem ao Edifício Sede do Banco de Portugal, à Câmara Municipal de Lisboa, e partes do Largo de São Julião e da Praça do Município.

Sobre os limites orientais, a informação arqueológica é nula, sendo admissível que estes sejam contíguos às edificações meridionais da Rua Nova, artéria também alvo de intervenção neste reinado.

¹³ SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira...* Vol I, p. 70.

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário Jorge Medidas – “Padrão Medievais Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª Série vol. 9 (1992). Porto, pp. 53-85.
- OLIVEIRA, José Augusto – “Um estaleiro medieval: as obras no Claustro da Sé de Lisboa”. In FONTES, João Luís; OLIVEIRA Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (Eds.) – *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 177-204.
- ROCHA, Artur; REPREZAS, Jéssica; MIGUEZ, João; INOCÊNCIO, Joana – “Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos”, In ARNAUD, José Morais; MARTINS, André; NEVES, César (Eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1011-1018.
- SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª ed., 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento, 2016.
- SILVA, Manuel Fialho; ROCHA, Artur – “A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV”. In FONTES, João Luís; OLIVEIRA Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (Eds.) – *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 223-240.

O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas hortas, entre os séculos XIII e XV

Rodrigo Banha da Silva¹

Resumo

Fundado na década de 1240, o primeiro convento dominicano de Lisboa estabeleceu-se em zona periférica da cidade, junto a uma das principais estradas que lhe dava acesso, a “*Corredoura*”.

Graças aos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Praça da Figueira entre 1999 e 2001, sabemos hoje que a zona sofrera no século XII, se bem que de forma apenas parcelar, a expansão urbana verificada na etapa final do domínio islâmico, constatando-se no local uma retracção desta ao longo da segunda metade da mesma centúria, já sob domínio português. Aparentemente, no século XIII a área veria reforçado o seu carácter periurbano, fornecendo evidências predominantemente conectáveis com actividades agrícolas ali desenvolvidas.

Os terrenos seriam designados na documentação, a partir da segunda metade do século XIII, como “*Hortas de São Domingos*”, porque anexos ao complexo conventual confinante. Nunca perderam, portanto, a índole agrícola que assumiram a partir da Antiguidade Tardia, mantida ao longo de toda a Idade Média.

¹ CHAM-NOVA FCSH e CAL-DPC-CML; rbds@fcs.unl.pt; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

A arqueologia do lugar demonstra, todavia, a existência de um momento de ruptura clara nos momentos da transição da posse para a ordem mendicante, e são as expressivas manifestações materiais arqueológicas de suporte desta leitura que agora se apresentam, como os dados relativos às dinâmicas documentadas no espaço até finais do século XV.

Palavras chave

Ordem de São Domingos; Cerca conventual; Arqueologia Medieval; Arqueologia Conventual.

The Convent of St. Domingos, in Lisbon, and the archaeological interpretation of its gardens, between the 13th and 15th centuries.

Abstract

The first Dominican Convent was founded within the early 1240's, close to one of the main public roads that led to medieval Lisbon, the "*Corredoura*".

Due to the archaeological excavations that took place in *Praça da Figueira* between 1999 and 2001, we know today that during town's Islamic Domination final stages, in the first half of the 12th century, the area was subject to strong urban pressure, but in the second half of the same century, the first stages of Portuguese rule, a retraction of this occupation pattern occurred. Apparently, in the 13th century the area regained its former peripheral character, mainly agricultural, originated in Late Antiquity.

The spot corresponding to nowadays *Praça da Figueira* is referred in written documentation, from 14th century onwards, as "*Hortas de São Domingos*", the vegetable gardens included in the enclosure of Dominican Convent. The archaeology of the site displayed evidences of a horizontal cut with previous land pattern definitions, as well as various elements of the dynamics occurred during the mendicant Order possession of the land, which lasted until 1492.

Keyword

Dominican Friars; Convent Enclosure; Medieval Archaeology; Convent; Monastery Archaeology.

1. Alguns elementos introdutórios.

O conhecimento arqueológico acerca da ocupação do espaço actual da Praça da Figueira na Idade Média é uma matéria que, apesar de já ter sido noticiada nos aspectos respeitantes ao período final da dominação islâmica da cidade², permanece quase totalmente inédita no que se refere ao lapso que medeia os meados do século XII aos finais do século XV, ou seja, ao período que antecedeu a instalação do Hospital Real de Todos-Os-Santos (1492).

É através da documentação manuscrita e impressa acedida até ao momento que se sabe, de há muito, que o monarca português mandou instalar a instituição de carácter assistencial e hospitalar no espaço antes correspondente, genericamente, às hortas do vizinho Convento de São Domingos³.

Contudo, circunstâncias de vária índole levaram a que fosse quase nulo o contributo da arqueologia para o conhecimento das configurações que a área assumiu antes do lançamento da primeira pedra do grande edifício público civil, ocorrida em Maio de 1492.

O local é já bem conhecido e referenciado pela arqueologia, por força das escavações de 1960 dirigidas por Irisalva Moita, que constituíram à data o mais extenso salvamento de restos arqueológicos das épocas Medieval e Moderna numa cidade portuguesa, encerrando bem pioneiros méritos à escala europeia, nomeadamente nos domínios da comunicação e divulgação. Todavia, uma apreciação crítica do labor de Moita não pode, em bom rigor, escamotear as manifestas e profundas lacunas técnicas e metodológicas disciplinares então demonstradas, nomeadamente a qualidade e insuficiência dos registos, a ausência de qualquer preocupação ou sensibilidade estratigráfica, ou o não reportar a dispersão dos objectos no espaço, sequer nos distintos espaços urbanos, quanto mais nos respectivos ambientes arquitectónicos. Agrava esta circunstância o facto de toda a escavação subjacente aos achados relativos ao Hospital Real ter sido feita sem a sua presença, até ao momento em que Fernando Bandeira Ferreira assumiu a condução do salvamento do que restava da Necrópole Romana, nos inícios de Fevereiro de 1962⁴.

² SILVA, Rodrigo Banha; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. In GOMES, Rosa Varela Gomes; GOMES, Mário Varela; TENTE, Catarina (Eds.) – *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, pp. 17-26.

³ CARMONA, Mário – *O Hospital Real de Todos-Os-Santos da Cidade de Lisboa*. Porto: edição do autor, 1954. LEITE, Ana Cristina (Coord.) – *Hospital Real de Todos-Os-Santos. 500 Anos* (Catálogo). Lisboa: Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993.

⁴ FERREIRA, Fernando António R. Bandeira – *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira*. Lisboa: Junta Nacional da Educação, 1962 (microfilme – Centro de Documentação do CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa).

Ora, este hiato no salvamento arqueológico da informação contida no subsolo da Praça da Figueira, ocorrido entre 25 de Setembro de 1960 e 5 de Fevereiro de 1962, levou a que toda a estratigrafia medieval se perdesse, e portanto se desconhecêssem as entidades do registo que ali seguramente estariam presentes ao longo dos quase 4 m de potência depositada entre os séculos IV-V e finais do século XV.

Seria com plena noção deste vazio de informação que se iniciariam depois, em 1999, novos trabalhos arqueológicos de salvamento no local, e a colmatação desta lacuna de dados constituiu, naturalmente, uma das suas principais preocupações. O essencial dos elementos arqueológicos referentes à Baixa Idade Média identificados entre 1999 e 2001 são, portanto, o objecto do texto presente, focados sobretudo nas evidências respeitantes ao espaço das hortas conventuais dominicanas.

2. Antecedentes arqueológicos ao Convento de São Domingos.

A intervenção arqueológica de 1999-2001 permitiu identificar, no seu quadrante Este e Sudeste, uma densa trama urbanizada nos finais da dominação islâmica da cidade, onde foi possível discernir mais de uma dezena de unidades domésticas, nalguns casos com atestação também de funções artesanais, e os restos dos quatro arruamentos em torno dos quais o espaço estava organizado⁵. A cronologia destas evidências parece não recuar dos finais do século XI, parecendo mais verosímil a sua instalação já nos inícios do século XII, detendo um *floruit* nos momentos mais centrais desta centúria, o que é o mesmo que dizer que antes e logo após a integração da cidade no reino português.

Elementos esparsos permitem defender hoje que nalgumas destas unidades suburbanas a ocupação se terá prolongado até aos finais do século XII-inícios do século XIII, entendimento suportado, entre outros elementos, pelas morfologias cerâmicas de que se pode invocar o caso bem ilustrativo dos restos de um trem de cozinha encontrado abandonado no interior do respectivo compartimento na unidade ST/6 (contexto [2233]), sendo que alguns dos seus objectos detêm paralelo exacto em contexto eborense bem datado por numismas de D. Sancho II⁶.

⁵ SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Mário Varela Gomes; GOMES, Rosa Varela – “O bairro islâmico da Praça da Figueira... (Lisboa)”.

⁶ GONÇALVES, Ana; SCHIERL, Thomas; TEICHNER, Felix – “A Change of Pottery Style Under Dom Sancho II? A coin dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the City Museum of Évora (Alentejo, Portugal)”. *Arqueologia Medieval* 8 (2004). Porto: Afrontamento e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 237-252.

O restante espaço da área escavada documentou outras entidades, de distinto cariz. No lado oposto, no extremo oeste da intervenção, surgiram os restos de uma estrada. Edificada possivelmente entre os finais do século XI e as primeiras décadas do século XII, em associação a ela se encontraram elaborações oleiras a que se podem atribuir estas cronologias (“corda-seca” parcial e total, vidrados monocromos e bícromos, recipientes dotados de pinturas a branco, vermelho e negro), estando ausentes os fabricos importados mais antigos, como as elaborações islâmicas a “verde e negro” (também designadas por “verde e manganês”).

A estrada era dotada de muros laterais, de que se reconheceu a parte em pedra-seca, com um *intervalum* entre estes e as fiadas pétreas que delimitavam lateralmente o tabuleiro de circulação, também ele pavimentado a pedra de média dimensão.

A poente dos muros de delimitação da estrada, mas em áreas próximas ou até confinantes, foram identificadas fossas oblongas, no interior de duas das quais se recolheram restos de macrofauna em articulação anatómica. Ambas devem equivaler a descartes dos restos de dois animais (equídeos), praticados nas imediações do eixo de circulação. De igual modo se exumaram na zona os restos de um poço de planta quadrangular: neste caso, o seu uso parece ter-se prolongado até pleno domínio cristão da cidade, pois no seu interior se recolheu significativa quantidade de restos de macrofauna e um conjunto cerâmico medievo ainda de forte tradição islâmica, com paralelo em contextos do Castelo de São Jorge classificados como sendo já do século XIII⁷.

Deverá notar-se aqui que a estrada e os respectivos muros de delimitação lateral foram alvo de intensas e sucessivas remodelações até ao século XV. De facto, o muro oeste, confinante para poente com o antigo terreiro do Rossio, mostrava consecutivas acções de alteamento das suas paredes pétreas, como estavam também visíveis na estratigrafia variadas acções de substituição do antigo tabuleiro empedrado por outros, sucessivos, em terra batida, formando estes uma sequência de intrincadas unidades que levaram a uma subida impressionante de cota do piso de circulação em mais de 1,40m. No seu conjunto, estes elementos compõem a dinâmica ao longo dos séculos XIII a inícios do século XV da denominada *Corredoura*, via de primeira ordem referida na documentação medieval, e cuja origem do traçado se demonstrou ter tido origem nos finais do período de dominação islâmica de Lisboa.

⁷ GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; GUERRA, Sandra; CALÉ, Henrique; RIBEIRO, Susana; PINTO, Paula; VALONGO, António; PIMENTA, João – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 221-236.

Na mesma zona, mas a oeste da estrada, uma porção de muro de pedra seca desenhava o que equivaleria à definição do parcelário. Próximo, um poço pétreo circular, dotado de patim pavimentado com gravilha calcária e cerâmica, almagrado, integrava nos seus muros dois capiteis jónicos⁸, de permeio com outro material de construção romano neles reutilizado. Como apontamento, mencione-se que a tipologia arquitectónica da construção hidráulica tem paralelo exacto no poço romano exumado na Praça da Figueira no sector O-7, comprovando a ancestralidade da solução.

No ângulo oposto da área escavada em 1999-2001 identificaram-se dois compartimentos, com os respectivos muros reerguidos sucessivas vezes até finais do século XIV, pelo menos. Respeitavam as orientações da ancestral urbanística de origem islâmica que lhes subjazia, então já oculta, e comprovavam por este meio a sobrevivência de traçados suburbanos da cidade islâmica nas configurações da cidade da I dinastia portuguesa.

No seu conjunto, os dados arqueológicos da Praça da Figueira relativos às ocupações dos períodos que antecedem a instalação do Convento de São Domingos mostram um mesmo carácter periurbano da zona, eminentemente viário e agrícola com excepção do denominado “bairro islâmico”, servindo os poços identificados para comprovar a prática de culturas de regadio no local, expectável dadas as características encaixadas do Vale da Baixa. Noutro sentido, é plausível que mesmo o desenho da urbanística Islâmica antes mencionada tenha tido origem num parcelário agrário pré-existente e depois adaptado, como tantas vezes aconteceu em processos expansionistas suburbanos de cidades muçulmanas do Al-Andaluz⁹, ou que a tipologia “em espinha” que se desenhava em função da estrada islâmica, como da *corredoura* medieva sua sucessora, tenha de alguma forma sobrevivido até à instalação no local da ordem mendicante, já em pleno século XIII.

3. Os dados arqueológicos relativos às Hortas do Convento de São Domingos.

Um dos traços mais peculiares e característicos da sequência estratigráfica pós-romana detectada na Praça da Figueira equivale à existência de uma unidade

⁸ FERNANDES, Lúcia – “A decoração de época romana no *municipium olisiponensis*: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa)”. *O Arqueólogo Português* Série IV 25 (2009). Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 291-336.

⁹ NAVARRO PALAZÓN, Júlio; JIMÉNEZ, Pedro – “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”. *Artigrama* 22 (2007). Zaragoza: Universidad de Zaragoza, p. 287.

estratigráfica ([200]) de notável extensão, presente em praticamente todos os sectores da escavação: corresponde a um depósito muito homogéneo de argilas e calcarenito desfeito, de cor amarela, medianamente compactado, quase isento de inclusões de cerâmica. A u.e. [200] sobrepunha-se aos níveis deposicionais anteriores, já pós-islâmicos, estando somente ausente nas zonas a sul delimitadas por muros em alvenaria, e a oeste, na zona da *Corredoura* medieval. Com uma espessura variável (em torno dos 0,40-60 m), este depósito apresentava o seu interface superior a cotas muito aproximadas, em torno dos 7-7,15 m de cota absoluta, mas as zonas do quadrante NE da zona escavada posicionava-se a valores superiores, entre os 7,38 m e os 7,52 m, definindo deste modo uma ligeira e um pouco irregular pendente NE-SO.

A matriz sedimentar do depósito contrasta com a das unidades estratigráficas antropizadas imediatamente anteriores e posteriores, invariavelmente entre o areno-argiloso e o argilo-arenoso, sempre com frequentes inclusões cerâmicas e faunísticas, características que parecem fáceis de explicar em função dos processos sedimentares aluvionares e coluvionares que concorreram, mas não em exclusivo, para a origem destas últimas. Em contrapartida, a matriz da u.e. [200] encontra nas áreas da colina de Sant'Ana, situada imediatamente para norte, as zonas com uma geomorfologia compatível, e deverá enfatizar-se em simultâneo a sua não continuidade para oeste e sul, onde está ausente. Portanto, afigura-se-nos como explicação mais verosímil para o processo da sua formação o transporte executado de forma sistemática a partir de locais próximos.

Ora, esta leitura é da maior importância para a apreciação da formação da u.e. [200] e do seu significado: representando uma verdadeira ruptura horizontal na sequência da estratigrafia, o transporte implica a existência de uma deslocação antrópica, "sincrónica", de um volume de sedimentos de mais de 1600 m³, pelo menos, valor ainda assim obtido mediante cálculo manifestamente grosseiro.

Uma acção com esta magnitude encerra múltiplas implicações: por um lado, o envolvimento de meios humanos e de tracção avultados; cumulativamente, o poder e a capacidade de convocar estes meios; por fim, a existência de um objectivo predeterminado, novo, em clara ruptura com as tradições dos parcelários prévios da zona, visto anulá-los por esta via.

O esclarecimento do âmbito cronológico desta acção, tão fortemente impactante na paisagem da zona, assume, por consequência, uma relevância supletiva. Os dados não são, todavia, categóricos. Na ausência de elementos bem datados empacotados pelo extenso depósito [200], teremos que nos socorrer do *terminus posde quem* equivalente ao entulhamento do poço quadrangular de D 4/5 que, como vimos antes, se situará algures dentro do século XIII; em sentido

oposto, uma vala ([199]) aberta no aludido depósito de terraplanagem ([200]) foi colmatada em parte com um depósito negro ([147]=[190]), muito rico em matéria orgânica, como em fauna (em especial ostra) e restos cerâmicos, o que lhe fixa um *terminus ante quem*. Ora, o estudo dos artefactos contidos na unidade mais recente proporcionou a detecção de um número assinalável de fragmentos de jarro e/ou pichel alto em fabrico flamengo, de Brugges, associados a um único fragmento morfológicamente congénere em fabrico policromo de Saintonge (La Rochele, Saintes), produções ambas que sabemos hoje correntes na Lisboa medieval. No seu conjunto elas remetem para um âmbito situado entre o último quartel do século XIII e a primeira metade do século XIV¹⁰.

Com as indicações proporcionadas pelas datações dos vasos importados do Norte da Europa referidos, a ampla acção de terraplanagem do espaço da actual Praça da Figueira terá que ser situada com anterioridade ao primeiro quartel do século XIV (pela associação de vasilhas de Brugges e Saintonge), pelo mais, pelo que é quase que inevitável situá-la no quadro das transformações espaciais decorrentes e ulteriores à fundação da Igreja e Convento de São Domingos na década de 1240.

Os restantes vestígios arqueológicos posteriores equivalem, por seu turno, às evidências relativas às dinâmicas que a zona sofre já enquanto propriedade conventual dominicana, até cerca de 1492. Deverá enfatizar-se aqui que, não somente os elementos haviam sido cerceados pelos potentes alicerces do Hospital Real de Todos-Os-Santos, permitindo somente observações descontínuas no espaço, como o estado da investigação sobre estes momentos é ainda insuficiente para apontar datações finas e de grande precisão.

No lado ocidental da zona escavada os muros em pedra-seca que serviam de limite à primitiva versão islâmica da “*Corredoura*” mostraram ligeiras flutuações de implantação ulteriores, ocorridas ao longo do tempo, com a sobreposição de troços sucessivos até aos finais do século XIV, pelo mais. A par desta circunstância, níveis de depósitos de tendência horizontal foram-se acumulando no espaço interior das “*Hortas de São Domingos*”, aumentando aqui a cota do solo à época. À falta de outra explicação, este conjunto de depósitos poderá equivaler à conjugação de diferentes factores, incluindo distintos momentos de trabalhos de terraplanagem instigados pelos excessos de humidade da zona, mas esta última leitura teria de ser robustecida por estudos no âmbito da geoarqueologia, todavia por realizar.

¹⁰ OLIVEIRA, Filipe; SILVA, Rodrigo Banha da; FERREIRA, Sara; BARGÃO, André – “O comércio medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras n.ºs 21-28”. In *Arqueologia em Portugal 2017- Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1523-1538.

Os limites do parcelário pertencente ao Convento de São Domingos mostraram, contudo, que ao complexo dos pregadores se incorporaram na centúria de quatrocentos parcelas que antes lhe não pertenciam. De facto, no vértice SO da escavação, já no exterior do perímetro do estacionamento (quadrículas C/D-10/11), se identificou um muito robusto muro em alvenaria de 0,80 m de espessura dotado de base de pilar em cantaria calcária (ombreira de vão?). A cota de circulação situava-se, então, em torno dos 8,00 m. No interior do espaço foram praticados oito sepultamentos em covacho de tendência ovalada, dispostos em duas bem organizadas fileiras, com as cabeceiras orientadas para poente e os pés para nascente. Ora, estas inumações, que decerto se prolongariam com aquela organização mais para sul e para norte, estariam seguramente em terreno sacralizado da cerca conventual e *podem* equivaler a um dos espaços de cemitério do Convento. De qualquer das formas, a sua presença faz-se numa área antes pública, onde nos séculos imediatamente anteriores estava presente o tabuleiro da *Corredoura*, não se estranhando que no futuro a pesquisa documental venha a referenciar documentação manuscrita sobre esta circunstância.

No mesmo quadrante ocidental, um outro muro mais recolhido foi detectado na área das quadrículas D-4/5. Menos espesso que o que antes se mencionou, mostrava de igual modo distinta tipologia construtiva. De facto, estoutro possuía um embasamento em forte alvenaria, mas mostrava de igual modo que sobre este assentava uma outra superestrutura edificada em taipa, de que se identificaram os negativos de quatro travessas de suporte do taipal que serviu para a produção do embasamento de alvenaria e do restante desenvolvimento em “terra”, em altura. Externa e internamente era patente o revestimento em argamassa de cal com areia com bem marcados os negativos do tabuado horizontal e as “costuras” do taipal.

Este muro encerrava cotas máximas preservadas de 8,26-8,38 m, quando o nível do solo exterior estava nos cerca de 7,80 m. Ora, considerando que o módulo do taipal tinha cerca de 1,20 m de altura, isso implica que o desenvolvimento superior do muro se fizesse com pelo menos outro tanto, deixando o topo a cotas em torno dos 9,50 m, ou seja, com pelo menos 1,70 m de altura em relação ao solo. Esta estimativa, que será seguramente minimalista pois os valores da superestrutura do muro da cerca poderiam ser bem superiores, faz com que mesmo com esta configuração o muro estabelecesse uma marcada distinção arquitectónica na paisagem urbana da cidade.

Este pequeno conjunto de intervenções de delimitação arquitectónica da cerca conventual, documentadas pela arqueologia na zona confinante com o *Rossio*, tem correspondência do lado meridional, e com as mesmas cronologias quatrocentistas. Aqui, oito troços de muro em forte alvenaria sugerem uma

continuidade entre si, desenhando o limite da propriedade dominicana ao longo de quase 60 m. As fundações, profundas, atingem cotas de 6,84 m no seu ponto mais inferior, ao passo que a parte mais preservada regista 8,52 m, entestando com os tardoze de casas pertencentes à *Rua da Betesga*, artéria que se situaria pouco mais para sul. Das edificações domésticas não conventuais se registou um pavimento em tijoleira, com níveis de abandono situados à cota absoluta 8,00 m, indicador do nível do solo das mesmas e que se pode colocar em relação com a parte preservada do muro da cerca das *Hortas*. Efectuando um exercício de cálculo genérico, se os espaços não conventuais fossem apenas de piso térreo (com os pavimentos em torno da cota 8,00 m), o muro da cerca conventual teria de ter o seu topo nesta zona acima dos 10 m absolutos, assumindo-se de novo, e deste modo, como uma significativa marca paisagística urbana, em especial nas zonas onde, a sul se não detectaram construções exteriores.

O acondicionamento interior do espaço neste período definido pelos muros da cerca revelou elementos de duas naturezas.

Em primeiro lugar, uma estrutura identificada no quadrante oeste da escavação, já bastante segmentada. Trata-se de dois muros em alvenaria, paralelos na maior parte do seu trajecto e oblíquos em relação ao alinhamento poente da delimitação da cerca conventual, definindo uma zona de aproximadamente 2,00 m de largura. Medindo cerca de 0,60 m de largura, estes muros foram, de novo, edificados mediante a utilização de taipal, e as marcas deste ficaram impressas e perfeitamente visíveis no seu extradorso interno e externo, sendo no topo capeados em V invertido. A altura máxima da sua super-estrutura rondava o 1,20 m, e a circunstância de o topo do capeamento se situar à cota absoluta entre os 7,67 e 7,75 m mostra bem o seu menor desenvolvimento em altura em relação ao que interpretámos como muro da cerca, recorde-se que conservado até à cota 8,38 m, mas que se estima restituir próximo dos 9,00 m, ou acima deste valor.

Preenchia a base do espaço interior formado pelas duas estruturas uma estratigrafia lenticular, alternando finos depósitos argilo-arenosos e negros limosos, estes muito ricos em matéria orgânica. Pelo lado exterior eram bem visíveis as valas de implantação de ambos os muros, nos quais se instalaram os alicerces respectivos: rompendo os diversificados depósitos ulteriores a [147=190], estas formações preencheriam o espaço exterior aos muros até à cota absoluta de c. 7,53 m, de onde a zona entre muros se situava a nível bem inferior ao solo que lhe era exterior.

Aquilatar da funcionalidade desta estrutura não é fácil, por manifesta falta de paralelos coevos conhecidos. Todavia, as indicações proporcionadas pelo enchimento interno sugerem que, ao menos parcialmente, o “corredor” formado pelos muros deteve alguma função de drenagem hídrica orientada para o exterior da cerca conventual. Do mesmo modo, a zona assim definida poderá ter detido

também um uso para circulação. A sua similitude com estruturas presentes na paisagem rural regional em épocas bem posteriores, e com idêntica dupla função, nomeadamente veredas e azinhagas, apesar de sugestiva é porém insuficiente como suporte da leitura produzida.

Em segundo lugar, os vestígios das práticas agrícolas que tiveram lugar nas “*Hortas de São Domingos*” entre finais do século XIV e finais do século XV, apesar de tudo mal documentadas através da arqueologia. Assomam com significado para esta temática dois poços ovais, edificados em alvenaria muito resistente, localizados nas quadrículas K3 e T1. Deixando de parte terem sido ambos cercados na sua parte superior por intervenções distintas relacionadas com o Hospital Real de Todos-Os-Santos, o que nos impede de tentar perceber melhor o tipo de mecanismos de extracção da água de ambos, o seu entulhamento, ocorrido respectivamente nos finais do século XV e em meados / segunda metade do século XVI, esclarece até certo ponto esta matéria, pois em ambos se recolheram quantidades significativas de alcatruzes, comprovando, de forma peremptória, que em ambos funcionou um sistema de nora.

A disposição de ambas as estruturas hidráulicas citadas parece não ser totalmente aleatória. De facto, distam as paredes externas de ambos cerca de 41 m, e um e outro aproximadamente 37,5 m e 40 m do muro meridional da cerca, estando o mais ocidental a cerca de 34 m do que foi interpretado como muro poente daquela delimitação do espaço. Não parecendo, portanto, existir uma métrica regular na planificação da sua implantação, as medidas sugerem ainda assim um posicionamento o mais centralizado possível das duas construções em relação ao vasto espaço das *Hortas* dominicanas. Terá sido esta opção destinada a que os dois engenhos de nora providenciassem a água necessária às culturas de regadio que, decerto, teriam lugar em redor.

4. Considerações finais.

O estudo da documentação medieval relativa à área periurbana de Lisboa onde se implantou o Convento de São Domingos mostrou que, apesar de periférica, a zona concentrava em matéria de propriedade os principais elementos do poder urbano, pois, “(...) entre cónegos regrantes, cavaleiros de Santiago, monges cistercienses e mendicantes, passando pelo clero secular e pelo próprio monarca, aqui estão presentes quase todas as principais instituições da cidade, se não mesmo do Reino”¹¹.

¹¹ GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX-XIV)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado em Historia Medieval. 2011, pp. 102,142, mapa 4.

Este peculiar carácter, a um tempo marginal e polarizador, em especial para o lapso de entre os meados do século XII e a segunda metade do século XIV, prende-se directamente com as muito boas acessibilidades, a elevada disponibilidade hídrica e a aptidão agrícola para o regadio. Noutro sentido, a posição estratégica do local em relação à principal estrada de acesso à cidade ter-se-á revelado determinante para a escolha do sítio de Lisboa destinado à fixação do convento dos pregadores, cerca de 1242¹².

Como vem sendo assinalado pela investigação, o ideal autárcico da vida conventual e monástica medieva implicou a existência no complexo de sistemas hidráulicos, por vezes de elevada complexidade¹³, e a sua abordagem para o caso português foi já encetada¹⁴, se bem que se trate de temática ainda insuficientemente trabalhada arqueologicamente aqui.

O contributo da disciplina para a leitura das estruturas hidráulicas tem, todavia, incidido mais sobre as vertentes do abastecimento ao edificado, os respectivos sistemas ali operativos de fornecimento, drenagem e/ou saneamento, como com as implicações que estas soluções trouxeram em relação à paisagem envolvente. Outros aspectos, mais directamente ligados à componente agrária conventual, embora aflorados pontualmente¹⁵ são ainda insuficientes. Neste sentido, portanto, uma das intenções do presente texto foi o de facultar o acesso a dados inéditos a utilizar pela investigação futura.

A montante dos elementos de cariz hidráulico, assume relevância aqui o elevado esforço empregue pela ordem mendicante na reconfiguração do espaço destinado a fins agrícolas, o que se traduz na ampla obra de terraplanagem praticada com segura anterioridade aos finais do século XIII-primeiro quarto do século XIV, documentada pelos trabalhos arqueológicos da Praça da Figueira.

Noutro sentido, as evidências construtivas praticadas na área da cerca conventual sugerem uma notória maior intensidade edilícia no século XV, sendo evidente no registo que se trata de um fenómeno que se alarga às áreas externas confinantes com os limites da propriedade, privadas e de provável finalidade doméstica. Sendo fácil interpretar o conjunto destes elementos como o resultado do fenómeno de expansão urbana bem documentado para a “Cidade dos Descobrimentos”, interessa aqui destacar a resposta da Ordem de São Domingos

¹² GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial...*, p. 102.

¹³ PAULUS, Helmut-Eberhard; RAIDEL, Hermann Raidel; WINKLER, Paul W. (Eds.) – *Wasser. Lebensquelle und Bedeutungsträger*. Ratisbona: Schnell & Steiner, 1999.

¹⁴ MASCARENHAS, José Manuel; ABECASSIS, Maria Helena; JORGE, Virgolino Ferreira (Eds.) – *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Actas do Simpósio Internacional (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993)*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

¹⁵ MASCARENHAS, José Manuel; ABECASSIS, Maria Helena; JORGE, Virgolino Ferreira (Eds.) – *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna...*

da cidade a esta densificação da ocupação do espaço com a edificação de uma nova cerca. Será esta intenção de afirmação da posse pelos mendicantes que transformou a paisagem da área no século XV, surgindo o muro que delimitava a área agrícola conventual com uma inteiramente nova expressão arquitectónica.

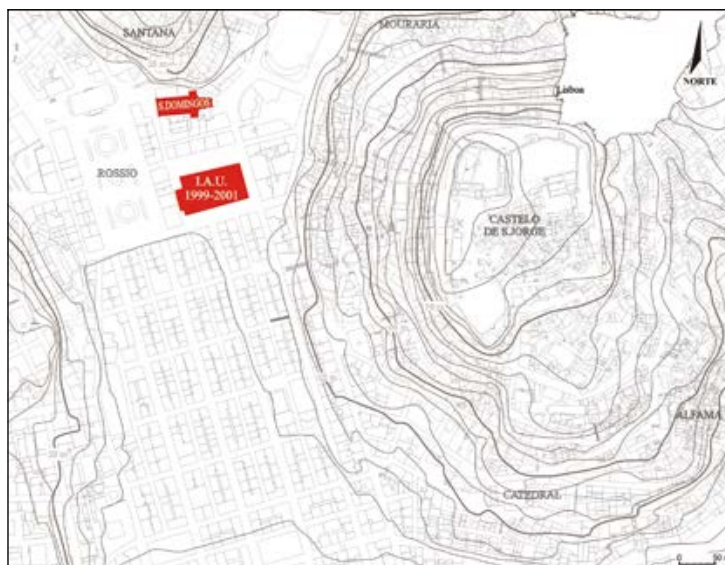


Fig. 1 – Localização na planta de Lisboa da Igreja de São Domingos e da área intervencionada arqueologicamente na Praça da Figueira em 1999-2001.

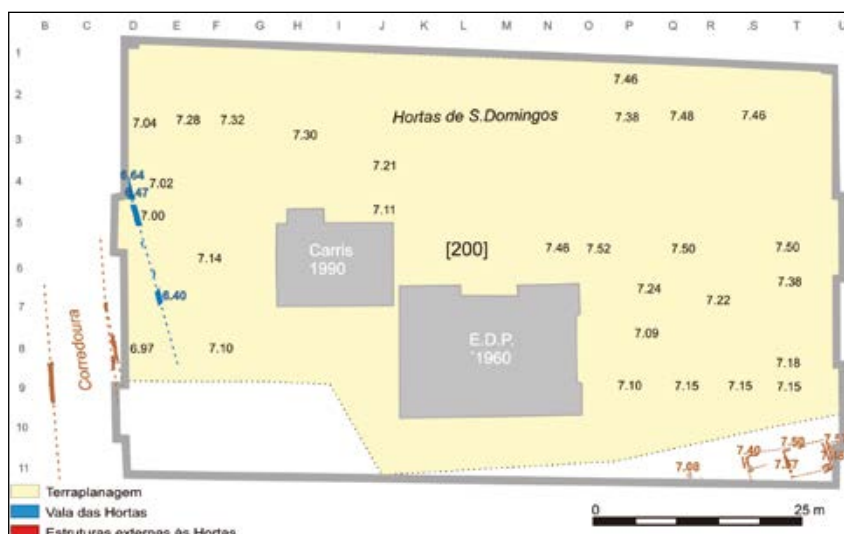


Fig. 2 – Planta sintética das principais entidades arqueológicas datadas de entre os meados-finais do século XIII e finais do século XIV, exumadas em 1999-2001 na Praça da Figueira.

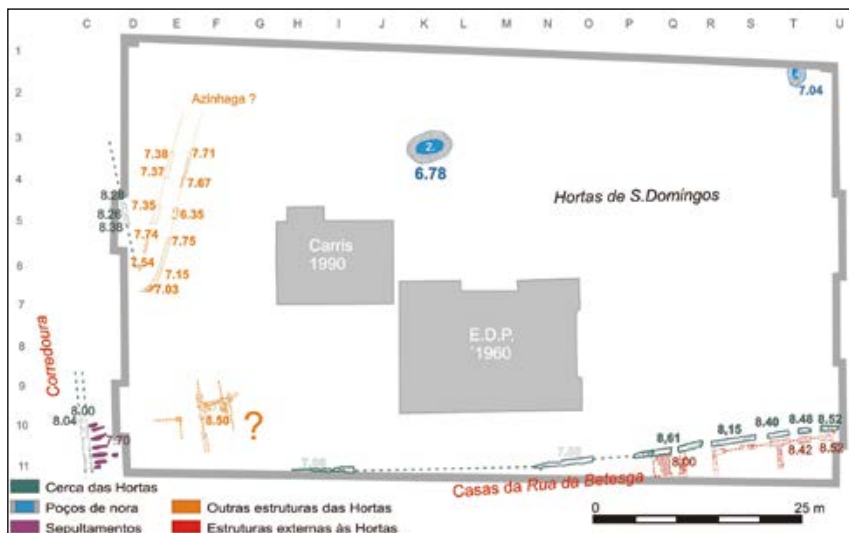


Fig. 3 – Planta sintética das principais entidades arqueológicas datadas de entre os finais dos séculos XIV e XV, exumadas em 1999-2001 na Praça da Figueira.



Fig. 4 – Seleccion de cerâmicas “datantes” respeitantes à definição da cronologia do depósito interpretado como de terraplanagem [200].

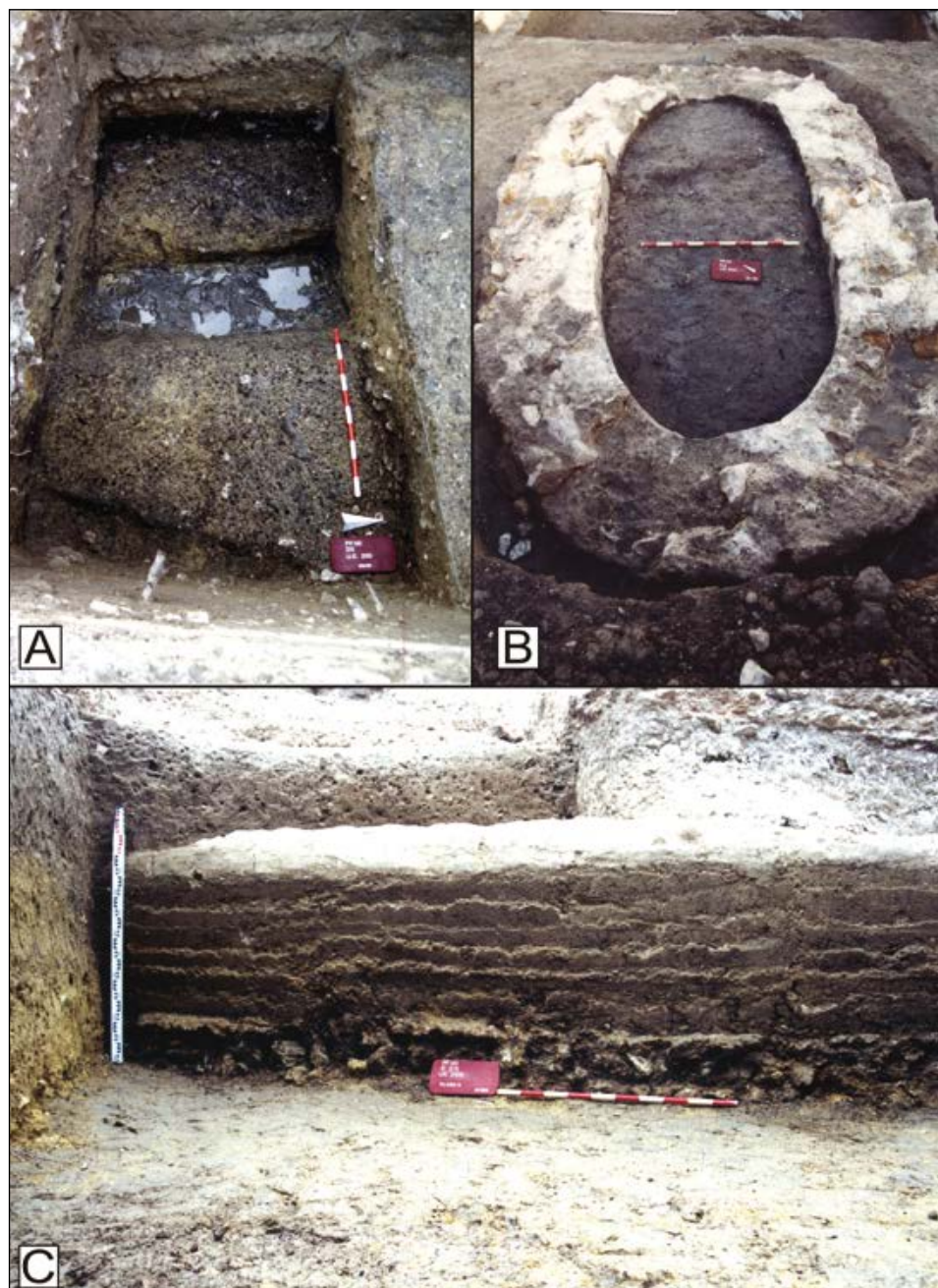


Fig. 5 – Fotos da escavação da Praça da Figueira de 1999-2001: A) Vala [199] aberta em [200]; B) Vista do poço oval em K3; C) Aspecto do muro de circulação/drenagem do século XV.

BIBLIOGRAFIA

- CARMONA, Mário – *O Hospital Real de Todos-Os-Santos da Cidade de Lisboa*. Porto: edição do autor, 1954.
- FERNANDES, Lídia – “A decoração de época romana no *municipium olisiponensis*: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa)”. *O Arqueólogo Português* Série IV 25 (2009). Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 291-336.
- FERREIRA, Fernando António R. Bandeira – *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira*. Lisboa: Junta Nacional da Educação, 1962 (microfilme – Centro de Documentação do CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa).
- GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX-XIV)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado em Historia Medieval. 2011.
- GONÇALVES, Ana; SCHIERL, Thomas; TEICHNER, Felix – “A Change of Pottery Style Under Dom Sancho II? A coin dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the City Museum of Évora (Alentejo, Portugal)”. *Arqueologia Medieval* 8 (2004). Porto: Afrontamento e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 237-252.
- GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra; GUERRA, Sandra; CALÉ, Henrique; RIBEIRO, Susana; PINTO, Paula; VALONGO, António; PIMENTA, João – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (Coords.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 221- 236.
- LEITE, Ana Cristina (Coord.) – *Hospital Real de Todos-Os-Santos. 500 Anos* (Catálogo). Lisboa: Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993.
- MASCARENHAS, José Manuel; ABECASSIS, Maria Helena; JORGE, Virgolino Ferreira (Eds.) – *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Actas do Simpósio Internacional (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993)*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

NAVARRO PALAZÓN, Júlio; JIMÉNEZ, Pedro – “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”. *Artigrama* 22 (2007). Zaragoza: Universidad de Zaragoza, pp. 259-298.

OLIVEIRA, Filipe; SILVA, Rodrigo Banha da; FERREIRA, Sara; BARGÃO, André – “O comércio medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras n.ºs 21-28”. In *Arqueologia em Portugal 2017- Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1523-1538.

PAULUS, Helmut-Eberhard; RAIDEL, Hermann Raidel; WINKLER, Paul W. (Eds.) – *Wasser. Lebensquelle und Bedeutungsträger*. Ratisbona: Schnell & Steiner, 1999.

SILVA, Rodrigo Banha; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. In GOMES, Rosa Varela Gomes; GOMES, Mário Varela; TENTE, Catarina (Eds.) – *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, pp. 17-26.

“Um poder do outro mundo”: *o demónio da Casa da Severa, Lisboa*

António Marques¹, Tânia Manuel Casimiro²

Resumo

Escavações arqueológicas na Casa da Severa puseram a descoberto contextos arqueológicos que se podem balizar entre o século XII e os finais do século XV. Foram identificados ambientes domésticos cuja cultura material e restos faunísticos se fazem associar sobretudo à comunidade muçulmana, apesar do enquadramento cristão em que a mesma esteve inserida ao longo destes três séculos.

Entre os diversos achados de uso quotidiano, foi recuperado um molde em cerâmica onde era possível moldar pequena estatueta, em metal, que associamos a uma figura demoníaca: as suas características físicas com cascos e pernas de animal, chifres e falo, não deixam margem para dúvidas.

Este trabalho pretende a análise desta estatueta como representação de actividades ocultas tais como a invocação de demónios, associadas a um contexto medieval lisboeta claramente popular. O facto de se tratar de uma peça para a manufactura de estátuas leva a crer que existia uma produção deste tipo de artefactos e que os mesmos podiam ser obtidos na Lisboa medieval sugerindo possivelmente a existência não apenas de um caso de adoração isolada, mas uma diversidade que possivelmente seria transversal a estas distintas comunidades religiosas. Tais cultos, conhecidos através da documentação, são raramente identificados em intervenções arqueológicas, pelo que este artefacto é reflexo de ideologias e crenças.

Palavras-chave

Molde; demónio; Lisboa; superstição; idolatria.

¹ Centro de Arqueologia de Lisboa – antonio.a.marques@cm-lisboa.pt

² IHC/IAP NOVA FCSH – tmcasimiro@fcsh.unl.pt

“A power of other world”: the demon from Casa da Severa, Lisbon.

Abstract

Archaeological excavations made in Casa da Severa, discovered some archaeological contexts possible to date between the 12th and 15th centuries. Several domestic environments reveal the presence of Muslim communities based on material culture and faunal remains.

Among the many finds related to everyday household activities a ceramic mould was found. This object was used to cast metal figurines shaped as little devils. Its physical characteristics combining a human figure with animal legs, horns and a phallus clearly suggest this identification.

This paper aims to study that figurine as a representation of occult activities, such as the calling of demons, associated to an atmosphere of popular superstition. The existence of one mould destined to cast several figures leads to the conclusion that this was not an isolated act but a widespread practice. Several documents seem to confirm that the worship of demons and other pagan ritual were frequent.

Keywords

Mould; demon; Lisbon; superstition; idolatry.

1. Introdução.

Na sequência de um projecto municipal visando a requalificação do edifício localizado no cimo da Rua do Capelão, no Largo da Severa 2 / 2A, na Mouraria, onde terá vivido a famosa fadista Maria Severa Onofriana, falecida aos 26 anos, em 1846, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu transformar o edifício num espaço alusivo ao fado e à vida boémia lisboeta (**Fig. 1**).

Este objectivo levou ao desenvolvimento de intervenção arqueológica, com início em 2010. Associado a um dos contextos medievais foi identificado o objecto que aqui apresentamos. Mais do que um molde, este pequeno artefacto é o reflexo de como a própria cidade era uma encruzilhada de crenças e superstições que raramente se encontram no contexto arqueológico.

2. A Casa da Severa – contexto arqueológico.

O edifício em causa encontra-se em zona de Nível 2 de Sensibilidade Arqueológica do Plano Director Municipal, obrigando a procedimentos de índole arqueológica. Ainda em fase preparatória do projecto, realizaram-se em 2010, diversas sondagens nas quais se reconheceu a existência de contextos e estruturas preexistentes.

Já entre 2012 e 2013 procedeu-se ao acompanhamento arqueológico dos trabalhos de engenharia³. Durante esta intervenção foi recuperado o objecto que agora publicamos, associado a um contexto que nos permite aproximar de uma sociedade que há muito se dissipou e de que nos ficou a memória toponímica – a Mouraria, e às gentes que construíram essa identidade que perdeu a todas as vicissitudes do tempo.

Com efeito esta última intervenção revelou-nos que o actual urbanismo assenta sobre realidades construtivas anteriores que, de acordo com os resultados alcançados, remontam à génese da Mouraria, cujo Foral, dado por D. Afonso Henriques, é datado de 1170. Removeram-se contextos e estruturas que atestavam esse período, assim como outros que revelaram uma comunidade dinâmica, que foi paulatina e organicamente crescendo, com construções que se vão acrescentando ao longo de 100 ou 200 anos.

Subitamente, os contextos que nos aportam para os séculos XIV e XV, mostram-nos uma realidade diversa. Regista-se uma profusão de episódios reconstrutivos nas estruturas exumadas. Surgem paredes e pavimentos, desactivados por aterros, onde se encerram imensos vestígios materiais do quotidiano dos então habitantes da Mouraria.

É neste local que o rei determina a residência dos habitantes de Lisboa que, professando a religião islâmica, permaneceram na cidade após 1147. É neste espaço que esta comunidade, segregada da restante sociedade, mas com estreitos laços de convivência, vai prosperar e criar a sua própria estrutura de funcionamento.

De entre as materialidades recolhidas, ressalta-nos uma comunidade ainda com um gosto e estilo com forte tradição islâmica, o que se observa na tipologia das peças cerâmicas do dia-a-dia, mas também nos vestígios alimentares recolhidos. Com efeito, após o estudo dos respectivos contextos faunísticos⁴, verifica-se que os padrões de consumo são bastante idênticos aos de outros locais onde se estudaram

³ CAESSA, A.; MARQUES, A.; MOTA, N. – “Casa da Severa, memórias arqueológicas de um espaço (Largo da Severa, nº 2, Mouraria, Lisboa)”. In *Atas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa, 2017, pp. 386-412.

⁴ VALENTE, M.J; MARQUES, A. – “Alimentação mudéjar em Lisboa: dados preliminares sobre a zooarqueologia do Largo da Severa (Mouraria, Lisboa)”. In *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade* (Col. “Fragmentos de Arqueologia de Lisboa” nº 1). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017, pp. 76-91.

contextos coevos, como sejam Mértola ou Santarém, com uma escassa presença de porco (0,2%), em oposição à cabra/ovelha (49,5%).

Na realidade, a documentação existente revela-nos, nos séculos XIV e XV, uma comunidade que vive um período de grande prosperidade, que se materializa no seu aumento urbanístico, com a integração do então denominado “Arrabalde Novo”, que incluía na Mouraria a atual Rua do Benfornoso⁵. Percebe-se arqueologicamente que, a um período de sucessivos episódios destrutivos, atribuíveis ao século XIV, com pestes, abalos sísmicos e guerras, se sucedeu um outro período de crescimento e renovação urbanística.

Foi nestes contextos, de regeneração e afirmação desta comunidade que a presente peça foi recuperada. No momento foi claro que se trataria de um pequeno molde de fundição, apesar de até à data ainda se não terem identificado contextos de actividade metalúrgica na Mouraria, em período Medieval.

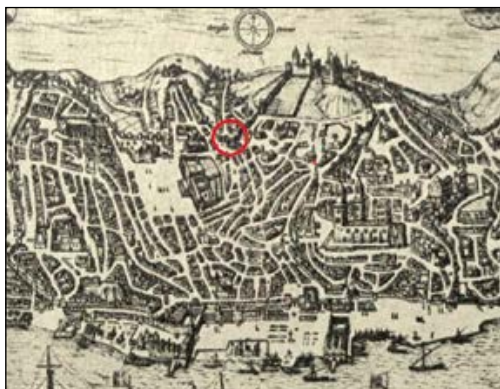


Fig. 1 – Localização da Casa da Severa na malha urbana lisboeta do século XVI.



Fig. 2 – Local onde foi recuperado o artefacto.

⁵ BARROS, M. F. – *A Comuna Muçulmana de Lisboa. Séculos XIV e XV* (Biblioteca de Estudos Árabes nº 4). Lisboa: Huguin, 1998, pp. 141-144.

3. O objeto.

O artefacto em questão corresponde a um molde produzido em cerâmica de pasta vermelha escura com argila bem depurada, homogénea e compacta com elementos não plásticos de pequena dimensão quartzosos e micáceos. O tipo de pasta, ainda que apenas observado macroscopicamente, pode ser considerado como semelhante à das peças produzidas em Lisboa.

Apresenta externamente forma sub-oval medindo no seu eixo maior 0,132 m e no eixo menor 0,065 m. Foi-lhe atribuído o número de inventário LS2 /CC320. O seu interior apresenta negativo no qual foi possível reconhecer figura antropomórfica. A descrição detalhada e representação gráfica da mesma só foi possível através da elaboração de molde em silicone. O exterior apresenta dois sulcos que sugerem ter servido para enrolar corda que fixaria as duas partes do molde. Na parte superior ainda se pode observar o jito, por onde seria vertido o metal.

A figura antropomórfica, itifálica, possui características híbridas que conjugam atributos humanos e animais (**Fig. 3**). O rosto, ainda que apresentando feições humanas, com dois olhos equidistantes, nariz e boca, revela feições quase que grotescas sendo o topo da cabeça coroadado com dois pequenos chifres. O torso mostra representação do umbigo. Os membros superiores terminam no que parecem ser duas garras e os membros inferiores em cascos. Apesar de não ser possível inferir sobre a parte de trás deste molde, do lado direito da figura existem resquícios do que poderia ter sido uma cauda. O cuidadoso detalhe com que o molde se encontra realizado sugere que pode ter sido feito com recurso a um modelo de cera, no exterior do qual foi colocado o barro e depois cozido. A dureza da peça sugere que foi cozida não num fogo doméstico, mas sim em forno que atingiria temperaturas suficientemente altas para uma boa cozedura. Não é difícil de acreditar que aquela tenha sido feita numa das dezenas de fornos de louça vermelha que existiam na área, em finais da Idade Média.

Análises ao interior da peça, efectuadas no laboratório do ITN (Cfr. **Anexo I**) sugerem que no interior deste molde foram moldadas pequenas estatuetas onde esteve presente uma liga de cobre e zinco, à qual se poderia juntar um terceiro metal – estanho. O aspecto enegrecido do seu interior e os restos de fuligem parecem confirmar a hipótese de ser latão, um metal dourado, que não podemos deixar de associar à fábula dos cabelos de ouro do diabo, da autoria dos Irmãos Grimm.

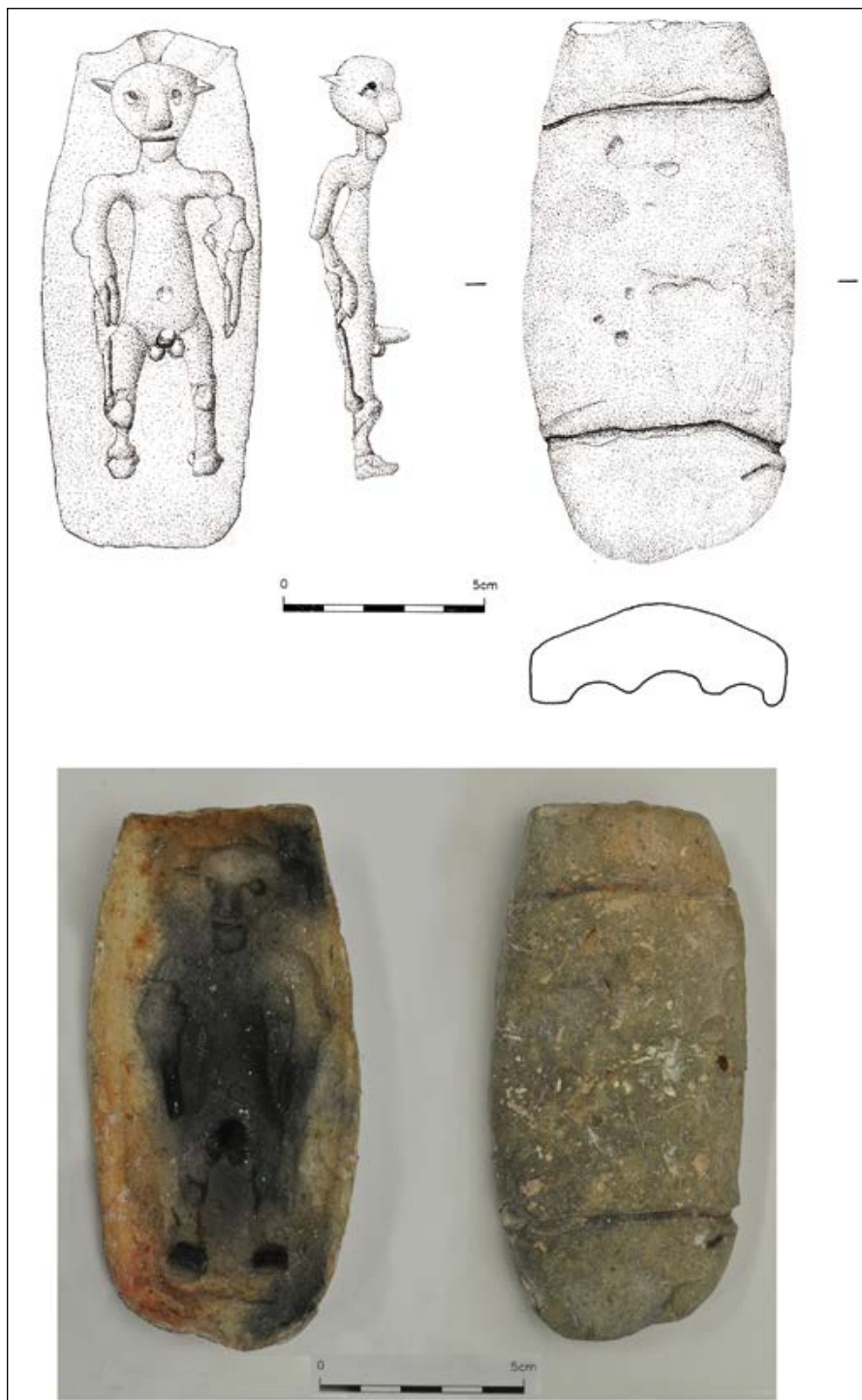


Fig. 3 – Representação do molde (desenho Luísa Batalha).

4. A representação demoníaca.

A sugestão que se trata de uma representação demoníaca passa pelo facto de esta figura apresentar características semelhantes aos diversos demónios e diabos de outras representações medievais. As representações demoníacas são raras na Idade Média em Portugal. A que melhor se conhece será provavelmente aquela que acompanhou a publicação do *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente (1531), onde uma figura demoníaca aguarda na sua barca as almas que transportará para o Inferno (Fig. 4). A imagem associada à publicação mostra igualmente figura antropomórfica com chifres e mãos quase que animais terminando em garras. Quando nos deslocamos para fora de Portugal o imaginário europeu relativo ao demónio não apresenta muitos desvios. A figura híbrida mostrando a conjugação de atributos humanos e animais repete-se frequentemente. Segundo Lurdes Rosa o demónio na Idade Média apresenta características muito semelhantes à figura ali moldada. De acordo com as pessoas que “lidam” directamente com demónios, aqueles podem voar ou andar muito depressa, têm características animais, relacionam-se com determinadas matérias tal como pedras e metal, são sexualmente agressivos e audazes⁶.

Será desnecessário um arrolamento extensivo de todas as representações demoníacas que se conhecem na Europa. No entanto, a título de exemplo, gostaríamos de mencionar o diabo representado numa das páginas do *Codex Gigas*, possivelmente produzido na actual República Checa, que nos revela como estas representações da Europa Central, da primeira metade do século XIII, encontram semelhanças com a peça portuguesa.

O facto de maior parte das representações demoníacas que se conhecem estarem associadas a livros religiosos pode ter sido a razão porque poucas destas figuras se apresentam como itifálicas. O pénis erecto é claramente uma demonização dos seres durante a Idade Média, até porque o diabo entra pelos buracos do corpo⁷, levando a que as mulheres sejam as suas vítimas preferenciais. Estes ataques a indivíduos do sexo feminino eram frequentes, referenciados não apenas através dos processos da inquisição, mas igualmente através de outros documentos, demonstrando como os demónios possuem raparigas, como os episódios ocorridos em meados do século XIV em Guimarães⁸.

No Livro de Horas de Taymouth, produzido algures na primeira metade do século XIV, mostra-se um demónio fálico que carrega um carrinho com homens

⁶ ROSA, M. L. – *Santos e demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010, p. 131.

⁷ ROSA, M. L. – *Santos e demónios no Portugal...*, p. 131.

⁸ ROSA, M. L. – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 399-400.

e mulheres ensanguentados em direcção às chamas do inferno, demonstrando como este atributo sexual se encontra conotado com a perdição eterna. No entanto, o que condena também dá vida e não podemos esquecer que dependendo do local onde estes textos e imagens são produzidos, as representações sexuais podem estar associadas à fertilidade. Que dizer da árvore dos falos, muitas vezes designada como “árvore da abundância”, identificada num mural de uma fonte do século XIII em Massa Maritima, uma cidade da Toscana, onde diversas mulheres colhem órgãos sexuais masculinos como se de fruta madura se tratasse? As representações fálicas são na verdade conhecidas um pouco por toda a Europa, ainda que em reduzido número, e representam uma dicotomia entre a fertilidade, por um lado, e, por outro, o pecado e a demonização do corpo⁹.

Tivesse este artefacto sido recuperado num outro contexto que não fosse a Mouraria, onde grande parte da população residente era muçulmana e não haveria necessidade de aqui mencionar que as representações do demónio muçulmano são figurativamente muito semelhantes o que nos leva a questionar sobre quem eram efectivamente os detentores destas pequenas estátuas produzidas com recurso àquele molde. Não acreditamos que fossem apenas muçulmanos.



Fig. 4 – Representação do diabo no Auto da Barca do Inferno (1531).

⁹ MATTELAER, J. – “The phallus tree: a medieval and renaissance phenomenon”. *Journal of Sexual Medicine* 7:2 (2010), pp. 846-851.

5. A adoração de ídolos na documentação.

O primeiro documento que se conhece com a proibição de adoração de imagens não cristãs data do reinado de D. João I, em boa verdade numa época em que o objecto aqui apresentado deveria estar em uso, de acordo com a datação do contexto arqueológico de onde foi exumado.

Na sua Crónica de D. João I, Duarte Nunes de Leão menciona como em vésperas da batalha de Aljubarrota a cidade de Lisboa prometeu a D. João I “*de nunca mais usarem de superstições, feitiços, encantamentos, invocações de demónios, e sortes e deixarem todos os ritos gentílicos*”. Este é o texto que consta de uma lei promulgada por aquele monarca em 1385, datada das vésperas da Batalha de Aljubarrota, no qual o povo de Lisboa prometia não desenvolver práticas de feitiçaria¹⁰.

As leis contra feitiçeiros e benzedores continuam e será nas *Ordenações do Reino de Portugal* mandadas compilar por Filipe I (Livro V, Título III) que iremos encontrar uma referência que muito interessa ao nosso estudo. Qualquer pessoa “*ousada, que para adivinhar lance ‘sortes, nem varas para achar tesouro, nem veja em água, crystal, espelho, espada, ou em qualquer outra cousa luzente, nem em espada de carneiro nem faça, para adivinhar, figuras ou imagens algumas de metal, ou de qualquer outra cousa, nem trabalhe de adivinhar em cabeça de homem morto (...) não faça com cada uma das ditas cousas, nem com outras, espécie alguma de feitiçaria, ou para adivinhar, ou para fazer dano a outra pessoa*”¹¹.

Não obstante a importância da lei, aquela não foi escrupulosamente cumprida. A prática de feitiçaria e outras superstições são dispersamente encontradas na documentação portuguesa entre os séculos XIV e XVI. Termos como *bruxa, feitiço, feitiçaria, benzedura* ou *agouro* são associados a homens e mulheres acusados destas práticas, através de rezas e mezinhas. As cartas de perdão, encontradas nas diversas chancelarias revelam estes desvios comportamentais.

Menos frequente é a referência a imagens ou ídolos, que surge apenas ocasionalmente. A maior parte destas figuras, cuja forma nunca é descrita, seria executada em cera e colocada debaixo da cama ou na cabeceira de quem se procurava “influenciar”. A maior parte das vezes tratava-se de mulheres que queriam manipular o comportamento dos maridos. Em 1501 Branca Anes, moradora na cidade de Lisboa por o “*seu marjdo lhe dar maa vida e andar cõ moheres, fezera dello queixume a algũas molheres e que hũa das ditas molheres*

¹⁰ OLIVEIRA, E.D. – *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Tomo I, Lisboa: Typographia Universal, 1887, p. 264.

¹¹ *Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas per mandado delrei D. Filippe o Primeiro*, Décima Edição, Coimbra: Real Impresa da Universidade, 1833, p. 233.

*lhe dissera que lhe darja hũa cousa, cõ que fezese bõaa vida com elle e que lhe dera hũa Imagem de çera (...) que lha metesse de ssobacabeçeira*¹². Este documento de inícios do século XVI vem apenas confirmar a prática de actividades muito anteriores. A maior parte destas imagens deveria ser feita de cera. A cera aparece frequentemente na referência a feiticeiras. Note-se como Beatriz Eanes, moradora na ilha da Madeira é acusada, em finais do século XV de ver o futuro ao lançar cera na água¹³; ou como Isabel Martins de Açumar fazia pequenas figuras em cera, cuja forma desconhecemos, e as colocava debaixo da cama dos enfeitizados¹⁴.

A par das feitiçarias, se avançarmos alguns anos, os processos inquisitoriais são mais directos no que ao demónio diz respeito. Na Inquisição de Coimbra, no processo de “*Bárbara Dias do lugar do Teixeira, mulher solteira que estava presa no Aljube (...) por dela se denunciar ser bruxa e feiticeira (...) disse ser de idade de trinta anos e que havia dois ou três anos que a enganara o demónio (...) e dormira com ela carnalmente e dali por diante a vinha visitar cada noite e dormia com ela e lhe metia em seu corpo coisa como de natura de homem e ela folgava com isso, somente achava sua natureza fria...*”¹⁵. A relação entre as mulheres acusadas de feitiçaria e o demónio é sempre frequente e são elas quem mais vezes são visitadas por este ser.

A própria hagiografia cristã está cheia de histórias em que as forças do bem e do mal se cruzam e muitas das vezes se personificam. Veja-se o caso da narrativa entre São Cipriano e Santa Justina, em que o primeiro, sendo um antigo sacerdote pagão, recorre a expedientes e seres fabulosos para tentar a virgindade de Santa Justina, mas que acaba por renegar as suas antigas crenças, convertendo-se ao cristianismo, sendo os dois decapitados por ordem do Imperador Diocleciano em 304, na Nicomedia¹⁶.

6. Discussão.

Não é frequente a ocorrência de materialidades no registo arqueológico que ultrapassem a mera condição existencial quotidiana da sociedade humana. Com efeito, exceptuando o que poderá ser considerado religiosamente correcto, e

¹² AZEVEDO, P. – “Benzedores e feiticeiros do tempo d’EL Rei D. Manuel (séculos XV-XVI)”. *Revista Lusitana* III (1895), p. 340.

¹³ AZEVEDO, P. – “Superstições Portuguesas no século XV (Documentos)”. *Revista Lusitana*, IV (1896), p. 206.

¹⁴ AZEVEDO, P. – “Superstições Portuguesas...”, p. 209.

¹⁵ MORENO, H. – A feitiçaria em Portugal no século XV, Separata da Revista Anais, 29, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1984.

¹⁶ http://orthodoxinfo.com/death/cyprian_justina.aspx [consultado em 21/01/2018].

adequado aos padrões socioculturais oficiais vigentes, raramente os lados ocultos da subjectividade humana se consubstanciam. Tivemos a sorte de nos depararmos com uma dessas raras realidades.

O objecto que aqui damos a conhecer, devido à sua natureza e ao local onde foi encontrado levanta questões fundamentais sobre a sociedade lisboeta trecentista. O facto de estarmos perante o molde que materializou algumas destas figuras reporta-nos não apenas para um ambiente de adoração destes ídolos, mas para a sua produção e distribuição. Que tipo de produção era esta? Certamente que não estaríamos perante um mero comerciante que venderia este tipo de ídolos. É possível que a própria execução de um objecto deste tipo, com os propósitos a que era destinado, fosse ele de “fazer dano ou bem a alguém ou mesmo de adivinhação”, estivesse associado a rituais de criação muito específicos onde poderiam estar envolvidas ladainhas, rezas e benzeduras que a documentação nunca registou. Haveria certamente um grupo de indivíduos que corporizaria estas práticas, à revelia da restante sociedade e do politicamente correcto.

A sua deposição num contexto possível de datar de finais do século XIV pode efectivamente indicar que foi descartado depois de D. João I ter promulgado a lei que impedia aos lisboetas estes actos de adoração gentílica. No entanto, as diversas cartas de perdão que foram identificadas, acusando mulheres de colocarem imagens em cera debaixo da cama dos maridos, mostra que estas práticas continuaram a ser recorrentes durante os séculos subsequentes.

No entanto, um dos maiores desafios que a interpretação deste objecto encerra passa pelo facto de ter sido encontrado num contexto associado a uma população que se acredita ser sobretudo muçulmana. Sabemos através de diversa documentação¹⁷ que a mouraria não era um mundo fechado e que cristãos e muçulmanos conviveriam neste espaço. Mas quem foi o responsável por este objecto e quem o utilizou para a produção de imagens? No mundo muçulmano a figura do demónio, ainda que possuindo atributos físicos semelhantes ao demónio dos cristãos, num claro sincretismo, não tinha poder para alterar ou influenciar os desígnios divinos do Deus único, o que nos leva a acreditar que aquelas imagens eram destinadas sobretudo a cristãos. As referências documentais e literárias que se conhecem são todas referentes às comunidades cristãs, pelo que estas imagens apenas alimentariam um imaginário que se encontra em finais do século XV, plasmado na obra dramaturga de Gil Vicente. Quem não se recorda do endiabrado e desbocado Diabo do Auto da Barca do Inferno: “À barca, à barca, *houlá!* / *que temos gentil maré!*”¹⁸

¹⁷ BARROS, M. F. – *A Comuna Muçulmana de Lisboa...*

¹⁸ VICENTE, Gil – *Auto de Barca do Inferno*. Lisboa: Ed. Expresso, 2017, p. 15.

7. Conclusão.

O presente artigo apresenta uma das muitas possíveis interpretações de um objecto extraordinário. Seguramente apenas podemos afirmar que se trata de um molde de uma figura antropomórfica, com algumas características animais, produzido em Lisboa e descartado algures na segunda metade do século XIV. Relativamente à sua utilização é possível afirmar, com recurso a análises arqueométricas, que ali foram fundidos pequenos ídolos com uma liga que talvez fosse latão ou *gunmetal* (Cfr. Anexo). A sua análise biográfica é assim limitada.

No entanto, estes objectos que são um reflexo das crenças, ideologias, superstições ocultas populares, possuem uma enorme variedade de significados e simbologias. A análise semiótica deste artefacto demonstra que podemos estar perante a crença numa dualidade de poderes, que não se aniquilam, mas completam. Ao bem instituído através de uma religiosidade oficial tentam-se protecções, acções apotropaicas adicionais que afastam o mal. Ou seriam as figuras produzidas com este molde utilizadas para “fazer mal” a alguém? O carácter marcadamente sexual deste demónio significa que o demónio pode entrar dentro do corpo de alguém ou estamos apenas perante um recurso imagético para mulher desesperada, que apenas quer “estar de bem com o seu marido”, como diversos documentos demonstram? Estas superstições sobreviveram, ainda que exista uma clara tentativa dos poderes instituídos para as eliminar.

O facto de estarmos a lidar com um molde permite concluir que não estamos perante um caso isolado de recurso e utilização destes ídolos, mas sim uma superstição pluralizada. Só estas atitudes disseminadas levaram a que D. João I sentisse a necessidade de legislar contra as mesmas.

Em sociedades que enfrentam um mundo adverso, as crenças e superstições encontram sempre um lugar privilegiado para se desenvolverem. Os habitantes de Lisboa na Idade Média não eram diferentes. O contexto arqueológico onde este artefacto foi recuperado revela ter sido formado em finais do século XIV. Como não acreditamos que o seu descarte tenha sido imediato, a fundição de pequenos demónios deu-se durante alguns anos, possivelmente durante a crise de 1383/85 onde a instabilidade política e as diversas guerras, a que se juntaram alguns fenómenos sísmicos destrutivos, criaram um ambiente propício ao crescimento de superstições.

ANEXO I

Estudo tecnológico de um molde de fundição da Casa da Severa (Lisboa)

Pedro Valério¹⁹, Maria Fátima Araújo²⁰, António Monge Soares²¹

1. Introdução.

O estudo analítico de artefactos arqueológicos deve recorrer sempre que possível a metodologias não invasivas de forma a proteger esta parte importante do Património Cultural. Deste modo, a técnica de espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (EDXRF), encontra-se largamente difundida na área da arqueometalurgia, pois permite identificar os elementos químicos constituintes dos artefactos em estudo e, mediante determinadas condições, obter mesmo a sua quantificação²².

¹⁹ Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal; pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt

²⁰ Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal.

²¹ Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal.

²² Ver, por exemplo, ARAÚJO M.F.; SILVA, R.J.C.; SENNA-MARTINEZ J.C.; VALÉRIO P, FIGUEIREDO E; SOARES A.M.M. – “Investigação em arqueometalurgia em Portugal. Resultados recentes e perspectivas futuras de uma equipa multidisciplinar”. *Al-Madan*, segunda série. 17: 2 (2012), pp. 69-78.

No estudo de vestígios metalúrgicos arqueológicos, como é o caso do molde de fundição do demónio da Casa da Severa, Lisboa, esta técnica permite, de um modo não invasivo, rápido e com custo relativamente reduzido, identificar o tipo de metalurgia associada ao exemplar em causa. No caso particular dos moldes de fundição pretende-se, numa primeira fase, determinar se estes foram ou não efectivamente utilizados através da identificação de elementos metálicos na sua face interna. Em caso afirmativo, a conjugação destes vestígios metalúrgicos com as ligas metálicas características do período cronológico em que se enquadra o molde, permitirá identificar a liga metálica vazada na fundição do respectivo objecto.

2. Metodologia.

No presente estudo a caracterização elementar não invasiva foi efectuada num espectrómetro de fluorescência de raios X, dispersivo de energias, KeveX 771. O sistema encontra-se equipado com uma ampola de ródio, diversos alvos secundários e filtros. Os raios X característicos emitidos pelos elementos da amostra são colimados a 90° e recolhidos num detector de Si(Li) com uma área activa de 30 mm² e uma resolução de 175 eV para a energia de 5,9 keV (Mn-K α). A caracterização elementar foi efectuada mediante duas condições experimentais de modo a otimizar a detecção dos metais pesquisados. Na primeira condição utilizou-se a radiação monocromática do alvo secundário de prata, uma diferença de potencial de 35 kV, uma intensidade de corrente de 0,5 mA e um tempo real de acumulação de 200 s. Na segunda condição experimental utilizou-se o alvo secundário de gadolínio, 57 kV, 1,0 mA e 200 s. O molde arqueológico foi analisado nas suas faces interna e externa, tendo sido igualmente analisada uma réplica em silicone do amuleto recentemente produzida neste molde arqueológico, bem como uma amostra do próprio silicone (“branco”) sem ter estado em contacto com o molde arqueológico.

3. Resultados.

A comparação dos espectros obtidos nas análises por EDXRF das faces interna e externa do molde da Casa da Severa indicou um claro enriquecimento em determinados elementos metálicos na superfície do molde que esteve em contacto com a liga metálica vazada (Figura 1). Este facto indica que o molde de fundição

foi efectivamente utilizado para produzir um ou mais exemplares deste pequeno amuleto representando um demónio. Os elementos metálicos enriquecidos na face interna do molde são o zinco e o estanho, pelo que, tendo em conta as ligas usualmente produzidas neste período²³, tal sugere o vazamento de uma liga composta por cobre, zinco e estanho (*gunmetal*). O facto de o cobre não se encontrar significativamente enriquecido na face interna do molde é comum nestes moldes arqueológicos²⁴ resultando provavelmente de uma menor interação metal/molde e/ou deste elemento ser preferencialmente lixiviado durante o longo tempo de enterramento (Fig. 5).

Dado que o molde arqueológico tinha sido utilizado para produzir uma réplica moderna em silicone do pequeno demónio, tanto essa réplica como o próprio silicone (“branco”) foram também analisados para identificar possíveis contaminações do silicone para o molde. Efectivamente, as análises de EDXRF identificaram a presença de estanho, tanto na réplica, como no “branco”. Assim sendo, não é possível afirmar se o estanho que se identificou no interior do molde será proveniente da liga metálica do artefacto antigo ou, pelo contrário, do silicone utilizado para produzir a réplica moderna. Por outro lado, esta réplica em silicone apresenta-se enriquecida em zinco face ao “branco” devido, muito provavelmente, ao seu contacto com o molde. Deste modo, é igualmente possível que o amuleto metálico originalmente produzido no molde recuperado na Casa de Severa fosse constituído por uma liga de latão (liga de cobre e zinco) (Fig. 6).

4. Conclusões.

As análises elementares não invasivas ao molde de fundição da Casa de Severa sugerem que este foi utilizado no vazamento de uma liga metálica à base de cobre. No entanto, a produção de uma réplica moderna utilizando um material onde foi identificado o elemento estanho não permite diferenciar se a liga metálica eventualmente vazada seria constituída por latão (Cu-Zn) ou *gunmetal* (Cu-Zn-Sn). Este estudo constitui um caso paradigmático que reforça a necessidade imperiosa de realizar os estudos analíticos antes de qualquer limpeza ou manipulação deste tipo de artefactos arqueológicos, dado que tais operações podem alterar ou mesmo suprimir os vestígios metalúrgicos que, eventualmente, ainda pudessem existir após o longo tempo em que os artefactos permaneceram enterrados.

²³ TYLECOTE R.F. – *A History of Metallurgy*. London: The Institute of Materials, 1992.

²⁴ VALÉRIO, P.; SOARES, A.M.M.; SILVA, R.J.C.; ARAÚJO, M.F.; REBELO, P.; NETO N.; SANTOS, R.; FONTES, T. – “Bronze production in Southwestern Iberian Peninsula: the Late Bronze Age metallurgical workshop from Entre Águas 5 (Portugal)”. *Journal of Archaeological Science* 40:1 (2013), pp. 439-451.

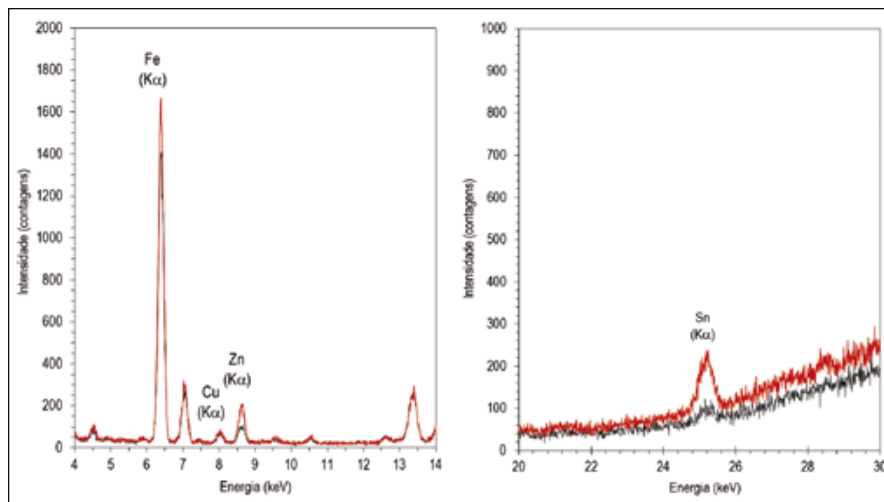


Fig. 5 – Espectros de EDXRF da face externa (preto) e face interna (vermelho) do molde de fundição da Casa da Severa.

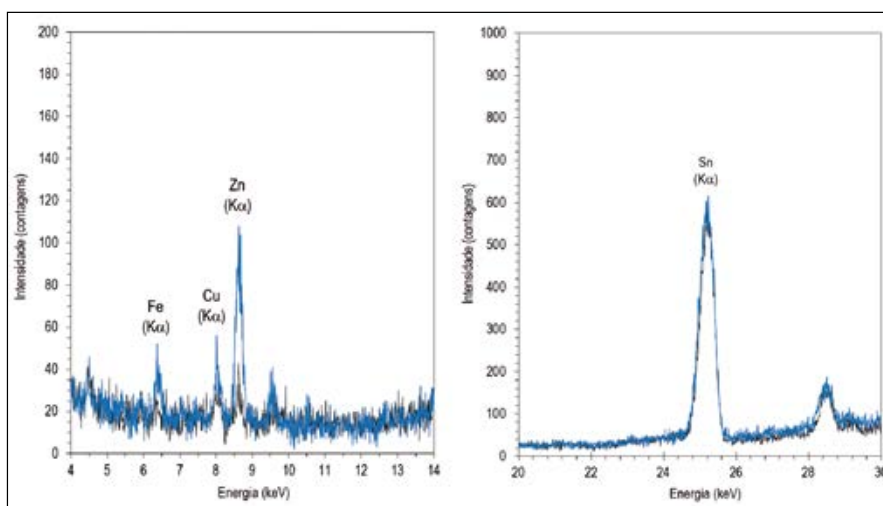


Fig. 5 – Espectros de EDXRF do silicone (preto) e réplica em silicone (azul) produzida no molde de fundição da Casa da Severa.

Agradecimentos.

O presente estudo foi financiado por Fundos FEDER do Programa COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Projeto UID/Multi/04349/2013.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas per mandado delrei D. Filippe o Primeiro, Décima Edição, Coimbra: Real Impresa da Universidade, 1833.

VICENTE, Gil – *Auto de Barca do Inferno*, Ed. Expresso, Lisboa, 2017.

Estudos

ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; VALÉRIO P.; FIGUEIREDO E.; SOARES, A.M.M. – “Investigação em arqueometalurgia em Portugal. Resultados recentes e perspectivas futuras de uma equipa multidisciplinar”. *Al-Madan*, 2ª série, 17:2 (2013), pp. 69-78.

AZEVEDO, P. – “Benzedores e feiticeiros do tempo d’EL Rei D. Manuel (séculos XV-XVI)”, *Revista Lusitana*, III (1895), pp. 329-347.

AZEVEDO, P. – “Superstições Portuguesas no século XV (Documentos)”. *Revista Lusitana*, IV (1896), pp. 197-225 e 315-324.

BARROS, M. F. – *A Comuna Muçulmana de Lisboa. Séculos XIV e XV* (Biblioteca de Estudos Árabes, nº 4). Lisboa: Huguin, 1998.

CAESSA, A.; MARQUES, A.; MOTA, N. – “Casa da Severa, memórias arqueológicas de um espaço (Largo da Severa, nº 2, Mouraria, Lisboa)”. In *Atas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa, 2017, pp. 386-412.

MATTELAER, J. – “The phallus tree: a medieval and renaissance phenomenon”. *Journal of Sexual Medicine*, 7:2 (2010), pp. 846-851.

MORENO, H. – *A feitiçaria em Portugal no século XV*, Separata da Revista Anais, 29, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1984.

OLIVEIRA, E.D. – *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Tomo 1. Lisboa: Typographia Universal, 1887.

ROSA, M. L. – *Santos e demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010.

ROSA, M. L. – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2010.

TYLECOTE, R. F. – *A History of Metallurgy*. London: The Institute of Materials, 1992.

VALENTE, M. J., MARQUES, A. – “Alimentação mudéjar em Lisboa: dados preliminares sobre a zooarqueologia do Largo da Severa (Mouraria, Lisboa)”. In *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade* (Coleção “Fragmentos de Arqueologia de Lisboa” nº1). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017, pp. 76-91.

VALÉRIO P., SOARES A.M.M., SILVA R.J.C., ARAÚJO M.F., REBELO P., NETO N., SANTOS R., FONTES T. – Bronze production in Southwestern Iberian Peninsula: the Late Bronze Age metallurgical workshop from Entre Águas 5 (Portugal). *Journal of Archaeological Science* 40:1 (2013), pp. 439-451.

Recentes descobertas em Mértola.

Breve notícia

Virgílio Lopes¹

Resumo

Pretendemos com esta comunicação, e agora com este texto, dar a primeira notícia das importantes descobertas arqueológicas ocorridas em Mértola em 2017. Trata-se de uma intervenção arqueológica decorrente da reabilitação urbana de uma das mais imponentes casas do centro histórico da vila de Mértola. Os resultados obtidos a nível das estruturas e do invulgar espólio escultórico, vem reafirmar Mértola como importante entreposto comercial fortemente romanizado e integrado na dinâmica comercial das rotas mediterrânicas, facto diretamente relacionado com a exploração mineira da região.

Palavras-chave

Arqueologia urbana; estatuária romana; Mértola; Portugal.

¹ Campo Arqueológico de Mértola / Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património, Bolseiro Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Recent discoveries in Mértola. Brief news.

Abstract

This paper intends to give notice about the important archaeological discoveries that occurred in Mértola in 2017: an archaeological intervention resulting from the urban rehabilitation of one of the most impressive house in the historic center of Mértola. The information obtained in terms of the structures and sculptures, reassures Mértola as an important commercial port, heavily romanized, and part in the Mediterranean commercial routes dynamics, fact directly related to the mining exploitation of the region.

Keywords

Urban archaeology; roman statues; Mértola; Portugal.

No âmbito da empreitada para a recuperação da designada Casa Cor de Rosa, a Câmara Municipal de Mértola requisitou ao Campo Arqueológico de Mértola os serviços de acompanhamento arqueológico, que se iniciaram em 5 de maio de 2017. O edifício localiza-se em pleno centro histórico de Mértola, na Rua 5 de Outubro (números 7, 7A e 7B) e possui, nas traseiras, um quintal.

Esta intervenção de arqueologia urbana revelou-se uma excelente oportunidade para levar a cabo trabalhos arqueológicos em área e obter uma leitura espacial dos múltiplos contextos ocupacionais. Contudo, dada a imprevisibilidade deste tipo de intervenções em contexto urbano, constatou-se, mais uma vez, que as estruturas se prolongam em varias direções, nas construções e nas ruas adjacentes. Na maioria dos casos as interrogações persistem, noutros permite-nos a articulação com informação já existente, proveniente de trabalhos arqueológicos realizados anteriormente em edifícios situados nas imediações, e a colocação de novas hipóteses da leitura diacrónica do espaço (**Fig. 1**).



Fig. 1 – Escavações arqueológicas desenvolvidas no piso térreo da Casa Cor de Rosa.

A intensa ocupação humana do casco urbano de Mértola gerou uma complexa e rica estratigrafia arqueológica. No âmbito da obra iniciada na designada Casa Cor de Rosa, iniciaram-se em maio os trabalhos de acompanhamento e escavação arqueológica que decorreram até 28 de fevereiro de 2018.

A Casa Cor de Rosa, construída nos finais do século XIX, num contexto de grande atividade comercial relacionada com a laboração nas Minas de S. Domingos, é uma das maiores casas do centro histórico. Foi propriedade da família Gomes, “cujo patriarca foi um grande comerciante local, que tinha barcos próprios a circular nas águas do Guadiana e daí possuir grandes armazéns”² no piso térreo.

Os trabalhos arqueológicos de escavação iniciaram no quintal das traseiras do edifício, com uma área total de 216 m², numa área de cerca de 5 m² e, posteriormente, desenvolveram-se em toda a área disponível no piso 0, numa área aproximada de 185 m², onde foi possível obter-se, de forma impar, uma leitura espacial do urbanismo de Mértola ao longo dos tempos.

1. Período Contemporâneo.

Na zona do quintal foi identificada e escavada uma fossa séptica, utilizada até meados do século XX, local de despejos de lixo hospitalar, resultantes da atividade do consultório médico do proprietário do imóvel, o Dr. Manuel Francisco Gomes. Tratava-se duma estrutura retangular, com uma dimensão de 1,92 por 1,50 metros

² BOIÇA, J.; MATEUS, R. – *Mértola Vila Museu, Roteiro de História Urbana e Património*. Mértola: Associação de Defesa do Património de Mértola, 2014, p. 134.

e uma profundidade máxima de 3 metros, com paredes em alvenaria de xisto, tendo a parede oeste e o fundo sido escavado no afloramento xistoso; a cobertura era constituída por tijoleira disposta em cutelo formando uma cobertura abobadada.

Após a remoção da tijoleira que compunha o pavimento do piso 0, surgem as primeiras estruturas associadas à construção do edifício, entre elas, uma canalização paralela à parede sul do referido imóvel, de forma retangular e que tem o desaguio na direção da Rua 5 de outubro, construída com lajes de pedra local e argamassada com cal. Identificou-se uma outra canalização, constituída por manilhas de grés, das quais apenas se conservam alguns elementos junto à entrada principal.

No canto nordeste do edifício foi identificada parte de uma rua que pode corresponder aos restos da antiga Rua das Cruzes, topónimo referenciado desde o século XVII. A calçada era constituída por pedras de xisto dispostas em cutelo, com painéis quadrangulares que alternam a disposição das pedras. Debaixo do arco da porta 7B, apareceram restos de calçada com as pedras dispostas da mesma forma. No entanto, dada a relação com as estruturas existente, a sul, pensamos tratar-se do empedrado de um pátio.

As estruturas correspondentes ao período contemporâneo apenas se conservam a nível dos embasamentos e caracterizam-se por uma irregularidade construtiva, em que os muros têm uma largura que oscila entre os 75 e os 80 cm, e são constituídos por alvenaria de xisto com blocos de forma irregular ligadas por terra. Alguns blocos apresentam restos de argamassa o que pressupõe tratar-se de elementos construtivos reaproveitados de períodos anteriores. Estas estruturas parecem corresponder ao embasamento do edifício anterior, do qual somente restaram duas fiadas de pedras, tendo os restantes volumes sido destruídos aquando da construção da Casa Cor de Rosa.

2. Período Moderno.

Do período moderno conservaram-se restos de um tanque, localizado junto à entrada da porta nº 7. Trata-se de uma estrutura de alvenaria de xisto, argamassada no interior, cuja parede possui, no lado oeste, dois degraus e que, no lado este foi cortada, pela construção do edifício. Paralelo à escadaria central, por debaixo do muro do período contemporâneo, existe um outro alinhamento de um muro de alvenaria de xisto, onde foi identificada uma talha cerâmica *in situ*. Deste muro, segue um outro, no sentido sudoeste, que foi parcialmente desmontado para a obtenção de matéria-prima para a construção das casas do século XIX.

3. Período medieval islâmico.

As estruturas medievais islâmicas correspondem a níveis de pavimento de uma rua, sete fossas sépticas e restos de pavimento de uma habitação, constituído por uma argamassa de cal misturada com óxido de ferro. O pavimento da rua era em terra batido, estando três fossas sépticas implantadas no seu traçado. Uma outra fossa foi identificada na mesma sala, e corta um muro, possivelmente da Antiguidade Tardia. As outras três fossas situam-se no quadrante noroeste do edifício: duas foram abertas nas estruturas de alvenaria com argamassa e a terceira aproveita esta estrutura, no lado sul, tendo as restantes partes sido construídas em alvenaria de pedra vã (**Fig. 2**). A escavação destas fossas permitiu a recolha de considerável conjunto de materiais cerâmicos e faunísticos e, de cada uma delas, foram recolhidas amostras de sedimentos para posterior análise laboratorial.



Fig. 2 – Vista das estruturas postas a descoberto com a intervenção arqueológica.

4. Antiguidade Tardia.

As duas estruturas da Antiguidade tardia foram localizadas no canto norte do edifício. São constituídos por muros de alvenaria de pedra vã, sendo num deles visíveis elementos arquitetónicos e fragmentos de estatuária romana, de mármore. Uma vez desmontada esta estrutura, foram removidas duas bases de estátua e alguns fragmentos de estatuaria do qual destacamos, a parte inferior de uma estátua e vários pequenos fragmentos correspondentes a restos dos panejamentos.

A segunda estrutura, situada no canto, apresenta uma planta absidada, que envolve uma outra, que forma um canto perfeitamente retilíneo. Estas estruturas correspondem a muros bem construídos com recurso a blocos de xisto ligados com terra.

5. Período romano.

Nos níveis mais profundos foram identificadas construções monumentais do período romano. Trata-se de uma edificação de forma retangular, com 12 metros no seu lado maior e 10,75 metros no lado menor. Estas estruturas apresentam muros com uma espessura, numa primeira fase, entre 3 e os 1, 5 metros tendo, numa segunda fase, sido acrescentado aos muros laterais uma outra estrutura de alvenaria argamassada, com cinquenta centímetros de largura. Estas estruturas são constituídas por pedra de xisto aparelhada e ligada por uma forte argamassa, sendo pontualmente utilizados silhares de granito, não sendo possível perceber toda a extensão do edifício.

No interior da construção foi identificado um nível constituído por uma espessa camada de *opus signinum*, próprio dos tanques ou dos espelhos de água ou mesmo dos pavimentos de estruturas (esta construção foi cortada por uma fossa séptica do período islâmico). Na parede da construção romana, situada a nordeste, conservam-se restos da argamassa de revestimento com vestígios de pintura com distintas cores (vermelho, creme e preto). A composição é constituída por painéis lineares, de forma retangular e dispostos de forma alternada ao longo do muro.

Parte da construção romana situada na sala correspondente ao número 7B apresenta, em dois pontos distintos, uma destruição, motivada pelo facto do seu material construtivo, a pedra, ter sido retirada e utilizada em construções posteriores.

No canto nordeste da casa Cor de Rosa, a cerca de 4 metros de profundidade, foi descoberto, numa cova, propositadamente aberta, um conjunto escultórico, constituído por três estátuas femininas e uma outra, de grandes proporções, que se supõem tratar-se do imperador divinizado. Junto à estrutura absidada, anteriormente abordada, foi encontrada uma cabeça feminina e um fragmento de braço envolto na toga, a par de vários fragmentos escultóricos, disformes, e de reduzidas dimensões. A qualidade escultórica em termos estéticos, técnicos e dos materiais constituintes – mármore branco, podem enquadrar estas esculturas na primeira metade do século I d.C. (Fig. 3 e 4).

As escavações arqueológicas ainda não foram concluídas. No entanto, os dados até ao momento conhecidos apontam para uma estrutura monumental, de carácter público, possivelmente um templo. A razão que sustenta esta hipótese está relacionada com a dimensão das estruturas identificadas capazes de comportar construções de grande envergadura e volumetria. Estruturas encontradas em 2006-2007, no decorrer do acompanhamento da obra de recuperação da Casa Fagulha³, relativamente próxima, parecem ter correspondência e situar-se no mesmo alinhamento destas, pelo que poderão constituir, eventualmente, o prolongamento deste edifício até esse outro imóvel.

Pela monumentalidade das estruturas arqueológicas identificadas, a que acresce este fabuloso conjunto escultórico, somos da opinião que estamos em presença de um templo integrado num conjunto monumental do tipo *forum*. Esta ideia é reforçada pelo achado, nos finais do século do XIX, aquando da construção da Casa Cor de Rosa, de uma outra estátua de togado, que se encontra em exposição no núcleo museológico Casa Romana, situado no edifício dos Paços do Concelho. A este conjunto terá que ser acrescentado as oito ou dez estátuas, referidas por André de Resende, no século XVI, possivelmente provenientes do desmonte do torreão existente na Porta da Ribeira, como sugere Amador Arrais⁴. E ainda pela localização topográfica, na proximidade do principal ponto de ligação de Mértola ao Rio Guadiana e à antiga zona portuária.

À monumental estátua *thoracata* poderá ter pertencido a cabeça de Augusto, descoberta em Mértola, em data incerta e que hoje se encontra no Museu Nacional de Arqueologia⁵. As proporções e a métrica das duas peças, o facto do pescoço de Augusto terminar num espigão arredondado e o *thoracata*, ter um recetáculo côncavo, permite supor tratar-se da mesma escultura. A verificar-se esta hipótese de trabalho, teremos assim, em Mértola, um dos primeiros templos, do culto imperial criado por Augusto. Pela análise sumária que fizemos do espólio arqueológico recolhido, podemos situá-los cronologicamente entre meados do século XX d. C. e o século III - IV a. C.

³ Obra de requalificação a cargo do Município de Mértola com a intervenção arqueológica de Jorge Feio.

⁴ A propósito da estatuária de Mértola consultar: MATOS, J. L. – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de escultura romana*. Lisboa, 2002; GONÇALVES, L. J. R. – *Escultura Romana em Portugal: uma arte do quotidiano* (Stvdia Lusitana). Mérida, 2007; LOPES, V. – *Casa Romana Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012.

⁵ www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=110213 [consultado em 10.12.2017]



Fig. 2 - Planta geral das estruturas arqueológicas postas a descoberto.



Fig. 4 – Conjunto escultórico do período romano.

Os dados que aqui se apresentam são ainda provisórios, pois por um lado, não foi concluída a escavação arqueológica e, por outro, não foi convenientemente estudado o abundante espólio arqueológico, no entanto, estes contribuirão para um melhor entendimento da evolução urbana da vila de Mértola e do período romano em especial. Esta descoberta vem reafirmar a importância histórica da cidade portuária de *Myrtilis* e o forte grau de romanização que teve desde os primórdios deste processo.

Agradecimentos.

E porque a arqueologia se faz com pessoas, fica aqui a lista dos participantes nos trabalhos: do Campo Arqueológico de Mértola Cláudio Torres, Virgílio Lopes, Maria de Fátima Palma, Susana Gómez Martínez, Marco Fernandes, Rute Fortuna, Nélia Romba e Clara Rodrigues; da Câmara Municipal de Mértola Lígia Rafael, Guilhermina Bento, Paulo Felizardo, Carlos Alves, Jorge Branco e José Reis e ainda, António Cunha, Tiago Costa (Centro de Estudos de Arte Arqueologia e Ciências do Património), Deolinda Tavares (Direção Regional de Cultura do Alentejo), Lucía F. Sutilo e Francisco M. Vázquez (Universidade de Huelva).

BIBLIOGRAFIA

BOIÇA, J.; MATEUS, R. – *Mértola Vila Museu, Roteiro de História Urbana e Património*. Mértola: Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), 2014.

GONÇALVES, L. J. R. – *Escultura Romana em Portugal: uma arte do quotidiano* (Stvdia Lusitana). Mérida, 2007.

MATOS, J. L. – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de escultura romana*. Lisboa, 2002.

LOPES, V. – *Casa Romana Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012.

Símbolos e marcas rupestres nas ombreiras e lintéis de portais do Centro Histórico de Castelo de Vide: *Contributos para a sua interpretação*

Sílvia Ricardo¹, João Magusto²

Resumo

No âmbito de uma proposta apresentada à Câmara Municipal de Castelo de Vide pela Rede de Judiarias de Portugal, foi elaborado em 2013, o *Levantamento dos Elementos Arquitectónicos e Simbologia / Marcas no centro histórico de Castelo de Vide*. Este trabalho resulta num inventário arquitetónico de marcas e símbolos, em baixo relevo, existentes nas ombreiras e lintéis de portais do espaço intramuros da vila. De entre as várias marcas foram selecionadas as existentes na zona delimitada como correspondendo à judiaria de Castelo de Vide, as quais variam desde vestígios de *mezuzah* a simples marcas de ofícios. Em termos metodológicos, foi efetuada pesquisa documental, redigida uma ficha de levantamento que se baseou em registos “porta a porta”, e elaborados mapas com a devida sinalização das ocorrências.

Pretendemos com este artigo dar a conhecer os resultados obtidos no âmbito deste trabalho, abordando as opções metodológicas adotadas e as problemáticas inerentes à atribuição cronológica e à interpretação destes símbolos. Espera-se ainda, com a divulgação deste trabalho, contribuir para o estado atual da investigação, melhorando o conhecimento e a valorização do espaço da judiaria de Castelo de Vide.

Palavras-chave

Castelo de Vide, centro histórico, judiaria, marcas rupestres, *mezuzah*.

¹ CHAIA-UE, IEM-NOVA FCSH.

² Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Rupestrian symbols and marks in shoulder pads and linings of historic centre of Castelo de Vide: Contribution to their interpretation.

Abstract

As part of a proposal presented to the Castelo de Vide Town Hall by the Portuguese Network of Jewish Quarters, a *Survey of Architectural Elements and Symbols / Marks in the historical center of Castelo de Vide* was prepared in 2013. This work resulted in an architectural inventory of marks and symbols, in low relief, existing on the shoulders and lintels of portals within the intramural space of the village. Among the various brands, there were selected those in the area delimited as corresponding to the Jewry of Castelo de Vide, ranging from traces of *mezuzah* to simple trade-marks. In methodological terms, documentary research was carried out, drawing up a survey sheet that was based on “door-to-door” records. Finally, maps were elaborated with the proper signaling of occurrences.

We intend with this communication present the results obtained in the scope of this work, addressing the methodological options adopted and the problems inherent to the chronological attribution and the interpretation of these symbols. It is also hoped that this work will contribute to the current state of the research, improving knowledge and appreciation of the area of Castelo de Vide Jewry.

Keywords

Castelo de Vide, historic centre, Jewish quarter, rock marks, *mezuzah*.

1. Introdução.

O relevo montanhoso onde presentemente se edifica o castelo da vila de Castelo de Vide, apresenta singulares condições para a vivência e defesa deste espaço geográfico.

Aqui foram descobertos os mais antigos vestígios, apurados por escavações arqueológicas por S. Santos³ e apontamento de J. Magusto⁴, remetendo para a proto-

³ SANTOS, Sandra Clélia – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos Realizados no Edifício das Cavalariças (2ª Campanha) no castelo de Castelo de Vide*. Castelo de Vide: 2005, policopiado.

⁴ MAGUSTO, João – “Vila de Castelo de Vide – um *habitat* proto-histórico”. *Al Madan on-line* Adenda Electrónica. Parte VII, nº. 15, 2007, pp. 37-43, disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_15 [acedido em 15, Novembro, 2017].

-história. É até ao momento a ocupação mais antiga conhecida. Posteriormente, parece haver um hiato no povoamento desse promontório. Porquanto, não se conhecem vestígios materiais, ou documentais, dos períodos romano, alto medieval e medieval islâmico, com exceção da referência, de J. Carvalho⁵ baseada na crónica de Ibn Hawqal, à existência de um *hisn*.

Entre os finais do século XII e inícios do século XIII este espaço volta a ser ocupado, agora atendendo a um conjunto de fatores que favorecia essa permanência e numa perspetiva de necessidade – a de ser um ponto de defesa face às frequentes incursões dos castelhanos. Posteriormente, a vila extravasa os limites físicos das muralhas reerguidas por D. Dinis e finalizadas por D. Afonso IV.



Fig. 1 – Localização da vila de Castelo de Vide e evolução urbanística do centro histórico (em base de Bucho, 2004).

Segundo J. Oliveira⁶, terá nessa época tido um grande desenvolvimento, surgindo novos espaços, população e pontos comerciais. É neste contexto de dinamismo e crescimento demográfico que, entre os séculos XV e XVI, surge o bairro da Fonte da Vila, o qual compreendia uma entrada para a designada zona da judiaria.

⁵ CARVALHO, Joaquim – “A Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide Desde a Pré-História até à Alta Idade Média”. *Ibn Marwan* 8, 1998, pp. 185-191.

⁶ OLIVEIRA, José – *Castelo de Vide na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Castelo de Vide. 2011.

A história desta vila está profundamente relacionada com a presença judaica, particularmente no que se refere à tradição oral, “estórias”, toponímia e festividades pascais. Tal como aponta J. Oliveira, essa relação explica-se pela existência de uma comunidade que teria em funcionamento uma sinagoga⁷. “O edifício identificado como Sinagoga Medieval localiza-se na confluência de Rua da Judiaria com a Rua da Fonte”, integrada num bairro judeu, de época medieval. O mesmo autor refere ser possível que em Castelo de Vide tenha existido uma primeira comunidade judaica ainda dentro do castelo, embora não se conheçam quaisquer evidências. Aponta igualmente a zona da judiaria está como estando localizada na encosta Nascente, que tem um declive acentuado, e que se terá desenvolvido no século XV após o Édito de Alhambra (1492), emitido pelos Reis Católicos. Esse desenvolvimento deve ter estado relacionado com um aumento demográfico, que se fez sentir no crescimento urbanístico, tendo então sido estruturadas algumas artérias extramuros, como a Rua da Fonte, a Rua da Judiaria e a Rua do Mercado.

Segundo S. Bicho⁸, terá sido nesta época que se terá edificado a sinagoga da vila de Castelo de Vide. Genericamente, um edifício com uma arquitetura singular, de dois pisos, abrindo-se numa das divisões do piso superior o que se julga ser o Tabernáculo, no qual, na cavidade inferior possui 3 concavidades semiesféricas mais pequenas, que continham os santos óleos, e na cavidade superior eram depositados os Manuscritos Sagrados. Este espaço foi alvo de intervenções arqueológicas por parte de S. Santos⁹ que não permitiram apurar se, de facto, terá funcionado com essa finalidade. M. Tavares¹⁰ explica que cada comunidade tinha o seu espaço próprio de oração, que poderia ser apenas uma habitação adaptada, o que em parte pode explicar a falta de evidência arqueológica.

No âmbito de uma proposta apresentada pela Rede de Judiarias de Portugal à Câmara Municipal de Castelo de Vide, foi elaborado o inventário designado *Levantamento dos Elementos Arquitectónicos e Simbologia/Marcas no centro histórico de Castelo de Vide*. Resultou num inventário de marcas e símbolos, em baixo relevo, existentes nas ombreiras e lintéis de portais do espaço intramuros da vila.

O propósito deste artigo é dar a conhecer os resultados obtidos, abordando as opções metodológicas adotadas e as problemáticas de atribuição cronológica e significado religioso destes símbolos.

⁷ OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”. *Ibn Marwan* 3, 1993, pp. 124-152.

⁸ BICHO, Susana – *A Judiaria de Castelo de Vide. Contributo para o seu estudo na óptica da conservação do património urbano*. Évora: Universidade de Évora. 1999. Tese de mestrado.

⁹ SANTOS, Sandra Clélia – *Escavações arqueológicas de emergência no edifício da Sinagoga Medieval – Castelo de Vide*. Castelo de Vide: Relatório dos Trabalhos arqueológicos. 2006. Policopiado.

¹⁰ TAVARES, Maria – *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Coleção História & Ensaios. Lisboa: Guimaráes Editores, 1999.

Existem interpretações pré-estabelecidas entre marcas, edifícios e localização dentro do perímetro urbano, que se pretende clarificar. A evolução dos espaços urbanos e das suas vivências é fundamental em termos cronológicos e de organização social destes espaços.

2. Enquadramento.

Castelo de Vide desataca-se por ter um dos maiores e bem conservados conjuntos de portais e janelas das épocas medieval e renascentista, que ocupam uma área consideravelmente vasta, estando, todavia, mais representados na Rua de Santa Maria de Cima e na área considerada como judiaria segundo J. Oliveira e C. Balesteros¹¹ e M. Tavares¹².

Destacam-se portais ogivais trabalhados ao nível das impostas e das ombreiras com elementos distintos como esferas, toros e caneluras, conjuntamente com arestas vivas e motivos vegetais. Alguns portais são simples, sem decoração. Surge um peixe num portal, do século XVI, bem como estilizações do Sol e de estrelas. Nestes portais, verificam-se cruciformes, gravuras, datas ou até outras marcas nas ombreiras de um número significativo de portas do centro histórico da vila. Por vezes, simples incisões longitudinais rasgadas no granito, aparentemente sem qualquer função decorativa ou simbólica.

Constantemente se estabelecem relações entre estas marcas em portais e a presença de judeus e cristãos-novos em Portugal¹³. É uma noção generalizada, particularmente nas zonas de raia, mais propícias à prática de comércio com o país vizinho.

A comunidade de cristãos-novos de Castelo de Vide é mencionada por M. Pinto e A. Runa¹⁴ e por M. Tavares¹⁵. No ano seguinte o edifício considerado como sinagoga é intervencionado por J. Oliveira e C. Balesteros¹⁶, cujos resultados estão refletidos em *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*. Posteriormente, no ano

¹¹ OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”... pp. 124-152.

¹² TAVARES, Maria – “Judeus e cristãos-novos no distrito de Portalegre”. *A Cidade*. Revista Cultural de Portalegre, 3, 1989. pp. 37-53.

¹³ BALESTEROS, Carmen – “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta – III – Novos elementos”. *Ibn Marwan* 7, 1997, pp. 165-182.

¹⁴ PINTO, Maria; RUNA, Lucília – “A comunidade cristã-nova de Castelo de Vide – 1560-1580 (Breve análise dos seus comportamentos)”. *Actas do 1º encontro de História Regional e local do distrito de Portalegre*. Portalegre, 1987.

¹⁵ TAVARES, Maria – “Judeus e cristãos-novos no distrito de Portalegre”... pp. 37-53.

¹⁶ OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”... pp. 124-152.

de 2006, os trabalhos de escavação foram terminados por S. Santos, não se tendo apurando arqueologicamente a função religiosa deste edifício¹⁷.

É nas publicações de J. Oliveira e C. Balesteros¹⁸ sobre a sinagoga e delimitação do bairro judeu de Castelo de Vide, que são referidos os rasgos verticais e oblíquos gravados nas casas que consideram relacionar-se com cristãos-novos. Vários trabalhos de levantamento dessas marcas de carácter judaico e cristão-novo foram realizados por C. Balesteros, em diversos centros históricos das vilas raianas do Alentejo¹⁹, da Beira Interior²⁰ e posteriormente da Extremadura Espanhola²¹.

O registo de marcas de *mezuzah* no centro histórico de Castelo de Vide é patente na publicação *Muros Religiosos de Castelo de Vide*²². Sobre a judiaria e a sinagoga de Castelo de Vide, muito se tem escrito e especulado. Desde D. Sanches Trindade²³, passando pela dissertação de S. Bicho²⁴, que considera que o bairro judaico não seria tão vasto como considera J. Oliveira e C. Balesteros. Até 2013, data deste levantamento que agora se apresenta, não foram feitos mais trabalhos.

Mais recentemente, os investigadores têm analisado estas marcas litófilas independentemente da história hebraica das antigas comarcas. Como M. Osório expõe²⁵, “elas aparecem não só nos umbrais, mas em diversificados contextos arquitetónicos, levando-nos a desconfiar da hipótese da sua gravação apenas no contexto da problemática criptojudáica”. Tradicionalmente tem-se vinculado à presença judaica ou de cristãos-novos, o que tem motivado um aumento de estudos específicos, bem como jornadas e encontros dedicados ao tema.

Em 2014 foi publicado por L. Mendes²⁶ um volume sobre as marcas judaicas do concelho de Penamacor, que demonstra mais uma vez, a relação errónea e pré-estabelecida entre estas marcas e o legado dos judeus portugueses.

¹⁷ SANTOS, Sandra Clélia – *Escavações arqueológicas de emergência no edifício da Sinagoga Medieval – Castelo de Vide*. Castelo de Vide: Relatório dos Trabalhos arqueológico. 2006. Policopiado.

¹⁸ OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “Muros religiosos de Castelo de Vide”. *Ibn Marwan* 5, 1995, pp. 97-108.

¹⁹ BALESTEROS, Carmen – “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta – III – Novos elementos”..., pp. 165-182.

²⁰ BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra; SANTOS, Carla Sofia – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã – Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso”. In *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Porto, 2000.

²¹ BALESTEROS, Carmem – “Marcas de simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e Espanhola (I)”. *Ibn Marwan* 6, 1996.

²² OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “Muros religiosos de Castelo de Vide” ... pp. 97-108.

²³ TRINDADE, Diamantino – *Castelo de Vide – Subsídios para o estudo da Arqueologia Medieval*. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre, 1979.

²⁴ BICHO, Susana – *A Judiaria de Castelo de Vide*....

²⁵ OSÓRIO, Marcos – *Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal*. Judeus. Judiarias e Cristãos-novos na Beira Interior. 2014, p. 341.

²⁶ MENDES, Laurinda – *Marcas judaicas no urbanismo e na arquitetura de Penamacor*. Penamacor: Município de Penamacor, 2014.

3. Metodologia.

O levantamento de todas as marcas e símbolos encontrados nos portais e janelas do centro histórico da vila de Castelo de Vide, foi feito na sequência de um pedido da Rede de Judiarias de Portugal de se inventariarem todas as marcas nos portais e janelas existentes no interior do designado burgo medieval e nos edifícios existentes no interior das muralhas abaluartadas. Ou seja, em termos cronológicos, os bairros construídos entre os séculos XIV e XVIII. Neste inclui-se a zona delimitada de Judiaria, por J. Oliveira e C. Balesteros²⁷, “(...) fundamentalmente, pelas ruas da Fonte, do Mercado, do Mestre Jorge, da Judiaria, da Ruinha da Judiaria, da atual rua dos serralheiros e Rua Nova e do Largo do Arcário.”

Para responder à solicitação constituiu-se uma equipa de técnicos que realizou uma pesquisa documental sobre Castelo de Vide e outros trabalhos similares, e organizou o trabalho de “campo”. Para realizar o registo das marcas efetuou-se uma ficha de campo, com determinados parâmetros tipológicos dos portais que suportam as marcas como descrição, nome da rua, nº de polícia, fotografias.

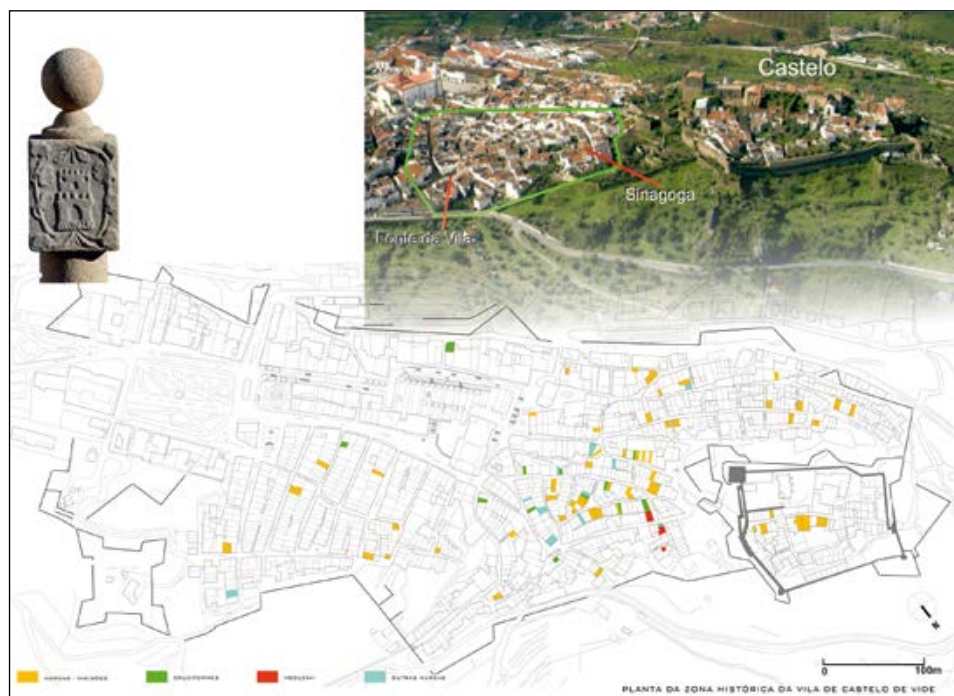


Fig. 2 – Posicionamento das marcas no centro histórico de Castelo de Vide, com localização da sinagoga e delimitação do bairro judeu.

²⁷ OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”..., p. 128.

Complementarmente efetuaram-se desenhos, em base de simples decalque a carvão, para posterior tratamento informático. Para finalizar, realizaram-se mapas com a devida distinção entre os vários casos detetados, o que melhorou significativamente a leitura dos dados.



Fig. 3 – Vestígios de Mezuzah. 1) Imóvel da Rua da Fonte; 2) Museu da Sinagoga na Rua da Judiaria; 3) Imóvel da Ruinha da Judiaria.

4. Resultados alcançados.

No levantamento das marcas do centro histórico de Castelo de Vide registaram-se um total de 87 ocorrências. Estas marcas englobam cruciformes, rasgos verticais e oblíquos, marcas de sovelas, datas, marcas de profissões, etc. (Tab. 1). Estas marcas verificam-se dispersas por todo o centro histórico da vila de Castelo de Vide, principalmente os rasgos na pedra (Fig. 2).

A *mezuzah* é o elemento mais distinto das restantes e que remete efetivamente para uma presença judaica. Consistem numa concavidade destinada a conter no interior um pequeno rolo de papel ou pergaminho no qual se inscreviam algumas das palavras de orações de culto judaico. Tinham cerca de 10 cm de comprimento e localizam-se no intradorso da ombreira direita de edifícios importantes para a comunidade. No caso de Castelo de Vide são as marcas rupestres menos representadas, registando-se apenas 4 ocorrências (Fig. 3). Encontram-se localizadas mais especificamente nas Rua da Judiaria, Ruinha da Judiaria e Rua da Fonte, ruas que funcionam como eixo essencial no crescimento urbanístico da encosta Nascente da vila, pois efetua uma ligação entre o burgo e a Fonte da Vila (Fig. 2).

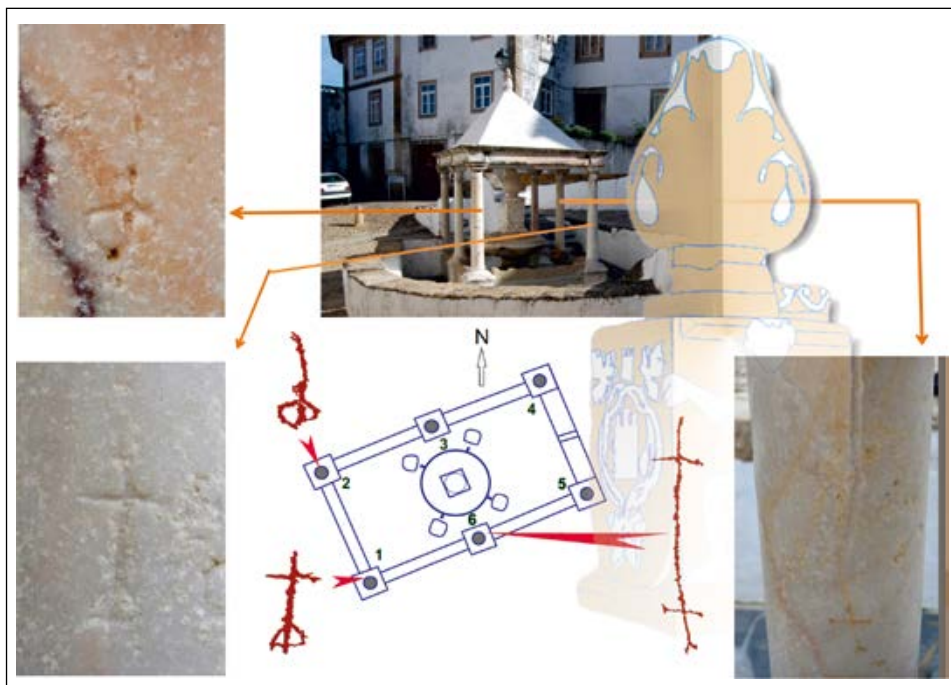


Fig. 4 – Cruciformes da Fonte da Vila.

Na estrutura do fontanário da Fonte da Vila, foram identificados 3 cruciformes dos 15 inventariados (**Fig. 4**). Os restantes 15 foram identificados em portais (**Fig. 5**). Quanto à tipologia dos cruciformes identificados, variam tipologicamente, em termos de base circular, triangular ou sem base, terminais das hastes lisos e rematados, como se regista em outras localidades, segundo D. Borges²⁸.

Tabela 1 – Quantificação das marcas resultantes identificadas na zona histórica de Castelo de Vide.

Tipologia	Quantificação	Observações
<i>Mezuzah</i>	4	3 imóveis; 2 encontram-se no mesmo portal
Rasgos verticais / oblíquos	57	57 imóveis
Cruciformes	15	12 imóveis + 3 Fonte da Vila
Outros	11	11 imóveis
TOTAL	87	

De assinalar que a Fonte da Vila tem também um papel estruturante no urbanismo de Castelo de Vide, sendo o gerador do plano rádio concêntrico a partir do qual irradiam cinco ruas: Rua da Fonte, Rua do Mestre Jorge, Rua do Arcário, Rua dos Serralheiros e Rua das Espinhasas.

Os rasgos longitudinais vincados no granito são a marca mais representada neste estudo, totalizando 57 registos. C. Balesteros²⁹ interpreta-os como simples marcas de sovelas dos sapateiros, as quais se podem encontrar também nos centros históricos de Alpalhão³⁰ ou Nisa.

Na vila de Castelo de Vide distribuem-se pelas vertentes urbanísticas do morro do castelo e maior concentração no espaço delimitado entre a Rua de Santa Maria e a Rua do Mestre Jorge.

Em 11 casos identificaram-se outro tipo de inscrições e marcas, tais como datas e marcas de profissões, que ocupam ombreiras das ruas mais relevantes em termos comerciais na história da vila, tal como a Rua de Santa Maria de Cima, onde ainda no século passado funcionavam lojas de ofícios e comércio (**Figura 2**). Excetuando o caso antes referido é de difícil interpretação pois pode remeter para a indicação de locais onde tiveram lugar determinados ofícios e com o sentido de perpetuar essas informações.

²⁸ BORGES, Dulce – “Marcas Religiosas no edifício do antigo seminário episcopal: sinais de cristianização, sacralização ou afirmação de fé?”. *Praça Velha* 35. 2015, pp. 159-167.

²⁹ BALESTEROS, Carmen – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola”. *Callipole*, Vila Viçosa, 3/4, 1996, pp. 19-26.

³⁰ BALESTEROS, Carmem; RIBEIRO, Margarida – “Marcas de Cristianização nos núcleos urbanos antigos de Alpalhão e Valencia de Alcântara”. *Ibn Marwan* 9/10, 1999, pp. 391-416.

Apuraram-se alguns casos em que os portais já não se encontram no sítio original, tendo sido reaproveitados em novas construções.



Fig. 5 – Outras marcas existentes no centro histórico.

5. Discussão.

A toponímia e determinados aspetos castelo-videnses como as tradições associadas à Páscoa, indicam uma presença efetiva de uma comunidade judaica em Castelo de Vide entre os séculos XV e XVII. Carmem Balesteros³¹ considera que as marcas que se identificam nos centros históricos se dividem em 4 grandes grupos: as marcas de *mezuzah*, marcas longitudinais, cruzes cristãs e abreviaturas católicas.

A relação das ruas onde se registaram estas marcas com a Fonte da Vila é um elemento de extrema relevância devido à importância que a água assume para esta comunidade, como assinala S. Bicho³²: “Na vertente mais ingrata, a Sudeste, onde se estabeleceu a Judiaria, foi a nascente de água o elemento estruturador do espaço fazendo convergir para ela todos os arruamentos”. A autora também refere a dificuldade que existe em determinar e caracterizar historicamente esta zona da vila, devido à escassez de fontes escritas, iconográficas e arqueológicas sobre a comuna judaica de Castelo de Vide.

M. Tavares³³ estabelece alguns pontos em comum da localização das judiarias dentro das localidades medievais:

“– Proximidade com vias de longo curso, estendendo-se perto dos arruamentos que levam às portas das muralhas como, por exemplo, em Évora ou Porto, entre outras, ou a fixação junto das ruas direitas, ou seja, as ruas principais dos concelhos onde reside normalmente o núcleo mais importante da vida económica e social destes, como por exemplo, Coimbra, Visei, Lisboa, etc.

– Vizinhança de templos cristãos a que não será estranha a ideia de conversão da população judaica.”

Tendo em conta estas diretrizes, e olhando para Castelo de Vide, os principais arruamentos, com confirmada presença judaica através das *mezuzah* e da toponímia, localizam-se na rota de ligação entre a entrada principal do castelo e a Fonte da Vila. É de facto nos espaços urbanos de cariz medieval e moderno quinhentista que está documentada a vivência da minoria judaica, como parte integrante do quotidiano em que marcas, cruciformes, rasgos verticais e oblíquas, anagramas são descobertos. No entanto, os últimos trabalhos concebidos em Portugal sobre esta temática têm concluído que estes símbolos não são exclusivos

³¹ BALESTEROS, Carmen – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola”..., p. 19.

³² BICHO, Susana – *A Judiaria de Castelo de Vide...*, p. 96.

³³ TAVARES, Maria – *Os Judeus em Portugal no século XIV...*, p. 28.

do contexto judaico e criptojudáico e muitos indicam uma sacralização do espaço. Apenas a *mezuzah* funciona com uma leitura diferente e concreta em termos religiosos. Como explica C. Balesteros³⁴: “a marca de mezuzah, reveste-se pois de uma simbologia de carácter religioso, integrável no mundo das representações simbólicas judaicas, e cuja origem tem por horizonte as prescrições religiosas já identificáveis no espaço veterotestamentário, onde a adesão a um culto específico se testemunha também pela marcação das ombreiras das portas”.

As mezuzah foram identificadas em outros concelhos alentejanos como Estremoz, Évora³⁵, ou Monsaraz. São aqui também as menos frequentes, o que nos pode indicar que os espaços onde se registam foram certamente espaços com um significado real para esta minoria.

Não chegaram até nós muitas fontes escritas dos membros da comuna de Castelo de Vide. Ou seja, socialmente e economicamente partilhavam com os restantes grupos étnico/religiosos os recipientes convencionados na tradição produtiva local, o que torna tão difícil a sua distinção com base na arqueologia.

Todavia, há que salientar que seguindo os dados históricos que existem sobre a expulsão dos judeus pelos Reis Católicos e as condições da sua permanência em Portugal, esta comunidade devia ser bastante discreta, misturando-se com a população cristã, o que dificulta ainda mais a distinção.

A sacralização dos espaços parece ser a razão mais frequente para esta manifestação, que se verificam nos centros históricos de várias povoações, como Évora, Castelo Branco, Covilhã, Almeida, Trancoso, Marvão, Sabugal, Alpalhão, Nisa e Estremoz, segundo as investigações de C. Balesteros.³⁶

Um aspeto é unânime, as marcas identificadas neste estudo não são contemporâneas umas das outras, nem foram feitas com a mesma finalidade, nem no mesmo tipo de edifício³⁷. Ou seja, estas marcas variam em termos de formas, que indicam finalidades distintas em espaços distintos. Existem marcas de sapatos em portais localizados em ruas relacionadas com o comércio da vila no século passado, enquanto as mezuzah estão circunscritas a outro espaço cronologicamente distinto.

³⁴ BALESTEROS, Carmen – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola”..., p. 20.

³⁵ BALLESTEROS, Carmen – “A Judiaria e a sinagoga medieval de Évora”, In BALESTEROS, C., RUAH, Mery – *Actas do Colóquio Internacional. Os Judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Edições Colibri / Associação Portuguesa de Estudos Judaicos / CIDEHUS-UE, 2004.

³⁶ BALESTEROS, Carmen – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – Para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola”..., p. 143.

³⁷ Existem cruciformes em edifícios civis, religiosos (igrejas), públicos (fontes, edifícios administrativos), e até militares.

Em termos dos cruciformes, a leitura é sempre de cariz religioso, com uma distribuição homogénea pelos centros urbanos. M. Osório³⁸ defende também que “E tendo presente o costume judaico de marcar a *mezuzah*, ter-se-ão apropriado da cruz e mantido a tradição de sinalizar a entrada da residência com a afirmação da sua fé, identificando-se assim com a comunidade onde residiam. Ora, isto pressupõe um ato de ‘camuflagem’ entre as representações existentes das comunidades maioritárias desses aglomerados (...)”. É uma das interpretações destes símbolos, também vistas como símbolos de proteção, que aparecem muitas vezes isoladas e com grande diversidade de formas.

Em suma, no nosso entendimento, um levantamento de cruciformes e marcas longitudinais não contribui para a delimitação e estudo das judiarias da fronteira portuguesa, pois por si só não permite distinguir com rigor áreas de vivência de judeus/cristãos-novos versus cristãos-velhos. Não obstante não deixa de ser um breve apontamento sobre uma arquitetónica e mágico-religiosa muito própria.

6. Conclusões.

Recentemente, houve um incremento nos estudos da presença judaica em Portugal. Consequentemente tem levado a um particular interesse por todos os sinais existentes nos centros históricos das vilas e cidades da raia.

A arqueologia poderia dar respostas. No entanto, estas comunidades parecem não deixar vestígios materiais específicos que apontem as escolhas religiosas dos seus proprietários. Ou seja, as mais relevantes características do mundo material judaico não se evidenciam. Não foram deixadas representações artísticas incisas em materiais de indubitável origem hebraica, daí que as marcas em suporte rupestre sejam tidas como vestígios únicos, uma vez que arquitetonicamente estas comunidades não se distinguem.

Em suma, rasgos longitudinais, datas e cruciformes existem por todo o centro histórico, ao contrário das marcas de *mezuzah*.

De uma forma geral, a leitura destes espaços urbanos pode ser um meio de compreender o corpo social que os ocupa. Não só em termos de concentração populacional, organização dos ofícios, dinamismo religioso, mas principalmente da dinâmica de poderes que sobre ela se exerce.

Nas 4 intervenções arqueológicas³⁹, que foram feitas na zona delimitada como sendo a judiaria, foram identificados silos. Estas estruturas negativas são bastante

³⁸ OSÓRIO, M. – *Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal...* p. 163.

³⁹ Intervenções arqueológicas no Edifício 14 da Rua do Mercado, no Edifício 34-36 da Rua do Mercado no Edifício 1 da Rua da Judiaria e, por fim no Edifício 6 da Rua da Judiaria, Espaço Museu da Sinagoga.

caraterísticos dos centros históricos e normalmente conservam apenas restos ali depositados após o seu abandono. Em Castelo de Vide, foram reconhecidos silos cujo conteúdo se baliza entre os séculos XIV e XVIII. Em nenhum dos casos foram identificados materiais arqueológicos correlacionáveis especificamente com judeus.

Em suma, esta investigação é apenas um breve apontamento sobre a história de Castelo de Vide. Futuramente uma investigação que concilie e contraste este trabalho com uma mais aprofundada leitura de fontes documentais, como por exemplo os registos prediais, poderá revelar-se mais assertiva no entendimento do urbanismo e dinâmicas sociais de Castelo de Vide.

BIBLIOGRAFIA

- BALESTEROS, Carmem; RIBEIRO, Margarida – “Marcas de Cristianização nos núcleos urbanos antigos de Alpalhão e Valencia de Alcântara”. *Ibn Marwan*. Revista Cultural do Concelho de Marvão 9/10 (1999), pp. 391-416.
- BALESTEROS, Carmen – “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta – III – Novos elementos”. *Ibn Marwan* 7 (1997), pp. 165-182.
- BALESTEROS, Carmen – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – Para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola”. *Callipole* 3/4 (1995/1996), pp. 19-26.
- BALESTEROS, Carmen – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – Para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola”. *Ibn Marwan* 6 (1996), pp. 139-152.
- BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra; SANTOS, Carla Sofia – “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã – Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso”. In *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Porto, 2000.

- BALLESTEROS, Carmen – A Judiaria e a sinagoga medieval de Évora, In BALESTEROS, C.; RUAH, Mery – *Actas do Colóquio Internacional. Os Judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Edições Colibri / Associação Portuguesa de Estudos Judaicos / CIDEHUS-UÉ, 2004.
- BICHO, Susana – *A Judiaria de Castelo de Vide. Contributo para o seu estudo na óptica da conservação do património urbano*. Évora: Universidade de Évora, 1999. Tese de Mestrado.
- BORGES, Dulce – “Marcas Religiosas no edifício do antigo seminário episcopal: sinais de cristianização, sacralização ou afirmação de fé?”. *Praça Velha* 35 (2015), pp. 159-167.
- CARVALHO, Joaquim – “A Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide Desde a Pré-História até à Alta Idade Média”. *Ibn Marwan* 8 (1998), pp. 185-191.
- MAGUSTO, João – “Vila de Castelo de Vide – um habitat proto-histórico”. *Al Madan on-line*. Adenda Electrónica. Parte VII, nº 15 (2007), pp. 37-43, disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_15 [acedido em 15, Novembro, 2017].
- MENDES, Laurinda – *Marcas judaicas no urbanismo e na arquitetura de Penamacor*. Penamacor: Município de Penamacor, 2014.
- OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”. *Ibn Marwan* 3 (1993), pp. 124-152.
- OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmem – “Muros religiosos de Castelo de Vide”. *Ibn Marwan* 5 (1995), pp. 97-108.
- OLIVEIRA, José – *Castelo de Vide na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2011.
- OSÓRIO, M. – “Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal”. In *Judeus. Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*. 2014, pp. 157-235.
- PINTO, Maria; RUNA, Lucília – “A comunidade cristã-nova de Castelo de Vide – 1560-1580 (Breve análise dos seus comportamentos)”. *Actas do 1º encontro de História Regional e local do distrito de Portalegre*. Portalegre, 1987.

- SANTOS, Sandra Clélia – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos Realizados no Edifício das Cavalariças (2ª Campanha) no castelo de Castelo de Vide*. Castelo de Vide: Relatório dos trabalhos arqueológicos, 2005. Policopiado.
- SANTOS, Sandra Clélia – *Escavações arqueológicas de emergência no edifício da Sinagoga Medieval – Castelo de Vide*. Castelo de Vide: Relatório dos Trabalhos arqueológicos. 2006. Policopiado.
- TAVARES, Maria – “Judeus e cristãos-novos no distrito de Portalegre”. *A Cidade* 3 (1989), pp. 37-53.
- TAVARES, Maria – *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Coleção História & Ensaios. Lisboa: Guimarães Editores, 1999.
- TAVARES, Maria – “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 53-69.
- TRINDADE, Diamantino – *Castelo de Vide – Subsídios para o estudo da Arqueologia Medieval*. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre, 1979.

O Castelo de Alcácer do Sal.

Da fortificação islâmica às transformações ocorridas durante o domínio cristão

Marta Isabel Caetano Leitão¹

Resumo

O castelo de Alcácer do Sal, hoje bastante modificado pela edificação da pousada, constitui o resultado de diferentes etapas de construção e reformulação decorridas ao longo das Idades Média e Moderna, desde a edificação do palácio fortificado no século IX, passando pela sua adaptação aos Paços da Ordem de Santiago no século XIII e, posteriormente, no século XVI, com a implantação de um convento. Pretende-se, deste modo, através da análise dos paramentos construtivos, vestígios arqueológicos e fontes escritas, dar a conhecer as distintas transformações ocorridas na fortificação desde a ocupação muçulmana à instalação dos freires da Ordem de Santiago.

Palavra-chave

Arqueologia Medieval; Sistema Defensivo; Cidade; Testemunhos Materiais; Espaços de Poder.

¹ Bolseira de Doutoramento na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/117606/2016). Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP). martaleitao11@gmail.com

The castle of Alcácer do Sal. From de Islamic fortification to the Christian transformations.

Abstract

The castle of Alcácer do Sal, today much modified by the building of the inn, is the result of different stages of construction and reformulation throughout the Middle and Modern Ages, from the building of the fortified palace in the 9th century, through its adaptation to the Paços of the Order of Santiago in the 13th century and, later, in the 16th century, with the establishment of a convent. In this way, through the analysis of the constructive facades, archaeological remains and written sources, it is intended to make known the different transformations that have occurred in the fortification since the Muslim occupation to the installation of the friars of the Order of Santiago.

Keywords

Medieval Archeology; Defensive System; City; Testimonials Materials; Power Spaces.

1. Introdução.

A ocupação na colina mais alta da cidade, onde hoje se ergue o castelo, teve início no Neolítico Final e perdurou até à Idade Moderna, quando se instalou no local um convento feminino para albergar as clarissas da Ordem de Santa Clara². Durante o século VIII os muçulmanos terão ocupado a cidade, todavia foi nos finais do século IX, no contexto da 1ª *fitna*, que se instalou em Alcácer do Sal a família berbere dos *Banu Danis*, efectuando-se a partir daquele momento uma reestruturação nas suas defesas, dado os constantes ataques perpetuados pelos normandos ao longo da costa³.

Em 929, já durante o Período Califal, *Abd al-Rahman III* confirma o domínio daquela família berbere na região de Alcácer, onde se incluía a Serra da Arrábida e a cordilheira montanhosa de Grândola e Cercal⁴. Com a queda do Califado, no século XI, e o surgimento de pequenos reinos autónomos, Alcácer do Sal é incorporada ao Reino *Aftássida* de Badajoz em 1033-1034, tornando-se no seu porto principal e única estrada para o atlântico⁵.

Durante a dominação almorávida, o distrito de *al-Qasr* englobava, pelo menos no plano militar, a vasta região de Évora, Badajoz, Mérida e Coria, mantendo a sua importância de cidade portuária e de base naval⁶. Após a queda daqueles, Alcácer do Sal torna-se, entre 1151-1157, num reino independente até à sua reconquista, em 1160, por D. Afonso Henriques⁷. Passados trinta e um anos desta tomada, designadamente em 1191, o califa almóada, *Ya'qub al-Mansur* recupera a cidade e manda executar obras de fortificação naquela, colocando em seguida no governo, *Muhammad b. Sidray b. Wazir*, família que tinha anteriormente dominado a região de Évora⁸.

² FARIA, João Carlos Lázaro – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 97.

³ FERNANDES, Isabel Cristina; PICARD, Christophe – “La Défense côtière à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal”. *Archéologie Islamique* 8 (1999). Paris: CNRS – Maisonneuve et Larose, p. 70.

⁴ CRÓNICA ANÓNIMA de *Abd al-Rahmân III al-Nâsir* (Ed. e trad. por E. Lévi-Provençal e E. Garcia Gómez). Madrid – Granada: C.S.I.C., 1950, p. 158. CATARINO, Helena – “Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa”. In FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (Ed.) – *La rábida en el islam: estudios interdisciplinares*. Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita – Universitat d'Alacant, 2004, p. 264.

⁵ CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013, p. 59.

⁶ AL-IDRÍSĪ – *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (Texte arabe avec une traduction des notes et un glossaire par Reinhart Dozy et Michael Jean de Goeje). Leiden: E. J. Brill, 1866, p. 211.

⁷ CARVALHO, António Rafael – *Alcácer do Sal no final do Período Islâmico (Séculos XII-XIII): Novos Elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa*. Alcácer: Município de Alcácer do Sal, 2008, pp. 23-25.

⁸ CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol Aires – *Al-Qasr Arqueologia e Historia de uma Madina do Garb al-Andalus sécs. VIII-XIII*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2008, p. 62.

Em 1217, Alcácer é definitivamente reconquistada pelos cristãos tornando-se sede da Ordem de Santiago de Espada⁹.

No âmbito da construção de uma pousada foram realizadas escavações arqueológicas no interior do castelo, entre 1993 e 1997, a cargo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, que permitiram conhecer as distintas fases de ocupação do arqueossítio¹⁰.

2. O Período Omíada.

2.1. A fortificação.

Através da leitura dos paramentos construtivos, assim como dos testemunhos materiais identificados no interior da fortificação durante as referidas intervenções, pôde-se constatar que Alcácer do Sal possuía no século IX, um palácio fortificado de planta quadrangular com quatro torres rectangulares, bem destacadas e maciças nos seus ângulos, característica das torres Tardo-Romanas e do Período Emiral, apresentado aquele semelhanças com as fortificações omíadas orientais, datadas do século VIII, existentes na zona da Síria e da Jordânia com influências bizantinas e sassânidas¹¹.

Na Península Ibérica também se encontram fortificações com este tipo de modelo erguidas durante o Período Omíada, no século IX, como o caso da alcáçova de Mérida, Castelo de El Vacar, na província de Córdova, a primitiva alcáçova de Silves e a alcáçova do Castelo de Palmela, conhecendo-se também exemplos para o Norte de África, datáveis do século X, correspondentes ao Período Califal, como é o caso de Ceuta¹².

⁹ COTTART, Nicole Danièle; CARVALHO, António – “Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal”. *Conimbriga* XLIX (2010), p. 194.

¹⁰ PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos Lázaro – “O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana”. *Bracara Augusta*, 46 (1994). Braga, p. 222.

¹¹ SOLER, Alvaro; ZOZAYA, Juan – “Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional”. In CONDE, J. Fernández (Coord.) – *III Congreso de Arqueología Medieval Española. Actas III Comunicaciones*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1989, p. 265. PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos Lázaro – “Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001). Mértola: Edições Afrontamento, p. 203. STIERLIN, Henri – *Islão: de Bagdade a Córdova – A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII*. Hohenzollernring: Taschen, 2002, pp. 65-82. ENDERLEIN, Volkmar – “Syria and Palestine: The Umayyad caliphate”. In HATTSTEIN, Markus; DELIUS, Peter (Eds.) – *Islam: Art and Architecture*. Tandem Verlag GmbH, Konemann, 2004, pp. 73-78. LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território e o sistema defensivo*. Mauritius: Novas Edições Académicas, 2017 p. 56.

¹² SOLER, Alvaro; ZOZAYA, Juan – *Castillos omeyas de planta cuadrada...*, p. 265. FERNANDES, Isabel Cristina – *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 239. VILLADA PAREDES,

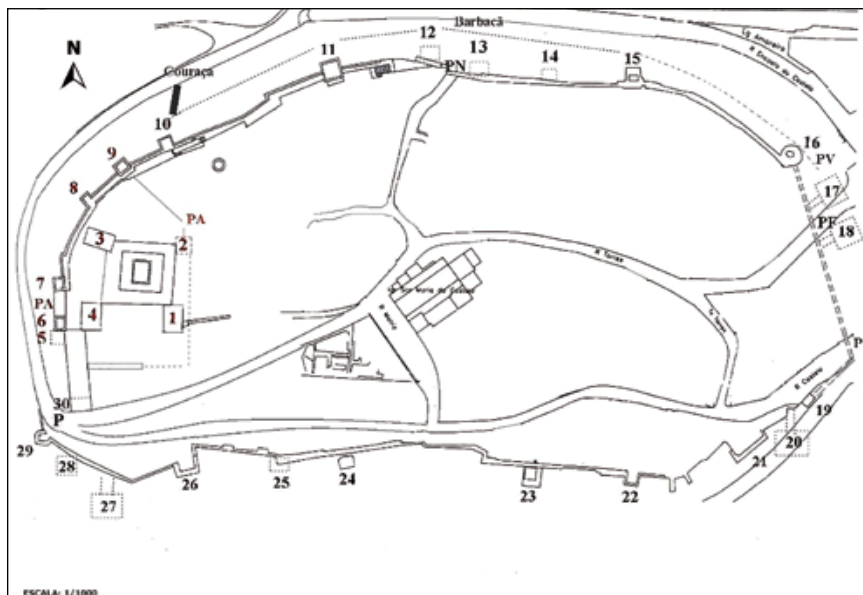


Fig. 1 – Planta do recinto amuralhado da medina e alcáçova com as respectivas portas e postigos. Reconstituição com base nos vestígios arqueológicos, documentação escrita e fotográfica.

As quatro torres que integram os ângulos do *al-qasr* foram edificadas com silhares de pedra, reaproveitados de anteriores edifícios do Período Romano, apresentado o sistema de construção em *soga e tissão*¹³. Pode-se observar modelo construtivo semelhante nas muralhas omíadas de Mérida, de Cória, de Vascos, do Castelo de Castros em Cáceres e também em uma das torres do Castelo de Palmela, que inclusive apresenta uma dimensão de 10,2 m × 10,5 m, assemelhando-se à largura da face Norte da torre 4 da alcáçova de Alcácer com 10,88 m, datável igualmente do século IX¹⁴.

Internamente o palácio estrutura-se em redor de um pátio central e é composto por dois pisos, achando-se no segundo uma porta de arco ultrapassado, não apontado e sem *alfiz*, integrada na torre 3 que dava acesso ao segundo piso daquele¹⁵.

Fernando; GURRIARÁN DAZA – Pedro “Recientes investigaciones sobre las fortificaciones del Califato Omeya en el estrecho de Gibraltar (Tarifa, Algeciras, Tânger, Ceuta)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 54. GOMES, Rosa Varela – *Arquitecturas: Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Castelo de São Jorge, 2013, p. 26.

¹³ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 57.

¹⁴ FERNANDES, Isabel Cristina – *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 239.

¹⁵ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “A Porta Muçulmana da Alcáçova de Alcácer do Sal”. *Al-Madan* II Série 20:2 (2016), p. 83.

Nos inícios do século X, *Alī ibn Hawqal*, faz referência a Alcácer afirmando que aquela seria já uma cidade fortificada¹⁶. A chegada de embarcações vikings ao longo da costa do *al-Andalus*, ocorrendo o primeiro ataque em 844 na cidade de Lisboa, obrigou, naturalmente, o poder Omíada de Córdova a proceder à construção de novas fortificações e torres atalaia nessas mesmas zonas, visando proteger as cidades, mas também os seus territórios de novas investidas¹⁷. Para isso foi necessário dotar, igualmente, esses núcleos urbanos de equipamentos próprios através da instalação de estaleiros de construção naval, como foi exemplo Sevilha, Faro e Silves, mas também Alcácer, com a finalidade de manter uma frota militar permanente e vigilante em toda a costa ocidental do *al-Andalus*¹⁸. A construção de embarcações requeria toda uma indústria da madeira com plantação de árvores e que, para o caso de Alcácer, já em pleno século XII sabemos, através do geógrafo *Idrisi*, que grande parte da madeira utilizada no estaleiro daquela cidade era extraída dos pinheiros na zona envolvente¹⁹, sendo a sua presença, ainda hoje, atestada na paisagem do território alcacerense. Aquele estaleiro permitiu que, em 997, *Ibn'Amir al-Mansur* ali se dirigisse para equipar os barcos antes do seu ataque a Santiago de Compostela²⁰. Um estaleiro a funcionar em pleno século X só seria possível se antes tivesse ocorrido um investimento prévio na preparação da sua edificação, dado que seria necessário mão-de-obra habilitada para as várias fases de construção, mas também matéria-prima disponível nas imediações, o que implicava um investimento na plantação de árvores, que teria que ser feito uns anos antes de a madeira estar pronta para ser extraída, destinada à construção naval²¹. É, portanto, admissível que, logo após o primeiro ataque viking, os Omíadas tenham decidido reforçar as defesas da cidade e construir nela um estaleiro de construção naval.

Do ponto de vista arqueológico o palácio fortificado de Alcácer do Sal enquadra-se nas obras de defesa empreendidas no litoral pelo Emirato de Córdova, a partir da primeira metade do século IX, conforme se pôde comprovar

¹⁶ REI, António – *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c.-XI h. / XVII d.c.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 117.

¹⁷ IBN HAYYÂN, *almuqtabis II-1 – Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahmân II entre los años 796 y 847* (Trad. notas e índices, Mamud Ali Makki e Federico Corriente). Zaragoza: I.E.I.O.P., 2001, pp. 317-318.

¹⁸ CORREIA, Fernando Branco – “Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 74-75.

¹⁹ AL-IDRÍSÍ – *La première Géographie de L'Occident* (Presentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef, traduction du chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef). Paris: Flammarion, 1999, pp. 263-264.

²⁰ DOZY, Reinhart – *Historia de los musulmanes de España*, III-IV. Madrid: Turner Publicaciones, S.L., 2010, p. 133.

²¹ CORREIA, Fernando Branco – “Fortificações de iniciativa omíada...”, p. 80.

pelas cerâmicas ali exumadas e de dois capitéis palacianos atribuíveis aos finais do século IX e inícios do X²².

Durante o Califado sabe-se, através de *Ibn Hayyan*, que *Abd al-Rahman III* confirma o governo dos *Banu Danis*, família berbere que se instalou em Alcácer no século IX, à frente dos domínios da cidade e dos seus territórios, fazendo com que aquela florescesse e entrasse nos circuitos comerciais de Córdova, justificando, assim, a edificação de um novo recinto amuralhado para proteger o núcleo urbano e a construção de um pano de muralha na alcáçova, descoberto durante as intervenções arqueológicas mencionadas, que viria a separar aquela da *medina*, abrindo-se igualmente nele uma porta que daria acesso a esta *última*²³. Foram construídas igualmente novas torres, quer na alcáçova, quer no núcleo urbano, de formato quadrangular, edificadas em alvenaria de pedra, assemelhando-se as mesmas, a algumas das torres do Castelo de Palmela, datáveis igualmente do século X, também construídas, provavelmente, durante o Califado²⁴.

Para além da porta que permitia o acesso da alcáçova para a *medina*, haveria uma outra localizada a Oeste e que terá sido, possivelmente, também edificada nesta altura que saia da alcáçova comunicando directamente com o exterior. Trava-se de uma entrada directa defendida por duas torres²⁵. Este tipo de entradas são conhecidas para a fase inicial do Período Islâmico na alcáçova de Mérida²⁶.

Quanto às portas que integrariam o núcleo urbano, são desconhecidas, contudo pensa-se que corresponderiam às portas existentes durante a última fase de ocupação islâmica, as quais falarei mais à frente.

2.2. Estruturas habitacionais e de armazenamento.

O interior do palácio e, posteriormente, alcáçova foi igualmente dotado de espaços próprios necessários para as actividades quotidianas, espaços esses colocados a descoberto durante as intervenções arqueológicas já citadas. Junto da arcaria Sul do claustro do convento, construído na Idade Moderna, identificou-se arranque de uma parede com vestígios de estuque, encontrando-se adossada a ela, do lado Este, uma lareira ligada a um poço de abertura e secção circular, com

²² PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos Lázaro – “O castelo de Alcácer do Sal...”, p. 227. PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos Lázaro – “Contributo para o estudo da ocupação...”, pp. 203-207. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal: arte da alta Idade Média*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1993, p. 81.

²³ CRÓNICA ANÓNIMA de *Abd al-Rahmân*..., p. 158. LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período Muçulmano (IX-XIII)”. *Debates de Arqueologia Medieval*, nº 6 (2016). Granada, p. 218.

²⁴ FERNANDES, Isabel Cristina – *O Castelo de Palmela*..., p. 241.

²⁵ FERNANDES, Isabel Cristina – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território*..., pp. 59-60.

²⁶ TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades Hispanomusulmanas*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1985, p. 606.

uma profundidade de cerca de 5 metros²⁷, edificado em silharia de pedra bem aparelhada e intercalada por fiadas de tijolo e argamassa²⁸.

Este tipo de construção é característico das edificações iniciais do Período Islâmico, permitindo lançar a possibilidade daquelas terem sido erigidas durante o Período Emiral/Califal, certamente sob o domínio dos *Banu Danis*, tratando-se aquele espaço, possivelmente, de uma cozinha do primitivo *al-qasr*²⁹.

Um outro compartimento identificado por baixo de outro datado do período de ocupação das comunidades magrebinas, enquadrar-se-á igualmente na datação referida, dado ter-se descoberto a esse nível, espólios *in situ*, entre eles uma peça de um cântaro intacto com pintura branca, datado do século IX, correspondente ao Período Emiral³⁰. Quanto à funcionalidade que teria esta divisão é, até ao momento, desconhecida.

3. Domínio das dinastias magrebinas.

3.1. Dispositivos defensivos.

Os vestígios que subsistem da fortificação actual datam maioritariamente do Período Almóada, contudo cabe destacar uma intervenção na porta da alcáçova que comunicava com o exterior, que terá sido efectuada, possivelmente, durante o Período Almorávida. A entrada directa edificada durante o Califado terá sido desactivada construindo-se um sistema mais complexo³¹. Foi edificada nessa altura a torre albarrã 6, construída em pedra e taipa, abrindo-se nela uma nova porta, criando-se igualmente um passadiço entre aquela e a torre 4 da alcáçova, encontrando-se por baixo dele uma outra porta de arco ultrapassado integrada num *alfiz*, formando o conjunto uma entrada em triplo cotovelo³². É possível que aquelas estruturas datem da segunda metade do século XI, dado que são conhecidas portas inseridas nas torres durante o Período Almorávida³³.

²⁷ ARIA, João Carlos Lázaro; PAIXÃO, António Cavaleiro – *Relatório das escavações arqueológicas no convento de Nossa Senhora de Aracaeli*. Alcácer do Sal, 1996, p. 21.

²⁸ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, p. 225.

²⁹ NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Murcia: Platería 14. Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución (siglos X-XIII)*. Murcia: Centro de Estudos Arabes y Arqueológicos “Ibn Arabi”, 1997, p. 30. LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, p. 225.

³⁰ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo, quotidianos e cultural material*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017, p. 7.

³¹ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 60.

³² LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, p. 215.

³³ TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades Hispanomusulmanas...*, p. 478.

Para além disso, sabe-se que estes procederam à edificação e restauro de estruturas defensivas no *al-Andalus* nas alcáçovas e nos núcleos urbanos³⁴. Alcácer era, desde o Período Califal, o porto mais importante da costa ocidental a Norte do Cabo de São Vicente. Posteriormente, com os almorávidas, *Idrisi* refere a importância daquela salientando a sua ligação ao mar e a sua intensa actividade comercial³⁵. Era, ainda, daquele porto, assim como os de Sevilha, Silves e Lisboa, que partiam as esquadras muçulmanas para efectuar pilhagens nas costas dos territórios cristãos³⁶. Com a Reconquista Cristã de Lisboa, em 1147, por D. Afonso Henriques, a importância daquela praça cresce, tornando-se o principal reduto contra os cristãos na região do Alentejo Ocidental e uma ameaça constante para a cidade de Lisboa³⁷. Em 1160, o primeiro rei português toma a cidade e, uns anos mais tarde, em 1178, *Ali b. Wazir* e o governador almóada *Umar b. Timsalut* tentam recuperá-la, mas sem sucesso³⁸. Somente em 1191, o califa almóada *Abu Yu'qub al-Mansur*, consegue reconquistar a cidade e após a sua tomada permanece alguns dias naquela e ordena que se realizem obras na fortificação e no núcleo urbano, tendo-se construído nesta altura um novo recinto amuralhado em taipa, uma barbacã e uma couraça³⁹.

Esta nova muralha segue praticamente o mesmo traçado que a anterior e as torres que a integram, tratam-se de torres rectangulares, quadrangulares, adossadas à muralha e albarrãs, edificadas em taipa e com alicerces em pedra. Aquelas são semelhantes às torres existentes em Silves, Badajoz e Cáceres, similarmente alvo de reconstruções no Período Almóada por parte do mesmo califa, onde se podem encontrar torres octogonais com base quadrada, análogas à torre octogonal que se encontra no extremo nascente do circuito amuralhado de Alcácer do Sal e que teria como objectivo defender um postigo que aí se localizaria⁴⁰. Relativamente às

³⁴ COBALEDA, María Marcos – “Restos materiales del papel de Algeciras en la conquista almorávide de al-Andalus”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (Eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2007, p. 165.

³⁵ AL-IDRÍSÍ – *Description de l'Afrique et de l'Espagne...*, p. 211.

³⁶ AL-HIMYARI – *La Péninsule Ibérique au Monyen Âge d'après le Kitâb al-Rawd ad-Mi'târ fi jabar al-Aqtâr d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyari*. Traducción de Évariste Lévi-Provençal. Leyden: E. J. Brill, 1938, p. 223. PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle): l'occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000, p. 195.

³⁷ SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval – A organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 74.

³⁸ GALVÃO, Duarte – *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Principe D. Affonso Henriques Primeiro Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1726, p. 187. SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval...*, p. 74.

³⁹ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 84.

⁴⁰ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, pp. 220-221. LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 85.

torres que se acham à altura do adarve, podemos encontrar também na muralha de Hoya em Almeria⁴¹.

Observam-se, ainda, nestas construções, nas juntas entre os blocos de taipa, as marcas dos quadriláteros traçados com gesso de estuque simulando uma falsa silharia, podendo-se encontrar também no Castelo de Silves, no Castelo Belinho e no Castelo de Paderne atribuíveis ao Período Almóada e, possivelmente, uma característica das construções de *Abu Yu'qub al-Mansur*⁴².

Outra particularidade presente nestas torres é as suas ameias de forma quadrangular com coberturas em piramidal, conhecendo-se casos semelhantes para Badajoz, Sevilha, Tarifa e Cáceres⁴³.

Relativamente às portas e postigos, para além das já mencionadas na alcáçova, edificadas no século X, haveria pelo menos mais três portas no circuito amuralhado que envolvia a *medina*⁴⁴. Uma delas estaria localizada a Nascente, nomeadamente a Porta de Ferro, e outra a Norte, assinaladamente a Porta Nova, surgindo ambas mencionadas nas fontes escritas⁴⁵. No que respeita à Porta de Ferro, conhecem-se portas de fundação islâmica com esta designação em Córdova, Sagunto, Huesca, Palma de Maiorca e Elvas⁴⁶, podendo aquela ter sido similarmente edificada durante a ocupação muçulmana da cidade sendo, possivelmente, defendida por duas torres, conforme atesta hoje em dia o nome da rua que seguiria na sua direcção.

⁴¹TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades Hispanomusulmanas...*, pp. 483-486. PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas* – Crónicas de viajes por el sur de Portugal. Madrid: Agencia Española De Cooperación Internacional, 1993, p. 17. MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”. *Arqueología y territorio medieval*, nº 10: I (2003), pp. 65-97. GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2006, pp. 9-26.

⁴²CATARINO, Helena – “O castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica”. *Arqueologia Medieval* 3 (1994). Mértola: Edições Afrontamento, p. 74. FERNANDES, Isabel Cristina – *O Castelo de Palmela...*, p. 35. GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – “Castelo Belinho – Uma residência fortificada almoada”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 146. GOMES, Rosa Varela – *Arquitecturas: Testemunhos...*, p. 47.

⁴³TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades Hispanomusulmanas...*, pp. 512-585. ZOZAYA, Juan – “Fortificaciones tempranas”. *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*. Palencia: Excma Dptuación Provincial de Palencia, 1994, p. 143. ÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “La muralla almohade de Cáceres...”, p. 95.

⁴⁴LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, p. 222.

⁴⁵CARDOSO, Padre Luiz – *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana / Academia Real, 1747, p. 35. AFONSO, Carlos Filipe – “Técnicas e tácticas de assédio e defesa dos castelos de Portugal no contexto da reconquista – O caso de Alcácer, 1217”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 532.

⁴⁶TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades Hispanomusulmanas...*, p. 605. CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013, p. 114.

No que respeita à Porta Nova sabe-se que já existia no final da Idade Média conhecendo-se a sua localização por um gravura da fortificação, datada de 1813, onde se observa uma torre que a defendia, possivelmente do Período Islâmico, existindo ainda hoje, no local, vestígios dessa torre e de uma outra que juntamente com aquela defenderia a porta⁴⁷. Além disso, a Norte da cidade, existem vestígios de uma necrópole islâmica, conforme se comprovou arqueologicamente pela descoberta de um enterramento de inumação em decúbito lateral direito⁴⁸. Apesar de a designação de Porta Nova ser um nome que nos remete para o Período Cristão, não quer dizer que aquela tenha sido edificada nessa altura. Caso semelhante surge em Elvas onde uma porta com a mesma designação foi erguida no final do Período Islâmico⁴⁹, podendo a Porta Nova de Alcácer remeter também para essa fase.

Haveria ainda uma outra porta localizada a Oeste e que surge mencionada na documentação como postigo, situada perto dos Paços da Ordem de Santiago⁵⁰, talvez entre as torres 29 e 30 do recinto amuralhado, tendo sido possivelmente uma das principais portas da cidade durante o Período Islâmico, dado ai se localizar uma das possíveis vias principais da *medina*, actual Rua das Torres, que em direcção a Este iria ter à Porta de Ferro, encontrando-se ainda, nas suas imediações, uma necrópole do período em análise⁵¹. O facto de a mesma já não surgir mencionada na documentação da Idade Média como porta, mas sim como um postigo, poderá indicar a sua desactivação durante o domínio cristão, após a reconquista da cidade em 1217⁵².

Para além das quatro portas que comunicavam com o exterior, haveria ainda dois postigos, um situado a Nascente e outro a Sul. Relativamente ao primeiro, surge mencionado na documentação como o Postigo Velho⁵³, não sendo referida a sua localização, todavia o mesmo encontrava-se junto da torre octogonal a nascente, possuindo um arco ultrapassado, remetendo a sua edificação para a Época Islâmica, possivelmente durante a dominação Almóada, nos finais do século XII, quando se ergueu a torre⁵⁴. No que respeita ao postigo que se encontrava a Sul, surge mencionado no século XVI quando se faz referência à construção de uma nova Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Porta de Ferro, dado que

⁴⁷ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, p. 224.

⁴⁸ FARIA, João Carlos Lázaro – *Relatório da intervenção arqueológica na necrópole de S. Francisco*. Alcácer do Sal: Arqueohoje, 2000, pp. 1-8.

⁴⁹ CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média...*, p. 165.

⁵⁰ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 64-68.

⁵¹ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 87. LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, p. 27.

⁵² LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 87.

⁵³ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média...*, p. 64.

⁵⁴ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período...”, p. 224.

a anterior se achava “*muyto danificada*”⁵⁵, optando-se por fazer “*outra nova na torre à entrada do castello, como ellRey que estaa em glorya ordenou*”⁵⁶. A referida ermida encontra-se localizada na torre 19 do circuito amuralhado, e o facto de aquela descrição fazer alusão a uma entrada no castelo junto desta torre, poderá indicar a existência de um postigo nessa zona que permitia o acesso ao exterior da zona Sul do recinto amuralhado, onde se encontrava o rio, não descartando a hipótese de aquele poder remontar ao Período Islâmico, todavia desconhece-se, dentro do respectivo período, o momento da sua edificação.

3.2. Estruturas habitacionais e de armazenamento.

No que respeita às estruturas datadas do domínio das dinastias norte-africanas foram identificadas, durante as intervenções arqueológicas, paredes delimitando espaços habitacionais, edificadas em silharia de pedra e decoradas em estuque com pintura a vermelho e branco. Achavam-se ao mesmo nível que estas construções, habitações da Idade do Ferro e do Período Romano que terão sido reutilizadas durante este período, dado ai se terem encontrado reminiscências da realização de obras efectuadas nesta última época⁵⁷. Associados a estas construções estavam silos para a conservação e armazenamento dos alimentos, assim como fossas sépticas com condutas⁵⁸.

O compartimento achava-se por cima de um outro edificado no Período Emiral/Califal e tratar-se-ia, possivelmente, de um salão, dado que apresenta decoração semelhante aos salões identificados nas habitações almorávidas do Bairro Islâmico do Castelo de S. Jorge em Lisboa e no compartimento islâmico encontrado na Sé Catedral dessa mesma cidade⁵⁹.

Uma das divisões das casas e palácios islâmicos mais decoradas eram normalmente os pátios, estruturante das diversas divisões, assim como os salões, uma vez que estes eram locais muitas das vezes de recepções⁶⁰. Junto do compartimento respeitante ao salão, foi descoberto um muro que definia um outro compartimento um pouco sobrelevado em relação ao anterior, edificado com a mesma técnica construtiva e que se encontrava ligado a uma fossa séptica. A presença desta última

⁵⁵ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 194, fl. 16.

⁵⁶ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 194, fl. 16.

⁵⁷ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, pp. 5-10.

⁵⁸ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período Muçulmano...”, p. 225.

⁵⁹ BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”. *Xelb* 9-6º (2009), p. 388.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, pp. 7-8.

⁶⁰ NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – “Casas e Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII”. In *Arquitectura residencial andalusi siglos XII-XIII*. Barcelona-Granada: Legado Andalusi / Lunverb Editores, 1995, p. 17.



Fig. 2 – Planta das estruturas, datadas do Período Muçulmano e Cristão, identificadas no interior da alcáçova muçulmana.

sugere a existência de rua, dado que aquelas encontravam-se nos arruamentos que davam acesso aos espaços residenciais, como podemos observar, por exemplo, no Bairro Islâmico de Mértola, assim como na Residência Paroquial e Zona da Arrochela em Silves⁶¹.

Esta pequena divisão tratar-se-ia de uma possível instalação sanitária, devido à sua posição sobrelevada em relação ao piso do salão, característica própria para o arejamento do compartimento, tal como surgiu no complexo de instalação sanitária identificada na alcáçova de Silves. Por outro lado, o facto de aquele possuir uma dimensão reduzida e achar-se ligado a uma fossa, justifica essa premissa⁶².

Para além destes compartimentos, surgiram outras divisões ao mesmo nível que estas construções, correspondentes a sectores de paredes islâmicas em conexão com silos e fossas. Do mesmo modo, achavam-se associadas a paredes datadas do Período Romano e Idade do Ferro, tendo sido reutilizadas também durante essa altura⁶³. Não foi possível fazer uma caracterização da sua função, somente

⁶¹ MACIAS, Santiago – *Mértola: o último porto do Mediterrâneo*, Vol. I, II, III. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 408. GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela*, espaços e quotidianos. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2011, p. 363.

⁶² LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, p. 8.

⁶³ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, p. 9.

uma análise de todo o espólio devidamente contextualizado poderá oferecer mais respostas acerca da funcionalidade destes compartimentos.

Nas proximidades da muralha que separa a alcáçova da *medina* foram identificados dois muros perpendiculares entre si, construídos em silharia de pedra⁶⁴. Foram descobertos no interior da referida estrutura materiais datados da segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII, os quais tive a oportunidade de analisar e publicar em outros trabalhos⁶⁵. A disposição dos muros define um grande pátio, encontrando-se na parede que corre no sentido Este-Oeste, uma abertura para o escoamento de águas, semelhante às existentes em alguns pátios das casas do Bairro Islâmico de Mértola⁶⁶.

4. A ocupação cristã.

4.1. Testemunhos materiais.

A Reconquista Cristã de Alcácer do Sal, em 1217, tornou-se fundamental para a tomada dos territórios mais a Sul, tendo sido aquela entregue à Ordem de Santiago que ali instalou a sua sede⁶⁷. Subsistem alguns testemunhos materiais que evidenciam essa ocupação. Durante as intervenções arqueológicas no interior da alcáçova muçulmana foram descobertos, acima dos níveis muçulmanos e a cerca de 1,30 m de profundidade, paredes relativamente espessas que reaproveitaram os alicerces das antigas estruturas islâmicas, edificadas com silhares não aparelhados, ligados por argamassa à base de argila, datáveis dos séculos XIII e XIV, conforme se constatou pelos materiais identificados que se encontram hoje expostos no Museu da Cripta, entre eles um capitel Tardo-Medieval que poderá ter integrado o edifício⁶⁸. Em associação com estes muros estavam restos de pavimentos construídos com fragmentos de tijoleira reutilizados de construções do Período Romano⁶⁹.

⁶⁴ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Estudo de espólio cerâmico proveniente do interior de uma habitação almóada da alcáçova de Alcácer do Sal”. *Arqueología y Territorio Medieval* 23 (2016). Jaén: Universidad de Jaén, pp. 25-27.

⁶⁵ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Estudo de espólio cerâmico proveniente...”, pp. 23-39.

⁶⁶ MACIAS, Santiago – *Mértola: o último porto do Mediterrâneo*, 3 Vols. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 397.

⁶⁷ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, p. 51.

⁶⁸ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, pp. 6-7.

⁶⁹ FARIA, João Carlos Lázaro; PAIXÃO, António Cavaleiro – *Relatório das escavações...*, pp. 18-19.



Fig. 3 – À esquerda restos de estruturas datadas de época cristã, sobrepostas às dos Períodos Muçulmano e Romano, e à direita pavimento em tijoleira dos Paços da Ordem de Santiago (cedidas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

As paredes definem grandes salões que fariam parte, possivelmente, do edifício dos Paços da Ordem de Santiago que ali terá sido edificado após a tomada de 1217. Grande parte deste edifício cristão reaproveitou o antigo *al-qasr* do século IX, que depois terá sido adaptado a alcáçova durante o Período Califal, perdurando até ao Período Almóada, dando-lhe uma nova funcionalidade⁷⁰, sendo naquele que se tratavam e assinavam todos os despachos relacionados com as terras administradas pela Ordem, mas também assuntos de foro real, conforme se tem conhecimento através das fontes escritas⁷¹.

No século XVI, surge a seguinte referência aos Paços da Ordem: “*Os paaços desta villa que estam no castello sam da Ordem asy como estam cercados de parede e muro ao redor soomente fica demtro no dito cerquo huuns pardieiros que foram de Maria de Reeseemde e todo o majs he da Ordem*”⁷².

Esta afirmação vem reforçar a localização do receptivo edifício no interior da alcáçova muçulmana que se encontrava, como aludido anteriormente, separada do núcleo urbano por um pano de muralha. Esta hipótese foi também lançada pela investigadora Maria Pereira onde, nos seus trabalhos, localiza, similarmente, os Paços na zona onde estaria implantada a anterior alcáçova do Período Islâmico⁷³. Subsiste, ainda, daquele uma porta gótica, edificada com silhares bem aparelhados de biocalcarenito, que daria acesso ao exterior do mesmo.

Para além desta, existe ainda uma outra porta gótica no interior do edifício que foi construída na face Este da torre 4 do Período Emiral e que dava acesso a um piso superior dos Paços da Ordem. Hoje dá acesso a um quarto particular no

⁷⁰ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, pp. 6-7.

⁷¹ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal: século XII a fins do século XV*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 63.

⁷² ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 90v.

⁷³ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, p. 74.

interior do edifício da pousada. Para além destas duas portas, existe ainda uma janela, situada na face Sul da mesma torre, também de arco gótico, que faria parte, possivelmente, da Capela de Santiago referida nas fontes⁷⁴.



Fig. 4 – Portas e janela de arco gótico.

Identificaram-se ainda durante as intervenções, junto da muralha que separava a alcáçova da *medina* por cima do pátio muçulmano, duas paredes perpendiculares datadas igualmente dos séculos XIII e XIV que definiam um espaço de cozinha que não terá sido totalmente escavada, onde se identificou uma lareira e restos de cinzas carbonizadas⁷⁵. Este compartimento estaria integrado no edifício dos Paços da Ordem de Santiago e seria o espaço onde se encontravam as cozinheiras que preparavam e cozinham os pratos que seriam servidos à mesa dos freires⁷⁶.

Para além destas estruturas foram ainda identificados noutros sectores, fora do espaço da alcáçova, restos de muros datados desta época, contudo a falta de informações sobre os mesmos, nomeadamente o desconhecimento face ao espólio que estaria em associação, assim como a ausência de referências aos mesmos nos relatórios das intervenções arqueológicas realizadas, impede-nos de efectuar uma caracterização daqueles.

4.2. Remediações nas torres e panos de muralha.

Durante o período de permanência dos cavaleiros da Ordem de Santiago em Alcácer do Sal foram efectuadas algumas obras de consolidação e reparação

⁷⁴ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, p. 76.

⁷⁵ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo...*, p. 10.

⁷⁶ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Os Cavaleiros de Santiago...*, p. 67.

nas muralhas e torres da fortificação, nomeadamente em 1348, no reinado de Afonso IV, tendo sido este chamado a intervir na discórdia entre a Ordem de Santiago e o Concelho de Alcácer, sobre qual destas entidades deveria proceder a reparações no recinto amuralhado que se achava na altura bastante arruinado⁷⁷. Em 1383, devido, certamente, à conjectura política que Portugal atravessava, ordenou D. Fernando que se reparam-se os muros, as torres e a barbacã do castelo⁷⁸. Data desta altura a construção em silharia de pedra, identificada na barbacã em 2003, quando se procedia a trabalhos de consolidação e limpeza na encosta Norte do castelo, a cargo do IPPAR⁷⁹.

Para além destas, foram introduzidas seteiras na torre do relógio, acrescentados contrafortes nos panos de muralha a Sul do conjunto amuralhado e reforçados os cunhais das torres com silhares de pedra de grande dimensão, sendo este aspecto visível nas torres 6, 7 e 9 da alcáçova⁸⁰, achando-se esta última característica igualmente nas torres do Castelo de Cáceres e de Palmela, também ela atribuída a fase posterior à Época Islâmica⁸¹.

Sobre a fortificação e a torre 9, também chamada de torre da adaga, diz-nos o padre Luís Cardoso, em 1747, numa das suas deslocações a Alcácer do Sal:

“seus muros occupão grande circuito, são de pedra, e alguma parte de taipa de formigão: tem de largura mais de vinte palmos, todos cercados de altas, e grandes torres; e entre ellas huma chamada da Adaga, por ter no meyo esta arma esculpida em huma pedra, denotando ser feita no tempo, que os mestres da Ordem de Santiago assistirão nesta villa. He de cantaria, obra fortíssima: tem de altura cento e vinte palmos, e de largura cem, e he quasi quadrada (...)”⁸².

Hoje em dia não se encontram vestígios da adaga esculpida, mencionada pelo padre Luís Cardoso, devido às intervenções que a DGEMN realizou na torre, todavia graças ao registo fotográfico antes dessas mesmas intervenções, podemos não só constatar que a torre se encontrava edificada com silhares de pedra, como possuía ainda, eventualmente, o que poderá ter sido a dita adaga esculpida numa das suas pedras e que terá sido tapada durante o restauro que nela se efectuou.

⁷⁷ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, p. 66.

⁷⁸ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal...*, pp. 66-67.

⁷⁹ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 86.

⁸⁰ LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território...*, p. 86.

⁸¹ MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “La muralla almohade de Cáceres...”, p. 67. FERNANDES, Isabel Cristina – *O Castelo de Palmela...*, pp. 244-246.

⁸² CARDOSO, Padre Luiz – *Diccionario Geografico...*, p. 135.



Fig. 5 – À esquerda torre 9 da alcáçova e à direita adaga esculpida (Arquivo da DGEMN, 1981).

5. Síntese.

As intervenções arqueológicas realizadas, entre 1993 e 1997, no Castelo de Alcácer do Sal, designadamente no espaço correspondente ao Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, a cargo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, permitiram dar a conhecer as diferentes fases de ocupação do arqueossítio. Entre elas foi possível identificar os alicerces do antigo palácio fortificado do Período Emiral, perceber a sua evolução para uma alcáçova e, posteriormente, a sua adaptação ao edifício dos Paços da Ordem de Santiago.

A situação geográfica de Alcácer do Sal, com uma posição privilegiada sobre o rio Sado, possibilitou que durante a Idade Média a cidade adquirisse grande importância política, militar e económica. A navegabilidade do rio até Porto Rei permitiu os contactos entre o interior do Alentejo e a grande região de Lisboa facilitando o escoamento de produtos. Para além do rio, não nos podemos esquecer que existia também uma série de caminhos terrestres, em grande parte herdados do Período Romano, que ligavam a cidade a outros núcleos urbanos, integrando-a, assim, numa rede propiciadora de contactos.

Durante a longa permanência islâmica, Alcácer foi alvo de distintos acontecimentos que obrigaram a uma reestruturação das defesas da cidade, mas também do seu território, visando defender e controlar os principais caminhos e

as zonas costeiras. Os ataques vikings, ocorridos no século IX, fizeram com que os Omíadas reforçassem militarmente toda a costa junto ao rio Sado e instalassem um estaleiro de construção naval na cidade, que serviu, mais tarde, em finais do século X, para as operações militares contra Santiago de Compostela, efectuadas por *Ibn'Amir al-Mansur*, impulsionando, assim, o seu crescimento.

Após a queda do Califado e o surgimento dos Reinos de Taifas continuou-se a utilizar as muralhas e espaços habitacionais do Período Omíada, embora com algumas reformulações. Foi, contudo, durante o Período Almorávida e, sobretudo, Almóada, que se edificaram novos sistemas defensivos, mais complexos que os anteriores, visando proteger a cidade. O acentuado aumento dos conflitos entre cristãos e muçulmanos com a fronteira a descer para Sul, inicialmente na grande região de Lisboa e, posteriormente, em torno da Serra da Arrábida, obrigaram naturalmente ao reforço das defesas da cidade e do seu território. Com a Reconquista Cristã de 1217, Alcácer continuou a manter a sua importância de base militar e naval, fundamental para a tomada dos territórios situados no Alentejo e Algarve, tornando-se, deste modo, nos primórdios da presença cristã do pós-reconquista, num centro urbano económico e militar essencial no alargamento e consolidação das fronteiras do Reino de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nºs 154 e 194.

Fontes impressas

Árabes

Al-IDRÎSÎ – *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (Texte arabe avec une traduction des notes et un glossaire par Reinhart Dozy et Michael Jean de Goeje). Leiden: E. J. Brill, 1866.

Al-IDRÎSÎ – *La première Géographie de L'Occident* (Presentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef, traduction du chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef). Paris: Flammarion, 1999.

AL-HIMYARI – *La Péninsule Ibérique au Momyen Âge d'après le Kitâb al-Rawd ad-Mi'târ fi jabar al-Aqtâr d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyari*. Traducción de Évariste Lévi-Provençal. Leyden: E. J. Brill, 1938.

CRÓNICA ANÓNIMA de *Abd al-Rahmân III al-Nâsir* (Edit e trad. por E. Lévi-Provençal e E. Garcia Gómez). Madrid – Granada: C.S.I.C., 1950.

IBN HAYYÂN, *almuqtabis II-1 – Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahmân II entre los años 796 y 847* (Trad. notas e índices, Mamud Ali Makki e Federico Corriente). Zaragoza: I.E.I.O.P., 2001.

REI, António – *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c. - XI h. / XVII d.c.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012.

Cristãs

CARDOSO, Padre Luiz – *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana / Academia Real, 1747.

GALVÃO, Duarte – *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Principe D. Affonso Henriques Primeiro Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1726.

Estudos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal: arte da alta Idade Média*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

AFONSO, Carlos Filipe – “Técnicas e tácticas de assédio e defesa dos castelos de Portugal no contexto da reconquista – O caso de Alcácer, 1217”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 517-539.

BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”. *Xelb* 9-6º (2009), pp. 379-393.

CARVALHO, António Rafael – *Alcácer do Sal no final do Período Islâmico (Séculos XII-XIII): Novos Elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa*. Alcácer: Município de Alcácer do Sal, 2008.

CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol Aires – *Al-Qasr Arqueologia e Historia de uma Madina do Garb al-Andalus sécs. VIII-XIII*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2008.

CATARINO, Helena – “Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa”. In FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (Ed.) – *La rábita en el islam: estudios interdisciplinares*. Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita / Universitat d’Alacant, 2004, pp. 263-274.

CATARINO, Helena – “O castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica”. *Arqueologia Medieval* 3 (1994). Mértola: Edições Afrontamento, pp. 73-87.

COBALEDA, María Marcos – “Restos materiales del papel de Algeciras en la conquista almorávide de al-Andalus”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (Eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2007, pp. 161-176.

CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013.

CORREIA, Fernando Branco – “Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 73-86.

COTTART, Nicole Danièle; CARVALHO, António – “Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal”. *Conimbriga* XLIX (2010), pp. 183-223.

DOZY, Reinhart – *Historia de los musulmanes de España*, III-IV. Madrid: Turner Publicaciones, S.L, 2010.

- ENDERLEIN, Volkmar – “Syria and Palestine: The Umayyad caliphate”. In HATTSTEIN, Markus; DELIUS, Peter (Eds.) – *Islam: Art and Architecture*. Tandem Verlag GmbH, Konemann, 2004, pp. 59-87.
- FARIA, João Carlos Lázaro – *Relatório da intervenção arqueológica na necrópole de S. Francisco*. Alcácer do Sal: Arqueohoje, 2000.
- FARIA, João Carlos Lázaro; PAIXÃO, António Cavaleiro – *Relatório das escavações arqueológicas no convento de Nossa Senhora de Aracaeli*. Alcácer do Sal, 1996.
- FARIA, João Carlos Lázaro – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- FERNANDES, Isabel Cristina ; PICARD, Christophe – “La Défense côtière à l’ époque musulmane: l’ exemple de la presqu’île de Setúbal”. *Archéologie Islamique* 8 (1999). Paris: CNRS / Maisonneuve et Larose, pp. 67-94.
- FERNANDES, Isabel Cristina – *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- GOMES, Rosa Varela – *Arquitecturas: Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Castelo de São Jorge, 2013.
- GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2006.
- GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2011.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – “Castelo Belinho-Uma residência fortificada almoada”. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 141-152.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “A Porta Muçulmana da Alcáçova de Alcácer do Sal”. *Al-Madan*, II Série, 20:2 (2016), pp. 80-85.

- LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Alcácer do Sal Durante o Período Muçulmano (IX-XIII)”. *Debates de Arqueologia Medieval*, nº 6 (2016). Granada, pp. 209-234.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território e o sistema defensivo*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano – *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo, quotidianos e cultural material*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano – “Estudo de espólio cerâmico proveniente do interior de uma habitação almóada da alcáçova de Alcácer do Sal”. *Arqueologia y Territorio Medieval* nº 23 (2016). Jaén: Universidad de Jaén, pp. 23-39.
- MACIAS, Santiago – *Mértola: o último porto do Mediterrâneo*, 3 Vols. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006.
- MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”. *Arqueología y territorio medieval*, nº 10: I (2003), pp. 57-118.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – “Casas e Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII”. In *Arquitectura residencial andalusi siglos XII-XIII*. Barcelona-Granada: Legado Andalusi / Lunwerb Editores, 1995, pp. 17-32.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Murcia: Platería 14. Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución (siglos X-XIII)*. Murcia: Centro de Estudios Arabes y Arqueológicos “Ibn Arabi”, 1997.
- PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos Lázaro – “Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001). Mértola: Edições Afrontamento, pp. 197-209.
- PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos Lázaro – “O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana”. *Bracara Augusta*, 46 (1994). Braga, pp. 215-264.

- PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas* – Crónicas de viajes por el *sur de Portugal*. Madrid: Agencia Espanõla de Cooperacion Internacional, 1993.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal: século XII a fins do século XV*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.
- PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle): l'occident d'Al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000.
- SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval – A organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- STIERLIN, Henri – *Islão: de Bagdade a Córdova – A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII*. Hohenzollernring: Taschen, 2002.
- SOLER, Alvaro; ZOZAYA, Juan – “Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional”. In CONDE, J. Fernández (Coord.) – *III Congresso de Arqueología Medieval Española. Actas III Comunicaciones*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1989, pp. 265-274.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades Hispanomusulmanas*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1985.
- VILLADA PAREDES, Fernando; GURRIARÁN DAZA – Pedro “Recientes investigaciones sobre las fortificaciones del Califato Omeya en el estrecho de Gibraltar (Tarifa, Algeciras, Tãnger, Ceuta)”. in FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 51-62.
- ZOZAYA, Juan – “Fortificaciones tempranas”. *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*. Palencia: Excma Diptucación Provincial de Palencia, 1994, pp. 71-146.

Reúnem-se nesta publicação 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspetivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações.

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das Jornadas, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Dai que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou, até mesmo, inédito.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FCSH 
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

